

FAMÍLIA, ESPAÇO E PATRIMÓNIO

COORD.
CARLOTA SANTOS



CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

FICHA TÉCNICA

Título: **Família, Espaço e Património**

Coordenação: Carlota Santos

Autores: Alexandra Esteves; Alfredo Martín García; Ana Isabel Gouveia Boura; Ana Martín García; Antero Ferreira / António Amaro das Neves; António Dantas Barbosa; António Magalhães; Ana Maria da Costa Macedo; Aurora Botão Rego; Bruno Lopes; Carlota Santos / Maria Hermínia Mesquita; Delminda Rijo / Fátima Aragonéz / Francisco Moreira; Gaspar Martins Pereira; Giulia Rossi Vairo; José Guilherme Reis Leite; Juliana de Mello Moraes; Laureano M. Rubio Pérez; Maria Clara Loureiro Borges Paulino; Maria de Fátima Machado; María José Pérez Álvarez; María López Díaz; Maria Marta Lobo de Araújo; Maria Norberta Amorim; Maria Odete Neto Ramos; Máximo García Fernández; Nelson Mota; Óscar Fernández Álvarez; Paula Sofia Costa Fernandes; Paulo Almeida; Paulo Castro Seixas; Raquel Martínez Peñín; Rui Leandro Maia / Ana Fontoura Ribeiro; Teodoro Afonso da Fonte; Virgílio Borges Pereira

Fotografia da capa: Autor desconhecido. *Aspecto do Jardim do Palácio dos Figueirões – Quinta de Santo Ovídio, Porto*. Óleo sobre tela, MNSR. Fotografia de José Pessoa, 2000 (N.º inv. fotográfico 20941/TC). Divisão de Documentação Fotográfica – INSTITUTO DOS MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO, I.P.

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

Design gráfico: Helena Lobo www.hldesign.pt

ISBN: 978-989-8351-14-2

Depósito Legal: 338312/11

Composição, impressão e acabamento: SerSilito-Empresa Gráfica, Lda. www.sersilito.pt

Porto, Dezembro 2011

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia no âmbito do projecto PEst-OE/HIS/UI4059/2011.

SUMÁRIO

Nota de abertura	11
<i>Carlota Santos</i>	

Prefácio	13
<i>David Reher</i>	

COMPORTAMENTOS DEMOGRÁFICOS, FAMÍLIA E PATRIMÓNIO

Proprietários da Madalena e Criação Velha (Ilha do Pico) em finais do século XIX. Família e património (estudo de casos)	25
<i>Carlota Santos / Maria Hermínia Mesquita</i>	

Mobilidade demográfica numa cidade portuária. A Matriz da Horta entre os séculos XVIII e XX.	47
<i>Maria Norberta Amorim</i>	

Estratégias matrimoniais em Guimarães (século XVIII e XIX): uma abordagem diferencial.	63
<i>Antero Ferreira / António Amaro da Neves</i>	

A Família e o papel da Mulher na reprodução social. O caso de Gontinhães (1828-1919)	75
<i>Aurora Botão Rego</i>	

A Freguesia de Santa Justa na Transição para o século XVIII:
História, Demografia e Sociedade..... 95
Delminda Rijo / Fátima Aragonez / Francisco Moreira

Reprodução, contraceção e aborto no Portugal do século XX:
práticas e discursos. Um estudo de caso na cidade do Porto..... 123
Rui Leandro Maia / Ana Fontoura Ribeiro

CICLOS DE VIDA, INSTITUIÇÕES E ESTRATÉGIAS FAMILIARES DE SOBREVIVÊNCIA

Amas e famílias de criação de enjeitados. Porto (1500-1580)..... 139
Maria de Fátima Machado

Honra, património e abandono de crianças no noroeste peninsular.
A (re)integração de expostos em famílias biológicas e adoptivas no século XIX. 155
Teodoro Afonso da Fonte

Legados de missas: salvar a alma protegendo parentes capelães..... 175
Paula Sofia Costa Fernandes

A protecção aos «aposentados» na Misericórdia de Vila Viçosa (século XIX)..... 187
Maria Marta Lobo de Araújo

Estar enfermo e ser pobre: assistência à saúde no Alto Minho de Oitocentos..... 201
Alexandra Esteves

Um refúgio de «mulheres nobres principaes»?
O Recolhimento de S. Tiago na Viana do Castelo do século XIX 223
António Magalhães

Os irmãos das Ordens Terceiras de São Francisco e as relações familiares
no Império português, século XVIII 235
Juliana de Mello Moraes

A atitude da Ordem Terceira de Ponte de Lima no século XVIII face aos pobres ... 249
António Dantas Barbosa

O recurso ao empréstimo de capital a juro do legado do padre Cipriano Gomes
Claro, como estratégia familiar de sobrevivência na Misericórdia de Arcos de
Valdevez (1738-1760) 257
Maria Odete Neto Ramos

O testamento de Luís Almeida – cónego da Sé de Angra.
Transmissão do património familiar 273
José Guilherme Reis Leite

Família e transmissão de cargos no Santo Ofício:
o meirinho da Inquisição de Évora 283
Bruno Lopes

FAMÍLIA, RELAÇÕES SOCIAIS, MARGINALIZAÇÃO E MECANISMOS DE CONTROLO NO NOROESTE ESPANHOL

Control social y endogamia familiar durante el Antiguo Regimen:
el modelo de la comunidad maragata en el Marco de la Corona de Castilla 303
Laureano M. Rubio Pérez

Marginación y mecanismos de control social en la Galicia de la Edad Moderna:
la Real Villa de Ferrol 329
Alfredo Martín García

Familia e entretemento. A incidencia das sociedades recreativas
nunha cidade galega do século XIX. 343
Ana Martín García

Pobreza y mujeres en León y Astorga a mediados del siglo XVIII. 353
María José Pérez Álvarez

Estructura familiar, control social y nuevas tecnologías
entre grupos étnicos en León 363
Óscar Fernández Álvarez

En los límites de la subsistencia:
el sector alfarero en la ciudad de León a finales de la Edad Media 373
Raquel Martínez Peñín

Familia, relaciones sociales y estrategias familiares de las elites urbanas gallegas (XVI-XVIII)	385
<i>María López Díaz</i>	

MEMÓRIA, ESPAÇO DOMÉSTICO E ESPAÇO SOCIAL

Home and Outdoors: personal clothing and house comfort: evolution and significance in Castile between 1650 and 1850	403
<i>Máximo García Fernández</i>	

Uma casa portuguesa. Olhares estrangeiros sobre a arquitectura doméstica em Portugal entre meados do século XVIII e meados do século XIX.	419
<i>Maria Clara Loureiro Borges Paulino</i>	

O Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas, panteão régio (1318-1322).	433
<i>Giulia Rossi Vairo</i>	

Família, espaço e património em <i>Capuchinho Vermelho</i> , na versão dos irmãos Grimm	449
<i>Ana Isabel Gouveia Boura</i>	

Confidência, Memória e Razão: as autobiografias como fontes privilegiadas para a história da família	463
<i>Ana Maria da Costa Macedo</i>	

FAMÍLIA, ESPAÇO DOMÉSTICO E ESPAÇO SOCIAL NO PORTO CONTEMPORÂNEO

As ilhas no percurso das famílias trabalhadoras do Porto em finais do século XIX.	477
<i>Gaspar Martins Pereira</i>	

Ilhas e novos condomínios no Porto do século XX. Reflexos do passado, interrogações do presente	495
<i>Paulo Castro Seixas</i>	

Bairros económicos do Porto: a casa como arma política	503
<i>Paulo Almeida</i>	
<i>At home</i> com a burguesia do Porto. Fronteiras entre o público e o privado.	519
<i>Nelson Mota</i>	
A política de habitação do Estado e os seus efeitos sociais no Porto contemporâneo: uma perspectiva sintética e panorâmica.	547
<i>Virgílio Borges Pereira</i>	

NOTA DE ABERTURA

CARLOTA SANTOS*

Em 26 e 27 de Novembro de 2010 realizou-se em Guimarães, na Sociedade Martins Sarmento, o I Encontro do Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (CITCEM), intitulado «Família, Espaço e Património». Esta reunião científica, centrada sobre a instituição familiar, visou promover um amplo diálogo entre investigadores das mais variadas áreas de conhecimento, cujas abordagens metodológicas e grelhas de leitura específicas permitissem suscitar plataformas de intersecção disciplinar que estimulassem desejáveis aprofundamentos em futuros estudos sobre a família, desde o Antigo Regime à Contemporaneidade.

Com efeito, sendo complexa a rede de interacções estabelecidas entre estruturas do parentesco, demográficas, sociais e económicas, com implicações determinantes nos processos de organização familiar, reprodução social e apropriação do espaço, ocorridos ao longo de sucessivas gerações, considerou o corpo directivo do CITCEM (presidido por Gaspar Martins Pereira, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto) que era chegado o momento de confrontar os resultados das investigações mais recentemente produzidas em diferentes ambientes académicos, nacionais e internacionais. Neste contexto, estariam reunidas as condições necessárias para o arranque de análises comparativas alargadas entre países e regiões, sustentando posteriores visões de síntese.

O livro que agora se publica resulta de uma selecção de trabalhos apresentados nesse encontro e reflecte, na sua orgânica interna, as grandes linhas temáticas em debate: Comportamentos demográficos, família e património; Ciclos de vida, instituições e estratégias familiares de sobrevivência; Família, relações sociais, marginalização e mecanismos de controlo no noroeste espanhol; Memória, espaço doméstico e espaço social; Família, espaço doméstico e espaço social no Porto contemporâneo.

* Coordenadora do Grupo de História das Populações / CITCEM.

Os autores dos artigos que integram estes cinco capítulos debruçam-se maioritariamente sobre a realidade ibérica, incluindo os seus territórios insulares ou mesmo antigas colónias. Longe de se revelar redutora, esta aproximação privilegiada de investigadores portugueses e espanhóis traduz relevantes pontos de contacto e afinidade de objectivos entre equipas coesas que, nos últimos anos, têm vindo a desenvolver distintos mas complementares projectos científicos de um e outro lado da linha de fronteira que, geograficamente, divide os dois países. Assim, embora os seus vários contributos se focalizem sobre épocas históricas estruturalmente diferenciadas, sendo também diversas as características dos espaços em análise, constituem no seu conjunto um sólido ponto de partida para sistematizações teóricas, a realizar num futuro próximo, considerando as continuidades demográficas, sociais e culturais que prevaleceram na península ao longo dos últimos séculos, transcendendo a frequente artificialidade das fronteiras políticas.

Agradecemos a David Reher, Director do Grupo de Estudios Población y Sociedad - Universidad Complutense de Madrid e colaborador activo do CITCEM, o eloquente prefácio que subscreve nesta obra colectiva. As suas considerações finais sobre as implicações sociais e económicas da transição demográfica resumem os aspectos essenciais da conferência de abertura que proferiu neste encontro, destacando o importante papel da instituição familiar nas dinâmicas que caracterizam as épocas de grande mudança histórica e, particularmente, as que se encontram associadas ao processo de industrialização europeia.

PREFÁCIO

DAVID REHER*

Hace poco más un año tuvo lugar en Guimarães el I Encontro CITCEM dedicado al tema «Família, Espaço e Património». El lector tiene entre manos el libro que recoge una amplia selección de los textos que en su día se presentaron en esta reunión científica. La mayor parte de los trabajos incluidos en este libro abordan de forma directa o indirecta la familia en contextos históricos, vista desde perspectivas y enfoques muy variados. Esta institución, clave para la articulación cultural y socioeconómica de la sociedad, ha sido objeto singular de análisis por parte de historiadores económicos, sociales y culturales desde los tiempos de Frédéric LePlay en el siglo XIX. De hecho, el elenco de especialistas en familia reúne algunos de las grandes figuras en las Ciencias Sociales e Históricas y cuenta en su nómina con investigadores de la talla, por ejemplo, de Alexander Chayanov, Seebohm Rowntree o Max Weber en los albores del siglo XX o de Gary Becker, Peter Laslett, Jack Goody, Louis Henry y Tamara Harevan entre otros muchos en el último tramo del mismo siglo. Hay entre ellos sociólogos, historiadores, economistas, demógrafos, antropólogos y biólogos. En Portugal y España también se han dado notables especialistas en este tema, entre los que merecen mención Brian Juan O'Neill, Francisco Chacón, Julio Caro Baroja, Fernando Mikelarena, Carmelo Lisón Tolosona, Norberta Amorim, Caroline Bretell, Julian Pitt-Rivers o, con toda modestia, él que suscribe este trabajo. Este breve elenco no pretende agotar de ninguna manera la lista de especialistas en este tema ya que hay muchos y muy buenos, pero sirve para dar una idea de la talla de los investigadores que se han interesado por la familia y de los enfoques tan variados que se pueden dar al tema.

El estudio de la familia suscita interés en especialistas que ven en ella el microcosmo dónde se articulan algunas de las facetas centrales en el funcionamiento de la sociedad. La importancia de la familia tiene variantes demográficas, económicas, sociales,

* Universidad Complutense de Madrid – UCM. Grupo de Estudios Población y Sociedad – GEPS.

culturales e incluso biológicas. Se trata de una institución vital para la reproducción demográfica, la reproducción social, la transmisión inter-generacional de la propiedad y, cómo no, de los valores y de las bases educativas y culturales de la sociedad. En muchos sentidos, la familia es clave para la organización social en cualquier época histórica, incluso en la actualidad. Es, además, central para las transferencias inter-generacionales de servicios y de apoyos que van hacia sus miembros vulnerables; a saber: los ancianos, las viudas y pobres, los huérfanos, y las personas que por una razón u otra estén en una situación de vulnerabilidad. Este papel de la familia, no siempre desempeñado de forma eficaz ni, por cierto, desinteresada, sigue siendo de máxima actualidad en un mundo contemporáneo atenazado por la realidad de un rápido envejecimiento de la población y por el miedo a sus posibles consecuencias. A pesar de los agoreros del final de la hegemonía de la familia tan de moda en las últimas dos décadas, sigue estando en boca de todos, bien como solución o como problema, bien como contexto idealizado o denostado, bien como fuente de todos los conflictos habidos y por haber, donde las emociones y los intereses suelen chocar con nociones como la lealtad, la disciplina o la solidaridad. Es evidente que tenemos familia para rato, tanto como tema de análisis científico como objeto de buena parte de lo positivo y lo negativo que tiene la sociedad.

Por todo ello, no es sorprendente que en este libro se hayan dado cita personas de campos tan variados para hablar de familia y de cómo funciona y ha funcionado en contextos históricos, con especial mención a la situación de la península ibérica. Ello se refleja en su estructura interna que incluye apartados sobre comportamientos demográficos, sobre la familia dentro de su espacio doméstico, sobre las relaciones sociales y mecanismos de control que a menudo implican a la familia, sobre los ciclos de vida dentro de la familia, sobre la transmisión de patrimonio y finalmente sobre fuentes. Cada uno de estos apartados incluye una serie de trabajos de naturaleza bastante variada, pero que todos tienen a la familia y al contexto histórico como denominadores comunes. En los próximos párrafos, resumiré de forma muy breve el contenido de estos apartados, aunque el número de trabajos que integran este volumen es suficientemente elevado como para desaconsejar mayor detalle en este prefacio. El lector y los autores sabrán disculpar, espero, la naturaleza tan evidentemente somera de este repaso.

El primer apartado, dedicado al tema de los «Comportamientos demográficos, família e património», reúne seis trabajos a cargo de distintos investigadores, entre ellos varios de los organizadores del Encontro CITCEM. Carlota Santos, coordinadora del proyecto, se junta con Maria Hermínia Mesquita (ambas de la Universidade do Minho) para abordar el análisis de los propietarios de dos comunidades de la Isla do Pico en las Islas Azores durante el siglo XIX. En el mismo apartado, Norberta Amorim estudia la movilidad social y demográfica de la parroquia Matriz de Horta (isla de

Faial), también en los Azores, durante los siglos XVIII-XX. El resto de los trabajos incluidos en este apartado estudian localidades de tierra firme, pero sus ópticas no son tan diferentes a los ya mencionados. Antero Ferreira y António Amaro das Neves (Universidade do Minho) abordan las estrategias matrimoniales en la ciudad de Guimarães durante los siglos XVIII y XIX. Aurora Rego estudia el papel de las mujeres de cara a la reproducción social en Vila Praia de Âncora a lo largo del siglo XIX y en las primeras décadas del XX. Delminda Rijo, Fátima Aragonez y Francisco Moreira hacen uso de los *róis de confessados* para estudiar la historia demográfica de la parroquia de Santa Justa de Lisboa en la transición entre el siglo XVIII y XIX. Por fin, Rui Maia y Ana Ribeiro abordan el interesante tema de la existencia de contracepción y de aborto en Portugal en el siglo XX, sobre todo en el barrio de Bonfim de la ciudad de Porto.

El siguiente apartado del libro se dedica a «Ciclos de vida, instituições e estratégias familiares de sobrevivência» y es el más abultado del libro, reuniendo un total de once trabajos sobre temáticas diversas, varios de ellos dedicados al análisis de distintos aspectos de las instituciones benéficas dependientes de la Iglesia. Maria de Fátima Machado (Universidade do Porto) analiza el abandono de niños y las amas de cría en Porto durante el siglo XVI a partir de los libros de *Cofre dos Bens do Concelho* que incluye los gastos efectuados por la Cámara en distintos años entre 1509 y 1575 y los libros de gastos de la Santa Casa da Misericórdia de Porto para años similares. Teodoro da Fonte, de la Universidade do Minho, analiza distintas dimensiones del abandono de niños en el noroeste de la Península Ibérica durante el siglo XIX. Paula Sofia Fernandes, del Arquivo Municipal de Penafiel, presenta un trabajo basado en los fondos del archivo de la Santa Casa da Misericórdia de Penafiel donde se puede apreciar cómo era habitual que en los legados de misas las personas procuraban promocionar a su misma familia y a sus valores, a menudo con la estipulación de que ciertos miembros de la misma familia gestionasen los legados. Maria Marta Lobo de Araújo (Universidade do Minho) desarrolla un análisis de la Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa y en particular su papel de socorrer a los ancianos necesitados de la ciudad en el siglo XIX. Alexandra Esteves, también de la Universidade do Minho, estudia el funcionamiento del Hospital de Caminha a mediados del siglo XIX a fin de poder precisar su papel tanto de cara a las enfermedades como para la asistencia de los más necesitados en el norte portugués. António Magalhães estudia el «Recolhimento de S. Tiago», una institución benéfica dependiente de la Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo en el siglo XVII dedicado a socorrer a mujeres necesitadas de Viana durante la época. Juliana Moraes analiza la actividad de la hermandad *Ordens Terceiras de São Francisco* en S. Paulo (Brasil) en la promoción de sus miembros, en especial de los unidos por vínculos de parentesco y António Dantas Barbosa analiza la misma Ordem Terceira en Ponte de Lima en cuanto a sus intervenciones con los

más desafortunados de la villa. El trabajo de Maria Odete Ramos evalúa el recurso al empréstito de capital como forma de gestionar los legados que llegaban a la Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez en el siglo XVIII.

Por fin, José Reis Leite analiza el testamento de Luís Almeida, canónigo de la catedral de Angra en el siglo XVII, en el que establece la institución de primogenitura para sus bienes. Bruno Lopes estudia la transmisión de cargos del Santo Oficio en la Inquisición de Évora durante el siglo XVII, y en concreto el hecho de que ciertos cargos tendían a permanecer en las mismas familias a lo largo del siglo.

El siguiente apartado del libro se dedica «Relacionales sociales, marginación y mecanismos de control en el noroeste español (siglos XV-XX)». Tal y como indica su nombre, recoge una serie de trabajos centrados en el noroeste de España a lo largo de varios siglos. En este sentido, este apartado ofrece una visión diferente pero complementaria a los estudios sobre la realidad portuguesa que, como era de esperar, abundaron en el Encuentro. Laureano Rubio Pérez de la Universidad de León emprende un estudio sobre el matrimonio y las estrategias matrimoniales en una comunidad maragata en tierras de Astorga durante el Antiguo Régimen. Alfredo Martín García, también de la Universidad de León, analiza los mecanismos de control social en Galicia durante la Edad Moderna a partir de la experiencia de la Real Villa de Ferrol. Sobre esta misma ciudad gallega de carácter más bien militar, Ana Martín García aborda la importancia de las sociedades recreativas en el siglo XIX, sobre todo como mecanismo de promoción social para las familias que eran miembros. María José Pérez Álvarez estudia la pobreza y su relación con las mujeres de León y de Astorga a mediados del siglo XVIII a partir, al menos en parte, de datos contenidos en el Catastro del Marqués de la Ensenada. Oscar Fernández evalúa la estructura familiar, el control social y las nuevas tecnologías entre distintos grupos étnicos (como, por ejemplo, los gitanos) en la sociedad leonesa. Raquel Martínez Peñín emprende el estudio del sector alfarero de la ciudad de León durante la Edad Media. Por fin, cabe mencionar el trabajo de María López Díaz (Universidad de Vigo) que estudia las relaciones y estrategias familiares de las élites urbanas gallegas entre los siglos XVI y XVIII.

La siguiente sección del libro recoge una serie de trabajos sobre temática diversa englobada bajo el título de «Memória, espaço doméstico e espaço social». Máximo García Fernández (Universidad de Valladolid) hace uso de las cartas de pago para las dotes expedidas en Valladolid junto con algunos inventarios *post mortem* a fin de precisar la estructura y evolución de los patrones de consumo dentro del hogar (ropa y bienes muebles) entre 1750 y 1850. Referido a la misma época, el trabajo de Maria Clara Loureiro Borges Paulino (Universidade do Porto) versa sobre las casas portuguesas a través de los escritos de 13 viajeros franceses, ingleses, alemanes y norteamericanos de la época. Giulia Rossi Vairo, haciendo uso de fuentes provenientes del Archivo Secreto del Vaticano (Roma) y del Archivo Nacional da Torre do Tombo

(Lisboa), analiza como en 1318 los soberanos D. Dinis e D. Isabel decidieron hacer del convento femenino cisterciense de S. Dinis de Odivelas un panteón familiar y, en sentido más general, un panteón real. Ana Isabel Boura (Universidade do Porto) estudia la contribución de los Hermanos Grimm a la uniformización y la propagación del cuento de Caperucita Roja en buena parte de Alemania y del resto de Europa. Finalmente, Ana Maria da Costa Macedo, haciendo uso de su conocimiento de los archivos de la familia Jácome de Vasconcelos (custodiados en la Casa Avelar de Braga), reflexiona sobre el papel de las autobiografías como fuente privilegiada para la historia de la familia.

El último apartado del libro se dedica a «Família, espaço doméstico e espaço social no Porto contemporâneo» y contiene trabajos dedicados al estudio de la familia en la ciudad de Porto durante los siglos XIX y XX. Gaspar Martins Pereira (Universidade do Porto) en su trabajo sobre Porto a finales del siglo XIX estudia con especial interés las condiciones de vida de los trabajadores dentro de la ciudad y en particular la forma que ellos se agrupan en «*ilhas*» dentro de la ciudad. Paulo Seixas del ISCSP y de la Universidade Técnica de Lisboa emprende un estudio de la vivienda y del hábitat de la ciudad de Porto durante la segunda mitad del siglo XX donde resalta una dimensión casi simbólica de distintos tipos hábitat en la ciudad durante la época. Paulo Almeida sitúa su estudio sobre Porto a mediados del siglo XX (1933-1965) en lo que llama los «bairros económicos» que se refiere a la construcción de viviendas unifamiliares de la época y de cómo ello se insertaba dentro de un proceso de reorganización y de control social. Nelson Mota de la Universidade de Coimbra estudia la burguesía de Porto durante el tramo final del siglo XIX basando su análisis en los permisos de construcción de la época. Por último, Virgílio Borges Pereira de la Faculdade de Letras do Porto se refiere a la política de alojamiento del estado y sus efectos sociales en Porto contemporáneo.

Con un número tan elevado de trabajos realizados desde perspectivas tan distintas, resulta imposible buscar líneas comunes de análisis o conclusiones generales reseñables. Esta colección de trabajos será de interés en el futuro para personas interesadas en los distintos temas tratados, pero no para personas que quieran leer un libro de síntesis sobre la familia. A pesar de ello, no obstante, la familia está presente en todas partes, tanto en sus dimensiones demográficas como, en especial, en sus estrategias a corto medio y largo plazo de promoción de los intereses de la familia y en la forma en que participan en instituciones de beneficencia social en distintas épocas. También merecen mención los trabajos que tratan distintos subgrupos sociales insertos en la sociedad cuya realidad a menudo tenían bastante de diferente con respecto a las normas sociales vigentes.

Debido a la naturaleza heterogénea de esta colección y a pesar de su común enfoque en contextos históricos, es bastante difícil divisar el perfil del cambio histórico

y cómo influye a la familia. Ello hubiera sido posible, tal vez, en trabajos individuales que rebasasen determinadas épocas históricas, pero no ha sido el caso. A pesar de ello, el cambio histórico existe y siempre ha existido, y los estudiosos de la familia harían bien en tener dicha realidad presente, incluso cuando sus fuentes no permitan apreciar los perfiles básicos de dichos cambios y la forma en la que afectan a la vida familiar. Estos cambios históricos pueden afectar este o aquel aspecto puntual de la vida familiar, pero también puede afectar al conjunto de la labor desarrollado por la familia o, de igual importancia, al contexto en el cual se desarrolla la familia. Aquí no me refiero sólo a la sociedad concreta en la que se desarrolla esta labor, sino a las bases mismas de la sociedad. Ejemplos de estos cambios son abundantes e incluyen, entre otros, el peso de la peste en el desarrollo de Europa entre los siglos XIV y XVII, la Reforma Protestante y su contrapartida, la Contrarreforma católica, la revolución industrial, el progresivo urbanización de la población, el peso de las posesiones de Ultramar, las ideas propias de la revolución francesa y su difusión en el ideario de buena parte del mundo, las grandes migraciones transoceánicas, y un largo etcétera. Se trata de los grandes flujos de la historia que contextualizan muy profundamente la vida de las personas y de las familias. Merecen siempre nuestra atención, en particular a la hora de identificar la importancia del cambio histórico en la vida familiar.

Además, al menos en un caso este tipo de cambio de sistema ha nacido directamente dentro de la familia. No significa que no estuviera la familia presente en otros grandes procesos históricos, pero en ninguno de forma tan evidente. La historia de la población, de los grandes cambios demográficos, es un ejemplo perfecto de este tipo de dinámica. Lo que se ha dado en llamar la transición demográfica implica una reducción muy importante en el número de niños fallecidos junto con una reducción igual o más fuerte en el número de nacimientos. Estas dos dimensiones de la transición demográfica son inequívocamente funciones de la familia. De hecho, garantizar la reproducción de la sociedad – y con ella de las familias mismas– es, tal vez, el papel más importante desempeñado por la familia a lo largo de los siglos, o al menos con una importancia a la par de su función de contexto donde se asegura la transmisión inter-generacional de riqueza o de valores. Y sin embargo desde hace un siglo o, con una perspectiva algo diferente, desde hace dos, la familia ha cambiado, por así decirlo, las reglas del juego de la reproducción. Se ha impuesto con una fuerza enorme lo que se ha llamado la eficacia reproductiva según la cual se logran el número deseado de hijos con un esfuerzo, al menos en términos de tiempo, muy inferior, pero tal vez con un coste mayor. He aquí el meollo de la transición demográfica que comenzó en países europeos y en algunos otros en otros continentes (Australia, Nueva Zelanda, USA, Canadá, Argentina y Uruguay) hace mucho más de un siglo. Además, la gran noticia del siglo XX es que esta transición demográfica se ha extendido a la práctica totalidad del mundo, así que lo que era un fenómeno casi exclusivamente europeo

hacia finales del siglo XIX, se ha convertido en un fenómeno mundial durante la segunda mitad del siglo XX.

No es lugar entrar en los detalles de este enorme cambio en estas líneas, aunque me gustaría resaltar algunas de sus implicaciones para la sociedad que son y seguirán siendo claves para el desarrollo de la humanidad y, por cierto, también de la familia¹. En resumidas cuentas, la transición demográfica pone en marcha cuatro tipos de cambio, cada uno de los cuales con implicaciones muy importantes para sociedad.

1. En primer lugar, cualquier caída prolongada en la fecundidad produce profundos cambios en la estructura por edad de la población. Al principio estos cambios conducen a una situación óptima para el crecimiento económico y el bienestar social ya que se dan poblaciones con muchas personas en edad de trabajar y relativamente pocas en edades dependientes. Esta fase, a menudo bastante prolongada, se ha dado en llamar el dividendo demográfico derivado de la transición demográfica (BLOOM, CANNING y SEVILLA, 2003). Se trata de un momento en el que el crecimiento económico y el establecimiento de sistemas de pensiones son posibles. Andando el tiempo, sin embargo, se produce el efecto contrario de rápido envejecimiento de la población, de escasez de población en edad laboral y de dificultades cada vez mayores para mantener los sistemas de bienestar social basado en transferencias inter-generacionales de riqueza que se pusieron en marcha precisamente durante los años dorados del dividendo demográfico.
2. Al producir un aumento en el crecimiento de la población que puede durar bastante tiempo, la transición demográfica tiende a crear poblaciones excedentes que suelen participar en corrientes migratorias masivas, de índole internacional o interregional. A la larga estas corrientes migratorias tienen efectos beneficiosos tanto en el lugar de destino como en el lugar de origen, puestos de manifiesto a través de los flujos de capital humano o de remesas, aunque también impliquen la separación de individuos de sus familias de origen. Allá donde se ha dado, el proceso de transición demográfica ha coincidido con épocas de fuertes corrientes migratorias.
3. La transición produce un aumento considerable en la eficacia reproductiva de las familias, con metas reproductivas siendo logradas con menos nacimientos y menos defunciones en la infancia. La primera y tal vez más importante cambio derivado de ello fue una masiva liberación del tiempo de las mujeres adultas que pasaron de invertir en torno al 70 por cien de sus vidas adultas en tener y criar a su prole a invertir algo menos que el 15 por cien (LEE, 2003: 167). Al tener menos hijos, por otro lado, crece la importancia que tiene para

¹ Para un planteamiento mucho más detallado de estas ideas, véase REHER (2004, 2007 y 2011).

- las familias tener hijos «de calidad» lo cual implica un aumento significativo en las inversiones paternas en ellos puestas de manifiesto dentro del hogar familiar, en la insistencia en una mejora de su formación (nivel educativo) y, por implicación, en la progresiva disminución de su contribución económica de a la economía familiar. De hecho, es probable que aumentase el coste global de los hijos a pesar de la disminución del número de nacimientos. Todo esto (coste, tiempo de mujeres y aumento en la educación) termina facilitando la entrada de las mujeres en el mercado de trabajo, sin duda el cambio social de mayor envergadura de las últimas décadas en buena parte de Europa. Paralelo a este cambio, y en parte como consecuencia del cambio en el papel de las mujeres en la sociedad, se produce un declive en la importancia de la institución del matrimonio como forma básica de organizar la sociedad y la familia. Como es natural, todo ello afecta muy directamente a la familia y a la vida familiar.
4. Durante la transición demográfica también mejora la salud de la población adulta, si bien a un ritmo menor que entre la población a edades jóvenes. Esta mejora gana fuerza con la llegada a la vida adulta de jóvenes (hombres y mujeres) que se han criado en hogares sin una importante carga de enfermedades infecto-contagiosas y, además, que han disfrutado de unos niveles de educación que jamás tuvieron sus padres (ver punto 3). Puesto que proporciones cada vez mayores de la población vivían en estos ambientes saludables, terminaban llegando a la madurez con mayor estatura, con más educación y con mejor salud que nunca y así podían encarar una vida laboral larga, productiva y relativamente carente de graves problemas de salud. Todo ello ha tenido un efecto muy positivo para las personas y para las economías nacionales. Por otra parte, también la longevidad tiene un efecto, tal vez más importante aún, en la forma en que las personas ven sus propias vidas, en la manera en que arbitran estrategias para las mismas. No es igual suponer que la mediana edad ocurre a, digamos, los 30 años de edad que suponer que comienza, digamos, a los 60. Se trata de uno de los efectos claves de la transición demográfica en la vida de las personas.

Todos estos efectos se pueden identificar tanto en la transición demográfica histórica, ya casi finalizada, como en las que están en curso. En muchos de los casos mencionados arriba, los efectos beneficiosos de la transición se terminaron tornando negativos con el paso del tiempo y contribuyen al pesimismo generalizado con que en los países desarrollados se suele encarar el futuro de nuestras sociedades. ¿Ocurrirá lo mismo en las transiciones más recientes, en las que afectan buena parte del mundo en desarrollo? Es posible que sí. En cualquier caso, la forma en que se vive la vida ha cambiado para siempre y es indudable que buena parte de ello se debe a la transición

demográfica. Se trata de una realidad de enorme importancia que haríamos mal en ignorar, tanto en nuestros estudios de la familia como en nuestras vidas mismas.

Es imposible escribir la historia de la familia en el último siglo o siglo y medio sin tener presente, al menos indirectamente, estos enormes cambios que afectaron a la familia y, en el caso de la transición demográfica, se iniciaron precisamente dentro de la familia. Hubo también otros muchos cambios de nota que incidieron en la vida familiar como es el gran proceso de modernización económica y social de la época (derivada en parte de esta misma transición demográfica), la conformación del Estado Moderno y de su influencia cada vez más importante en la vida de la familia, o la implantación de una sociedad de consumo donde el papel de la religión en la vida de las personas es mucho menor que antes (cambio de nuevo vinculado en parte a los cambios demográficos ya mencionados). Todos ellos constituyen la vida moderna, todos ellos influyen en la vida familiar y todos ellos nacieron directo o indirectamente de los cambios demográficos iniciados en el seno de las familias hace ya mucho tiempo.

PUBLICACIONES CITADAS

- BLOOM, David E.; CANNING, David; SEVILLA, Jaypee (2003) – *The Demographic Dividend: A New Perspective on the Economic Consequences of Population Change*. Population Matters Monograph MR-1274. Santa Monica: RAND.
- LEE, Ronald (2003) – *The Demographic Transition: three centuries of fundamental change*. «Journal of Economic Perspectives», 17:4, p. 167-190.
- REHER, David S. (2004) – *The Demographic Transition revisited as a global process*. «Population, Space and Place», 10, p. 19-41.
- REHER, David S. (2007) – *Towards long-term population decline: a discussion of relevant issues*. «European Journal of Population», 23, p. 189-207.
- REHER, David S. (2011) – *Economic and social implications of the Demographic Transition*. «Population and Development Review», 37 (Supplement edited by Ronald D. Lee and David S. Reher, *Demographic Transition and Its Consequences*), p. 11-33.

COMPORTAMENTOS
DEMOGRÁFICOS,
FAMÍLIA E PATRIMÓNIO

PROPRIETÁRIOS DA MADALENA E CRIAÇÃO VELHA (ILHA DO PICO) EM FINAIS DO SÉCULO XIX. FAMÍLIA E PATRIMÓNIO (ESTUDO DE CASOS)*

CARLOTA SANTOS**

MARIA HERMÍNIA MESQUITA***

1. OBJECTIVOS, MATERIAL E MÉTODOS

No sentido de proceder a uma análise histórica dos comportamentos demográficos e da dinâmica populacional da ilha do Pico, numa perspectiva micro-analítica de longa duração, foram construídas ao longo das duas últimas décadas, por aplicação da metodologia de «reconstituição de paróquias» (AMORIM, 1991), bases de dados demográficas e genealógicas para as 17 freguesias que correspondem à sua actual divisão administrativa, a partir do levantamento da informação proveniente dos registos paroquiais de nascimentos, casamentos e óbitos.

Nestas bases de dados, abertas ao cruzamento nominativo, têm sido progressivamente introduzidas informações seriais facultadas por diversas fontes de carácter social, económico e fiscal, viabilizando a observação de comportamentos diferenciados no interior da população (AMORIM, 1992; MESQUITA, 1998; SANTOS, 2004b; SANTOS, 2009), o estudo das estratégias matrimoniais adoptadas para assegurar a preservação e ampliação do património familiar (AMORIM & SANTOS, 2009), a análise da interacção estabelecida entre estruturas demográficas e estruturas do parentesco entre subpopulações (SANTOS, 2004b).

* Investigação desenvolvida no âmbito do projecto «Espaços urbanos: dinâmicas demográficas e sociais (séculos XVII-XX)», com referência PTDC/HIS-HIS/099228/2008, co-financiado pelo orçamento do programa COMPETE – Programa Operacional Factores de Competitividade na sua componente FEDER e pelo orçamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia na sua componente OE.

** Universidade do Minho/CITCEM – csantos@ics.uminho.pt

*** Universidade do Minho/CITCEM – hermimesquita@sapo.pt

O tratamento de dados nominais, proporcionados pelas matrizes prediais produzidas no início da década de 1880, permitiu ainda avançar para uma compreensão abrangente da estrutura da propriedade nas comunidades de S. João (AMORIM, 2004b), Santo Amaro (AMORIM, 2005), S. Caetano (AMORIM, 2006), Lajes do Pico (AMORIM, 2007; AMORIM, 2009), S. Mateus (AMORIM, 2008) e Praínha do Norte (AMORIM, 2009).

Visando prosseguir esta última linha de investigação, que se pretende alargar à escala insular, procedemos à recolha e organização dos vários dados referentes aos indivíduos que constam como proprietários nas matrizes prediais, com data de 1884 para duas freguesias da zona ocidental da ilha: Madalena, sede do município com o mesmo nome, e Criação Velha, paróquia desmembrada da primeira no início do século XIX.

Nestas matrizes, cujo processo de elaboração teria sido lento, cada indivíduo aparece relacionado com as propriedades que detém através de uma atribuição nominal, seguida da respectiva localização, área, confrontações, descrição e rendimento colectável.

Enquanto a matriz da Criação Velha se encontra completa, com a descrição de 5084 registos prediais, a matriz da Madalena apresenta inúmeras lacunas resultantes do mau estado de conservação dos livros existentes. De um total de 8266 registos de propriedade aí inscritos, apenas 4081 se conservaram intactos (49,37% de casos) o que impede a caracterização do conjunto de propriedades imputadas a cada indivíduo.

Para ambas as freguesias, utilizámos ainda a informação retirada dos mapas impressos das matrizes prediais, publicados em 1884 pela Imprensa Nacional, onde constam por ordem alfabética os nomes dos contribuintes inscritos como proprietários, sua residência, números dos artigos a que correspondem os prédios na matriz e, finalmente, o rendimento colectável global. Estas informações adicionais minimizaram, em alguma medida, as deficiências de base encontradas na matriz da Madalena, embora permaneçam mais limitadas as possibilidades de uma análise aprofundada na sede do concelho.

Construído um quadro geral sobre a efectiva distribuição da propriedade (por género, por local de residência e por rendimento colectável), privilegiámos uma leitura casuística que permitisse ilustrar a interacção existente entre comportamentos demográficos específicos e a maior ou menor capacidade de acesso à propriedade fundiária. Para este efeito, seleccionámos a partir do escalonamento dos rendimentos colectáveis, um grande, um médio e um pequeno proprietário cujas trajectórias genealógicas e familiares foram reconstituídas ao longo de várias gerações, após identificação dos mesmos nas bases de dados disponíveis para o concelho da Madalena (ilha do Pico) e para a cidade da Horta (ilha do Faial).

Esta abordagem pretende configurar o leque de estratégias adoptadas por famílias representativas de diferentes estratos sociais que, embora com desigual disponibilidade

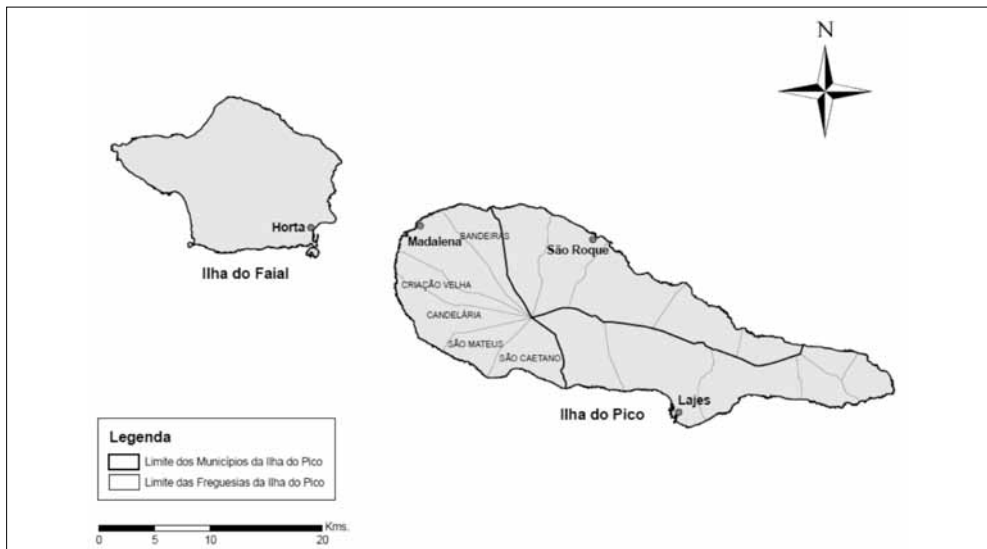
económica, visavam garantir a sobrevivência do agregado de origem e da geração descendente através de decisões conducentes à ampliação do património familiar ou, pelo menos, à sua preservação. O processo de selecção do cônjuge, a antecipação ou adiamento do matrimónio ou ainda a opção por um destino migratório de média ou longa distância, constituíram mecanismos recorrentes nestas populações limitadas por múltiplos constrangimentos associados à sua condição insular.

2. GEOGRAFIA E RECURSOS

Com uma área de 433 km² e de constituição vulcânica, a ilha do Pico é dominada por uma montanha que se eleva a 2.351 metros de altitude. A sua população, condicionada por uma complexa orografia, fixou-se desde o início do povoamento nas partes baixas do litoral, onde as melhores terras foram exploradas para a cultura de legumes, tubérculos, árvores de fruto e cereais. Nos terrenos altos expandiram-se as pastagens para o gado que, em algumas zonas, ultrapassam os 800 metros de altitude.

Dos três municípios em que actualmente se reparte, o da Madalena ocupa uma área de 149,08 km² distribuída pelas freguesias da Madalena (32,95 km²), Criação Velha (16,39 km²), Bandeiras (25,92 km²), Candelária (31,72 km²), S. Mateus (17,74 km²) e S. Caetano (24,36 km²). No início do século XIX, a paróquia da Criação Velha autonomizou-se da primeira, enquanto S. Caetano passaria por idêntico processo em 1886 relativamente à grande freguesia de S. Mateus.

Mapa 1 – Ilhas do Pico e do Faial



Fonte: Instituto Geográfico do Exército, Portugal.

No seu conjunto, a ilha sempre se ressentiu de uma produção cerealífera deficitária, compensada por uma solidária complementaridade económica tradicionalmente mantida com a ilha do Faial, induzida pela proximidade geográfica e pela curta distância marítima que separa os portos da Horta e da Madalena.

Em contrapartida, tanto a suavidade climática da região como as características do solo, fertilizado por lavas vulcânicas recentes, favoreceram o desenvolvimento da vitivinicultura sobretudo na zona ocidental, estimulando a produção e comercialização de um vinho de excelente qualidade, exportado para os mercados do Norte da Europa, Rússia, Estados Unidos da América e Brasil, a partir do porto da Horta. No ano de 1853, à semelhança do que ocorreu em território continental e nas restantes ilhas do arquipélago, a produção vinícola do Pico viu-se severamente reduzida por uma praga de *oidium* que, devastando grande parte dos vinhedos, determinou a replantação dos terrenos, no início da década de 1870, com uma vinha de casta inferior (*Isabella*) seleccionada pela sua maior resistência mas resultando num produto final de menor qualidade, destinado ao consumo local (João, 1991).

Os indicadores de produção organizados por Norberta Amorim para as quatro ilhas do ex-distrito da Horta (AMORIM, 2004a), com base na informação fornecida pelas Estatísticas do Governo Civil do Distrito Autónomo da Horta para o ano de 1884, confirmam o contributo económico da cultura da vinha em todo o concelho, mas particularmente nas freguesias da Madalena e Candelária onde a produção anual de vinho alcançou 79,8% num total de 101.420 litros. Dos seus derivados, o quantitativo de aguardente adquiriu maior expressão nas Bandeiras e Madalena que, em conjunto, produziram 68% dos 19.190 litros contabilizados em todo o município, enquanto a produção de vinagre se concentrou na Candelária, representando 60,8% em 26.320 litros.

Nas terras mais férteis de S. Mateus, que nessa data ainda integrava o lugar de S. Caetano onde se localiza a faixa produtiva da *Terra do Pão*, o cultivo de milho era claramente superior ao das restantes freguesias da região ocidental, assegurando 67,2% dos 431.486 litros de cereal obtidos no concelho. Nestes terrenos menos agrestes, a ampla área de pastagens que aí predomina propiciou a criação de gado bovino e caprino cujo número de cabeças atingiu os 35,4%, superando os 25,1% e 21% registados na Madalena e Bandeiras, respectivamente. Da produção de lã que lhe está associada, 32,9% correspondiam a S. Mateus, 29,3% à Madalena e 20,2% às Bandeiras, totalizando 82,4% dos 2.220 quilos de lã, preta e branca, recolhidos.

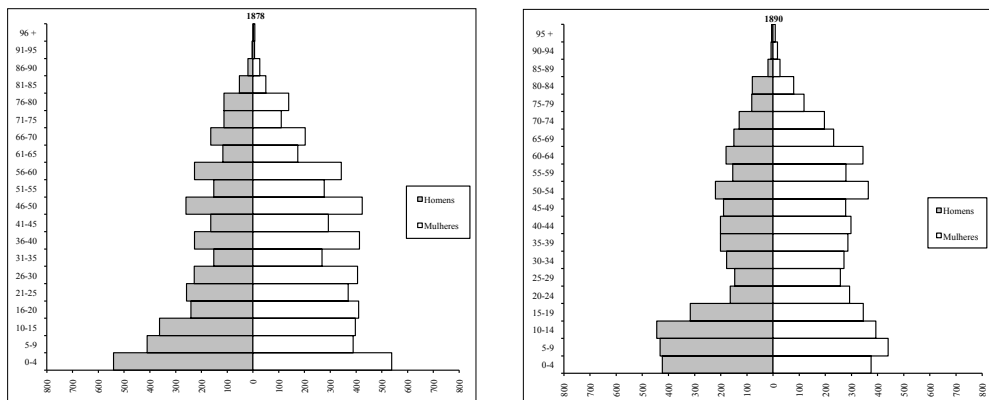
Das restantes produções agrícolas, ancorando uma economia familiar de subsistência, apenas foram referenciados os valores globais para o concelho: 509.000 quilos de batata inglesa, 235.000 quilos de batata-doce, 156.270 quilos de inhames e 1.500 litros de feijão.

3. ESTRUTURA POPULACIONAL E TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS

Replicando a tendência evolutiva da população em todo o município, as freguesias da Madalena e Criação Velha registaram um crescimento demográfico assinalável entre finais de Setecentos e a década de 1820, entrando posteriormente numa longa fase depressiva que se prolongou até 1920 (SANTOS, 2004b).

Extremamente dependente da produção vinícola, a região foi particularmente abalada pela crise dos vinhedos que provocou o esvaziamento dos campos e o empobrecimento de um largo sector da população abrangendo trabalhadores rurais, mas também artesãos, incumbidos do fabrico e preparação do vasilhame, ou ainda trabalhadores portuários e marítimos ocupados nas tarefas de embarque e distribuição. Este cenário recessivo, potenciando as saídas migratórias de longa distância, onde se destacam como destinos privilegiados o Brasil e os Estados Unidos da América, explica a estrutura populacional reflectida nas pirâmides etárias do concelho, relativas a 1878 e 1890 (Figura 1).

Figura 1 – Pirâmides de idades no concelho da Madalena (1878 e 1890)



Fonte: Recenseamentos nacionais portugueses.

Com efeito, tratando-se de uma população pré-transicional, a retracção do volume de efectivos jovens, que se acentuou progressivamente ao longo da segunda metade de Oitocentos, não pode ser atribuída à implantação de práticas malthusianas. Esse fenómeno, associado a uma baixa representatividade de activos e a uma forte desproporção entre o número de homens e mulheres em idade reprodutiva, revela antes os efeitos de uma emigração selectiva que atinge preferentemente o sexo masculino.

Se considerarmos que a relação de masculinidade da população em idade reprodutiva (20-44 anos) equivalia a cerca de 59 e 63 homens para 100 mulheres, em 1878 e 1890 respectivamente, será igualmente compreensível o significativo acréscimo das

taxas de celibato definitivo registadas para o sexo feminino, que ascenderam de 5,6% na primeira metade do século para 18% na segunda (SANTOS, 2004b).

Nesta conjuntura económica e demográfica pouco equilibrada, o adiamento do primeiro matrimónio constituiu uma opção generalizada. Em anterior estudo, onde se procedeu a uma comparação dos comportamentos nupciais observados em várias freguesias da ilha do Pico (AMORIM & SANTOS, 2009), foram contudo detectadas algumas diferenças entre regiões e entre grupos ocupacionais, que permitiram confirmar um maior impacto demográfico deste ciclo depressivo na zona ocidental.

Com efeito, num quadro geral de elevadas idades médias ao primeiro casamento (Tabela 1), quando comparadas com outras regiões europeias coetâneas (HENRY & HOUDAILLE, 1979; FLINN, 1981), verificou-se sempre um maior adiamento na Madalena e maior antecipação na Candelária, embora em qualquer uma das freguesias tenha sido notável o aumento das idades, em ambos os sexos, durante a segunda metade do século.

**Tabela 1 – Idade média ao primeiro casamento por períodos
Madalena, Criação Velha e Candelária (1800-1899)**

Períodos de casamento	Homens		Mulheres	
	N	Idade média	N	Idade média
Madalena				
1800-1849	578	28,9	635	25,6
1850-1899	405	30,8	473	27,8
Criação Velha				
1801-1849	266	27,8	288	25,0
1850-1899	207	29,9	240	27,3
Candelária				
1800-1849	561	26,6	590	24,2
1850-1899	355	28,3	379	27,0

Fonte: Bases de dados da Madalena, Criação Velha e Candelária.

Nota: Nubentes ao primeiro casamento, com idades inferiores a 50 anos.

Por outro lado, a análise diferencial viabilizada pelo cruzamento nominativo da informação proveniente dos diferentes tipos de registos paroquiais e de mapas da população oitocentistas, onde são mencionadas as profissões dos chefes de família, indiciou a actuação de mecanismos particularmente constrangedores no grupo de proprietários, explicando o pronunciado atraso na celebração do primeiro matrimónio, em contraste com a maior precocidade ao casamento que sempre caracterizou a população marítima (Tabela 2). Deverá contudo referir-se que, nas fontes que ser-

viram de base a esta categorização, a designação de «proprietário» é bastante mais restrita do que a utilizada nas matrizes prediais, sendo apenas aplicável a indivíduos cujo rendimento auferido pela exploração das terras apropriadas garantia por si só a sobrevivência dos seus agregados domésticos e, eventualmente, a da família alargada.

**Tabela 2 – Idade média ao primeiro casamento por grupos ocupacionais e por períodos
Madalena, Criação Velha e Candelária (1800-1899)**

Períodos de Casamento	Homens		Mulheres	
	N	Idade média	N	Idade média
Agricultores e trabalhadores rurais	358	28,2	363	24,8
1800 – 1849				
1850 – 1899	576	29,7	610	27,6
Marítimos	77	24,9	79	23,3
1800 – 1849				
1850 – 1899	130	26,8	155	25,7
Artesãos	49	27,9	62	25,2
1800 – 1849				
1850 – 1899	80	28,5	103	25,4
Proprietários	40	28,7	44	24,6
1800 – 1849				
1850 – 1899	49	39,2	63	27,8

Fonte: Bases de dados da Madalena, Criação Velha e Candelária.

Nota: Casamentos em que a ocupação do chefe de família é conhecida. Nubentes ao primeiro casamento, com idades inferiores a 50 anos.

Para os detentores da média ou grande propriedade, a conservação ou elevação do estatuto social dos seus filhos e filhas em idade núbil constituía uma prioridade, implicando a activação de alianças matrimoniais homogâmicas destinadas a ampliar o património familiar que, por herança, tenderia a ser igualmente repartido pela geração descendente. Neste contexto, sendo estreito o leque de opções para a escolha de um cônjuge de estatuto social idêntico numa sociedade limitada pela geografia e outros condicionalismos insulares, apenas as famílias influentes poderiam manobrar esse processo de forma ágil. Como alternativa para o enriquecimento individual, a emigração transatlântica dos filhos varões surgia como solução relativamente acessível para os médios e pequenos proprietários que, no seu retorno, teriam acumulado algum capital que lhes permitisse alargar o património fundiário transmitido ou a transmitir por via sucessória e, conseqüentemente, lhes facilitasse o acesso a um matrimónio vantajoso.

A implementação destas estratégias, sendo por regra prolongada no tempo, justifica a prevalência de enlacs particularmente tardios neste estrato social, bem como a sua dilatação durante a conjuntura económica crítica que se instalou na década de 1850, determinando uma redução acentuada das respectivas taxas de fecundidade legítima (SANTOS, 2004b).

Num quadro de baixa mortalidade geral, que distinguiu a ilha do Pico das restantes ilhas do arquipélago e de outras populações europeias da mesma época (ROCHA & RODRIGUES, 1983), foi ainda possível constatar que a esperança média de vida das gerações nascidas no município da Madalena entre 1800 e 1870 foi superior na amostra de casais de proprietários (SANTOS, 2004b), o que reflectirá a interferência de uma maior disponibilidade económica destas famílias e, por esta via, a acessibilidade a meios de subsistência e a cuidados médicos que actuariam favoravelmente no quotidiano familiar e na longevidade individual.

4. PROPRIETÁRIOS DA MADALENA E CRIAÇÃO VELHA

No início da década de 1880, dos proprietários listados nas matrizes prediais do conjunto Madalena/Criação Velha, 78,2% residiam em uma das freguesias. Destes, 54,2% detinham um qualquer tipo de propriedade na sede do concelho e 24% na paróquia vizinha, independentemente da sua dimensão e respectivo rendimento, sendo os restantes 21,8% naturais de outras localidades (Tabela 3).

Tabela 3 – Proprietários da Madalena e Criação Velha

Local de residência	Local das propriedades				Total	
	Madalena		Criação Velha			
	N	%	N	%	N	%
Madalena	1019	41,7	112	4,6	1131	46,3
Criação Velha	306	12,5	474	19,4	780	31,9
Madalena e Criação Velha	1325	54,2	586	24,0	1911	78,2
Outras localidades	297	12,2	234	9,5	531	21,8
Total	1622	66,4	820	33,6	2442	100

Fonte: Mapa das matrizes prediais da Madalena e Criação Velha, 1884.

No entanto, observando separadamente cada um dos espaços, verifica-se ter sido mais elevada a proporção de indivíduos moradores na Criação Velha com propriedades na Madalena (12,5%) do que a situação inversa (4,6%). Esta divergência dever-se-á sobretudo a uma desigual extensão das respectivas áreas apropriáveis, mas decorrerá simultaneamente da estreita relação de parentesco estabelecida entre subpopulações

(SANTOS, 2004b) que, ao longo de várias gerações, esteve na origem de sucessivas transferências do património familiar por via matrimonial e sucessória.

Menos discrepantes, as frequências relativas de proprietários com residência exterior corresponderam a 12,2% de casos na Madalena e a 9,5% na Criação Velha.

Numa perspectiva de género, e agregando todos os locais de residência, concluímos que cerca de 70% dos proprietários referenciados nos mapas que resumem as matrizes de ambas as paróquias eram de sexo masculino (Tabela 4 e Tabela 5). Contudo, isolando os moradores na Madalena e Criação Velha, observou-se uma maior participação de mulheres em qualquer um dos espaços, rondando os 34%.

No conjunto, sobressai ainda uma expressiva representatividade do sexo feminino entre os residentes na ilha do Faial com propriedades na Madalena (25,9%) e na Criação Velha (26,3%).

Tabela 4 – Proprietários da Madalena (por freguesia de residência e género)

Freguesia de residência	Homens		Mulheres		Instituições		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Madalena	669	65,6	349	34,3	1	0,1	1019	100
Criação Velha	234	76,5	71	23,2	1	0,3	306	100
Bandeiras	99	81,8	22	18,2	0	0	121	100
Ilha do Faial	120	74,1	42	25,9	0	0	162	100
Outras freguesias da Ilha do Pico	9	90,0	1	10,0	0	0	10	100
Outras Ilhas e Continente	3	75,0	1	25,0	0	0	4	100
Total	1134	69,9	486	30,0	2	0,1	1622	100

Fonte: Mapa da matriz predial da Madalena, 1884.

Tabela 5 – Proprietários da Criação Velha (por freguesia de residência e género)

Freguesia de residência	Homens		Mulheres		Instituições		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Criação Velha	312	65,8	159	33,6	3	0,6	474	100
Madalena	86	76,8	26	23,2	0	0	112	100
Candelária	118	75,6	38	24,4	0	0	156	100
Ilha do Faial	55	72,4	20	26,3	1	1,3	76	100
Outras freguesias da Ilha do Pico	1	50,0	1	50,0	0	0	2	100
Outras Ilhas e Continente	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	572	69,8	244	29,8	4	0,5	820	100

Fonte: Mapa da matriz predial da Criação Velha, 1884.

Os mais altos coeficientes de parentesco encontrados na área concelhia entre paróquias adjacentes, determinados pelo processo de selecção do cônjuge onde a proximidade geográfica desempenhou um papel relevante (SANTOS, 2004b), justificam ainda a presença de uma significativa frequência de proprietários das Bandeiras na Madalena (dos quais 18,2% eram mulheres) e de proprietários da Candelária na Criação Velha (dos quais 24,4% também eram mulheres). Relativamente à distribuição por género dos indivíduos residentes em outras freguesias do arquipélago ou do continente, o seu escasso número inviabiliza qualquer leitura dos valores calculados, por ausência de significado estatístico.

Relacionando o total de proprietários em cada local de residência com o respectivo rendimento global (Tabela 6 e Tabela 7), destaca-se um maior rendimento médio para os 162 moradores no Faial com propriedades na Madalena (20\$022 réis)

Tabela 6 – Relação entre proprietários e rendimento colectável no espaço da Madalena (por freguesia de residência)

Freguesia de residência	Proprietários		Rendimento colectável		Relação RC/Proprietários
	N	%	N (réis)	%	
Madalena	1019	62,8	5392\$463	56,6	5\$292
Criação Velha	306	18,9	650\$852	6,8	2\$127
Bandeiras	121	7,5	156\$572	1,6	1\$294
Ilha do Faial	162	10,0	3243\$553	34,0	20\$022
Outras freguesias da Ilha do Pico	10	0,6	62\$919	0,7	6\$292
Outras Ilhas e Continente	4	0,2	29\$655	0,3	7\$414
Total	1622	100	9536\$014	100	5\$879

Fonte: Mapa da matriz predial da Madalena, 1884.

Tabela 7 – Relação entre proprietários e rendimento colectável no espaço da Criação Velha (por freguesia de residência)

Freguesia de residência	Proprietários		Rendimento colectável		Relação RC/Proprietários
	N	%	N (réis)	%	
Criação Velha	474	57,8	1.177\$308	65,4	2\$484
Madalena	112	13,7	75\$383	4,2	\$673
Candelária	156	19,0	59\$661	3,3	\$382
Ilha do Faial	76	9,3	489\$067	27,1	6\$435
Outras freguesias da Ilha do Pico	2	0,2	0\$000	0	\$000
Total	820	100	1.801\$419	100,0	2\$197

Fonte: Mapa da matriz predial da Criação Velha, 1884.

que se afasta largamente da relação encontrada para os 1019 proprietários residentes na própria paróquia (5\$292 réis). Na Criação Velha a situação é semelhante, com o rácio correspondente aos 76 faialenses (6\$435 réis) a exceder, ainda que em menor medida, o que se refere aos 474 aí residentes (2\$484 réis).

Esta primeira percepção da apropriação do espaço nas duas freguesias, oculta, porém, grandes clivagens na efectiva repartição do rendimento global. Com efeito, a distribuição apresentada na Tabela 8 e na Tabela 9 revela que a percentagem de indivíduos com propriedade e sem qualquer rendimento rondava os 7% na Madalena e os 17% na Criação Velha, o que equivaleria à não exploração ou improdutividade de um número considerável de parcelas de terreno, seguramente de dimensão reduzida.

**Tabela 8 – Distribuição dos proprietários da Madalena segundo o rendimento colectável
(% em relação ao termo)**

Rendimento colectável (réis)	Madalena		C. Velha		Bandeiras		Ilha do Faial		Outras freguesias da Ilha do Pico		Outras Ilhas e Continente		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sem rendimento	73	4,5	18	1,1	9	0,6	16	1,0	1	0,06	0	0	117	7,2
< \$100	30	1,9	22	1,4	4	0,2	5	0,3	0	0	0	0	61	3,8
\$100-\$499	142	8,8	68	4,2	41	2,5	24	1,5	0	0	0	0	275	17,0
\$500-\$999	117	7,2	51	3,2	24	1,5	15	0,9	1	0,06	1	0,06	209	12,9
1\$000-1\$999	164	10,1	39	2,4	19	1,2	15	0,9	1	0,06	0	0	238	14,7
2\$000-4\$999	199	12,3	67	4,1	18	1,1	17	1,1	4	0,2	1	0,06	306	18,9
5\$000-9\$999	149	9,2	35	2,1	5	0,3	14	0,9	1	0,06	0	0	204	12,6
10\$000-19\$999	97	6,0	6	0,4	1	0,06	26	1,6	1	0,06	2	0,1	133	8,2
20\$000-29\$999	23	1,4	0	0	0	0	10	0,6	1	0,06	0	0	34	2,1
30\$000-39\$999	12	0,7	0	0	0	0	4	0,2	0	0	0	0	16	1,0
40\$000-49\$999	5	0,3	0	0	0	0	4	0,2	0	0	0	0	9	0,5
50\$000-99\$999	4	0,3	0	0	0	0	4	0,2	0	0	0	0	8	0,4
> 100\$000	4	0,2	0	0	0	0	8	0,5	0	0	0	0	12	0,7
Total	1019	62,8	306	18,9	121	7,5	162	10,0	10	0,6	4	0,2	1622	100

Com um valor inferior a 10\$000 réis que, na inexistência de propriedades em outras localidades não permitiria transpor o limiar de pobreza de famílias estruturalmente dependentes dos recursos proporcionados pela terra, encontram-se 79,9% dos proprietários do termo da Madalena e 78% do termo da Criação Velha. Será contudo presumível que os residentes no exterior usufruíssem de um património mais alargado

na própria área de residência, facto que apenas o cruzamento da informação a partir de idênticas fontes poderia esclarecer.

Finalmente, considerando como remediados os indivíduos com rendimento entre 10\$000 e 30\$000 réis (10,3% na Madalena e 4,2% na Criação Velha), restariam respectivamente 2,6% e 0,8% detentores da grande propriedade ou de múltiplas terras de pequena extensão cujo rendimento acumulado garantiria ao agregado doméstico uma situação económica desafogada.

Tabela 9 – Distribuição dos proprietários da Criação Velha segundo o rendimento colectável (% em relação ao termo)

Rendimento colectável (réis)	C. Velha		Madalena		Candelária		Ilha do Faial		Outras freguesias da Ilha do Pico		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sem Rendimento	49	6,0	24	2,9	41	5,0	23	2,8	2	0,2	139	17,0
<\$100	53	6,5	24	2,9	40	4,9	5	0,6	0	0	122	14,9
\$100-\$499	90	11,0	28	3,4	45	5,5	7	0,9	0	0	170	20,7
\$500-\$999	70	8,5	9	1,1	12	1,5	6	0,7	0	0	97	11,8
1\$000-1\$999	73	8,9	14	1,7	11	1,3	8	1,0	0	0	106	12,9
2\$000-4\$999	81	9,9	11	1,3	6	0,7	7	0,9	0	0	105	12,8
5\$000-9\$999	30	3,7	2	0,2	1	0,1	7	0,9	0	0	40	4,9
10\$000-19\$999	19	2,3	0	0	0	0	7	0,9	0	0	26	3,2
20\$000-29\$999	7	0,9	0	0	0	0	1	0,1	0	0	8	1,0
30\$000-39\$999	0	0	0	0	0	0	3	0,4	0	0	3	0,4
40\$000-49\$999	2	0,2	0	0	0	0	0	0,0	0	0	2	0,2
50\$000- 99\$999	0	0	0	0	0	0	1	0,1	0	0	1	0,1
>100\$000	0	0	0	0	0	0	1	0,1	0	0	1	0,1
Total	474	57,8	112	13,7	156	19,0	76	9,3	2	0,2	820	100

Esta estreita minoria inclui, em qualquer uma das paróquias, um número assinalável de residentes na ilha do Faial. No termo da Madalena, dos 45 proprietários com rendimento igual ou superior a 30\$000 réis, 20 residiam na cidade da Horta e 25 na própria freguesia, enquanto dos 5 que foram registados no termo da Criação Velha, 3 também eram faialenses. Isolando o escalão de rendimento superior a 100\$000 réis, conotado com o mais elevado estatuto social, verifica-se que eram moradores no Faial 8 dos 12 proprietários da Madalena, bem como o único proprietário da Criação Velha em idêntica situação.

Embora na matriz predial da Madalena não tenham subsistido informações sobre a dimensão de todas as propriedades, tudo leva a crer que uma parte significativa do espaço fosse apropriada por famílias do Faial, tal como se observou na paróquia vizinha onde, num total de 62.908,2 ares, 25,6% dessa área lhes pertencia (MESQUITA, 2007).

5. ESTUDO DE CASOS

5.1. O caso de um grande proprietário da Madalena

Em 1884, o Visconde de Santana, Manuel Alves Guerra (então residente na cidade da Horta), distingue-se no mapa da matriz predial da Madalena como o proprietário com maior rendimento colectável (513\$030 réis), correspondente a três artigos dos quais apenas se conhece a descrição daquela que seria a menor das propriedades: um prédio de vinha localizado na Rua do Outeiro cujo rendimento se limitava a 1\$680 réis. A grande parte do seu rendimento total resultaria, obviamente, das duas outras propriedades, de grande dimensão e com forte probabilidade afectas à cultura da vinha.

Nasceu em Lisboa a 4 de Setembro de 1814 e viria a falecer na Horta a 25 de Fevereiro de 1895, aos 80 anos de idade. A transferência da sua residência para o Faial no ano de 1840 teria sido ditada pela morte de seu irmão mais velho, Rodrigo Alves Guerra, nascido também em Lisboa na freguesia de S. Nicolau, em 27 de Outubro de 1801, casado com Francisca Emília Ribeiro a 21 de Maio de 1832 na Horta, onde faleceu a 30 de Novembro de 1840, aos 40 anos.

Rodrigo Alves Guerra foi contratante da administração dos tabacos na ilha do Faial, cargo em que viria a suceder com grande êxito seu irmão Manuel que, diversificando o negócio na área da importação/exportação, conseguiu engrandecer com sucesso o seu património. Construiu o palacete de Santana, a mais luxuosa moradia da cidade da Horta, onde em 1858 receberia o infante D. Luís de Bragança em passagem pelo Faial, o qual após ter ascendido ao trono no ano de 1861, o viria a nomear 1º Visconde de Santana (por decreto de 20 de Julho de 1863) e posteriormente 1º Barão de Santana (por decreto de 16 de Agosto de 1870).

Na esfera política exerceu diversos cargos, adquirindo grande visibilidade enquanto líder do Partido Histórico no distrito da Horta e como agente consular do Brasil, Suécia, Noruega e Bélgica.

A sua influência teria sido determinante na gestão do património herdado por seus sobrinhos e cunhada, presumindo-se também decisiva a sua intermediação na escolha de um cônjuge para estes órfãos de pai em idade muito jovem, o mais velho com 7 anos e o mais novo com 1 ano de idade, aos quais acresce uma irmã nascida em 1841, de pai já defunto.

Sem descendência em linha directa à data da sua morte, Manuel Alves Guerra transmitiu o seu título nobiliárquico ao segundo filho de seu irmão com o mesmo nome, que viria a ser o 2º Visconde de Santana.

Considerando esta configuração familiar como representativa do mais elevado estrato da sociedade açoriana da época, onde as alianças matrimoniais funcionavam como processo privilegiado para a manutenção do estatuto social adquirido através de sucessivas fusões de património fundiário, analisaremos os comportamentos nupciais da descendência legítima de Rodrigo Alves Guerra e de Francisca Emília Ribeiro.

Deste matrimónio nasceram seis filhos:

1) Rodrigo Alves Guerra (nascido na Horta, na freguesia de Angústias, a 10 de Abril de 1833 e falecido na Matriz a 5 de Maio de 1901, aos 68 anos). Casou em 10 de Novembro de 1855, aos 22 anos, com uma prima por parte materna, Teresa Aurélia Ribeiro Guerra de 15 anos, nascida na mesma freguesia a 27 de Janeiro de 1840 e falecida em 11 de Setembro de 1882, aos 42 anos. Tendo enviuvado, contraiu um segundo matrimónio em 12 de Julho de 1883 com uma jovem de 16 anos, Maria Cristina Simas Garcia (nascida na Matriz a 7 de Janeiro de 1867 e falecida em 19 de Outubro de 1940).

Foi um grande negociante e político na cidade da Horta (LIMA, 1923). Em 1884 estava inscrito como proprietário na Madalena com um rendimento colectável de 15\$000 réis (relativo a um único número de matriz) e também na Criação Velha onde o seu rendimento colectável global se situava nos 5\$920 réis, correspondendo a 3 propriedades: um prédio de vinha localizado na Canada do Monte, com 87,12 ares e um valor colectável de 1\$269 réis, um outro prédio de vinha na Rua da Estrada, com 77,44 ares e um rendimento colectável de 1\$300 réis e ainda um campo de terra na Canada da Igreja, com 4,84 ares e um rendimento colectável de 3\$451 réis.

2) Manuel Alves Guerra (nascido na freguesia de Angústias a 1 de Novembro de 1834 e falecido em Bruxelas a 15 de Outubro de 1910, aos 75 anos). Em 1856 concluiu o curso de Direito na Universidade de Coimbra e ingressou posteriormente na carreira diplomática, onde desenvolveu um percurso internacional notável (MÓNICA, 2005) vindo a casar em Bruxelas a 19 de Setembro de 1861, aos 26 anos de idade, com Marie Louise Bownder de Melsbroeck, aí nascida em 1840. Um dos filhos havidos deste matrimónio viria a ser o futuro 3º Visconde e 3º Barão de Santana.

O seu nome não consta nas matrizes prediais em análise.

3) Maria Adelaide Guerra de Oliveira (nascida a 26 de Agosto de 1836 na freguesia de Angústias e falecida na Matriz a 19 de Janeiro de 1897, aos 60 anos) casou a 8 de Fevereiro de 1862, aos 26 anos de idade, com o Doutor António Maria de Oliveira, natural da freguesia do Socorro e viúvo de Luísa Esménia Ribeiro.

Nenhum dos cônjuges aparece referido como proprietário nas freguesias observadas.

4) Francisca Adelaide Guerra Ribeiro (nascida a 28 de Setembro de 1838 na freguesia de Angústias e falecida a 29 de Outubro de 1888) casou a 19 de Maio de 1852, aos 14 anos de idade, com seu tio materno Francisco Pereira Ribeiro de 30 anos (nascido na Matriz a 10 de Outubro de 1821). Em 1884, o nome deste último consta no mapa da matriz predial da Madalena relacionado com 2 artigos e um rendimento colectável global de 18\$780 réis. Conhecemos apenas a descrição de uma das propriedades, localizada no centro da Vila da Madalena (Largo da Matriz) relativa a uma casa alta e quintal, com rendimento colectável de 8\$000 réis.

5) Júlia Guerra Dally (nascida a 7 de Abril de 1839, na freguesia de Angústias e falecida a 30 de Março de 1901) casou em 23 de Agosto de 1855, aos 16 anos de idade, com Augusto Dally (natural de Lisboa, sem data de nascimento conhecida e falecido a 4 de Dezembro de 1903).

Na matriz predial da Criação Velha, é imputada a Augusto Dally uma propriedade situada na Rua da Estrada, com uma casa alta, um prédio de vinha (com 1.045,44 ares) e uma terra de sementeira (com 67,76 ares), equivalendo a um rendimento colectável de 31\$800 réis. Na Madalena, corresponde-lhe ainda um número de matriz com um rendimento colectável de \$500 réis.

6) Rita Adelaide Guerra Álvares Cabral (nascida a 29 de Abril de 1841, na freguesia de Angústias e falecida a 27 de Março de 1906) contraiu matrimónio em 23 de Julho de 1859, aos 18 anos, com João Álvares Cabral, natural da cidade da Horta. Nenhum dos nomes é referido em qualquer das matrizes analisadas.

Toda a prole de Rodrigo Alves Guerra sobreviveu à idade adulta, assegurando descendência através de uma união legítima.

Comparando as idades ao primeiro casamento dos seus vários filhos e filhas com as idades médias calculadas para o conjunto dos proprietários naturais ou residentes na região ocidental da ilha do Pico, casados ao longo da segunda metade do século XIX (cf. Tabela 2), detectam-se assinaláveis desvios por inferioridade, sobretudo no caso do sexo feminino. Esta variação indicia uma particular capacidade da família (nesta circunstância tutelada pelo tio paterno) para activar alianças matrimoniais com parceiros do mais elevado estatuto social, que viabilizassem a ampliação do património dos descendentes, sobretudo através da fusão da propriedade fundiária. No mesmo sentido deverá ser interpretada a consanguinidade entre cônjuges, em segundo grau no primeiro matrimónio do primogénito e em segundo grau atingente ao primeiro na união da quarta filha de Rodrigo Alves Guerra, casada aos 14 anos de idade com seu tio materno. Com efeito, sendo de muito baixa frequência os valores encontrados para este tipo de enlces na população do município da Madalena durante os séculos XVIII e XIX (SANTOS, 2004a), presume-se que a sua excepcionalidade traduza, na maioria dos casos, uma concertação entre famílias com acesso à propriedade visando garantir a sustentabilidade económica das gerações futuras.

5.2. O caso de um médio proprietário da Criação Velha

Dos naturais e residentes na Criação Velha, Cláudio Faria Jorge era o proprietário que apresentava o maior rendimento colectável no mapa da matriz, 49\$610 réis, quantia que se aproximava apenas dos 40\$604 réis imputados a um outro residente, Manuel Lourenço Nunes. Porém, ambos os valores se distanciavam largamente dos que se referiam aos dois maiores proprietários da freguesia, António Fernandes Carvalho e Manuel Maria da Terra Brum, moradores na ilha do Faial, a cujas propriedades foram atribuídos rendimentos colectáveis de 77\$340 réis e 111\$560 réis, respectivamente.

As propriedades de Cláudio Faria Jorge, distribuídas por 53 números de registo, incluíam parcelas urbanas (casa alta e armazém; casa térrea de taberna; casa de abegoaria; casa de armazém) e parcelas rurais destinadas a diferentes tipos de cultura (semeadura, árvores, vinha com ou sem árvores), algumas destas últimas sem qualquer rendimento (bravio e campo de resteva destruído). No conjunto, predominava a cultura da vinha cuja área ocupava 1.035,76 ares dos 1.695,21 ares que lhe pertenciam. Na Madalena, possuía ainda várias parcelas de terreno dispersas por 10 artigos, correspondendo a um rendimento colectável de 9\$515 réis.

Cláudio Faria Jorge nasceu na Criação Velha a 15 de Junho de 1821, sendo o sexto dos nove filhos de Manuel Faria Jorge e de Jerónima Rosa. Celebrou o seu primeiro casamento em 28 de Novembro de 1846, aos 25 anos, com noiva natural de S. Roque da qual viria a enviuvar aos 26 anos, quando a mulher não sobreviveu a um parto de gémeos que não chegaram a receber nome. Contraiu um segundo matrimónio aos 38 anos de idade, em 12 de Abril de 1860, com Isabel Tomásia, jovem de 18 anos nascida na mesma freguesia. Faleceu a 15 de Março de 1913, aos 91 anos, viúvo pela segunda vez. Do segundo casamento teve 12 filhos, oito rapazes e quatro raparigas, todos naturais da Criação Velha:

1) Maria Tomásia (nascida a 12 de Janeiro de 1861 e falecida a 12 de Abril de 1947), casou em 17 de Janeiro de 1878 aos 17 anos, com Francisco Rodrigues Ferreira, de 29 anos, falecido em 7 de Outubro de 1920. Tiveram 5 filhos e 3 filhas, dos quais 4 rapazes e uma rapariga atingiram a idade adulta. A filha viria a falecer solteira, os filhos tiveram histórias de emigração. Dois emigraram solteiros em 1905 e 1909 e um terceiro, já casado, em 1920. Também o marido obteve licença, em 28 de Agosto de 1900, para se deslocar ao Rio de Janeiro.

2) Manuel (nascido a 17 de Março de 1862 e com data de óbito desconhecida).

3) António (nascido a 10 de Janeiro de 1864) emigrou em 1903 para os Estados Unidos da América, solteiro e com 39 anos de idade.

4) José (nascido a 3 de Fevereiro de 1866 e falecido na da Madalena a 6 de Fevereiro de 1959 aos 93 anos) emigrou em 1885 para os Estados Unidos da América, com 19 anos, muito antes da saída de seu irmão António.

5) Francisco (nascido a 16 de Agosto de 1868 e falecido a 1 de Setembro do mesmo ano, apenas com 2 semanas de idade).

6) Isabel Glória (nascida a 5 de Novembro de 1869 e falecida a 19 de Maio de 1960, aos 90 anos) casou a 3 de Junho de 1897, aos 27 anos, com Serafino Rodrigues Luís, de 23 anos, proprietário natural da Criação Velha onde viria a falecer a 3 de Julho de 1945, aos 71 anos.

7) Francisco (nascido a 28 de Dezembro de 1871 e com data de óbito desconhecida).

8) Tomás (nascido a 8 de Maio de 1874 e falecido na Criação Velha a 4 de Janeiro de 1967 aos 92 anos) emigrou para os Estados Unidos da América em 1905, solteiro e com 31 anos de idade.

9) Cláudio Faria (nascido a 20 de Setembro de 1877 e falecido na Madalena a 14 de Dezembro de 1949) também emigrou em 1907 para os Estados Unidos, tendo posteriormente regressado e contraído matrimónio na freguesia a 23 de Setembro de 1916, aos 39 anos de idade. Após o nascimento do filho primogénito, a família transferiu a sua residência para a Madalena.

10) Inácia Dores Jorge (nascida a 28 de Setembro de 1879 e falecida na cidade da Horta a 14 de Novembro de 1972 aos 93 anos) casou com José Rodrigues Amaral, natural da Madalena. Desconhecemos a data deste casamento e se teve mais descendência para além de uma filha que faleceu antes de completar os dois meses.

11) Alfredo (nascido a 22 de Abril de 1882 e falecido a 21 de Junho de 1883 apenas com 14 meses de idade).

12) Constância Lurdes (nascida a 18 de Março de 1885 e falecida em Sintra a 2 de Novembro de 1969) casou aos 23 anos com noivo natural de Santo Amaro do Pico, a essa data com 18 anos. Não se conhece a descendência do casal que, muito provavelmente, teria passado a residir no Continente.

Da numerosa descendência de Cláudio Faria Jorge, a maioria dos filhos sobreviveu à idade adulta e teve uma vida longa. Das suas quatro filhas, duas contraíram uma união matrimonial no espaço da freguesia, com indivíduos referenciados nos assentos paroquiais como proprietários, enquanto as outras duas se casaram com homens naturais de paróquias próximas, presumindo-se que estes tivessem capacidade para assegurar, através dos seus rendimentos, uma posição social compatível com a da família de origem.

Quanto aos filhos, todos emigraram para os Estados Unidos da América e apenas um não teve percurso de retorno. Dos que regressaram, dois mudaram a sua residência para a Madalena, onde se localizavam algumas propriedades de Cláudio Faria Jorge que, após a sua morte em 1913, lhes teriam sido distribuídas por herança.

Comparando as idades ao primeiro matrimónio dos vários descendentes com as médias calculadas para o grupo de médios e grandes proprietários casados na mesma época na região ocidental da ilha (cf. Tabela 2), verifica-se uma estreita proximidade de

valores e, igualmente, a maior dificuldade no acesso do sexo masculino a uma união precoce. No caso do chefe de família, Cláudio Faria Jorge, será também de assinalar o facto de terem decorrido mais de 12 anos, após o óbito da primeira esposa, antes de contrair um segundo casamento com uma noiva muito mais jovem.

5.3. O caso de uma pequena proprietária da Criação Velha

Maria da Trindade, viúva de Manuel Silveira Pereira, era proprietária com 10 números registados no mapa da matriz predial da Criação Velha, equivalendo a um rendimento colectável global de \$500 réis, valor que se situa muito aquém do rendimento médio de 2\$484 réis relativo aos residentes na freguesia (cf. Tabela 8).

As suas propriedades compreendiam uma casa baixa de morada, com rendimento de \$400 réis e um prédio de sementeira, com 2,42 ares de área e \$100 réis de rendimento. Os restantes números, relativos a 62,34 ares sem qualquer rendimento colectável, aparecem descritos como bravio destruído, bravio com silvado e campo de resteva destruído.

Maria Trindade (nascida a 1 de Dezembro de 1803 e falecida a 6 de Outubro de 1896) casou a 14 de Agosto de 1826, aos 22 anos, com Manuel Silveira Pereira (sem data de nascimento conhecida e falecido a 17 de Julho de 1878). Tiveram 4 filhos e 5 filhas:

1) Maria da Trindade (nascida a 9 de Novembro de 1827) casou aos 18 anos, com Manuel Andrade, de 27 anos de idade e também natural da freguesia. O casal emigrou para os Estados Unidos da América em 10 de Junho de 1858, acompanhado de 3 dos 4 filhos que tinham vivos. O filho mais novo acabaria por juntar-se a seus pais, partindo em viagem a 11 de Março de 1867, aos 12 anos.

2) Manuel (nascido a 10 de Dezembro de 1829 e com data de óbito desconhecida).

3) António (nascido a 5 de Março de 1832 e falecido a 26 de Maio de 1859, aos 27 anos, solteiro e pobre).

4) Francisca (nascida a 25 de Junho de 1834 e com data de óbito desconhecida).

5) Francisco (nascido a 22 de Setembro de 1837 e com data de óbito desconhecida).

6) Rosália Trindade (nascida a 18 de Fevereiro de 1839) emigrou para o Brasil em 5 de Dezembro de 1861, solteira e com 22 anos de idade.

7) Ana (nascida a 24 de Outubro de 1841 e com data de óbito desconhecida).

8) Isabel (nascida a 12 de Dezembro de 1843 e com data de óbito desconhecida).

9) José Silveira Pereira (nascido a 9 de Abril de 1847 e falecido na Criação Velha a 11 de Maio de 1917) casou a 8 de Maio de 1876, aos 29 anos, com Catarina Tomásia (nascida na mesma freguesia a 3 de Dezembro de 1835 e falecida a 27 de Novembro de 1926) a essa data com 40 anos de idade. No registo deste matrimónio, o nubente aparece referenciado como marítimo. Tiveram uma única filha, Rita, nascida a 19 de Agosto de 1881 e falecida a 16 de Julho de 1893, pouco antes de completar os 12 anos.

Do que conhecemos do percurso vital dos nove filhos de Maria da Trindade, conclui-se que a emigração se prefigurou como a possibilidade mais acessível para que a descendência pudesse escapar a uma situação de pobreza. Em 1884, a viúva só poderia contar com o apoio do filho mais novo, José da Silveira, então casado e com uma filha menor.

Duas filhas tinham seguramente emigrado, uma para os Estados Unidos da América, casada e com família constituída, a outra para o Brasil, ainda solteira. Um dos filhos já havia falecido na freguesia, solteiro e pobre, e os cinco relativamente aos quais se ignoram as datas e locais de óbito, muito provavelmente também teriam saído da ilha do Pico, ou pelo menos da área concelhia.

A propriedade de pequenas parcelas de terra com baixo ou nulo rendimento, manifestamente insuficiente para garantir o sustento da geração descendente, justificará este cenário familiar onde predominam as saídas migratórias sem retorno. Por outro lado, tanto a elevada idade ao casamento do único filho sobrevivente que permaneceu na região, como o facto de este passar a depender em simultâneo da actividade marítima, apontam para a extrema dificuldade de sobrevivência neste estrato social, sem qualquer outra capacidade para alargar o pequeno património fundiário de origem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fontes que sustentaram a análise da distribuição da propriedade nas freguesias da Madalena e Criação Velha (matrizes prediais e mapas resumo das matrizes) presumem ser proprietário qualquer indivíduo a quem esteja adstrita a posse de uma qualquer parcela rural ou urbana, independentemente da sua dimensão e respectivo rendimento colectável.

Verificámos, contudo, que uma expressiva maioria destes «proprietários» não usufruía de rendimento ou não obtinha rendimento suficiente para que o seu agregado doméstico conseguisse ultrapassar o limiar da pobreza.

O grupo de chefes de família que sobrevivia de forma desafogada a partir dos seus rendimentos constituía uma minoria heterogénea, incluindo indivíduos com referência a um único artigo inscrito na matriz e outros a dezenas de números de registos prediais. Este indicador, associado à grandeza do rendimento colectável avaliado por freguesia de residência, permite afirmar que em ambos os espaços administrativos a grande propriedade era predominantemente explorada por naturais da ilha do Faial.

Numa sociedade tipicamente rural e estratificada em função do acesso ao património fundiário, a intermediação dos progenitores no processo de selecção do cônjuge dos seus descendentes seria determinante. Na incapacidade de avançarem com esta estratégia de reprodução social, restaria a opção por um destino migratório que, a

mais longo prazo, poderia resultar num acréscimo de riqueza proporcionando futuras uniões matrimoniais vantajosas, necessariamente em idade tardia.

Os casos em estudo, que consideramos representativos de diferentes categorias sociais, ilustram os cenários familiares prevaletentes. No caso do maior proprietário da Madalena, toda a descendência sob sua tutela aceitou o casamento em idade jovem e com parceiros de idêntico estatuto, recorrendo a alianças consanguíneas e a outras que, pela sua natureza exogâmica, denunciam a activação de uma ampla rede de influências. No caso de um médio proprietário da Criação Velha, o facto de todos os filhos terem experimentado percursos migratórios de longa distância, sendo apenas um definitivo, indicia que a saída para outro país constituiu uma estratégia necessária para preservação e reforço da situação económica dos membros de uma família numerosa, cujo progenitor detinha o mais elevado rendimento colectável entre os residentes da freguesia. No caso de uma pequena proprietária da Criação Velha, a opção da maioria dos seus filhos passou pela saída da paróquia à qual nunca retornariam. Com efeito, a posse de pequenas terras com baixo ou nenhum rendimento funcionaria unicamente como um complemento na economia familiar, sendo manifestamente insuficiente para garantir o sustento da geração descendente.

BIBLIOGRAFIA

- AMORIM, Maria Norberta (1991) – *Uma metodologia de Reconstituição de Paróquias desenvolvida sobre registos portugueses*. «Boletín de la Asociación de Demografía Histórica», 9: 1, p. 7-25.
- AMORIM, Maria Norberta (1992) – *Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico (1680-1980)*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- AMORIM, Maria Norberta (2004a) – *População e recursos básicos. As quatro ilhas do ex-distrito da Horta em finais do século XIX*. «Actas do III Colóquio – O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX». Horta: Núcleo Cultural da Horta, p. 175-205.
- AMORIM, Maria Norberta (2004b) – *O Pico. A Abordagem de uma Ilha*. Vol. 1 – *As Famílias*. Tomo 1 – *As Famílias de S. João nos finais do século XIX*. Lajes: Município das Lajes do Pico/NEPS.
- AMORIM, Maria Norberta (2005) – *O Pico. A Abordagem de uma Ilha*. Vol. 1 – *As Famílias*. Tomo 2 – *As Famílias de Santo Amaro nos finais do século XIX*. S. Roque: Município de S. Roque do Pico/NEPS.
- AMORIM, Maria Norberta (2006) – *O Pico. A Abordagem de uma Ilha*. Vol. 1 – *As Famílias*. Tomo 3 – *As Famílias de espaço de S. Caetano entre os séculos XIX e XX*. Madalena: Município da Madalena do Pico/NEPS.
- AMORIM, Maria Norberta (2007) – *O Pico. A Abordagem de uma Ilha*. Vol. 1 – *As Famílias*. Tomo 4 – *As Famílias das Lajes (1ª parte) em finais do século XIX*. Lajes: Município das Lajes do Pico/NEPS.
- AMORIM, Maria Norberta (2008) – *O Pico. A Abordagem de uma Ilha*. Vol. 1 – *As Famílias*. Tomo 5 – *As Famílias de S. Mateus em finais do século XIX*. Madalena: Município da Madalena do Pico/CITCEM.

- AMORIM, Maria Norberta (2009a) – *O Pico. A Abordagem de uma Ilha*. Vol. 1 – *As Famílias*. Tomo 6 – *As Famílias da Prainha em finais do século XIX*. S. Roque: Município de S. Roque do Pico/CITCEM.
- AMORIM, Maria Norberta (2009b) – *O Pico. A Abordagem de uma Ilha*. Vol.1 – *As Famílias*. Tomo 7 – *As Famílias das Lajes (2ª parte) em finais do século XIX*. Lajes: Município das Lajes do Pico/CITCEM.
- AMORIM, Maria Norberta & Santos, Carlota (2009) – *Marriage Strategies in Azorean Communities of Pico Island (19th Century) – Differentiated Female Behaviour in Choosing a Lifelong Partner*. In DURÃES, Margarida; FAUVE-CHAMOUX, Antoinette; FERRER, Llorenç; KOK, Jan, eds. – *The transmission of Well-Being-Gendered Marriage Strategies and Inheritance Systems in Europe (17th-20th Centuries)*. Bern: Peter Lang AG – Internationaler Verlag der Wissenschaften, p. 143-199.
- FLINN, Michel (1981) – *The European Demographic System, (1500-1820)*. Suffolk: The Harvester Press.
- HENRY, Louis & HOUDAILLE, Jacques (1979) – *Célibat et âge au mariage aux XVIIIe et XXe siècles en France, II, Âge au premier mariage*. «Population», 34: 2, p. 403-442.
- JOÃO, Maria Isabel (1991) – *Os Açores no século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*. Lisboa: Edições Cosmos.
- LIMA, Marcelino (1923) – *Famílias Faialenses – Subsídios para a História da Ilha do Faial*. Horta.
- MESQUITA, Maria Hermínia (1998) – *Evolução demográfica na Criação Velha, paróquia do Sul do Pico (1801-1993)*. Ponta Delgada: Direcção Regional da Cultura.
- MESQUITA, Maria Hermínia (2007) – *A Criação Velha nos finais do século XIX: uma abordagem baseada nos registos de propriedade*. «Actas do III Colóquio – O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX». Horta: Núcleo Cultural da Horta, p. 627-645.
- MÓNICA, Maria Filomena, coord. (2005) – *Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910*. Lisboa: Assembleia da República.
- ROCHA, Gilberta & RODRIGUES, Vítor (1983) – *A população dos Açores no ano de 1849*. «Arquipélago», número especial. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- SANTOS, Carlota (2004a) – *Endogamia e consanguinidade no concelho da Madalena – Ilha do Pico (séculos XVIII e XIX)*. «Actas do III Colóquio – O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX». Horta: Núcleo Cultural da Horta, p. 207-226.
- SANTOS, Carlota (2004b) – *Biodemografia do concelho da Madalena – Estrutura demográfica e genética de uma população açoriana da Ilha do Pico*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Tese de doutoramento.
- SANTOS, Carlota (2009) – *Comunidades marítimas da Ilha do Pico: comportamentos demográficos durante os séculos XIX e XX*. In DUBERT, Isidro & SOBRADO CORREA, Hortênsio, eds. – *El mar en los siglos modernos*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, tomo 1, p. 53-70.

Fontes

- Serviço de Finanças da Madalena (Ilha do Pico) – *Mapa da matriz predial da Madalena 1884*, sem tratamento arquivístico.
- Serviço de Finanças da Madalena (Ilha do Pico) – *Mapa da matriz predial da Criação Velha 1884*, sem tratamento arquivístico.

MOBILIDADE DEMOGRÁFICA NUMA CIDADE PORTUÁRIA. A MATRIZ DA HORTA ENTRE OS SÉCULOS XVIII E XX*

MARIA NORBERTA AMORIM**

1. INTRODUÇÃO

Propondo-me estudar a Matriz da Horta entre os séculos XVIII e XX na sua mobilidade demográfica, a complexidade das questões só me permitiu uma aproximação ao objectivo inicial, embora considere a reflexão desenvolvida de grande importância para o prosseguimento da minha própria investigação sobre espaços urbanos.

Já partia de premissas a que o estudo sobre Guimarães (1985) me tinha conduzido. Sabia que não era consequente estudar apenas uma freguesia inserida num meio urbano mais vasto. Sabia que não era consequente estudar uma cidade sem considerar o seu enquadramento rural.

Mesmo considerando que as três freguesias da Horta estão *reconstituídas* (Matriz, Angústias e Conceição), e que o meio rural envolvente, 10 outras freguesias da ilha do Faial e 17 da ilha do Pico, caminham para essa reconstituição, existem factores perturbadores da análise a impedir uma visão clara da evolução plurissecular.

Os mais complexos desses factores são certamente a Mobilidade, que se agrava numa cidade portuária, e a centralização administrativa no abandono de crianças.

Partimos de um patamar de alguma solidez que se foi sedimentando ao longo dos últimos anos. Projectos apoiados pela FCT, pela Direcção Regional da Cultura do Governo dos Açores e por Municípios do Pico e do Faial permitiram a formação

* Investigação desenvolvida no âmbito do projecto «Espaços urbanos: dinâmicas demográficas e sociais (séculos XVII-XX)», com referência PTDC/HIS-HIS/099228/2008, co-financiado pelo orçamento do programa COMPETE – Programa Operacional Factores de Competitividade na sua componente FEDER e pelo orçamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia na sua componente OE.

** CITCEM-GHP.

de bases de dados paroquiais desde os primeiros registos de baptizados, casamentos ou óbitos que chegaram até nós (mormente desde os finais do século XVII) até ao início do século XX, e mesmo, em alguns casos, até finais desse mesmo século.

Dessa base de dados podemos extrair informação imediata em termos da evolução do volume de actos no período em causa, incluindo a incidência nas crises de mortalidade. Além das séries vitais, podemos mesmo estudar a evolução de indicadores demográficos importantes, como a idade média ao primeiro casamento, o celibato definitivo, ou as taxas de fecundidade legítima por grupos de idade da mulher. A análise da mortalidade exige uma mais demorada abordagem.

Aqueles são resultados certamente interessantes para o historiador demógrafo, mas o objectivo final, a compreensão do ritmo de evolução de uma população à luz da interinfluência dos fenómenos demográficos continua a ficar comprometido. Integrar a mobilidade nesse contexto exige analisar um fenómeno que predominantemente nos escapa. Integrar no quadro reprodutivo o volume de recém-nascidos abandonados, quando essas crianças aparecem numa roda sedeadada numa única freguesia que se abre a uma ilha, e, embora em menor escala, a uma outra ilha, será certamente um desafio ainda maior.

Havendo a possibilidade do estudo da actual cidade da Horta, a opção pela Matriz, uma das suas três freguesias, embora a maior e mais central das mesmas, foi já uma opção de facilidade. Não se preservaram da mesma forma para todas as freguesias urbanas as fontes que se vão revelando de maior importância na perspetivação dos quadros sociais. É sobre a freguesia da Matriz que dispomos de maior volume de fontes de ordem sociológica, embora predominantemente para o século XIX. Por outro lado, cruzar de forma sistemática bases de dados demográfico-genealógicas com Mapas de Dízimos ou das Matrizes Prediais, Róis de Confessados de vários períodos ou ainda Recenseamentos Eleitorais, para uma população como a da Matriz que se coloca nos 3000 habitantes, comporta exigências em termos metodológicos e de tempo de investigação que nos limitam.

A opção foi calcular para a Matriz, em observação longitudinal, indicadores demográficos menos complexos, concretamente a evolução dos actos vitais, incluindo o baptismo de expostos, a idade média ao primeiro casamento, as taxas de fecundidade legítima por grupos de idades da mulher e o celibato definitivo.

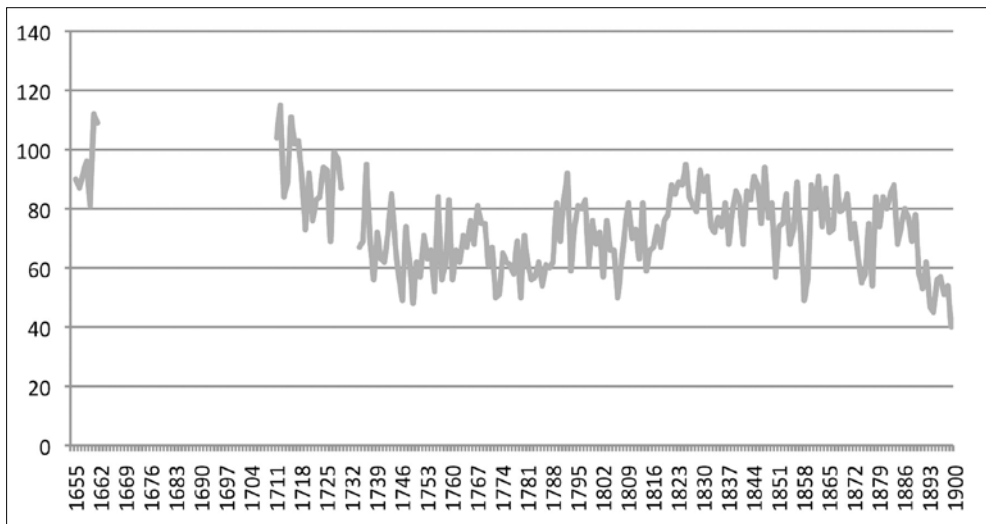
Para visualizar a estrutura demográfica da população a opção foi situar, na evolução plurissecular, um momento particular, o final da monarquia absoluta (1832) para contrastar com a situação vivida passado meio século sob regime liberal (1883).

Dispomos de uma circunstanciada lista de habitantes para a primeira data e de um rol de confessados para a segunda, passível este de ser cruzado com um Mapa estatístico decorrente da Matriz Predial da freguesia desse mesmo ano de 1883.

2. EVOLUÇÃO DOS ACTOS VITAIS

Embora os primeiros registos de baptizados da Matriz da Horta se iniciem em meados do século XVII, a crítica da fonte indica-nos que só nos primeiros sete anos de observação dispomos de dados seguros, seguindo-se um período de manifesto sub-registo de actos só ultrapassado num já entrado século XVIII. Pela observação desses sete anos iniciais e do período que se segue a 1712, parece depreender-se que só para a segunda metade do século XVII a média de baptizados por ano, com progenitor ou progenitores conhecidos, poderá ter-se aproximado ou mesmo ultrapassado a centena. O século XVIII foi um período de retracção, com uma média anual de baptizados à volta de 65. No primeiro quartel do século XIX esse volume já se superioriza a 70, colocando-se acima de 80 no 2º quartel, para descer para valores à volta de 75 no terceiro quartel, situando no final do século em valores abaixo dos 70 nascimentos por ano.

Gráfico I – Baptizados na Matriz, excluindo os expostos



A evolução detectada não é muito dispare da encontrada para as freguesias mais antigas do Pico, como é o caso da Prainha, no Norte da ilha, onde o maior volume histórico de baptizados se situou nos finais do século XVII. As freguesias mais jovens dessa ilha incrementaram-se no século XVIII, predominantemente para o final desse século, crescendo fortemente nas primeiras quatro décadas do século seguinte. O abaixamento drástico do volume de baptizados na segunda metade do século XIX afectou todas as freguesias do Sul do Pico, como é o caso da Candelária, cujo estudo estamos a organizar.

Gráfico II – Prainha – ilha do Pico (Evolução dos baptizados)

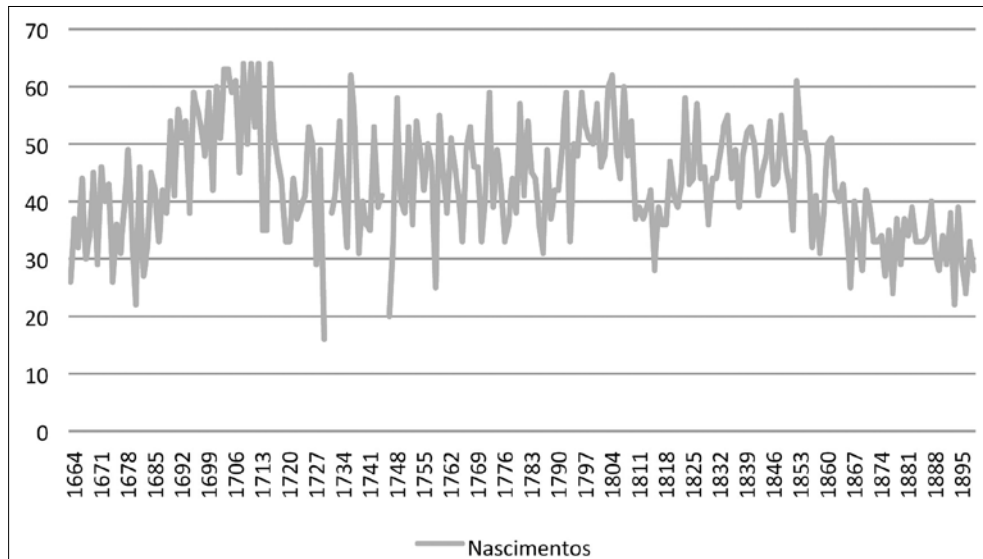
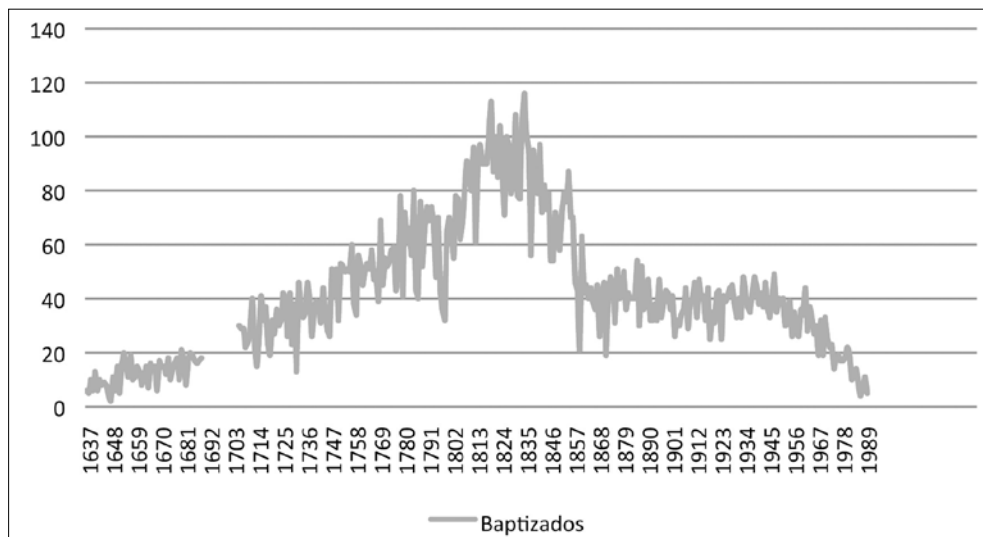


Gráfico III – Candelária – ilha do Pico (Evolução dos baptizados)



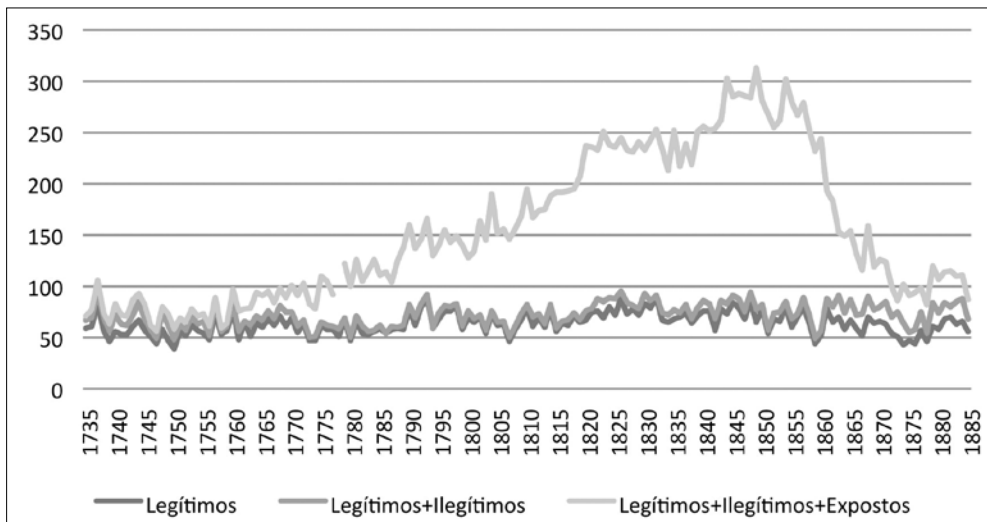
Como se verifica, na cidade, a oscilação dos baptizados foi menos nítida, tanto em fase de crescimento como principalmente no decréscimo, podendo ter sido factor estabilizador o acolhimento dos imigrantes de outras ilhas em trânsito para destinos ultramarinos, mas também um fenómeno de rejeição, o abandono de recém-nascidos.

3. DADOS SOBRE EXPOSTOS

Entendo que o estudo da exposição de crianças numa ilha pode trazer-nos resultados jamais conseguidos num continente e esse é um projecto recorrente na minha investigação. Neste contexto não cabe o aprofundamento desse tema, demasiado complexo, mas tão só uma abordagem tendente à sua inter-relação com outros fenómenos aqui em análise.

A partir de 1738 começa a ser referida na Matriz a roda dos enjeitados, muito antes da sua institucionalização por Pina Manique em 1783. Vejamos a evolução dos baptizados na Matriz, legítimos, Legítimos+ Ilegítimos e Legítimos+Ilegítimos+Expostos, entre 1735 e 1885, para visualizar a importância do abandono numa pequena ilha como o Faial.

Gráfico IV – Matriz da Horta
Evolução de baptizados legítimos, ilegítimos e expostos



Se somarmos as crianças da roda, baptizadas na Matriz, às crianças com mãe ou pais conhecidos, vemos, entre o último quartel do século XVIII e o final da nossa observação, triplicar o volume de baptizados. Enquanto nos finais do século XVIII o número médio anual de expostos se colocava nos 63, no primeiro quartel do século seguinte passou para 113, subindo no segundo quartel para 170, para colocar-se nos 195 entre 1850 e 1860, ultrapassando em alguns anos deste período as duas centenas. A queda abrupta do volume de expostos nos finais da década de 1850 terá a ver com as políticas desenvolvidas pelo Governo Civil no sentido de fiscalizar de perto os ventres das mulheres solteiras, investigar sobre a origem

dos expostos, entregando-os sempre que possível aos pais e subsidiando as mães carentes, a evitar o abandono. Repare-se na subida do volume de filhos ilegítimos a partir da década de 1860.

Tanto os assentos de baptizados nos livros sacramentais como os assentos nos livros de entradas de expostos na Câmara da Horta limitam-se, quase sempre, à informação sobre o nome da criança, datas de abandono e baptismo, com o nome do baptizante, e a identificação da ama que os acolhe. No entanto, no caso dos livros da Câmara, indica-se à margem se a criança faleceu e, em grandes períodos de observação, a data desse falecimento. O assento acrescenta-se com eventuais indicações sobre a entrega à mãe, passagem de uma ama para outra e/ou sobrevivência da criança aos quatro anos de idade.

Temos como certo que as crianças baptizadas na Matriz eram da responsabilidade da própria ilha. As expostas no Pico, embora a partir dos finais da década de 1850 as rodas dos três concelhos funcionassem como rodas de passagem, sendo as crianças remetidas para a roda da Horta, eram primeiro baptizadas naquela ilha, conforme se depreende dos Relatórios do Governador Civil do período.

Aliás a exposição no Pico tinha muito menos significado. Seguindo Carlota Santos, a percentagem de expostos no concelho da Madalena, relativamente ao volume de baptizados, evoluiu de 1% em meados do século XVIII para 9% nos anos centrais do século XIX, baixando entre 1860 e 1879 para 6%.

Entre 1840 e 1859, o período de maior acuidade do fenómeno, encontramos 28 enjeitados por ano no concelho da Madalena, o concelho onde o fenómeno mais se agudizava, quando nos livros de entrada dos expostos na Câmara da Horta, para o mesmo período, encontramos 195 (SANTOS, 2008: 128-130).

Sabendo-se que em meados do século XIX a população da ilha do Faial somava cerca de 24.000 habitantes, poderemos calcular, para o conjunto das 13 freguesias, uma taxa de abandono, por defeito, a tender para 8 crianças em cada mil nascidas (não estamos a contar as crianças abandonadas eventualmente recolhidas por particulares). É de supor a desigualdade de distribuição dessa permilagem entre as 3 freguesias urbanas e as 10 rurais.

Embora pensemos que tenham sido predominantemente responsáveis pelo abandono a população urbana ou população rural atraída para a cidade, o crescimento da Matriz da Horta não contava com grande acréscimo por via das crianças abandonadas na roda. Não só porque a maioria das amas era originária de freguesias rurais, mas principalmente pela gravíssima mortalidade dessas crianças.

Durante o primeiro meio século de funcionamento da roda, contabilizámos a permilagem de crianças ao cuidado da Câmara da Horta cujo falecimento foi registado no livro de entradas e acompanhamento dos expostos.

Foram muito escassos os casos registados de crianças que sobreviveram aos quatro anos dentro da instituição (de quatro anos, só nos finais da década de 1850 o tempo de criação passou para 7 anos). Nos primeiros vinte anos de funcionamento da roda, num total de 1204 expostos, sabemos que sobreviveram aos 4 anos, 32 crianças, menos de 3%, embora aconteça, para alguns casos, não haver qualquer informação posterior ao registo de entrada. É mais significativo o número de crianças entradas na roda e posteriormente entregues às mães, situação que se vai tornado mais frequente para os finais do século XVIII e seguinte. A percentagem de crianças entradas na roda e dadas como falecidas na instituição atingiu, ao longo da observação, percentagens a oscilar entre 84% num primeiro momento e 69%, no final. Pelos Relatórios do Governador Santa Rita sabemos que a relação entre os mortos e o movimento total da roda foi de 1 morto por 3,41 no ano económico de 1855-1856, de 1 para 2,68 no ano económico de 1860-1861, passando a 1 para 4,59 no ano económico de 1862-1863, altura em que já seriam visíveis as novas políticas em relação aos expostos.

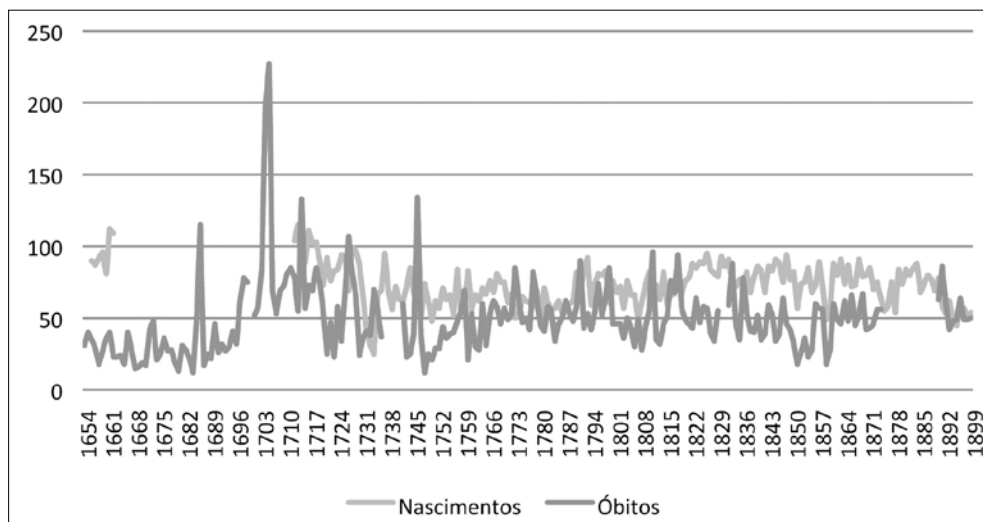
Não beneficiando, em termos de crescimento, a freguesia da Matriz da afluência à roda de crianças abandonadas, também não foi afectada, no período de agudização do fenómeno, por crises de mortalidade, o que aconteceu no Pico com a entrada da varíola. Apenas no início do século XVIII detectamos uma epidemia de maior gravidade, com um outro pico em meados do século. Admitimos que a entrada da varíola tenha sido mais precoce na cidade portuária e que outras epidemias tenham sido evitadas, tal como no Pico o foram.

Quadro I – Óbito de expostos (1779-1813)

Períodos	Entrados na roda	Falecidos na instituição	% de falecidos
1779-1784	330	277	84
1785-1789	293	238	81
1790-1794	354	274	77
1795-1799	348	255	73
1800-1804	412	288	70
1805-1809	463	345	75
1810-1813	423	291	69

Ao longo do século XVIII o volume de crianças baptizadas não abandonadas equilibra-se com os óbitos, só se detectando saldos fisiológicos mais marcadamente positivos na primeira metade do século XIX.

Gráfico V – Baptismos de não expostos e óbitos



Por esse equilíbrio entre nascimentos e óbitos na Matriz, quando crescia a população da maior parte das freguesias da vizinha ilha, podem ser fortemente responsáveis a mobilidade e o abandono de recém-nascidos, mas outros factores poderão ter contribuído para o efeito, como restrições no plano da nupcialidade a condicionar a fecundidade dentro do casamento.

Vejamos alguns resultados nestes campos.

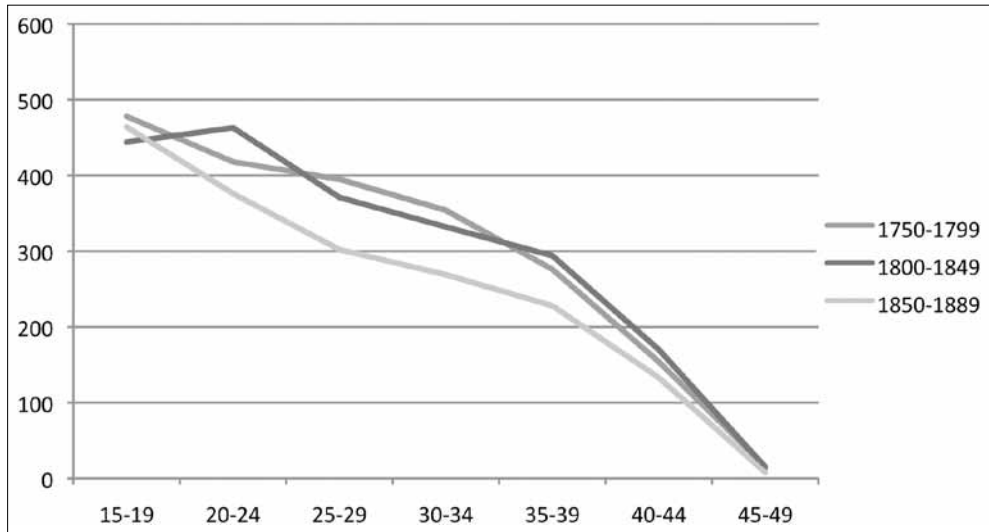
4. DADOS SOBRE A FECUNDIDADE

Escolhendo as famílias estáveis podemos calcular as taxas de fecundidade legítima por grupos de idades da mulher e a descendência teórica, como indicador sintético.

Quadro II – Taxas de Fecundidade Legítima por grupos de idade da mulher

Períodos	Grupos de idades da mulher							D.T.	Obs.
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49		
1750-1799	478	418	395	354	276	154	16	10,4	161
1800-1849	444	463	371	332	294	170	15	10,4	121
1850-1889	464	376	302	269	228	133	8	8,9	56

Gráfico VI – Taxas de Fecundidade Legítima por grupos de idade da mulher



A observação da tabela e gráfico respectivo parece indicar um comportamento restritivo já na segunda metade do século XIX, o que pode reflectir a entrada de hábitos contraceptivos colhidos pelos emigrantes retornados dos Estados Unidos da América. Já havíamos observado alguma contracepção no Pico nos finais desse século, mas muito mais moderada, embora o volume de observações, na Matriz, para o último período, não seja confortável.

5. DADOS SOBRE A NUPCIALIDADE

Quadro III – Idade média ao primeiro casamento

Períodos	Homens		Mulheres	
	Idade média	Obs.	Idade média	Obs.
1750-1799	27,6	293	25,9	354
1800-1849	28,1	326	25,0	415
1850-1899	28,8	386	24,7	491

Encontramos na Matriz, como já havíamos encontrado na vizinha ilha, casamento tardio, mais tardio no sexo masculino do que no feminino, mas a evolução do comportamento não segue o padrão encontrado no Pico.

Verifica-se na Matriz, no caso dos homens, que a idade média ao primeiro casamento sobe sempre ao longo dos três períodos de meio século, enquanto, no caso das mulheres, o comportamento é inverso. Em todas as freguesias do Pico observadas a incidência na época de Oitocentos dos fenómenos migratórios fez altear a idade média ao primeiro casamento, tanto no caso dos homens como das mulheres. Na Prainha, na segunda metade do século XIX, a idade média ao primeiro casamento feminino colocou-se entre os 29 e os 30 anos. Embora com valores mais moderados ao longo de Oitocentos, na Candelária, nas décadas de 1860 e 1870, a idade média ao primeiro casamento feminino atingiu os 29 anos.

O trânsito de gente na cidade portuária terá sido factor de maior estabilização de comportamentos na idade ao casar, mas parece ter limitado em muito a esperança de algum dia esse casamento se efectuar.

Quadro IV – Celibato definitivo

Períodos	Homens			Mulheres		
	Óbitos 50 e mais anos	Solteiros 50 e mais anos	Celibatários %	Óbitos 50 e mais anos	Solteiras 50 e mais anos	Celibatárias %
1750-1799	504	118	23,4	696	239	34,3
1800-1849	427	104	24,3	700	339	48,4
1850-1899	310	60	19,4	500	246	49,2

Como se verifica, o celibato definitivo foi muito frequente na Matriz, tanto no sexo masculino como no feminino. Pouco mais de 50% das mulheres que faleceram com 50 ou mais anos na última metade do século XIX haviam sido casadas. A situação fora mais favorável na segunda metade do século anterior, em que a percentagem de definitivamente celibatárias se colocou nos 34%. Entre os homens, na segunda metade do século XIX, houve mais frequente acesso ao casamento, mas, mesmo assim, com valores próximos dos 20%.

6. DADOS SOBRE A MOBILIDADE

O desenraizamento de parte dos residentes e a necessidade de manter estatuto, no caso de famílias estáveis, poderão ter contribuído para este resultado muito penalizador em termos da renovação das gerações urbanas.

A chegada à cidade de gentes do exterior, indivíduos isolados ou famílias jovens, poderia funcionar como factor estabilizador da população que não se auto-renovava.

Nesse sentido, identificámos a naturalidade dos defuntos para os três meios séculos que antecederam o século XX.

Quadro V – Naturalidade dos falecidos na Matriz

Naturalidade	1750-1799		1800-1849		1850-1899	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Horta – Matriz	1199	64	1112	59	954	59
Horta – outras freg.	93	5	121	6	151	9
Faial – freguesias rurais	204	11	100	5	91	5
Pico	204	11	276	15	275	16
Flores	44	2	51	3	19	
Corvo			1			
Terceira	48	2	36	2	25	1
S. Jorge	26		46	2	27	2
Graciosa	8		7		15	
S. Miguel	19		11		19	
Santa Maria	1		1		1	
Madeira	3		3		1	
Continente português	14		25	1	29	2
Brasil	3		5		10	
Estados Unidos			1		2	
Inglaterra	6		1		2	
França	2				1	
Espanha	2				4	
Itália			2			
Total	1939		1876		1725	
Sem identificação	668		638		202	
TOTAL GERAL	2607		2514		1927	

Não identificamos pela naturalidade 34% dos indivíduos falecidos na Matriz no primeiro e segundo períodos e 12% no último período. Dos identificados, sabemos que o maior peso era de nascidos na própria Matriz, à volta de 60%, mas que aqui acorriam indivíduos, não só das outras freguesias do Faial e do Pico, mas de todas as outras ilhas dos Açores, da Madeira, do Continente Português, do Brasil, dos Estados Unidos, da Inglaterra, França, Espanha e Itália, embora com fraco peso percentual.

Com algum peso percentual, fora do Faial e do Pico, contamos os florentinos e terceirenses no primeiro período, os florentinos, terceirenses, jorgenses e continentais no segundo, e os terceirenses, jorgenses e continentais, no terceiro período.

Verificamos depois alguma mudança na atracção para a Matriz, se considerarmos o conjunto das freguesias urbanas e rurais do Faial e as freguesias do Pico. Enquanto

no primeiro período só 5% dos naturais das outras freguesias urbanas, Conceição ou Angústias, vieram falecer à Matriz, no último período a percentagem subiu para 9%. Em contrapartida, foi-se limitando o acesso de indivíduos das freguesias rurais da ilha. A percentagem de naturais da ilha do Pico passou de 11% no primeiro período para 16% no último, ultrapassando mesmo a percentagem de óbitos na Matriz de indivíduos nascidos no conjunto das outras freguesias do Faial.

A observação transversal, para os dois momentos atrás referidos, 1832 e 1883, pode permitir-nos um maior aprofundamento das vivências urbanas.

7. ESTRUTURA DA POPULAÇÃO – 1832 E 1883

Como se verifica através dos gráficos e quadros seguintes, os quantitativos populacionais da Matriz da Horta mantiveram-se praticamente estáveis ao longo de meio século, a aproximar-se dos 3200 habitantes, com um crescimento médio de 0,03% ao ano. Numa relação de grande desequilíbrio entre os sexos nos dois momentos, repare-se que em 1832 os grupos etários mais afectados foram os dos 20 aos 29 anos, com menos de 33 rapazes para 100 raparigas, enquanto em 1883 foram os indivíduos entre os 45 e os 54 anos os mais afectados, com valores à volta dos 42 em 100. Admitimos que as alterações nas relações de masculinidade numa e noutra data se relacionem directamente com comportamentos de mobilidade diferencial (as mulheres para finais do século passaram a integrar mais persistentemente os surtos emigratórios), à semelhança do que encontramos nos trabalhos já efectuados sobre a vizinha ilha do Pico.

Repare-se também que na lista de 1832 ainda figuravam os recolhidos em conventos, com 55 homens, entre frades e criados nos conventos masculinos, e 202 mulheres, entre freiras e criadas, nos conventos femininos.

Figura I – Estrutura da População em 1832

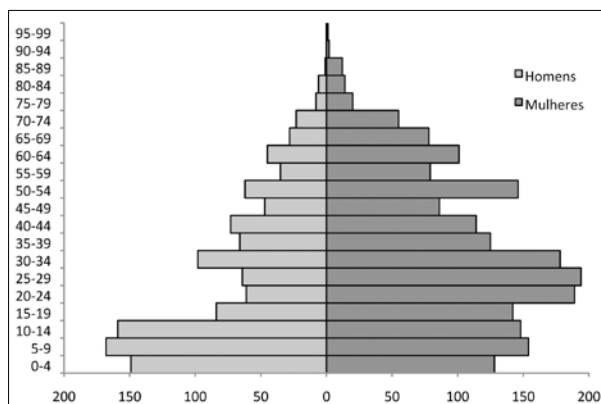
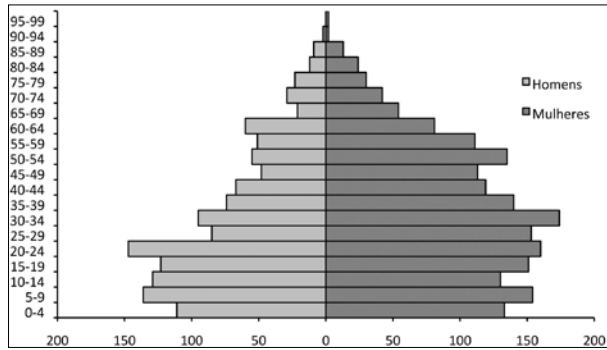


Figura II – Estrutura da População da freguesia da Matriz em 1883



Quadro VI – Estrutura da População da freguesia da Matriz em 1832 e 1883

Grupos de idades	Sexos Reunidos		Sexo Masculino		Sexo Feminino		Relação de Masculinidade			
	1832	1883	1832	1883	1832	1883	1832		1883	
0-4	277	243	149	111	128	133	112	111	84	90
5-9	322	290	168	136	154	154	109		88	
10-14	307	258	159	129	148	130	107		99	
15-19	226	274	84	123	142	151	59	47	82	60
20-24	250	313	61	153	189	160	32		96	
25-29	258	238	64	85	194	153	33		56	
30-34	276	269	98	95	178	174	55		55	
35-39	191	214	66	74	125	140	53		53	
40-44	187	186	73	67	114	119	64		56	
45-49	133	161	47	48	86	113	55		43	
50-54	208	190	62	55	146	135	42	41	36	57
55-59	114	161	35	51	79	111	44	46		
60-64	146	140	45	60	101	81	45	74		
65-69	106	75	28	21	78	54	36	39		
70-74	78	71	23	29	55	42	42	69		
75-79	28	52	8	23	20	30	40	77		
80-84	20	36	6	12	14	24	43	50		
85-89	13	22	1	9	12	13	8	69	100	
90-94	2	4	0	2	2	2	0	0		
95-99	1	2	0	0	1	2	0	0		
Total	3143	3199	1177	1278	1966	1921	57	67		

O quadro da distribuição dos grupos funcionais nos dois momentos, tendo em contraponto o último ano censitário (2001), permite-nos uma visão mais sintética.

Quadro VII – Grupos funcionais

Grupos funcionais (anos)	Homens			Mulheres			Sexos reunidos		
	1832	1883	2001	1832	1883	2001	1832	1883	2001
	Números								
Menores de 15	476	376	263	430	417	249	906	791	512
15-64	635	811	795	1354	1337	855	1989	2146	1650
65 e mais	66	96	145	182	167	232	248	262	377
total	1177	1283	1203	1966	1921	1336	3143	3199	2539
	Porcentagens								
Menores de 15	40,4	29,3	21,9	21,9	21,7	18,6	28,8	24,7	20,2
15-64	54,0	63,2	66,1	68,9	69,6	64,0	63,3	67,1	65,0
65 e mais	5,6	7,5	12,0	9,2	8,7	17,4	7,9	8,2	14,8
total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Se compararmos as duas datas do século XIX, sexos reunidos, verificamos que a maior mudança parece ter-se verificado numa redução da percentagem dos menores de 15 anos, que passaram de 29% para 25% do total de residentes. Entre os maiores de 65 anos, a melhoria não foi significativa, com valores à volta de 8%, numa e noutra data.

Se considerarmos depois a situação relativa dos homens e das mulheres para 1832 e 1883, verificamos que há diferenças muito significativas entre rapazes e raparigas menores de 15 anos, com uma desproporção maior entre os sexos para o ano de 1832, como se a cidade atraísse mais crianças e adolescentes do sexo masculino. Repare-se que nessa data 40% dos residentes se enquadravam nesse grupo etário.

Entre os «velhos», em 1832, a percentagem de homens é bastante inferior à das mulheres, diferenças que se atenuam em 1883.

NOTA FINAL

A formação de uma base de dados demográfico-genealógica integrando as freguesias do Faial e Pico está dentro dos nossos horizontes mais próximos.

Neste momento só podemos perspectivar as potencialidades de uma base de dados desse tipo, no que concerne à relação demográfica entre campo e cidade num micro-cosmo muito especial, o das ilhas.

BIBLIOGRAFIA SUCINTA

- AMORIM, Maria Norberta (2008) – *O Pico. A abordagem de uma ilha*. Vol. I – *As Famílias*, Tomo V – *As famílias da Prainha nos finais do século XIX*. Município de S. Roque do Pico: NEPS.
- ARRUDA, Luís M. (2007) – *Toponímia da Freguesia da Matriz da Horta*. Horta: Junta de Freguesia da Matriz.
- BANDEIRA, Mário Leston (1996) – *Demografia e Modernidade. Família e transição demográfica em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- LIMA, Marcelino (1943) – *Anais do Município da Horta*. 3ª ed. Vila Nova de Famalicão: Oficinas Gráficas Minerva.
- ROCHA, Gilberta P. N. (1991) – *Dinâmica Populacional dos Açores no século XX. Unidade, permanência, diversidade*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- SANTOS, Carlota (2008) – *Biodemografia do Concelho da Madalena. Estrutura demográfica e genética de uma população açoriana da Ilha do Pico*. Câmara Municipal da Madalena: NEPS.

ESTRATÉGIAS MATRIMONIAIS EM GUIMARÃES (SÉCULOS XVIII E XIX): UMA ABORDAGEM DIFERENCIAL*

ANTERO FERREIRA**

ANTÓNIO AMARO DAS NEVES***

Tem a antiguidade muitas sombras, porque são nela tantas as escuridades como os anos, e o que se soube bem esconder nunca se pode bem conhecer, pelo que acham os tempos testemunhas falsas nas histórias, se os anais não são verdadeiros, e é temeridade querer pôr à luz o seu princípio, quando o descuido dos que viveram naqueles primeiros séculos não deixaram notícias de suas memórias...

Padre Torcato Peixoto de Azevedo, *Memórias Ressuscitadas da Antiga Guimarães*, 1692 (edição de 1845, cap. I, p. 9).

1. OBJECTIVOS E METODOLOGIA

Num recente estudo sobre a casa e o casamento, Nuno Gonçalo Monteiro, referindo-se às linhagens fidalgas peninsulares, afirma que estas «(...) desenvolviam mecanismos específicos e diferenciados destinados a evitar a partilha de bens entre os filhos e privilegiando um único, o sucessor, por norma, o primogénito varão»¹. Sabendo que este comportamento constituiria um ideal seguido igualmente pelas elites locais, procuramos neste estudo analisar as estratégias de transmissão do património utilizadas por algumas famílias da cidade de Guimarães durante o século XVIII e XIX.

* Investigação desenvolvida no âmbito do projecto «Espaços urbanos: dinâmicas demográficas e sociais (séculos XVII-XX)», com referência PTDC/HIS-HIS/099228/2008, co-financiado pelo orçamento do programa COMPETE – Programa Operacional Factores de Competitividade na sua componente FEDER e pelo orçamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia na sua componente OE.

** Universidade do Minho / GHP – CITCEM. anterof@gmail.com.

*** Universidade do Minho / GHP – CITCEM. a4neves@gmail.com.

¹ MONTEIRO, 2011:133.

Nas *Memórias Ressuscitadas da Antiga Guimarães*, o Padre Torcato Peixoto de Azevedo, que será um dos protagonistas deste texto, clarificava a importância que estes procedimentos tinham para as famílias vimaranenses, afirmando que «em todos os séculos trabalharam os moradores desta vila por deixarem viva a sua memória, e para que seus descendentes vivessem com honra e estimação lhes instituíram vínculos, e morgados em que se eternizassem seus nomes»².

2. PONTO DE PARTIDA: OS *LUSÍADAS*

Entre as preciosidades que se guardam na Biblioteca da Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães, destaca-se um exemplar da primeira edição de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões. Trata-se de um dos raros exemplares da obra mais importante e mais simbólica da literatura portuguesa. Sabendo-se que a impressão desta obra terá sido acompanhado pelo autor, que terá efectuado correcções durante o processo de impressão, este é um exemplar único, já que não existirão dois exemplares iguais.

A importância bibliográfica e patrimonial desta obra não suscita dúvidas. Porém, persistia um mistério, que resultava de não existir documento de registo da entrada deste livro na Biblioteca da Sociedade Martins Sarmento. A referência mais antiga que se conhece encontra-se no primeiro catálogo da biblioteca, datado de 1887: o exemplar está registado, mas sem indicação de proveniência. Nas páginas do volume também não se encontram indicações quanto ao caminho que percorreu até entrar na posse da Sociedade Martins Sarmento. Somente aparecem duas marcas de posse: o carimbo da Sociedade e uma assinatura, manuscrita, na base do frontispício (Azevedo). Nas sucessivas descrições dos exemplares da edição de *Os Lusíadas* de 1572 que aparecem na bibliografia especializada, não se encontra qualquer referência quanto à história do exemplar da Sociedade Martins Sarmento.

No essencial, a Biblioteca da Sociedade Martins Sarmento foi alimentada com incorporações de livros resultantes de doações, que eram sistematicamente descritos nas actas da Direcção, onde nada consta a respeito do exemplar da primeira edição de *Os Lusíadas*. No entanto, foi registada uma deliberação, tomada no dia 1 de Novembro de 1886, referente à intenção, pouco comum, dentro do que era a prática corrente da Instituição, de comprar, *por duzentos mil réis*, as livrarias dos irmãos Bento Cardoso, advogado respeitado e conhecido bibliófilo, recentemente falecido, e António Cardoso, cónego da Colegiada da Oliveira.

No Jornal *O Comércio de Guimarães* de 18 de Novembro de 1886 foi inserido um anúncio intitulado *Venda de Livraria*, onde se lê que «até ao dia 31 de Dezembro do corrente ano, está patente o catálogo da livraria que foi do falecido Dr. Bento

² AZEVEDO, 1845: 357.

António de Oliveira Cardoso, na casa do mesmo falecido, rua de Camões, n.º 101». Num outro periódico, o *Religião e Pátria* de 4 de Dezembro do mesmo ano, já se noticiava que a Sociedade Martins Sarmento havia adquirido «para a sua biblioteca as livrarias do afamado juriconsulto dr. Bento António de Oliveira Cardoso e do seu irmão cónego António Joaquim de Oliveira Cardoso».

No *Boletim* referente ao último trimestre de 1886, publicado na página 48 do n.º 4 da *Revista de Guimarães* (1887), faz-se menção à aquisição «destas importantes livrarias, obtidas pela diminuta quantia de 200\$000 réis». Quanto ao conteúdo do acervo adquirido, diz-se que é composto «na sua máxima parte de obras de reconhecimento merecimento e necessidade incontestável».

A notícia de que um exemplar da primeira edição de *Os Lusíadas* fazia parte do acervo bibliográfico adquirido pela SMS aparece no jornal *O Comércio de Guimarães*, de 10 de Janeiro de 1887:

A primeira edição dos «Lusíadas»

Entre as obras valiosas e raras, que faziam parte da importante livraria do falecido juriconsulto, snr. Dr. Bento António de Oliveira Cardoso, adquirida, como noticiámos, pela benemérita Sociedade Martins Sarmento, encontra-se a primeira edição dos «Lusíadas» impressa em 1572, sendo ainda vivo o grande poeta.

O exemplar dessa edição, que, como se sabe, é raríssima e dum alto valor, está no mais perfeito estado de conservação, e cobre-a uma encadernação magnífica e sólida.

Estabelecido o modo como o volume chegou à posse da Sociedade Martins Sarmento, falta traçar-lhe o percurso até entrar na posse do seu anterior proprietário. O único indício de que se dispunha era a assinatura *Azevedo* que aparece no frontispício. Colocaram-se diversas hipóteses, das quais ressaltou uma especialmente plausível: um dos primeiros monógrafos de Guimarães, o Padre Torcato Peixoto de Azevedo (1622-1705), autor das *Memórias ressuscitadas da antiga Guimarães*, que conhecia bem a obra de Camões (a quem classificou como «o insigne Camões a quem nada ficou por dizer tocou a luz»³).

Da comparação da marca «Azevedo» do frontispício dos *Lusíadas* com o caligrafia da assinatura do Padre Torcato no manuscrito das suas *Memórias ressuscitadas...* resulta a evidência das semelhanças, que foi confirmada num outro manuscrito do Padre Torcato, um *Nobiliário* onde se traçam as genealogias de diversas famílias da nobreza portuguesa. Cotejando este manuscrito com a assinatura que aparece no volume de *Os Lusíadas*, desvaneceram-se as dúvidas. O Azevedo que assinalou com

³ AZEVEDO, 1845: 202-203.

o seu nome a propriedade do exemplar da primeira edição de *Os Lusíadas* é o ilustre Padre Torcato Peixoto de Azevedo (1622-1725), a mais interessante monógrafo vimaranense, filho do sargento-mor João Rebelo Leite e de sua mulher D. Isabel Peixoto de Azevedo.

No início de 1694, o Padre Torcato e a sua irmã Francisca instituíram, com todos os seus bens, o morgadio dos Peixotos de Azevedo. Recebeu-o a sua sobrinha Mafalda Luísa Leite, que casaria com um primo, António Peixoto Miranda dos Guimarães, senhor do morgadio, com sede na Casa das Lamelas, instituído pelo mestre-escola Rui Gomes Golias (autor de um acto bizarro, que perdurou na memória local: numa inspecção dos cónegos da Colegiada ao túmulo de S. Torcato, arrancou, com os próprios dentes, o osso de um dos tornozelos do santo, relíquia que guardaria, até à morte, na capela da sua casa, edifício onde atualmente está instado o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta). Este casamento deu origem a uma prole de treze filhos que, surpreendentemente, não deixariam qualquer descendência (as dez raparigas, foram todas para freiras para o Convento de Santa Clara do Porto; os restantes morreram solteiros e sem sucessores directos). O morgadio seria herdado pelo filho Manuel Peixoto dos Guimarães. Segundo o que Barbosa Machado escreve na *Bibliotheca Lusitana*⁴, o espólio literário do Padre Torcato Peixoto de Azevedo encontrava-se na sua posse, na casa das Lamelas, em meados da centúria de setecentos.

Manuel Peixoto dos Guimarães faleceu em 18 de Novembro de 1768, solteiro e sem deixar descendentes, como já dissemos. Por testamento, nomeou herdeiro Fernando da Costa de Mesquita, seu parente, que lhe sobreviveu pouco tempo (morreu em 11 de Setembro de 1769), igualmente solteiro e sem descendência directa. Os seus irmãos que se seguiam na linha de sucessão faleceram solteiros em 1794 e 1796. A herança acabou por ir parar às mãos de uma irmã, também solteira, Ana Margarida dos Guimarães Golias que, à data em que toma posse do vasto património da família, era idosa e irremediavelmente solteira (não se conseguiu apurar a sua data de nascimento, mas sabe-se que, quando morre, em 1820, andava pelos 90 anos).

Se a vida seguisse o seu curso esperado, o herdeiro natural de todos os bens de D. Ana Margarida seria o filho da sua irmã Guiomar Antónia, Paulo Vicente Machado de Miranda, nascido em 1776. Mas este não correspondeu «às esperanças e desvelos de sua tia», tornando-se «extravagante pelas súcias que fazia com seus próprios lacaios e com os das outras famílias, andando de noite com festadas e tomando os hábitos e costumes da gente com que acompanhava», tendo sido preso como autor do homicídio de um indivíduo que respondia pelo apelido de *Marmelada*, pelo qual passou um ano na cadeia de Guimarães. Supostamente para tirar o sobrinho do ambiente em que vivia, D. Ana Margarida foi viver para o Porto, levando-o consigo. Aí, Paulo

⁴ MACHADO, 1769: 763-764.

Machado continuaria transviado, «não com as mesmas extravagâncias, mas com as de outro género, mulheres e bebidas fortes que o foram arruinando até que faleceu» (o que vai entre aspas foi retirado de um documento do processo de contestação do testamento de D. Ana Margarida, existente no Arquivo Municipal de Guimarães).

Sobrevivendo àquele que seria o seu sucessor natural, D. Ana Margarida faria testamento a favor de Jacinto Navarro de Andrade, cónego na basílica de Santa Maria na Sé de Lisboa e capelão da Casa Real, com o qual não tinha qualquer parentesco, originando uma longa contenda judicial, levantada por familiares que reclamavam direitos de herdeiros, que se prolongaria nos tribunais por muitos anos. Sabemos que foi após a passagem para as mãos dos Navarros de Andrade (família de gente muito distinta e influente: médicos, cónegos, embaixadores) que os bens da Casa das Lamelas se começaram a dispersar, mas não encontramos nenhuma referência ao descaminho dos livros e papéis do Padre Torcato.

Pelo modo como estas famílias preparavam a transmissão dos respectivos patrimónios, reduzindo ao máximo as possibilidades de fragmentação das heranças (com tal sucesso que acabavam por ficar sem qualquer herdeiro natural) parece claro que o património era transmitido sem dar lugar a partilhas de bens, pelo que nos é lícito supor que o espólio do padre Torcato Peixoto de Azevedo terá ficado na Casa das Lamelas pelo menos até à morte da última das Guimarães Golias. Tivemos acesso aos testamentos dos sucessivos titulares deste morgadio, que permitem verificar que as heranças eram transmitidas indivisas. Infelizmente, para o que agora nos importa, aos livros não era atribuído valor suficiente para ascenderem à condição de itens do inventário de um testamento, onde só havia menção a bens de raiz, a jóias de família e às pratas da casa.

Quanto ao nosso propósito inicial (saber como foi que o exemplar da primeira edição de *Os Lusíadas* da SMS passou para as mãos do Dr. Bento Cardoso) não tivemos qualquer sucesso. Sabemos Bento Cardoso era um advogado de renome nacional, especialista em direito sucessório (com obra publicada na *Gazeta dos Tribunaes*), mas não conseguimos ainda saber se algum dia teve qualquer intervenção nos múltiplos processos que envolveram os Navarros de Andrade. Mas ficamos com um notável caso de estudo do processo de reprodução e de transmissão de heranças de uma família de elite de Guimarães ao longo da Idade Moderna, que iremos analisar em seguida.

3. ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO

Consultando a lista dos *Antigos morgados e vínculos instituídos pelos moradores de Guimarães* coligida por António José Ferreira Caldas⁵, encontramos o Dr. Rui

⁵ CALDAS, 1996: 202-210.

Gomes Golias, «(...) mestre-escola da Colegiada (de Nossa Senhora da Oliveira – Guimarães), instituiu morgado em seu sobrinho o dr. João de Guimarães (...) e sua mulher D. Maria dos Guimarães (...)», vinculando os seus bens com a capela do Senhor Jesus, junto às suas casas da rua dos Fornos.

Rui Gomes Golias era o segundo filho de Ambrósio Vaz Golias e de Inês de Guimarães. Tinha sete irmãos: Sebastião Vaz Golias, o primogénito, Diogo de Guimarães, Catarina Golias, Brites Golias e mais três irmãs solteiras⁶. Rui Gomes Golias era abade de Santa Maria de Sande, tendo permutado essa posição com o seu irmão Sebastião que ocupava o cargo de mestre-escola da Colegiada⁷. Nesta família os dois filhos primogénitos seguiram a carreira eclesiástica, enquanto o terceiro, Diogo de Guimarães, casou e teve descendência. Das cinco irmãs, duas casaram mas não tiveram descendência, Catarina e Brites, e as restantes três ficaram solteiras⁸. Notam-se nesta família algumas tendências habituais na estratégia de preservação do património: o casamento de um único filho varão, o celibato de grande parte dos restantes filhos, alguns deles encaminhados para a vida religiosa. De original o facto de que o filho que acede ao casamento ser o mais novo dos três.

O testamento do mestre-escola, aprovado em Setembro de 1649⁹, dispõe que as casas em que vive, cinco na rua dos Fornos e três na de Santiago que foram conser-tadas e reunidas por ele, nunca se vendam pelo que as vincula para que «(...) não possam ser alheadas nem escambadas até ao fim do mundo nem sejam divididas e andem sempre juntas em forma de morgado (...)»¹⁰.

Nomeia como herdeira a sua sobrinha Catarina Golias com obrigação de «(...) nomear um filho ou filha seu legítimo e não os tendo poderá nomear um parente ou parenta que seja por a minha parte de meu pai ou de minha mãe qual quiserem com condição que se chamem Golias e Guimarães, mas não quero que possam vir estes bens aos descendentes de João de Valadares e de sua mulher Inês de Guimarães porque os hei por deserdados de meus bens»¹¹.

Nestas disposições está clara a intenção de conservar o património na linhagem dos Golias e Guimarães. Estão ainda previstas disposições para o caso de não existir descendência directa: «Posto que não haja outros parentes, o parente ou parenta a nomear será legítimo e não legitimado nem natural e o possuidor deste vínculo quero que possa nomear tendo filhos ou filhas o mais moço ou mais moça conforme a sua vontade e morrendo sem nomear qualquer dos possuidores suceda o parente deste

⁶ MORAIS, 1948: 220-221.

⁷ MORAES, 1964: 61.

⁸ MORAIS, 1948: 221.

⁹ MORAES, 1964: 61.

¹⁰ MORAES, 1964: 63.

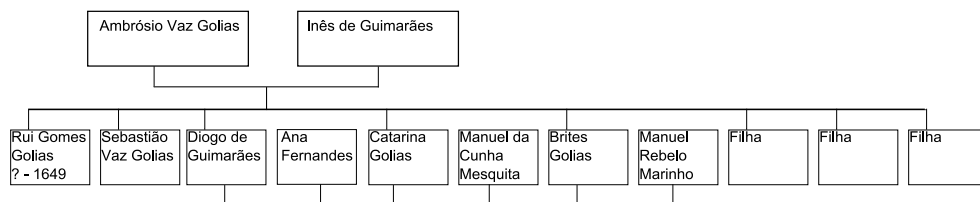
¹¹ MORAES, 1964: 63.

possuidor mais chegado a ele sem benefício da representação da mesma linha e parentesco dele». Note-se que Rui Gomes Golias queria que o vínculo fosse nomeado num filho secundogénito, «o mais moço», independentemente do género. Estas disposições, não seguindo completamente os princípios habituais do morgadio, nomeadamente a primogenitura e a masculinidade, eram muito vulgares. A forma específica de sucessão era muitas vezes definida pelos instituidores e, no caso português, «(...) existia uma grande diversidade de regras de sucessão, nesta se podendo incluir os morgados secundogénitos, os de eleição ou os de livre nomeação»¹².

No testamento existem ainda algumas disposições que impedem a nomeação do vínculo em pessoa de «nação hebreia, moura ou judeu ou qualquer outra reprovada» e ainda a pessoa que tenha cometido algum crime, pois nesse caso, afirma, «o hei por deserdado três horas antes de o cometer porque minha tenção é que ele não o possua nem com tensão de cometer tal crime»¹³.

Catarina Golias, herdeira do mestre-escola, é filha de Diogo de Guimarães, irmão de Rui Gomes Golias. Este, no testamento afirma: «quero ser enterrado na minha sepultura que tem o meu nome junto do meu irmão na igreja da Colegiada e se acabará de por os letreiros a ambas as duas se eu os não acabar e no fim das sepulturas ambas se ponham estas letras começando em uma acabando na outra – *in morte num sunt separati* – pello muito amor com que nos tratamos toda a vida»¹⁴.

Quadro 1 – Descendentes de Ambrósio Vaz Golias¹⁵



Não temos clara a relação do irmão de Catarina Golias, João de Guimarães Golias, com este vínculo. Nas Memórias Ressuscitadas, o P. Torcato de Azevedo, parente da família, afirma que Rui Gomes Golias nomeou o morgado no seu sobrinho João Golias¹⁶, facto desmentido pelo testamento. De qualquer modo Adelaide Moraes refere que no seu testamento, João Golias, manda acrescentar ao morgado instituído pelo seu tio 12 mil cruzados.

¹² MONTEIRO, 2011: 133.

¹³ MORAES, 1964: 63.

¹⁴ MORAES, 1964: 64.

¹⁵ Fonte: MORAES, 1964; MORAIS, 1948; AMAP-AP.

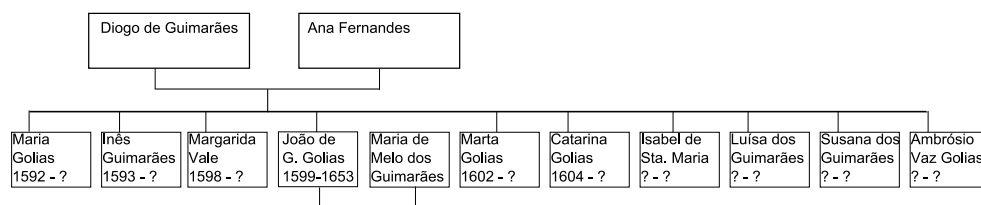
¹⁶ AZEVEDO, 1845: 367.

Analisando a família de Ambrósio Vaz Golias e Inês de Guimarães podemos verificar que dois dos três filhos foram destinados à carreira eclesiástica. O terceiro, Diogo de Guimarães, casou dando continuidade à família. Das cinco filhas três faleceram solteiras e duas casaram, embora, segundo a Pedatura Lusitana, não tenham tido geração.

Diogo de Guimarães, por sua vez, teve dez filhos do casamento com Ana Fernandes. Ambrósio Vaz Golias, Abade de Abrugão, seguiu a carreira eclesiástica e João de Guimarães Golias que casou com Maria de Melo dos Guimarães, tendo sido Desembargador, Deputado da Mesa da Consciência e Ordens, Comendador de São Miguel de Caparroza e embaixador de D. João IV. Das cinco irmãs, três foram freiras e Catarina e Luísa ficaram solteiras. À morte de João de Guimarães Golias, Catarina Golias ficou como herdeira universal, tendo o seu irmão recomendado à viúva no testamento que «pelo muito que a amava e pela muita estimação que dela fazia por partes e virtudes» que vivesse com as cunhadas em «boa irmandade» ou recolhesse a um convento na companhia de alguma das cunhadas.

Catarina Golias, herdeira do morgado, procurou transmiti-lo a António Peixoto Miranda em 1670, mas, segundo nos conta Maria Adelaide Pereira Moraes¹⁷, este não aceitou pois era-lhe imposto que vinculasse 12 mil cruzados. Catarina nomeia então o morgado em Manuel de Guimarães Golias Peixoto, filho do referido António Peixoto Miranda, que foi escrivão da Misericórdia de Guimarães e faleceu solteiro. O morgado acabou, finalmente, por vir ter às mãos do seu irmão António Peixoto Miranda Guimarães, casado com Mafalda Luísa Leite.

Quadro 2 – Descendentes de Diogo de Guimarães¹⁸

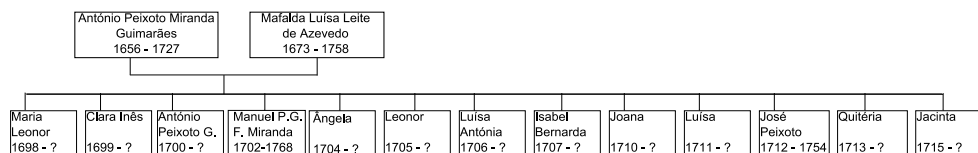


António Peixoto Miranda Guimarães residia em Guimarães na Casa das Lamelas, actual Arquivo Municipal de Guimarães. Nasceu em 6 de Março de 1656, pelo que tinha 42 anos à data de nascimento da primeira filha que conhecemos da sua relação com Mafalda Luísa. Esta era muito mais nova, nasceu em 21 de Dezembro de 1673, pelo que tinha somente 25 anos na mesma data. Entre os dois existia uma relação de parentesco, eram segundos primos em 2º grau.

¹⁷ MORAES, 1964: 69.

¹⁸ Fonte: MORAES, 1964; MORAIS, 1948; AMAP-AP.

Quadro 3 – Descendentes de António Peixoto Miranda¹⁹



Tiveram treze filhos, dez raparigas e três rapazes. À data de óbito, 31 de Julho de 1727, com setenta e um anos, fez o seu testamento na forma seguinte:

Em conformidade com sua mulher D. Mafalda Luísa Leite de Azevedo, instituem seu filho mais velho António Peixoto dos Guimarães por seu universal herdeiro, e nomeia no seu dito filho o seu morgado que é de sua livre nomeação como também todos os seus prazos e bens que lhe pertencem e hajam de pertencer por qualquer via em morte da mãe em que lhe possa suceder, e a dita sua mulher lhe nomeia todos os seus bens, prazos da mesma maneira, por sua morte ao dito seu filho António Peixoto dos Guimarães.

Deve viver sem desunião nem separação dos mais irmãos e enquanto as minhas seis filhas que estão religiosas no convento de Santa Clara no Porto, é nossa vontade que nosso herdeiro conforme uso e costume desta casa lhes dê em cada um ano dez mil réis de tença a cada uma delas enquanto forem vivas e falecendo algumas delas ficará desobrigado deste encargo e mais disseram que têm ainda em casa quatro filhas dos quais será obrigado o dito seu filho a dar-lhes o estado de religiosas com a brevidade possível, dando-lhes a cada uma delas a mesma tença de dez mil réis em cada um ano como as mais acima, e porquanto tem mais dois filhos, Manuel e José é também sua vontade que o dito seu filho António Peixoto dos Guimarães será obrigado a dar-lhes o estado de benefício havendo-o, e enquanto se mantiverem vivendo todos juntos, com boa união na mesma casa, lhe dará a cada um deles cinquenta mil réis, e se por alguma vez se desunirem será obrigado nosso filho herdeiro a dar a cada um deles cento e cinquenta mil réis cada ano e estando de posse dos seus benefícios in totum o desobrigam dos encargos acima postos.

Declara mais que se seu filho herdeiro falecer ou tomar estado, em tal caso, deixamos a nomeação acima do morgado e mais bens a nosso filho Manuel Peixoto para que dê cabal satisfação no acima e abaixo dito²⁰.

Este testamento clarifica perfeitamente a estratégia seguida por esta família na gestão do seu património. O morgado é transmitido a um único herdeiro, o filho mais velho, que fica com responsabilidades de cuidar do futuro dos seus irmãos. Todas as filhas são encaminhadas para o convento, neste caso para o Convento de Santa

¹⁹ Fonte: MORAES, 1964; MORAIS, 1948; AMAP-AP.

²⁰ Testamento de António Peixoto Miranda Guimarães, transcrito no seu registo de óbito (AMAP-P395).

Clara no Porto. Os filhos mais novos são deixados a cargo do irmão beneficiado, devendo-lhes pagar uma tença de cinquenta mil réis enquanto viverem juntos e em harmonia e de cento e cinquenta mil réis caso se separem.

Esta estratégia de transmissão do património criava uma situação de desigualdade, pois com o objectivo de perpetuar a família e o seu prestígio, afastava da herança todos os irmãos em benefício do varão mais velho. Evitava-se todas as situações que pudessem representar uma diminuição do património, como se pode observar através do facto de que todas as filhas deveriam ser encaminhadas para a vida religiosa.

Note-se ainda a propensão para as alianças matrimoniais entre parentes próximos, o que vem a contribuir para uma concentração do património. Se analisarmos a árvore genealógica desta família veremos como é corrente esta prática, confirmada, aliás, pelos laços de parentesco entre António Peixoto e Mafalda Luísa. Assinale-se ainda que eles próprios acabam por assumir as heranças de outros parentes solteiros. António Peixoto é o herdeiro do morgado instituído por Rui Gomes Golias, cónego e mestre-escola da Colegiada de Guimarães, Mafalda Luísa é herdeira do Padre Torcato Peixoto de Azevedo que, ao falecer em 1705, declarava que lhe tinha feito doação de todos os seus bens.

As disposições que encontramos neste testamento, tal como os que já tínhamos analisado em exemplos anteriores, confirmam claramente a ideia de que o morgadio, mais do que uma instituição jurídica, acaba por corresponder a um conjunto de comportamentos familiares assumidos pela sociedade da época, ideia já apresentada por Nuno Monteiro quando afirma que o morgadio é «(...) um autêntico modelo familiar, geralmente partilhado por todos aqueles que se intitulam fidalgos, e definindo regras de conduta bem conhecidas para cada um, pois a disciplina da casa estendia-se a todos que nela haviam nascido»²¹.

Mas nem sempre esta estratégia conseguia os seus resultados. Nesta família, como certamente em muitas outras, as leis da vida e da morte impuseram-se com consequências dificilmente previsíveis. Em Janeiro de 1754 morre José Peixoto, solteiro, com 42 anos de idade, um dos filhos de António Peixoto e de Mafalda Luísa. Em 1758, com a idade de 84 anos, morre Mafalda Luísa, sem testamento, sendo referido no registo de óbito que lhe ficou um filho secular e várias filhas religiosas. Dez anos depois, em 1768, faleceu Manuel Peixoto, solteiro, com a idade de 66 anos. No seu testamento declara que não era casado e que nunca tivera filhos. Nomeava o morgado de que era titular em Fernando da Costa Mesquita, seu segundo primo em segundo grau, bem como todos os bens que possuía fora do mesmo morgado, com obrigação de lhes pagar as dívidas e de pagar a cada uma das suas irmãs, religiosas no convento de Santa Clara da cidade do Porto, enquanto se achassem vivas, a quantia anual de

²¹ MONTEIRO, 2011: 133.

seis mil réis. Situação muito semelhante verificou-se também, como já vimos, com a descendência de Diogo de Guimarães e Ana Fernandes.

4. CONCLUSÕES

1) A metodologia que utilizamos neste estudo, o cruzamento de estudos genealógicos com a base de dados²² constituída através da Metodologia de Reconstituição de Paróquias²³ revelou-se particularmente fecunda. Em primeiro lugar, foi possível verificar se as informações destes estudos estavam em conformidade com os dados recolhidos nos registos paroquiais, aferindo assim do rigor da sua organização. Posteriormente, nos casos em que a informação oferecia garantias, foi possível completar as genealogias das famílias estudadas a períodos que os registos paroquiais não alcançam, ou a paróquias que ainda não foram estudadas.

2) Foi possível verificar em Guimarães, uma cidade minhota muito afastada da corte, os comportamentos que a historiografia tradicionalmente aponta para as grandes casas fidalgas. Esta verificação confirma a ideia que o morgadio, mais do que um instituto jurídico, era um código de conduta familiar e social, que pautava as relações intra-familiares. Citando mais uma vez Nuno Monteiro: «A entidade fundamental para o estudo dos comportamentos aristocráticos é a noção de casa, entendida como um conjunto coerente de bens simbólicos e materiais, a cuja reprodução alargada estavam obrigados todos os que nela nasciam ou dela dependiam»²⁴.

3) As regularidades que foi possível detectar no estudo destas famílias são as seguintes:

- institui-se um morgado para preservar o nome da família «até ao fim do mundo». Pretende-se dotar a «casa» com um património que garanta a sua permanência, pelo que é forçoso que se adoptem estratégias que evitem a divisão do património.
- privilegia-se um herdeiro, em regra masculino, enquanto os outros filhos são encaminhados para carreiras eclesiásticas que, muitas vezes, acabam por se revelar um bom investimento para as famílias (veja-se o caso de Rui Gomes Golias).
- o privilegiado não é forçosamente o filho mais velho.
- o destino da maior parte das filhas é ficar solteiras, em casa do beneficiado, ou recolher a um convento. Verificam-se também estratégias de aliança matrimonial entre as principais famílias de Guimarães, o que concorre também para uma preservação do património na família alargada.

²² Base de dados genealógica constituída por Norberta Amorim.

²³ AMORIM, 1992.

²⁴ MONTEIRO, 1993: 365.

- existem sempre disposições que mostram um cuidado com os filhos/as que não foram privilegiados: atribuição de uma tença, responsabilização do irmão pela sua colocação em carreira adequada, etc. São constantes as recomendações para que vivam todos em harmonia.

Existem algumas dimensões que não puderam ser analisadas num estudo com estas características mas que nos deixam pistas para ulteriores trabalhos, nomeadamente algumas tendências demográficas detectadas nestas famílias: elevado número de filhos por casal e a sua elevada sobrevivência, reduzido intervalo intergenésico, elevado número de filhos celibatários. Estas observações têm de ser confirmadas com o estudo de outras famílias e confrontadas com outras tipologias familiares, numa verdadeira abordagem diferencial.

BIBLIOGRAFIA

- AMAP – Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (Guimarães) – *Arquivo Paroquial: freguesias de Oliveira, S. Sebastião, Fermentões, S. Paio*.
- AMORIM, Norberta (1992) – *Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico (1680-1980)*. Braga: Universidade do Minho.
- AZEVEDO, Padre Torcato Peixoto de (1692) – *Memórias Ressuscitadas da Antiga Guimarães, 1692* (edição de 1845 – cap. I, p. 202-203).
- MACHADO, Diogo Barbosa (1769) – *Bibliotheca Lusitana*, tomo IV.
- MONTEIRO, Nuno G., (1993) – *Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia*. In MATTOSO, José, coord. – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. IV, p. 333-379.
- MONTEIRO, Nuno G., (2011) – *Casa, casamento e nome: fragmentos sobre relações familiares e indivíduos*. In MATTOSO, José, coord. – *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 130-158.
- MORAES, Maria Adelaide Pereira de (1964) – *Velhas Casas*. «Boletim de Trabalhos Históricos», vol. XXIV. Guimarães: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, p.2-85.
- MORAIS, Cristóvão Alão de (1948) – *Pedatura Lusitana: nobiliário de famílias de Portugal*. Livraria Fernando Machado: Porto, 1943-1948.

A FAMÍLIA E O PAPEL DA MULHER NA REPRODUÇÃO SOCIAL. O CASO DE GONTINHÃES (1828-1919)

AURORA BOTÃO REGO*

INTRODUÇÃO

Santa Marinha de Gontinhães (actual Vila Praia de Âncora) localiza-se no distrito de Viana do Castelo, concelho de Caminha, sendo actualmente uma das freguesias mais populosas do Alto Minho.

A sua localização em anfiteatro, inserida em vale fértil circundado pela Serra d'Arga e pelas fronteiras naturais do rio Âncora e do oceano Atlântico, proporcionou às suas populações a sobrevivência ao longo dos séculos.

Com características predominantemente rurais até uma época muito recente, Gontinhães registou ao longo do Antigo Regime um crescimento demográfico praticamente nulo.

O processo de reconstituição desta paróquia¹, veio revelar que a mulher representava um dos pilares estruturantes da sociedade camponesa à semelhança do que ocorreu na região do Minho.

Para esta abordagem privilegiámos duas fontes principais – os Livros de registo das Companhias das Ordenanças do concelho de Caminha, levantamento efectuado entre 1828 e 1832 e os testamentos dos residentes da paróquia produzidos entre 1831 e 1919.

* Universidade do Minho. Investigadora do CITCEM. aurorarego@gmail.com

¹ AMORIM, Maria Norberta (1991) – *Uma metodologia de Reconstituição de Paróquias desenvolvida sobre registos paroquiais*. «Boletín de la Asociación de Demografía Histórica», IX: 1, p. 7-25.

1. CARACTERÍSTICAS DOS AGREGADOS DOMÉSTICOS E ESTRUTURA DE PARENTESCO

1.1. Chefes de fogo e profissões

Da contagem dos fogos nas Ordenanças do concelho de Caminha, foram registados 208 em Gontinhães, dos quais 27 se encontravam desabitados e 1 inabitável. Cruzando a informação proveniente desta fonte com os ficheiros familiares e genealógicos da base demográfica, procedemos à análise da estrutura familiar da paróquia.

Este recenseamento, apesar do carácter militar que obedeceu a objectivos específicos, não impediu que, por meio da consulta da base de dados da paróquia, colmátassemos inexactidões, tais como a ausência ou imprecisões das idades dos chefes de fogo ou do estado civil, por exemplo. A omissão das mulheres que não encabeçavam fogos e que neles se encontravam inseridas, na qualidade de ascendentes e colaterais, também foi superada.

De igual forma, tivemos conhecimento através do cruzamento com documentos notariais, da ausência de homens, apesar de se encontrarem oficialmente a chefiarem os respectivos fogos.

A doação de 1827 que faz Maria Fernandes a Maria Gonçalves, casada com António Barbosa, ausente e sem regresso conhecido, que «atendendo à sua pobreza sem ter casas onde viva (...) lhe doava um pequeno serrado de vinha e horta para nele construir casa (...)»² comprova esta situação. Desde modo, a informação veiculada pela fonte principal, não correspondendo à inteira realidade de Gontinhães à data, foi enriquecida pelo cruzamento de dados.

Nos 180 fogos habitados, foi encontrada a média de 4,9 h/fogo de indivíduos, coeficiente que se enquadra nos parâmetros encontrados para a região na mesma época. De facto, na região do Alto Minho verificaram-se variações entre paróquias relativamente à dimensão dos fogos. Oscilavam entre 3,8 h/fogo nas áreas interiores e mais elevadas, por oposição a 5 h/fogo nas freguesias ribeirinhas e contíguas às linhas de água, devido a actuação de vários mecanismos entre os quais as clivagens ecológicas³.

Em estudo baseado na mesma fonte, Rowland encontrou para a paróquia contígua de Santa Maria de Âncora 4,6 h/fogo e para a paróquia de São Lourenço da Montaria 5,4 h/fogo⁴, ambas inseridas no Vale do Âncora.

² ADVC, *Livros Notariais do concelho de Caminha*, Cota 4.8.2.9, fl. 12v.

³ SOUSA, Fernando de & ALVES, Jorge Fernandes de (1997) – *Alto Minho. População e Economia nos finais de Setecentos*. Lisboa: Editorial Presença, p. 39.

⁴ ROWLAND, Robert (1981) – *Âncora e Montaria; 1827: duas freguesias do Noroeste segundo os livros das Companhias de Ordenanças*. «Perspectivas sobre o Norte de Portugal». Porto: *Studium Generale*, p. 199-242.

Tabela 1 – Chefes de fogo entre paróquias

Chefes de fogo	Estado Civil						Total		Idade
	Casados		Solteiros		Viúvos		N	%	Média
Homens	137	62,8	11	5,0	17	7,9	165	75,7	50,1
Mulheres	0	0,0	29	13,3	24	11,0	53	24,3	54,8
Total	137	62,8	40	18,3	41	18,9	218	100,0	52,5

Fontes: Listas de Ordenanças do concelho de Caminha; Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora.

Os chefes de fogo em Gontinhães – Tabela 1 – eram maioritariamente do sexo masculino (75,6% chefiados por homens e 24,4% por mulheres). Por outro lado, 62,2% de todos os chefes de família possuíam o estado civil de casado, enquanto 16,7% eram solteiros e 21,1% eram viúvos. As mulheres que chefiavam fogos surgem, invariavelmente, no estado de solteiras ou de viúvas.

Comparámos as chefias de fogo entre Gontinhães, Santa Maria de Âncora e Montaria, no sentido de detectarmos tendências. Observamos uma tendência similar, com evidente supremacia dos homens como chefes de fogo – mais acentuada na Montaria com 82,5% e menor em Âncora com 52,3% – associada também ao estado civil de casado⁵.

Este fenómeno também se reflecte na paróquia de Ronfe⁶, onde informação proveniente de róis de confessados de 1829 revelou que 73,2% dos chefes de fogo eram homens e 26,8% eram mulheres.

As idades médias dos chefes de fogo de Gontinhães reflectem uma paróquia com estruturas demográficas envelhecidas – uma média de 50,1 anos para os homens e de 54,1 anos para as mulheres. As médias femininas mais elevadas, dada a sua condição de viuvez, de longevidade e de sobrevivência relativamente aos seus maridos, bem como da existência de mulheres celibatárias contribuiram para esta circunstância.

Tabela 2 – Actividade profissional dos chefes de fogo masculinos

Sector de Actividade	N	%
Primário		
Proprietário/Lavrador	73	44,3
Jornaleiro	9	5,5
Pesca	3	1,8
Total	85	51,6

⁵ ROWLAND, Robert, op. cit, p. 215.

⁶ SCOTT, Ana Sílvia Volpi (1999) – *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX)*. Braga: Universidade do Minho, p. 242.

Sector de Actividade	N	%
Secundário		
Construção		
Pedreiro	43	26,2
Caiador	4	2,4
Outros ofícios	2	1,2
Madeiras e Metais		
Carpinteiro	6	3,6
Ferreiros	2	1,2
Vestuário e Calçado		
Alfaiate	1	0,6
Sapateiros	3	1,8
Total	61	37,0
Terciário		
Comércio		
Tendeiro	1	0,6
Outros		
Cirurgião	2	1,2
Militares	7	4,2
Sacerdotes	5	3,0
Total	15	9,0
Indeterminado	4	2,4
Total	165	100,0

Fontes: Listas de Ordenanças do concelho de Caminha;
Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora.

Procurámos analisar as profissões dos chefes de fogo de Gontinhães, seguindo para o efeito a metodologia adoptada por Rowland na qual observou somente os homens adultos (Tabela 2).

Numa sociedade rural de Antigo Regime será compreensível que o peso do sector primário prevaleça sobre os demais. Verificamos que 51,6% dos chefes de fogo estavam afectos ao sector primário, repartindo-se os restantes 37% pelo sector secundário, apenas 9% pelo sector terciário e 2,4% de indivíduos com actividade indeterminada.

Dentro do sector dos ofícios o número de profissionais ligados à construção – canteiros, pedreiros, entre outros – alerta para uma exportação de serviços e para uma acentuada mobilidade masculina, já que o seu volume não se justifica numa paróquia envelhecida e com um número significativo de casas desabitadas.

Até 1825 a pesca não existia como actividade económica, pelo que as Ordenanças captaram o momento da entrada das primeiras famílias de pescadores. A partir desta data, esta comunidade, que irá evoluir de forma preponderante ao nível populacional, transformar-se-á numa das principais alavancas de desenvolvimento de Gontinhães⁷.

Comparando as duas paróquias estudadas por Rowland, observámos que o peso do sector primário da Santa Maria de Âncora se aproxime do da paróquia em estudo – 64,2% – com uma igualmente forte representação de pedreiros em Âncora⁸. A paróquia da Montaria, situada em plena Serra d'Arga, acusa a sua interioridade com 83,9% de chefes de fogo com profissões ligadas à agricultura.

1.2. Estrutura interna dos fogos recenseados

Para a observação da composição dos agregados familiares existentes nos 180 fogos, recorreremos à tipologia do Grupo de Cambridge⁹ (Tabela 3). Tivemos em conta as adaptações introduzidas por Rowland relativamente ao contexto alto-minhoto – a classe 5b foi subdividida em 5b (i) e 5b (ii) consoante a unidade secundária reflecte práticas sucessórias preferenciais pela linha masculina ou feminina, respectivamente e ainda a inclusão na categoria 3 das mulheres solteiras que residiam com filhos¹⁰.

Tabela 3 – Estrutura interna dos fogos recenseados

Categorias	Classes	Fogos	
		N	%
1 – Isolados	1A: Viúvos/as	3	1,7
	1b: Solteiros	16	8,8
	Total	19	10,5
2 – Agregado não conjugal	2a: Irmãos	1	0,6
	2b: Outros parentes	3	1,7
	2c: Sem parentesco evidente	0	0
	Total	4	2,3

⁷ REGO, Aurora Botão (2004) – *De Gontinhães a Vila Praia de Âncora, ruralidade versus Urbanidade*. «1^{as} Jornadas de História, Ambiente e Urbanismo de Vila Praia de Âncora». Viana do Castelo: Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, p. 151-172.

⁸ ROWLAND, Robert, *op. cit.*, p. 239.

⁹ LASLETT, Peter e E.A. HAMMEL (1974) – *Comparing Household Structures Over Time and Between Cultures*. «Comparative Studies in Society and History», XVI: 1, University of California, p. 73-109.

¹⁰ ROWLAND, Robert, *op. cit.*, p. 219-220.

Categorias	Classes	Fogos	
		N	%
3 – Agregado familiar simples	3a: Casal sem filhos	13	7,2
	3b: Casal com filhos	66	36,7
	3c: Viúvos com filhos	2	1,1
	3d: Viúvas com filhos	12	6,7
	3e: Solteiras com filhos	6	3,3
	Total	99	55,0
4 – Agregado familiar alargado	4a: Alargamento ascendente	4	2,2
	4b: Alargamento descendente	0	0,0
	4c: Alargamento lateral	13	7,2
	4d: Combinações 4a-4c	6	3,3
	Total	23	12,7
5 – Agregado familiar múltiplo	5a: Unidade secundária ascendentes	1	0,6
	5b: (i) Unidade secundária descendente na linha masculina	8	4,4
	5b: (ii) Unidade secundária descendente na linha feminina	19	10,7
	5c: Unidade secundária lateral	0	0,0
	5d: <i>Frérèches</i>	1	0,6
	5e: Outras combinações	1	0,6
	Total	30	16,9
6 – Estrutura indeterminada		5	2,6
	Total	180	100,0

Fontes: Listas de Ordenanças do concelho de Caminha; ROWLAND, Robert, op. cit., p. 220.

Verificamos que predominam os agregados familiares simples (categoria 3) com 55%, sendo a classe mais numerosa a 3b – casal com filhos, também designada por «famille-souche»¹¹. A preponderância desta categoria e classe apresenta igualmente paralelo nas freguesias de Âncora e da Montaria, respectivamente, 71,7% e 54,7%, o mesmo acontecendo nas categorias «isolados» e «agregados não conjugais»¹².

A composição dos agregados familiares alargados é reveladora de práticas sociais e culturais características de Antigo Regime e, em particular, do Minho. Cruzando as diversas fontes, verificou-se a sobrevivência e permanência nos agregados familiares

¹¹ LASLETT, Peter (1983) – *Family and household as work group and kin group: areas of traditional Europe compared Family forms in historic Europe*. Dir. Richard Wall. Cambridge University Press, p. 16-23.

¹² Rowland, Robert, op. cit., p. 220.

alargados de ascendentes, com predomínio dos femininos e a presença e preponderância de celibatários no agregado familiar alargado (classe 4c) que, no caso de Gontinhães, apresentou 11 femininos e 2 masculinos. O predomínio, em simultâneo, das mães viúvas e irmãs celibatárias (classe 4d) reforça este cenário, fenómenos que se associam com a maior longevidade feminina, em particular ao fenómeno da mobilidade diferencial.

Esta observação fica consolidada pela análise dos agregados familiares múltiplos – categoria 5 – e nas percentagens encontradas para as classes 5b (i) e 5b (ii), ou seja, a formação de unidades secundárias descendentes por linha masculina ou feminina, respectivamente, 4,4% e 10,6%. Rowland também encontrou idêntica tendência em Âncora e Montaria referindo que «poderia ser um reflexo das práticas sucessórias (...) apesar de existirem filhos solteiros no chefe do agregado»¹³.

O predomínio numérico da «família nuclear» não se torna significativo, nem no contexto Europa ocidental onde ele é característico, nem mesmo em muitas zonas da Europa oriental. As diferenças colocam-se antes nas proporções dos agregados complexos (categorias agregado familiar alargado e agregado familiar múltiplo), pouco significativas na Europa do Noroeste ao contrário da Europa meridional¹⁴. A questão é identificar o posicionamento de Portugal e, em particular, do Noroeste Português.

A existência significativa de agregados complexos para a paróquia em estudo (29,5%), e ainda em Âncora (20,3%) e Montaria (15,8%), encontra similitudes com Santa Eulália (26,5%) para as categorias 4 e 5, conjuntamente¹⁵. Estamos em crer que os valores encontrados para Santa Eulália e Gontinhães, muito próximos, resultam da observação complementar e cruzada efectuada às Ordenanças (em Santa Eulália recorreu-se aos róis de confessados), o que não foi possível no caso da Montaria e Âncora, se bem que a tendência geral seja idêntica.

Estudos realizados com freguesias do Centro e Sul apresentam um predomínio da família nuclear e um número residual ou inexistente no que concerne aos agregados complexos das categorias 4 e 5¹⁶, contrariamente às paróquias estudadas no Noroeste português.

Esta observação leva-nos a reforçar a constatação de Rowland – o «Noroeste Português afasta-se do modelo «ocidental» ou «atlântico» de predomínio quase

¹³ Rowland, Robert, *op. cit.*, p. 217.

¹⁴ Rowland, Robert, *op. cit.*, p. 220.

¹⁵ BRETTELL, Caroline (1991) – *Homens que partem, Mulheres que esperam. Consequências da emigração numa freguesia minhota*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, p. 163-168.

¹⁶ PEREIRA, Gaspar Martins & CORREIA, Luís Grosso (1996) – *Casamento e Condição Social no Porto Oitocentista*. «Revista da Faculdade de Letras: História», série II, vol. 13, p. 475-488. Ver também SCOTT, Ana Sílvia, *op. cit.* p. 249.

exclusivo da família nuclear, ocupando um lugar intermédio entre o Noroeste europeu e o Mediterrâneo»¹⁷.

As práticas observadas nas quatro freguesias alto-minhotas e nos agregados familiares múltiplos por linha feminina 5b (ii) reafirmam a importância das estratégias matrimoniais em regime de matrilocidade com o objectivo de consolidação do património.

Tabela 4 – Residência pós-casamento

Residência	Famílias residentes em 1828	
	N	%
Residência matrilocal	115	54,0
Residência patrilocal	70	32,9
Residência neolocal	28	13,1
Total	213	100,0

Fontes: Ordenanças, registos paroquiais, notariais e testamentos do concelho de Caminha.

Observada a residência pós-casamento nas famílias recenseadas de Gontinhães nas Ordenanças – Tabela 4 – verificou-se que a mesma se efectuava, maioritariamente, para a casa da noiva, ou seja, em regime de matrilocidade – 54% – ficando relegadas para 32,0% e 13,1%, respectivamente, as residências patrilocal e neolocal.

A filha não emigrava, permanecia no seio do agregado familiar, quanto muito podia estabelecer alianças matrimoniais nas paróquias vizinhas, no sentido de favorecer a consolidação social das famílias. O filho deslocava-se, emigrava, o regresso era incerto. O património familiar não podia ficar sujeito às vicissitudes e contingências destas deslocações, podia sim ser enriquecido, complementado, porém, não podia ser posto em causa.

As normas de residência não obedeciam a impulsos individuais, encontrando-se inseridas num quadro abrangente e dinâmico dentro de uma comunidade e de uma região, reflectindo a sociedade da época, na qual a mobilidade masculina se transformou em causa-efeito.

Nesta sequência, as mulheres solteiras não permaneciam arredadas na condução dos destinos dos agregados familiares. Pelo contrário, ditavam normas de residência na evidência e importância dos agregados familiares complexos. Se por um lado, o celibato definitivo resultava de um mercado matrimonial desequilibrado, consequência da mobilidade diferencial, o sistema de partilhas evitava pulverizar a propriedade de minifúndio. Na mulher casada, viúva ou solteira repousava a gestão da *casa*.

¹⁷ ROWLAND, Robert, *op. cit.*, p. 223.

Este regime assegurava, por sua vez, a protecção das mulheres durante as ausências dos homens, que, deste modo, ficariam tuteladas pela sua própria família.

A importância do papel da mulher no Alto Minho é, de igual modo, enfatizada por Pina-Cabral no seu estudo sobre duas paróquias altominhotas do concelho de Viana do Castelo. Refere que «é a ligação à terra – através da agricultura – que assegurava à mulher casada o seu papel social privilegiado e cuja liderança se manifestava pelos níveis elevados de mobilidade masculina desde tempos milenares»¹⁸.

2. ESTRATÉGIAS DA TRANSMISSÃO DA PROPRIEDADE E O PAPEL DA MULHER NA REPRODUÇÃO SOCIAL

A distribuição da herança consta na parte profana ou *temporal* dos testamentos cuja informação nos permite analisar a transmissão da herança e, particularmente, a escolha do seu herdeiro ou herdeiros. A *casa* e, por conseguinte, o seu engrandecimento, representavam a família e a sua condição social.

O *corpus* legislativo que regulamentava os critérios gerais da sucessão e herança assentava, nomeadamente, na família como célula base da sociedade, na legítima, em princípios de igualdade entre herdeiros, na possibilidade da utilização do terço por parte dos cônjuges, na indicação das três linhas sucessórias e no afastamento do cônjuge para lugar muito distante no acesso à herança, ou seja, para depois dos parentes em 10º grau¹⁹. Apesar de tudo, ao cônjuge, coube um papel importante nos testamentos de mão comum que vigoraram até finais da década de 60 do século XIX. De facto e, com frequência, o cônjuge sobrevivente retinha os dois terços disponíveis, na medida em que o do cônjuge falecido lhe tinha sido transmitido.

Quando se processa uma herança *ante mortem*, o velho casal ou cônjuge sobrevivente mantém o controlo sobre essa terça parte (...) que deve ser utilizada como um meio para satisfazer as suas necessidades depois de se retirarem da vida activa e durante a velhice. Esta parte da propriedade é geralmente legada ao filho ou à filha que sucede na chefia da casa²⁰.

No Alto Minho, área geográfica retalhada pela pequena propriedade, a preocupação dos progenitores residia, por conseguinte, em contornar o sistema legal que impunha a rigorosa igualdade e distribuição dos bens por todos os herdeiros. Desta

¹⁸ PINA-CABRAL, João (1984) – *As mulheres, a maternidade e a posse da terra no Alto Minho*. «Análise Social», vol. XX: 80. Lisboa: Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, p. 109-111.

¹⁹ DURÃES, Margarida (2004) – *Estratégias de sobrevivência económica nas famílias camponesas minho-tas: os padrões hereditários (sécs. XVIII-XIX)*. In *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. ABEP: Brasil, p. 11.

²⁰ PINA-CABRAL, João de (1989) – *Filhos de Adão, Filhas de Eva. A visão do mundo camponesa no Alto Minho*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, p. 93.

forma, a atribuição do terço transformou-se num instrumento que, com parcimónia e sabedoria, foi proficuamente utilizado, depositando-o maioritariamente nas mãos das herdeiras. Assentava na dicotomia igualdade/desigualdade entre os vários herdeiros, favorecendo uns em detrimento de outros.

Tabela 5 – Produção testamentária

Períodos	Testamentos Singulares		Testamentos mão comum		Total		
	N	%	N	%	N	%	Média/ano
1831-1869	108	26,7	72	17,8	180	44,6	4,7
1870-1899	148	36,6	0	0,0	148	36,6	5,1
1900-1919	76	18,8	0	0,0	76	18,8	4,0
Total	332	82,2	72	17,8	404	100,0	4,6

Fonte: Testamentos do concelho de Caminha.

Entre 1831 e 1919 foram produzidos 82,2% testamentos singulares e 17,8% testamentos de mão comum (Tabela 5). Não inserimos neste cômputo 13 escrituras de dote e doação em vida. O seu número residual justifica um dos traços mais relevantes da sociedade camponesa minhota – o adiamento da entrega da herança e da sucessão dos bens até perto da morte do testador ou *post mortem*, visível pela utilização maioritária do testamento.

Verificou-se que se acatou o Código Civil de 1867 (que produziu efeitos a partir de 22 de Março de 1868²¹) e que proibiu a prática de testamento de mão comum, embora como refere a Lei neste tocante, «continuassem a vigorar aqueles documentos anteriormente elaborados e não revogados». À excepção de três testamentos entre irmãos/irmãs e tia/sobrinha com o objectivo expresso de «tomarem conta uns dos outros», os restantes 69 reportaram-se a cônjuges que, regra geral, se instituíam reciprocamente com os terços até que o último decidisse quem, entre os herdeiros, deles seria merecedor.

A produção testamentária revelou ainda que entre 1831 e 1899 a média de documentos foi aumentando, perdendo algum vigor a partir do século XX.

²¹ *Código Civil Portuguez de 1867*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, p. 294.

Tabela 6 – Distribuição dos testamentos por sexo e estado civil do testador

Período	Casados		Solteiros		Viúvos		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1831-1919								
Homens	105	52,0	18	16,7	37	34,6	160	38,4
Mulheres	97	48,0	90	83,3	70	65,4	257	61,6
Total	202	100,0	108	100,0	107	100,0	417	100,0

Fonte: Testamentos do concelho de Caminha.

Na Tabela 6 concluímos que o número de mulheres que testaram entre 1831 e 1919 apresentou-se sempre superior ao dos homens – 61,6% e 38,4%, respectivamente. Valores similares foram encontrados em Venade²² no período de 1755 e 1815 (60,4% e 39,6%), em Santa Maria de Âncora²³ entre 1800 e 1910 (64,6% e 35,4%), em Braga²⁴ entre os séculos XVIII e XIX (57,3%). No Sul do País existia uma relação distinta já que em Lisboa predominava o testamento masculino²⁵ (59%) entre 1700 e 1830. Esta discrepância Norte-Sul decorre certamente dos sistemas de propriedade que caracterizaram cada uma das áreas geográficas.

Observamos que no grupo dos casados (quase metade dos testadores) as percentagens comparadas entre os sexos se apresentam praticamente similares, pelo facto de se tratarem de famílias estáveis com repartição equilibrada relativamente aos demais estados civis.

Naturalmente que existem mais mulheres solteiras a testar face aos homens solteiros (83,3% e 16,7%, respectivamente) ou de viúvas/viúvos (65,4% e 34,6, respectivamente), derivando esta circunstância da mobilidade diferencial, do celibato definitivo, de uma maior longevidade feminina, fenómeno visível pela discrepância entre as relações de masculinidade. No distrito de Viana do Castelo, entre os Censos de 1890 e de 1911, estes ratios variavam entre 62,8 e 62,7 e em Lisboa entre 116,4 e 101,9.

O facto de existir uma maior percentagem de mulheres a testar explica o papel decisivo na distribuição da herança, uma vez que serão elas a escolher, em última análise, os beneficiários dos seus bens. Estas circunstâncias justificam a maior responsabilidade da mulher na gestão dos destinos da casa e da família na ausência temporária ou defi-

²² DURÃES, Margarida (1985) – *Uma aproximação aos testamentos: Venade e a prática de testar da sua população*. «A Morte no Portugal Contemporâneo – Aproximações Sociológicas, Literárias e Históricas». Lisboa: Querco, p. 171. (Col. «Conhecer Portugal», n.º 4).

²³ LAGIDO, Emília (2004) – *Santa Maria de Âncora (1624-1910) População e Sociedade*. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais. Tese de mestrado polycopiada, p. 291.

²⁴ DURÃES, Margarida (2002) – «Qualidade de vida e sobrevivência económica da família camponesa minhota: o papel das herdeiras (séculos XVIII-XIX)». «Cadernos do Noroeste», n.º 17. Braga, p. 128.

²⁵ ARAÚJO, Ana Cristina (1997) – *A morte em Lisboa. Atitudes e representações (1700-1830)*. Lisboa: Editorial Notícias, p. 98.

nitiva dos homens. Nas suas últimas vontades reside uma das chaves principais para a compreensão das práticas sociais hereditárias da sociedade camponesa do Alto Minho.

Conhecendo a data de baptismo para 82% de testadores (342 indivíduos do total de 417 testadores) verificamos que a idade média geral dos casados se situa entre 66,4 e 64,9 anos para homens e mulheres casados, respectivamente; 65,1 e 74,2 para homens e mulheres solteiros, respectivamente e 74,4 e 74,2 anos para viúvos e viúvas, respectivamente. Fica assim reforçada a percepção do adiamento do relato das últimas vontades para idades avançadas em ambos os sexos e estados civis, associada ainda a uma diferença entre a redacção do testamento e o respectivo óbito de 5,3 a 7,6 anos nos homens e de 5,9 a 9,2 anos nas mulheres.

Encontrámos 154 profissões dos 160 testadores masculinos, o que equivale a 96,3% do seu total e 64,6% para um total de 257 testadoras femininas. Relacionámos os testadores com as respectivas famílias para aferir do peso socioprofissional correspondente (Tabela 7).

Tabela 7 – Distribuição dos testadores por profissões (1831-1919)

Sector de Actividade	Profissão	Famílias		Indivíduos	
		N	%	N	%
Primário	Proprietário/Lavrador	182		297	
	Jornaleiro/Caseiro/Criado	8		10	
	Pesca	7		10	
	Total	182	65,5	297	71,2
Secundário	Construção				
	Caiador	3		4	
	Estucador	1		1	
	Canteiro	6		6	
	Pedreiro	22		28	
	Telheiro	1		1	
	Total	33	11,9	40	9,6
	Madeiras e Metais				
	Carpinteiro	11		16	
	Ferreiro	3		3	
	Total	14	5,0	19	4,6
	Vestuário e Calçado				
	Alfaiate	1		1	
	Sapateiro	4		8	
	Total	5	1,8	9	2,2
	Total	52	18,7	69	16,5

Terciário	Comércio				
	Comerciante/vendeiro/logista	7		8	
	Cocheiro	1		1	
	Total	8	2,9	9	2,2
	Serviços				
	Professora	1		1	
	Banheiro	1		2	
	Padre	5		5	
	Total	7	2,5	8	1,9
	Total	15	5,4	17	4,1
Indeterminados	Total	29	10,4	34	8,2
	Total	278	100	417	100

Fontes: Registos de testamentos do concelho de Caminha; Registos Paroquiais de Vila Praia de Âncora.

As profissões dos progenitores e dos indivíduos relacionadas com o mundo rural e em última análise, com a detenção da propriedade, predominam de forma maioritária – 71,2% em todo o período. Segue-se o sector da construção civil e ofícios com 16,5% dos testadores, apresentando-os os demais valores e sectores residuais. A percentagem de pescadores é pouco significativa.

Como já referimos, a componente temporal dos testamentos determinava a repartição dos bens pelos diferentes herdeiros.

Note-se, no entanto, analisados os 417 testamentos, que 54,2% testadores reservaram e utilizaram o instrumento de herança preciputária, como garantia de assegurar os destinos futuros da casa e, de não menos importância, como garantia da assistência na doença e velhice. Com efeito, «da divisão da herança em partes aparentemente iguais (cabendo a cada filho uma parte dos bens dos pais), normalmente um dos herdeiros era beneficiado com o terço»²⁶.

Os restantes 45,8% de testadores remetem-nos, na sua maioria, para situações de celibatários e de casais infecundos que entregam os seus bens a ascendentes, colaterais, cônjuges, afilhadas, sobrinhas e a criados ou jornaleiros que lhes prestaram assistência e amparo.

Existem apenas 21 casos de filhos únicos e, como tal, universais herdeiros e ainda 7 situações cuja herança é atribuída de forma perfeitamente igualitária a todos os filhos. Encontrámos ainda progenitores solteiros que atribuíram a herança a descendentes ilegítimos.

²⁶ BRETTELL, Caroline, *op. cit.*, p. 61.

Conhecendo a estrutura de cada família e seguindo o seu percurso individual, foi possível estabelecer uma relação entre testadores (por estado civil e sexo) e os seus herdeiros segundo a posição dentro da família ou fora dela.

Optámos por identificar e assinalar a totalidade dos herdeiros beneficiados – Tabela 8 – à excepção de 21 casos de herdeiros, dada a impossibilidade no seu reconhecimento, como por exemplo «são herdeiros todos os filhos ou filhas que se mantiverem em casa até ao falecimento do último dos cônjuges», «dividido igualmente pelos dez filhos que permanecerem em casa até à hora da morte do último testador, no estado de solteiros», «filhos e filhas da sua sobrinha que tem e vier a ter» ou «netos e netas que vier a ter da sua filha Rosalina».

Tabela 8 – Posição dos herdeiros relativamente aos testadores

Herdeiros	Homens testadores						Mulheres testadoras						Total	
	Casados		Viúvos		Solteiros		Casadas		Viúvas		Solteiras		N	%
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
Cônjuge	38	26,0	-	-	-	-	20	14,3	-	-	-	-	58	9,6
Ascendentes	1	0,7	-	-	2	9,1	-	-	-	-	4	3,5	7	1,2
Filhos/as	86	58,9	53	84,1	2	9,1	96	68,6	80	68,3	12	10,4	329	54,6
Netos/as	5	3,4	2	3,2	-	0,0	6	4,3	11	9,4	-	0,0	24	4,1
Colaterais	6	4,1	0	0,0	4	18,3	4	2,9	3	2,6	20	17,4	37	6,1
Sobrinhos/as	7	4,8	7	11,1	12	54,5	13	9,3	18	15,4	67	58,3	124	20,6
Afilhada/o	0	0,0	-	0,0	-	0,0	-	-	1	0,9	2	1,7	3	0,5
Parentesco desconhecido	1	0,7	-	0,0	1	4,5	0	-	2	1,7	3	2,6	7	1,2
Criadas/criados	2	1,4	1	1,6	1	4,5	1	0,6	2	1,7	7	6,1	14	2,3
Total	146	100,0	63	100,0	22	100,0	140	100,0	117	100,0	115	100,0	603	100

Fontes: Registos de testamentos do concelho de Caminha; Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora.

Relativamente aos testadores casados, verificamos que em ambos os sexos beneficiam maioritariamente os seus filhos, seguindo-se os respectivos cônjuges. Semelhante tendência foi encontrada para os viúvos. Já os solteiros, naturalmente devido ao seu estado, transmitem os seus bens aos sobrinhos, seguindo-se nas suas opções os colaterais.

Por conseguinte, os dois grupos de herdeiros dominantes são os filhos/as (54,6%) e os sobrinhos/as (20,6%). A escolha do cônjuge como herdeiro – 9,6% – resulta, em grande medida, da sua associação ao testamento de mão comum. Trata-se de uma estratégia de adiamento da entrega dos bens, dado que o cônjuge sobrevivente,

detendo os dois terços do casal, quando a morte se aproximava, escolhia o herdeiro (ou herdeiros) que reunia as condições mais favoráveis para a condução dos destinos da «casa». Cabia-lhe, deste modo, a decisão final da maior parte dos bens pertencentes ao agregado familiar.

Importante realçar ainda que destes herdeiros beneficiados 519 viviam em casa (86,1%), concluindo-se que a preferência dominante dos testadores se dirigia obviamente para aqueles filhos que assegurariam, na medida do possível, a continuidade da casa, a assistência e amparo dos progenitores na velhice, evitando, em simultâneo, a dispersão da propriedade.

Tabela 9 – Estado civil dos herdeiros

Herdeiros	Solteiros		Casados		Viúvos		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Homens	99	19,5	56	11,0	2	0,4	157	31,0
Mulheres	245	48,3	101	19,9	4	0,8	350	69,0
Total	344	67,9	157	31,0	6	1,2	507	100,0

Fontes: Registos de testamentos do concelho de Caminha; Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora.

Observamos na Tabela 9 que é predominante a preferência pelas herdeiras em detrimento dos herdeiros – 69% e 31%, respectivamente. Esta opção relaciona-se com a capacidade feminina de gestão da casa e propriedades, bem como da variedade de funções que a mulher exerce. Acresce ainda a não mobilidade a não ser em regime de contiguidade paroquial.

*Os casais paternos sentem que as filhas demonstram uma maior lealdade em relação à sua casa que os filhos; segundo, as mulheres são consideradas muito mais desprotegidas e susceptíveis a riscos do que os homens (...) e em terceiro lugar os habitantes locais têm um apurado sentimento do desequilíbrio demográfico entre os sexos. (...) Ao aceitar acolher o jovem casal, os pais pretendem atenuar a pressão demográfica (...) e facilitar o casamento das filhas (...)*²⁷.

Dos herdeiros dos quais conhecemos o estado civil, 67,9% eram solteiros, 31% casados e 1,2% viúvos, o que estabelece uma escolha preferencial pelos herdeiros solteiros. Nestes, a opção dominante recai nas mulheres – 48,3% – sobre 19,5% de homens, reforçando a importância e presença das mulheres celibatárias.

As raparigas solteiras ao herdarem o terço, auferiam de um estatuto e de um posicionamento hierárquico privilegiado. Falecidos os progenitores, estes elementos

²⁷ PINA CABRAL, João de, *op. cit.*, p. 91-93.

permaneciam à frente do agregado familiar no caso de encabeçarem os destinos da *casa* (ou em parceria económica e decisória com o herdeira/o casada/o) e, a seu tempo, escolheriam, preferencialmente, de entre as sobrinhas directas, aquela (ou aquelas) que melhor poderia ficar à frente da unidade, casada ou casadoira, para com eles se estabelecer e assegurar a terceira geração.

«A posição das filhas solteiras aufere de um duplo estatuto: uma maior predisposição afectiva e maternal para a assistência dos idosos e uma maior disponibilidade de tempo. O último cônjuge sobrevivente tinha o direito de discriminar e exercia esse direito com astúcia»²⁸.

Tabela 10 – Celibato definitivo (análise transversal)

Período	Óbitos de homens > 49 anos			Óbitos de mulheres > 49 anos		
	N	Solteiros	%	N	Solteiras	%
1700-1749	94	9	9,6	158	29	18,4
1750-1799	148	14	9,5	292	108	37,0
1800-1849	128	18	14,1	269	110	40,9
1850-1899	161	25	15,5	263	108	40,1
1900-1919	77	10	13,0	137	60	43,8
Total	608	76	12,5	1119	415	37,1

Fonte: Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora.

Não será, pois, de estranhar as altas taxas de celibato definitivo feminino que, conforme se observa na Tabela 10, variaram no século XIX entre 40,9% e 40,1% e entre 1900 e 1919 ascenderam a 43,8%.

Os progenitores, adiando a transmissão dos bens e quotas disponíveis, obrigavam as herdeiras à sua presença e companhia até à morte, facto que as impedirá, na sua maioria, de aceder ao matrimónio passada a idade mais conveniente. Enquanto os rapazes procuravam através da mobilidade soluções para o seu futuro, a maioria das raparigas, sem alternativas, ficava retida em casa.

Por vezes, assistia-se a casamentos de filhas, com idades elevadas, após a morte de ambos os progenitores e da decisão tomada quanto à distribuição da propriedade. Na grande maioria dos casos, não produzirão descendência.

Observando os comportamentos das várias famílias, verificou-se que os progenitores raramente atribuíam o terço, em simultâneo, a dois filhos casados ou a duas filhas casadas. Encontramos vários casais a residir no mesmo grupo familiar, porém, a prudência impunha que ficassem arredados da «casa mãe» potenciais situações

²⁸ BRETTELL, Caroline, op. cit., p. 63-64.

de conflito que colocassem em risco o bom funcionamento moral e económico da unidade. É o caso de um emigrante no Brasil que, chamando para a sua companhia sua mulher, a aconselha a deixar a «*casa*» bem governada:

Aqui me dizes que fica a Maria a governar a casa pois com isso não estou muito gostando porque está a Maria Rosa e é bem suficiente. A Maria que trate da sua vida agora que se casou assim que tem que buscar a vida conforme possa e de ficarem em casa também não gosto muito, não é para desfazer as pessoas mas é por a questão que é feia, onde estão mulheres não quero homens, de hoje para manhã pode suceder uma qualquer coisa e depois quem sofre sofre, por isso que não quero. As mulheres as quero sós onde há saias que não estejam calças (...) se tu estivesse, era outra coisa²⁹.

A regra consistia em que à frente da «*casa*» não pudessem coexistir várias cabeças de casal, antes, sim, a coexistência pacífica entre todos para que a dinamização e engrandecimento da casa se processassem com a desejada normalidade. A sabedoria do dia-a-dia, o convívio entre os filhos, os casamentos que poderiam ocorrer entre os descendentes, ditariam a escolha preferencial dos herdeiros no fim da vida dos progenitores.

Compreende-se assim que haja uma continuidade ao longo dos séculos pela preferência das mulheres para herdarem a casa, dado que a sua gestão e condução ofereciam segurança, estabilidade e permanência ao longo das sucessivas gerações. Os herdeiros, seja por tradição cultural, seja pela possibilidade de aporte de mais rápidas soluções económicas (individuais ou familiares) optavam maioritariamente pela mobilidade. Deste modo, no Alto Minho e na sociedade rural o regime de matriarcado se enraizou e reforçou ao longo dos séculos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estrutura de parentesco observada na freguesia sublinha a existência de agregados familiares complexos onde se encontram integrados ascendentes, colaterais e descendentes, com domínio da linha feminina. Os elementos masculinos excedentes entram em regime de mobilidade ou casam maioritariamente em sistema matrilocal.

Estas tendências, enraizadas no tempo, no subconsciente colectivo e aliadas ao adiamento da entrega da «*casa*» por parte dos progenitores acentuam-se ao longo das sucessivas gerações. A mobilidade masculina torna-se endémica, o mercado matrimonial desequilibrado, as elevadas taxas de celibato definitivo acentuam-se.

A informação proveniente da produção testamentária revela que a mulher testadora possuiu um papel mais activo porque em maior número, seja no estado de celibatária

²⁹ AGCVC, *Livros de Registos de Passaportes*, Cota 1.2.4.16., fl. 20v, Passaporte 1276 e Processo Individual.

seja no estado de viúva. Em última análise, serão elas a determinar a transmissão da propriedade, assumindo uma opção predominante pelas herdeiras femininas e solteiras, em detrimento dos herdeiros, cujo regresso era incerto.

Este fenómeno, ao longo dos tempos, reforçou o sistema de matriarcado na família e na sociedade camponesa minhota. O terço atribuído às herdeiras, porque ancoradas à freguesia e à *casa mãe* e porque evitava a excessiva pulverização da propriedade, consolidaram um papel decisivo à Mulher do Minho.

BIBLIOGRAFIA

- AMORIM, Maria Norberta (1987) – *Guimarães. 1580-1819. Estudo Demográfico*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- AMORIM, Maria Norberta (1991) – *Uma metodologia de Reconstituição de Paróquias desenvolvida sobre registos paroquiais*. «Boletín de la Asociación de Demografía Histórica», IX: 1, p. 7-25.
- AMORIM, Maria Norberta (1999) – *O Minho: comportamentos demográficos através da informação paroquial*. «Ler História», n.º 36. Lisboa: ISCTE, p. 9-44.
- ARAÚJO, Ana Cristina (1997) – *A morte em Lisboa. Atitudes e representações (1700-1830)*. Lisboa: Editorial Notícias.
- BATALHA, Luís (2003) – *Descodificando o Parentesco*. «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», vol. 43 (3-4). Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, p. 97-117.
- BRETTELL, Caroline (1991) – *Homens que partem, Mulheres que esperam. Consequências da emigração numa freguesia minhota*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- DURÃES, Margarida (1985) – *Uma aproximação aos testamentos: Venade e a prática de testar da sua população*. In *A Morte no Portugal Contemporâneo – Aproximações Sociológicas, Literárias e Históricas*. Lisboa: Quercus, p. 163-174. (Col. «Conhecer Portugal», n.º 4).
- DURÃES, Margarida (2002) – *Qualidade de vida e sobrevivência económica da família camponesa minhota: o papel das herdeiras (séculos XVIII-XIX)*. «Cadernos do Noroeste», n.º 17, Braga: Universidade do Minho, p. 125-144.
- DURÃES, Margarida (2004) – *Estratégias de sobrevivência económica nas famílias camponesas minhotas: os padrões hereditários (sécs. XVIII-XIX)*. In *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. ABEP: Brasil, p. 1-24.
- LAGIDO, Emília (2004) – *Santa Maria de Âncora (1624-1910). População e Sociedade*. Braga: Universidade do Minho. Tese de mestrado policopiada.
- LASLETT, Peter & HAMMEL, E. A. (1974) – *Comparing Household Structures Over Time and Between Cultures*. «Comparative Studies in Society and History», XVI: 1. Berkeley: University of California, p. 73-109.
- LASLETT, Peter (1983) – *Family and household as work group and kin group: areas of traditional Europe compared*. In WALL, Richard, dir. – *Family forms in historic Europe*. Cambridge University Press, p. 16-23.
- PEREIRA, Gaspar Martins (1996) – *Casamento e Condição Social no Porto Oitocentista*. «Revista da Faculdade de Letras – História», II série, n.º XIII. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 475-488.

- PINA-CABRAL, João (1984) – *As mulheres, a maternidade e a posse da terra no Alto Minho*. «Análise Social», vol. XX: 80. Lisboa: Instituto das Ciências Sociais da Universidade, p. 109-111.
- PINA-CABRAL, João de (1989) – *Filhos de Adão, Filhas de Eva. A visão do mundo camponesa no Alto Minho*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- REGO, Aurora Botão (2004) – *De Gontinhães a Vila Praia de Âncora, ruralidade versus urbanidade*. In *1ªs Jornadas de História, Ambiente e Urbanismo de Vila Praia de Âncora*. Viana do Castelo: Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, p.151-172.
- SANTOS, Carlota (1999) – *Santiago de Romarigães, Comunidade rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872)*. Guimarães: Instituto de Ciências Sociais/Universidade do Minho, Câmara Municipal de Paredes de Coura.
- SANTOS, Carlota (2008) – *Biodemografia do concelho da Madalena: estrutura demográfica e genética de uma população açoriana da ilha do Pico*. Município da Madalena.
- SCOTT, Ana Sílvia Volpi (1999) – *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX)*. Braga: Universidade do Minho.
- SOUSA, Fernando de & ALVES, Jorge Fernandes (1997) – *Alto Minho. População e Economia nos finais de Setecentos*. Lisboa: Editorial Presença.
- ROWLAND, Robert (1981) – *Âncora e Montaria; 1827: duas freguesias do Noroeste segundo os livros das Companhias de Ordenanças*. «Perspectivas sobre o Norte de Portugal», 2-3. Porto: *Studium Generale*, p. 199-242.

Fontes impressas

Código Civil Portuguez de 1867. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868, p. 294.

Fontes manuscritas

- ADVC – *Livros Notariais do concelho de Caminha; Livros de Registos paroquiais de Vila Praia de Âncora*.
- AGVCV – *Livros de Registos de Passaportes Externos*.
- AMC – *Livros de Registo de Fogos e Moradores das Ordenanças do concelho de Caminha; Livros de testamentos do concelho de Caminha*.

A FREGUESIA DE SANTA JUSTA NA TRANSIÇÃO PARA O SÉCULO XVIII: HISTÓRIA, DEMOGRAFIA E SOCIEDADE*

DELMINDA RIJO**

FÁTIMA ARAGONEZ***

FRANCISCO MOREIRA****

A importante freguesia de Santa Justa era no final do século XVII a mais populosa de Lisboa e tinha na sua circunscrição um importante núcleo comercial e institucional, o Rossio, em redor do qual se erigiram o convento de São Domingos, o Hospital Real de Todos os Santos e o Tribunal do Santo Ofício e Palácio da Inquisição, símbolos do poder espiritual e temporal de Lisboa e do reino.

Este espaço vital da Lisboa Moderna, no período compreendido entre 1690 e 1702, partindo de um estudo desenvolvido no âmbito do *Projecto de Reconstituição de Paróquias de Lisboa* serviu-nos de modelo para uma abordagem de micro-análise histórica e demográfica, considerando os fenómenos demográficos e sociais e a sua evolução e repercussão nas estruturas sociais e económicas da freguesia.

À análise das variáveis micro-demográficas da nupcialidade e mortalidade da freguesia reconstituída, seguiu-se o estudo direccionado de dois róis de confessados entre os mais antigos de Santa Justa (1693 e 1702). Foram integralmente transcritos e inseridos numa base de dados autónoma, a partir da qual arquitectámos a estrutura social, familiar e profissional do espaço, informação consolidada com o recurso aos

* Investigação desenvolvida no âmbito do projecto «Espaços urbanos: dinâmicas demográficas e sociais (séculos XVII-XX)», com referência PTDC/HIS-HIS/099228/2008, co-financiado pelo orçamento do programa COMPETE – Programa Operacional Factores de Competitividade na sua componente FEDER e pelo orçamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia na sua componente OE.

** CML. delminda.rijo@cm-lisboa.pt.

*** CML. fatima.vilas.rodrigues@cm-lisboa.pt.

**** CML. franciscomendesmoreira@gmail.com.

conjuntos documentais das *Visitações e Devassas do Arcebispado de Lisboa* e dos *Livros de Notas* do 15º Cartório Notarial de Lisboa, produzidos no contexto espaço-temporal assinalado.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA FREGUESIA DE SANTA JUSTA

A fundação da freguesia de Santa Justa terá ocorrido pouco depois da tomada de Lisboa aos mouros, com uma implantação espacial muito diferente da que hoje conhecemos. Situada fora da Cerca da cidade era uma freguesia de arrabalde e caracterizava-se, juntamente com as de Santa Maria dos Mártires e de Santo Estêvão de Alfama, pelo seu extenso território que agrupava numerosas e dispersas povoações do Termo que deste modo se inseriam na organização da cidade.

A ruralidade foi uma característica dos primeiros séculos de existência sendo os terrenos a Norte predominantemente constituídos por quintas e hortas e apenas uma pequena parcela a Sul era urbana e fazia de facto parte da cidade, embora com nítidos traços de ruralidade. Recorde-se que no século XII ainda acorriam ao Rossio dois pequenos cursos de água, a profusão de hortas e o facto de toda essa zona ser propensa a inundações, o que moldava determinadamente o terreno.

A paz decorrente do movimento da reconquista, a consolidação da nacionalidade e o estabelecimento de Lisboa como capital do Reino, trouxe novos habitantes cuja presença obrigou a uma expansão urbanística extra muros, preferencialmente para o vale a poente do Castelo, abrangendo Santa Justa.

Uma das primeiras infra-estruturas a ser criada foi o Mosteiro de S. Domingos. Datando de meados do século XIII implantou-se no lado nascente do largo do Rossio e desde cedo se tornou um catalisador da população circundante. Até aí a própria presença da Igreja, determinante num contexto medieval, apenas se destacava no templo de Santa Justa e na ermida de Santa Maria da Corredoura, mais tarde Santa Maria da Escada, ambos caracterizados pela simplicidade e pela funcionalidade. A criação do Mosteiro de S. Domingos, para além de dotar a freguesia de uma importante instituição eclesiástica, ajudava a definir a dimensão da praça do Rossio, estreitamente ligada ao seu papel no decurso da História, quer num contexto mais lúdico, com a realização de eventos como touradas; quer numa óptica comercial, com as inúmeras tendas, feiras e mercados; e também no plano social e político com os ajuntamentos de pessoas que naturalmente aí acorriam.

No final do século XIV, o rei D. Fernando, perante a ameaça castelhana e a ineficácia funcional das muralhas da cidade, ambas comprovadas em 1373 com o cerco de Henrique II de Castela e uma vez que era a maior parte da cidade exterior àquelas, decidiu dotar a cidade de uma Cerca que cobrisse os novos limites da cidade.

O troço da muralha que atravessava Santa Justa veio a revelar-se determinante, numa primeira fase fazendo a separação entre freguesia urbana e rural e, mais tarde, na criação de novas freguesias desanexadas a Santa Justa. Trouxe ainda novas dinâmicas sociais e económicas fruto, principalmente, das suas portas e do que elas implicavam no dia-a-dia da cidade, com destaque da Porta de Santo Antão que se tornou um dos principais pontos de acesso a Lisboa.

Ao longo do século XV a cidade de Lisboa, apoiada numa crescente estabilidade política e social, que até aí não se havia verificado, e impulsionada pelo início da expansão ultramarina, com os benefícios económicos e financeiros dela decorrentes, deu mostras de um grande crescimento, que a levaria a tornar-se na grande metrópole europeia dos séculos subsequentes. A freguesia de Santa Justa sentiu também estes efeitos e o seu crescimento gradual foi potenciado por uma mudança na ocupação dos espaços no dia-a-dia da cidade que, num contexto de expansão ultramarina e por motivos de ordem prática, se «mudou» para a zona baixa, para o eixo Terreiro do Paço – Rossio.

Na freguesia, tal mudança culminaria, nesse século, com a fundação em 1492, do Hospital Real de Todos os Santos, mandado construir por D. João II com o intuito de centralizar todos os pequenos hospitais e pontos de assistência da cidade. Por motivos de acessibilidade, infra-estrutura e centralidade, o grande hospital foi implantado no Rossio em terrenos pertencentes ao Mosteiro de S. Domingos; a sua monumentalidade e a natural afluência da população, veio evidenciar o Rossio como espaço público por excelência.

Em meados do século, outra grande obra pública foi concretizada no Rossio, o Paço dos Estaus. Mandado edificar em 1449 pelo regente D. Pedro, o distinto palácio dominava o largo sensivelmente no mesmo local onde hoje se ergue o Teatro Nacional D. Maria II e destinava-se a servir de albergue a príncipes, embaixadores, nobres e clérigos poderosos, libertando assim a população do pesado dever de aposentadoria. No entanto, essa ocupação não foi duradoura, pois ainda antes de meados do século seguinte aí se instalou a Inquisição, onde perdurou até à sua extinção em 1821.

O início do século XVI ficou marcado por um acontecimento trágico na história de Lisboa e que de modo infeliz reforçou o carácter central de Santa Justa: o massacre dos cristãos novos em Abril de 1506 que se processou em toda a cidade mas cujo desencadear e principal palco foi o Rossio.

Neste século passou a assumir definitivamente um estatuto de centro urbano que manteve até aos dias de hoje, pela crescente importância dos seus espaços vitais na dinâmica da cidade, mas sobretudo pela desanexação de freguesias do seu território, em meados do século, cingindo o espaço físico ao núcleo urbano a sul dos seus limites primitivos e que até aí não era exclusivamente central era, simultaneamente,

assim o ditava o seu território, periferia. A redução do seu território, ao concentrar as fronteiras naquele perímetro concreto, veio precisar o conceito de centro.

O século XVII foi para a freguesia de Santa Justa o culminar de um longo processo de construção e consolidação. Aos olhos de hoje, foi o século em que a freguesia atingiu uma idade adulta como que concretizando um projecto abstracto de desenvolvimento alicerçado nas suas características e no desenrolar da História. Tornou-se numa freguesia com consideráveis núcleos habitacionais, presença institucional assinalável, espaços públicos e equipamentos de grande preponderância, arquitectura monumental e de destaque, intensa actividade comercial e grande congregadora da população e dos seus movimentos sociais.

Poucas foram as mudanças nos anos de 1600 assistindo-se, pelo contrário, à consolidação de um anterior estado de coisas, o que transmitiu a Santa Justa o seu *status*.

Deste modo se manteve sem grandes alterações sociais, institucionais ou de edificado ao longo do século XVII e até 1755, quando o grande terramoto de 1 de Novembro impôs a toda a cidade drásticas mudanças. Seria no Rossio que se verificariam as maiores mudanças, motivadas principalmente pelo desaparecimento do Hospital Real de Todos os Santos, destruído pelo incêndio subsequente. Com o plano de reconstrução, Santa Justa viu nascer um novo Rossio, com uma disposição no terreno diferente da antiga praça e a nova Praça da Figueira, um grande espaço de mercado de frutas e hortaliças implantado em terrenos do hospital.

Como a cidade, a freguesia de Santa Justa soube reerguer-se após o traumático evento, literalmente construindo sobre o que o terramoto destruiu. Retomando hábitos antigos e adaptando-se a novas dinâmicas. Nem tudo mudou em Santa Justa mas, como é lógico, nada voltaria a ser como dantes. Até porque mais do que o terramoto foi o correr da história, traduzido principalmente no grande crescimento da cidade e nos novos conceitos económico-políticos, que transformaram Santa Justa. Mas tudo isso viria cerca de 50 anos mais tarde da época aqui retratada.

2. DADOS DEMOGRÁFICOS (1693-1702)

As limitações na percepção da dinâmica populacional da freguesia, não invalidaram a abordagem a vectores de estudo das populações do passado com benefício da observação da comunidade na sua pujança social: casar, migrar, morrer, donde extraímos linhas definidoras, ainda que gerais, deste importante e cosmopolita núcleo urbano.

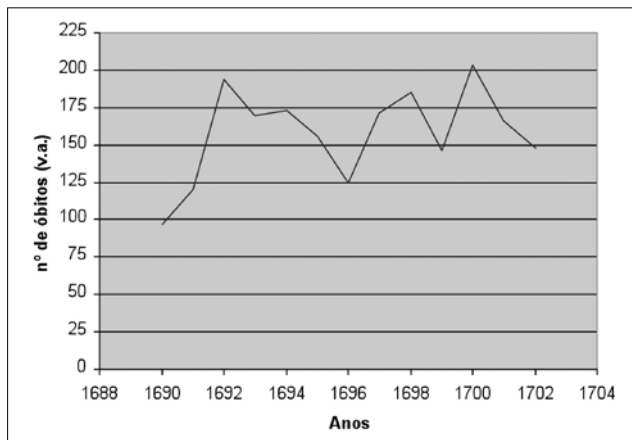
A população constituída por 9.390 indivíduos, apurada a partir da base de dados reconstituída, apresentou-se muito heterogénea na sua origem geográfica e social, marcada por alguma vitalidade e crescimento populacional e com relevância dos movimentos migratórios.

2.1. A Mortalidade

O estudo da mortalidade a partir dos registos paroquiais permite não só a determinação de taxas brutas em conjugação com outros indicadores demográficos, neste caso impossibilitado pela ausência de registos de baptismo, mas também o estudo da variável nos aspectos diferenciais da mortalidade normal e de crise e a sazonalidade para maiores de 7 anos, por género e estado.

De forma mais atenuada que nos séculos precedentes pela menor influência dos habituais devastadores da população e sem conflitos bélicos em curso¹ as crises de mortalidade decorreram, particularmente, de crises alimentares numa sucessão de maus anos agrícolas, subida de preços e fome, elevando a vulnerabilidade dos organismos e, conseqüentemente, o número de óbitos. Os surtos epidémicos foram, de facto, coincidentes com dificuldades de aprovisionamento alimentar em Lisboa, particularmente em 1692, 1694-95 e 1698-99² e desenvolveram-se num cenário já habitual de más condições urbanísticas e sanitárias, muito potenciado por milhares de residentes e população flutuante.

Gráfico I – Distribuição anual de óbitos



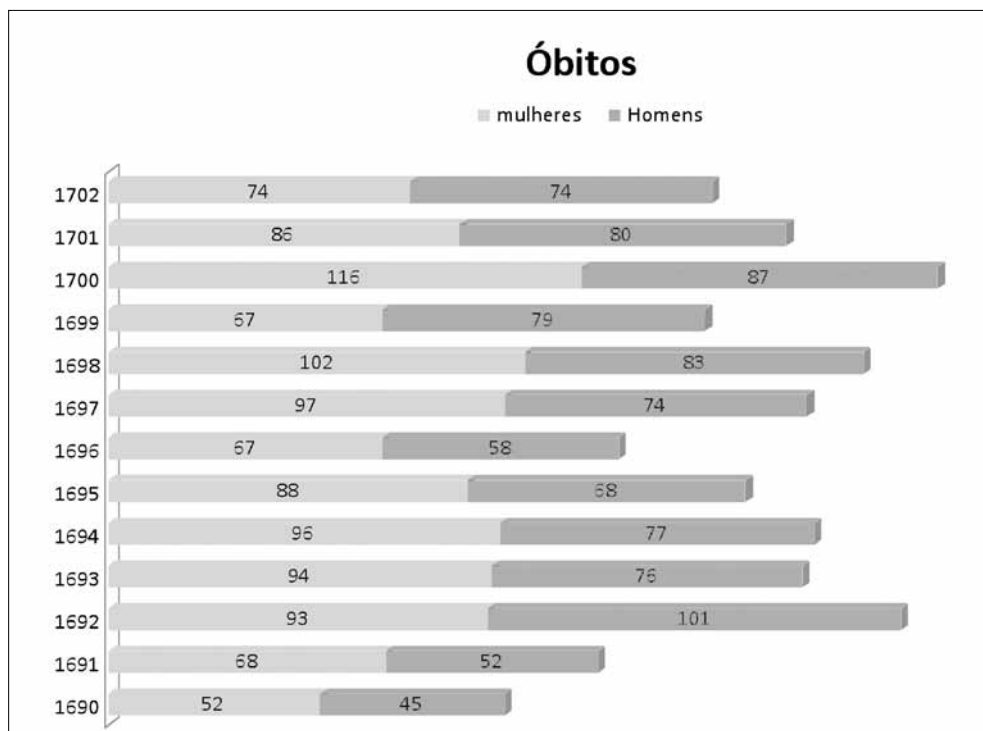
Fonte: Registos Paroquiais de Óbito de Santa Justa (1690-1702).

Os números globais de óbitos resultaram em 2.054 indivíduos, com um ciclo em subida a partir de 1692, com ligeiro decréscimo até 1694 e nova subida em 1698, atingindo o máximo do período em 1700.

¹ Cenário que se alterou após 1702, com a campanha e envolvimento na guerra da sucessão de Espanha.

² RODRIGUES, 1990: 110.

Gráfico II – Mortalidade por Sexos 1690-1702

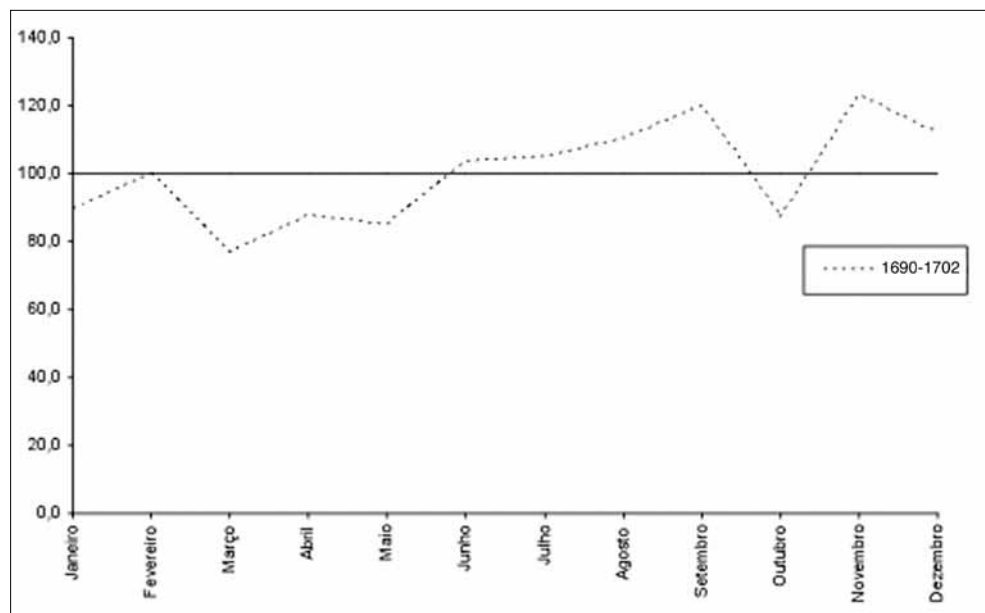


Fonte: Registos Paroquiais de Óbito de Santa Justa (1690-1702).

No período de observação morreram mais mulheres que homens, com maior incidência nos solteiros³. O período do ano mais nefasto foi o Verão e o Outono, particularmente nos meses de Agosto/Setembro e Novembro/Dezembro.

³ 1.101mulheres, 953 homens, 1.129 solteiros de ambos os sexos.

Gráfico III – Mortalidade – Sazonalidade 1690-1702



Fonte: Registos Paroquiais de Óbito de Santa Justa (1690-1702).

Valores Globais óbitos por mês – 1690-1702

Período	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1690 – 1702	156	159	134	148	148	175	183	193	203	152	208	195	2054

A maioria dos indivíduos foi sepultada na Igreja paroquial⁴ *ab intestato*, à exceção de 152 indivíduos, maioritariamente casados, de ambos os sexos, equitativamente, embora as mulheres tenham testado mais em 1701 e 1702, após o pico mais elevado de mortalidade. Uma pequena amostra de vinte e seis indivíduos indicia alguma transversalidade na condição social e profissional dos testadores, com ligeiro destaque de eclesiásticos, homens de ofícios e militares.

⁴ 1.654: 69 no cemitério da igreja, 77 nos carneiros dos Irmãos de Santa Catarina, de S. Gregório, de S. Marçal, de S. Valentim, dos Beneficiados e dos Irmãos do Senhor. Foi também expressiva a escolha de outros conventos e igrejas para última morada, estando entre os mais populares, o Convento do Carmo, com 90 inumações, S. Francisco da Cidade, com 60, o vizinho convento de S. Domingos, com 37 e finalmente, o convento de S. Roque, com 14.

2.2. A Nupcialidade

Os registos de casamento permitem-nos não só o acesso ao estudo da nupcialidade e a determinação de valores globais e diferenciais como a sazonalidade, idade média ao casamento, celibato definitivo, fecundidade, mas também, através do cruzamento com outras fontes, o estudo da família, formas de união e reprodução social, práticas e protocolos segundo os grupos sociais, o dote e enxoval, posse de casa própria ou partilhada e ainda objectos de quotidiano, como o mobiliário ou o vestuário.

A apertada vigilância da vizinhança sobre a moral alheia que transparece na documentação das *Visitações do Arcebispado de Lisboa*, ainda que actuante num cenário urbano, denso e móvel, social e profissionalmente diverso, que propiciava e de certo modo encobria todo o tipo de relações, dá-nos acesso ao universo da transgressão. De facto, em 1702 foram relatados 28 casos de amancebamento na freguesia, com maior incidência nas Ruas dos Alemos e de S. Pedro Mártir, espaços muito associados a prostituição em casas de alcoice, mas também no beco das Comédias, Poço do Borratém e Rua das Arcas. Quando confrontarmos com a base de dados da paróquia reconstituída encontramos 46 casais em situação de ilegitimidade⁵, confirmando que seria algo comum. Na realidade, os mais recorrentes desafios às leis da igreja e constituições sinodais foram as uniões ilegítimas e extra-matrimoniais, também as mais denunciadas e socialmente transversais, praticadas por artesãos, serviçais, comerciantes, oficialato régio e do senado, eclesiásticos e homens titulados.

Em 1702, sete mulheres denunciaram e argumentaram a promessa de casamento «por palavras de futuro» para o seu amancebamento, de que resultou o casamento em três casos, pois ainda que nem sempre tenham originado ligações legítimas, a denúncia de mulheres envolvidas nestas uniões, ou de pessoas que lhes eram próximas, funcionou como forma de pressão. Foi o que aconteceu com a denúncia que Joana da Silva⁶ apresentou ao Visitador contra o trabalhador António Pereira, com quem vivia como marido e mulher de «portas adentro» na Rua da Cutelaria, expondo um escrito de promessa de casamento, corroborado pelo juramento de testemunhas e que resultou em oficialização a 28 de Setembro de 1702, segundo assento da igreja de Santa Justa⁷.

Outra denúncia envolveu o cirurgião Clemente de Oliveira, morador no Beco das Comédias, que enviuvou em 1700, surgiu no rol de 1702 com dois oficiais, mas na Visitação foi denunciado por estar «amancebado de portas adentro» com Catarina de

⁵ Resultando o conhecimento dos mesmos, de óbitos de crianças, nos quais o pároco mencionou ou omitiu a condição dos pais.

⁶ AHPL, *Visitações do Arcebispado*, ms. 54, 1702.

⁷ ADL, Livro III Casamentos de Santa Justa.

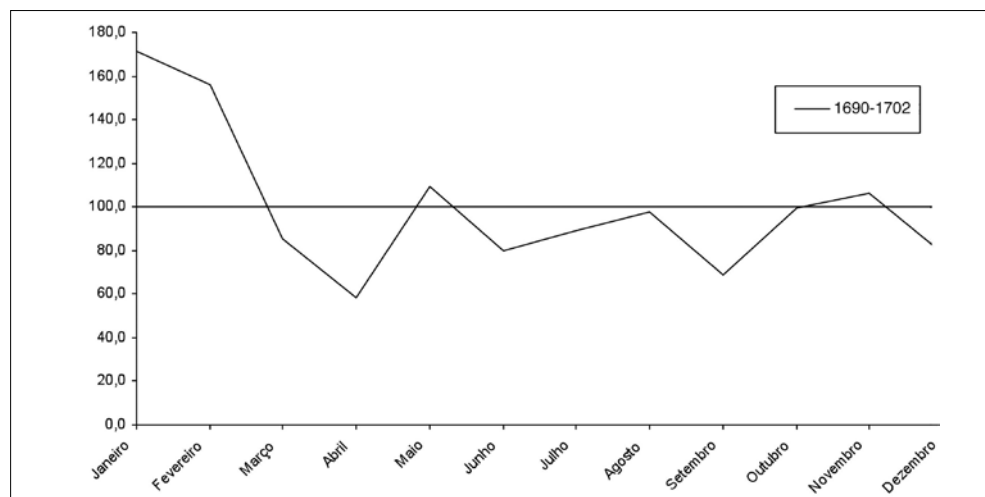
Oliveira, a quem retirara do convento de Santa Clara «para casar com ela», situação que a Visitação considerou inadmissível até «tomar estado com ela»⁸.

Antes da conclusão da Visitação e da elaboração do roteiro de culpados, oito indivíduos receberam ordem de prisão para o Aljube acusados de crimes muito graves como amancebamento com pessoas casadas, alcoiceiras e pais que incitaram as filhas a «usar mal de si». No entanto, as penas definitivas desse ano excluíram prisão e degredo cingindo-se a penas pecuniárias, na maioria leves dada a pobreza dos infractores. Mas a eficácia dos mecanismos de vigilância e controle na manutenção da moral foi limitada não só pela dimensão da freguesia, mas pelas profundas diferenças sociais e económicas que fizeram da transgressão uma alternativa à sobrevivência e realização de aspirações pessoais, não constituindo impedimento à reincidência por casais que após a Visitação retomaram a relação ou, em busca de anonimato, mudaram de freguesia.

Realizaram-se 689 casamentos, numa média de 53 por ano, sendo que 1698 foi o ano de maior número de uniões, com 60 matrimónios.

O casamento e as práticas e condicionalismos que o envolviam eram em Santa Justa semelhantes aos praticados no país, sujeitando-se aos ritmos sazonais impostos pela igreja, aos tempos de abstinência do Advento e Quaresma⁹.

Quadro IV – Sazonalidade da Nupcialidade 1690-1702



Fonte: Registos Paroquiais de Casamento de Santa Justa (1690-1702).

⁸ AHPL, *Visitações do Arcebispo*, ms. 54, 1702.

⁹ Estes eram o primeiro domingo do Advento até depois do Natal (entre 27 de Novembro e 3 de Dezembro) e depois 4ª feira de cinzas até ao domingo de Páscoa (46 dias, que podem ter início a 4 de Fevereiro até 10 de Março e finalizar entre 22 de Março e 25 de Abril).

De facto, há um abaixamento abrupto nos meses respectivos, sendo o mês de Janeiro o mais procurado para a sua realização, sobretudo aos sábados, segundas-feiras e domingos, com clara excepção das terças e sextas-feiras, dias culturalmente negativos para consórcios matrimoniais e os ritmos laborais não parecem, à partida, ter influenciado as escolhas dos nubentes.

O período do dia preferencial para a sua realização foi de tarde e o local escolhido foi sobretudo na igreja paroquial, mas também decorreram no Hospital Real de Todos os Santos, nos oratórios de casas nobres¹⁰ e, em casos de impossibilidade física de um dos nubentes, em casa.

A taxa de segundos casamentos situou-se nos 36%¹¹, numa relação equilibrada entre os sexos, sendo que 6,6% foi entre viúvos. Outras linhas de investigação poderíamos seguir como a análise do indicador na perspectiva do grupo profissional, no qual nos pareceu frequente, por exemplo, o consórcio de filhas de mestres com oficiais ou aprendizes, destes com criadas, resultantes da proximidade ou partilha da unidade lar/oficina/tenda, gerando-se uniões estreitamente associadas à casa e ofício.

2.3. Mobilidade

Os movimentos migratórios estão claramente identificados num quadro de mobilidade urbana feito de homens de ganho, na sua maioria trabalhadores sazonais que, vivendo em numerosos grupos se esfumam de um ano para o outro, no pessoal doméstico e aprendizes, hóspedes de estalagens, nos deslocados em trânsito para os territórios ultramarinos, a maior motivação dos maridos e filhos ausentes de Santa Justa cujas trajectórias de vida foram interrompidas em Santa Justa. Expõe-se deste modo a mobilidade de dois grupos populacionais distintos, dos provenientes do exterior para a freguesia e a deslocação de indivíduos da freguesia para o exterior. Neste último grupo constatamos a ausência de 48 indivíduos no rol de 1693, oriundos sobretudo da Rua do Pocinho de Entre as Hortas e da Calçada de Santana. Em 1702 foram 65, particularmente do Beco da Póvoa e das Fontainhas, tratando-se em ambos os casos de ruas predominantemente habitacionais e que apresentavam baixos índices ou ausência de actividade laboral. Na verdade, da observação dos róis de anos intermédios surgem frequentemente menções à saída de homens para o Brasil,

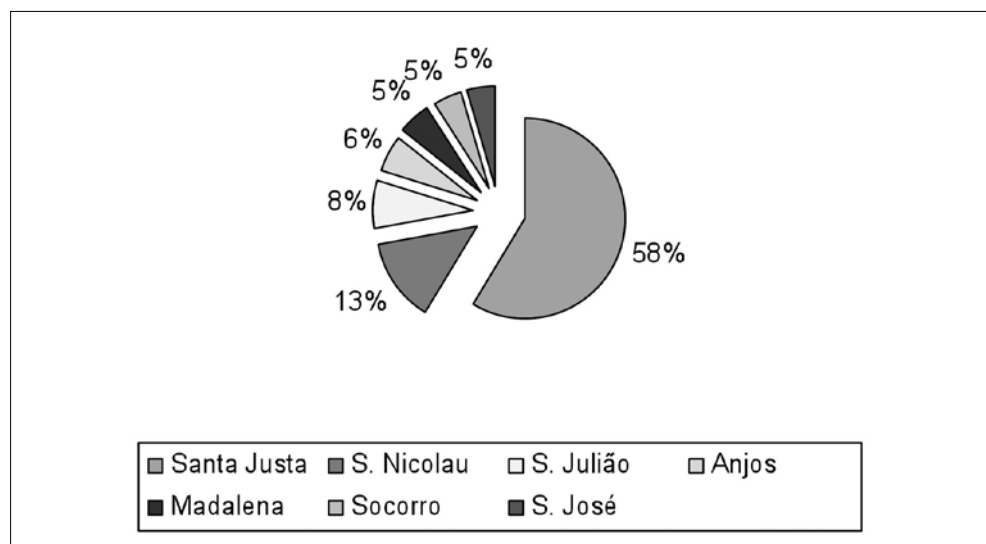
¹⁰ Ocorreram 2 no Palácio do Duque de Cadaval e 1 no Palácio Almada. Um destes casamentos, celebrado em 1693, foi o da filha ilegítima de D. Pedro II e de D. Maria da Cruz Mascarenhas, D. Luísa, baptizada como enjeitada e logo legitimada, que casou com o Duque de Cadaval, D. Luís Ambrósio de Melo, a 1 de Abril de 1693.

¹¹ Foram 249 os indivíduos que casaram segunda vez, 18,7% (129) de mulheres viúvas contraíram segundo casamento, contra 17,7% (122) dos homens.

sobretudo Maranhão e Baía, coincidentes com o êxodo de população metropolitana devido à descoberta de ouro no Brasil.

Do diversificado grupo de deslocados em mobilidade sazonal que demandavam Lisboa destacamos como exemplo da relação com o espaço e da expectativa que geravam na cidade os pátios de comédias, assegurados por companhias de teatro castelhanas em temporada no famoso Pátio das Comédias das Arcas, cuja presença podemos apreender também na documentação cartorial, como a escritura de obrigação entre o Hospital Real e os comediantes madrilenos Carlos Leon e Gabriela Belard, assistentes na Rua das Arcas em 1695, com os respectivos companheiros e criados e que para sua segurança, ele como apontador e ela como quarta dama, uniram-se para «assistir na Companhia que vem para esta corte representar»¹².

Gráfico V – Moradores Nascidos em Lisboa



Fonte: Registos Paroquiais de Casamento e Óbito de Santa Justa (1690-1702).

A abordagem ao indicador da mobilidade, com um carácter de maior permanência na freguesia ou pelo menos com o estabelecimento de uma ligação mais consistente com o espaço, resultou da auscultação da naturalidade, mais significativa nos registos de casamento num universo de 1.703 indivíduos, excluindo 722 naturais ou provavelmente naturais de Santa Justa¹³ e 351 naturais das limítrofes freguesias de São

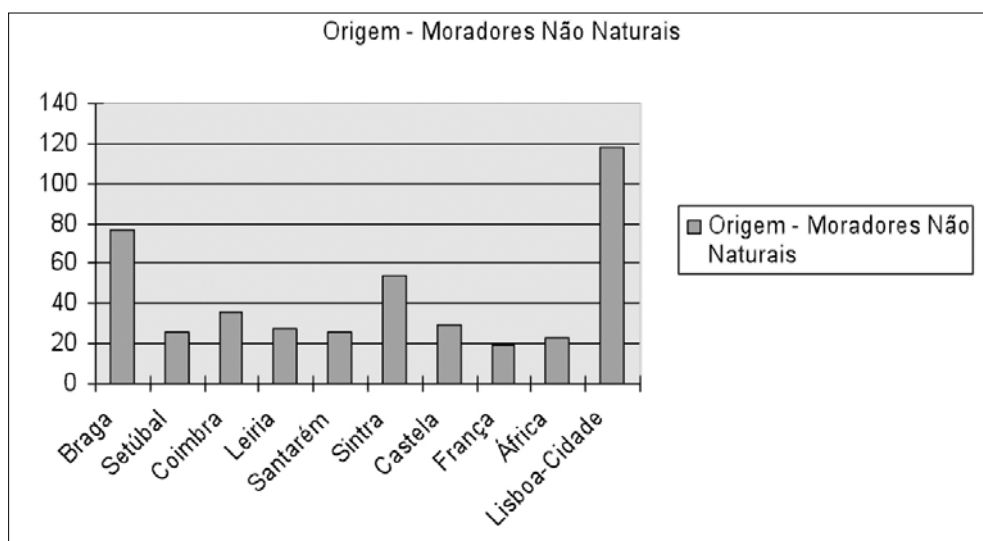
¹² IAN//TT, *Livros de Notas, 15º Cartório Notarial*, mc. 411, p. 70 v.

¹³ Neste grupo foi mais representativa a informação dos registos de óbito. 396 mulheres e 326 homens.

Nicolau, São Julião, Anjos e do Termo ou Arcebispado¹⁴. Dos casamentos transparece uma mobilidade matrimonial muito abrangente, ainda que muito associada ao Norte do país, particularmente de naturais de Braga, Coimbra e Santarém, mas também estrangeiros, sobretudo castelhanos, franceses e africanos, sobretudo escravos.

Resultados que nos confrontam com um espaço verdadeiramente atractivo e agregador de gentes, com origens muito diversas, insertos nos diversos grupos sociais aí presentes, denotando um carácter de permanência algo fugaz, o que imprimiu a Santa Justa um indelével cunho cosmopolita.

Gráfico VI – Moradores na Freguesia Não Naturais 1690-1702



Fonte: Registos Paroquiais de Casamento e Óbito de Santa Justa (1690-1702).

3. UMA APROXIMAÇÃO À POPULAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE SANTA JUSTA (1693-1702)

Os róis de confessados são listas de residentes maiores de sete anos, agrupados em unidades residenciais, relacionados por laços de parentesco, profissional ou outra com o chefe de fogo, agrupados por ruas e de cuja avaliação preliminar podemos determinar quantitativos e características estruturais.

¹⁴ Naturais do Arcebispado – 33, incluindo as zonas de Arruda dos Vinhos, Vila Franca de Xira, Alenquer, Torres Vedras, Sintra, Loures, Mafra, Oeiras, Cascais.

Quadro I – Número de habitantes Maiores de 7anos – Santa Justa

	Homens	Mulheres	Total Anual
1693	2801	2679	5480
1695	2727	2589	5316
1702	2999	2634	5633

Fonte: Rol de Confessados de Santa Justa (1693, 1695 e 1702).

A evolução global da população avaliada a partir das listas de confessados, entre 1693 e 1702, foi marcada por um movimento de retracção em 1695, com perda de 0,9% da população, seguido de crescimento e retoma. Em 1702 registava mais 153 habitantes comparativamente a 1693, confirmando-se a tendência de maioria de homens em todo o período de observação.

Quadro II – Ruas de Maior densidade populacional

Rua	1693	1702
Rua das Arcas	72 fogos/307 hab.	74 fogos/266 hab.
Portas da Mouraria	72 fogos/270 hab.	59 fogos/190 hab.
Rua da Praça da Palha	57 fogos/253 hab.	70 fogos/290 hab.
Portas de Santo Antão	66 fogos/246 hab.	71 fogos/230 hab.
Rua dos Alemos	67 fogos/202 hab.	74 fogos/207 hab.
Poço de Entre as Hortas	55 fogos/191 hab.	56 fogos/201 hab.

Fonte: Rol de Confessados de Santa Justa (1693 e 1702).

O parque habitacional aumentou 1,05% em consonância com o crescimento populacional. Em 1693 existiam na freguesia 56 ruas com um total de 1.551 fogos (82 devolutos), surgindo mais duas vias em 1703, elevando-se o número de fogos a 1.649 (97 devolutos).

A densidade populacional de Santa Justa ilustra bem a macrocefalia da capital, contendo em todo o período de observação seis ruas que acolhiam entre duas a três centenas de habitantes maiores de 7 anos. Uma delas era a Rua das Arcas, a mais populosa em 1693 com cerca de 16.5% da população total (307 moradores em 72 fogos) e que em 1702 apesar de ter mais 2 fogos, perdera 41 moradores, ascendendo a mais populosa a vizinha Praça da Palha (290 habitantes), com mais 37 moradores que no rol anterior.

Em 1693 existiam 43 menores de confissão e em 1702 eram 102, o que revela um considerável acréscimo de adolescentes em Santa Justa, talvez devido a uma

mortalidade infantil mais suave nos anos precedentes, com taxas de sobrevivência mais elevadas e/ou o aumento de jovens criados e aprendizes migrantes.

3.1. A Habitação e Composição Social

O rol de confessados é também uma fonte de informação privilegiada sobre o palco onde se desenrolaram as existências, a casa e a sua composição, com destaque de alguns dos edifícios que se notabilizaram pela dimensão e função. O Palácio do Duque do Cadaval, na Rua do Mestre Gonçalo¹⁵, compunha-se em 1693 de um agregado de 45 indivíduos, incluindo os duques e os dois filhos maiores, o corpo de serviçais, alguns em fogos secundários, excluindo a Enfermaria do Duque que contava com mais 10 ocupantes. A estrutura doméstica hierarquizada do rol de 1702 foi a alteração mais significativa relativamente ao rol anterior, segmentada por criadas, escravas, moços de câmara, criados, escravos e general de despensa.

Na Rua da Inquisição o palácio e tribunal do Santo Ofício ocupavam 6 dos 29 fogos da rua, vivendo no palácio 19 pessoas, incluindo 3 famílias, com presença de eclesiásticos e domésticos e os inquisidores João Moniz da Silva, Sebastião Diniz Velho e o Porteiro da Mesa Grande, Miguel da Paz, que servidos por criados, amas e escravos ocupavam três agregados distintos. Em 1702 a Inquisição passou a ocupar 9 unidades residenciais, com 89 indivíduos, expressando igualmente uma maior complexidade na estrutura social, contando entre funcionários e respectivas famílias, pessoal auxiliar e clientela, do inquisidor geral e restantes inquisidores, criadas e amas, meirinho, cozinheiro, despenseiro dos cárceres secretos, alcaide, notário, tesoureiro, cirurgião, porteiro, padres e cónegos, entre outros, com exclusão dos ocupantes dos cárceres secretos.

O conjunto urbano constituído pelo Hospital Real de Todos os Santos era em 1693 composto por 42 fogos ocupados por 185 indivíduos. Destaca-se no primeiro o Conde de Redondo, a mulher e três filhos, demais parentela de onze indivíduos, na maioria mulheres e doze serviçais, entre criados e criadas, copeiros, cozinheiro e escravos, num total de 28 indivíduos.

Pertenciam ao rol do hospital dispersos por fogos não conjugais, isolados ou familiares simples o porteiro e o cozinheiro, enfermeiros, enfermeiras, beatas, padres e amas, o cirurgião do banco, ou o hortelão do hospital, unidades coadjuvadas ou não por domésticos. Faziam, ainda, parte do monumental edificado, o pátio dos Enjeitados, servido por 14 mulheres e os pátios das Merceiras e dos Carreiros.

Em 1702, o pessoal que assegurava o funcionamento da instituição, num total de 191 indivíduos distribuídos por 50 fogos, arrumava-se numa estrutura mais compar-

¹⁵ Correspondente à actual Calçada do Carmo.

timentada, incluindo pátios de acolhimento de baixo, dos enjeitados e merceiras, os homens do esquife, responsáveis pelo sepultamento dos mortos e o dos carreiros que asseguravam o transporte de doentes e mantimentos. No piso superior acolhiam-se sobretudo os prestadores de cuidados de saúde: boticário, médicos, enfermeiros e enfermeiras.

Contrariamente a estes exemplos, a maioria das trajetórias de vida dos moradores de Santa Justa ter-se-á limitado, em regra, ainda que em diversas tipologias, a edifícios com sobrados até 4 andares, feitos de pouca alvenaria e muita madeira, com interiores sombrios e pouco apetrechados de cómodos e utensílios, com apenas uma ou duas divisões, raramente dispoendo de secretas¹⁶, servindo de alojamento e frequentemente para actividade profissional.

3.2. Tipos de Fogos e Estruturas Familiares Predominantes

Para a análise e tipificação das estruturas familiares do heterogéneo grupo doméstico co-residente, cujos indivíduos se uniam por laços de parentesco, funcionais, quando o fogo era ou coincidia com uma unidade de trabalho e consumo e espaciais, foi basilar o recurso à «Tipologia de Cambridge» proposta por Peter Laslett, adaptada à realidade em estudo, tendo como objectivo a determinação do modelo de agregado dominante e a sua evolução apreendida nos movimentos de reprodução social, isto é, quem estava no agregado/fogo e quem vivia com quem.

Deste modo, pela determinação da estrutura familiar predominante e as suas variações no período em estudo, podemos apurar as permanências e mudanças ocorridas ao nível das estruturas familiares. Previamente, estando definido o universo populacional nos dois períodos, procedemos à classificação dos fogos nos dois momentos, agrupados nas respectivas categorias, a que fizemos corresponder os valores absolutos e percentagens para cada ano.

De que resultaram 4 tipos de agregados com maior expressividade, sendo no ano de 1693 predominante a estrutura de agregado familiar de tipo 5 – Estrutura Indeterminada, com um total de 591 fogos (38,1%), tendência que permanece em 1702, com um total de 624 ocorrências, perfazendo um valor total relativo de 40,2%.

Os agregados extensos predominavam, não se limitando a elementos com alguma relação de parentesco declarada, coexistindo também neste tipo de agregado indivíduos unidos por relações profissionais e outros cuja relação com o cabeça de fogo o pároco omitiu.

¹⁶ «Latrinas».

Quadro III – Estrutura e Tipos de Fogo segundo Tipologia de Cambridge: (1693 e 1702)

Categorias	Ano		Ano	
	1693		1702	
1. Isolados	Nº	%	Nº	%
1.a. Viúvos(as)	66	4,2	70	4,5
1.b. Solteiros/estado matrimonial desconhecido	146	9,4	142	9,1
2. Agregado Não Conjugal				
2.a. Irmãos	22	1,4	19	1,2
2.b. Outros Parentes	23	1,5	35	2,2
2.c S/ parentesco evidente	10	0,6	2	0,1
3. Agregado Familiar Simples				
3.a. Sem Filhos	240	15,5	279	17,9
3.b. Com Filhos	180	11,6	150	9,6
3.c. Viúvos c/ Filhos	21	1,3	22	1,4
3.d. Viúvas c/ Filhos	59	3,8	57	3,6
3.e. Solteiros c/ Filhos	18	1,1	20	1,2
4. Agregado Familiar Alargado	93	5,9	132	8,5
5. Estrutura Indeterminada	591	38,1	624	40,2
6. Vazios	82	5,3	97	6,2
Totais	1551	100,0	1649	100,0

Fonte: Rol de Confessados de Santa Justa (1693 e 1702).

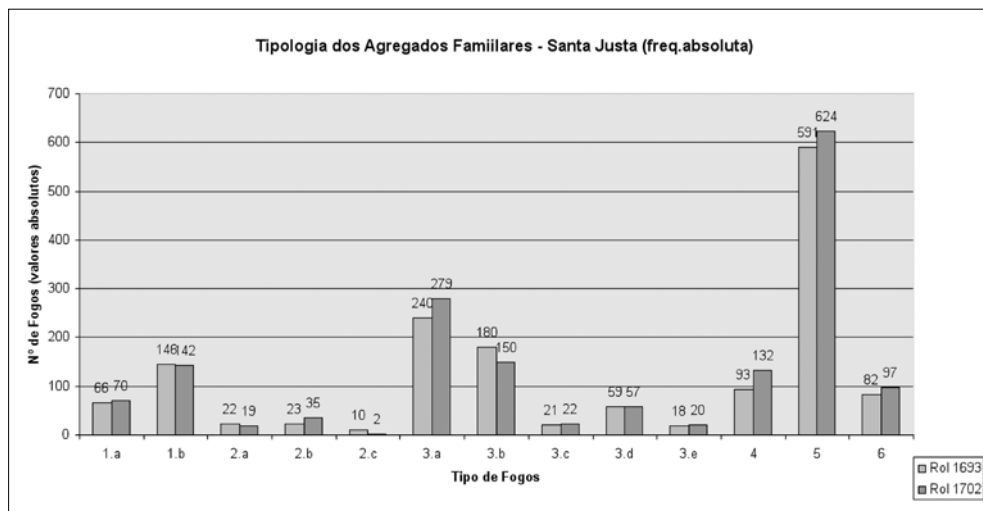
Seguem-se os fogos de tipo 3, agregado familiar simples, em que o subtipo 3.a., sem filhos, assume particular relevância, com um total de 240 ocorrências (15,5%), em 1693. Se observarmos o ano de 1702 nesta categoria, sendo ela também a segunda mais relevante, verificamos um total de 279 fogos (17,9%). Importa salientar nesta categoria a possível existência no agregado de menores de 7 anos, facto que alteraria a classificação do agregado.

A categoria seguinte, agregado familiar simples, de subtipo 3.b, com filhos, com 180 fogos (11,6%) em 1693, quando comparado com 1702, assume uma redução para 150 fogos (9,6%). Com valores próximos e imediatamente a seguir está a categoria 1.b, solteiros ou em estado matrimonial desconhecido, pertencente à categoria 1, isolados, com valores absolutos de 146 (9,4%) no rol de 1693 que, comparando com o rol de 1702, situam-se nos 142 (9,1%) registando um ligeiro decréscimo.

As categorias menos representativas foram os fogos sem parentesco evidente, em agregado não conjugal, que assumem os valores absolutos mais baixos. De notar que nesta categoria encontramos indivíduos sem relação com o chefe de fogo, parecendo camuflar laços de proximidade, como uniões ilegítimas, que nalguns casos passaram a constituição legítima já expressa no rol de 1702.

Com base nestes valores o Gráfico VII ilustra as tipologias para os dois anos, e a respectiva variação.

Gráfico VII – Tipologia dos Agregados Familiares – Paróquia Santa Justa (1693/1702)



Fonte: Rol de Confessados de Santa Justa (1693 e 1702).

Concluimos assim que as tipologias que assumiram maior variação ascendente entre o rol de 1693 e 1702 foram as do tipo 3.a, agregado familiar simples sem filhos; do tipo 4, agregado familiar alargado e do tipo 5, estrutura indeterminada.

3.3. Dinâmicas Residenciais e Sociais e Modelos de Transmissão Patrimonial

A exploração dos róis de confessados não se esgota na fixação de dados quantitativos e na caracterização dos agregados domésticos. A substância qualitativa dos mesmos quando em combinação com outras fontes coetâneas, além do enorme contributo na identificação de famílias e indivíduos, introduz-nos nas manifestações e práticas do quotidiano, nas formas de organização, no espaço público e no privado, no ambiente doméstico e laboral, também contidos nas descrições de espaços e objectos, na linguagem empregue e no discurso das emoções. Âmbitos que perspectivam a integração do indivíduo e da família nas relações de proximidade, na rua, na vizinhança, na oficina, mas também no espaço da intimidade, reservado à família.

Estes pressupostos e a análise de casos específicos são o ponto de partida na abordagem às dinâmicas familiares ou interpessoais entre indivíduos não aparentados e aos

modelos de transmissão de chefias de fogo, patrimonial ou transição funcional, sabendo que da multiplicidade de situações a mais comum, quando em presença de uma família, em associação ou não a uma unidade laboral, foi encontrar na chefia do fogo, o pai, a mãe por óbito ou na ausência do primeiro, o filho mais velho, por vezes o genro.

A Rua das Arcas no decurso de uma década foi habitada por mais de meio milhar de indivíduos¹⁷, distribuídos por cerca de 70 unidades habitacionais familiares e ou laborais, com permanência de 15 famílias em toda a observação. Uma dessas famílias, cuja presença remonta a 1683¹⁸, contava em 1693 com 8 elementos e era encabeçada pelo mestre albardeiro Domingos Antunes, que aí vivia com a mulher, Catarina Jorge, os filhos Manuel Antunes, Maria Josefa e a menor Catarina, tendo falecido no lar após 1690 até 1693 dois filhos menores, habitando ainda com a família três aprendizes. A única alteração neste agregado até 1695 ocorreu ao nível da estrutura laboral, tendo sido substituídos os aprendizes em igual número. Mas em 1702 a estrutura do fogo teve alterações significativas, ausentando-se o filho, a filha mais velha continuou solteira e a menor Catarina, que ao atingir a maioridade passou a chamar-se Catarina de Sena, casou e permaneceu com o marido na casa paterna. O agregado teve ainda o acréscimo de um criado e dois indivíduos não identificados, talvez associados ao ofício.

A família surge como uma unidade orgânica cujos ritmos de crescimento se apreendem mais facilmente no cruzamento das fontes, integrando por exemplo os menores nos assentos paroquiais.

Das variações observadas neste agregado passíveis de alterar a estrutura familiar, retemos indícios de comportamentos representativos, como a saída de um filho da casa paterna, cujas motivações mais frequentes foram o casamento, com fundação de outra unidade familiar e laboral ou ainda, particularmente neste período devido à descoberta de ouro, a ida para o Brasil ou para outros pontos do império. A fundação de outra família com o casamento da filha, cujo percurso se vinculou à casa paterna. Fora do círculo familiar restrito, o acréscimo de um serviçal o que pode indiciar uma maior capacidade económica e ou necessidades acrescidas no fogo. Na estrutura laboral, a permanência de três aprendizes, em contradição aos princípios regimentais dos ofícios, sem participação de obreiros ou oficiais, trabalho que talvez fosse assegurado pelo filho e mais tarde o genro, ou os indivíduos sem relação expressa.

Numa perspectiva afectiva e relacional, a trajectória deste grupo familiar encerrou tensões geradas em práticas e comportamentos sociais próprios do meio, com expressão na vizinhança. O mestre albardeiro, compelido pelos autos da Visitação

¹⁷ Nas listas de confessados entre 1693 e 1702, excluindo os menores de sete anos, estão referenciados 542 indivíduos.

¹⁸ Surge na Visitação de 1683. O titular tinha nesta data 36 anos. Em 1693 eram moradores à entrada da Rua do Lado do Rossio e ocupavam o fogo n.º 18.

de 1683, não só denunciou a vizinha Mariana de Sotomaior de Luna, como incluiu outros vizinhos, entre infractores, cúmplices e conhecedores da falta.

De facto, o espaço vivencial que se completava na rede de relacionamentos, deixou transparecer as proximidades e divergências latentes na vizinhança¹⁹, fixando as denúncias aspectos relevantes como os relacionamentos ilícitos com frequente envolvimento de clérigos, detectados na manutenção destes agregados domésticos. Um dos quais ficou expresso na denúncia contra outra vizinha, Maria de Távora, que acusou de amancebada com o capelão do inquisidor Pedro de Ataíde, e de criar razões com outros vizinhos, como com Tomé da Fonseca, morador no fogo 52 da Rua das Arcas «o clérigo esperou-o no Rossio com uma faca na mão pedindo-lhe satisfação»²⁰.

Desta denúncia podem retirar-se algumas notas sobre usos quotidianos associados ao vestuário ou à configuração de interiores, só possível pela proximidade vivencial imposta pelo traçado urbanístico, conforme relato de outro vizinho homónimo do anterior, o mestre caixeiro Tomé da Fonseca quando no auto afirmou que «[...] vi-o [ao padre] a entrar com um casacão de burel e espada e carapuça e vi-o algumas vezes de calça e gibão deitado na sua cama»²¹. Com estes exemplos reafirmamos a importância do estudo integrado e direccionado de um extenso grupo documental pleno de instantâneos pitorescos que encerra, simultaneamente, informação privilegiada sobre a sociedade portuguesa do período moderno.

Outras foram as trajectórias familiares muito alicerçadas no tipo de estrutura indeterminada, como no fogo 48 da Rua das Arcas onde vivia outro mestre caixeiro, Domingos Diniz, com a mulher, o filho José Diniz, também caixeiro e a mulher deste, um obreiro e dois criados. Em 1695 desaparecendo o mestre caixeiro do rol, sem registo do seu óbito, foi substituído pelo filho na liderança do fogo, permanecendo a família, a criada, outro obreiro e um aprendiz. Em 1698 morreu a mulher e no ano seguinte uma filha menor de 7 anos. Em 1702 continuavam o titular viúvo, a mãe, a criada, um oficial e dois aprendizes. É um caso de transição de titularidade no fogo e da unidade laboral ao filho, num agregado onde se registaram grandes alterações na estrutura familiar, mas que conservou quase inalterável a estrutura laboral de manufactura de caixas e arcas.

¹⁹ AHPL, *Visitação do Arcebispado*, ms. 14, p. 87, Livro de Termos. Acusa Mariana de Sotomaior de Luna, de estar amancebada com Eugénio Monteiro. Outro vizinho, o caixeiro Pedro Lopes (fogo 72), foi acusado de ser «consentidor» dos infractores, sendo por isso preso no Aljube, «por dar entrada por sua casa a Eugénio Monteiro, para casa de uma mulher e a outras pessoas.

²⁰ AHPL, *Visitação do Arcebispado*, ms. 14, p. 87v. Maria de Távora foi ainda denunciada pelo carpinteiro Domingos Gomes (fogo 15), então com 48 anos, que via entrar o clérigo, de noite e de dia, fora de horas «embrulhado num capote de burel com uma espada». Confirmava ainda que Mariana de Sotomaior, «recebe homens» em sua casa pela loja do caixeiro Pedro Lopes.

²¹ AHPL, Ms 14, p. 87v.

A presença de outros modelos, como a permanência da viúva na chefia do fogo, mas com a transição da liderança dos negócios para um filho previamente preparado para a assumir, como identificamos na trajetória de família de um poderoso homem de negócio morador num espaço nobre junto à igreja de Santa Justa, João Mendes Maciel, muito envolvido no comércio de grosso trato, nacional e ultramarino, sobretudo com o Brasil, que tendo falecido a 2 de Fevereiro de 1696, deixou ao seu filho Santos Mendes Maciel a administração dos negócios²².

Tomando a exceção como critério pela relevância que assume enquanto exemplo da diversidade de Santa Justa, António de Matos, solteiro com mais de 50 anos, que vivia de sua fazenda, habitava em 1693 na Rua das Portas de Santo Antão (fogo 21) e era proprietário de casas no Rossio e na freguesia dos Mártires. A pretexto do apoio prestado durante a doença, doou através de um instrumento de «doação remuneratória entre vivos valedora ou em direito *manisfirme*», todos os seus bens ao cirurgião e mestre sangrador João Antunes, com o qual coabitava e que desde há anos lhe prestaria cuidados «de dia e de noite»²³. Noutro instrumento legal constituiu-o como seu procurador, na cobrança de todas as dívidas de dinheiro, bens móveis, rendimentos, juros, foros. De facto, no rol de confessados de 1695, o cirurgião era já o representante do fogo, figurando António de Matos como seu dependente, tendo vindo a falecer no ano seguinte²⁴.

Das ocorrências possíveis, ressalva ainda para o consórcio de mulheres em unidades residenciais como as colarejas, independentemente do estado, ou grupos de homens, como os de ganho, cuja união nasceu claramente da necessidade de assegurar uma habitação, de numerosas unidades familiares extensas, mas também da intensa actividade manufactureira, da presença de grandes casas senhoriais e de mercadores, dos grandes equipamentos institucionais, numa conjugação de espaços e situações que fomentaram, amiúde, a integração num mesmo espaço, de família com indivíduos não aparentados, constituído não só pelo pessoal doméstico e laboral, como outros cuja relação permaneceu no anonimato, reafirmando-se uma vez mais que estamos em presença de uma área de implantação de agregados onde o modelo de estrutura residencial indeterminada foi predominante.

Sistematizando outras conclusões, constatamos que o modelo predominante de transmissão de fogo foi a transição do pai para a mulher ou filho mais velho; que as unidades familiares frequentemente coincidiam com as unidades laborais, coabitando família nuclear e outros elementos; que era comum, usufruindo da localização e de gente em trânsito «dar cama e mesa» a estranhos à família, como forma ou comple-

²² IAN/TT, 15º Cartório Notarial de Lisboa, Ms. 414, fl. 90v.

²³ Idem, Ms. 413, fl. 75v.

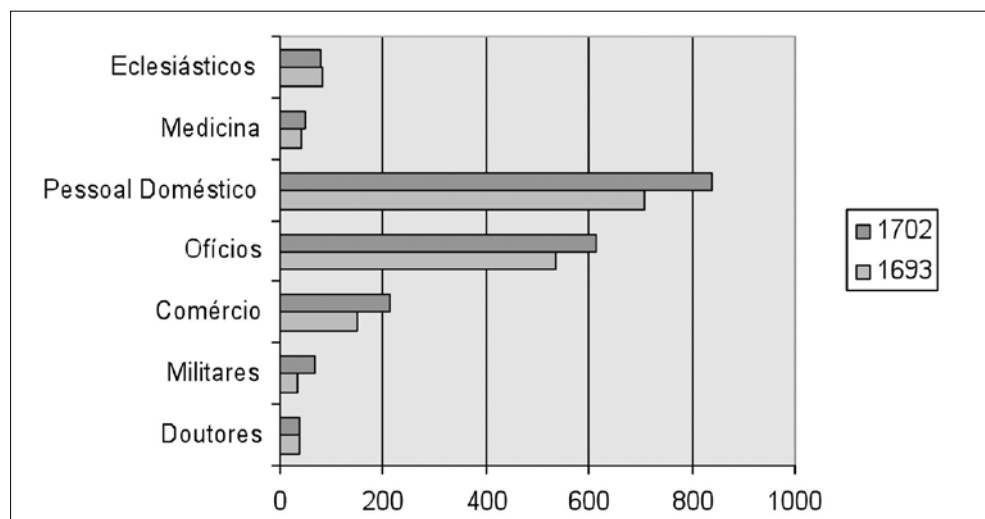
²⁴ ADL, RP, Livro de Óbitos de Santa Justa.

mento de sustento; que havia envolvimento dos filhos no negócio familiar, dando-lhe continuidade; que parte considerável dos habitantes de Santa Justa, dedicavam-se ao comércio retalhista e grossista ou ambos, com estabelecimentos abertos ao público, e que destes um grupo restrito praticava o lucrativo comércio intercontinental, diversificando os negócios e expandindo-se em áreas de influência diversas.

3.4. Organização Sócio-Profissional

A organização sócio-profissional da freguesia enquadra-se no avultado conjunto de unidades comerciais e artesanais especializado numa abrangente gama de serviços, que vai da prestação de serviços domésticos, saúde, ofícios artesanais, têxtil e outras manufacturas, oficialato e estabelecimentos especializados em dar cama e mesa, casas comerciais de grande trato, comércio de bens alimentares, dispersos em cerca de sete áreas de actividades laborais e económicas predominantes e cerca de 90²⁵ profissões, na sua maioria masculinas.

Gráfico VIII- Áreas de Actividade Laboral (1693-1702)



Fonte: Rol de Confessados de Santa Justa (1693 e 1702).

Com grande representatividade dos ofícios, devidamente hierarquizados, as tendas e oficinas, continham a integral ou parcial estrutura de mestre, oficiais, obreiros²⁶ e aprendizes dele dependentes, com totais acima do meio milhar nos dois períodos de

²⁵ 94 em 1693 e 89 em 1702.

²⁶ Os que trabalham por conta de outrem, mas sem estar examinado.

observação²⁷, num espaço profissionalmente pujante, que como já foi observado se alicerçava em estruturas habitacionais indeterminadas e extensas, onde as unidades familiares se mesclavam com as unidades artesanais e tendas de venda, acolhendo-se no domicílio familiar ou na sua directa dependência oficiais, obreiros e aprendizes.

Estes e o pessoal doméstico (criados e escravos) constituíam no âmbito da dependência económico-profissional de um agregado, a população laboral mais numerosa. Os aprendizes eram maioritariamente jovens deslocados, com um percurso muito semelhante ao dos criados e criadas, acolhendo-se muito jovens nas casas onde serviam.

Quadro IV – Evolução de Algumas Profissões (1693-1702)

Profissões	1693	1702
Albardeiro	5	13
Alfaiate	29	30
Atafoneiro	12	9
Aprendiz	171	217
Caixeiro	42	31
Carpinteiro	3	7
Colareja	20	23
Cordeiro	13	24
Correeiro	8	8
Criada	199	362
Criado	190	256
Contratadores	11	5
Doutor	24	31
Escrava	136	88
Escravo	120	75
Esparteiro	5	9
Homem de ganhar	60	120
Marceneiro	13	14
Obreiro/oficial	81	108
Sapateiro	48	39
Soldado	21	58
Taverneiro	30	36
Tendeiro	-	22

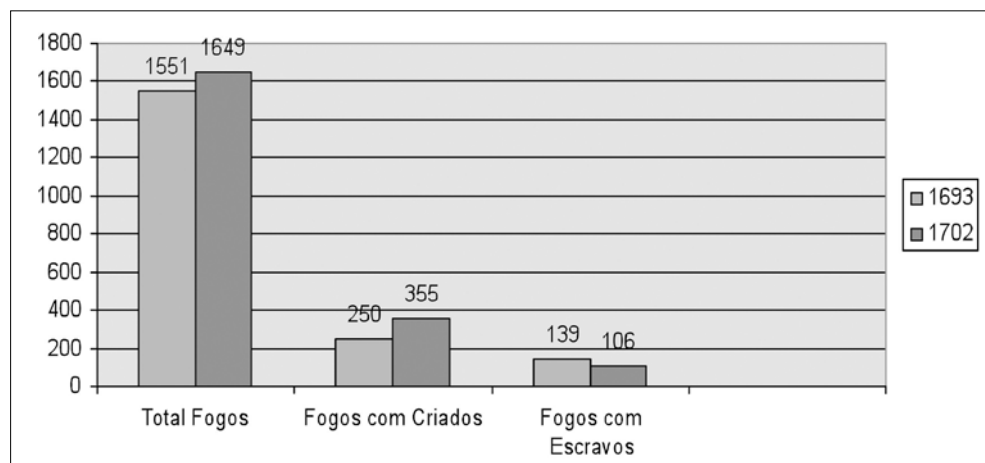
Fonte: Rol de Confessados de Santa Justa (1693 e 1702).

²⁷ Em números globais 529 em 1693 e 597 em 1702.

De facto, da evolução global das várias actividades económicas, destaque para o crescimento acentuado deste grupo relativamente a 1693. Comportamento similar nos grupos dos homens de ganhar, obreiros e oficiais. No grupo dos mestres, destaque para os ofícios de cordoeiro e ainda com algum significado os de albardeiro, carpinteiro e esparteiro. Mais modestamente, mas digno de nota, os taverneiros e o grupo de soldados, em consonância com a conjunta político-militar de guerra da Sucessão em Castela, de preparação da campanha de defesa da cidade e posterior movimentação para Castela. No sentido inverso, adquire significado o decréscimo de caixeiros, uma das actividades marcantes da freguesia, pela presença do seu arrumamento e dos contratadores.

No incremento do pessoal doméstico e dos homens que sazonalmente se deslocavam em busca de trabalho poderá estar subjacente alguma melhoria da capacidade económica dos empregadores ou maior actividade da administração embora a avaliação isolada nos pareça insuficiente para o validar como indicador de elevação de estatuto social.

Gráfico IX- Total de Fogos/Total de Fogos com Criados e Escravos (1693-1702)



	Fogos com Criados (as)	Fogos com Escravos (as)	Total de Fogos com Serviçais
1693	250	139	389
1702	355	106	461

Fonte: Rol de Confessados de Santa Justa (1693 e 1702).

Em 1693, 25% das casas dispunha de pessoal doméstico, 16,1% tinha criados, valor que em 1702 ascendeu aos 22,8%. Relativamente aos escravos, tinham em 1693 uma representatividade de 8,4%, decrescendo em 1702 para os 6,2%. A este fenómeno

poderá estar ligado o decréscimo do tráfico negreiro de Cabo Verde e Angola para Lisboa, saindo a maioria dos escravos oriundos dos portos de embarque de Cabo Verde e Costa da Guiné para a América espanhola e os de Angola eram veiculados para o Brasil.

O segmento da criadagem e serviço doméstico dispersava-se por todo o tipo de agregados, familiares, solteiros, unidades oficinais e negócios, tendas, estalagens, tavernas, pequeno comércio, que dispunham de um ou dois criados ou criadas para todo o serviço.

Desdobravam-se numa multiplicidade de funções, estando sujeitos a vínculos precários e de rápida substituição, o que transparece na breve permanência ao serviço de um senhor de um ano para outros. Eram em grande número nas casas de mercadores ricos e de nobres, integrando grupos devidamente organizados e estruturados, como nos fogos do duque do Cadaval²⁸ ou dos Senhores de Pombalinho, decrescendo o número e a estabilidade em consonância com a condição social do empregador.

Os homens de ganhar, que aparecem e desaparecem de um ano para o outro, eram 58 em 1693, a «pousar» sobretudo nos Arcos do Rossio, contíguos ao Hospital Real, onde se concentrava um grupo de 26, e ainda no Beco de D. Carlos e Rua dos Albardeiros. Em 1702 eram já 120, concentrando-se em grandes grupos, nos mesmos locais e ainda nas ruas da Praça da Palha e Rua de S. Pedro Mártir. Este acréscimo poderá estar também associado à oferta num cenário economicamente mais atractivo com os proventos do ouro brasileiro, como já observámos.

A abordagem ao cenário profissional da freguesia ganha também alguma legibilidade ao seguirmos os índices de implantação por ruas. Tomando a título de exemplo a Rua das Arcas, eminentemente de artesãos, era habitada no primeiro rol por 316 indivíduos, 126 dos quais com referência a ocupação profissional, predominando os mestres caixeiros (29), obreiros (12), criados (22), escravos (15) e aprendizes (30), segmentos muito associados às manufacturas aí implantadas: caixeiros, luveiros, torcedor de seda, tintureiro, alfaiates, albardeiro e sapateiro.

Em 1702, a população decresceu cerca de 15,8%, mas houve manutenção do segmento laboral, situado nos 128 indivíduos, com alterações ao nível do crescimento dos aprendizes (38), ligeira descida de caixeiros (25), em substituição dos obreiros, surgiram os oficiais (14), ligeiro acréscimo de criados (29) contra uma assinalável diminuição de escravos (2), resultando num cenário marcado pela manutenção de oficinas ligadas ao têxtil, mas com algum decréscimo na fabricação de arcas e caixas e o acentuado aumento do pessoal doméstico assalariado.

²⁸ Nos róis de confessados de 1695 e 1702.

Na Praça da Palha, outra via de destaque pela sua dimensão, predominavam as oficinas de artesãos ligados ao transporte e animais de carga, cordoeiros, seleiros, albardeiros, a que estavam associados obreiros, aprendizes, criados e escravos. Em 1702, há crescimento do pessoal auxiliar, aprendizes e diminui o número de oficiais. Também as unidades manufactureiras registaram alterações, mantendo-se o predomínio de oficinas de artesãos ligados ao quotidiano: cordoeiros, latoeiros e ao transporte e arreo de bestas, no entanto desapareceram os seleiros e surgiram os homens de ganhar, representativos nas formas de alojamento que partilhavam, dividindo-se em 3 fogos.

A Rua das Portas da Mouraria, com 270 pessoas em 72 fogos regista um maior número de pessoas de «qualidade» elevando o perfil social da rua, destacando-se a presença do Conde de Tarouca, o palácio do Marquês de Alegrete, desocupado em 1693, militares, doutores e serviçais, que num claro exemplo da mescla social de Santa Justa, estavam paredes meias com numerosas oficinas onde laborava um elevado número de aprendizes e obreiros, com destaque para a especialização de manufactura de vestuário e calçado, com sapateiros e alfaiate, e na prestação de cuidados de saúde e do corpo, barbeiros e cirurgiões. Relativamente a 1702 verificou-se um decréscimo de cerca 30% da população, bem como do número de fogos (59), embora com manutenção do perfil social elevado.

A Rua de Nossa Senhora da Escada tinha indivíduos de mais elevada condição social, visível nos títulos, na composição dos agregados e elevado número de domésticos ao seu serviço, condição que mantinha em 1702 e contrariamente às restantes ruas, com maior número de escravos. Era aí morador D. Francisco de Almada, 7º Senhor de Pombalinho, cujo palácio albergava 31 indivíduos, dos quais mais de 50% eram domésticos²⁹. Este foi um exemplo de nobre do reino que também consagrou parte da sua actividade³⁰ aos negócios de além-mar, particularmente, no rendoso negócio do álcool para África³¹.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito marcada pela mobilidade populacional e pela diversificada e complexa vida urbana, a posição comercial estratégica da freguesia de Santa Justa era inquestionável. Ficou demonstrado da observação dos dados sistematizados, que ao longo de todo o período de observação, o cenário profissional foi dominado por serviçais

²⁹ Escravos, escudeiro, criados, cozinheiro e pajens.

³⁰ IAN/TT, 15º Cartório, Ms. 403, fls. 63.

³¹ Nos seus aposentos do Rossio, em Janeiro de 1693, passou uma procuração aos Tenente General Rodrigo da Costa, Tenente José Correia de Castro e ao sargento mor Estêvão Pereira Bacelar, que sendo moradores em Luanda, Angola, lhes concedia poderes *in solidum* para resgatar uma carregação de pipas de vinho.

e artífices. O seu incremento foi notório na entrada do século XVIII, revelador de uma maior capacidade económica por parte dos empregadores, ou de uma maior movimentação destes grupos de migrantes que demandavam a cidade, sobretudo os criados e aprendizes, almejando também as oportunidades de além-mar?

Outra característica transversal a todo o período de observação e salvo raras exceções, pouco ou nada associada à organização por arruamentos, ainda que numa óbvia implantação profissional, congregou-se um maior número de correieiros no Valverde, mais próximos da entrada na cidade pelo Termo, mais colarejas, vendedoras de legumes e frutas, na Rua dos Carreiros, já na franja do espaço urbano; licenciados nos Arcos do Rossio, também «pouso» dos homens de ganhar, local por excelência de passagem e de oportunidades. Os caixeiros na sua Rua das Arcas. Tavernas e estalagens ora às portas da cidade como Santo Antão e Poço do Borratém, ora no coração da freguesia, como na Betesga e Pátio das Comédias, onde existia o famoso teatro. Foi também espaço muito propício à transgressão, em casas de alcoice e tavalagem, um pouco por toda a freguesia.

Intensa movimentação pela inclusão ou proximidade espacial a artérias comerciais basilares na Lisboa de Setecentos, como a Rua das Arcas, Rua Nova dos Mercadores, a feira do Rossio, a Ribeira Nova e a Ribeira Velha, a Misericórdia e Praça do Pelourinho, a grande porta de entrada na cidade que era o rio e junto ao centro político do reino, o Paço da Ribeira.

A implementação comercial e institucional, a diversidade de atractivos e lazer, imprimiram-lhe um forte vínculo de local de passagem, com uma população flutuante de impossível contabilização, o que fez de Santa Justa também um espaço de forasteiros, com presença contínua de homens de negócio, centenas de homens de ganho e de trabalho, rendeiros, agricultores, comerciantes, viajantes, marinheiros, portugueses e estrangeiros em trânsito para a Europa, Brasil, África e Oriente.

Incontornável como vimos a presença de instituições de grande peso na dinâmica social e religiosa e grandes polarizadores de população como foram o Mosteiro de S. Domingos, a Inquisição, o Hospital Real de Todos os Santos.

Freguesia popular e aristocrática, foi residência das importantes casas da primeira nobreza que ocuparam palácios e jardins, do duque de Cadaval, Marquês de Alegrete, Senhores de Pombalinho, futuros condes de Almada, conde de Tarouca, conde de Redondo, conde de Vilar Maior e ainda poderosos homens de negócio, portugueses e estrangeiros e alguns influentes membros da administração régia e local. Encontramos na transição do século XVII para o XVIII a freguesia de Santa Justa no centro da cidade moderna, com um amplo e simbólico espaço como o Rossio plenamente consolidado, que ao longo dos séculos foi palco dos mais variados eventos que agitaram e animaram as populações e marcaram a História de Lisboa.

FONTES MANUSCRITAS

AHPL – *Róis de Confessados de Santa Justa* 1693, 1695, 1702.

AHPL – *Visitações e Devassas de Santa Justa*, 1683, 1702 e 1707.

IAN/TT – *Registos Paroquiais de Santa Justa, casamentos e óbitos*, 1693 a 1702, Projecto de Digitalização dos Registos Paroquiais de Lisboa entre a CML e ADL; *15º Cartório Notarial de Lisboa*, Cx. 78, 79, 80.

BIBLIOGRAFIA

AMORIM, Maria Norberta; CORREIA, Alberto (2001) – *Francisca Catarina (1846-1940). Vida e Raízes em S. João do Pico*. Guimarães: NEPS.

BARATA, Ana Maria dos Santos Cardoso de Matos Temudo (1988) – *As crises de mortalidade em Lisboa no século XVIII*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. Tese de Mestrado.

BRAUDEL, Fernand (1976) – *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Presença.

FREIRE, João Paulo (1931) – *Lisboa do Meu Tempo e do Passado, do Rossio à Rotunda*. Lisboa: Tipografia da parceria António Maria Pereira.

MARQUES, A. H. de (1972) – *História de Portugal*. Lisboa: Edições Agora, vol. 1.

PEREIRA, Luís Gonzaga (1927) – *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*. Lisboa.

RIBEIRO, Ana Rita de Almeida Marado Coelho (1989) – *A importância dos róis de confessados na demografia histórica: os róis de confessados da freguesia de Nossa senhora da Encarnação da Ameixoeira entre 1750 e 1760*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de Mestrado.

RODRIGUES, Teresa Ferreira (1985) – *Para o Estudo dos Róis de Confessados*. «Nova História», n.º 3-4 (Dezembro). Lisboa.

RODRIGUES, Teresa (1990) – *Crises de mortalidade em Lisboa: séculos XVI e XVII*, Lisboa: Livros Horizonte.

SILVA, A. Vieira da (1943) – *As Freguesias de Lisboa (Estudo Histórico)*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

SCOTT, Ana Sílvia Volpi (1999) – *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX)*. Guimarães: NEPS.

SOUSA, Cordeiro de (1949) – *Santa Justa, Registos Paroquiais Quinhentistas de Lisboa*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

VARGAS, José Manuel (2002) – *As Freguesias de Lisboa e do seu Termo na Idade Média*. «Olisipo», II série, n.º 17 (Julho/Dezembro). Lisboa.

REPRODUÇÃO, CONTRACEPÇÃO E ABORTO NO PORTUGAL DO SÉCULO XX: PRÁTICAS E DISCURSOS. UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DO PORTO*

RUI LEANDRO MAIA**
ANA FONTOURA RIBEIRO***

1. INTRODUÇÃO

Produzir um juízo sobre as causas das alterações da capacidade reprodutiva das populações no decurso do século XX, ainda que circunscrito a um estudo de caso exploratório, implica que tenhamos presente que as mesmas poderão ter decorrido de um conjunto de razões que funcionaram em associação e sobre as quais, pela ausência de estatísticas, não detemos plena consciência e ainda que os comportamentos reprodutivos, e demográficos em geral, sofreram alterações na sequência dos processos de industrialização e de urbanização.

Se os indicadores disponíveis nos permitem acompanhar no tempo a capacidade reprodutiva das populações, tal não é possível em relação a práticas de contracepção e de aborto, que directamente se supõe terem interferido nas suas variações.

Que influências terão tido a contracepção e o aborto na redução da capacidade reprodutiva das populações no período em questão?

* Investigação desenvolvida no âmbito do projecto «Espaços urbanos: dinâmicas demográficas e sociais (séculos XVII-XX)», com referência FCT PTDC/HIS-HIS/099228/2008, co-financiado pelo orçamento do programa COMPETE – Programa Operacional Factores de Competitividade na sua componente FEDER e pelo orçamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia na sua componente OE.

** Professor Associado da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa. rhmaia@ufp.edu.pt.

*** Directora Técnica do Centro Social e Paroquial de Justes, IPSS, Vila Real. anaribeiro.ss@gmail.com.

Pode questionar-se se o crescimento demográfico das cidades em período de industrialização, muito decorrente da fixação de migrantes, acarretou alterações nos comportamentos reprodutivos? E ao ter sido assim, se esses comportamentos divergiram entre naturais dos espaços urbanos e migrantes aí residentes? A verificação dessas eventuais diferenças comportamentais poderá ser da maior importância para percebermos até que ponto o processo de urbanização, no caso português, esteve associado, até mais do que a contracepção, ao abaixamento da capacidade reprodutiva, não apenas das populações urbanas mas também de todo o país uma vez que, ao longo de décadas, como no presente, drenaram do interior, rumo ao litoral, força de trabalho e reprodutiva, muito em particular para as duas grandes cidades, Lisboa e Porto, e para os espaços circundantes.

É particularmente pertinente podermos perceber como se adaptaram os migrantes nos espaços urbanos onde se fixaram e como essas mudanças moldaram os seus comportamentos em relação ao matrimónio, por exemplo, à reprodução, à contracepção e ao aborto. Os migrantes que se fixaram, provenientes de meios rurais, de recursos minguados, nos espaços urbanos não o fizeram isoladamente: fizeram-no antes motivados por um conjunto de razões, com primazia para as de ordem económica, que englobam, na maior parte dos casos, o colectivo familiar: os progenitores, os irmãos ou os filhos. Em muitos registos acederam ao meio urbano pela existência de redes de relações familiares e comunitárias, ainda crianças e jovens, para trabalharem em casas particulares, na indústria ou no comércio em diversas actividades sendo que asseguraram aí a sobrevivência que a terra de berço não lhes garantiu mas também parte da sobrevivência daqueles familiares que lá permaneceram.

A condição em que se encontravam acarretou-lhes obviamente transformações em termos de ciclo de vida a diversos níveis: no casamento pelo tempo em que o fizeram ou até não o fizeram mantendo, em definitivo, a condição celibatária, pelo número de filhos que tiveram ou até não tiveram ou pelos momentos em que os tiveram, mais ou menos espaçados uns dos outros.

Esta questão dos comportamentos diferenciados entre naturais e migrantes residentes em espaços urbanos tem sido abordada em diversos contextos (ELIAS & SCOTSON, 1994; MAIA, 2003), muito embora deles não exista, com amplitude suficiente, uma consciência empiricamente fundada.

Alguns dos estudos parecem, contudo, apontar para uma tendência de redução da capacidade reprodutiva dos migrantes residentes em espaços urbanos face aos que daí são naturais. Como se os primeiros, constituindo-se como força de trabalho indispensável à manutenção e ao desenvolvimento da economia urbana, viabilizassem a manutenção e até a expansão de um padrão reprodutivo dos segundos. Esta tese, explanada por MICHEL (1983), faz algum sentido quando pensamos, por exemplo, na importante função desempenhada pelas mulheres migrantes no perí-

odo em observação que isoladamente eram recrutadas para trabalhar na cidade em casas particulares como criadas de servir, constituindo o suporte fundamental das mulheres naturais da cidade na gestão das suas casas, no acompanhamento dos seus filhos, enquanto as mesmas, progressivamente, se foram embrenhando no mundo do trabalho. Puderam estas ter filhos, ficando as outras reféns das primeiras, com consequências no adiamento dos respectivos matrimónios e dos processos reprodutivos, para algumas *sine* dia.

Será legítimo considerarmos, em hipótese, que as mulheres migrantes utilizem mais os métodos contraceptivos e, bem assim, recorram mais ao aborto? Na perspectiva de BONNE e KESSELER (1999) o estabelecimento dos migrantes em meio urbano representa, quase sempre, um salto em estatuto económico e social cujo alcance e manutenção decorre em parte da redução da sua capacidade reprodutiva face à geração anterior. Para muitas raparigas a autonomização económica que a cidade proporciona, como sugere ABADIAN (1996), é promotora da redução do número de filhos.

São hipóteses de trabalho cuja pertinência mais sobressai por estarmos em presença de uma realidade subterrânea, ou seja, que, para o tempo em observação, existe mas não é estatisticamente conhecida, não está referenciada, é silenciada, e, o que neste âmbito é mais estimulante, tem muito que ver com a dificuldade ou a inacessibilidade ao conhecimento e portanto poderá andar mais próxima das mulheres migrantes social e economicamente mais desamparadas e desconhecedoras do que as mulheres naturais da cidade.

Foi o que esta abordagem quis considerar salvaguardando naturalmente, na análise comparativa, o condicionamento das observações pelos efeitos das origens geográficas das mulheres e dos períodos, em função de uma número equilibrado de casos, estabelecidos entre 1913-1928, 1229-1944 e 1945-1960.

São retratadas as distribuições das respostas e os comportamentos por cinco grupos de variáveis:

- O *casamento*, que contempla duas variáveis: se a respondentes casaram ou não e, em caso afirmativo, com que idade o fizeram.
- A *primeira relação sexual*, que contempla duas variáveis: a idade da primeira relação sexual e, para as respondentes que casaram, a diferença dessa idade em relação à idade ao casamento.
- Os *filhos*, que contempla duas variáveis: se a respondentes tiveram ou não filhos e, em caso afirmativo, quantos tiveram e, por associação, o espaçamento, em meses, entre o casamento e o primeiro filho e, bem assim, entre este e o seguinte.
- O *aborto*, que contempla duas variáveis: se a respondentes abortaram ou não e, em caso afirmativo, se o fizeram uma ou mais vezes.

- A *contraceção*, que contempla duas variáveis: se a respondentes usaram ou não contraceptivos e, em caso afirmativo, se usaram um ou mais métodos.

O tratamento das informações decorrente das variáveis consideradas suporta duas hipóteses de trabalho testadas:

- A contraceção e o aborto estão presentes, enquanto variáveis reguladoras, no processo de reprodução em meio urbano. O estarem presentes decorre, no período em observação, de a maior parte das mulheres fazerem uso de tais procedimentos.
- Os comportamentos, em relação à reprodução, à contraceção e ao aborto, diferenciam-se em função das origens geográficas das depoentes.

Trata-se aqui também de esboçar, por análise comparativa, tendências eventualmente identificativas de um trabalho que, em investigação macro, o projecto em que se insere esta abordagem pretende delinear.

2. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Foi obtida uma amostra de mulheres, com cinquenta ou mais anos, fechado, portanto, o ciclo reprodutivo, residentes na freguesia do Bonfim, sendo daí naturais ou não, cujos contactos provieram do Gabinete de Serviço Social da autarquia¹.

Tratou-se de uma amostra de conveniência obtida pela boa vontade das depoentes que aceitaram dar testemunho de vida sobre uma temática de foro íntimo e de difícil abordagem, recolhida aleatoriamente, até ao limite, inicialmente fixado, de duzentas mulheres.

O instrumento de avaliação utilizado foi a entrevista directiva, com questões, em grande parte, fechadas, padronizadas e de ordem pré-estabelecida. A saber:

- Que idade tinha quando casou a primeira vez?
- Que idade tinha quando teve a primeira relação sexual?
- Diferença em meses ou em anos entre as duas idades anteriores.
- Teve filhos?
- Em caso afirmativo, quantos filhos teve?
- Intervalo protogenésico.
- Primeiro intervalo intergenésico.
- Fez algum aborto?
- Em caso afirmativo, quantos abortos fez?

¹ As entrevistas, realizadas em espaço apropriado da Junta de Freguesia do Bonfim, decorreram entre o mês de Outubro de 2009 e o mês de Julho de 2010.

- Perdeu algum filho?
- Em caso afirmativo, quantos filhos perdeu?
- Usou métodos contraceptivos?
- Em caso afirmativo, quantos tipos de métodos contraceptivos usou?

O tratamento de dados foi realizado com recursos ao programa estatístico SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences*, com utilização recorrente dos testes de Qui-quadrado, de Teste *t*, da ANOVA e da Correlação Estatística².

3. RESULTADOS

As mulheres, todas residentes no espaço de observação, distribuem-se de forma equilibrada segundo a origem geográfica: 54,0 por cento naturais e 46,0 por cento migrantes, sendo que a maior expressão geográfica, para estas, se situa a Norte do País, 19,0 por cento, seguida das originárias dos concelhos circunvizinhos, coincidentes com a Área Metropolitana do Porto, 14,0 por cento. As restantes são originárias de diversas regiões do país incluindo as regiões insulares.

Os resultados são apresentados pela ordem dos grupos de variáveis descritos. Em cada um, a partir de comportamentos genéricos, evidenciam-se comparações de valores entre naturais e migrantes residentes no espaço de observação.

Para o *casamento* – que contempla duas variáveis: se a respondentes casaram ou não e, em caso afirmativo, com que idade o fizeram – constata-se que:

- O número de casamentos tende a aumentar ao longo dos três períodos de observação: 71,2 por cento, 75,5 por cento e 87,0 por cento. São as mulheres migrantes, contudo, aqueles que, nos dois primeiros períodos, mais permanecem celibatárias, respectivamente 31,3 por cento e 25,0 por cento face a 27,8 por cento e 23,9 por cento. No último período, para as que nasceram entre 1945-1960, a tendência inverte-se: 19,2 por cento para as naturais e 5,0 por cento para as migrantes.
- A idade média ao primeiro casamento aumenta gradativamente entre períodos e, em comparação, é sempre ligeiramente inferior para as mulheres migrantes: em cerca de oito meses no primeiro e no terceiro períodos e em cerca de dezanove meses no segundo período. O casamento tendencialmente mais precoce das mulheres migrantes não é sinónimo de que elas o tenham feito na cidade. Muitas poderão ter casado nas terras de origem. Na verdade, noutra contexto (MAIA, 2003), constatou-se que as mulheres migrantes que casaram em meio urbano o faziam mais tarde do que as mulheres naturais aí residentes.

² Sobre as questões específicas dos testes efectuados, v. PESTANA & GAGEIRO (1998).

Para a *primeira relação sexual* – que contempla duas variáveis: a idade da primeira relação sexual e, para as respondentes que casaram, a diferença dessa idade em relação à idade ao casamento – constata-se que:

- Entre períodos extremos, verifica-se uma diminuição ligeira, de cerca de quatro meses, na idade com que as mulheres tiveram a primeira relação sexual.
- Aumenta ainda a diferença entre a idade ao primeiro casamento e a idade da primeira relação sexual. No primeiro período é positiva em cerca de um mês, ou seja, casa-se antes da primeira relação sexual, e nos períodos seguintes é negativa, com aumento substancial entre as mulheres que nasceram entre 1929-1944, com cerca de sete meses, e entre 1945-1960, com cerca de vinte e seis meses.

Mulheres naturais da cidade e mulheres migrantes manifestam alguma diferença de comportamentos, nos períodos considerados, quanto ao início da vida sexual: se as primeiras o fazem sempre, em média, antes do casamento, no caso das segundas tal só acontece, embora com grande aproximação de valores, para as que nasceram entre 1945-1960, o que é sinónimo de, por liberalização, sobreposição do início da vida sexual ao início da vida conjugal formal, como, de resto, se sabe ter ocorrido em consequência da revolução contraceptiva dos anos sessenta, em que, *grosso modo*, esta geração de mulheres se insere: para ambas são cerca de vinte e seis meses de antecipação.

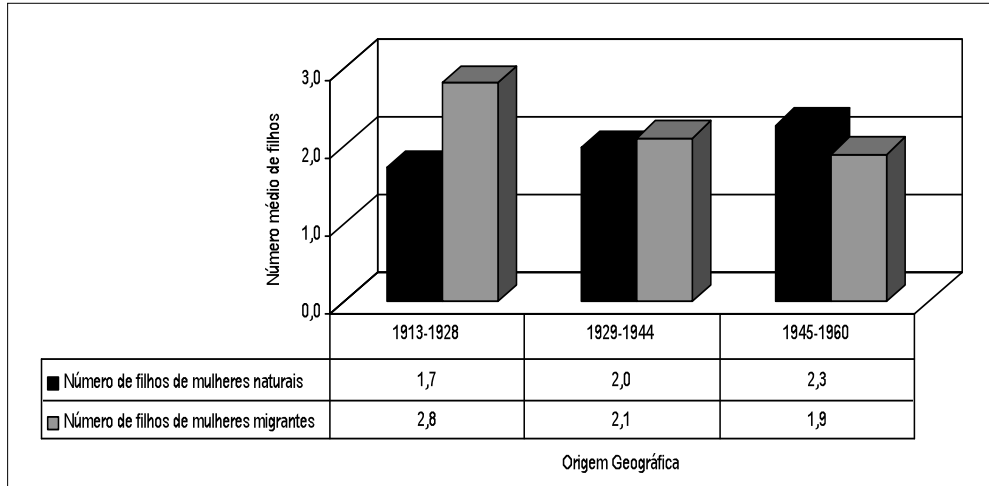
Para os *filhos* – que contempla duas variáveis: se a respondentes tiveram ou não filhos e, em caso afirmativo, quantos tiveram e o espaçamento, em meses, entre o casamento e o primeiro filho e, bem assim, entre este e o seguinte – constata-se que:

- O número de mulheres que têm filhos aumenta gradativamente entre períodos – 59,6 por cento, 65,7 por cento e 87,0 por cento. E este aumento deverá ter estado directamente relacionado com situações conjunturais. É que, embora de forma grosseira, se se estabelecer uma relação de vinte anos entre as datas de nascimento destas mulheres e as datas de iniciação das relações sexuais e do primeiro casamento, existirá para as primeiras uma coincidência temporal com as datas de 1923-1948, um tempo de grande austeridade, e para as segundas e as terceiras, numa mesma lógica, 1949-1964 e 1965-1980, cenários diferentes, no último bem mais, pela melhoria global das condições de vida.

Foram as mulheres migrantes as que, nos dois primeiros períodos, menos filhos tiveram, tendo a tendência sido invertida no último período. Porém, ao invés do que se afirmou, são as mulheres migrantes que, em média, têm mais filhos no primeiro e no segundo períodos e menos filhos no último período.

As mulheres naturais da cidade ampliam, entre períodos, a sua capacidade reprodutiva. Passa-se exactamente o contrário com as mulheres migrantes.

Fig. 1 – Numero médio de filhos por mulher residente no Bonfim, por origem geográfica

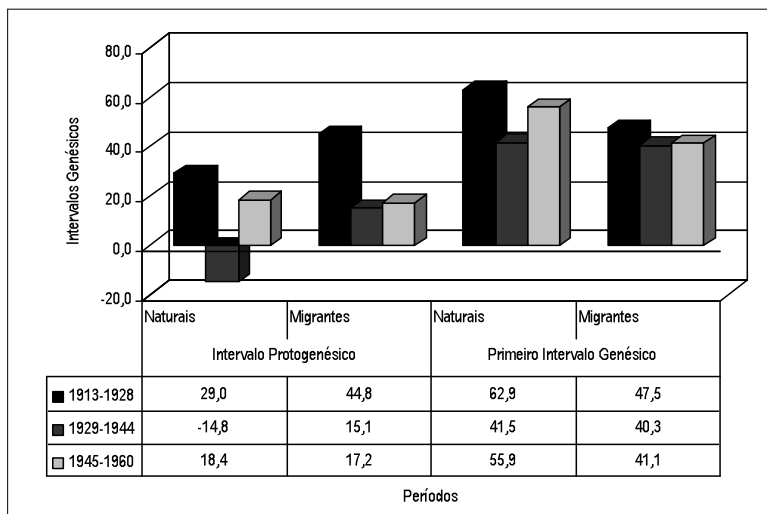


São as mulheres naturais da cidade as que optam por ter os filhos mais cedo após o matrimónio, com excepção das que nasceram no último período, 1945-1960, em que os valores são ligeiramente superiores aos das mulheres migrantes.

Ainda para as mulheres naturais da cidade, no segundo período, entre 1929-1944, o peso das concepções pré-matrimoniais sobressai bastante. São mulheres que, *grosso modo*, casaram a uma vintena de anos dos respectivos nascimentos, portanto, entre 1949-1969, um tempo correspondente à propensão para a natalidade após a Segunda Guerra Mundial conhecido por *baby-boom*, a qual não encontrou equivalente resposta nas mulheres migrantes que, apesar disso, têm os filhos mais cedo do que nos períodos extremos.

Repare-se que os valores encontrados para os intervalos genésicos são claramente indicativos da existência de mecanismos de controlo da reprodução para as mulheres naturais da cidade e para as mulheres migrantes. Parece evidente o uso de contraceptivos, embora com algumas tendências de diferenciação: as mulheres naturais da cidade, quanto ao intervalo protogenésico, para os dois primeiros períodos, com ênfase para o segundo, são mais precoces, invertendo-se a tendência no último período. Mas, para o primeiro intervalo intergenésico, as mulheres migrantes optam, invariavelmente, por terem um segundo filho mais cedo.

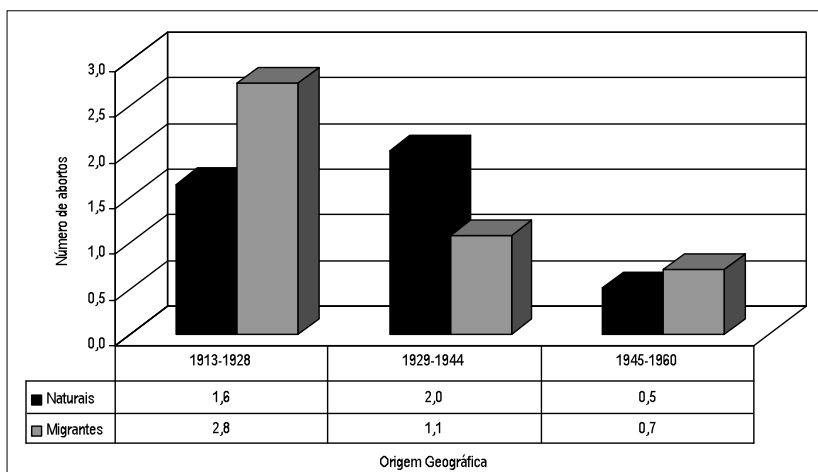
Fig. 2 – Intervalos genésicos médios de filhos por mulher residente no Bonfim, por origem geográfica



Para o *aborto* – que contempla duas variáveis: se a respondentes abortaram ou não e, em caso afirmativo, se o fizeram uma ou mais vezes – constata-se que:

A percentagem de mulheres que afirma ter feito pelo menos um aborto diminui ligeiramente entre cada um dos períodos considerados mas é sempre, sublinhe-se, bastante expressiva: de 53,8 por cento para as mulheres que nasceram entre 1913-1928, de 46,1 por cento para as mulheres que nasceram entre 1929-1944, e de 41,3 por cento para as mulheres que nasceram entre 1945-1960.

Fig. 3 – Numero médio de abortos por mulher residente no Bonfim, por origem geográfica



Na comparação pela origem geográfica das mulheres, as migrantes foram as que, invariavelmente, praticaram menos o aborto, o que talvez justifique, em parte, a razão de casarem ligeiramente mais cedo e de terem mais filhos nos dois primeiros períodos de observação.

O número de abortos tendeu, em paralelo, a diminuir, em consequência da maior generalização da contraceção: em média passou de 1,98, para 1,49 e para 0,59.

Mas aqui as mulheres migrantes fizeram-no em maior número de vezes do que as naturais no primeiro período, posição que se inverte no segundo período e que, embora com valores muito próximos, se volta a sobrepor no terceiro período.

Para a *contraceção* – que contempla duas variáveis: se a respondentes usaram ou não contraceptivos e, em caso afirmativo, se usaram um ou mais métodos – constata-se que:

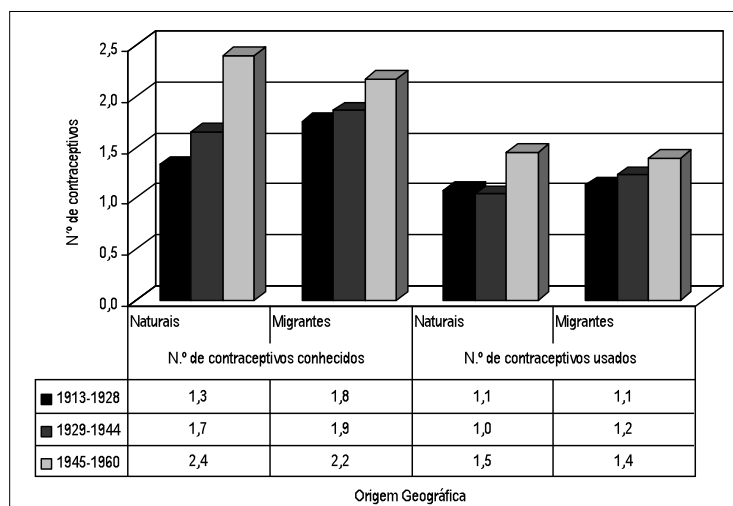
A percentagem de mulheres que refere não ter usado métodos contraceptivos diminui consideravelmente entre os períodos em observação: 61,5 por cento, 64, 9 por cento e 17,4 por cento. A redução do segundo para o terceiro períodos é muito expressiva do processo de generalização de uso de métodos contraceptivos.

São as mulheres naturais da cidade as que em maior número se abstêm de usar contraceptivos no primeiro período: 66,7 por cento não o fazem face a 50,0 por cento das migrantes. A posição inverte-se no segundo período: 47,8 por cento das mulheres naturais da cidade não usam contraceptivos enquanto que não o fazem 60,7 por cento das migrantes. No terceiro período são de novo as naturais da cidade que mais se abstêm de utilizar contraceptivos: 23,1 por cento face a 10,0 das migrantes.

De novo aqui se verifica, na passagem do segundo para o terceiro períodos, a amplitude que teve a utilização de métodos contraceptivos, sobretudo no caso das mulheres migrantes. Ora isto explica, para as que nasceram entre 1945-1960, o porquê de terem, a par de um maior número de abortos, um menor número médio de filhos do que as mulheres naturais da cidade. Definitivamente assumiram a contraceção fazendo dela, mais do que no passado, um poderoso instrumento de adaptação às condições de vida em meio urbano, certamente mais difíceis do que as das suas congéneres daí naturais.

Assim também aumenta ligeiramente, para as que referem ter usado, a quantidade de métodos ao longo dos três períodos, 1,10; 1,13; e 1,42, embora sem diferenças substantivas entre mulheres naturais da cidade e mulheres migrantes aí residentes.

Fig. 4 – Contraceptivos conhecidos e usados por mulher residente no Bonfim, por origem geográfica



É ainda de relevar que, para as mulheres naturais da cidade e para as mulheres migrantes, o conhecimento de contraceptivos aumenta gradativamente entre períodos sem grandes variações que as distingam. Não é, porém, nítido o paralelismo entre este aumento de conhecimento e a diversidade no aumento do número de contraceptivos utilizados.

4. DISCUSSÃO

Os dados apresentados reconduzem à questão de partida sobre a existência de comportamentos diferenciados entre mulheres naturais da cidade e mulheres migrantes aí residentes.

E devem ser discutidos considerando, nessa análise comparativa, os efeitos das origens geográficas e os efeitos das gerações para que se perceba se os comportamentos destes dois grupos de mulheres em relação às variáveis em observação decorrem das suas condições de pertença em relação ao espaço de residência ou se decorrem do tempo em que nasceram e, por isso, em que iniciaram a sexualidade, ou até decorrer das duas circunstâncias.

Como se percebeu são bastante visíveis as alterações de comportamentos e de práticas para a geração de mulheres que nasceram entre 1945-1960 face às gerações anteriores.

Quando analisados os comportamentos das mulheres para cada uma das variáveis pelas respectivas origens geográficas, considerando separadamente cada umas das

gerações de nascimentos, embora os valores médios possam diferir, não são visíveis quaisquer diferenças estatisticamente significativas ($p > 0,05$). É justamente o que se verifica pela utilização do Teste t para as variáveis *quantidade de métodos contraceptivos conhecidos*, *quantidade de métodos contraceptivos usados*, *quantidade de métodos abortivos conhecidos*, *quantidade de filhos*, *intervalo protogenésico*, *primeiro intervalo intergenésico*, *quantidade de abortos realizados*, *idade média ao primeiro casamento*, *idade média à primeira relação sexual*, *diferença entre as idades médias ao primeiro casamento e à primeira relação sexual*.

Com recursos ao teste R, Correlação Estatística, procura-se ainda perceber se, por comparação entre mulheres naturais da cidade e mulheres migrantes, as variáveis em observação se associam. Constata-se que existe uma associação positiva entre:

- O número médio de filhos por mulher e o número médio de abortos realizados, que é mais expressiva, nos dois primeiros períodos, para as mulheres migrantes do que para as mulheres naturais da cidade, respectivamente, para as que nasceram entre 1913-1928, de $R = 0,972$; $p = 0,000$ e de $R = 0,436$; $p = 0,008$, e para as que nasceram entre 1929-1944, de $R = 0,625$; $p = 0,000$ e de $R = 0,441$; $p = 0,002$. Mais do que autonomização destas mulheres migrantes, como referem ABADIN (1996) ou BONNE & KESSLER (1999), assistimos à compatibilização dos seus comportamentos com o modo de vida urbano em que se inserem.

Esta associação quebra-se, em ambas as circunstâncias, para as mulheres que nasceram entre 1945-1960.

- A idade média ao primeiro casamento e a idade média à primeira relação sexual sendo que, nos dois primeiros períodos, a primeira antecede a segunda independentemente da origem geográfica das mulheres (para as mulheres que nasceram entre 1913-1928, naturais da cidade, $R = 0,946$; $p = 0,000$ e para as mulheres migrantes $R = 0,925$; $p = 0,000$; para as mulheres que nasceram entre 1928-1944, naturais da cidade, $R = 0,496$; $p = 0,002$ e para as mulheres migrantes $R = 0,990$; $p = 0,000$). No último período, para as mulheres que nasceram entre 1945-1960, esta associação permanece no caso das que são naturais da cidade, $R = 0,654$; $p = 0,001$, e dissipa-se no caso das que são migrantes ($p > 0,05$).

*
* *

As diferenças são mais visíveis quando, mantendo a comparação por origens geográficas das mulheres, a análise se faz pelas gerações em observação, usando, para o efeito, a ANOVA.

Para as mulheres naturais da cidade casadas, essas diferenças estão presentes nas variáveis *conhecimento* e *uso* de contraceptivos:

- O número médio de métodos contraceptivos conhecidos aumenta entre períodos considerados: 1,42, 1,78 e 2,44. As diferenças de médias são estatisticamente significativas entre as mulheres que nasceram na geração de 1913-1928 e as mulheres que nasceram na geração de 1945-1960, 1,028 ($F = 4,107$; $p = 0,022$).
- O número médio de métodos contraceptivos usados aumenta entre períodos considerados: 0,42, 0,57 e 1,24. As diferenças de médias são estatisticamente significativas entre as mulheres que nasceram na geração de 1913-1928 e as mulheres que nasceram na geração de 1945-1960, 0,815, mas também entre as mulheres que nasceram na geração de 1929-1944 e as mulheres que nasceram na geração de 1945-1960, 0,667 ($F = 10,441$; $p = 0,000$).

Para as mulheres migrantes, essas diferenças estão presentes nas variáveis *uso* de contraceptivos e *quantidade de abortos realizados*:

- O número médio de métodos contraceptivos usados oscila entre períodos considerados: 0,45, 0,50 e 1,26. As diferenças de médias são estatisticamente significativas entre as mulheres que nasceram na geração de 1913-1928 e as mulheres que nasceram na geração de 1945-1960, 0,809, mas também entre as mulheres que nasceram na geração de 1929-1944 e as mulheres que nasceram na geração de 1945-1960, 0,763 ($F = 8,770$; $p = 0,000$).
- O número médio de abortos praticados diminuiu entre períodos considerados: 3,64, 1,10 e 0,74. As diferenças de médias são estatisticamente significativas entre as mulheres que nasceram na geração de 1913-1928 e as mulheres que nasceram na geração de 1945-1960, 2,900, mas também entre as primeiras e as que nasceram na geração de 1929-1944, 2,541 ($F = 3,434$; $p = 0,038$).

5. CONCLUSÕES

A contracepção e o aborto tendem a complementarem-se, na passagem dos períodos considerados, enquanto mecanismos intervenientes no processo de regulação da reprodução em meio urbano. A contracepção tende generaliza-se e o aborto a diminuir no alcance do número de mulheres que o praticam: recorreram à contracepção, entre períodos extremos, 38,5 por cento e 82,6 por cento das mulheres e ao aborto 53,8 por cento e 41,3 por cento das mulheres.

Percebe-se que não há uma relação de substituição absoluta do aborto pela contracepção embora as respectivas evoluções no tempo tenham ocorrido em sentidos opostos.

Para as mulheres em geral verificou-se a existência de uma associação positiva, nos dois primeiros períodos, entre o número médio de filhos e o número médio de abortos realizados e ainda, em abono do que se descreve, a idade média ao primeiro casamento e a idade média à primeira relação sexual com a primeira a anteceder a segunda nos dois primeiros períodos e a segunda a anteceder a primeira no último período. Sinal dos tempos com relação óbvia ao processo de generalização da contraceção.

– Os comportamentos, em relação à reprodução, à contraceção e ao aborto não se diferenciam de todo em função das origens geográficas das depoentes.

As diferenças dos valores médios para as variáveis em observação parecem não se distanciarem de forma estatisticamente significativa ($p > 0,05$) em função da origem geográfica das mulheres em cada um dos períodos: *quantidade de métodos contraceptivos conhecidos, quantidade de métodos contraceptivos usados, quantidade de métodos abortivos conhecidos, quantidade de filhos, intervalo protogenésico, primeiro intervalo intergenésico, quantidade de abortos realizados, idade média ao primeiro casamento, idade média à primeira relação sexual, diferença entre as idades médias ao primeiro casamento e à primeira relação sexual.*

Apesar da origem geográfica não constituir, de partida, uma variável diferenciadora destes comportamentos, é de notar que, para determinadas associações feitas em separado por origens geográficas, são os comportamentos das mulheres migrantes os que maior propensão apresentam para o relacionamento estreito entre reprodução, contraceção e aborto e, por outro lado, são também estas que mais os alteram entre períodos, particularmente na passagem do segundo para o terceiro. Assim se verifica para:

- A associação entre o número médio de filhos e o número médio de abortos, que nas mulheres migrantes é mais expressiva do que nas mulheres naturais da cidade nos dois primeiros períodos e esbate-se no último período.
- A associação entre a idade média ao primeiro casamento e a primeira relação sexual que, para as mulheres migrantes, se inverte na passagem do segundo período para o terceiro período, ou seja, passando agora a prevalecer a segunda ocorrência sobre a primeira.

Pode afirmar-se que a adaptação das mulheres migrantes ao meio urbano no que respeita às variáveis aqui consideradas é bem visível e que, por outro lado, foram elas, mais do que as naturais, as que rapidamente, numa análise por períodos, associaram contraceção e reprodução, para as que nasceram entre 1945-1960, face às demais, por contraponto entre a associação de aborto e de reprodução. Essa maior associação entre contraceção e reprodução parece corroborar a tese de que estas mulheres ajudam a sustentar um padrão de desenvolvimento económico e social

em meio urbano, permitindo, por isso, que as que daí são naturais tenham melhores condições para se reproduzirem. Em explicação hipotética junta-se a tese de que as mulheres migrantes, balançando entre dois espaços e duas famílias, a que constituem na cidade e a que permanece no espaço de origem, tendem bem mais a controlar a propensão reprodutiva face a maiores dificuldades e a menores apoios por comparação às mulheres naturais da cidade.

BIBLIOGRAFIA

- ABADIAN, Sousan (1996) – *Women's autonomy and its impact on fertility*. «World Development», vol. 24: n.º 12, p. 1793-1809.
- BONNE, James L. & KESSLER, Karen L. (1999) – *More Status or More Children? Social Status, Fertility Reduction, and Long-Term Fitness*. «Evolution and Human Behaviour», 20, p. 257-277.
- ELIAS, Norbert & SCOTSON, John (1994) – *The established and the outsiders*. London. 2ª ed. Sage Publications. (1ª ed. 1965).
- MAIA, Rui Leandro (2003) – *O sentido das diferenças. Migrantes e naturais: observação de percursos de vida no Bonfim*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- MICHEL, Andrée (1983) – *Sociologia da família e do casamento*. Porto: Rés-Editora.
- PESTANA, M. & GAGEIRO, J. (1998) – *Análise de dados para Ciências Sociais. A complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.

CICLOS DE VIDA,
INSTITUIÇÕES
E ESTRATÉGIAS FAMILIARES
DE SOBREVIVÊNCIA
(SÉCULOS XVI-XIX)

AMAS E FAMÍLIAS DE CRIAÇÃO DE ENJEITADOS. PORTO (1500-1580)

MARIA DE FÁTIMA MACHADO*

Ao longo do século XVI, a prática do abandono de crianças levou a câmara do Porto e, embora a título excepcional, também a Misericórdia da cidade a recrutar amas para criarem os enjeitados¹.

Utilizando como principais fontes os livros do *Cofre dos Bens do Concelho* que incluem as despesas efectuadas pela Câmara nos anos camarários de 1509/1510, 1520, 1522, 1538, 1544, 1555, 1561, 1568 e 1575 e os livros de despesas da Misericórdia do Porto dos anos de 1517/1518, 1536/1537, 1548/1549, 1554/1555, 1561/1562, 1562/1563 e 1574/1575 procuramos conhecer estas mulheres e as respectivas famílias, o modo como eram recrutadas, os locais onde residiam e os valores dos respectivos salários, comparando-os, sempre que possível, com os praticados em outras localidades.

A sobrevivência dos recém-nascidos abandonados, encontrados com vida, dependia da disponibilidade de amas-de-leite que os amamentassem até que fosse possível nutri-los por outros meios. Apesar de nem todas as crianças abandonadas serem recém-nascidas, a capacidade de amamentar era importante para uma mulher ser recrutada como ama, sendo remunerada pelos serviços prestados.

A actividade de ama-de-leite era comum. Havia amas que eram recrutadas por famílias, algumas das quais bastante abonadas, e outras que eram contratadas por hospitais, misericórdias e câmaras para criarem enjeitados, órfãos e algumas crianças nascidas em famílias muito pobres e que não lhes podiam proporcionar os cuidados mais básicos.

* Membro do CITCEM. Professora da EB2/3 de Caíde de Rei.

¹ Apresenta-se aqui uma síntese da informação sobre este tema incluída na nossa dissertação de doutoramento [MACHADO, Maria de Fátima – *Os órfãos e os enjeitados da cidade e do termo do Porto (1500-1580)*. Porto: FLUP, 2010, p. 110-116 e 156-198. Dissertação de doutoramento policopiada].

Os filhos destas amas podiam ter falecido antes de elas aceitarem o encargo de nutrir os filhos alheios, já terem sido desmamados, continuarem a ser amamentados em simultâneo ou, em situações em que o valor da remuneração compensasse, ser confiados a outras mulheres por um valor inferior ao auferido pelas mães.

A falta de pessoas que aceitassem criar os meninos abandonados a cargo do Hospital de Todos-os-Santos de Lisboa levou D. Manuel, em 1502, a conceder, durante um período de três anos, vários privilégios às amas e às respectivas famílias, isentando-as do pagamento de vários impostos e obrigações. Os seus maridos não podiam ser obrigados a servir cargos concelhios, nem ao pagamento de peitas, fintas, talhas, pedidos, serviços ou empréstimos lançados pelo concelho onde residissem e não podiam ser constrangidos a acompanhar presos ou dinheiros, a aceitar tutorias ou curadorias (com a excepção das tutorias legítimas) e a dar aposentadorias². No entanto, apesar dos privilégios, as dificuldades na contratação das amas persistiram³. Em 1518, cada ama recebia 1.500 reais por ano, cueiros e camisas e, durante o primeiro ano de vida da criança, mais 200 reais para mel e azeite, mas apesar disso o hospital não conseguia contratar todas as amas de que necessitava e nem os anúncios nas igrejas resolviam o problema⁴.

Em 1532, D. João III confirmou tais privilégios e aumentou a sua incidência de três para seis anos, por se verificar que muitas crianças adoeciam e morriam quando eram retiradas às amas que cuidaram delas durante o primeiro triénio de vida⁵. D. Sebastião também confirmou os privilégios concedidos pelos seus antecessores, com a excepção das isenções de contribuição para pontes, fontes, muros, calçadas e do exercício dos cargos de Juiz, Almotacé, Vereadores e Procurador do concelho.

As amas remuneradas pelo Hospital de Santarém também usufruíram de privilégios semelhantes, como o comprova uma carta de D. João III, datada de Fevereiro de 1534⁶. Nesta data, o monarca confirmou às amas de Santarém os privilégios antes concedidos às de Lisboa, mas já com algumas das restrições que viriam a ser efectuadas

² *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. A Fundação das Misericórdias: o Reinado de D. Manuel I*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002, vol. 3, p. 258-259.

³ ABREU, Laurinda – *As crianças abandonadas no contexto da institucionalização das práticas de caridade e assistência, em Portugal, no século XVI*. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo; FERREIRA, Fátima Moura (orgs.) – *A Infância no Universo Assistencial da Península Ibérica (sécs. XVI-XIX)*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008, p. 42.

⁴ IAN/TT., *Corpo Cronológico*, Parte I, mc. 23, n.º 128.

⁵ *Inventário da Criação de Expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1998, estampas 2c, 2d e 2e.

⁶ REIS, Maria de Fátima – *Os Expostos em Santarém. A Acção Social da Misericórdia (1691-1710)*. Lisboa: Edição Cosmos, 2001, p. 114.

por D. Sebastião, por entretanto uma ordenação régia ter estabelecido que ninguém podia ser escuso dos cargos de Juiz, Almotacé, Vereador e Procurador do concelho⁷.

No século XVI, os privilégios concedidos às amas traduziram-se, sobretudo, em isenções concelhias, enquanto na centúria de Seiscentos incidiram mais em privilégios de ordem militar⁸.

Durante o período cronológico deste trabalho, não encontramos nas actas das vereações do Porto nenhum registo de privilégios concedidos a amas de enjeitados nem qualquer outra referência a benefícios de que estas usufruísem, além do valor da sua remuneração.

No Porto, cabia ao Solicitador dos Enjeitados a responsabilidade de recrutar as amas necessárias para criar os meninos abandonados, o que não invalida que em alguns casos a iniciativa fosse da própria ama que oferecia os seus serviços. O Solicitador dos Enjeitados tinha que tentar estabelecer um certo equilíbrio entre o número de amas e a quantidade de crianças abandonadas, o que se revelava uma tarefa especialmente complicada em momentos de crise, quando eram abandonadas mais crianças. Em Junho de 1575, António Mendes recebeu uma gratificação de 1.000 reais (o correspondente a 25% do seu salário anual) pelo muito trabalho que teve, nesse ano, por haver muitos enjeitados e ser necessário procurar muitas amas para os criarem⁹.

A Câmara de Braga não dispunha de qualquer funcionário com funções semelhantes e, normalmente, os quadrilheiros responsáveis pela área onde a criança fora abandonada eram incumbidos de recrutar a ama para assegurar a sua criação¹⁰. Em 1567, os oficiais concelhios decidiram que, a partir de então, a responsabilidade de recrutar as amas para assegurar a criação de enjeitados seria confiada alternadamente às freguesias, começando pela mais próxima da cidade. A criação era paga pela Câmara, mas cada freguesia tinha apenas oito dias, a partir do dia da notificação, para encontrar uma ama e se o prazo fosse ultrapassado a criação seria feita à sua custa¹¹. Com esta medida a Câmara bracarense pretendia resolver a questão da falta de amas e, simultaneamente, fomentar a vigilância popular com o objectivo de diminuir a

⁷ Esta carta, confirmada por D. Filipe em 1598, está transcrita em RODRIGUES, Martinho Vicente – *A Santa Casa da Misericórdia de Santarém – Cinco Séculos de História*. [S.l.]: Santa Casa da Misericórdia de Santarém, 2004, p. 277-278.

⁸ Veja-se SÁ, Isabel dos Guimarães – *A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII*. [S.l.]: Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995, p. 93-94.

⁹ Arquivo Histórico Municipal do Porto (doravante: AHMP), *Cofre dos Bens do Concelho*, Lv. 4, fls. 297, 313 e 329.

¹⁰ *Bracara Augusta*, vol. XXX, tomo II, n.º 70 (82), ano de 1976, p. 709 e 760.

¹¹ *Bracara Augusta*, vol. XXXIII, n.º 75-76 (87-88), ano de 1979, p. 543-544.

prática do abandono, mas sem aumentar os gastos com a contratação de funcionários para recrutar as amas e investigar a proveniência dos enjeitados.

Acolher no seio da família uma criança enjeitada, mesmo quando esta necessitava de ser amamentada, muitas vezes não era uma decisão feminina¹². Os começos de criação e os pagamentos das remunerações, com alguma frequência, eram feitos ao marido da ama ou a outros familiares, sempre do sexo masculino, como aconteceu aquando do pagamento de 200 reais, em Dezembro de 1520, a João Afonso de «Carapitos», morador no julgado de Aguiar de Sousa, pela criação que Catarina de Aguiar, sua sogra, iria fazer de um menino chamado Luís¹³.

Na totalidade, mais de 40% dos pagamentos foram feitos a indivíduos do sexo masculino, reflectindo uma sociedade bastante masculinizada e a autoridade do *pater familias*¹⁴. Os pagamentos efectuados a homens eram mais frequentes quando as amas residiam no termo, o que está relacionado com a deslocação que a arrecadação dos honorários exigia e com uma maior autonomia e familiaridade com os procedimentos por parte das amas da cidade.

Na década de Vinte, para arrecadar os pagamentos relativos à criação de enjeitados abandonados na cidade, as amas ou os respectivos maridos necessitavam de mandados de pagamento assinados pelos Vereadores, mas o processo tornou-se mais complexo na década seguinte, em consequência de o Porto passar a dispor de um Juiz de Fora dos Órfãos. Passou a ser exigida uma certidão do magistrado e, nas costas desta, um mandado de pagamento devidamente assinado pelos Vereadores para que o Tesoureiro municipal pudesse liquidar os montantes em dívida. No ano de 1539, os oficiais concelhios, o Juiz de Fora dos Órfãos e o Corregedor (que acumulava as funções de Provedor e Juiz dos Resíduos) acordaram que, para agilizar os pagamentos às amas, os mandados só necessitavam de ser assinados por um Vereador¹⁵. Em 1545,

¹² Christiane Klapisch-Zuber refere que em Florença, nos séculos XIV, XV e nas primeiras décadas do XVI, os filhos dos mercadores eram, com frequência, entregues a amas-de-leite. A autora considera que o aleitamento era um negócio de homens, sendo a escolha da ama feita pelo pai da criança e o contrato negociado com o marido dela. Era também ao marido da ama que a criança era confiada, quando ela era criada fora da residência dos pais. Muitos dos contratos eram efectuados apenas pelos homens, as amas estavam presentes em alguns, mas as mães só muito excepcionalmente participavam (KLAPISCH-ZUBER, Christiane – *La maison et le nom. Stratégies et rituels dans l'Italie de la Renaissance*. Paris: Editions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1990, p. 265-274).

¹³ AHMP, *Cofre dos Bens do Concelho*, Lv. 3, fl. 90v.

¹⁴ Nas décadas seguintes, os maridos das amas continuaram a ser uma presença frequente e a ter um papel decisivo. Francisco Ribeiro da Silva chama a atenção para o facto de, muitas vezes, a pessoa referida como responsável pela criação ser o homem ou então surgir o casal, em conjunto, a assumir a obrigação de cuidar da criança (SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu termo (1580-1640). Os Homens, as instituições e o Poder*. Porto: Arquivo Histórico/ Câmara Municipal do Porto, 1988, vol. II, p. 795).

¹⁵ Veja-se MACHADO, Maria de Fátima Pereira – *Os enjeitados no Porto na primeira metade do século XVI*. In *Actas do 2º Congresso histórico de Guimarães*. [S.n.]: Câmara Municipal de Guimarães / Univer-

por ordem do então Provedor da Comarca, o Dr. Bartolomeu Álvares de Varejão, passaram a ser assinados por dois Vereadores e nos anos de 1568 e de 1575 todos reuniam três ou quatro assinaturas¹⁶.

As certidões emitidas pelo Juiz dos Órfãos deviam funcionar como uma prova de vida das crianças, evitando que algumas amas continuassem a ser remuneradas pela criação de enjeitados entretanto falecidos. As amas pagas pela Misericórdia levavam a criança para o Provedor e os irmãos se certificarem de que ela estava a ser bem criada. Dado o elevado número de amas remuneradas pela Câmara e atendendo ao facto de muitas residirem no termo ou mesmo em localidades fora do termo, uma exigência semelhante criaria dificuldades suplementares tanto para a instituição como para as amas e implicaria riscos acrescidos para a vida das crianças mais pequenas¹⁷. As funções da Câmara restringem-se cada vez mais ao financiamento das criações, ficando os mecanismos de controlo e fiscalização a cargo do Juízo dos Órfãos.

Mesmo depois de cumpridas todas estas burocracias, os pagamentos das criações às amas nem sempre eram efectuados atempadamente por falta de liquidez nos cofres concelhios ou por indisponibilidade dos Tesoureiros que os deviam efectuar¹⁸.

Por vezes não havia amas disponíveis para acolher todos os enjeitados, situação que não deve ser alheia ao baixo valor pago por cada ano de criação. Algumas crianças eram entregues a amas temporárias ou permaneciam em casa do Solicitador

cidade do Minho, 1996, vol. VII, p. 358-359.

¹⁶ AHMP, *Cofre dos Bens do Concelho*, Lv. 3, fl. 78v e AHMP, *Cofre dos Bens do Concelho*, Lv. 5, fls. 1-74 e 280-344.

¹⁷ Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto (doravante: AHSCMP), *Lembranças das Deliberações da Mesa da Misericórdia*, Série D, Banco 8, Lv. 1, fls. 48v-49.

No século XVIII, as certidões passadas pelos párocos das freguesias das amas permitiam à administração da Casa da Roda do Porto manter-se ao corrente da qualidade dos cuidados prestados pelas amas de fora aos expostos a seu cargo, embora esta não abdicasse de observar as crianças quando existisse alguma suspeita de maus tratos ou negligência (MOREIRA, Ana Dorinda Soares Martins & ALVES, Patrícia Alexandra Lopes – *Zelar, Vigiar, Governar: os mecanismos de controlo e fiscalização na Casa da Roda do Porto, no século XVIII*. In *A Solidariedade nos Séculos: A Confraternidade e as Obras. Actas do I Congresso da Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto / Alêtheia Editores, 2009, p. 191-197 e SÁ, Isabel dos Guimarães – *A circulação de crianças na Europa do Sul...*, p. 133).

Gómez Martínez refere que na «Casa Cuna» de Andújar (Jaén), no século XVII, os responsáveis pela instituição exigiam que as amas, quando iam cobrar os seus salários, apresentassem o exposto para se poder comprovar se estava bem nutrido e limpo. Segundo o referido autor, esta exigência visava também evitar fraudes efectuadas pelas amas, como a substituição da criança exposta por um filho para continuarem a ser pagas [GÓMEZ MARTINEZ – Enrique, *Los marginados en alto Guadalquivir. Expositos en Andújar (Jaén) 1677-1700*. In *Enfance Abandonnée et Société en Europe. XIV^e-XX^e siècle. Actes du Colloque*. Rome: École Française de Rome, 1991, p. 644].

¹⁸ AHMP, *Vereações*, Lv. 18, fls. 55v-56. Um acórdão da Câmara de Braga refere que as amas que criavam enjeitados só deveriam ir à Câmara às quartas-feiras porque aos sábados os oficiais concelhios estavam muito ocupados [*Bracara Augusta*, vol. XXXII, n.º 73-74 (85-86), ano de 1978, p. 426].

dos Enjeitados até este lhes encontrar uma ama permanente, sendo-lhes pagos os dias de leite ou o tempo de criação correspondente. Algumas das amas temporárias assumiram a criação permanente dos enjeitados que lhes foram confiados¹⁹.

O recurso a amas-de-leite era uma prática muito comum, mesmo nas classes populares, onde muitas vezes de forma temporária, as crianças pequenas eram confiadas pelas mães ou outros familiares a mulheres que as pudessem amamentar, graciosamente ou a troco de remuneração. Normalmente estes casos estavam relacionados com a impossibilidade de a progenitora amamentar, o que podia acontecer por motivo de doença, falta ou insuficiência de leite, ausência, encarceramento ou morte. Embora a generalidade das misericórdias se esquivasse a remunerar as amas para os enjeitados, atribuindo essa responsabilidade aos concelhos, eram sensíveis a situações do tipo das acima descritas. Durante o período em estudo a Misericórdia do Porto remunerou várias amas a quem confiou, de forma temporária ou permanente, a criação de meninos órfãos, crianças que tinham as mães doentes ou presas e, também, alguns enjeitados.

O salário das amas de enjeitados variava de terra para terra e de instituição para instituição. No mesmo concelho ou região havia diferenças consideráveis, constatando-se que as misericórdias e os hospitais, normalmente, pagavam vencimentos mais elevados do que as câmaras.

Como já referimos, em Lisboa, no ano de 1518, as amas recrutadas pelo Hospital de Todos-os-Santos recebiam 1.500 reais por ano, cueiros e camisas e, durante o primeiro ano de vida das crianças, mais 200 reais para mel e azeite²⁰. Até aos meados da década de Sessenta do mesmo século, as Câmaras do Porto e de Coimbra pagaram às amas valores inferiores aos que auferiam as do Hospital de Todos-os-Santos, no ano de 1518, com a agravante de as do Porto não receberem nem cueiros nem camisas.

No ano de 1566, as amas de Coimbra exigiram um aumento salarial, pretensão que acabou por ser acolhida pela Câmara²¹. No ano de 1568, elas já recebiam 2.500 reais por ano, um valor bastante inferior aos 3.300 reais pagos pelo Hospital de Arraiolos, mas muito superior aos 1.400 reais que recebiam as amas recrutadas pela Câmara do Porto no mesmo ano²².

¹⁹ AHMP, *Cofre dos Bens do Concelho*, Lv. 5, fl. 294.

²⁰ IAN/TT, *Corpo cronológico*, Parte I, maço 23, n.º 128.

²¹ BRITO, A. da Rocha – *Finanças quinhentistas do município coimbrão*. Sep. do «Arquivo Coimbrão», vol. VII. Coimbra, 1943, p. 27-29 e Oliveira, António de – *A Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 a 1640*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1971, vol. I, p. 228.

²² Arquivo da Misericórdia de Arraiolos (doravante: AMA), *Receita e despesa 1552-1553*, Lv. B-15, fls. 6-10v e AMA, *Receita e despesa 1552-1553*, Lv. B-16, fls.13-16.

Em 1566, uma ama remunerada pela Misericórdia do Porto recebeu 1.500 reais por um ano de criação. Embora superior ao valor pago pela Câmara da mesma cidade, esta remuneração é muito inferior à das amas recrutadas pelo Hospital de Arraiolos na mesma data e aos 3.000 reais pagos pela Misericórdia de Benavente no ano de 1573²³.

Quadro 1 – Valor pago às amas por cada ano de criação, em reais

Instituição	1566	1568	1573	1575
Câmara do Porto		1.400		1.600 1.800
Misericórdia do Porto	1.500			
Câmara de Coimbra	1.200	2.500		
Misericórdia de Benavente			3.000	
Hospital de Arraiolos	3.300	3.300		

Fonte: Arquivo da Misericórdia de Arraiolos, *Receita e despesa 1552-1553*, Lv. B-16; AHSCMP, *Livro das Lembranças das Deliberações da Mesa da Misericórdia*, Série D, Banco 8, Lv. 1; AHMP, *Cofre dos Bens do Concelho*, Lv. 5²⁴.

Entre as amas remuneradas pela Câmara do Porto não se detectam diferenças salariais em função da idade das crianças, ao contrário do que acontecia em Ceuta, onde as amas de enjeitados até aos dezoito meses eram melhor remuneradas. No Porto não se registam grandes diferenças salariais e as que são perceptíveis parecem resultar do facto de as actualizações salariais nem sempre se efectuarem em simultâneo para todas as amas.

As fontes consultadas para a realização deste trabalho são muito pobres em informações sobre as amas e os respectivos agregados familiares. As idades das amas nunca são mencionadas, mas algumas já não eram muito jovens, como o indicia o facto de já terem filhos casados. Possivelmente a Câmara nem sempre conseguia recrutar amas jovens em número suficiente, por o seu leite ser mais valorizado e elas preferirem exercer essa actividade ao serviço de particulares ou da Misericórdia por serem melhor remuneradas, pagas atempadamente e despendarem menos tempo na arrecadação dos seus salários.

²³ AHSCMP, *Livro das Lembranças das Deliberações da Mesa da Misericórdia*, Série D, Banco 8, Lv. 1, fl. 49 e *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Crescimento e Consolidação: de D. João III a 1580*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2005, vol. 4, p. 466-467.

²⁴ Além destas fontes manuscritas, foram retiradas informações de fontes publicadas em: *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. A Fundação das Misericórdias: o Reinado de D. Manuel I*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002, vol. 3, p. 466-467 e BRITO, A. da Rocha – O. c., p. 27-29.

O estado civil das amas nem sempre é referido. A maioria era casada, o que é comprovado pelo facto de, com alguma frequência, os pagamentos serem efectuados aos maridos, mas também havia amas solteiras e viúvas. A preferência pelas casadas justificava-se por questões morais e por se acreditar que o leite das mulheres casadas era de melhor qualidade²⁵.

As fontes também não são muito esclarecedoras quanto à situação económica dos agregados familiares das amas, porém a criação de enjeitados era um trabalho mal pago e implicava alguns gastos suplementares, uma vez que a Câmara do Porto não fornecia vestuário, alimentos ou mezinhas, pelo que, a curto prazo, só era uma actividade com algum interesse para os menos abastados. Manuel Cámara del Rio revela que as amas contratadas pela Misericórdia de Ceuta, nos séculos XVII e XVIII, eram mulheres de trabalhadores da cidade e de militares de baixa graduação ou sem graduação, pertencendo a um estrato sociocultural baixo e Isabel Sá refere que, no século XVIII, os maridos das amas internas contratadas pela casa da Roda do Porto tinham profissões típicas das classes média ou baixa urbanas, principalmente artesãos, enquanto os maridos das amas definitivas, recrutadas preferencialmente nas áreas rurais, eram na sua maioria trabalhadores agrícolas ou artesãos²⁶.

Poucas vezes são referidas as profissões dos maridos das amas, mas a que se repete mais vezes é a de lavrador²⁷. Se o local de residência era o termo, faz algum sentido que muitos exercessem uma actividade económica directamente ligada à agricultura. Por outro lado, para os lavradores a alimentação de uma criança não traria tantos gastos suplementares e ela podia começar a colaborar nos trabalhos agrícolas ainda antes de a sua criação ser dada por concluída.

Além da remuneração, havia outros motivos para uma família aceitar acolher e criar enjeitados como a intenção de, posteriormente, explorar a sua força de trabalho; a necessidade de compensar a falta de herdeiros, o desejo de substituir um filho recentemente falecido, a vontade de beneficiar de privilégios ou mesmo uma possível relação de parentesco com a criança em questão. Em diversos locais e cronologias foram referenciados vários casos de mães que abandonavam os filhos e se ofereciam para amas deles, conseguindo assim um apoio financeiro para a sua criação²⁸.

²⁵ SÁ, Isabel dos Guimarães – *A Circulação de Crianças na Europa do Sul...*, p. 145.

²⁶ CÁMARA DEL RIO, Manuel – *Beneficencia y asistencia social: La Santa y Real Hermandad Hospital y Casa de Misericórdia de Ceuta*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceuties, 1996, p. 252-253 e SÁ, Isabel dos Guimarães – *A circulação de crianças na Europa do Sul...*, p. 145-146 e 282-284.

²⁷ AHMP, *Cofre dos Bens do Concelho*, Lv. 3, fl. 87v; AHMP, *Cofre dos Bens do Concelho*, Lv. 5, fls. 294v, 298v-299 e AHMP, *Vereações*, Lv. 14, fl. 295.

²⁸ Veja-se, entre outros, CHACÓN JIMÉNEZ, Francisco; ELGARRISTA DOMEQUE, Rosa; FRESNEDA COLLADO, Rafael – *Mercenarismo. ¿Mito o Realidad? Análisis del comportamiento de las amas de cria*

Ainda que escassas, há indicações que sugerem a pobreza de várias famílias de criação, algumas delas monoparentais. Duas das amas remuneradas pela Câmara do Porto, no ano de 1575, eram cabaneiras e outra era solteira e vivia em casa de uma viúva, na Rua Chã²⁹.

Algumas das crianças confiadas a amas de criação acabavam por ser devolvidas ao Solicitador dos Enjeitados ou eram transferidas directamente de uma ama para outra, com ou sem a intermediação das autoridades responsáveis. Os motivos para a devolução de uma criança raramente são referidos; encontrámos apenas a referência a um ferreiro, morador em Grijó, que não quis continuar a criar um menino que lhe fora confiado e uma enjeitada que regressou à responsabilidade do Solicitador dos Enjeitados porque a sua ama falecera³⁰. Na bibliografia os motivos mais frequentemente apontados para a devolução ou remoção de um enjeitado entregue a uma ama definitiva são: a falta de leite da ama, muitas vezes relacionada com uma nova gravidez ou com uma doença, e os maus tratos infligidos à criança, a sua deficiente nutrição e a falta de outros cuidados básicos³¹.

Na documentação de Arraiolos, os motivos apontados para a substituição das amas são uma nova gravidez, a doença e a mudança de residência³².

A ideia de uma criança poder ser «trespassada» é sugerida pelo facto de, em alguns casos, se pagar a uma ama pela criação de um enjeitado que havia sido dado a criar a outra, como aconteceu com o pagamento efectuado no dia 5 de Outubro de 1575 a Mécia Dias, mulher de Francisco Gonçalves, moradora à Porta do Olival, pela criação que fazia de Gregório enjeitado que estava dado a criar a Maria de Mendanha. Em meados de Março desse ano havia sido feito o primeiro pagamento, no mesmo valor, a Maria, filha de Diogo de Mendanha, solteira, também moradora junto à Porta do Olival pela criação de Gregório, enjeitado em Minheirós³³. As duas

en el reino de Múrcia (siglos XVII-XVIII). In *Enfance Abandonnée et Société en Europe. XIV^e-XX^e siècle. Actes du Colloque*. Rome: École Française de Rome, 1991, p. 423, 427; DA MOLIN, Giovanna, *Modalità dell'Abbandono e caratteristiche degli esposti a Napoli nel seicento* in *Enfance Abandonnée et Société en Europe. XIV^e-XX^e siècle. Actes du Colloque*. Rome: École Française de Rome, 1991, p. 486-487; ABREU, Laurinda Faria dos Santos – *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: Aspectos de Socialidade e Poder*. Setúbal: Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990, p. 82 e ABREU, Laurinda – *Un destin exceptionnel: les enfants abandonnés au travail (Évora, 1650-1837)*. «Annales de Démographie Historique», n.º 2, 2005, p. 173.

²⁹ AHMP, *Cofre dos Bens do Concelho*, Lv. 5, fls. 291v-292v.

³⁰ AHMP, *Cofre dos Bens do Concelho*, Lv. 5, fls. 320v-321.

³¹ CÁMARA DEL RIO, Manuel – O. c., p. 247-248 e SÁ, Isabel dos Guimarães – *A circulação de crianças na Europa do Sul...*, p. 133.

³² AMA, *Receita e despesa 1552-1553*, Lv. B-5, fls. 11v, 13; AMA, *Receita e despesa 1554-1555*, Lv. B-7, fl.13; AMA, *Receita e despesa 1561-1562*, Lv. B-13, fl.9; AMA, *Receita e despesa 1554-1555*, Lv. B-7, fl.17 e AMA, *Receita e despesa 1566-1567*, Lv. B-15, fl.7v.

³³ AHMP, *Cofre dos Bens do Concelho*, Lv. 5, fls. 294, 326v-327.

amas em questão eram vizinhas e a transferência da criança de uma para a outra deve ter sido efectuada através de um acordo informal entre ambas, por motivos não explicitados, continuando o Escrivão a registar que Gregório havia sido dado a criar à primeira. Isabel Sá refere que era uma situação comum as crianças circularem na área de vizinhança da ama para serem amamentadas³⁴.

No caso de Domingas, uma criança abandonada em S. Cosme, Gondomar, as entidades responsáveis parecem estar melhor informadas sobre os contornos da sua transferência de uma ama para outra, embora as razões que a motivaram não sejam indicadas. Primeiro a menina esteve aos cuidados de Maria Nunes, uma ama que residia junto à Porta de Cimo de Vila, e a quem foram pagos, em Julho de 1575, 1.000 reais pela sua criação. No mesmo registo de pagamento é referida ainda a entrega de 200 reais a uma outra ama, Comba Martins e, no final do mês de Setembro, esta última recebeu mais 800 reais pela criação de Domingas, não sendo feita qualquer referência a Maria Nunes³⁵. Rocha Brito refere um caso semelhante em Coimbra, no ano de 1568, em que foram pagos 372 reais a «Maria de Almeida, filha de Simão que mora a Sé, pela criação do enjeitado António, achado à porta da Sé e se trespassou para Domingas Henriques do Vale do Gueiro, da freguesia de S. Miguel de Poiares»³⁶.

Normalmente cada ama recebia uma criança, embora algumas tenham sido remuneradas pela criação simultânea de várias. No ano de 1561, Margarida Eanes foi remunerada por criar um enjeitado e uma enjeitada, recebendo 1.300 reais (650 reais por cada) e Catarina André e João Dias receberam 1.380 reais pela criação de enjeitados³⁷.

Em 1558 e em 1561 foram feitos pagamentos pela criação do mesmo enjeitado a mais do que uma ama. Não é claro se a criança beneficiou dos cuidados dessas amas em períodos distintos, como comprovadamente aconteceu com outros enjeitados no ano de 1575, ou se houve uma espécie de parceria em que se partilhavam os cuidados que a criança implicava e se dividiam os rendimentos. No registo das despesas de 1558 referem-se três mandados que justificam o pagamento de 1.040 reais pela criação de Iria a Catarina Martins e a Susana Francisca; 850 reais pela criação de uma menina chamada Maria a Maria Jorge e a Isabel Pires e 3.000 reais pela criação de Salvador a Francisco Pires e a Gonçalo Afonso, sem qualquer alusão a uma possível mudança de ama³⁸. No ano de 1561, o escrivão registou o pagamento de 550 reais de leite para um enjeitado a Isabel Pires e a Catarina André³⁹. A criança pode ter sido

³⁴ SÁ, Isabel dos Guimarães – *A circulação de crianças na Europa do Sul...*, p. 134.

³⁵ AHMP, *Cofre dos Bens do Concelho*, Lv. 5, fls. 315v, 323.

³⁶ BRITO, A. da Rocha – *O. c.*, p. 29.

³⁷ AHMP, *Cofre dos Bens do Concelho*, Lv. 4, fls. 195-195v, 262v, 267v.

³⁸ AHMP, *Cofre dos Bens do Concelho*, Lv. 4, fls. 194-195v.

³⁹ AHMP, *Cofre dos Bens do Concelho*, Lv. 4, fl. 262v.

amamentada por uma e posteriormente por outra, embora não sejam discriminados os valores para cada uma, ou ter sido amamentada por ambas durante o período de tempo em questão. Como já referimos, uma criança ser amamentada por várias mulheres ou uma mulher dar de mamar a várias crianças eram situações comuns.

Algumas amas foram remuneradas em diferentes anos por terem a seu cargo o mesmo enjeitado, havendo várias que concluíram com sucesso os sete anos de criação⁴⁰.

Nada se refere sobre os destinos das crianças após os sete anos de idade, embora nos pareça que, pelo menos em alguns casos, dada a sua integração, elas continuariam com a família de criação.

Outras amas eram remuneradas em diferentes anos pela criação de enjeitados distintos o que sugere que exerceram essa função durante um período de tempo considerável, substituindo as crianças mortas ou já criadas por outras⁴¹.

O Solicitador dos Enjeitados, embora na maior parte dos casos o faça de forma temporária, é a pessoa que é remunerada pela criação de mais enjeitados, mas essa circunstância resulta das funções que exerce. Em 1544, Baltazar Ferreira foi remunerado pela criação de Eufémia e de Maria de Deus; em 1568, António Eanes, recebeu

⁴⁰ Margarida Gonçalves, moradora em Paço de Sousa, recebeu 500 reais em 1520 e 400 reais em 1522 pela criação de um menino chamado João. Salvador Afonso e Margarida Martins, moradores em Gemunde, receberam 400 reais em 1520 e 700 em 1522 pela criação de Catarina (AHMP, *Cofre dos Bens do Concelho*, Lv. 3, fls.78, 80, 165v e 166v).

Sebastião Fernandes, morador em Vilar, freguesia de Cedofeita, recebeu 500 reais em Setembro de 1568 pela criação de uma menina chamada Maria e, em 1575, foram-lhe efectuados mais dois pagamentos de 800 reais cada pela criação da mesma enjeitada, que havia sido abandonada em S. Pedro de Miragaia. O primeiro destes pagamentos efectuou-se em Março e o último em Outubro, registando o escrivão que a criação de Maria estava concluída.

A ama Ana Gonçalves, filha de Catarina Eanes e moradora em Monte Córdova, no julgado de Refojos, no dia 7 de Fevereiro de 1568, recebeu 700 reais para criar uma menina chamada Maria, que havia sido abandonada no Mosteiro de Cedofeita. No mesmo registo de pagamento consta ainda a entrega de 120 reais ao Solicitador dos Enjeitados relativos a seis dias de leite fornecidos à criança. Sete anos depois, no dia 10 de Fevereiro de 1575, o Tesoureiro efectuou o último pagamento a Ana Gonçalves pela criação de Maria, entregando-lhe a quantia de 800 reais e o Escrivão registou a conclusão dos sete anos de criação (AHMP, *Cofre dos Bens do Concelho*, Lv. 5, fls.12v-13, 48v, 49, 283v, 290v, 331v, 333v).

⁴¹ Em 1575 (em Abril e Setembro), foram feitos dois pagamentos de 800 reais cada a Jorge Pires, lavrador, morador em S. João de Canelas, pela criação de Maria, uma menina enjeitada em Santo Elói, que no ano de 1574 já estava aos seus cuidados. No mesmo ano, Jorge Pires recebeu mais 1.000 reais para criar Catarina, que havia sido enjeitada em S. Miguel do Anjo e pela qual, no mesmo dia, foram pagos oito dias de leite ao Solicitador dos Enjeitados. Tratando-se do mesmo Jorge Pires, como parece ser o caso, uma vez que a freguesia de residência é a mesma, estamos perante um caso em que uma criança recém-nascida é entregue a uma família que já estava a criar outra criança há algum tempo, pelo que a criança mais velha já devia ter sido desmamada. Como o primeiro pagamento relativo à criação de Catarina é feito em Abril (tal como o de Maria) e, em Setembro, quando se efectua o pagamento da segunda prestação anual pela criação de Maria não é pago qualquer valor pela criação de Catarina, supomos que ela não deve ter sobrevivido (AHMP, *Cofre dos Bens do Concelho*, Lv. 5, fls. 298v-299, 300v e 323v).

360 reais relativos a dias de leite fornecidos a Beatriz, Maria, Francisco e Maria de Deus e, em 1575, António Mendes foi remunerado pela criação ou por dias de leite fornecidos a Maria, Catarina, João, Guiomar, Domingas, António, Gracia, Maria, Ana, António, Inês e uma outra criança que havia sido abandonada no Cruzeiro de S. Domingos⁴².

Entre as amas contratadas para criar os enjeitados a cargo do Hospital de Arraiolos há várias que receberam mais do que um enjeitado e, na maior parte dos casos, as informações sobre as crianças e as amas permitem excluir a possibilidade de serem homónimas⁴³.

Quando os progenitores se arrependiam ou as circunstâncias que motivaram o abandono se alteravam, a criança podia ser recuperada pela família biológica, sendo de imediato retirada à família de criação⁴⁴. Para esta cronologia, não encontramos para a cidade ou termo do Porto nenhum exemplo, mas em Coimbra, no ano de 1568, a Câmara pagou 200 reais a Constança Rodrigues por criar durante um mês um enjeitado chamado Pedro, aparecendo depois a mãe que o levou⁴⁵. Em Arraiolos é exemplar o caso de uma menina chamada Catarina, enjeitada em Maio de 1548, que foi criada por Francisco Rodrigues Viseu. No dia 26 de Setembro de 1553, quando Catarina tinha cerca de cinco anos, foi entregue a Manuel da Silveira, morador em Montemor-o-Novo, que disse ao Provedor que a pretendia criar como filha «per all-guns justos respetos que asy movyam». Nesta data estimou-se que o Hospital tinha gasto com a sua criação 12.000 reais e Manuel da Silveira prometeu reembolsá-lo, nos dois anos seguintes, de 5.000 reais, apresentando como seu fiador João da Demanda, morador em Arraiolos⁴⁶.

Voltando ao Porto, nos anos de 1520, 1522 e 1538 o número de amas coincide com o número de crianças, ou seja, a Câmara remunerou apenas uma ama pela criação de cada criança e nenhuma ama acumulou a criação de mais do que um enjeitado. Nos restantes anos a situação altera-se, há amas remuneradas pela criação de vários enjeitados e crianças que mudam de ama, mas o número total de amas nunca difere muito do número de enjeitados.

⁴² AHMP, *Cofre dos Bens do Concelho*, Lv. 4, fls. 66, 76 e AHMP, *Cofre dos Bens do Concelho*, Lv. 5, fls. 7, 12v-13, 20, 49, 287v, 291, 298v, 300v, 302v, 303v, 310, 320v- 321 e 324.

⁴³ AMA, *Livro dos Enjeitados*, Lv. B-3, fls. 39-40 e AMA, *Receita e despesa 1552-1553*, Lv. B-5, fls. 7v, 10 e AMA, *Receita e despesa 1553-1554*, Lv. B-6, fls. 6, 8v.

⁴⁴ Veja-se SÁ, Isabel dos Guimarães – *A circulação de crianças na Europa Meridional do século XVIII: o exemplo da «Casa da Roda» do Porto*. In «Boletín de la Asociación de Demografía Histórica», X: 3, 1992, p. 121.

⁴⁵ BRITO, A. da Rocha – *O. c.*, p. 28.

⁴⁶ AMA, *Livro dos Enjeitados*, Lv. B-3, fls. 34-35 e AMA, *Receita e despesa 1552-1553*, Lv. B-5, fl. 9 e AMA, *Receita e despesa 1553-1554*, Lv. B-6, fl. 7v.

Nos anos de 1544, 1555, 1558 e 1561 o local onde as amas residem raramente é referido, pelo que não é possível distribuí-las geograficamente pelo espaço. Nos anos de 1520, 1522 e 1568 foram recrutadas preferencialmente amas residentes no termo, mas ano de 1575 a situação alterou-se, constatando-se que a maior parte das amas desse ano residia na cidade⁴⁷.

A representação cartográfica dos locais de residência das famílias de criação nos anos de 1568 e 1575 é elucidativa quanto ao aumento de famílias remuneradas pela Câmara portuense pela criação de enjeitados. No ano de 1568 (Mapa 1) a maior parte das famílias que acolhia crianças enjeitadas na cidade residia no termo, mas em 1575 (Mapa 2) a situação altera-se, predominando as famílias de criação residentes na cidade e, simultaneamente, a área geográfica considerada expande-se para sul.

Mapa 1 – Famílias de criação: locais de acolhimento de crianças abandonadas no Porto (1568)

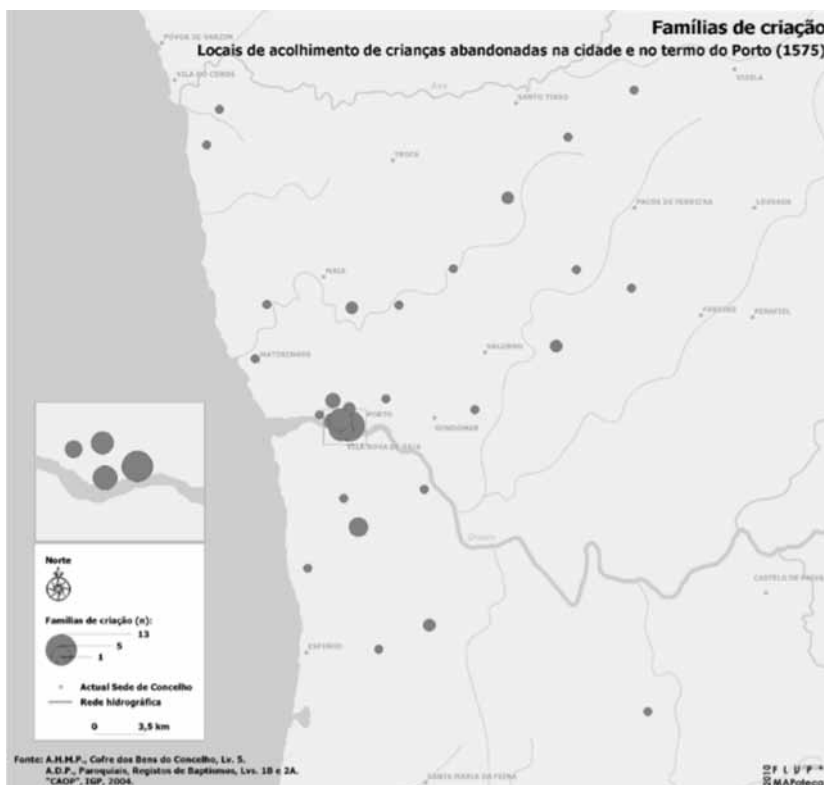


⁴⁷ Amélia Polónia constatou que as crianças abandonadas em Vila de Conde eram, regra geral, entregues a famílias residentes nas freguesias rurais limítrofes da vila, nomeadamente em S. Simão da Junqueira, Estela e Balasar, facto que atribui à dificuldade em encontrar, na vila, quem assumisse esse encargo (POLÓNIA, Amélia – *A Expansão Ultramarina numa Perspectiva Local. O Porto de Vila do Conde no Século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2007, vol. I, p. 369-370).

No ano de 1568, o Solicitador dos Enjeitados, António Eanes, não foi contabilizado como uma família de criação apesar de lhe terem sido efectuados quatro pagamentos, por em todos eles estar em causa a remuneração de alguns dias de leite em que ele deve ter sido um mero intermediário (o valor mais elevado é de 160 reais pagos por oito dias de leite)⁴⁸. Mas, no ano de 1575, António Mendes, o Solicitador dos Enjeitados foi remunerado pela criação de vários enjeitados, alguns durante um período bastante prolongado, como aconteceu com Inês, uma menina designada como órfã, que foi abandonada no Hospital de Santa Clara e que justificou que lhe fosse efectuado um pagamento de 500 reais em Fevereiro e outro de 1.000 reais em Setembro, pelo que, nesse ano, ele foi contabilizado como uma família de criação⁴⁹.

O elevado número de amas residentes na cidade, no ano de 1575 (Mapa 2), está relacionado com a grave crise económica que afectou toda a região nesse ano e com a deslocação de parte da população das áreas rurais para a cidade.

Mapa 2 – Famílias de criação: locais de acolhimento de crianças abandonadas no Porto (1575)



⁴⁸ AHMP, *Cofre dos Bens do Concelho*, Lv. 5, fls. 7, 12v-13, 20 e 49.

⁴⁹ AHMP, *Cofre dos Bens do Concelho*, Lv. 5, fls. 287v, 320v-321 e 324.

Em anos de crise «La Cuna» de Sevilha contratava maior número de amas da cidade, situação que Alvarez Santalo atribui à maior oferta de amas locais pelo facto de mais mulheres procurem ajuda e por o aumento da mortalidade liberar mais rapidamente as amas da cidade⁵⁰.

Em muitos dos casos em que não é indicado o local de residência das amas ou das famílias de criação, é provável que elas residissem na cidade, não o referindo o Escrivão da Câmara por se tratar de pessoas conhecidas e não se colocar, à época, dificuldades na identificação.

As amas da cidade e arrabaldes concentravam-se, especialmente, nas proximidades de algumas das mais importantes portas da muralha, na área do Olival e da Cordoaria e na zona de Cimo de Vila e Santo Ildefonso.

Das amas residentes no termo, um número bastante significativo era recrutado nos julgados de Gaia, Refojos e Maia.

Quadro 2 – Distribuição por julgado das amas residentes no termo da cidade do Porto

Julgados	1520	1522	1568	1575	Total
Aguiar de Sousa	4	0	1	3	8
Bouças	0	0	1	2	3
Gaia	2	0	4	7	13
Gondomar	0	1	2	2	6
Maia	2	2	8	6	18
Refojos	0	0	8	5	13
Penafiel	1	1	0	0	2
Total	9	4	24	25	63

Fonte: AHMP, *Cofre dos Bens do Concelho*, Lvs. 3, 4 e 5.

No ano de 1575, quatro das amas remuneradas pela cidade eram de fora do termo. Destas, duas eram de Argoncilhe e uma de Nogueira da Regedoura, duas freguesias da Terra da Feira que confinavam com o termo do Porto, e a última de Fermedo, uma localidade mais distante.

Refira-se, a título de conclusão, que aparentemente as amas das crianças que eram enjeitadas no Porto não beneficiavam de quaisquer privilégios e os seus salários eram inferiores aos praticados pelo Hospital de Todos-os-Santos de Lisboa, pela Câmara de Coimbra e pelo Hospital de Arraiolos, apesar de a sua remuneração implicar custos avultados para os cofres concelhios do Porto.

⁵⁰ ALVAREZ SANTALO, Leon Carlos – *Marginación social y mentalidad en Andalucía Occidental: Expósitos en Sevilla (1613-1910)*. Sevilla: Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía, 1980, p. 151.

O Solicitador dos Enjeitados e o Juiz dos Órfãos tinham papéis muito importantes na organização da rede de amas que acolhia enjeitados. O funcionário municipal recrutava as amas necessárias e confiava-lhes as crianças enquanto o magistrado era o responsável pela emissão das certidões de pagamento, o que lhe permitia controlar todo o processo.

A maior parte das famílias de criação de enjeitados, tal como nos séculos seguintes, residia no termo do Porto, mas no ano de 1575 um dos efeitos colaterais da crise económica e demográfica que afectou toda a região foi a contratação de mais amas da cidade para acolher as muitas crianças que durante esse ano foram abandonadas na cidade e no termo do Porto.

HONRA, PATRIMÓNIO E ABANDONO DE CRIANÇAS NO NOROESTE PENINSULAR. A (RE) INTEGRAÇÃO DE EXPOSTOS EM FAMÍLIAS BIOLÓGICAS E ADOPTIVAS NO SÉCULO XIX*

TEODORO AFONSO DA FONTE**

INTRODUÇÃO

Um provedor da comarca de Viana afirmou que os expostos constituíam «uma das classes mais desgraçadas da humanidade», pelo que considerava ser uma obrigação natural de qualquer magistrado cuidar desta «infeliz fracção do género humano» e assegurar-lhe a devida protecção legal. Ao quadro normativo deveriam juntar-se todas as providências filantrópicas, revertendo em benefício destas «infelizes criaturas», que tiveram a desdita de serem abandonadas no começo da sua existência. À sociedade caberia a obrigação de substituir os «pais desnaturados» e aos provedores das comarcas e representantes das câmaras municipais o dever de zelar pela sua boa criação.

Os expostos estiveram arredados, durante muito tempo, das prioridades da investigação histórica, integrando o grupo dos «indivíduos sem rosto», antes de serem historicamente «reabilitados», quando se considerou que o conhecimento dos fenómenos demográficos, ditos marginais, também poderá ser determinante para a percepção e avaliação global dos comportamentos humanos.

Abandonados pela família e acolhidos pela comunidade, importa saber qual o espaço social e o verdadeiro estatuto dos expostos. Num estudo sobre o enquadra-

* Investigação desenvolvida no âmbito do projecto «Espaços urbanos: dinâmicas demográficas e sociais (séculos XVII-XX)», com referência PTDC/HIS-HIS/099228/2008, co-financiado pelo orçamento do programa COMPETE – Programa Operacional Factores de Competitividade na sua componente FEDER e pelo orçamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia na sua componente OE.

** Investigador do CITCEM / Grupo História das Populações (U. Minho). teofonte@sapo.pt.

mento jurídico do abandono de crianças, do infanticídio e do aborto na sociedade portuguesa tradicional, Isabel Sá (1992) avaliou a jurisprudência sobre a condição jurídica dos expostos, nos séculos XVIII e XIX, como estando indefinida e fragmentada. Por exemplo, era comum ver os expostos associados aos pobres, por fazerem parte integrante de um extenso grupo que só poderia sobreviver através do recurso à caridade pública, o que lhes permitiria beneficiar dos privilégios inerentes a essa classe.

De acordo com as Ordenações do Reino, os expostos não constituíam um grupo juridicamente individualizado, mas associado ao grupo dos órfãos, o que dificultava ou impedia a determinação da respectiva filiação, por ser desconhecida a sua origem biológica, contrariamente à dos órfãos. No entanto, a jurisprudência mandava optar pelo estatuto mais favorável, pelo que os expostos se deveriam presumir legítimos. Tratava-se de um estatuto juridicamente mais favorável, se considerarmos que a maioria dos expostos teria uma proveniência ilegítima. Na opinião de Eusébio Coelho (1861: 145), a condição de exposto, apesar de «infundadamente considerada como uma humilhação», terá acabado por dificultar o seu processo de integração social. Só e isolado, sem o protectorado da família, o exposto seria visto como «um mísero pária no meio da sociedade».

No pressuposto jurídico de que os pais que expunham ou abandonavam os filhos perderiam o «pátrio poder», importa saber de que forma o poder paternal poderia ser restabelecido e, caso isso não se verificasse, se a integração social dos expostos estaria ou não dificultada e que direitos lhes seriam conferidos ou negados por lei.

Com esta investigação, pretendemos identificar as razões económicas e/ou sociais que estarão subjacentes ao fenómeno da exposição de crianças no noroeste peninsular, ao longo do século XIX. Trata-se de um objectivo difícil de alcançar, visto que, para além da elevada mortalidade infantil dos expostos e da consequente baixa taxa de sobrevivência, também nos confrontaremos com a dificuldade em diferenciar as crianças verdadeiramente enjeitadas, das que apenas haviam sido temporária ou simuladamente expostas. Nestes casos, acresce o problema de diferenciar as crianças que foram expostas por razões de miséria, por oportunismo ou pela necessidade imperiosa de preservar a honra familiar.

Fundamentada em documentação municipal e distrital e, sempre que possível, cruzada com as fontes paroquiais, procuraremos identificar eventuais estratégias familiares que poderão configurar situações de abandono provisório ou simulado de crianças, e que poderão conferir a este fenómeno demográfico uma dimensão que não tem correspondência com as estatísticas oficiais publicadas. Por outro lado, será importante saber em que medida as estratégias familiares se repercutiram na qualidade de vida, na sobrevivência e no processo de (re) integração familiar e social dos expostos.

Finalmente, abordaremos a questão dos direitos jurídicos dos expostos, quanto à capacidade legal de poderem herdar, adquirir e transmitir património, o que poderá abrir perspectivas novas de investigação e levar à identificação das motivações e estratégias familiares, bem como à descoberta de casos particulares de sucesso e de reconhecida reinserção social.

O QUADRO NORMATIVO DA ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA ABANDONADA

Para entender a cobertura e o verdadeiro alcance assistencial das instituições de acolhimento e apoio à infância abandonada, será necessário, previamente, fazer a distinção jurídica entre crianças expostas, abandonadas e desvalidas. De facto, embora todas as crianças que estavam ao cuidado das Casas da Roda e, mais tarde, dos Hospícios, fossem consideradas desvalidas, nem todas tinham sido expostas ou abandonadas.

Depois de um longo período de indefinições e ambiguidades, em que as entidades administrativas não encontraram uma denominação uniforme e com a mesma abrangência social, coube ao jurista Gouveia Pinto (1828: 16), já em pleno século XIX, apresentar e estabelecer a diferenciação entre as crianças expostas, abandonadas e desvalidas. Contudo, se esta diferenciação jurídica só foi praticamente aplicada no último quartel do século XIX, como aconteceu na região do Minho (FONTE, 2005), em termos institucionais não teve os efeitos desejados, visto que são as próprias fontes municipais, distritais e paroquiais a comprovar que, com excepção das crianças subsidiadas (desvalidas), raramente se conhecia a origem familiar das crianças, no momento da exposição.

Depois de terem sido oficialmente legalizadas e alargada a sua cobertura a todo o território nacional, por ordem-circular da Intendência Geral da Polícia, de 10 de Maio de 1783, as Casas da Roda, dotadas de um mecanismo giratório que pretendia assegurar o sigilo e anonimato de quem pretendia expor uma criança (roda dos enjeitados), foram objecto de uma apropriação indevida, subvertendo os objectivos iniciais do modelo assistencial. A dimensão do problema e as suas repercussões institucionais e sociais obrigaram o poder central, por vezes a pedido das municipalidades, a procurar regulamentar este ramo público da assistência e a criar um quadro normativo que melhorasse a sua gestão e administração.

Logo no início do século XIX, D. João VI, pretendendo melhorar a sorte dos expostos, através de uma mais eficiente acção fiscalizadora, manifestou, por alvará de 1806, a sua particular preocupação com a administração dos expostos e também com a protecção e preservação da honra das mulheres solteiras que

andassem pejadas. De acordo com este alvará, estas mulheres solteiras apenas estariam obrigadas a dar conta do parto e a criar os filhos, se não fosse colocada em causa a honra familiar, o que já não aconteceria com as mulheres não recatadas¹. Esta protecção jurídica apenas foi alterada após a abolição das rodas francas, na segunda metade do século XIX, e a sua substituição pelos Hospícios de admissão condicionada. Caberia à nova «comissão dos expostos» a análise das situações apresentadas e deliberar sobre a admissão ou recusa das crianças, de acordo com as circunstâncias previstas na lei.

No período liberal, a legislação do Antigo Regime sobre a assistência à infância desvalida e abandonada foi considerada desajustada e completamente desenhada do modelo que havia sido idealizado para a Assistência Pública, cujas linhas orientadoras apareceram sistematizadas no primeiro Código Administrativo, publicado em 1836.

Em termos assistenciais, pretendia-se definir uma nova linha orientadora para a administração dos expostos, através de um reforço da componente fiscalizadora, liderada pelos órgãos de poder distritais. Fruto desta nova política reformadora, fiscalizadora e sancionatória, foi promulgado o primeiro Código Penal, por decreto de 10 de Dezembro de 1852, o qual passou a representar o suporte jurídico nacional.

Para além dos problemas relacionados com os partos supostos e com a ocultação de menores, o problema da exposição de crianças também foi contemplado na nova legislação penal, como o provam os diversos artigos que, directa ou indirectamente, com ele se relacionavam. O Código Penal passou a determinar o seguinte: «aquelle que expozer e abandonar, ou fizer expor ou abandonar algum menor de sete annos em qualquer lugar que não seja o estabelecimento publico destinado á recepção dos expostos, será condemnado a prisão de um mez a tres annos, e multa correspondentem». Num dos artigos subsequentes, o mesmo Código Penal estipulava que «os paes legitimos que, tendo meios de sustentar os filhos, os expozerem fraudulentamente no estabelecimento publico destinado à recepção dos expostos, serão condemnados na multa de um mez a um anno»².

Ao condenar expressamente a exposição de crianças legítimas, filhas de pais com meios para as sustentar, este artigo parece conferir uma certa legalidade ou carácter excepcional à exposição de crianças que não se enquadrassem nesses pressupostos familiares, como aconteceria com as crianças ilegítimas ou filhas de casais muito

¹ Segundo o mesmo alvará, quando estivesse em causa a honra de uma mulher ou da sua família, o alvará previa a possibilidade de realização de partos secretos, para evitarem a difamação pública, podendo recorrer às casas da Roda para a ocultação dos filhos naturais. Estes dariam entrada na instituição na qualidade de expostos (com pais desconhecidos). No entanto, tratou-se de uma medida que não foi implementada, por falta de condições ou por não estar assegurado o carácter sigiloso do acto e o anonimato daquelas mulheres honradas.

² Art.º 345º do Código Penal, por Decreto de 10 de Dezembro de 1852.

pobres e indigentes. A condição fundamental imposta era a de que essas exposições se efectuassem directamente nas Rodas, as únicas instituições vocacionadas para o acolhimento e apoio à infância desvalida e abandonada, pelo menos até à criação de novas estruturas assistenciais, como os Asilos da Infância Desvalida (FONTE, 2000).

O ESTATUTO SOCIAL E JURÍDICO DOS EXPOSTOS E ABANDONADOS

Os expostos sobreviventes, terminado o período de criação quando completavam os sete anos de idade, ficavam sob a alçada do juiz dos órfãos, o qual se responsabilizava pela sua integração na sociedade, através de famílias que os procuravam inserir no mundo do trabalho, geralmente como serviçais. Com um estatuto jurídico idêntico ao dos órfãos, a diferença principal residia no facto dos expostos poderem ser emancipados aos vinte anos de idade, caso provassem a sua capacidade para se regerem, enquanto os órfãos apenas poderiam emancipar-se aos vinte e cinco anos.

No último quartel do século XVIII, os países ibéricos, influenciados pela vaga iluminista que irradiava de França e sustentados numa mentalidade populacionista que via nas crianças expostas um potencial demográfico que deveria ser defendido e preservado, tomaram medidas de apoio e protecção à infância desvalida e abandonada (FONTE, 2008). Depois do nosso país, através da ordem-circular da Intendência Geral da Polícia, de 10 de Maio de 1783, ter obrigado os provedores a estabelecer rodas nas terras das respectivas comarcas, com o objectivo de salvar muitas crianças, que muito úteis poderiam vir a ser à pátria, e que estariam a ser vítimas do aborto e infanticídio, por falta de instituições de acolhimento, os monarcas espanhóis, Carlos III e Carlos IV, também procuraram regulamentar a assistência aos «expósitos», cuja tendência de crescimento se vinha acentuando, desde o início do século XVIII. Assim, na última década deste século, foi publicada legislação importante que determinou o rumo da assistência à infância abandonada em Espanha, dando origem a um movimento descentralizador, bem mais favorável à extensão das «Inclusas», por todo o território nacional.

O poder real deu prioridade às crianças abandonadas, a começar por medidas legislativas que ajudassem a definir o verdadeiro estatuto jurídico dos expostos. Se Carlos III procurou impedir que os expostos pudessem ser adoptados por pessoas sem escrúpulos, mais preocupadas em usá-los em benefício próprio do que em educá-los convenientemente, Carlos IV legislou mais no sentido de acabar com o estigma da marginalidade e com os problemas de inserção social dos expostos.

Empenhado na dignificação da criança abandonada, este monarca, por decreto de 5 de Janeiro de 1794, determinou a legitimação, para efeitos civis, de todos os

expostos de pais desconhecidos, assimilando-os, em termos laborais e judiciais, à classe dos homens bons. Ao considerar que os expostos não poderiam ser objecto de qualquer discriminação social, a legislação passou a condenar as pessoas que injuriassem estas crianças, chamando-lhes ilegítimos, bastardos, espúrios, incestuosos ou adúlteros (PÉREZ MOREDA, 1980: 174). A publicação da Real Cédula de 11 de Dezembro de 1796, de Carlos IV, representou a medida legislativa de maior impacto na reformulação institucional da assistência aos expostos, uma nova regulamentação que, aparentemente, acabaria por ter efeitos equivalentes aos que a ordem-circular de Pina Manique, de 1783, havia tido no nosso país³.

De acordo com a Real Cédula de Carlos IV, publicada em Espanha, no ano de 1796, os pais dos filhos expostos ou abandonados perderiam a pátria potestade, não a podendo reclamar posteriormente, salvo se a exposição fosse justificada pela extrema necessidade dos progenitores.

Baseando-se no jurista francês Loiseau e em Gouveia Pinto, Isabel Sá (1992: 88) definiu a condição jurídica dos expostos, considerada transitória e correspondendo aos primeiros anos de vida, período em que se encontravam a cargo da sociedade. Ao atingirem a idade de sete anos, os expostos passavam a gozar do mesmo estatuto dos órfãos, com a diferença de se poderem emancipar aos vinte anos, ou seja, cinco anos antes daqueles⁴. Os expostos encontravam-se no grau zero da sua própria genealogia, presumindo-os legítimos (por serem filhos de pais incógnitos) e com os mesmos direitos destes, uma condição que poderia ser perdida a partir do momento em que se descobrisse a sua origem ilegítima, em consequência dos processos de indagação de paternidade. A naturalidade dos expostos seria a do local de exposição, por se desconhecer a sua origem familiar e geográfica. Os expostos podiam herdar quaisquer bens, submetendo-se às disposições legais que estavam em vigor para a generalidade dos indivíduos, além de lhes ser facultada a possibilidade de receber legados de pessoas com capacidade para testar. Por fim, os expostos eram considerados homens livres, não podendo ser, em caso algum, reduzidos à escravatura, mesmo que filhos de escravos.

³ Numa análise detalhada do conteúdo dos dois documentos, parece evidente a existência de uma certa simultaneidade de preocupações, princípios e objectivos entre os dois reinos ibéricos, embora com opções divergentes quanto às instituições e entidades responsáveis pelo acolhimento e gestão deste importante ramo da assistência pública. Efectivamente, enquanto, no nosso país, esse papel estava reservado ao poder civil, através das câmaras municipais (determinado pelas Ordenações do Reino), em Espanha, essa incumbência cabia à Igreja, sob a supervisão dos prelados das respectivas dioceses. Apenas estariam excluídas deste processo as povoações em que o cabido ou qualquer outro organismo, irmandade ou confraria já tivessem a seu cargo as crianças abandonadas (PÉREZ MOREDA, 1980: 174).

⁴ A idade de emancipação foi antecipada para os 18 anos de idade, após a aprovação do Código Civil de 1867, idade a partir da qual, tanto os expostos como os abandonados, ficariam emancipados de direito, dando-se-lhes baixa no livro competente (art.º 291º do *Código Civil Portugalês*).

No caso português, apesar de se haver determinado que os pais dos expostos perderiam o «pátrio poder», esta interpretação jurídica seria facilmente contornável, dado que a recuperação dessa prerrogativa familiar a poder se poderia resumir a um simples acto administrativo⁵. Este consistiria na elaboração de um termo de entrega das crianças expostas às mães ou aos pais que as reclamavam, ou que lhes eram entregues de uma forma compulsiva, podendo, ou não, ser seguido por um outro processo jurídico de legitimação ou perfilhação. Com a reintegração familiar, os expostos acabariam por retomar o seu estatuto original (crianças legítimas ou ilegítimas), exceptuando aquelas que passaram à condição de legitimadas, por subsequente casamento dos pais.

A partir do século XIX, a recuperação ou oficialização do «pátrio poder» tornou-se bem mais complexa, obrigando os progenitores a desencadear um processo de legitimação ou perfilhação dos filhos expostos, no cumprimento do que estipulava o Código Civil. Contudo, nalgumas situações, o processo de reintegração familiar ainda poderia estar ainda mais facilitado, quando a exposição tinha sido precedida pelo seu baptismo e respectivo registo paroquial, com a indicação de um ou de ambos os progenitores, caso se tratasse de crianças ilegítimas ou legítimas. Seria provavelmente a melhor estratégia familiar, não fora o problema da elevada mortalidade registada.

Embora com algum atraso em relação ao que havia sido previsto, o Código Civil, sancionado por Carta de Lei, de 1 de Julho de 1867, passou a definir um novo estatuto jurídico dos expostos, além de introduzir referências explícitas ao poder paternal e ao problema da legitimação e tutela dos filhos perfilhados, assim como à investigação da paternidade ilegítima, à situação dos filhos espúrios e aos direitos e deveres do poder paternal na constância do matrimónio. Ao tornar obrigatório e regular o registo civil do nascimento das crianças, o Código Civil esteve na origem de uma nova forma de diferenciar as crianças expostas das abandonadas⁶. A designação de exposto seria apenas destinada às crianças que entravam directamente nas Rodas (muitas delas já abolidas) ou nos Hospícios que as substituíram. O Código Civil estabeleceu a tutela dos expostos e menores abandonados, cujos pais não fossem conhecidos, os quais deveriam ficar sob a administração das respectivas câmaras municipais ou das pessoas que, voluntária ou gratuitamente, se tivessem responsabilizado pela sua criação, até completarem os 7 anos de idade.

⁵ Quando os expostos eram reclamados pelos pais, as administrações municipais procediam à entrega das crianças, devendo os reclamantes declarar, perante algumas testemunhas, que desejavam tomar conta dos filhos. Ao mesmo tempo, comprometiam-se a dar-lhes um bom tratamento e educação e a apresentá-los sempre que tal lhes fosse exigido pelas autoridades competentes.

⁶ *Código Civil Portuguez*, aprovado por Carta de Lei de 1 de Julho de 1867. Quinta edição oficial. Lisboa, Imprensa Nacional, 1879.

Quando atingissem esta idade, essas crianças deveriam ser colocadas à disposição do «conselho de beneficência pupilar», ou de qualquer outra magistratura, a quem a lei administrativa havia incumbido desse mister⁷.

Caberia ao referido conselho de beneficência dar aos expostos ou abandonados um rumo de vida, que lhes fosse mais vantajoso, fazendo-os entrar nalgum estabelecimento ou entregando-os, por contrato, a pessoas que quisessem encarregar-se da sua educação e ensino. Estas pessoas passariam a ser os seus tutores, salva a superintendência do conselho ou da magistratura. Em caso de abuso ou de incumprimento das obrigações estipuladas, estas entidades poderiam rescindir o contrato estabelecido e dar um novo rumo aos menores, mas não poderiam impor aos expostos ou abandonados, nem estipular em nome deles, obrigações, para além dos quinze anos de idade, altura em que poderiam obter emancipação (facultativa), se mostrassem capacidade necessária para se regerem⁸. Caso contrário, esta emancipação legal tornar-se-ia efectiva quando completassem dezoito anos de idade, altura em que ficariam emancipados de direito.

Sobre a capacidade patrimonial, o Código Civil determinava, no seu art.º 290º, que os expostos ou abandonados teriam direito à propriedade e ao usufruto de tudo o que adquirissem, por qualquer título, durante a sua menoridade. Porém, quando se verificasse o falecimento de expostos intestados e sem descendentes, os seus bens (caso os tivessem) seriam herdados pelo estabelecimento de beneficência pupilar. Na ausência deste, os bens reverteriam para a Fazenda Pública. No entanto, de acordo com o Regulamento de 5 de Janeiro de 1888 (art.º 2º), deveria ser dada preferência ao asilo onde tivessem sido admitidos. Noutras situações relacionadas com os direitos dos expostos, o Código Civil mandava observar, no que fosse aplicável, as disposições legais relativas aos restantes menores.

ESTRATÉGIAS SUBJACENTES À EXPOSIÇÃO DE CRIANÇAS

Como a família constituía um valor patrimonial e um capital simbólico de honra, seria necessário afastar tudo o que pudesse atacar a sua reputação ou manchar o seu bom-nome. A ilegitimidade seria uma vergonha e uma desonra para as «famílias honestas», pelo que seria necessário encontrar as formas mais adequadas à oculta-

⁷ Idem, art.º 284º e art.º 285º. Contudo, uma portaria de 19 de Abril de 1872 mandava entregar os menores, nas condições aludidas no art.º 285º, aos juizes dos órfãos, enquanto não fosse criado o conselho de beneficência pupilar ou a magistratura que o substituísse.

⁸ Logo que entrassem em idade capaz de realizarem algum trabalho, o que acontecia muito precocemente, a ordem-circular de 10 de Maio de 1783 obrigava o juiz dos órfãos a distribuir os expostos «pelas herdades, quintas e fazendas das circunvizinhanças, observando nesta parte o mesmo Regimento que se pratica com os órfãos».

ção de quaisquer comportamentos desviantes. É neste contexto que a exposição de crianças terá sido uma forma de preservar a integridade e a reputação familiar, ao mesmo tempo que evitaria que as mulheres, com filhos ilegítimos, pudessem ser votadas ao ostracismo familiar e social (AMORIM, 1987: 272).

A exposição de crianças poderá configurar um conjunto de estratégias que visavam transferir as responsabilidades parentais para o sistema público de assistência à infância desvalida e abandonada, o qual, apesar de legalizado e regulamentado, estava imbuído de múltiplas ambiguidades, contradições e vulnerabilidades, propício à prática de irregularidades e à subversão dos seus fins. De facto, a tolerância institucional e uma certa permissividade do sistema assistencial poderão significar que a sociedade foi alargando progressivamente a cobertura social aos grupos mais carenciados, a começar pelo apoio à infância desvalida.

Neste contexto, será muito difícil enunciar e hierarquizar as verdadeiras motivações da exposição de crianças, por se tratar de um problema que tanto poderia ser público e socialmente aceite como permanecer no foro mais íntimo e privado. Mesmo os próprios sinais exteriores, como o conteúdo das mensagens escritas que acompanhavam algumas das crianças expostas, poderão não ter uma correspondência efectiva com o que neles estava expresso.

No primeiro quartel do século XIX, o jurista português, Gouveia Pinto (1820: 3), manifestou a convicção de que o enjeitamento dos filhos, pelos seus progenitores, estaria relacionado com razões sociais, económicas e morais. Todas estas motivações estariam subjacentes ao fenómeno da exposição de crianças, mas eram as famílias honradas que, por razões sociais, se viam constringidas a procurar ocultar os desvios aos códigos de honra socialmente aceites e enraizados entre as comunidades locais.

Foi esta a estratégia utilizada por dois membros da nobreza da região minhota, os quais, ainda solteiros, tiveram de ocultar o nascimento de dois filhos. Para que a honra familiar não fosse manchada, estas crianças foram expostas (não enjeitadas) na Roda de Ponte de Lima, logo após o seu nascimento, em 1807 e 1811, respectivamente. Ambas as crianças tiveram como ama, Rosa Maria, casada, da freguesia de Labrujó, do concelho de Ponte de Lima (FONTE, 2005).

A identificação de alguns destes falsos expostos só se tornou possível após o cruzamento de informação das fontes municipais com as fontes paroquiais. Foi por esta via que pudemos identificar mais um caso peculiar de uma estratégia que visava ocultar a origem familiar de uma criança, provavelmente para subsidiar a sua criação. Segundo as fontes municipais e paroquiais, em 27 de Março de 1809, foi exposto na Roda de Ponte de Lima um menino que foi baptizado com o nome de Nicolau. De acordo com a informação municipal, esta criança foi entregue à ama Luísa Maria, solteira, de Souto de Rebordões. Pouco tempo depois de ter terminado o período de criação, o seu termo, lavrado no livro de registos da câmara, foi encerrado com

a indicação do seu óbito, ocorrido no dia 25 de Junho de 1816, o que deixaria de justificar qualquer tentativa de procurar descobrir a sua origem familiar.

Contudo, ao cruzarmos a informação municipal com a informação paroquial⁹, fomos surpreendidos com um processo de reconhecimento deste exposto, desenca-deado por sua própria mãe, solteira, residente em Ponte de Lima. Perante algumas testemunhas abonatórias, esta mulher declarou que, no tempo da sua mocidade, tivera relações ilícitas com Manuel José Pereira, da mesma vila, tendo dado à luz um menino que foi expor na Roda de Ponte de Lima, o qual, logo após o seu baptismo, o fora buscar e o mantivera sempre na sua companhia. Ela própria denunciava uma situação que lhe havia permitido subsidiar a criação do filho, uma irregularidade que terá tentado ocultar com a declaração do seu falso óbito.

Quando este «exposto» completou os 22 anos de idade, esta mãe viu-se confrontada com o facto de ter um filho que, oficialmente, havia exposto e posteriormente falecido, pelo que se viu obrigada a procurar resolver tão complicado problema familiar, social e jurídico. Esta mulher procurou repor a verdade e legalizar uma ligação natural que nunca deixara de existir, através do registo dessa informação no livro de baptismos. Com esta adenda, o filho seria reabilitado, deixando o estatuto de exposto para assumir o de filho ilegítimo.

QUESTÕES DE MORALIDADE E DIREITOS DE HERANÇA

É inquestionável a condenação do aborto e do infanticídio por parte da Igreja, bem expresso nalguns tratados de moral cristã. Já em relação ao problema da exposição de crianças, a Igreja tinha uma visão mais humanista, mas criticava os progenitores que podiam, mas não cuidavam dos filhos. Condenava, sobremaneira, os pais luxuriosos que, se não matavam os próprios filhos, os mandam para as rodas ou não lhes davam os alimentos necessários à sua sobrevivência, deixando-os morrer de fome ou ao abandono¹⁰.

Seguindo uma linha de pensamento que revela uma concepção de educação e obrigação parental mais abrangente, o padre Manuel José Couto fez a seguinte consideração, a respeito dos pais de família que não cumpriam os seus deveres para com os filhos:

Alguns paes há, que ainda fazem peor do que os proprios animaes; pois não querem criar os filhos, atiram com elles á roda, ou lá não sei para onde; e depois nem pagam as criações, nem

⁹ ADVC, Livro de Baptismos de Ponte de Lima (1801-1818), fl. 93; AMPL, Livro de Registo dos Expostos de Ponte de Lima (1802-1810).

¹⁰ Frei Manoel, *Piedosas Meditações*. Braga, 1852, fls. 385 e 386.

*lhes dão a herança a que teem direito, nem lhes dão educação alguma. Oh! Que encarrêgos, que responsabilidades n'estes paes desmoralizados (...)*¹¹.

Além de criticar a irracionalidade dos pais, que abandonam os próprios filhos, também criticava o facto de lhes estarem a negar um direito natural: o de poderem herdar e receber aquilo a que tinham direito. A responsabilização moral dos pais, obrigados a criar e educar os próprios filhos, partia do pressuposto de que a maioria das crianças tinha nascido de relações legitimadas pelo sacramento do matrimónio.

Segundo Juan Machado de Chaves, citado por Alvarez Santaló (1987), pecavam gravissimamente os pais que expusessem os seus filhos em lugares públicos ou particulares porque, segundo o direito natural divino e humano, estariam obrigados a alimentá-los e criá-los. Todavia, de nenhuma maneira pecariam os pais que se encontrassem oprimidos pela necessidade ou pelo perigo da desonra, desde que houvessem exposto os filhos nalgum local onde não corressem perigo de vida. Em tais circunstâncias, cessaria a obrigação dos pais em alimentar os filhos, embora subsistisse a dúvida se os mesmos deveriam restituir os gastos que haviam sido realizados com a sua criação.

Ao garantir o anonimato dos agentes ou cúmplices da exposição de crianças, a roda acabou por permitir que nela se expusessem indiscriminadamente quaisquer crianças, independentemente de se enquadrarem ou não nos objectivos que haviam presidido à sua criação. Neste contexto, a Casa da Roda passou a simbolizar e a representar uma oferta institucional legal, secreta e sigilosa, que só permitiria indagar a origem familiar das crianças após a sua exposição, como o determinava a legislação. De facto, o tempo se encarregou de provar que a pretensa exposição legal e anónima de crianças só contribuiu para incentivar a prática de irregularidades, acabando por subverter o modelo assistencial e adaptá-lo às circunstâncias.

LEGITIMAÇÃO E PERFILHAÇÃO DE CRIANÇAS EXPOSTAS

Em termos jurídicos, a exposição de uma criança, independentemente de representar ou não o seu enjeitamento definitivo, significaria que os pais perderiam o pátrio poder sobre os filhos, mesmo que dele não tivessem abdicado. Para que tal situação não se tornasse irreversível, uma eventual tentativa de reintegração familiar e de recuperação do poder paternal perdido obrigaria a mãe, o pai, ou o casal a desencadear um processo de reconhecimento, de legitimação ou de perfilhação.

¹¹ Padre Manoel José Gonçalves Couto, *Missão Abreviada, para despertar os descuidados, converter os peccadores e sustentar o fructo das Missões*. Porto: Em Casa de Sebastião José Pereira, Editor, duodécima edição melhorada, 1884, p. 300 e 302.

Antes da aprovação do Código Civil, os processos de perfilhação e legitimação restringiram-se ao foro eclesiástico¹², passando a constar dos respectivos livros paroquiais, onde havia sido elaborado o assento de baptismo, mais tarde em livros próprios para assento das perfilhações¹³. Todavia, se em relação às crianças ilegítimas a sua legitimação dependeria de um futuro casamento dos pais, o mesmo não se verificava em relação às crianças expostas, independentemente de serem legítimas ou ilegítimas, sempre registadas como filhas de pais incógnitos.

A partir do momento em que a mãe, o pai ou ambos os progenitores pretendessem reclamar os filhos que haviam abandonado e alterar-lhes o seu estatuto inicial, dar-se-ia início a um processo de averiguações, mais ou menos complexo, com vista à sua identificação. Com o recurso ao cruzamento da informação dos registos municipais e paroquiais, é possível compreender melhor como se desenrolava todo esse processo, com o objectivo de substituir a condição de criança exposta e conferir-lhe um novo estatuto familiar e social.

Alguns dos reconhecimentos públicos permitem-nos reconstruir e compreender melhor os mecanismos, as motivações e algumas das estratégias utilizadas. Era um longo e complicado processo que envolvia uma criança simuladamente exposta e um conjunto de estratégias que conduziram à sua reintegração familiar, eventualmente com o conhecimento da comunidade e o acordo ou condescendência da administração municipal.

Quando as crianças expostas eram legítimas, o processo de reconhecimento da paternidade seria desenvolvido pelo pai, enquanto a mãe só o poderia fazer com o consentimento daquele. Numa outra situação, descobrimos que um determinado exposto, gerado através de uma relação ilícita, viria a ser perfilhado e, ao mesmo tempo, legitimado por subsequente casamento dos pais. O seu processo de integração familiar e social culminou com a alteração do próprio nome de baptismo. Registámos uma outra forma de reconhecimento que expressa bem as grandes indefinições jurídicas e as incongruências institucionais. Uma criança que tinha sido exposta na Roda de Viana, em 1860, foi entregue, no ano seguinte, a Patrício José Ferreira, da freguesia de Prado, concelho de Braga, «que declarou ser seu pai e se obrigou a criá-la por caridade e a responder por ela em todo o tempo e a dar-lhe boa educação»¹⁴. Trata-se de um verdadeiro paradoxo jurídico-institucional, visto que o poder paternal,

¹² No período pré-estatístico, cabia aos párocos das diferentes paróquias a incumbência de fazer registar todos os actos vitais, a começar pelos assentos de baptismo, uma obrigação que se havia tornado obrigatória, após a realização do Concílio de Trento.

¹³ ADVC, Livro dos Assentos das Perfilhações de Ponte de Lima (1865-1869).

¹⁴ AMVC, Livro de Registo dos Expostos de Viana (1859-1861), fl. 77v e 78.

publicamente reconhecido, passou a ser assumido como uma acção caritativa e não como uma inalienável obrigação natural.

Antes da publicação do Código Civil, o número de processos de legitimação era muito reduzido, quando comparado com o número de crianças que, de forma voluntária ou compulsiva, foram entregues a um ou a ambos os progenitores. No entanto, desconhecemos como se processou a reintegração familiar e social dessas crianças, visto que alguns processos de entrega se restringiram ao foro interno das instituições municipais, sem qualquer valor jurídico. A partir da publicação do Código Civil, as perfilhações passaram a ser realizadas através de escritura pública, lavrada pelo tabelião, com a presença de testemunhas. De acordo com o Código Civil, os filhos nascidos fora do casamento poderiam ser legitimados por subsequente casamento dos pais, desde que fossem reconhecidos pelo casal no assento de casamento ou no registo de nascimento dos mesmos. Depois de legitimados, estes seriam equiparados aos filhos legítimos¹⁵.

Os filhos ilegítimos poderiam ser perfilhados, desde que não fossem filhos adúlteros ou incestuosos, por serem considerados filhos espúrios, ou seja, por estarem numa condição jurídica que não lhes permitia serem perfilhados. Mais tarde, o novo Código do Processo Civil apenas passou a considerar como espúrios os filhos incestuosos¹⁶. No entanto, como muitos destes filhos espúrios acabaram por dar entrada na roda, isso permitiu-lhes passar à condição de expostos, o que, à luz das interpretações do direito vigente, os passaria a considerar presumidamente legítimos, por serem filhos de pais incógnitos. Como não se conhecia a sua origem familiar, essa presunção apenas se basearia no direito ao tratamento que lhes fosse juridicamente mais favorável.

A perfilhação poderia ser feita por ambos os pais, de comum acordo, ou por qualquer um deles separadamente, pressupondo que tal acto ficasse assinalado no registo do nascimento ou efectuado por escritura, testamento ou acto público. Todavia, quando o reconhecimento fosse feito separadamente pelo pai ou pela mãe da criança, nenhum deles poderia revelar no documento de perfilhação o nome da pessoa de quem houvesse o filho reconhecido¹⁷. Para salvaguardar direitos adquiridos, o reconhecimento poderia ser concretizado por escritura pública de perfilhação,

¹⁵ Art.ºs 119º e 121º do Código Civil, por Carta de Lei de 1 de Julho de 1867.

¹⁶ Segundo os art.ºs 135º e 136º e 171º do Código Civil, a condição jurídica dos filhos não perfilháveis apenas lhes conferia o direito a exigirem de seus pais os alimentos necessários à sua sobrevivência, desde que essa paternidade ou maternidade se achasse provada em processo cível ou criminal (por alimentos deveria entender-se tudo o que fosse indispensável ao seu sustento, habitação e vestuário, compreendendo, também, a educação e instrução do alimentado, sendo este menor); em tudo o mais, eram considerados como inteiramente estranhos aos pais e respectivas famílias.

¹⁷ Art.ºs 122º, 123º e 124º do Código Civil, cit.

a qual também deveria obter a anuição do beneficiário, desde que de maioridade, uma condição prevista no art.º 126º do Código Civil¹⁸.

Algumas das crianças que eram legitimadas e perfilhadas passavam a integrar, «de direito», as suas próprias famílias, conferindo o indispensável suporte legal a uma integração, «de facto», depois de uma exposição simulada ou temporária. Na realidade, sem essa perfilhação oficial e pública, essas crianças acabariam por viver no seu próprio ambiente familiar, mas sem um estatuto jurídico que lhes permitisse aceder aos seus direitos naturais, pese embora um real e efectivo sentimento de pertença. A alternativa seria a transmissão patrimonial, através de testamento, embora esta possibilidade estivesse mais reservada às crianças verdadeiramente expostas.

Muitas das crianças expostas sobreviventes, que não tiveram a sorte de beneficiar de um processo de perfilhação e um efectiva reintegração, acabaram por ficar em poder das próprias amas ou encontrar uma família de acolhimento, por caridade ou por interesse. Umhas tiveram mais sorte do que outras, não apenas no tratamento recebido, como em processos de adopção e beneficiação patrimonial.

Não sendo muito transparente o processo que conduziu à adopção de crianças expostas, vejamos alguns exemplos que acabam por demonstrar que algumas delas terão sido adoptadas, num acto cujo formalismo se restringiu a um compromisso institucional, sem qualquer validação jurídica. Por exemplo, numa altura em que os oficiais administrativos da câmara de Viana se encontravam em acto de revista e pagamento dos expostos, realizado em 3 de Janeiro de 1834, nele compareceu Vitória Maria, residente em Viana, a qual declarou que «queria tomar por filha adoptiva a exposta Carolina Rosa», que estava a ser criada pela ama, Rosa Pardelha, da freguesia de S. Lourenço do Mato, «com a condição de bem a tratar e criar grátis sem salário do cofre dos expostos e de dar conta dela (...)»¹⁹.

A uma outra menina, exposta na Roda de Viana no dia 24 de Janeiro de 1859, foi-lhe dada baixa, cinco anos depois, por ter sido entregue a Luís António Dias, da freguesia de Gondoriz, concelho dos Arcos, o qual aceitou tomar dela, sem vencimento de qualquer salário, obrigando-se a sustentá-la, vesti-la e educá-la à sua custa e, «por sua morte, beneficiá-la conforme ela merecer pelo seu comportamento, tudo como se fosse sua filha»²⁰.

¹⁸ ADVV, Livro de Actos e Contra Actos entre Vivos, lavrados pelo notário do primeiro ofício desta comarca, n.º 6, fl. 38.

¹⁹ AMVC, Livro de Registo dos Expostos de Viana (1829-1837), fl. 243v.

²⁰ AMVC, Livro de Registo dos Expostos de Viana (1857-1859), fl. 184v.

OS BENS DOS EXPOSTOS: PATRIMÓNIO, HERANÇAS E TESTAMENTOS

Segundo o Código Civil de 1867, os expostos ou abandonados teriam a propriedade e usufruto de tudo o que viessem a adquirir, a qualquer título, durante a sua menoridade. No entanto, caso o exposto falecesse intestado e sem descendentes, seria o estabelecimento de «beneficência pupilar» a herdar os seus bens. Em tudo o mais que dissesse respeito e fosse aplicado aos direitos dos expostos ou abandonados, deveria observar-se o disposto relativamente aos outros menores²¹.

Para que os expostos readquirissem os direitos familiares perdidos, seria indispensável que os pais os reconhecessem e recuperassem o «pátrio poder», o qual havia sido perdido com a sua exposição. No entanto, teremos de diferenciar as crianças verdadeiramente expostas daquelas cujo acto não passou de uma encenação. Neste último caso, o acolhimento seria apenas simbólico e temporário, acabando no momento em que as autoridades administrativas descobriam essa irregularidade e quando a mãe ou os pais, conforme se tratasse de filhos naturais ou filhos legítimos, os reclamavam e assumiam a sua paternidade. A formalização deste acto, perante as autoridades administrativas, não mais significava do que o reconhecimento dos direitos familiares e patrimoniais dos filhos.

Bem diferente era a situação das crianças que haviam sido definitivamente enjeitadas pelos seus familiares, pese embora toda a protecção jurídica de que beneficiavam como «filhas adoptivas da pátria». Apesar de poderem herdar e adquirir bens, a falta de uma estrutura familiar de apoio poderia colocar esses expostos numa situação de absoluta dependência, alguns deles a viverem no limiar da pobreza.

A exposta Leonor Maria, solteira, lavradeira, de maior de idade, residente na freguesia de Ardegão, concelho de Ponte de Lima, teve de contrair uma dívida que, por não a conseguir pagar nem amortizar, a obrigou a vender uma propriedade, com casa, situada na mesma freguesia (eventualmente a sua própria residência), pelo preço de 105\$500 réis. Esse valor foi entregue directamente pelo comprador a Teresa Barbosa Torres, viúva, da freguesia de Freixo, como parte da amortização de uma dívida que a referida exposta tinha para com ela, no valor de 130\$000 réis²².

Também registámos a situação de alguns expostos que foram adoptados e tratados por casais, como se fossem seus filhos biológicos, sobretudo por parte daqueles que não tinham filhos. Poderia tratar-se de uma estratégia de transmissão patrimonial, como compensação pela assistência na velhice. Algumas famílias demonstraram o seu carinho para com estas crianças adoptivas, tratando logo de lhes comprar roupa

²¹ Artigos 290º, 292º e 293º do Código Civil, por Carta de Lei de 1 de Julho de 1867.

²² ADVC, Livro dos Actos e Contratos entre Vivos, livro n.º 5, fls. 4v e 5.

nova e, até, de lhes colocar alguns adereços tão característicos das raparigas minhotas. Terá sido o caso da menina Gracinda Ramos, exposta em Viana, no dia 18 de Abril de 1894. Depois de ter sido criada por Maria das Dores, casada, da freguesia de Capareiros, manteve-a na sua companhia quando atingiu os 7 anos de idade. No entanto, continuou a ser subsidiada pela câmara de Viana, por ter menos de 18 anos de idade e não estar a trabalhar, cumprindo o que determinava a legislação dessa época. Em 19 de Setembro de 1908, a câmara de Viana deu-lhe baixa porque a ama a colocou a trabalhar no hotel que se localizava «em frente da estação do caminho-de-ferro».

Com o dinheiro recebido da câmara²³, a ama preparou-a para o desempenho da sua actividade profissional remunerada, tendo-lhe comprado roupa e alguns objectos de ouro, como se tratasse de uma própria filha. Além de ter gasto 5\$770 réis em roupa e feitios, esta ama ainda despendeu mais 14\$450 réis para pagar os seguintes objectos de ouro: um par de brincos de rainha (5\$000 réis), uma fieira com medalha (5\$500 réis), meio fio de contas (2\$250 réis) e um par de argolas (1\$700 réis).

Estes privilégios particulares não estariam reservados à maioria das expostas sobreviventes. Como alternativa, e no pressuposto de que as crianças órfãs se encontravam fragilizadas pela ausência de um poder paternal protector e muito sujeitas às «tentações do mundo», alguns particulares acabaram por deixar, em testamento, certos bens para dotar as órfãs, as quais se encontravam desprovidas de quaisquer dotes familiares. Estes dotes eram administrados pelas Misericórdias e foram estabelecidos para prover e contribuir para a preservação da honra dessas «jovens infelizes», muito vulneráveis aos perigos terrenos.

Ao debruçar-se sobre esta temática, Maria Marta Araújo (2000) desenvolveu um estudo sobre os dotes de D. Francisco de Lima, administrados pela Misericórdia de Ponte de Lima, no período de 1680 a 1850, os quais se destinavam às órfãs «pobres, honradas e virtuosas». Se considerarmos esses dotes como uma componente essencial para a conservação da honra e virtude das mulheres pobres (ARAÚJO, 2000: 12), ao perspectivar-lhes um casamento e a consequente acção protectora do marido, importa procurar saber se as expostas também foram beneficiadas, em situação de igualdade com as outras órfãs.

Segundo o compromisso da Misericórdia de Ponte de Lima, poderiam candidatar-se a esses dotes as jovens e mulheres, com idade compreendida entre os 14 e os 30 anos, desde que fossem órfãs de pai, solteiras e não tivessem «outro remédio» para se casar. No caso particular do dote de D. Francisco de Lima, as candidatas deveriam estar entre as órfãs mais honradas e desamparadas.

À partida, poderia parecer que as expostas se encontravam em situação privilegiada para serem contempladas com os tão almejados dotes. Não terá sido isso que se

²³ AMVC, Livro dos Expostos e Subsidiados de Viana (1888-1903), folha avulsa.

verificou, por se considerar que não reuniam uma condição fundamental para a sua candidatura – o de serem órfãs – uma interpretação contrária ao estatuto jurídico que as equiparava às crianças órfãs e as presumia legítimas. Contudo, a Misericórdia de Ponte de Lima nem sempre terá tido esse entendimento, tendo chegado a beneficiar algumas raparigas expostas, as quais, sem o amparo do poder paternal, as tornaria mais vulneráveis e sujeitas às «desgraças do mundo» (ARAÚJO, 2000: 80).

Para dificultar, ainda mais, a posição de subalternidade e discriminação das expostas, não bastaria que as candidatas se apresentassem como órfãs desamparadas e em perigo moral, um critério que, aparentemente, as colocaria numa posição prioritária em relação a todas as outras, desde que equiparadas às órfãs. O grande obstáculo a essa pretensão residia no facto de ser necessário provar que as candidatas mereciam efectivamente esse dote, o que equivaleria a dizer que ainda se mantinham «honradas e virtuosas», representando o dote apenas mais um requisito necessário para se poder aceder ao casamento.

Como as petições eram muito superiores à disponibilidade de dotes, a selecção tornava-se inevitável, acabando por se dar preferência às candidatas órfãs legítimas, em detrimento das naturais e das expostas (sem as excluir), cabendo a decisão aos membros da Mesa da Santa Casa, por vezes através do recurso a votação. Apesar do rigor que deveria presidir a essa escolha, não se poderão excluir as influências sociais nas tomadas de decisão, nomeadamente através do conteúdo dos atestados de pobreza e de bom comportamento das candidatas.

Mais do que as questões de natureza material, nomeadamente os direitos de herança, as crianças verdadeiramente expostas e enjeitadas sofreram os efeitos da ausência dos laços afectivos e biológicos, nem sempre atenuados pelo acolhimento das amas (sobretudo quando madrastras) ou das famílias adoptivas. Essa ausência poderia gerar sentimentos muito diferenciados, mas um vazio afectivo e uma angústia comum, sobretudo por parte de quem, devidamente integrado na sociedade e com família constituída, sabia bem avaliar o significado de uma mãe definitivamente ausente.

Depois de partir para Lisboa, quando tinha 14 anos de idade, um exposto nunca desistiu de conhecer a mãe que o trouxera ao mundo, mesmo após ter constituído a sua própria família. Para o efeito, partiu em busca das sua origens, o que o levou a descobrir ser filho adúltero de uma mulher casada, residente numa freguesia do concelho de Ponte de Lima. O seu pai era um homem que morava numa freguesia próxima, mas pertencente ao concelho de Vila Verde. Depois de descobrir as suas origens e aceder ao seu processo de exposição e ao registo de baptismo, este exposto decidiu interceder junto do pároco da freguesia de nascimento, nos seguintes termos:

É por isso que peço ao Snr. Reverendo pároco da Freguesia (...) o especial favor de convencer a minha Mãe a escrever-me, pois eu já lhe escrevi algumas vezes e nunca obtive qualquer

resposta. Porquê? Que mal lhe fiz eu? Será que tem medo que eu lhe vá herdar a fortuna? Não Snr. Prior. Eu não quero nada absolutamente dela pois não sou filho do casal. Quero sim que me escreva para saber se ainda é viva e, como é minha Mãe, assiste-me o direito de saber alguma coisa dela²⁴.

Um outro exemplo de exclusão familiar, mas de uma completa reintegração social, foi protagonizado por uma criança que foi exposta na roda de Caminha, em 1856. De família desconhecida, provavelmente pobre, dado que a câmara municipal lhe concedeu um enxoval, no valor de 960 réis, foi entregue a uma ama de Gontinhães, depois de baptizado com o nome de Celestino, nome próprio a que foram acrescentados, mais tarde, os apelidos Martins Fernandes. Tendo completado os sete anos de criação, subsidiados pela câmara de Caminha, este exposto, presumidamente rejeitado pela família biológica, foi adoptado pela família afectiva de criação, que o ajudou a integrar na sociedade e a preparar para a vida. Desempenhou alguns cargos importantes na freguesia, tendo, na qualidade de secretário da Comissão de Obras do Calvário, elaborado algumas actas, com correcção linguística e uma cuidada caligrafia. Casou aos trinta anos com Ana Augusta da Silva, sendo apresentado como «capitalista», por ser possuidor de assinalável riqueza, acumulada no Brasil, para onde havia emigrado no último quartel do século XIX.

Sempre que visitava a sua terra adoptiva, Celestino Fernandes apadrinhava o baptismo de várias crianças, filhas de pescadores, incluindo uma neta daquela que havia sido sua ama de criação. A fortuna pessoal acumulada serviu de pretexto para acções de filantropia, ajudando os mais necessitados. Não tendo descendência, o seu testamento começou por contemplar os pobres de Gontinhães, incluindo o direito a um funeral condigno aos que viviam na indigência. Também não esqueceu os seus pais adoptivos, já falecidos, deixando uma verba para lhes serem rezadas missas pelas suas almas.

Sentindo-se plenamente integrado e reconhecido na comunidade, também deixou bens para benefício e melhoramento da sua terra de adopção, o que justificou uma homenagem póstuma a tão importante benemérito, por parte da Junta de Paróquia. Ficou exarado em acta um voto de pesar pela sua morte, «frisando bem a perca profunda que enlutou esta freguesia com a morte de tão exemplar Cidadão, e tendo em vista a vida exemplaríssima do chorado morto, a respeitabilidade do seu carácter íntegro e a sua benemerência sempre demonstrada em favor dos humildes e do progresso desta terra, que lhe deve tantos e tão relevantes e valiosos benefícios».

²⁴ Extracto da carta dactilografada, enviada ao Pároco de uma freguesia de Ponte de Lima, cedida pelo Padre Manuel Dias.

São alguns exemplos de crianças enjeitadas pelas famílias biológicas, mas acolhidas pela sociedade, que conseguiram contornar um eventual estigma de marginalidade. Excluídos e desenraizados da sua estrutura biológica, tal facto não impediu uma adequada e reconhecida reintegração e afirmação social, bem como a aquisição, herança e transmissão de património. É certo que serão excepções num universo de casos marcados pela exclusão, pela dependência e pelo desempenho de funções domésticas e serviços, mas constituem verdadeiros exemplos de persistência e de sucesso que merecem ser recordados e reabilitados.

BIBLIOGRAFIA

- ALVAREZ SANTALÓ, L. C. (1987) – *Anormalidad y codigos de conducta de la familia en el Antiguo Régimen: la doctrina religiosa sobre el abandono de niños*. In CHACON F., ed. – *Familia y sociedad en el Mediterráneo Occidental. Siglos XV-XIX*. U. Murcia, p. 43-68.
- AMORIM, Maria Norberta (1987) – *Guimarães 1580-1819. Estudo Demográfico*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo (2000) – *Pobres, Honradas e Virtuosas: os dotes de D. Francisco e a Misericórdia de Ponte de Lima (1680-1850)*. Ponte de Lima: Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima.
- COELHO, Eusébio Cândido Furtado (1861) – *Estatística do Districto de Vianna do Castello*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- FONTE, Teodoro Afonso (2000) – *Instituições de assistência e redes de solidariedade em Viana no século XIX*. «Revista Estudos Regionais», vol. 21. Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais, p. 67-93.
- FONTE, Teodoro Afonso (2005) – *No limiar da honra e da pobreza. A infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924)*. Vila Praia de Âncora: Neps e Ancorensis. Tese de Doutoramento.
- FONTE, Teodoro Afonso (2008) – *A assistência à infância abandonada no Noroeste Peninsular. Instituições, quadros normativos, estratégias familiares e circulação de crianças entre o Minho e a Galiza nos séculos XVIII a XX*. In *Actas da X Reunión Científica de la FEHM*. Santiago de Compostela.
- MARCÍLIO, Maria Luiza (1998) – *História social da criança abandonada*. São Paulo: editora Hucitec, Brasil.
- PÉREZ MOREDA, V. (1980) – *Las crisis de mortalidad en la España Interior – siglos XVI-XIX*. Madrid.
- PINTO, António Joaquim de Gouveia (1820) – *Compilação das providencias que a bem da criação, e educação dos expostos ou Engeitados se tem publicado, e achão espalhadas em diferentes artigos de legislação patria (...)*. Lisboa: Impressão Regia.
- PINTO, António Joaquim de Gouveia (1828) – *Exame Crítico e Histórico sobre os direitos estabelecidos pela legislação antiga e moderna, tanto patria como subsidiaria, e das nações mais vizinhas, e cultas, relativamente aos expostos, ou engeitados (...)*. Lisboa: Tipografia Real das Ciências.
- SÁ, Isabel dos Guimarães (1992) – *Abandono de crianças, infanticídio e aborto na sociedade portuguesa tradicional através das fontes jurídicas*. «Penélope», n.º 8, p. 75-89.

LEGADOS DE MISSAS: SALVAR A ALMA PROTEGENDO PARENTES CAPELÃES

PAULA SOFIA COSTA FERNANDES*

A Santa Casa da Misericórdia de Arrifana de Sousa¹, durante todo o século XVII e inícios do século XVIII, viu o seu património a aumentar e enriqueceu consideravelmente, permitindo dessa forma, obras de fundo, graças aos inúmeros legados que, durante este período, entraram na casa. Estes, ao mesmo tempo que faziam entrar esmolas avultadas, que se rentabilizavam ao serem colocadas a juros, ou propriedades, rendas e foros, também a oneravam com a instituição de capelas de missas, e centenas de sufrágios pelas almas que inundavam a Igreja da Casa e outras capelas e igrejas, quer na localidade de Arrifana, quer nas aldeias circundantes, com ladainhas, responsos e missas diárias pelos mortos.

Durante todo o século XVII, a morte estava bem patente na vida, esta constituía a preocupação de todos, bem presente, podia chegar a cada momento e a visão de um purgatório torturante e de penas extremas que se podiam prolongar numa eternidade, levava a que se vivesse constantemente com os olhos no Além. Desta forma, arrecadavam meios para salvar as suas almas, ao mesmo tempo que se suportavam as heranças deixadas pelos familiares já falecidos e que necessitavam de ser salvos desse fogo torturante, que era o purgatório. No período seiscentista, a mesa da Santa Casa aceitou todos os legados propostos, fazendo pequenas ressalvas, pois via assim, o seu património a aumentar, ao mesmo tempo que cumpria uma das obras de Misericórdia: rezar pelos mortos.

Só mais tarde, na segunda metade da centúria seguinte, é que se começou a aperceber do peso dos encargos tomados, com a acumulação de missas por rezar,

* Arquivo Municipal de Penafiel. Investigadora do CITCEM. sofiaacostafernandes@gmail.com

¹ Penafiel denominava-se Arrifana, até 3 de Março de 1770, altura em que foi elevada a cidade com o nome de Penafiel. Uma vez que o período aqui estudado é anterior a essa data, optei por denominar a Misericórdia como Misericórdia de Arrifana de Sousa, pois era o nome dado pelos instituidores.

escassez de clérigos, desvalorização das esmolas deixadas, capitais perdidos e pressões dos administradores de algumas capelas. Desta forma, tornou-se imperioso recorrerem aos breves de redução, tal como inúmeras outras confrarias e irmandades em Portugal o haviam feito.

O volume de legados, esmolas e dinheiro dado a juro, inventários de propriedades e relações de foros e foreiros, bem como, uma massa crescente de capelães, levaram a instituição, para eficácia da sua administração, a organizar o seu cartório. Assim, criaram vários livros de contratos, de legados avulsos, de pagamentos de missas, que permitiram, na altura, controlar o enorme volume de sufrágios, bem como os capitais para pagamento aos capelães e que permitem nos dias de hoje, um estudo aprofundado deste tema, recuperando-se uma grande quantidade de contratos e testamentos. Contudo, sabemos que muitos registos de legados do século XVII se perderam, pois numa compilação feita dos mesmos no século XIX, já denotava o seu extravio do cartório da casa².

O legado mais antigo que chegou até nós remonta a 1632, data a partir da qual temos legados para, praticamente, todos os anos até aos finais da centúria de oitocentos. Estes registos encontram-se compilados, quer nos «contratos da casa»³, quer nos «contratos de aceitação de legados»⁴, quer ainda, no «registo de legados»⁵, bem como nos livros de «satisfação de legados»⁶. Devido, ao número avultado de registos, optamos por trabalhar para este estudo, os contractos de 1632 a 1732, ou seja, um século de legados com encargos pios.

Neste período, Arrifana era um lugar do termo e julgado do Porto, pois só viria a ser concelho a partir de 1741. Lugar de passagem entre o Porto e Vila Real, foi crescendo à volta da sua matriz, tendo, segundo Teresa Soeiro, 1483 habitantes no ano de 1623⁷. Em frente à matriz situava-se a primitiva Igreja da Misericórdia, com o seu hospital, ao que tudo indica nascida em 1509⁸, tendo obtido os privilégios e compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, por provisão régia datada de 30 de Janeiro de 1614. Em 1625, já se encontrava pronta a capela-mor

² AMPNF – *Santa Casa da Misericórdia de Penafiel*, C/D/002, Lv. 03.

O «Livro primeiro de legados avulsos da Santa Casa da Misericórdia da cidade de Penafiel», levado a cabo em Junho de 1816, sob as ordens do Dr. Corregedor e Provedor de Comarca, Dr. Rodrigo Ribeiro Teles da Silva, refere que muitos dos contratos se haviam perdido do cartório da Casa, e a única referência que tinha de alguns instituidores era através do livro de redução de legados, não se sabendo em que data foi instituído ou as características do mesmo.

³ AMPNF – *Santa Casa da Misericórdia de Penafiel*, D/004, Lv. 1 e Lv. 2

⁴ AMPNF – *Santa Casa da Misericórdia de Penafiel*, C/D/001, Lv. 1 e Lv. 2.

⁵ AMPNF – *Santa Casa da Misericórdia de Penafiel*, C/D/002, Lv. 1 a Lv. 10.

⁶ AMPNF – *Santa Casa da Misericórdia de Penafiel*, C/D/003, Lv. 1.

⁷ SOEIRO, 2005: 125.

⁸ FERNANDES *et al.*, 2009: 15-62.

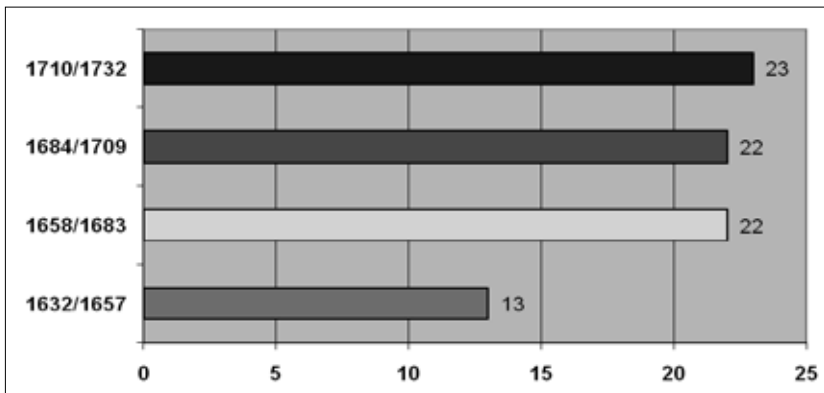
da nova Igreja da Misericórdia, construída no Largo das Chãs, dando-se a igreja por concluída em 1631⁹.

Esta localidade, foi-se tornando, assim, num pólo centralizador no caminho entre o Porto e além-douro, lugar de mercadores e oficiais e onde várias famílias abastadas de lugares vizinhos se iam centrando à volta desta Irmandade, pedindo dinheiro a juros, umas vezes, injectando capitais outras, procurando lugares de topo, na mira de promoções sociais e cargos relevantes, não tendo para isso, que se deslocarem até ao Porto, onde, devido à dimensão da mesma, teriam muito mais dificuldade em alcançar visibilidade.

LEGADOS DE 1632 A 1732

Durante estes 100 anos tratados, conseguimos identificar 80 legados que, entre outras recomendações, deixavam o encargo de várias missas por alma.

Gráfico 1 – Legados entre 1632 a 1732



Se no período inicial, entre 1632 a 1657 só temos 13 legados, depois o número sobe e mantém-se uniforme, com 22 legados entre 1658-1683, 22 legados entre 1684-1709 e 23 legados entre 1710-1732. Número avultado para a localidade em causa, sobretudo se comparar, por exemplo, com Ponte de Lima, que segundo Marta Lobo Araújo, em 1527 contava já com 1579 moradores e em 1758 com 2700 almas¹⁰, e obteve para o período que vai de 1630 a 1729, um total de 52 legados¹¹.

Comparando, ainda, com Alcobaça, o valor é ainda mais discrepante, pois para o período que medeia entre 1607-1697 possui apenas 14 legados de missas, segundo

⁹ FERNANDES *et al.*, 2009: 63-124.

¹⁰ ARAÚJO, 2000: 352.

¹¹ ARAÚJO, 2000: 465.

Francisco Baptista Zagalo¹². Desta forma, a Santa Casa de Arrifana demonstrava, quer uma pujança significativa, quer uma capacidade de atrair os instituidores destes encargos pios.

Convém, ainda, referir que nos 80 legados contabilizados para esta época se encontram, somente, os que instituíram encargos com missas por alma, tendo-se excluído neste estudo, os legados e doações que exclusivamente tinham um carácter de beneficência, sem pensarem nos sufrágios.

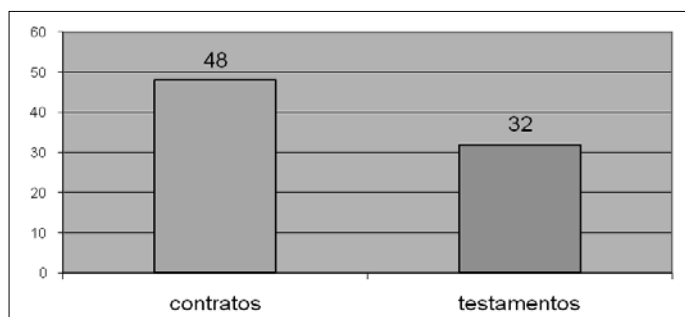
O culto aos mortos expande-se nos finais do século XVII por todas as confrarias e, como podemos constatar, Arrifana não foge à regra. Tal como refere João Francisco Marques

*os bens temporais, precíveis e enganadores, se não podiam ser levados para o outro mundo, serviam ao menos para assegura-lo*¹³.

Ao longo da vida «ricos» e «remediados» iam amealhando riquezas que lhes permitissem um passaporte seguro na hora da morte, aliviando-os de um purgatório prolongado¹⁴. Nem sempre era só na hora da morte, através das disposições testamentárias, que asseguravam as missas que encomendavam as suas almas aos céus, logo que possuíssem dinheiro que o permitisse, instituíam contratos com a Misericórdia, que nalguns casos, eram aumentados mais tarde com o seu testamento ou novo contrato.

Como podemos verificar no gráfico seguinte, os contratos elaborados pelos instituidores com a mesa da misericórdia, muitas vezes na presença directa, outras representados por procuradores, correspondem à maior fatia¹⁵, sendo em menor número, os legados instituídos por testamento.

Gráfico 2 – Legados instituídos por contrato e por testamento



¹² ZAGALLO, 1918: 96.

¹³ MARQUES, 2000: 589.

¹⁴ ARAÚJO, 2007: 12-13.

¹⁵ Geralmente, só não faziam contrato presencial com os instituidores no caso dos legados vindos do Brasil, em que o contrato era assinado por um procurador.

A preocupação com a morte e com a salvação da alma não ocorria só na hora em que esta se aproximava, era uma constante ao longo da vida, e a própria igreja encarregava-se de alimentar essa crença, através de inúmeras práticas. A remissão dos pecados era possível, através da caridade, mas essencialmente através das missas ditas por tenção, enquanto o instituidor era vivo, ou ditas pela sua alma, depois de morto. O recurso ao testamento, na época moderna, também já esta amplamente difundido¹⁶, e constata-se que não eram apenas os ricos que recorriam a ele para expressar a sua última vontade, assegurar a vida pós-morte e proteger parentes e amigos, bem como, fazer perdurar a sua memória junto dos seus, era um denominador comum a todos.

Durante a vida, o mesmo instituidor, por vezes elaborava vários contratos, conforme ia tendo condições económicas para o fazer, aumentando assim os encargos com a sua alma, à medida que a velhice se aproximava. Vejamos:

O Padre João de Meireles Freire, cura da Igreja de Santo Ildefonso, no Porto, natural de Cobas, redigiu um primeiro contrato com a Misericórdia, em 1655, solicitando 2 missas semanais¹⁷ e em 1681, volta a elaborar outro contrato com a mesma Casa de 5 missas semanais¹⁸.

Também Maria da Beça Leal, faz um primeiro contrato de missa semanal em 1700¹⁹, e em 1725 é apresentada à Mesa o seu testamento, solicitando mais 6 missas anuais²⁰.

No caso de Catarina da Assumpção, ela faz um primeiro contrato, juntamente com Isabel da Cruz, ambas beatas terceiras de Arrifana, com a Misericórdia, de meia capela de missa quotidiana, em 1705²¹, e mais tarde, já sozinha, elabora um contrato, em 1715, de missa quotidiana²². Se atendermos ao facto de só termos estudado os contractos feitos com a Santa Casa de Arrifana de Sousa, esta repetição de contratos por parte do mesmo instituidor é relevante, pois tudo nos leva a crer que poderá ter deixado mais legados pios em outras instituições religiosas.

Assim, durante a vida destes instituidores, já se iam rezando inúmeras missas, em sua tenção, que depois do seu falecimento, iriam continuar a ser ditas nos altares das igrejas da localidade que os viu nascer.

¹⁶ ARAÚJO, 2000: 270.

¹⁷ AMPNF – *Santa Casa da Misericórdia de Penafiel*, C/D/002, Lv. 08, fls.22-24v.

¹⁸ AMPNF – *Santa Casa da Misericórdia de Penafiel*, C/D/002, Lv. 08, fls.88-90.

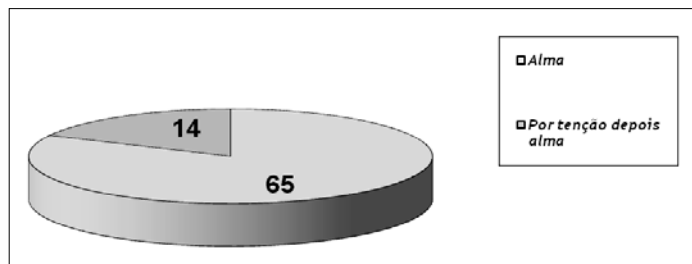
¹⁹ AMPNF – *Santa Casa da Misericórdia de Penafiel*, C/D/002, Lv. 08, fls.161-163.

²⁰ AMPNF – *Santa Casa da Misericórdia de Penafiel*, C/D/001, Lv. 01, fls.378-379.

²¹ AMPNF – *Santa Casa da Misericórdia de Penafiel*, C/D/002, Lv. 08, fls.179-181.

²² AMPNF – *Santa Casa da Misericórdia de Penafiel*, C/D/001, Lv. 1, fls.11-12v.

Gráfico 3 – Missas por tenção (depois por alma, após a morte) e por alma



Dos 80 legados para este período, 14 tiveram a preocupação de iniciar estas orações que purificavam a alma, mesmo antes da sua morte. Assim, tal como refere Marta Lobo Araújo,

*exercia-se a caridade através da oração e procurava-se que as almas alcançassem o reino celestial*²³

perpetuando-se esta preocupação até a eternidade, pois no caso dos legados existentes na Misericórdia em questão, todos são «ad eternum».

Estes encargos pios são, grande parte deles, quotidianos (30 contratos estipulam missas quotidianas), para além de inúmeras instituições de meias capelas, nas quais se rezavam 4 missas por semana, sendo também, várias as instituições de missas semanais. Os milhares de missas rezadas e cantadas por ano, nos altares contemplados, um corpo significativo de clérigos com os encargos inerentes, bem como a entrada de grandes montantes de capitais que permitiram o funcionamento de toda esta engrenagem de salvamento de fiéis defuntos, denotam a importância destes legados. A esperança da ressurreição tornava lícito que se transformasse a vida num «domicílio de luto que o teatro recria numa apelação do efêmero...»²⁴

CAPELÃES DOS ENCARGOS PIOS

Estes homens e mulheres da centúria de seiscentos e início da centúria de setecentos, tementes da morte, fiéis devotos, com os olhos colocados no encontro com Deus, altura em que seus pecados iam ser analisados, também eram, evidentemente, pessoas com sentimentos, famílias e amizades.

Ao deixarem estes legados, não esqueceram os laços que os prendiam ao mundo dos vivos, lugar onde queriam que seu nome perdurasse para além das suas cinzas, lugar onde pretendiam deixar as marcas da sua passagem, onde necessitavam, que os

²³ ARAÚJO, 2002: 366.

²⁴ ARAÚJO, 1989: 141.

seus familiares, por gerações e gerações, os evocassem constantemente, até porque, ao evoca-los e rezar por eles, estavam a assegurar a sua salvação, bem como a deles.

Exactamente por estes motivos, solicitavam à Mesa desta irmandade, que os capelães que fizessem os seus sufrágios fossem de sua geração.

Verificamos assim, que dos 80 legados deste período, só 39 deixaram à Mesa a liberdade de nomear o capelão, muitas vezes, advertindo que estes teriam que ser homens de bons costumes e honrados, mas confiando na escolha da Misericórdia. Nos restantes, os ditos instituidores vão mais longe, nomeiam amigos, parentes, escolhem as linhagens, interferindo num tempo futuro, que já não seria o seu. Estes homens e mulheres asseguravam o seu descanso eterno, garantindo a recordação «in perpetuum», espécie de imortais, pois sabiam, que para além do dever da instituição a quem delegavam e pagavam esse trabalho, também, seus familiares vindouros carregavam esse dever e receberiam por isso.

Os sufrágios tornaram-se, nesta altura, «uma constante fonte de rendimento»²⁵ para o clero, e por isso, estes legados procuravam assegurar que esse quinhão chegasse aos seus descendentes.

Vejamos então, o quadro seguinte, que nos mostra a forma escolhida pelos instituidores para determinarem o capelão que os iria advogar perante os céus.

Quadro 1 – Tipos de nomeação

Capelães nomeados pela mesa	Capelães da geração dos instituidores	Meia capela com capelães de nomeação da mesa / meia capela com capelães da geração dos instituidores	Os instituidores nomeiam uma só vez o capelão depois é a nomeação da mesa	Meia capela com capelães de nomeação da mesa / meia capela com capelães da geração dos instituidores somente uma vez	Nomeação do morgado que criou o instituidor
39	21	3	14	2	1

Como podemos verificar, 21 legados determinaram que todos os capelães teriam que ser da geração do instituidor, para todo o sempre, com características e algumas especificidades, que veremos adiante.

Outros houveram, que determinaram que meia capela teria capelães de nomeação da Mesa e a outra meia capela, capelães da geração do instituidor, esta modalidade em muito menor número.

Também é de referir, o número considerável de legados que não se preocupando com os séculos vindouros, e numa perspectiva mais próxima, nomearam «por uma vez somente» o capelão. Estes últimos, referem-se essencialmente à nomeação de

²⁵ MARQUES, 2000: 590.

clérigos amigos e conhecidos, muitas vezes da sua paróquia e não tanto a parentes. Convém referir, que foram os próprios clérigos ou mulheres como instituidores, os que mais preferiram esta modalidade de escolha de capelão, o que tudo leva a crer que escolheriam o seu padre confessor ou padres que conhecessem, com os quais privavam, provavelmente, com dois intuitos: protegerem melhor a sua alma, pois sabiam que os capelães nomeados não trairiam o seu voto de confiança, e por outro lado, estavam ao mesmo tempo, a transferir aos poucos, uma parte da sua herança para estes homens de Deus, através da esmola de missas.

Assim fez, em 1659, Antónia da Mota, viúva de Arrifana, ao deixar 2 missas semanais, em que nomeia o Padre Francisco de Lemos Ribeiro, deste lugar, para capelão²⁶. Por sua vez, em 1661, o Reverendo Manuel Ferraz das Neves, Vigário de Agilde e sua irmã Freira Terceira de São Francisco, contratou com a Misericórdia 2 missas semanais e 3 de Natal, referindo que o capelão teria que ser o Padre Manuel do Couto, e vai mais longe ao declarar que, no caso deste não poder, em seu lugar ficaria o Padre Manuel da Cruz Leal, de Arrifana²⁷. Anos mais tarde, em 1674, surge outro contrato similar, Catarina de Madureira, viúva, de Eiriz, solicitou missa semanal e escolheu o Padre Manuel de Sousa Rodrigues, de Arrifana, referindo que, quando este estiver impedido, a Mesa teria que o substituir, mas, mal ele regressasse, lhe restituíam o lugar²⁸. Estes 3 exemplos dos 14 legados, em que o instituidor nomeia o capelão por uma única vez, são uma boa amostragem dos restantes.

Como referimos, tratavam-se essencialmente de mulheres e clérigos que solicitavam missas semanais, ou missas por altura do Natal. Não são, portanto, legados de missa quotidiana, mais dispendiosa para o instituidor e mais gratificante para o capelão, com excepção do legado do Abade de Beire, Bento de Meireles, que determina que se lhe reze 1 missa quotidiana e 3 de Natal e nomeia o Padre Jerónimo Ferreira, de Arrifana e o Padre Cosme Nogueira Luís, de Perozelo, para o efeito, no ano de 1700²⁹.

No que se refere aos 21 legados que nomeavam padres de geração dos instituidores, ou seja, seus parentes, já verificamos que se referiam na generalidade, a legados mais avultados, ou seja, instituições de capelas e sufrágios quotidianos³⁰, sendo estes instituidores, na maioria, homens de avultados recursos, na maior parte das vezes enriquecidos no Brasil³¹, clérigos³² ou homens da nobreza da região.

²⁶ AMPNF – *Santa Casa da Misericórdia de Penafiel*, C/D/002, Lv. 03, fls.33v-37.

²⁷ AMPNF – *Santa Casa da Misericórdia de Penafiel*, C/D/002, Lv. 08, fls.39-41.

²⁸ AMPNF – *Santa Casa da Misericórdia de Penafiel*, C/D/002, Lv. 08, fls.73v-77.

²⁹ AMPNF – *Santa Casa da Misericórdia de Penafiel*, C/D/002, Lv. 08, fls.157v-160.

³⁰ Dos 21 legados que nomeiam capelães de geração, 11 destinam-se a missas quotidianas.

³¹ Nos legados que nomeiam capelães de geração, 8 dos instituidores eram naturais desta zona, mas residiam no Brasil (Pernambuco, Baía, Rio de Janeiro).

³² Nos legados que nomeiam capelães de geração, 7 dos instituidores eram clérigos.

Também não podemos esquecer, que na época moderna, o número de clérigos era bastante alto, devido ao fervor religioso da altura, à piedade popular, à promoção social que poderia advir, quer para o jovem que tomava ordens sacras, quer mesmo para os membros da sua família, devido aos privilégios fiscais, jurídicos, militares, entre outros³³. Daí, ao redigirem os seus testamentos ou contratos com encargos pios, estes instituidores não se esqueciam dos seus familiares, protegendo quer os capelães da família do desemprego, proporcionando-lhes capelas de missas e esmolos anuais certas, quer incentivando jovens descendentes a abraçarem a carreira sacerdotal, pois teriam uma fonte de rendimento certa.

Assim, alguns instituidores, nos contratos e testamentos redigidos com a Misericórdia, salientaram este aspecto, referenciando que os seus familiares, podiam mesmo, ordenar-se com as suas capelas a título de património. Este património, necessário para a ordenação era, muitas vezes, na sua falta, impeditivo para que os clérigos de ordens menores alcançassem as ordens sacras, que lhes permitiriam ascender socialmente e dizer missa³⁴. O património podia ser instituído em variadíssimos bens, dos quais constavam as capelas, que foram, sem dúvida, um meio privilegiado de dotação³⁵.

Nestes legados, o valor do nome impera, há que fazer perdurar o apelido do instituidor, preferindo para o efeito a descendência de linhagem masculina. O primeiro contrato com a Casa a delinear a obrigatoriedade do capelão de geração é de 1642, e foi instituído pelo Licenciado Amaro Moreira, abade fundador da Igreja da Misericórdia, onde estabeleceu panteão para si e para a sua família.

Homem de avultadas posses, impulsionador desta irmandade, estabeleceu imensas regras que influenciaram o compromisso da Casa, instituiu um administrador do seu legado, varão de sua linhagem, carregando o seu nome e declarou que os capelães

sempre dois que alternaram a semana e depois deles serem nomeados pelo meu administrador, mas serem sempre da minha geração e se preferira o filho de macho por via legitima e se chamar Moreira

influenciou, ainda, os restantes contratos estabelecidos e, depois deste, outros lhe sucederam nestes moldes, por sua influência ou por influência do Porto.

Os instituidores de legados da Misericórdia do Porto, também vão sentir este pulsar do sangue na hora de redigir os seus contratos de encargos pios. Durante toda a segunda metade do século XVII, são vários os legados instituídos para se rezar missa semanal ou quotidiana, em que os instituidores nomeavam capelães de sua geração para o coro, havendo, mesmo, um caso que permitia a nomeação de descendência bastarda³⁶.

³³ PAIVA, 2001: 157.

³⁴ PAIVA, 2000: 208.

³⁵ PAIVA, 2000: 221.

³⁶ FREITAS, 1995: 398-401.

Assim, por influência do Porto ou do Abade Amaro Moreira, instituidores de Arrifana, muitos residentes no Brasil, vincularam as suas missas à sua descendência, expandindo a herança por gerações que haveriam de vir, fazendo perdurar a sua memória e nome. Pensariam estes homens e mulheres que a sua alma estava mais segura se vinculada à Misericórdia e também aos clérigos de seu sangue? De facto, constata-se que, para os finais da centúria de seiscentos, início de setecentos, os problemas relacionados com os sufrágios começaram a surgir um pouco por todas as instituições religiosas do país: acumulação de missas por rezar, insubordinação dos clérigos e despedimentos dos mesmos, muitas vezes motivados pela desvalorização das esmolas, perda dos capitais deixados a juros, levaram à diminuição do número de missas³⁷. O que era para durar perpetuamente tinha um fim claro à vista, a última vontade dos testadores, afinal não seria para levar tão a sério. Colocar a família dependente economicamente da sua alma, podia ser o mais importante seguro da salvação da mesma, uma vez que os capelães teriam a sua segurança económica ao rezar pelos seus.

Numa sociedade em que as malhas de clientelas familiares se faziam sentir, quer pela constituição de morgados, quer pela criação de vários tipos de vínculos de linhagens familiares, ser «filho de algo» era uma mais-valia, mesmo sendo apenas capelão.

Estes instituidores não se ficam somente pela escolha de parente para seu capelão, escolhem a linhagem que preferem na sua descendência. Desta forma, encontramos em 1681, o Padre Luís Amado de Refojos de Riba, a nomear para seus capelães os seus parentes pela linhagem de João Ferreira, da Casa de Parofins de Ferreira³⁸. Também em 1683, o Padre Pedro Afonso de Leão, de São Parofins de Ferreira, institui para seu sacerdote um capelão da Casa de Simão Vaz dos Casais, freguesia de São Pedro de Raimunda, da sua geração³⁹. Susana de Oliveira, viúva, moradora no Porto, em 1704, segue o mesmo critério e elege os descendentes de Paulo Nogueira e sua sobrinha Maria Josefa de Sousa para as suas missas⁴⁰.

Nesta espécie de morgado sacerdotal, a protecção aos parentes vai ao ponto de, apesar de escolherem a capela ou igreja, onde queriam que os seus sufrágios fossem rezados, permitiam aos seus parentes mais chegados, que as rezassem noutros locais por onde andassem⁴¹.

Evidentemente que esta massa de clérigos parentes dos instituidores que invadiu a Santa Casa no século XVII, inícios do século XVIII, vai trazer problemas acrescidos

³⁷ PENTEADO, 2000: 333.

³⁸ AMPNF – *Santa Casa da Misericórdia de Penafiel*, C/D/002, Lv. 08, fls.85-87.

³⁹ AMPNF – *Santa Casa da Misericórdia de Penafiel*, C/D/002, Lv. 08, fls. 96v-99.

⁴⁰ AMPNF – *Santa Casa da Misericórdia de Penafiel*, C/D/002, Lv. 08, fl. 179-181.

⁴¹ AMPNF – *Santa Casa da Misericórdia de Penafiel*, C/D/002, Lv. 08, fl. 126-130. É o caso por exemplo do legado de Luís Fonseca Rebelo e mulher, de missa quotidiana, instituída em 1693, que especifica que se o clérigo estiver fora dirá as missas por onde andar.

à administração da mesma, apesar destes, terem que se sujeitar ao seu compromisso. Primeiro, porque não eram os seus escolhidos, e os irmãos da Mesa, também teriam os seus familiares e amigos para colocar, e assim não podiam facilmente despedi-los a seu contento, pois sujeitavam-se as pressões das famílias dos instituidores e dos administradores dos legados. Segundo, o facto de a maior parte deles poder dizer as missas por onde bem entender, levava a um aumento da dificuldade de administração, pois teriam que requerer certidões que as comprovassem para efectuar os pagamentos. Em terceiro, um descuido ou atraso no dito pagamento era logo verificado pelos sucessores do instituidor, desacreditando a instituição e inibindo a chegada de novos legados, pois mesmo que a alma do antepassado já não lhes pesasse na consciência, pesava a falha das esmolas das missas. Finalmente, porque quando falecesse um desses clérigos, para escolher o seu sucessor, teriam que verificar entre os sucessores a que linhagens pertenciam e qual era o parente mais chegado. Contudo, este costume institui-se na Santa Casa de Arrifana e vai perdurar por todo o século XVIII e seguinte.

Desta forma, na Misericórdia de Arrifana, estes capelães, espécie de morgados, não de terras e foros mas de cálice e vestes sacerdotais carregavam por gerações e gerações o peso das almas dos seus antepassados defuntos, instituidores de encargos pios. Protegidos por esse vínculo, elevavam os nomes de seus ascendentes aos céus, deambulando por entre os outros capelães nomeados pela Casa, como se de uma espécie superior se tratassem.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu (1989) – Morte, *Memória e Piedade Barroca*. «Revista de História das Ideias», vol. 11. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- ARAÚJO, Ana Cristina (2000) – *A Morte*. In AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 265-274.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2000) – *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (sécs. XVI-XVIII)*. Barcelos: Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa e de Ponte de Lima.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2002) – *A Confraria de São Pedro da Gafanhoeira entre a aurora e o entardecer*. «Cadernos do Noroeste», Série História I, p. 359-378.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2007) – *Rituais fúnebres nas Misericórdias portuguesas de Setecentos*. «Fórum – Revista do Concelho Cultural da Universidade do Minho». Braga: Separata de Fórum, n.º 41, p. 5-22.
- FERNANDES, Paula Sofia da Costa (2009) – *Fundação e consolidação da Misericórdia*. In RODRIGUES, José Carlos Meneses, coord. – *Misericórdia de Penafiel: 500 anos – um baluarte histórico-cultural*. Penafiel: Santa Casa da Misericórdia de Penafiel, p. 15-62.
- FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e (1995) – *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, vol. III.

- GARCIA, Isabel Bessa (2009) – *As igrejas da Misericórdia de Penafiel, um percurso arquitectónico*. In RODRIGUES, José Carlos Meneses, coord. – *Misericórdia de Penafiel: 500 anos – um baluarte histórico-cultural*. Penafiel: Santa Casa da Misericórdia de Penafiel, p. 63-124.
- MARQUES, João Francisco (2000) – *A renovação das práticas devocionais*. In AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. II.
- PAIVA, José Pedro (2000) – *Os mentores*. In AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. II.
- PAIVA, José Pedro (2001) – *The portuguese secular clergy in the sixteenth and seventeenth centuries*. In ANDOR, Eszter; TÓTH, Istvan Gyorgy, edited by – *Frontiers of faith*. Budapest: Central European University and European Science Foundation, p. 157-166.
- PENTEADO, Pedro (2000) – *Confrarias*. In AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *Dicionário da História Religiosa*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. II.
- SOEIRO, Teresa (2005) – *Penafiel, composição de um espaço administrativo*. «Cadernos do Museu», n.º 10. Penafiel: Museu Municipal de Penafiel.
- ZAGALLO, Francisco Baptista (1918) – *Historia da Misericórdia de Alcobça. Esboço histórico desta Misericórdia desde a sua fundação até 1910*. Alcobça: Tipografia e Papelaria de António M. d'Oliveira.

FONTES

- AMPNF – *Santa Casa da Misericórdia de Penafiel*, C/D/001, Lv. 1
- AMPNF – *Santa Casa da Misericórdia de Penafiel*, C/D/001, Lv. 2
- AMPNF – *Santa Casa da Misericórdia de Penafiel*, C/D/002, Lv. 1
- AMPNF – *Santa Casa da Misericórdia de Penafiel*, C/D/002, Lv. 2
- AMPNF – *Santa Casa da Misericórdia de Penafiel*, C/D/002, Lv. 3
- AMPNF – *Santa Casa da Misericórdia de Penafiel*, C/D/002, Lv. 4
- AMPNF – *Santa Casa da Misericórdia de Penafiel*, C/D/002, Lv. 5
- AMPNF – *Santa Casa da Misericórdia de Penafiel*, C/D/002, Lv. 6
- AMPNF – *Santa Casa da Misericórdia de Penafiel*, C/D/002, Lv. 7
- AMPNF – *Santa Casa da Misericórdia de Penafiel*, C/D/002, Lv. 8
- AMPNF – *Santa Casa da Misericórdia de Penafiel*, C/D/003, Lv. 1
- AMPNF – *Santa Casa da Misericórdia de Penafiel*, D/004, Lv. 1
- AMPNF – *Santa Casa da Misericórdia de Penafiel*, D/004, Lv. 2

A PROTECÇÃO AOS «APOSENTADOS» NA MISERICÓRDIA DE VILA VIÇOSA (SÉCULO XIX)

MARIA MARTA LOBO DE ARAÚJO*

A documentação existente no fundo que constitui o arquivo da Misericórdia de Vila Viçosa¹, prova que a confraria ajudava os mais idosos pelo menos desde a segunda metade do século XVII. O socorro, quase sempre em alimentação e roupa, era remetido a suas casas e contribuía para minorar a situação de carência em que muitos se encontravam. Estas esmolas eram também dadas aos que estavam temporariamente incapacitados para trabalhar, como era o caso, por exemplo, dos doentes. Ajudavam-se também crianças pequenas, por não serem capazes de proverem a sua subsistência. A Santa Casa fazia-o através do rol de pobres, actuando dentro do estabelecido no compromisso de 1516 da Misericórdia de Lisboa, alterado em 1577². Este regulamento manteve-se activo nesta instituição até 1806, data em que a Coroa impôs a todas as Santas Casas o compromisso da Misericórdia da capital de 1618.

Não existia, por conseguinte, uma linha específica de assistência destinada aos mais velhos³.

* Universidade do Minho-CITCEM. martalobo@ics.uminho.pt.

¹ A maior parte do Arquivo da Santa Casa encontra-se no Arquivo Municipal. Todavia, na própria Misericórdia existem fontes para o século XIX e todo o fundo do século XX.

² Nesta data, a Santa Casa reformou, tal como a Misericórdia de Lisboa, o compromisso existente e adaptou-o à sua realidade. Em 1661, este documento foi trasladado e nele acrescentados pequenos pormenores. Arquivo Municipal de Vila Viçosa (AMVV) – Fundo da Misericórdia, *Compromisso da Misericórdia de 1661*, Livro n.º 24, fls. 28-30.

³ À semelhança da de Vila Viçosa, a Misericórdia de Coimbra mantinha no século XIX em funcionamento o rol de pobres, onde os entevados e os «doentes crónicos» ocupavam um lugar significativo. Para além do auxílio prestado através do rol, esta instituição mantinha a ajuda a merceiras, que esmolava mensalmente. LOPES, Maria Antónia (2000) – *Pobreza, assistência e controlo social. Coimbra 1750-1850*. Viseu: Palimage Editores, vol. II, p. 67-76.

Em finais do século XVIII, o maior rigor imposto na contabilidade da Santa Casa de Vila Viçosa possibilita analisar as despesas realizadas com a aquisição das galinhas e do carneiro, bens que constituíam as esmolas alimentares enviadas aos que permaneciam em suas casas e eram auxiliados pela instituição. Quando os socorridos a domicílio foram identificados, ficamos a saber que a sua maioria era composta por mulheres, moradoras nas diferentes ruas da vila, e muitas tinham idade avançada.

Na primeira metade do século XIX, a Santa Casa tinha em funcionamento uma modalidade de assistência aos velhos e incapacitados, que deve ter surgido no início deste século⁴. Perante a inexistência de asilos ou albergues na vila, a confraria decidiu internar alguns idosos e incapacitados, protegendo-os até à morte. Funcionando para estes como hospício, internava-os no seu hospital, porque não dispunha de um local adequado para os receber⁵.

Após a criação do Conselho Geral de Beneficência em 1834, foi edificado em Lisboa um «grande asylo para mendigos e indigentes de ambos os sexos», com o objectivo de combater a miséria e a ociosidade. À semelhança do verificado na capital, outras cidades montaram asilos, quer para crianças, quer para adultos. Ao mesmo tempo surgiram também asilos para velhos. Casas onde a velhice, a invalidez e o desamparo eram socorridos⁶.

A solução encontrada em Vila Viçosa constituiu apenas uma forma de beneficência aos idosos. As variações foram muitas e cada uma das congéneres ou deu continuidade ao que já tinha em curso ou optou pelo caminho que lhe pareceu mais adequado. A Santa Casa de Viseu decidiu em 1855 erguer um asilo de Mendicidade, quer para entrevados, quer para mendigos⁷.

Algumas Misericórdias de maior porte administravam hospitais para idosos. A Santa Casa do Porto possuía dois hospitais para velhos: um para mulheres e outro para homens. Em 1837, esta confraria sentiu necessidade de mudar os entrevados e

⁴ A inexistência de livros de actas e de livros de receita e despesa para este período impossibilita-nos de conhecer todo o funcionamento da instituição até à Revolução Liberal.

⁵ A convivência dos idosos com outros internados, fossem doentes ou crianças, era comum em muitos hospitais, sendo a sua separação mais tardia. Veja-se o caso do hospital de São Telmo, em Espanha NARGENES QUIJANO, Faustino; PÉREZ DE DIEGO Ignacio J. (1993) – *El Hospital Provincial de San Telmo. Beneficencia y Asistencia Social en Palencia (siglos XIX y XX)*. Palencia: Diputación Provincial de Palencia.

⁶ Leia-se RIBEIRO, Victor (1907) – *Historia da beneficencia publica em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

⁷ PAIVA, José Pedro, coord. científico (2010) – *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, vol. 8, p. 355-356, Documento n.º 139. Veja-se ainda LOPES, Maria Antónia (2002) – «As Misericórdias de D. José ao final do século XX». In PAIVA, José Pedro, coord. científico – *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. ... vol. I, p. 90.

entrevadas para novos espaços, equacionando, a partir de então, vários locais para os receber⁸.

Já na Misericórdia de Castelo Branco vivia-se na primeira metade do século XIX a mesma situação que na vila alentejana. No hospital da confraria beirã admitiam-se também inválidos e velhos. Esta situação decorria do desamparo em que se encontravam e da incapacidade que tinham para se sustentarem. A inexistência de um albergue na localidade levava os que se encontravam no ocaso da vida a procurarem refúgio na Santa Casa⁹.

A necessidade de internar pessoas de idade avançada, desprotegidas de família, decorre das mudanças operadas na família, da pobreza em que estas se encontravam e ainda das profundas alterações sofridas pela sociedade¹⁰.

Em Vila Viçosa, muitos que pediam aposentadoria na Santa Casa tinham sido trabalhadores do campo, encontravam-se com idade avançada e sem forças. No ocaso da vida, encontravam-se sem apoio e na miséria, por falta de recursos¹¹. As mulheres eram quase sempre donas de casa, viúvas ou solteiras.

A situação em que se encontrava a lavoura não era nova. Já em finais do século XVIII foi necessário ajudar os lavradores em várias regiões do Alentejo¹². Na década de trinta do século seguinte, a Câmara de Vila Viçosa procedeu também, por mandado do governo, a empréstimos aos lavradores, devido à dificuldade em que estes se encontravam. Procuravam-se respostas para a miséria que avançava sobre as classes trabalhadoras¹³, principalmente para os incapazes, mas na vila calipolense as soluções continuavam a passar essencialmente pela Misericórdia, uma vez que a ajuda camarária parece ter sido muito pontual, a avaliar pela documentação existente.

A Santa Casa chamava-lhes «aposentados» e inicialmente internava-os na «casa dos pobres». Ingressavam no hospital com a justificação de estarem desamparados, velhos e pobres¹⁴. O seu número era muito pequeno e composto maioritariamente

⁸ A Misericórdia do Porto administrava um hospital para velhos. Veja-se BAREIRA, Aníbal José de Barros (2002) – *A assistência hospitalar no Porto 1750-1850*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 236-237. Tese de Doutoramento policopiada.

⁹ Veja-se SILVA, H. Castro e (1958) – *A Misericórdia de Castelo Branco. [Apontamentos Históricos]*. Castelo Branco: Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco, p. 161-163.

¹⁰ A propósito desta matéria veja-se LEANDRO, Maria Engrácia (2001) – *Sociologia da Família nas Sociedades Contemporâneas*. Lisboa: Universidade Aberta, p. 38-45, 289-291.

¹¹ Leia-se RELVAS Eunice (2002) – *Esmola e degredo. Mendigos e Vadios em Lisboa (1835-1910)*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 94.

¹² Consulte-se SANTOS, Rui (1992) – *O socorro aos lavradores de Mértola em 1792*. [S.l.]: Câmara Municipal de Mértola, p. 32-35.

¹³ A propósito do panorama espanhol veja-se ESTEBAN DE VEGA, Mariano (1992) – *La asistencia liberal española. Beneficencia pública y previsión particular*. «Historia Social», n.º 13. Barcelona, p. 154-156.

¹⁴ AMVV – Fundo da Misericórdia, 59/DOE.3/DP28, fl. 5.

por mulheres. Só ingressavam na instituição para serem assistidos segundo esta modalidade, após efectuada uma rigorosa triagem. Entrar para a Misericórdia nesta categoria era difícil e exigia a existência de uma vaga. Os pedidos eram realizados quando necessário, mas os pobres sabiam, que a serem deferidos, só acontecia quando houvesse lugar, todavia, nos casos de maior necessidade, a Santa Casa podia, entretanto, ajudar o visado, mandando-lhe, normalmente, uma esmola em comida¹⁵.

Quando as posses não ajudavam e faltava a estrutura familiar para apoio era nas instituições de assistência que se procurava auxílio. Como refere Georges Minois, a velhice «era um assunto essencialmente privado e familiar»¹⁶. Todavia, na falta desta retaguarda era necessário procurar socorro.

Para além da recepção de «aposentados», a Misericórdia, sempre que podia, alimentava os que não eram capazes de prover o seu sustento. Estas ajudas mantiveram-se durante a primeira metade oitocentista e desapareceram devido à crise aguda que a instituição conheceu nesse momento. Desde sempre que a Santa Casa desempenhou uma importante acção na ajuda aos que lhe batiam à porta, pedindo comida. Fazia-o diariamente, enviando rações aos pobres envergonhados, doentes e entrevados, bissemanalmente e em determinadas festas do ano.

Os casos esmolados pela confraria no século XIX foram muito poucos, demonstrando que apesar de estar activa, esta prática era mais simbólica do que real¹⁷. Para além do número de providos, a forma intermitente como a Santa Casa operava demonstra também as dificuldades sentidas e a incapacidade de manter um programa de assistência consistente para além do que tinha em funcionamento no hospital.

A suspensão daquelas esmolos, mesmo que fossem compostas de sobras de pão, ocorria com alguma frequência, demonstrando que nem essas existiam em algumas ocasiões¹⁸.

Muitas vezes, a sua interrupção mantinha-se apenas durante o tempo de agudez da crise. Logo que havia pagamentos, sinal de boas colheitas e de algum alívio nas

¹⁵ Em 1829, uma pobre pediu para ser aposentada quando houvesse vaga, sendo, entretanto, ajudada com uma esmola. AMVV – Fundo da Misericórdia, *Livro dos termos ou acordos da Santa Caza 1823-1839*, fl. 11v.

¹⁶ Leia-se MINOIS, Georges (1999) – *História da velhice no Ocidente*. Lisboa: Teorema, p. 14.

¹⁷ Exceptuam-se as esmolos de quinta-feira santa que se mantiveram pelo menos até à República, embora se tivessem interrompido em alguns anos, por não haver disponibilidade financeira para as manter. Todavia, o número de beneficiados foi bastante reduzido quando comparado com o dos séculos anteriores.

¹⁸ A Misericórdia mandou suspender as sobras de pão que dava diariamente a dois pobres, em 1840, por não o possuir e ter de o comprar. AMVV – Fundo da Misericórdia, *Este livro he destinado para as sessoens da Comissão Administrativa...*, 1839-1847, fl. 14v.

finanças públicas¹⁹, a confraria retomava a sua acção de beneficência junto daqueles carenciados. Não raras vezes, os pobres assistidos pediam reforço da ração, por ser pequena a que lhes era enviada, embora nem sempre fossem contemplados. O estado do cofre da instituição ressurgia para justificar o não favorecimento²⁰. Os irmãos alegavam sempre a falta de verbas para indeferirem os pedidos de socorro.

O maior número de pedidos foi efectuado por mulheres viúvas²¹ e entrevadas. Desamparadas e pobres, estas mulheres procuravam socorro na instituição, por estarem sós, velhas²², muitas vezes doentes e pobres.

Depois de internados, os idosos eram alimentados, vestidos e, em caso de doença, assistidos pela Misericórdia. Quando morriam, o enterro era efectuado pela confraria.

O desamparo, a pobreza e a velhice eram quase sempre as causas das solicitações, mas podia acontecer também que pessoas mais novas necessitassem igualmente de serem internadas. A mulher entrevada, que pediu o estatuto de «aposentada», em 1830, não era velha, mas em virtude do seu estado, de ter perdido a sua mãe e ter ficado só, necessitava de internamento²³. Nessa situação, foi o desamparo que ditou o aconchego da confraria, encontrado nela o enquadramento que não possuía. A situação em que se encontrava era delicada e requeria atenção, por se encontrar incapacitada e não ser auto-suficiente.

Estes casos foram muito limitados e provam que esta forma de ajuda era destinada aos que se encontravam no ocaso da vida, embora a Misericórdia não se escusasse a socorrer algumas pessoas que estavam em grande dificuldade.

O número de admitidos foi sempre muito pequeno e era doseado de acordo com as baixas registadas, todavia, a procura era muito mais elevada. Em 1851, foram aceites um homem e uma mulher, mas foram rejeitados mais três pedidos do sexo feminino.

A procura e admissão de mulheres eram superiores à dos homens, demonstrando a maior dificuldade em que estas se encontravam quando viviam sós²⁴.

¹⁹ Parte das receitas da instituição provinham do pagamento dos cuidados de saúde prestados aos militares no hospital, ficando a sua recepção dependente do cofre do Estado.

²⁰ Francisco Pedro Castanho pediu, em 1841, que lhe dessem um pão diário para além da ração que recebia, mas não foi atendido, precisamente por falta de cereais. AMVV – Fundo da Misericórdia, *Este livro he destinado para as sessoens da Comissão Administrativa...*, 1839-1847, fl. 21.

²¹ A viuvez era objecto de comentários e juízos morais, provocando reacções de compaixão. Leia-se RABATÉ, Colette (2007) – *Eva o Maria? Ser mujer en la época isabelina (1833-1868)*. Salamanca: Ediciones Universidad, p. 154-156.

²² A Misericórdia de Cabeceiras de Basto também ajudava mulheres solteiras e viúvas no começo do século XX, cumprindo a vontade de um legatário. Leia-se para este assunto FERRAZ Tiago Norberto Gonçalves (2008) – *Laços sociais na Misericórdia de Cabeceiras de Basto 1879-1926*. Braga: Universidade do Minho. Tese de Mestrado policopiada.

²³ AMVV – Fundo da Misericórdia, *Livro dos termos ou acordaos da Santa Caza 1823-1839*, fl. 15.

²⁴ A propósito deste assunto consulte-se DAUPHIN Céline (1991) – «Mulheres sós». In FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle, *dirs.* – *História das Mulheres. O século XIX*. Porto: Ed. Afrontamento,

A primeira menção de um internamento surgiu em 1829 e os dados que possuímos de ingressos terminam em 1853, embora saibamos que na década de sessenta outros foram admitidos. Como recolhia os internados até à morte, a instituição continuou a ter idosos dentro de portas. Com excepção dos anos de 1842, 1845 e 1851 em que entraram duas pessoas, e de 1844 e 1848 em que foram aceites três, em todos os restantes foi recebida apenas uma anualmente. Estes dados demonstram, por um lado, o quanto era difícil ser acolhido na Santa Casa e, por outro, a dificuldade da instituição internar todos os que a procuravam.

A Misericórdia passou a partir de 1834 até à República a viver entre graves crises financeiras, devido ao fim do patrocínio da Casa da Bragança, à enorme dificuldade de cobrar os foros e as pensões, às sucessivas crises causadas pelas epidemias de cólera, varíola e tuberculose e ainda às dificuldades do tesouro público pagar a quem devia²⁵. A subida dos preços dos produtos, mais sentida em alguns momentos como foram os anos de 1856 e 1857, bem como as últimas décadas desta centúria e a falta de receitas paralisaram a Santa Casa e obrigaram-na a redefinir as suas estratégias de acção. Aliás, o agravamento da sua situação financeira foi responsável pelo fim de algumas práticas de beneficência e pela redução drástica de outras, levando a instituição a canalizar todos os esforços para manter o hospital em funcionamento e, mesmo assim, esteve várias vezes sob ameaça de encerramento²⁶.

Na segunda metade do século XIX as finanças da confraria não se alteraram substancialmente, apesar de os anos 80 conhecerem alguma estabilidade. Todavia, até esse momento foi preciso procurar financiamento junto de bancos, efectuar sucessivos orçamentos suplementares e adoptar um discurso de absoluta contenção, porque se conhecia grande penúria.

Como refere o padre Espanca em finais do século XIX

*[...] os impossibilitados de trabalhar por velhice ou doença, tinham outrora seis a oito lugares de aposentados na Misericórdia e a sopa dos conventos, o que tudo lhes falta hoje, sendo por isso que tanto se há acrescentado agora o número de mendigos. E é bem, certo que a maior parte dos homens do povo precisa de um abrigo no último quartel da vida [...]*²⁷.

p. 481.

²⁵ Como curava militares no hospital desde 1661, altura em que celebrou um acordo com a Coroa, a Santa Casa investia muito dinheiro nesta assistência. Porém, o tesouro público nem sempre reunia condições para pagar em tempo útil, obrigando a confraria a uma prolongada espera para ser ressarcida, como quase sempre se verificou.

²⁶ A análise sobre a situação financeira da instituição encontra-se em ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2010) – *A Misericórdia de Vila Viçosa. De finais do Antigo Regime à República*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa, p. 63-112.

²⁷ ESPANCA, José Joaquim da Rocha (1985) – *Memórias de Vila Viçosa*. Vila Viçosa: Câmara Municipal de Vila Viçosa, n.º 24, p. 65

A pobreza que alguns apresentavam não era material, mas decorria da solidão, incapacidade e isolamento. Nesses casos, entregavam os bens que possuíam à Misericórdia e eram admitidos até à morte, como já mencionámos²⁸. Era a forma que a confraria tinha de ser ressarcida de parte da despesa que efectuaria.

Quando não conseguia internar todos os pretendentes, a instituição considerava os casos de maior necessidade e beneficiava-os, quase sempre com o envio de comida diária²⁹.

As esmolas de comida que a instituição enviava aos pobres domiciliados eram distribuídas aos que se encontravam impossibilitados de pedir pelas portas, por estarem doentes, incapacitados ou velhos. Em vários casos, estas situações encontravam-se associadas, impedindo o pobre de se poder sustentar.

Outra estratégia seguida consistia em aceitá-los temporariamente até partirem para outro local, nomeadamente para o hospital das Caldas da Rainha, local procurado por muitos doentes. As pessoas que estavam nesta circunstância precisavam geralmente de tratamentos que não podiam receber em Vila Viçosa.

O hospital termal das Caldas da Rainha recebia doentes de todo o país³⁰. Quando estes não possuíam meios para se deslocarem, pediam ajuda à Misericórdia de sua residência. Os casos mais graves eram, em Vila Viçosa, internados até se proceder à sua remoção para o hospital termal.

As termas e os banhos de mar foram ao longo dos séculos XIX e do XX muito recomendados pelos médicos, facto que levou as populações mais pobres a solicitarem ajuda junto das Misericórdias para receberem esses tratamentos³¹.

Sempre que admitia um novo idoso, a Santa Casa alentejana munia-se de informações detalhadas. Para se conseguir o estatuto de «aposentado» era preciso ser natural e residente na vila e nada ter. Em 1844, a confraria rejeitou os pedidos de duas mulheres, uma por ter passado vários anos fora a trabalhar e a outra por não

²⁸ Rosa Vicente entregou, em 1849, a casa e todos os móveis de que era possuidora à confraria para ser aceite como aposentada. Também os pertences de Joana Rita, falecida em 1846, ficaram para a Santa Casa, por não ter parentes na vila nem em Elvas. No entanto, para ficar com eles, a confraria teve de entrar em contacto com o administrador do concelho e recolher autorização junto deste. AMVV – Fundo da Misericórdia *Este livro he destinado ao Registo da Correspondencia da Comissão Administrativa da Santa Caza da Mizericordia desta villa 1839-1857*, fls. 17v.-18.

²⁹ Em 1835, a confraria ajudou com uma ração diária a viúva do antigo boticário, considerando os serviços prestados pelo dito assalariado. AMVV – Fundo da Misericórdia, *Livro dos termos ou acordos da Santa Caza 1823-1839*, fl. 27.

³⁰ Veja-se RODRIGUES, Isabel Maria Pereira (2008) – *Doença e Cura: Virtude do Hospital Real das Caldas (1706-1777). Elementos Sociais e Económicos*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Mestrado policopiada.

³¹ Sobre as ajudas prestadas pela Misericórdia de Braga aos que precisavam de fazer termas confira-se CASTRO, Maria de Fátima (2006) – *A Misericórdia de Braga. Assistência material e espiritual*. Braga: Santa Casa da Misericórdia e autora, vol. III, p. 284-288.

ser natural de Vila Viçosa³². Em tempo de falta de receitas, apertava-se o crivo, sendo mais difícil o ingresso.

A entrada na Misericórdia era um privilégio só acessível a alguns. Para além de falta de instalação para receber todos os que desejava, a confraria não reunia condições para os ter, tanto mais que lhes dispensava todos os cuidados³³. Os «aposentados» eram inclusivamente vestidos pela instituição. A Santa Casa servia-se da roupa deixada no hospital por alguns doentes e de dádivas que recebia, mas quando não chegavam, sobretudo no Inverno, comprava tecido para confeccionar capotes e outros agasalhos.

Para além das dificuldades económicas, a Misericórdia também não reunia condições logísticas para acondicionar pessoas idosas. Por isso, internava-as em locais que não eram as mais apropriados, apesar de em 1840 se ter criado um compartimento, junto à cozinha, para o efeito. Os homens encontravam-se em 1870 acomodados na enfermaria do mesmo sexo, onde se encontravam «seis camas com entevados convenientes, tem duas janelas de vidro para luz, e ventilação, uma proxima ao tecto e outra de perto para a varanda geral». As «aposentadas» que estavam entevadas dormiam na enfermaria das mulheres, enquanto as restantes se acomodavam no compartimento já mencionado.

Verifica-se, pois, que a procura superava a oferta, facto que terá levado a Santa Casa a internar os entevados e velhos junto dos restantes doentes, separando-os apenas por sexos.

Numa altura em que os irmãos se esmeravam nos cuidados com as enfermarias e as visitavam com regularidade para apurarem as suas condições de funcionamento, principalmente no tocante à higiene e ao cumprimento das regras, quer por parte dos doentes, quer pelos profissionais de saúde, a inexistência de espaços suficientes e apropriados para albergar os idosos e a sua junção aos doentes, só pode ser explicada à luz da grave crise económica em que a confraria estava mergulhada.

Como referimos, sempre que vagava um lugar, os pedidos surgiam e, por vezes, em número superior. Quando em 1845 vagou um lugar e foram ponderadas as circunstâncias aduzidas nos dois pedidos que apareceram de duas mulheres pobres e doentes, a comissão administrativa³⁴, em nome da imparcialidade, decidiu proceder a votação para escolher quem aceitava, uma vez que só tinha um lugar para preencher. O órgão dirigente procurava usar de maior transparência nas decisões tomadas,

³² AMVV – Fundo da Misericórdia, *Este livro he destinado para as sessoens da Comissão Administrativa da Santa Caza da Mizericordia desta villa 1839-1847*, fl. 35v.

³³ Em 1841, as ceias dos doentes passaram a não integrar carne, mas esta continuou a ser servida diariamente a todos os aposentados. Nos dias de abstinência eram-lhes servidas refeições de peixe, tal como aos presos.

³⁴ Durante o século XIX, a Santa Casa foi por mais do que uma vez governada por comissões administrativas. A primeira foi-lhe imposta em Outubro de 1839 e manteve-se em funcionamento até 1845.

bem como de maior racionalidade nas políticas seguidas. Mas se esta foi a primeira decisão, posteriormente o caso foi novamente debatido, e por não desejar aceitar uma e rejeitar a outra, foi decidido aceitar ambas³⁵.

O ingresso na «casa dos pobres» não era garantia de total segurança. Em 1845, um homem solicitou o reingresso, afirmando não se terem cumprido as promessas que lhe tinham feito, encontrando-se, por conseguinte, na situação que o levou a ser aceite³⁶. A menção não é explícita, mas aponta para uma situação de incumprimento, desfavorável ao peticionário.

O último pedido de que temos conhecimento para ingresso como «aposentada» surgiu em 1859 e foi indeferido³⁷. A comissão administrativa alegou a inexistência de condições e decidiu naquele momento não aceitar mais novos casos, todavia, continuou a auxiliar os que estavam dentro de portas, mantendo-se muito vigilante relativamente a cada um. Por considerar que Gabriel António Silva, internado desde 1852, reunia condições para sair, por ter um filho que exercia o ofício de sapateiro na vila e estar «bem estabelecido e [possuir] uma pensão anual que seu irmão lhe deixou» de 28.800 réis, em 1864 decidiu despedi-lo. Este homem era aleijado das pernas, estava imóvel e só se deslocava em cadeira de rodas³⁸. Como se constata, Gabriel Silva, estava na Misericórdia há 12 anos e apesar de incapacitado e da dependência em que se encontrava³⁹, a sua situação familiar e o rendimento anual que auferia fizeram com que fosse despedido. Para a confraria, este homem reunia condições que ditavam o fim da ajuda que recebia.

A monitorização dos pobres era periódica e tinha por objectivo diminuir o seu número e os custos que faziam à instituição. Os nove pobres internados em 1867 foram reduzidos para cinco, por os restantes quatro terem sido considerados com condições para regressarem a suas casas. Dos despedidos, apenas Domingos José de Almeida continuou a ser ajudado com uma ração diária, em atenção aos serviços que tinha prestado à instituição⁴⁰. A ajuda e até a benevolência com que os antigos assalariados eram tratados nestas instituições, são hoje melhor conhecidas devido aos trabalhos realizados sobre estas confrarias nas últimas décadas.

³⁵ AMVV – Fundo da Misericórdia, *Este livro he destinado para as sessoens da Comissão Administrativa...*, 1839-1847, fl. 44.

³⁶ AMVV – Fundo da Misericórdia, *Este livro he destinado para as sessoens da Comissão Administrativa...*, 1839-1847, fl. 45v.

³⁷ Sabemos, no entanto, que em 1867 houve novas admissões.

³⁸ AMVV – Fundo da Misericórdia, *Livro de actas das sessões da comissão administrativa da Misericórdia*, 1863-1868, fl. 22v.

³⁹ A propósito da incapacidade e da dependência no ocaso da vida veja-se CARADEC, Vicent (2001) – *Sociologie de la vieillesse et du vieillissement*. Paris: Nathan Université, p. 24-25.

⁴⁰ AMVV – Fundo da Misericórdia, *Livro de actas das sessões da comissão administrativa da Misericórdia*, 1863-1868, fl. 70v.

O fim da ajuda aos «aposentados» era determinado quando se descobriam condições que não a justificavam. As razões podiam ser muito variadas, mas em tempo de dificuldade o mais pequeno alívio era significativo.

A Misericórdia de Coimbra agiu de maneira semelhante, quando na primeira metade do século XIX descobriu casos que estavam a ser ajudados, através do rol, sem necessitarem e despediu-os⁴¹.

Apesar da Santa Casa da vila alentejana acabar com essa forma de assistência, o socorro aos pobres continuava na vila, nomeadamente através dos particulares.

A distribuição de esmolas aos pobres foi uma das funções que os duques enquanto viveram em Vila Viçosa sempre praticaram, aliás, como outros residentes. Atentos e desprendidos, os duques cumpriam actos de caridade ao longo dos anos, mas principalmente na semana santa, distribuindo comida e roupa aos mais necessitados⁴².

Embora a Misericórdia deixasse de prover aqueles pobres, eles continuaram a fazer-se presentes, através de petições que iam chegando às Mesas, apesar de serem sempre indeferidas⁴³.

Para mendigar, os pobres precisavam de possuir um atestado que os autorizava a essa prática. O documento era passado pelo sub-delegado de saúde, ou seja, pelo médico do partido camarário, mediante análise do peticionário, e assinado também pelo administrador do concelho e pelo escrivão. Depois de analisada a razão da sua incapacidade, era efectuada a descrição do seu estado físico e mencionada a sua idade, residência e estado civil. Só aos portadores destes atestados era consentida a mendicidade, pois os que fossem apanhados a praticar este acto sem estarem autorizados eram considerados vadios, ficando sujeitos a punição⁴⁴.

A documentação existente no fundo camarário do Arquivo Municipal de Vila Viçosa permite constatar que em 1886 e 1887 a administração do concelho fez 20 inspecções bem sucedidas, abundando os casos de cegueira, doenças pulmonares, reumatismo e «velhice». Estes últimos diziam respeito a pessoas idosas, por vezes, mais velhas que os outros, mas que não tinham doenças associadas. Eram maiori-

⁴¹ LOPES, Maria Antónia – *Pobreza, assistência e controlo social. Coimbra 1750-1850...*, p. 57-59.

⁴² Para um melhor conhecimento da acção caritativa do duque D. João II, futuro rei D. João IV, veja-se ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2004) – *Vila Viçosa, as «esmolas» e os «pobres» do duque D. João II (1636-1646)*. «Revista de Demografia Histórica», XXII-II. Saragoça, p. 183-205.

⁴³ José Joaquim Prezado apresentou uma petição à Mesa em 1874, pedindo para ser aposentado «o resto dos seus dias», alegando estar cego e padecer de outras doenças, logo inabilitado para o trabalho. Apesar disso, a Mesa respondeu-lhe não ter disponibilidade financeira para esse tipo de auxílio. AMVV – Fundo da Misericórdia, *Servirá este Livro para as Actas das Sessões da Administração da Misericórdia de Villa Viçosa 1868-1877*, fls. 107, 110.

⁴⁴ Veja-se FERNANDES, Paula Guilhermina de Carvalho (1994) – *Os vadios do Porto de início do século (1901-1906). Algumas notas para o seu estudo*. «Revista da Faculdade de Letras. História», II série, vol. XI, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 333-347.

tariamente constituídos por mulheres e todos residiam na vila⁴⁵. Acrescente-se que só tivemos acesso aos que beneficiaram do atestado. Os rejeitados não figuram no livro de assentos.

O grupo dizia respeito à classe trabalhadora, gente que se dedicava à lavoura e à pastorícia, mas que na velhice, por falta de forças e devido aos achaques causados pela doença, não reunia condições de auto-suficiência e necessitava de um enquadramento protector⁴⁶.

Nesta altura da vida, a pobreza atingia vários sectores da população, obrigando-os à dependência⁴⁷.

Infelizmente, a documentação existente para o século XIX só contempla os casos mencionados, não nos permitindo estudar o alcance desta realidade nos anos seguintes, mas estamos em crer que o ritmo de pedidos de atestados de pobreza se manteve, uma vez que na Misericórdia os velhos e incapacitados não encontraram resposta positiva às suas súplicas.

A análise desta documentação permite verificar ainda uma alteração na assistência a nível local. Após o corte efectuado pela confraria na década de 70, os idosos passaram a solicitar um número crescente de atestados de pobreza no Município para poderem mendigar, sendo-lhes possibilitado o acesso à esmola, mas mediante autorização⁴⁸. Todavia, a maior instituição de beneficência existente na vila e concelho era a Misericórdia. Refira-se, aliás, que as comissões de beneficência paroquiais tinham grande dificuldade em operar neste concelho, por falta de verbas e que, por exemplo, a comissão da freguesia de São Bartolomeu, da vila, abriu um conflito com a Misericórdia ao querer imputar responsabilidades a esta confraria pela cura de alguns doentes que ela não podia ajudar.

Sem receitas para manter o socorro aos velhos, mesmo que fossem em número muito reduzido, a Misericórdia travava uma luta feroz em finais do século XIX para se manter em funcionamento, concentrando todos os esforços financeiros no hospital. Estes constrangimentos ditaram o baixo número de assistidos e tornaram esta protecção essencialmente simbólica, porquanto a instituição não dispunha de meios para a redimensionar e criar condições de a alargar a todos os necessitados.

⁴⁵ AMVV – Fundo da Câmara Municipal, *Autos de inspecção e justificação*, n.º 579, não paginado.

⁴⁶ Sobre a assistência prestada às classes trabalhadoras no século XIX em França consulte-se CUBERO, José (1988) – *Histoire du vagabundage du Moyen Age à nos jours*. Paris: Imago, p. 235-237.

⁴⁷ Confira-se a propósito, CARASA SOTO, Pedro (1992) – *La historia y los pobres. De las bienaventuranzas a la marginación*. «Historia Social», n.º 13. Barcelona, p. 92-93.

⁴⁸ Veja-se LOPES, Maria Antónia (1993) – *Os pobres e a assistência pública*. In MATTOSO, José dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 5º vol., p. 512.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2004) – «Vila Viçosa, as «escolas» e os «pobres» do duque D. João II (1636-1646)». «Revista de Demografia Histórica», XXII-II. Saragoça, p. 183-205.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2010) – *A Misericórdia de Vila Viçosa. De finais do Antigo Regime à República*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa.
- BAREIRA, Aníbal José de Barros (2002) – *A assistência hospitalar no Porto 1750-1850*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Doutoramento policopiada.
- CARADEEC, Vicent (2001) – *Sociologie de la vieillesse et du vieillissement*. Paris: Nathan Université.
- CARASA SOTO, Pedro (1992) – *La historia y los pobres. De las bienaventuranzas a la marginación*. «Historia Social», n.º 13. Barcelona, p. 77-121.
- CASTRO, Maria de Fátima (2006) – *A Misericórdia de Braga. Assistência material e espiritual*. Braga: Santa Casa da Misericórdia e autora, vol. III.
- CUBERO, José (1988) – *Histoire du vagabundage du Moyen Age à nos jours*. Paris: Imago.
- DAUPHIN Céline (1991) – *Mulheres sós*. In FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle, *dirs.* – *História das Mulheres. O século XIX*. Porto: Ed. Afrontamento, p. 477-495.
- ESPANCA, José Joaquim da Rocha (1985) – *Memórias de Vila Viçosa*. Vila Viçosa: Câmara Municipal de Vila Viçosa, n.º 24.
- ESTEBAN DE VEGA, Mariano (1992) – *La asistencia liberal española. Beneficencia pública y previsión particular*. «Historia Social», n.º 13. Barcelona, p. 150-166.
- FERNANDES, Paula Guilhermina de Carvalho (1994) – *Os vadios do Porto de início do século (1901-1906). Algumas notas para o seu estudo*. «Revista da Faculdade de Letras. História», II série, vol. XI. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 333-347.
- FERRAZ Tiago Norberto Gonçalves (2008) – *Laços sociais na Misericórdia de Cabeceiras de Basto 1879-1926*. Braga: Universidade do Minho. Tese de Mestrado policopiada.
- LEANDRO, Maria Engrácia (2001) – *Sociologia da Família nas Sociedades Contemporâneas*. Lisboa: Universidade Aberta.
- LOPES, Maria Antónia (1993) – *Os pobres e a assistência pública*. In MATTOSO, José, *dir.* – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 5º vol., p. 501-515.
- LOPES, Maria Antónia (2000) – *Pobreza, assistência e controlo social. Coimbra 1750-1850*. Viseu: Palimage Editores, vol. II.
- LOPES, Maria Antónia (2002) – *As Misericórdias de D. José ao final do século XX*. In PAIVA, José Pedro, *coord. científico* – *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Lisboa: Centro de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, vol. I, p. 79-117.
- MINOIS, Georges (1999) – *História da velhice no Ocidente*. Lisboa: Teorema.
- NARGENES QUIJANO, Faustino; PÉREZ DE DIEGO Ignacio J. (1993) – *El Hospital Provincial de San Telmo. Beneficencia y Asistencia Social en Palencia (siglos XIX y XX)*. Palencia: Diputación Provincial de Palencia.
- PAIVA, José Pedro, *coord. científico* (2010) – *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, vol. 8, Documento n.º 139.
- RABATÉ, Colette (2007) – *Eva o Maria? Ser mujer en la época isabelina (1833-1868)*. Salamanca: Ediciones Universidad.

- RELVAS, Eunice (2002) – *Esmola e degredo. Mendigos e Vadios em Lisboa (1835-1910)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- RIBEIRO, Victor (1907) – *Historia da beneficencia publica em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- RODRIGUES, Isabel Maria Pereira (2008) – *Doença e Cura: Virtude do Hospital Real das Caldas (1706-1777). Elementos Sociais e Económicos*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Mestrado policopiada.
- SANTOS, Rui (1992) – *O socorro aos lavradores de Mértola em 1792*. [S.l.]: Câmara Municipal de Mértola.
- SILVA, H. Castro e (1958) – *A Misericórdia de Castelo Branco. [Apontamentos Históricos]*. Castelo Branco: Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco.

ESTAR ENFERMO E SER POBRE: ASSISTÊNCIA À SAÚDE NO ALTO MINHO DE OITOCENTOS

ALEXANDRA ESTEVES*

O nosso trabalho, que se inscreve num estudo mais vasto e aprofundado sobre a assistência aos doentes pobres no distrito de Viana do Castelo, centra-se no papel que, nesse âmbito, foi desempenhado pelo Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Caminha, durante o período compreendido entre 1840 e 1863.

O hospital da Misericórdia de Caminha, cuja fundação remonta ao século XV e que foi integrado na Santa Casa da vila em 1516, era uma instituição de pequena dimensão, que se propunha cuidar do bem-estar material e espiritual dos doentes¹. Já no século XIX, continuava a acolher e a prestar assistência aos mais necessitados, ou seja, aos pobres e doentes, não só de Caminha, mas também de fora do concelho. Ao tempo, a condição de pobre abrangia grande parte da população, mas especialmente mulheres sós, órfãos, velhos, deficientes físicos e mentais, afinal todos aqueles que, por qualquer razão, tinham de recorrer à esmola para sobreviver.

A doença era um factor indutor de pobreza. O enfermo, confinado ao espaço doméstico, por períodos mais ou menos longos, impossibilitado de angariar o seu sustento, não conseguia escapar à miséria e ficava à mercê da caridade para conseguir a subsistência. Por isso, a ação levada a cabo pela Misericórdia de Caminha ganhava uma importância crucial na assistência prestada aos doentes pobres. Mas se a doença gerava indigência, esta, por sua vez, também propiciava as enfermidades. A escassez de alimento e de agasalho, as longas jornadas de trabalho, a falta de limpeza e de

* Bolseira de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Universidade do Minho / CITCEM. alexandraesteves@iol.pt.

¹ ARAÚJO, 2005: 668-669.

conforto das habitações, estão entre os principais agentes que potenciavam toda a espécie de moléstias.

Para ingressar no hospital, os interessados tinham que dirigir um requerimento ao provedor da Santa Casa da Misericórdia de Caminha. Geralmente, os petição-nários invocavam a doença e a pobreza para justificar a sua pretensão. A petição apresentada por Ana Santos, jornaleira, em Novembro de 1863, ilustra bem o que acabámos de afirmar:

Diz Ana de Santos, solteira, de maior idade do lugar da Portela freguesia de Vilarelho deste concelho que ela suplicante tem estado a servir em casa de António Gomes Veterano e se acha muito doente sem que tenha meios de se poder tratar por isso é esta razão porque bem recorrer à caridade de V. S.^a para ter a bondade de a mandar recolher ao hospital para ai ser tratada de sua moléstia ou ser socorrida com uma esmolinha para o seu tratamento a vista de informação de um dos senhores facultativos de medicina [...]².

Antes de decidir sobre a solicitação que lhe era dirigida, a Santa Casa procurava confirmar a enfermidade do requerente, o qual, para o efeito, era submetido a um exame realizado pelo médico do hospital, além de, em alguns casos, ser exigida a comprovação da sua indigência pelo presidente e membros da Junta de Paróquia da freguesia de residência.

O médico tinha um papel determinante neste processo, recomendando, ou não, a hospitalização do doente. Nas 30 petições que analisámos, referentes ao período compreendido entre Junho e Dezembro de 1863, em apenas um caso o médico se decidiu pelo internamento do requerente. De acordo com o seu parecer, a maior parte das doenças invocadas podia ser tratada com o reforço da dieta alimentar, durante um número variável de dias e, em algumas situações, com a prescrição de substâncias medicamentosas ou mediante a concessão de financiamento de deslocações para banhos profilácticos³.

Sempre que se justificava, o hospital da Misericórdia, além do acolhimento e tratamento na instituição, prestava ainda apoio domiciliário aos enfermos⁴. Atendendo

² Arquivo Distrital de Viana do Castelo (doravante ADVC) – *Santa Casa da Misericórdia de Caminha, Maços de Dietas aos enfermos pobres*, n.º 7.36.3.4-18, não paginado.

³ Em Agosto de 1863, António Vieira, homem pobre, natural da freguesia de Seixas, concelho de Caminha, por causa da doença de que padecia e segundo a recomendação do médico, tinha de ir tomar banhos quentes na freguesia de Gontinhães, do mesmo concelho. Impossibilitado de ganhar a vida devido à doença, pediu esmola à Misericórdia para o ajudar no financiamento das viagens. ADVC – *Santa Casa da Misericórdia de Caminha, Maços de Dietas aos enfermos pobres*, n.º 7.36.3.4-18, não paginado.

⁴ Em Ponte de Lima, a Santa Casa também ajudava os doentes que não podiam ou não queriam ser internados no hospital, enviando-lhes alimento, remédios ou ainda o médico ou cirurgião da instituição. Confirme-se ARAÚJO, 2006: 485. O mesmo se verificava no hospital Real do Espírito Santo de Portel, estudado pela mesma autora. ARAÚJO, 2003: 13. Em Monção, a construção do hospital da Santa Casa

quase sempre aos pareceres do seu facultativo, era concedido pão e carne aos doentes carenciados. Em todos os casos em que foi atribuída a assistência ao doente através da dieta fornecida pelo hospital da Misericórdia, constavam sempre aqueles dois produtos alimentares, embora a quantidade variasse conforme a gravidade da moléstia⁵. Aliás, o médico tinha sempre a preocupação de especificar não só a quantidade de carne e de pão, mas também a sua qualidade. A sua escolha recaía, invariavelmente, sobre a carne de vaca e o pão de trigo. Procurava-se, afinal, suprir a carência de nutrientes e vitaminas de que estes doentes geralmente padeciam. Deste modo, o acesso a uma dieta adequada significava um contributo decisivo para a sua recuperação.

A doação daqueles produtos ficava a cargo do tesoureiro do hospital. O período de concessão das refeições variava consoante as indicações do médico. Nos pareceres que analisámos, o auxílio era prestado durante um período mínimo de oito e um máximo de 20 dias. Era também a Misericórdia, atendendo às recomendações do facultativo, que, através da sua botica, cedia os fármacos para o tratamento das moléstias.

Voltando a Ana de Santos, importa referir que, apesar da recusa da sua entrada no hospital, foi-lhe concedida uma esmola. Segundo o médico da Santa Casa, a sua enfermidade resultava de uma «estenuação de forças», porque, apesar de trabalhar numa casa abastada, estava subalimentada. Por isso, recomendou à Misericórdia que abonasse a jovem com «uma ração de meio quilo de carne e uma pada de pão de trigo», o que foi aceite⁶.

Uma questão se impõe: o que levaria os facultativos a pronunciar-se contra o internamento de alguns doentes? Como já referimos, o hospital de Caminha era de reduzidas dimensões, pelo que se impunha não só a selecção dos enfermos que, efectivamente, careciam de tratamento hospitalar, mas também a gestão do tempo de internamento, reduzindo-o ao estritamente necessário. Presumimos que a idade e a natureza da doença constariam entre os critérios mais relevantes para a tomada de decisões nestas matérias. As enfermidades que podiam ser tratadas em casa, como, por exemplo, o catarro, ou as doenças graves e potencialmente mortais, para as quais não se vislumbrava cura, não justificariam o ingresso no hospital. A este propósito, referem-se dois exemplos ilustrativos. Em Outubro de 1863, Maria do Carmo, casada, moradora na rua da Misericórdia, dirigiu-se à Santa Casa para pedir ajuda, alegando estar muito doente. O médico que a examinou diagnosticou-

só se concretizou em 1803. No entanto, a instituição prestava auxílio aos doentes, cuidando da sua cura, através do apoio domiciliário. Confirme-se ARAÚJO, 2008: 305. Também a Misericórdia de Ponte da Barca prestou este tipo de serviço. Leia-se PEREIRA, 2008: 288.

⁵ Sobre o pão e a carne fornecidos pelo hospital da Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa no século XIX consulte-se ARAÚJO, 2010: 188-194.

⁶ ADVC – *Santa Casa da Misericórdia de Caminha, Maços de Dietas aos enfermos pobres*, n.º 7.36.3.4-18, não paginado.

-lhe catarro, tendo considerado que não se justificava a sua admissão no hospital, uma vez que podia ser tratada em casa com banhos quentes. O mesmo médico teve ainda a preocupação de ponderar o custo que implicaria o eventual internamento da doente: «se entra no hospital não se demora la menos de 10 a 12 dias, que a 240 reis são 2880 reis; que um doente não gasta menos e por isso ainda a Santa Casa ganha, dando-lhe 4 hectogramas de carne e 20 reis de pão diário, pelos dias que lhe parecer»⁷. Num período em que as Misericórdias se debatiam com sérios problemas financeiros, decerto que não eram descabidos estes cálculos. A situação de Antónia de Almeida era bem diferente. Tratava-se de uma mulher, cujo marido estava emigrado no Brasil, que, até ficar incapacitada pela doença, trabalhava como jornaleira. O médico diagnosticou-lhe um cancro no peito esquerdo, mas não aconselhou o seu internamento, alegando «que sendo uma moléstia terrível, e que é incurável, e sendo pobre precisa de se alimentar»⁸.

No entendimento do facultativo, as doenças crónicas também poderiam não justificar o internamento, uma vez que esta opção não garantia a cura da moléstia e o doente permaneceria muito tempo no hospital, o que acarretava um acréscimo dos gastos da Santa Casa. A título exemplificativo, refere-se o caso de Maria Josefa da Tola. Segundo o médico, esta sofria de uma gastroenterite, mas como «já tem avançada idade, que tem o perigo de lá estar *per ominia secula*, e portanto é mais louvável darem-lhe 4 hectogramas de carne e 40 reis de pão pelos dias que parecer a V. S.^a»⁹. A recusa de internamento estendia-se aos doentes portadores de doenças contagiosas.

A idade também parece ter servido como critério para decidir sobre a concessão ou rejeição do internamento no hospital. Mais uma vez, os principais alvos são os extremos. Segundo o facultativo, doentes de idade avançada e bebés, pelo menos os que ainda estavam a ser amamentados, não deviam ingressar no hospital¹⁰. Em Junho de 1863, Jesuína Esteves solicitou ao provedor da Santa Casa o internamento do seu filho, que ainda era amamentado, gravemente doente com herpes. Contudo, o pedido não mereceu o parecer favorável do médico, uma vez que, nas suas palavras,

⁷ ADVC – *Santa Casa da Misericórdia de Caminha, Maços de Dietas aos enfermos pobres*, n.º 7.36.3.4-18, não paginado.

⁸ ADVC – *Santa Casa da Misericórdia de Caminha, Maços de Dietas aos enfermos pobres*, n.º 7.36.3.4-18, não paginado. Sobre a história do cancro leia-se IMBAULT-HUART, 1997:175-186.

⁹ ADVC – *Santa Casa da Misericórdia de Caminha, Maços de Dietas aos enfermos pobres*, n.º 7.36.3.4-18, não paginado.

¹⁰ Em Junho de 1863, Ana Tanhosa, mulher viúva, residente em Caminha, solicitou o ingresso no hospital da Misericórdia, em resultado do agravamento do seu estado de saúde e por ter despendido todos os meios que dispunha no seu tratamento. Contudo, no seu parecer, o médico não aconselhou o seu internamento devido à sua «proveitosa idade». ADVC – *Santa Casa da Misericórdia de Caminha, Maços de Dietas aos enfermos pobres*, n.º 7.36.3.4-18, não paginado.

«crianças de tal idade é impossível admitirem-se»¹¹. No entanto, foi referenciada a presença de crianças, embora diminuta, no hospital da Misericórdia de Caminha, algumas delas acompanhadas por familiares¹².

A assistência aos presos também não era descuidada. Nas situações mais graves, eram encaminhados para o hospital, onde lhes era ministrada a terapia adequada à doença, ou prescrita a medicação a tomar na prisão¹³. Entre Julho de 1840 e Dezembro de 1850, foram tratados 13 detidos da cadeia de Caminha. Entre os marginalizados que beneficiaram de assistência, descobrimos, além dos reclusos, um enfermo cujo comportamento indiciava perturbações mentais, uma vez que, sem motivo aparente, destruiu diverso mobiliário do hospital¹⁴. No sentido de evitar ocorrências similares, foi contratado um funcionário com o único objectivo de vigiar este doente¹⁵.

Dada a inexistência de instituições preparadas para acolher e tratar doentes mentais, estes eram, por vezes, enviados para os cárceres, onde ficavam a aguardar a partida para os hospitais de Rilhafoles, em Lisboa, e Conde Ferreira, no Porto, que, no século XIX, eram os únicos do país que estavam vocacionados para os receber¹⁶. Outros permaneciam em casa, entregues aos cuidados das famílias, ou então eram simplesmente abandonados e, sem qualquer controlo, deambulavam sem destino, colocando muitas vezes em causa a ordem e a tranquilidade pública¹⁷. Para sossego das populações, a cadeia acabava por ser o seu porto de abrigo.

Geralmente, os hospitais mostravam-se avessos à entrada de doentes mentais, devido à inexistência de estruturas adequadas para os receber e tratar, ao desconhecimento de profilaxias a prescrever e à perturbação que podiam causar, bem como às dificuldades financeiras que, no século XIX, afligiam muitas Misericórdias. Para as famílias, sobretudo para as mais carenciadas, decerto que não era fácil sustentar um elemento que, além de não contribuir para a economia doméstica, exigia uma atenção e vigilância constantes. O caso de Maria Malheira é elucidativo das dificuldades

¹¹ ADVC – *Santa Casa da Misericórdia de Caminha, Maços de Dietas aos enfermos pobres*, n.º 7.36.3.4-18, não paginado.

¹² Sobre a assistência prestada pela Santa Casa da Misericórdia de Viana Foz do Lima a crianças doentes, entre os séculos XVI-XVIII, leia-se MAGALHÃES, 2008: 122-123.

¹³ Em Setembro de 1871, o hospital da Santa Casa da Misericórdia de Caminha despendeu vários réis com o tratamento do preso José Pedro Pires, que passava, designadamente, pela aplicação de sanguessugas e linhaça em pó, casca de laranja. ADVC – *Santa Casa da Misericórdia de Caminha, Receitas e medicamentos aplicados aos enfermos*, n.º 7.36.2.1, fls. 103v-104.

¹⁴ ADVC – *Santa Casa da Misericórdia de Caminha, Livro Receita e despesa*, n.º 7.35.3.17, fl. 176 v.

¹⁵ ADVC – *Santa Casa da Misericórdia de Caminha, Livro Receita e despesa*, n.º 7.35.3.17, fl. 176 v.

¹⁶ Esta era uma realidade contrária à que se verificava em Espanha, onde, desde a Idade Moderna, existiam hospitais específicos para receber doentes mentais. Confirme-se TROPÉ, 1994: 27-32. Sobre a assistência prestada aos alienados em Espanha, no século XIX, leia-se ainda CARASA SOTO, 1987: 143-144.

¹⁷ Veja-se PEREIRA *et al.*, 2005: 99.

associadas a estes casos. Maria era uma mulher solteira, natural da freguesia de Seixas, concelho de Caminha, que vivia com o seu irmão José António Malheiro. Além de sofrer de uma doença estomacal e «ser rendido de ambas as virilhas», José António padecia de loucura. Incapaz de, sozinha, angariar sustento, teve de implorar esmola à Santa Casa. A instituição atendeu o seu pedido, determinando que o tesoureiro do hospital socorresse o seu irmão com carne e pão por um período de dez dias¹⁸.

Eram as mulheres quem mais solicitava ajuda à Santa Casa por motivos de doença, as quais subscreveram 83,3% das petições analisadas. Pediam o ingresso no hospital, alimento, esmola, remédios ou apoio para deslocações que tinham que realizar para tratar as suas moléstias. Esmolavam para si, para os filhos, maridos e irmãos. Nem todas indicavam o seu estado civil, mas, entre as que deram essa informação, 40% eram casadas, 35% eram solteiras e 25% viúvas¹⁹. Por outro lado, eram raras as que faziam referência à ocupação, até porque muitas estavam impossibilitadas de trabalhar. Todavia, encontrámos nas fontes referências a várias jornaleiras, a uma criada de servir, a uma moleira e a uma lavadeira.

Os requerimentos apresentados pelos homens representam apenas 16,7%. Também eles pediam auxílio não apenas para si, mas também para as esposas²⁰. Eram sempre homens pobres, cuja doença ou idade avançada os impedia de continuar a trabalhar. Na documentação compulsada, sobressaem os ex-pescadores. A faina no mar era dura e deixava mazelas no corpo, e os proventos não eram certos nem suficientes para afastar o espectro da indigência. Em 25 de Outubro de 1863, na petição dirigida ao provedor da Misericórdia de Caminha, Maria do Carmo apresentava-se como «casada, da Rua da Misericórdia, molher do ex-pescador Francisco Lopes, hoje pobre e mendigo»²¹.

Habitualmente, o hospital da Misericórdia de Caminha dispunha de um médico, um cirurgião, uma hospitaleira e uma lavadeira. Em momentos de maior azáfama, nomeadamente aquando do internamento de militares, como se verificou nos anos de 1846 e 1847, devido ao clima insurreccional que abalou o Minho, houve necessidade de requisitar os serviços de um funcionário para auxiliar a hospitaleira²².

¹⁸ ADVC – *Santa Casa da Misericórdia de Caminha, Maços de Dietas aos enfermos pobres*, n.º 7.36.3.4-18, não paginado.

¹⁹ ADVC – *Santa Casa da Misericórdia de Caminha, Maços de Dietas aos enfermos pobres*, n.º 7.36.3.4-18, não paginado.

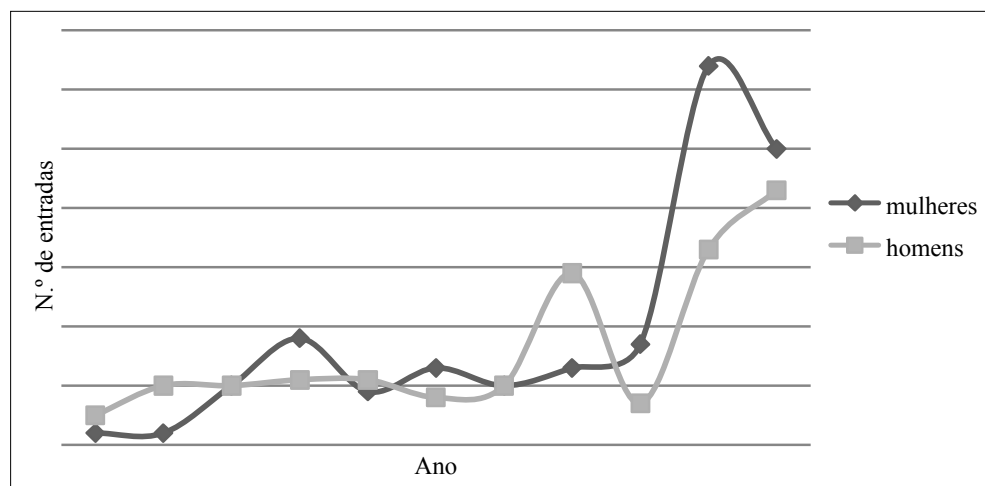
²⁰ ADVC – *Santa Casa da Misericórdia de Caminha, Maços de Dietas aos enfermos pobres*, n.º 7.36.3.4-18, não paginado.

²¹ ADVC – *Santa Casa da Misericórdia de Caminha, Maços de Dietas aos enfermos pobres*, n.º 7.36.3.4-18, não paginado.

²² ADVC – *Santa Casa da Misericórdia de Caminha, Livro Receita e despesa*, n.º 7.35.3.18, fl. 10 v.

Entre 1840 e 1850, deram entrada no hospital de Caminha 403 doentes, sendo 222 do sexo feminino e 175 do sexo masculino. Não foi possível apurar o sexo de seis deles, dado que essa informação não foi averbada. O *Livro de Registo de Entrada de Doentes* não discrimina os doentes que usufruíam de assistência gratuita dos que tinham que pagar o curativo. A predominância de mulheres, ainda que ligeira, no cômputo dos ingressos no hospital durante o período analisado, contraria a tendência verificada em outros estabelecimentos do centro e sul do país. A elevada afluência de homens a estes hospitais decerto que levaria muitas mulheres, por uma questão de pudor, a optarem pelo tratamento no recato do lar²³. Analisando o movimento anual de entrada de enfermos por sexo, presente no gráfico 1, constatamos que existiu quase sempre um certo equilíbrio entre homens e mulheres, com excepção dos anos de 1847, quando se verificou o internamento de vários soldados, e de 1849, devido à hospitalização de 64 mulheres, contra apenas 33 homens.

Gráfico 1 – Movimento de entrada de doentes no hospital da Misericórdia de Caminha (1840-1850)



Fonte: ADVC, *Registo da entrada de doentes (1836-1878)*, n.º 7.35.4.10.

Durante o decénio estudado e no que respeita às flutuações mensais de entrada de doentes, Fevereiro foi o mês que registou o maior número de internamentos. No entanto, era no Inverno, com excepção do referido mês, que se registava a afluência mais reduzida de enfermos, que aumentava na Primavera e no Verão, começando a diminuir com a chegada do mês de Setembro.

²³ Sobre a população hospitalar do centro e sul do país leia-se ARAÚJO, 2010: 117. Veja-se igualmente LOPES, 2000: 679-680.

O registo de hospitalização dos doentes incluía a referência ao nome, naturalidade, por vezes profissão e idade, data de entrada e saída, bem como a filiação, ou, no caso de se tratar de um enfermo casado ou viúvo, o nome do cônjuge. A especificação deste tipo de informação era essencial para o reconhecimento dos casos de reincidência.

Entre os doentes que ingressavam no hospital de Caminha, cujo estado civil é mencionado, predominavam os solteiros de ambos os sexos, se bem que se registasse também um elevado número de mulheres viúvas, que superava aliás o das casadas, como se pode observar no quadro 1²⁴.

Quadro 1 – Estado civil dos doentes (1840-1850)

Estado Civil		
Homens		%
Solteiro	51	29,1
Casado	46	26,3
Viúvo	19	10,9
Desconhecido	59	33,7
Total	175	100
Mulheres		%
Solteira	96	43,2
Casada	33	14,9
Viúva	51	23,0
Desconhecida	42	18,9
Total	222	100

Fonte: ADVC, *Registo da entrada de doentes (1836-1878)*, n.º 7.35.4.10.

A inexistência de um agregado familiar que a protegesse era um factor potenciador da pobreza da mulher. Daí que, no caso concreto do hospital de Caminha, não é de estranhar que viúvas e solteiras representassem 66,2% das ingressadas nesta instituição.

Em alguns casos, foi possível descobrir a existência de relações de parentesco entre os doentes que davam entrada no hospital. Em duas situações, verificámos o internamento simultâneo de vários membros da mesma família, por motivos que não conseguimos apurar. A cinco de Setembro de 1841, foram hospitalizados quatro irmãos, filhos de Maria Mineira e de pai incógnito. Um deles não resistiu à doença,

²⁴ Situação idêntica se verificava no hospital de Astorga na Idade Moderna, estudado por Alfredo Martín García. Confirme-se MARTÍN GARCÍA, 2009: 87.

vindo a falecer poucos dias depois²⁵. No ano seguinte, também foram internados dois irmãos, Francisco e Domingos, com 19 e 17 anos, respectivamente²⁶.

O hospital acolhia os enfermos, independentemente da sua naturalidade, embora a maioria, mais precisamente 80,7%, pertencesse ao concelho de Caminha. Entre os não naturais, destacavam-se os galegos, que representavam 6,2% dos utentes. A sua presença, em número apreciável, resultava, desde logo, da proximidade geográfica com a província espanhola da Galiza²⁷. Eram vários os motivos que os traziam para Portugal: muitos procuravam trabalho, outros fugiam ao serviço militar ou às malhas da justiça, outros ainda vinham simplesmente mendigar²⁸. Assim, muitos dos galegos que entravam no hospital da Misericórdia eram pobres. Vejam-se os casos de Pepa «galega», residente em Caminha, que esteve internada no hospital durante dez dias, que era «pobre de pedir»²⁹, e de Rosa, também natural da Galiza, que esteve hospitalizada durante cinco dias, sendo «pobre de pedir pelas portas»³⁰. Encontrámos ainda uma mendiga de 70 anos, Antonia Carrete, que residia em Caminha, mas era natural de Itália³¹. Muitos doentes provinham dos concelhos vizinhos de Monção, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez e Valença, bem como das cidades de Viana do Castelo, Braga e Porto. Outros, entre os quais se contavam marinheiros, pescadores e militares, procediam de terras mais distantes, nomeadamente, Lagos, Ericeira, Chaves, Aveiro, Penafiel, Faro, Batalha e Guimarães³².

À medida que nos aproximamos do término da década de 40, sobe, de forma exponencial, a clientela hospitalar, conforme se pode observar no gráfico 2.

²⁵ ADVC – *Santa Casa da Misericórdia de Caminha, Registo da entrada de doentes (1836-1878)*, n.º 7.35.4.10, fl. 4

²⁶ ADVC – *Santa Casa da Misericórdia de Caminha, Registo da entrada de doentes (1836-1878)*, n.º 7.35.4.10, fl. 6.

²⁷ A Misericórdia de Monção também prestava auxílio aos galegos doentes. Veja-se ARAÚJO, 2010: 314, 328.

²⁸ Sobre as tendências da emigração galega durante os séculos XVIII e XIX leia-se FERNÁNDEZ CORTIZO, 2006: 41-58. Acerca dos movimentos migratórios sazonais, motivados pelos trabalhos agrícolas realizados pelos galegos desde a época moderna, leia-se ALVES, 2002: 1-2. Sobre as migrações galegas rumo a Portugal veja-se DURÃES, 2006: 134.

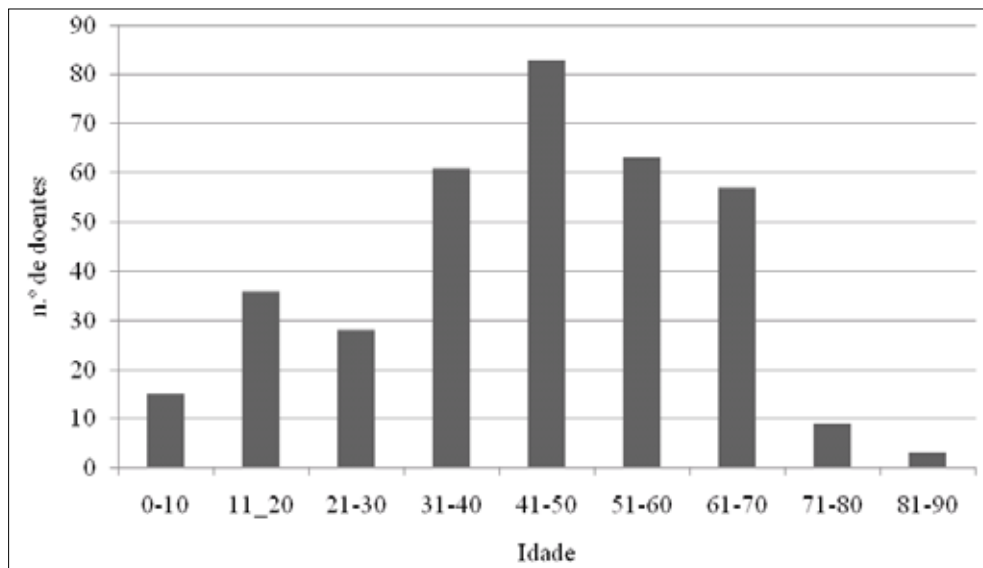
²⁹ ADVC – *Santa Casa da Misericórdia de Caminha, Registo da entrada de doentes (1836-1878)*, n.º 7.35.4.10, fl. 22v.

³⁰ ADVC – *Santa Casa da Misericórdia de Caminha, Registo da entrada de doentes (1836-1878)*, n.º 7.35.4.10, fl. 23.

³¹ ADVC – *Santa Casa da Misericórdia de Caminha, Registo da entrada de doentes (1836-1878)*, n.º 7.35.4.10, fl. 13.

³² Sobre a assistência prestada aos soldados pelo Hospital da Misericórdia de Toledo no século XIX veja-se GÓMEZ RODRIGUEZ, 1991: 292-305. Sobre a assistência prestada pelo hospital general de Pamplona veja-se RAMOS MARTÍNEZ: 1989, 367-377.

Gráfico 2 – Doentes que entraram no Hospital (1840-1850)



Fonte: ADVC – *Registo da entrada de doentes (1836-1878)*, n.º 7.35.4.10.

Nos anos de 1849 e 1850, sobressai o internamento de homens e mulheres classificados como pobres, tendo sido adoptada uma nomenclatura que visava a sua diferenciação: «pobre»; «pobre de pedir»; «pobre de pedir pelas portas»; «pobre de pedir e cega»; «pobre e aleijada»; «pobre mendicante». Saliente-se, no entanto, que muitos dos que eram considerados indigentes declaravam uma ocupação, que, decerto, não seria suficiente para garantir a sua subsistência. Mas a tendência de crescimento da população assistida é já notória em 1847. Presumimos que este aumento tenha resultado da guerra civil que assolou o país, até porque só nesse ano foram assistidos 16 soldados³³. Aliás, os militares que procuravam tratamento para os seus ferimentos proporcionavam aos cirurgiões oportunidades únicas para testarem e aperfeiçoarem os seus conhecimentos³⁴.

Por se encontrar inserida num meio essencialmente rural e piscatório, não surpreende que uma elevada percentagem dos utentes do hospital de Caminha fosse constituída por trabalhadores do campo, sobretudo jornaleiros e pescadores.

³³ Sobre a guerra civil de 1847 leia-se VENTURA, 2004: 227-229. Sobre a assistência prestada aos soldados pela Misericórdia de Vila Viçosa, em finais de setecentos, leia-se ARAÚJO, 1996: 149-164. Acerca da assistência concedida pela Misericórdia do Porto, através do seu hospital, aos soldados e marinheiros leia-se BARREIRA, 2002: 365-368.

³⁴ Confira-se ARAÚJO, 2010: 144.

Quadro 2 – Profissão dos doentes

Profissão	N.º de doentes
Pescador	6
Jornaleiro(a)	42
Marinheiro	10
Mendigo(a)	23
Lavrador	2
Criado (a) de servir	17
Alfaiate	10
Costureira	8
Sapateiro	8
Trabalhador	8
Regateira(o)	16
Soldado	25
Carpinteiro	4
Cabaneira	6
Canteiro	1
Fabricante	1
Empregado	1
Guarda da alfândega	1
Louceiro	1
Músico	1
Pedreiro	4
Pregueiro(a)	7
Taxeiro	1
Trabalhador	1
Viandante	1
Veterano	7
Sem Ofício	1

Fonte: ADVC, *Registo da entrada de doentes (1836-1878)*, n.º 7.35.4.10.

Os rendimentos obtidos pelo trabalho nem sempre eram suficientes para escapar à miséria. Jornaleiros e marinheiros surgem-nos, diversas vezes, classificados como pobres. O jornaleiro era um trabalhador assalariado, sem lugar fixo, sujeito à sazonalidade dos afazeres agrícolas e aos caprichos dos patrões, que nem sempre

se dispunham a retribuir condignamente os serviços prestados³⁵. Num quadro de penúria, onde escasseavam o alimento, o vestuário, a higiene e a limpeza, abundava o terreno fértil para a doença.

Era elevado o número de jornaleiras que acorria ao hospital de Caminha. Na sua maioria eram solteiras, seguindo-se as casadas e as viúvas, sendo desconhecido o estado civil de algumas. Muitas destas mulheres que trabalhavam à jorna viveriam sozinhas, circunstância que, certamente, muito contribuiria para a sua indigência. É de notar que o concelho de Caminha se insere numa região de forte emigração, sobretudo masculina, que tinha o Brasil como principal destino. Por isso, a solidão não afectava apenas as mulheres solteiras ou viúvas, mas atingia igualmente as casadas, sobre as quais recaía a responsabilidade pela conservação e gestão do património familiar³⁶. A este propósito, afigura-se pertinente evocar, mais uma vez, o caso de Maria Antónia, para ilustrar a precariedade em que se encontravam as mulheres de emigrados. Com o marido a labutar em terras brasileiras, trabalhava como jornaleira, mas, a dada altura, por motivos de saúde, ficou impedida de angariar o seu sustento, acabando por cair na miséria, sem qualquer meio de sobrevivência³⁷. A situação agravava-se quando à solidão se juntava a velhice. Embora a idade destas mulheres rondasse os 40 anos, havia algumas com 60 ou 70 anos a procurarem assistência hospitalar.

A terra não era a única fonte de sustento das mulheres que ingressaram no hospital de Caminha, pois também encontrámos, por exemplo, criadas de servir e costureiras. As terras de origem das serviçais eram as mais variadas. Se algumas eram naturais do concelho de Caminha, outras provinham do Porto, Braga, Penafiel, Arcos de Valdevez, Monção ou da vizinha província espanhola da Galiza. Se as jornaleiras se destacavam pela idade avançada, as criadas eram, na sua maioria, raparigas jovens ou até, em alguns casos, ainda crianças. Era o caso de Luísa Rodrigues, menina de oito anos, que trabalhava como criada de servir e que esteve internada no hospital de Caminha entre nove de Janeiro e 23 de Fevereiro de 1844³⁸. Importa ainda referir que, na altura da hospitalização, muitas crianças davam conta do ofício que já exerciam: criado de servir, alfaiate, pescador, embarcadiço, ou então assumiam já o estatuto de mendigos ou pobres de pedir. Os proventos conseguidos pelas costureiras também

³⁵ No hospital de Cabeceiras de Basto, entre os finais do século XIX e os primórdios do século XX, predominavam, entre a clientela hospitalar, os jornaleiros. Confirme-se FERRAZ, 2008: 238-240. O mesmo se verificava no hospital de Burgos. Confira-se CARASA SOTO, 1987a: 218-219. Segundo este mesmo autor, por norma, a população hospitalar era composta por pobres, jornaleiros, artesãos e vagabundos. Confirme-se CARASA SOTO, 1985: 172.

³⁶ A propósito da emigração das gentes do Alto Minho para o Brasil leia-se RODRIGUES, 1995.

³⁷ ADVC – *Santa Casa da Misericórdia de Caminha, Maços de Dietas aos enfermos pobres*, n.º 7.36.3.4-18, não paginado

³⁸ ADVC – *Santa Casa da Misericórdia de Caminha, Registo da entrada de doentes (1836-1878)*, n.º 7.35.4.10, fl. 10v

não eram, decerto, suficientes para garantir o seu sustento. Era essa a situação de duas mulheres internadas no hospital da Santa Casa, que tinham essa profissão, sendo no entanto consideradas pobres³⁹.

A comunidade piscatória, como a que existia na freguesia de Seixas, no concelho de Caminha, também não conseguia escapar à indigência. Os pescadores aparecem mencionados como gente pobre, cuja situação foi agravada pelo motim que ocorreu em Dezembro de 1854, no distrito de Viana do Castelo, motivado pela carestia de alimentos que então se fez sentir⁴⁰.

Para além daqueles que surgem classificados como pobres, encontrámos ainda doentes, sobretudo mulheres, que se dedicavam à mendicidade. Quase todas ultrapassavam a faixa etária dos 30 anos de idade e, nos casos em que é disponibilizada informação sobre o estado civil, a larga maioria era solteira, seguindo-se, em percentagem mais reduzida, as viúvas e as casadas. Tais dados demonstram a existência de uma conexão entre a solidão feminina e a pobreza.

Os mendigos eram os mais pobres de todos os pobres, apenas dispendo da esmola para sobreviver. Muitas vezes recolhiam ao hospital, não só em busca de cura para a doença, mas também de comida, cuidados de higiene e algum conforto. Muitos deles não tinham roupa suficiente para se resguardarem do frio e da chuva, nem alimento para nutrir os corpos ou o abrigo de uma casa. Por isso, estavam mais expostos a todo o tipo de doenças, que os obrigava a idas frequentes ao hospital, até que a morte pusesse fim ao seu calvário. Isabel Carreira, natural da Galiza e residente em Caminha, era uma mulher pobre. Em 1850, ingressou três vezes no hospital de Caminha, acabando por falecer em Dezembro desse mesmo ano⁴¹.

Dada a vida errante que levavam, os mendigos doentes podiam representar um perigo para a saúde pública, pelo que o seu internamento era recomendável. O facto de, nas fontes, aparecerem classificados como mendigos indicia que se tratava de verdadeiros pobres e não de vadios. Àqueles era atribuída uma licença para mendigar, cuja validade se circunscrevia aos limites do concelho de residência, o que, em certa medida, condicionava os seus movimentos. Cabia ao administrador do concelho o exercício da vigilância sobre mendigos e vagabundos. Ainda no século XVIII, acreditava-se que os pedintes estavam entre os responsáveis pela propagação de enfermidades, sentimento que se alargou a toda a população pobre a partir de oitocentos, com o desenvolvimento de surtos epidémicos como a cólera e a febre-

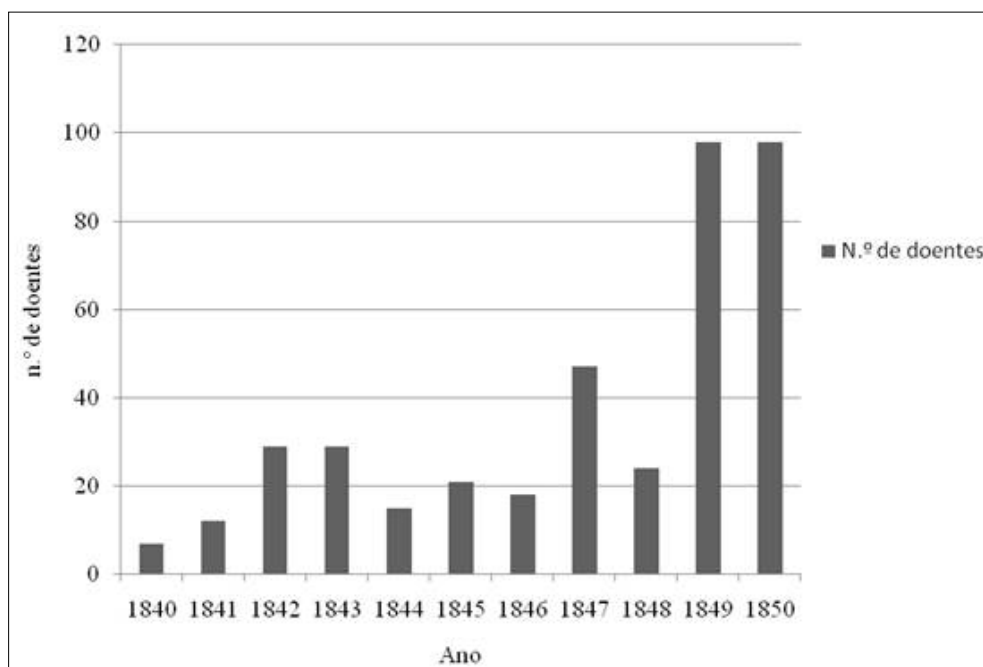
³⁹ ADVC – *Santa Casa da Misericórdia de Caminha, Registo da entrada de doentes (1836-1878)*, n.º 7.35.4.10, fls. 24v, 25v.

⁴⁰ Arquivo Histórico do Governo Civil de Viana do Castelo (doravante AHGCVC) – *Confidencial geral – de Outubro de 1848 a Outubro de 1855*, n.º 1.9.3.29, não paginado.

⁴¹ ADVC – *Santa Casa da Misericórdia de Caminha, Registo da entrada de doentes (1836-1878)*, n.º 7.35.4.10, fl. 27v.

-amarela⁴². Daí que todos os seus comportamentos e hábitos passassem a ser alvo da suspeita das classes superiores, que apostavam na sua moralização através da aplicação do conceito de higiene nos domínios da habitação, do vestuário, do corpo e até dos costumes.

Gráfico 3 – Idade dos doentes do Hospital da misericórdia de Caminha (1840-1850)



Fonte: ADVC, *Registo da entrada de doentes (1836-1878)*, n.º 7.35.4.10.

O gráfico 3 mostra que os internados no hospital de Caminha se concentravam nas faixas etárias dos 31-40, 41-50 e 51-60 anos. Tratava-se, portanto, de indivíduos que pertenciam ao grupo dos adultos e dos idosos. Como refere Maria Antónia Lopes, podemos considerar idosas as pessoas que entravam na faixa etária dos 50 anos de idade⁴³. O maior risco de enfermidades, o abandono a que estavam sujeitos, a debilidade física e anímica para trabalhar, entre outros condicionalismos, colocavam os idosos entre os grupos mais susceptíveis de cair na miséria. As faixas etárias mais jovens, nomeadamente as crianças, eram as que menos procuravam os cuidados hospitalares, talvez porque as mães tentassem a cura dos males de que padeciam

⁴² Confira-se RELVAS, 2002: 81-83.

⁴³ LOPES, 2000: 722.

através da aplicação de mezinhas domésticas⁴⁴. O mesmo sucedia com aqueles que ultrapassavam a barreira dos 70 anos de idade.

Conhecida a área de influência e as principais características dos utentes do hospital de Caminha, resta-nos conhecer a duração dos internamentos e a taxa de morbidade.

Quadro 3 – Tempo de internamento dos doentes (1840-1850)

Tempo de internamento	Número de doentes	%	% de mulheres	% de homens
Menos de 3 dias	61	15,2	20,1	20,7
3 a 7 dias	84	20,9	23,4	17,8
7 a 15 dias	106	26,5	19,4	20,0
Mais de 15 dias a 1 mês	99	24,7	21,6	20,7
+ de um mês a 2 meses	35	8,7	9,9	17,1
Entre 2 a 3 meses	8	2,0	1,8	1,5
Mais de 3 meses	8	2,0	3,2	2,2
Total	401	100	100	100

Fonte: ADVC, *Registo da entrada de doentes (1836-1878)*, n.º 7.35.4.10.

A duração do internamento da maioria dos doentes oscilava entre sete e 30 dias. Se atendermos especificamente àqueles que ficavam nesta instituição até dois meses, verificamos que o tempo de permanência dos homens ultrapassava, ainda que ligeiramente, o das mulheres. Todavia, se considerarmos os internamentos superiores a três meses, o número de mulheres supera o dos homens.

As taxas de cura parecem ter sido elevadas, dado que, durante os dez anos que foram analisados, pereceram apenas 5,5% dos doentes. Apesar de o nosso estudo revestir um carácter parcelar, este dado constitui um indicador da baixa mortalidade registada no hospital de Caminha. Aquela percentagem pode ser explicada pelo facto de a maioria dos internados, mais do que tratamento para a doença, necessitar de alimentação adequada e de cuidados de higiene⁴⁵.

O tempo de permanência dos doentes que morreram no hospital foi, em média, de 43 dias. No entanto, este resultado é consequência da contabilização de três enfermos cujo internamento foi superior a três meses, porque a duração da hospitalização de 45% dos falecidos foi inferior a sete dias. Os valores registados, no século XIX, nou-

⁴⁴ O mesmo se verificava, no século XIX, no hospital de Monção. Leia-se ARAÚJO, 2000: 329.

⁴⁵ Sobre a importância da alimentação para o recobro dos doentes leia-se RAMOS MARTÍNEZ, 1987: 324-325. Veja-se igualmente ABREU, 2000: 431.

tros hospitais portugueses são muito próximos. Maria Antónia Lopes dá-nos conta da duração média dos internamentos em Coimbra, durante o período compreendido entre 1836-1840 e 1845-1849, verificando-se que os homens e as mulheres permaneceram 36,90-32,23 e 46,36-37,80 dias, respectivamente, ou seja, mais de um mês⁴⁶.

Parece-nos, todavia, que muitos saíam do hospital sem estarem devidamente curados, o que fazia com que, decorrido pouco tempo, regressassem. António de Sousa Calceteiro, um mendigo de 70 anos de idade, foi internado, pela primeira vez, em Janeiro de 1845. Teve alta no início de Fevereiro, mas voltou no dia 16 desse mesmo mês, saindo no primeiro dia de Março. Em finais de Setembro do ano seguinte, ingressou novamente no hospital, onde permaneceu até 15 de Outubro. A 12 de Dezembro, foi internado mais uma vez, acabando por falecer 19 dias depois⁴⁷. Neste, como noutros casos similares, não conseguimos apurar as razões dos sucessivos internamentos, nem as moléstias de que padeciam e os tratamentos que lhes foram ministrados. Certamente que alguns dos enfermos seriam portadores de doenças crónicas e outros sofreriam de mazelas associadas à idade avançada.

O quadro 4 mostra as enfermidades de que padeciam os doentes que, em 1863, pretendiam ingressar no hospital da Santa Casa da Misericórdia de Caminha.

Quadro 4 – Doenças ou sintomas dos que requereram ajuda à Santa Casa da Misericórdia de Caminha, em 1863

Doença	N.º de casos
Anasarca	1
Apoplexia	1
Ascite	1
Bronquite	3
Cancro	1
Catarro	1
Debilidade	2
Doença de estômago	1
Extenuação de forças	1
Febre	3
Febre gástrica	1
Febre tifóide	1
Fastio	1

⁴⁶ Confira-se LOPES, 2000: 778.

⁴⁷ ADVC – *Santa Casa da Misericórdia de Caminha, Registo da entrada de doentes (1836-1878)*, n.º 7.35.4.10, fls. 11, 11v, 12v, 13.

Fome	2
Gastroenterite	1
Herpes	1
Idiotice	1
Inflamação pulmonar	1
Linfatismo	2
Moléstia interna	1
Obstrução das vísceras do ventre de baixo	1
Paralisia	2
Penaris	1
Tosse	1
Traumatismo	1
Total	33

Fonte: ADVC – *Santa Casa da Misericórdia de Caminha, Maços de Dietas aos enfermos pobres*, n.º 7.36.3.4-18, não paginado.

Como se pode constatar no quadro apresentado, predominavam as doenças do foro respiratório e, em menor número, do foro gástrico e dermatológico. Sobressai, igualmente, a presença de um conjunto de sintomas associados à subalimentação, como, por exemplo, a fome e a extenuação de forças, e que, apesar de não serem característicos de uma doença em particular, fragilizavam o indivíduo. Por essa razão, foram incluídos no referido quadro, uma vez que, se não fossem devidamente tratados, designadamente através do reforço da dieta alimentar, podiam provocar diversas enfermidades e até mesmo a morte⁴⁸. No entanto, aqueles indícios também podiam ser manifestações de doenças ainda não devidamente diagnosticadas, como por exemplo, de anemia. Todavia, os médicos interpretavam-nos como doenças, que procuravam tratar unicamente com o reforço da alimentação.

Uma doença que se manifestou em todo o país na década de 60 do século XIX, cujas proporções ainda não foram devidamente averiguadas no Alto Minho, foi a febre tifóide. No hospital de Caminha, foi registado um caso⁴⁹. Tratava-se de uma enfermidade que, ao tempo, já se associava à insuficiência alimentar, à falta de salubridade nas habitações e de cuidados de higiene pública e privada⁵⁰. Esta ligação tinha

⁴⁸ Sobre as doenças mais comumente tratadas na Santa Casa de São João d'el-Rei leia-se RESENDE, 2009:78-82.

⁴⁹ Sobre os surtos de tifo que, na década de 60 do século XIX, atingiram o distrito de Coimbra leia-se ROQUE, 2000: 104-136.

⁵⁰ Acerca do tifo leia-se UJVARI, 2003: 71-77.

fundamento, uma vez que o tifo resultava de um agente infeccioso que se instalava no organismo do piolho e era transmitido ao ser humano através da sua picada. Dada a quase inexistência de hábitos de higiene pessoal, a presença de piolhos era comum nas cabeças e corpos sobretudo das classes mais baixas, o que poderia provocar verdadeiros surtos epidémicos. Aliás, os viajantes estrangeiros que, nos séculos XVIII, XIX e inícios do século XX, visitavam Portugal admiravam-se com um dos costumes que ocupava uma parte do tempo da população feminina, que consistia precisamente em catar piolhos⁵¹.

A falta de hábitos de higiene constituía, simultaneamente, um factor causador e propagador de doença. Ainda no início do século XX, a casa do Alto Minhoto era descrita com um espaço pouco arejado e sem qualquer conforto, que não protegia os moradores do frio nem das intempéries, que abrigava seres humanos e animais e donde emanavam cheiros nauseabundos provocados pela acumulação de dejectos⁵².

Além dos mencionados, muitos outros motivos levavam as gentes de Caminha a procurar assistência hospitalar. Por exemplo, além dos acidentes de trabalho, também são frequentes as alusões a «febres», cuja origem e gravidade é difícil de apurar, a não ser nos casos em que é explicitada a sua natureza⁵³.

Uma breve referência ainda ao enterramento daqueles que morriam no hospital. Geralmente, eram sepultados na igreja da Santa Casa ou nos claustros. No entanto, havia excepções. Por exemplo, Anacleto Henriques, marinheiro, faleceu no hospital, mas foi inumado na capela dos Mareantes, na igreja matriz de Caminha⁵⁴.

Em jeito de conclusão, importa realçar a acção levada a cabo pelo hospital da Santa Casa da Misericórdia de Caminha, à semelhança do que sucedeu com outras instituições congéneres do país, na assistência que prestou aos mais fracos e desprotegidos, socorrendo-os na pobreza e na doença, concedendo-lhes, afinal, algum conforto e alguma esperança para enfrentarem um quotidiano feito de agruras e incertezas.

⁵¹ Sobre esta prática leia-se VICENTE, 2001: 174, 228.

⁵² Confirme-se LEAL, 2000: 152-153.

⁵³ Sobre as doenças tratadas no hospital da Santa Casa de Vila Viçosa, no século XIX, leia-se ARAÚJO, 2000: 161-179.

⁵⁴ ADVC – *Santa Casa da Misericórdia de Caminha, Registo da entrada de doentes (1836-1878)*, n.º 7.35.4.10, fl. 3.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Laurinda (2000) – *A especificidade do sistema hospitalário português, linhas estruturantes*. In «Arquipélago. História», 2ª série, VI. p. 417-434.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (1996) – *A Misericórdia de Vila Viçosa e a assistência aos soldados em finais do século XVIII*. In *Actas do Congresso Comemorativo do V Centenário da Fundação do Hospital do Espírito Santo de Évora*. Évora, p. 149-164.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2003) – *O hospital do Espírito Santo de Portel na Época Moderna*. In «Cadernos do Noroeste», Série História 3, 20 (1-2), p. 341-409.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2006) – *Os hospitais de Ponte de Lima na era pré-industrial*. Separata do livro *Actas do século XVIII Seminário Internacional sobre Participação, Saúde e Solidariedade – Riscos e Desafios*, Braga: ICS.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2008) – *A Misericórdia de Monção: fronteira, guerras e caridade (1561-1810)*. Braga: Misericórdia de Monção.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2010) – *A Misericórdia de Vila Viçosa de finais do Antigo Regime à República*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa.
- ALVES, Jorge Fernandes (2002) – *Imigração de galegos no Norte de Portugal (1500-1900)*. In EIRAS ROEL, Antonio; GONZÁLEZ LOPO, Domingo, coord. – *Movilidad e migracions internas na Europa latina*. Santiago de Compostela: Unesco, 2002, p. 117-126.
- BARREIRA, Aníbal José de Barros (2002) – *A assistência hospitalar no Porto. 1750-1850*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Doutoramento.
- CAPELA, José Viriato (2005) – *As freguesias do distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património*. Braga: Casa Museu de Monção / Universidade do Minho.
- CARASA SOTO, Pedro (1985) – *El sistema hospitalario español en el siglo XIX. De la asistencia benéfica al modelo sanitario actual*. Valladolid: Universidad de Valladolid; Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Salamanca.
- CARASA SOTO, Pedro (1987) – *Pauperismo y Revolucion burguesa (Burgos 1750-1900)*. Valladolid: Universidad de Valladolid.
- CARASA SOTO, Pedro (1987) – *Cambios en la tipología del pauperismo en la crisis el antiguo régimen*. In «Investigaciones históricas: Época moderna y contemporánea», n.º 7, 1987, p. 1
- DURÃES, Margarida (2006) – *As mulheres estrangeiras no noroeste de Portugal: imigrações femininas galegas do ponto de vista português (Sécs. XIX-XX)*. In HÉRNANDEZ BORGE, Julio; GONZÁLEZ LOPO, Domingo L., eds. – *Actas del Colóquio Internacional Cátedra Unesco 226 sobre Migracións*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela Publicacións. p. 133-150.
- FERNÁNDEZ CORTIZO, Camilo (2006) – *La emigración gallega a las provincias portuguesas del Miño y de Trás-os-Montes y Alto Duero durante el siglo XVIII y la primera mitad del XIX*. In *Congreso Internacional de História. Territórios, Culturas e Poderes. Actas*. Braga: Núcleo de Estudos Históricos / Universidade do Minho, vol. I, p. 41-58.
- FERRAZ, Norberto Tiago Gonçalves (2008) – *O tratamento de doentes no hospital de Cabeceiras de Basto*. «Estudos Humanísticos. História», n.º 7, p. 237-259.
- GÓMEZ RODRÍGUEZ, Maria Soledad (1991) – *El Hospital de la Misericordia de Toledo en el siglo XIX*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid. Tese de Doutoramento policopiada.

- IMBAULT-HUART, Marie-José (1997) – *História do Cancro*. In LE GOFF, Jacques – *As Doenças têm história*. Lisboa: Terramar, p. 175-186.
- LEAL, João (2000) – *Etnografias Portuguesas (1870-1970)*. *Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- LOPES, Maria Antónia (2000) – *Pobreza, Assistência e Controle Social. Coimbra (1750-1850)*. Viseu: Palimage Editores, vol. 1.
- MAGALHÃES, António (2008) – *Crianças pobres e doentes: a população jovem como objecto das práticas de caridade na Santa Casa da Misericórdia de Viana Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)*. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; FERREIRA, Fátima Moura, orgs. – *A infância no universo assistencial no Norte da Península Ibérica (séculos XVI-XIX)*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, p.
- MARTÍN GARCIA, Alfredo (2009) – *Pobres y enfermos en el León de la Edad Moderna: la asistencia hospitalaria en la ciudad de Astorga*. In RUBIO PEREZ, Laureano M. coord. – *Pobreza, marginación y asistencia en la Península Ibérica (siglos XVI-XIX)*. León: Universidad de León, p. 65-96.
- PEREIRA, Maria das Dores de Sousa (2008) – *Entre Ricos e Pobres: a actuação da Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca.
- PEREIRA, Pedro Teixeira; GOMES, Eva; MARTINS, Olga (2005) – *A Alienação no Porto: o Hospital de Alienados do Conde Ferreira (1883-1908)*. «Revista da Faculdade de Letras – História», III série, vol. 6. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 99-128.
- RAMOS MARTÍNEZ, Jesús (1989) – *La Salud Pública y el Hospital de la Ciudad de Pamplona en el Antiguo Régimen (1700-1815)*. Pamplona: Gobierno de Navarra.
- RELVAS, Eunice (2002) – *Esmola e degredo. Mendigos e Vadios em Lisboa (1835-1910)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- RESENDE, Maria Leônia Chaves de; SILVEIRA, Natália, – *Misericórdias da Santa Casa: um estudo de caso das práticas médicas nas Minas Gerais Oitocentistas*. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, org. – *As Misericórdias das duas margens do Atlântico: Portugal e Brasil (séculos XV-XX)*. São Paulo: Carlini e Camiato, p. 67-92.
- RODRIGUES, Henrique (1995) – *Emigração e Alfabetização. O Alto Minho e a Miragem do Brasil*. Viana do Castelo: Governo Civil de Viana do Castelo.
- ROQUE, João Lourenço (2000) – *Epidemias no distrito de Coimbra no Século XIX*. Separata da «Revista Portuguesa de História», tomo XXXIV, p. 1-152.
- TROPÉ, Hélène (1994) – *Locura y sociedad en Valencia de los siglos XV al XVIII*. Valencia: Deputación de Valencia.
- UJVARI, Stefan Cunha (2003) – *A História e suas Epidemias. A convivência do homem com os microrganismos*. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, Editora Senac São Paulo.
- VENTURA, António (2004) – *Da Revolução de 1820 ao fim das guerras civis*. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano, coord. – *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 3, p. 192-232.
- VICENTE, Ana (2001) – *As Mulheres Portuguesas vistas por Viajantes estrangeiros (séculos XVIII, XIX e XX)*. Lisboa: Gótica.

FONTES

Arquivo Distrital de Viana do Castelo

ADVC – *Santa Casa da Misericórdia de Caminha, Maços de Dietas aos enfermos pobres*, n.º 7.36.3.4-18, não paginado.

ADVC – *Santa Casa da Misericórdia de Caminha, Receitas e medicamentos aplicados aos enfermos*, n.º 7.36.2.1.

ADVC – *Santa Casa da Misericórdia de Caminha, Livro Receita e despesa*, n.º 7.35.3.17.

ADVC – *Santa Casa da Misericórdia de Caminha, Registo da entrada de doentes (1836-1878)*, n.º 7.35.4.10.

Arquivo Histórico do Governo Civil de Viana do Castelo

AHGVC – *Confidencial geral – de Outubro de 1848 a Outubro de 1855*, n.º 1.9.3.29.

UM REFÚGIO DE «MULHERES NOBRES PRINCIPAES»? O RECOLHIMENTO DE S. TIAGO NA VIANA DO CASTELO DO SÉCULO XIX

ANTÓNIO MAGALHÃES*

Os recolhimentos femininos experimentaram um forte desenvolvimento na Europa Católica resultante do Concílio de Trento, apresentando-se como uma resposta social à necessidade de preservar a honra e a virtude das mulheres, nomeadamente as órfãs e as viúvas. Perseguiam ainda uma outra função regularizadora ao serem criados estabelecimentos cuja função prioritária apontava para necessidade de recolocar dentro das normas consideradas aceitáveis do comportamento feminino, aquelas que por qualquer motivo haviam caído numa vida dissoluta à luz dos padrões morais da época. A honra e a virtude da mulher eram valores que urgia resguardar dentro do pressuposto da debilidade feminina, presa fácil das tentações mundanas, logo carentes de uma mão protectora que lhes conferisse segurança (ARAÚJO, 2000: 25).

Espaços de segurança e oração, alguns destes recolhimentos perseguiam um outro objectivo que se prendia com a necessidade de manutenção e defesa da hierarquia social vigente, não expondo as mulheres que, afectadas por casos de mobilidade social descendente, poderiam constituir-se como fonte de descrédito para uma sociedade que procurava colmatar as brechas que questionassem o edifício social. Neste entendimento, a assistência e protecção às mulheres nobres assumia particular realce num tempo em que se atribuía capital importância à manutenção do estatuto (SÁ, 2002: 312).

O Recolhimento de S. Tiago, em Viana do Castelo, enquadrava-se nestes pressupostos, funcionando sob a protecção da Misericórdia local e tendo por missão

* CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória». amsr@sapo.pt.

fundamental prover o asilo a mulheres nobres da vila, órfãs e viúvas¹, carecidas dos meios de fortuna que possibilitassem o seu ingresso nos conventos, ou ainda a outras mulheres, casadas ou não, que tivessem necessidade de se acolher à instituição com vista a resguardarem a sua honra².

A fixação de uma data clara para a fundação deste estabelecimento oferece bastantes obstáculos porquanto são muito escassas as fontes que permitem com bastante segurança a reconstituição dos primeiros tempos de funcionamento. Esta dificuldade em delimitar a data correcta da fundação do Recolhimento, levaria mesmo a Mesa da Misericórdia a estabelecer, em 1858, uma «Notícia sobre o Recolhimento de S. Thiago d'esta cidade de Vianna do Castello», procurando determinar a sua origem e justificar a presença da Misericórdia na sua administração³.

Não sendo esta a ocasião para avaliar as sucessivas etapas de formação e consolidação desta instituição de apoio a mulheres, há, contudo, a certeza que a Misericórdia de Viana assumia desde a década de 30 do século XVII uma protecção directa, dispondo de prerrogativas que lhe permitiam a nomeação de regente⁴, a concessão de autorização de entrada ou saída de qualquer recolhida, e decidir sobre a disciplina⁵.

Ao longo dos anos a instituição protectora foi garantindo, com maior ou menor sucesso, a actividade do estabelecimento até que, no início do século XVIII, sentiu a necessidade de consolidar esse modelo de funcionamento, outorgando os estatutos que o haveriam de moldar até ao século XX.

¹ Arquivo Distrital de Viana do Castelo / Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo (doravante ADVC/ASCMVC), *Estatutos de S. Tiago, 1728*, não paginado, cap. 19, «Das qualidades das Recolhidas».

Na Idade Moderna o estatuto da mulher viúva apontava para que permanecesse recolhida, fosse em casa dos filhos, fosse num espaço conventual como freira ou recolhida (BRAGA, 1993:121).

² A ausência temporária do marido levou a que algumas mulheres casadas solicitassem a protecção do Recolhimento durante esse período de tempo. Esta modalidade de apoio verifica-se desde os primeiros tempos e chega ainda ao século XX. Em Setembro de 1914, uma mulher de 34 anos e residente no Porto, apresentou uma petição à Misericórdia para ser aceite no Recolhimento de S. Tiago, juntando a autorização concedida pelo marido. (ADVC/ASCMVC – *Cartas e documentos diversos*, cota 3.26.6. Cx. 2 – 18).

³ Nos termos da justificação que se apresentava para a produção desta memória, estava a necessidade de renegar o que era classificado como sendo «tradições obscuras e incertas de antiguidades do mesmo» (ADVC/ASCMVC – *Livro velho dos acordans*, fl. 150).

⁴ A nomeação da regente era em muitos recolhimentos uma prerrogativa da instituição protectora. Em Lisboa, a regente do Real Recolhimento das Órfãs Honradas, era nomeada pela Mesa da Consciência (REIS, 2004: 268).

⁵ Em Janeiro de 1638, o testamento de Susana Brava, uma nobre viúva que deixara um enorme legado à Misericórdia, estipulava a concessão de uma verba destinada a financiar o sustento de mulheres recolhidas em S. Tiago. Nos termos do testamento, a Santa Casa seria a administradora directa dessa verba (ADVC/ASCMVC – *Livro [sic] aomde esta o treslado do tistamento de suzanna Brava defunta, Ee [sic] os óbrigasãos que tem a santa Casa da misericórdia satisfazao conforme a elle*, fl. 6v).

Em 1707, a Mesa da Santa Casa defendia que o normativo que vinha balizando a vida do Recolhimento não fornecia o enquadramento necessário a algumas questões que se foram colocando ao longo dos anos, nem se adequava à visibilidade que gozava na localidade⁶. Tendo presente essa realidade, decidiu-se a elaboração de um documento que pudesse responder aos novos tempos, uma tarefa a que se atribuía extrema importância convocando para o efeito o concurso de especialistas externos ao quadro confraternal⁷. O resultado final seria intimado às recolhidas a 15 de Abril de 1707⁸, passando a constituir a lei fundamental do respectivo governo.

Desse clausulado chegaram até aos nossos três compilações, realizadas nos anos de 1707, 1728, e 1773. Entre si apresentam pequenas divergências, resultantes das diferentes transcrições que foram sendo efectuadas, ou de adendas introduzidas no século XIX.

Trata-se de um normativo denso, com reflexões constantes de ordem filosófica e teológica. Ao longo dos seus 20 capítulos, prólogo e advertência final, pretende facultar a resposta para todas as questões que pudessem ser colocadas à vivência diária das recolhidas, inseridas num grupo que, embora maioritariamente constituído por mulheres com a mesma origem social, apresentava uma clara heterogeneidade de comportamentos, sendo, conseqüentemente, potenciador de conflitos.

Da leitura de todo o articulado resulta evidente um estilo literário carregado de provérbios e de analogias entre a vida de santos, enquanto modelos de virtude e obediência, e os preceitos que as recolhidas deviam seguir. Obediência, silêncio e oração, constituíam os pontos fortes de um tripé onde assentava o modelo de vida das recolhidas, procurando conciliar a sua actividade espiritual com as rotinas diárias do estabelecimento. Tudo era cuidadosamente regulamentando de modo a que ficasse excluída qualquer hipótese de transgressão, por menor que fosse⁹.

Era dentro deste duplo enquadramento entre a vida espiritual e o estatuto terreno que se articulava o escrutínio das candidatas à admissão¹⁰. O Recolhimento fora criado com o objectivo de conceder abrigo a mulheres nobres, propósito inequívoco-

⁶ Segundo os termos em que a questão foi colocada em reunião do executivo da Misericórdia, os estatutos em vigor eram «diminutos para a devida reforma» (ADVC/ASCMVC – *Livro dos Acordãos*, fl. 214v).

⁷ Especialistas que eram classificados como «pessoas doutas, e religiozas», segundo os precisos termos do acórdão de Mesa (ADVC/ASCMVC – *Livro dos Acordãos*, fl. 215).

⁸ ADVC/ASCMVC – *Estatutos do Recolhimento de S. Tiago da Protecção Real e Administracao da Sancta Caza da Misericordia*, não paginado.

⁹ Preocupação que se compreende face à possibilidade de a sucessão de pequenos atritos pessoais redundar em conflitos de maior alcance. Isso mesmo se depreende de uma das advertências estatutárias: «Hum pecado venial senão mata emfraquesse hua alma» (ADVC/ASCMVC – *Estatutos de S. Tiago, 1728*, não paginado, cap. 7 «Da observança prefeita»).

¹⁰ No Recolhimento da Misericórdia de Coimbra, a selecção das candidatas privilegiava a qualidade da família, no caso de haver igualdade de virtude e pobreza. (LOPES, 2000a: 489).

camente enunciado no acórdão de 1663 que formalizou a entrada da Misericórdia na protecção do estabelecimento¹¹.

Embora tenhamos encontrado ao longo dos anos algumas esclarecimentos e decisões que procuravam complementar aspectos omissos do regulamento de 1707, em traços gerais, o governo do Recolhimento foi orientado durante mais de um século e meio segundo as grandes linhas que estruturavam esse documento. A necessidade de introduzir alterações substanciais destinadas a regular de uma forma mais eficaz a actividade diária da instituição, bem como a sua adequação a uma realidade que sofrera mudanças substanciais ao longo da sua vigência, seria apenas sentida de uma forma mais evidente na segunda metade do século XIX.

O primeiro momento em que se denota uma efectiva vontade em introduzir modificações aos estatutos iniciais verificou-se em 1868, tendo por causa próxima algum descontrolo que se verificava nas autorizações de saída temporária do estabelecimento. Ainda no século anterior havia começado a verificar-se a concessão de saídas precárias, tendo como facto gerador a necessidade de socorro urgente a algum parente próximo ou a resolução de negócios familiares inadiáveis. Embora de uma forma muito tímida, começaram também a evidenciar-se autorizações destinadas a tratamentos de saúde, regra geral em estabelecimentos termais, ou então nas chamadas «idas a banhos»¹².

Ora, o que se afigurava inicialmente como situações excepcionais, começou lentamente a assumir alguma normalidade, conhecendo-se ausências superiores a três meses, que, além de todos os transtornos causados na rotina de uma instituição que se pretendia como lugar de retiro, significavam que nem todas as recolhidas se enquadravam dentro dos pressupostos para que o estabelecimento fora criado. Efectivamente, as repetidas ausências, e por vezes com períodos tão dilatados, indicavam

Noutros recolhimentos um dos factores de selecção poderia incluir outras variáveis, como a beleza física da candidata. Era o caso do Recolhimento de S. Manços, em Évora, que privilegiava as mais belas e mais jovens, porque eram aquelas que potencialmente mais podiam incorrer no pecado, logo credoras de maior protecção (LIBERATO, 2004: 282).

A beleza, enquanto elemento potenciadora da perdição de jovens mulheres, também estava na mente dos confrades da Misericórdia de Ponte de Lima que procediam à avaliação das candidatas aos dotes da instituição (ARAÚJO, 2000: 136-137).

¹¹ Nessa resolução determinava-se que o Recolhimento poderia receber até dez mulheres nobres e naturais da vila (ADVC/ASCMVC – *Livro dos Acordãos*, fl. 152v).

¹² Em Junho de 1750, duas recolhidas pediam autorização para ir «tomar banhos às Caldas», argumentando que estavam doentes há mais de um ano e não conseguiam curar-se no Recolhimento (ADVC/ASCMVC – *Livro dos Acordãos*, fl. 196).

No ano seguinte, seria concedida autorização de saída a uma outra recolhida para que pudesse ir «tomar banhos no rio Lima à conta das queixas que padecia» (ADVC/ASCMVC – *Livro dos Acordãos*, fl. 213v). No século XIX, a Misericórdia de Coimbra também ajudava pobres a quem era receitado tomar banhos de mar. (LOPES, 2000b: 51-52).

que algumas dessas mulheres dispunham de familiares que lhes poderiam garantir apoio e protecção, ou ainda que elas mesmas possuíam meios de fortuna que não se enquadravam nos pressupostos fundacionais, mormente os que resultaram na entrada da Misericórdia na administração do estabelecimento¹³.

Em algumas ocasiões há também acórdãos de Mesa onde se lamentava a ausência de controlo sobre as recolhidas, desconhecendo-se o seu verdadeiro quantitativo, bem como fundadas suspeitas sobre a regularidade das admissões¹⁴.

No mês de Novembro de 1868, em reunião de Mesa, o assunto veio novamente à consideração dos dirigentes. Mais uma vez o provedor destacava a necessidade de se proceder à reforma dos estatutos, avançando desde logo com uma proposta que pretendia, no imediato, introduzir alguma ordem na vida da instituição.

Para se atingir o efeito desejado eram avançadas sete medidas que, no essencial, pretendiam definir o limite máximo de licença para se ausentar do Recolhimento, a prerrogativa conferida à Mesa de ordenar a expulsão de recolhidas, o custo das celas e a obrigatoriedade de ser produzida prova da sua legítima posse, bem como a reafirmação da sua intransmissibilidade.

Definia-se nessa moção, que viria a merecer a aprovação unânime, o limite de três meses para a ausência do Recolhimento, passível de renovação em casos devidamente ponderados¹⁵. Por outro lado, uma ausência superior a um ano acarretava a perda da cela, ainda que fosse comprovado o seu pagamento no acto de admissão. Idêntica perda ocorria quando a recolhida permanecia mais de três dias no exterior, sem ter beneficiado da competente autorização, ou no caso de contrair matrimónio. Previa-se ainda a expulsão daquelas que dentro ou fora do estabelecimento manifestassem

¹³ Em 1873, ao decidir-se sob a pena a aplicar a uma recolhida que não acatara a ordem de regresso ao Recolhimento, declarava-se que recebia uma «mesada» regular do pai, além de prestar serviços de «mestra de meninas» pelos quais era remunerada (ADVC/ASCMVC – *Livro de Acórdãos 1863*, fl. 120).

¹⁴ Em 1872, e dada a ausência de registos, a Mesa teve necessidade de proceder a averiguações para apurar quais as recolhidas que estavam em S. Tiago e o estatuto que detinham (ADVC/ASCMVC – *Livro de Acórdãos 1863*, fl. 114v).

¹⁵ Eram variadas as razões apresentadas para ser solicitada uma autorização de saída. Os motivos de saúde eram os mais invocados, seguidos da assistência à família, ou mesmo a necessidade de recolher o apoio de um benfeitor.

Em 1873, uma recolhida pedia autorização para fazer um tratamento a uma «dispepsia», apresentando o competente atestado médico (ADVC/ASCMVC – *Cartas e documentos diversos*, cota 3.25.6. Cx. 2 – 15). Em Abril, outra recolhida solicitava dois meses de licença para «tomar os banhos», aproveitando igualmente para visitar umas sobrinhas que «chegaram da Barca» (ADVC/ASCMVC – *Cartas e documentos diversos*, cota 3.25.6. Cx. 2 – 24).

Ainda no mesmo ano, uma outra recolhida fundamentava o seu pedido de licença com a necessidade de se deslocar à Covilhã a casa de um seu benfeitor «que a socorre sempre que lá vai» (ADVC/ASCMVC – *Cartas e documentos diversos*, cota 3.25.6. Cx. 2 – 19).

condutas classificadas como «indecorosas» e que demonstrassem insubordinação (ADVC/ASCMVC – *Livro de Acórdãos 1863*, fls. 47v. – 48).

Ainda que se compreenda a necessidade de serem tomadas medidas que pudessem de alguma forma pôr cobro a um sentimento de alguma permissividade no governo do Recolhimento, o que igualmente traduzia uma clara menorização do estatuto da Misericórdia enquanto entidade protectora, tratou-se de uma decisão com reduzida eficácia prática. Aliás, algumas das medidas eram demasiado ambíguas, permitindo uma larga margem de discricionariedade à Mesa. Contudo, também poderiam ter um efeito contrário, já que facilitavam a interpretação que fosse julgada mais conveniente nas recolhidas que tivessem maior capacidade de influenciar, fosse pelas redes de solidariedade que conseguiam estabelecer dentro do Recolhimento, fosse pela proximidade que detivessem face aos elementos mais destacados do órgão executivo. Na verdade, pouco mais se adiantou que conferir maior visibilidade à urgência que havia em introduzir normas disciplinadoras, não sendo possível apresentar uma efectiva manifestação de poder da Mesa da Santa Casa.

Importa ter presente que, nos tempos mais próximos a esta tomada de decisão, houvera uma acentuada instabilidade governativa da Misericórdia, com repetidas dificuldades em manter com suficiente equilíbrio o funcionamento órgão executivo¹⁶. Como acontecera em sucessivas ocasiões, e em diferentes momentos da vida da confraria, os atritos ao nível dirigente potenciavam o irromper de manifestações que desvirtuavam o projecto caritativo da instituição e favoreciam manifestações de práticas autonómicas face ao poder da Mesa.

Em Julho de 1872, os governantes recém-empossados queixavam-se da falta de organização legada pelos antecessores que não produziram orçamento, nem deixaram registos que permitissem a sua realização (ADVC/ASCMVC – *Livro de Acórdãos 1863*, fl. 102v). A preocupação em conferir maior rigor e controlo aos negócios da Misericórdia acabaria também por se estender ao Recolhimento. A eleição de uma Mesa dotada de maior coesão interna apressou a tomada de medidas que visavam conferir estabilidade ao relacionamento entre recolhidas, evitando os focos de conflito endógeno e as suas repercussões para o exterior.

Em Novembro, o provedor apresentava um relatório muito severo sobre o que lhe fora dado averiguar relativamente à vivência diária em S. Tiago. Os elementos apurados resultavam não só da troca de correspondência realizada com a regente, mas também decorriam do que classificava como sendo «visitas de inspecção ocular» (ADVC/ASCMVC – *Livro de Acórdãos 1863*, fl. 114) que previamente haviam sido realizadas. Nos termos desse documento lamentava-se a falta de organização interna,

¹⁶ No século XIX registaram-se vários momentos em que houve necessidade de nomear comissões administrativas para governarem a instituição.

tornada patente na impossibilidade de ser determinado com clareza quantas mulheres estavam aí recolhidas, como ainda o número de celas e a legitimidade da sua posse. Tudo isto contribuía para um cenário que se afastava muito da sua vocação primária, naquilo que se descrevia como sendo a ausência de «regras de ordem, decoro, e recolhimento» (ADVC/ASCMVC – *Livro de Acórdãos 1863*, fl. 114).

Face à situação observada, e depois de ser conseguido um inventário do estabelecimento, era entendimento da Mesa que se impunha a outorga de novos estatutos que permitissem atalhar a potenciais novos casos de desorganização.

Este novo clausulado representa uma completa rotura relativamente aos estatutos de 1707. Na verdade, enquanto estes se caracterizavam por uma redacção muito elaborada, bem ao gosto da mentalidade da época (GOUVEIA, 1988: 372-375), século e meio depois privilegiava-se a eficácia e a economia discursiva. Aliás, evidenciava-se desde logo essa necessidade de obter rápidos resultados porquanto o novo documento reivindicava precisamente essa pretensão, ao ser classificado como um «regulamento provisório adicional» ao que fora produzido em 1868.

Antes de mais, há uma inequívoca vontade em acentuar o estatuto protector da Mesa e do seu provedor, ao definir no artigo primeiro a impossibilidade de alguém abandonar o Recolhimento sem licença expressa da primeira figura da hierarquia confraternal. Por outro lado, a aplicação de penas disciplinares era uma prerrogativa que lhe estava igualmente acometida, coadjuvado pelo escrivão e pelo tesoureiro. No restante articulado eram definidas outras normas de funcionamento, sendo consagrado o artigo sétimo à definição das regras que presidiam à admissão de candidatas.

Como já referimos, o modelo de funcionamento imposto pelos estatutos do início do século XVIII sofreu adaptações circunstanciais, o que também se verificou nalgum menor rigor na selecção das candidatas¹⁷. Fosse através da pressão de elementos do topo da hierarquia confraternal, ou de pedidos que chegavam de importantes dignitários da Igreja bracarense, nem sempre a regra da naturalidade era respeitada¹⁸. No último quartel da centúria de setecentos encontra-se um ou outro caso de mulheres cuja origem não adería ao modelo da família nobre, sendo claramente identificadas como filhas de comerciantes.

Ao olharmos para o quadro das recolhidas presentes no estabelecimento em diferentes momentos do século XIX, encontrámos exemplos recorrentes de mulheres cujo estatuto social não adería ao modelo fundacional, antes reconhecendo

¹⁷ O acesso ao recolhimento da Misericórdia de Lisboa, também se fazia através de uma petição, embora não seja conhecido nenhum desses documentos (REIS, 2007: 317).

No recolhimento gerido pela Misericórdia do Porto, os documentos que suportavam o processo de selecção das recolhidas eram queimados (GANDELMAN, 2005: 187).

¹⁸ Em 1796, a pedido do Arcebispo de Braga, mediante carta enviada à Mesa, foi autorizada a entrada de uma mulher casada que não era residente em Viana (ADVC/ASCMVC – *Livro velho dos Acordans*, fl. 248).

internamente as mudanças que a sociedade gradualmente integrava (LOPES, 2002: 92-93). A alteração proposta nos regulamentos reflectia os novos tempos (CASCÃO & VAQUINHAS, 1997: 386-389).

O novo clausulado determinava que o processo de admissão era desencadeado a partir da sujeição de um requerimento, obrigatoriamente redigido pelo punho da candidata, o que desde logo era esclarecedor sobre algumas normas da nova filosofia que animava o regulamento. Ainda que encontrássemos uma ou outra petição elaborada por alguém que lhe estava próximo¹⁹, a posse dessas competências era significativa da alteração que se verificava na sociedade (RIBEIRO, 1999: 187-192).

Porém, a Santa Casa procurava munir-se de garantias formais que a colocassem ao abrigo de futuros problemas com as candidatas. Além desse documento, o processo era ainda complementado com atestados que pretendiam uma dupla segurança ao nível da saúde da pretendente e do reconhecimento que a sociedade fazia da sua conduta. Para o primeiro caso exigia-se a apresentação de certidões médicas autenticando a ausência de doenças crónicas ou contagiosas, bem como a posse das faculdades mentais²⁰. Quanto ao reconhecimento social da candidata, exigia-se a um atestado subscrito por três pessoas que no entender da Mesa pudessem ser classificadas como sendo «da maior respeitabilidade», caucionando a boa educação, bom génio e boa conduta da mulher que pretendia recolher-se (ADVC/ASCMVC – *Livro de Acórdãos 1863*, fl. 116).

A exigência de provas documentais subscritas por entidades externas à Santa Casa, embora possa significar a necessidade de conferir maior transparência ao processo de admissão, não deixa de configurar a marca dos tempos. Agora, a pertença a um determinado grupo social não constituía, por si só, garantia de entrada no estabelecimento. Embora a decisão final quanto à admissão resultasse ainda de uma deliberação da Junta da irmandade, logo passível de ter subjacente alguns factores particulares, ela era sustentada na segunda metade do século XIX com a exibição de documentos abonatórios. A obrigatoriedade de apresentar esses comprovativos representava uma grande mudança face à natureza limitativa do regulamento precedente, no que se refere a uma primeira selecção das candidatas, mas também não

¹⁹ O artigo 7º do regulamento previa essa excepção. Porém, era obrigatória declará-la expressamente na petição (ADVC/ASCMVC – *Livro de Acórdãos 1863*, fl. 116).

²⁰ Essa precaução resultava da necessidade de se prevenir a admissão de mulheres incapacitadas e que não podiam obter ajuda no Recolhimento. Em 1845, uma recolhida foi entregue à guarda de um sobrinho porque sofrera «um flato pepletico (...) sem tino algum (...) ficou da caveça como hua criança» (ADVC/ASCMVC – *Cartas e documentos diversos*, cota 3.22.4. Cx. 2 – 42).

deixava de significar que a estrutura dirigente da Misericórdia não dispunha já do mesmo poder discricionário de outros tempos²¹.

Numa sociedade em mudança, a instituição adaptava-se. Contudo, apesar de evidenciar uma maior abertura social, encontrámos em repetidas ocasiões um discurso que convocava os pressupostos fundacionais do estabelecimento, não prescindindo na ocasião de lembrar que se destinava prioritariamente a mulheres enquadráveis num grupo social bem específico. Não se invocavam agora os qualificativos de «nobre» ou «honrada», mas não deixava de se lembrar que o Recolhimento se destinava a mulheres que, em função da sua origem social, não podiam sujeitar-se ao vexame de exibirem publicamente a sua precariedade.

Um acórdão do final de Dezembro de 1872 classificava de forma clara as destinatárias preferenciais do Recolhimento, realçando que ele fora instituído «para asilar senhoras pobres, mas que por sua educação e abandono do mundo não permitia procurar outro destino ou fim de vida» (ADVC/ASCMVC – *Livro de Acórdãos 1863*, fl. 118v). Tratava-se de uma definição inequívoca, tanto mais de realçar porquanto era acompanhada de um retrato da população recolhida, assinalando-se a presença de mulheres que não obedeciam ao estereótipo esperado. Na avaliação feita pela Mesa o panorama que se vivia entre paredes era «lastimoso» e «vergonhoso». Razões fundamentais? As que resultavam da presença de mulheres que, no parecer dos dirigentes da Misericórdia, não dispunham dos requisitos fundamentais para aí viverem²².

Este panorama de alguma permissividade, embora resultasse em primeira instância da ausência de executivos fortes e capazes de estender a sua autoridade até ao interior do Recolhimento, também contou com o beneplácito de regentes menos dispostas a fazer cumprir os regulamentos. Esta falta de controlo não se devia apenas a dirigentes pouco habilitadas a exercer o poder e assumir o seu papel de representantes da Mesa da Santa Casa²³. Na verdade, essa aparente demissão de responsabilidades tinha o contraponto de representar uma importância acrescida junto das restantes recolhidas,

²¹ Apesar do maior rigor e transparência que se pretendia conferir ao processo, havia por vezes admissões que só se compreendem face à protecção que a candidata dispunha junto da Mesa. Em Abril de 1879, foi expulsa uma recolhida que difamara gravemente o provedor, acusando-o de se intrometer sub-repticiamente no interior do Recolhimento à noite, aí permanecendo até de madrugada. Depois de feitas averiguações verificara-se ser uma calúnia, e que a essa recolhida já havia sido expulsa de um recolhimento de Barcelos pelos mesmos motivos (ADVC/ASCMVC – *Livro de Acórdãos 1863*, fls. 263v – 264).

²² Nos termos do acórdão a que nos vimos reportando, o provedor classificava algumas das mulheres recolhidas como sendo «gente sem educação, nem vocação» (ADVC/ASCMVC – *Livro de Acórdãos 1863*, fl. 118v).

²³ Em 1881, uma regente pedira a exoneração do cargo argumentando com o facto de «querer evitar os desgostos que lhe resultariam de cumprir à risca com os seus deveres» (ADVC/ASCMVC – *Livro de Acórdãos 1863*, fl. 288v).

já que podiam, por essa via, demonstrar uma forte capacidade de reclamar paridade face ao provedor e restante Mesa.

Importa ter presente que desde sempre a selecção das titulares do governo do Recolhimento, embora resultasse de eleição interna, particularmente a regente, carecia da ratificação do órgão dirigente da Misericórdia. Aliás, a posse era conferida pelo provedor em cerimónia que contava com a presença dos demais membros da Mesa, após prévio juramento de fidelidade sobre os Evangelhos, num momento ornado de forte simbolismo. A cerimónia era selada com a produção do competente auto de posse, validado pela assinatura dos dirigentes da confraria e das recolhidas presentes (ADVC/ASCMVC – *Livro velho dos Accordans*, fl. 310).

Este modelo de sujeição de mulheres que, maioritariamente, pelo seu estatuto de nascimento se podiam colocar em pé de igualdade com os irmãos de maior notoriedade da Mesa, nem sempre foi pacificamente aceite²⁴. O século XVIII foi prolífico em fenómenos de insubmissão de regentes face à autoridade da Mesa. Na centúria seguinte, ainda que não tenhamos identificado idêntico nível de conflituosidade, foi igualmente possível reconhecer em algumas ocorrências, manifestações de insubordinação face às determinações dos dirigentes da Misericórdia. Quando havia uma tentativa de exercer um controlo mais apertado sobre a vida interna do Recolhimento, ou o envio de directrizes que de alguma forma cerceavam o grau de autonomia que as regentes reivindicavam, estalavam os confrontos. Em algumas dessas ocasiões a oposição não era expressamente declarada e passava geralmente por tentativas de atrasar a tomada de decisões, confiando no esquecimento, ou na sucessão de executivos. Por vezes esse antagonismo era declarado e, não obtendo valimento das suas pretensões, a regente apresentava a demissão, tornando clara a sua discordância, o que também não deixava de comportar uma clara mensagem para o interior²⁵.

Em Fevereiro de 1873, na sequência das tentativas de ser conferida alguma organização e controlo internos, há uma sucessão de episódios paradigmáticos da resistência que por vezes se manifestava à intervenção da Santa Casa. Em repetidas ocasiões a Mesa tentara que a regente colaborasse no esforço de reorganização interna; sempre se negara, argumentando não ser capaz, a que juntava outras razões, como a idade avançada e a ignorância, exibindo mesmo em algumas ocasiões a ameaça de demissão. Todavia, embora se possa admitir alguma razoabilidade da recusa, havia motivos mais fortes que justificavam esse comportamento. A referida regente

²⁴ Entre 1750 e 1850 todas as regentes do Recolhimento da Misericórdia de Coimbra usavam o título de «dona», um indicador de prestígio social (LOPES, 2000a: 500).

²⁵ As receitas próprias deram origem a alguns confrontos. O Recolhimento dispunha de alguns legados que eram administrados pela regente, embora fosse obrigada a prestar contas à Mesa da Santa Casa, o que nem sempre era respeitado. Em 1872, uma das regentes recusara por três vezes informar sobre os rendimentos disponíveis e da utilização que lhes era dada (ADVC/ASCMVC – *Livro dos Acórdãos 1863*, fl. 122).

dispunha na Mesa apoio forte na defesa das suas posições que lhe teriam permitido escrever um «ofício atrevido», segundo o testemunho do escrivão, onde «se declara em rebelião contra o Provedor em um negócio perfeitamente razoável» (ADVC/ASCMVC – *Livro de Acórdãos 1863*, fl. 122v). Ao ser deliberado votar-se a demissão da contestatária, o tesoureiro abandonou a sala, o que não deixa de ser significativo sobre as redes de solidariedade que se estabeleciam.

Como se pode concluir, e tendo sempre presente as sucessivas configurações da sociedade ao longo do século XIX, o panorama observado no Recolhimento de S. Tiago, apresentou uma apreciável continuidade relativamente à centúria precedente, quando olhamos para a sua população residente. Embora se verificasse alguma abertura à entrada de candidatas que não correspondiam ao modelo inicial de mulheres órfãs e nobres, o discurso oficial adaptava os termos e continuava a reclamar para o estabelecimento um ponto de refúgio para «mulheres nobres», ainda que agora fossem designadas apenas por «senhoras».

Independentemente das questões semânticas, o Recolhimento de S. Tiago continuava a ser no século XIX, um porto de abrigo para algumas «mulheres nobres principaes» (SILVA, 1854: 262).

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2000) – *Pobres, honradas e virtuosas: os dotes de D. Francisco e a Misericórdia de Ponte de Lima (1680-1850)*. Ponte de Lima: Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima.
- BRAGA, Ana Maria dos Santos da Nóbrega de Oliveira (1993) – *Notas para o estudo da mulher viúva em Portugal nos finais do Antigo Regime*. «Revista de Ciências Históricas», n.º 8. Porto: Universidade Portucalense, p. 117-124.
- CASCÃO, Rui; VAQUINHAS, Irene Maria (1997) – *Evolução da sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa*. In TORGAL, Luís Reis, ROQUE, João Lourenço, coord. – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, vol. 5, p. 379-392.
- GANDELMAN, Luciana Mendes (2005) – *Mulheres para um império: órfãs e caridade nos recolhimentos femininos da Santa Casa da Misericórdia: (Salvador, Rio de Janeiro e Porto – século XVIII)*. Campinas: Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Tese de doutoramento.
- GOUVEIA, António Camões (1988) – *Estratégias de interiorização da disciplina*. In HESPANHA, António Manuel, coord. – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, vol. 4, p. 367-392.
- LIBERATO, Marco (2004) – *Trento, a mulher e controlo social: o recolhimento de S. Manços*. In ABREU, Laurinda, coord. – *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVII)*. Lisboa: Edições Colibri, p. 275-289.
- LOPES, Maria Antónia (2000) – *Pobreza, assistência e controlo social. Coimbra (1750-1850)*. Viseu: Palimage Editores, vol. I.
- LOPES, Maria Antónia (2000) – *Pobreza, assistência e controlo social. Coimbra (1750-1850)*. Viseu: Palimage Editores, vol. II.

- LOPES, Maria Antónia (2002) – *As Misericórdias de D. José ao final do século XX*. In PAIVA, José Pedro, coord. – *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, vol. I, p. 79-117.
- REIS, Maria de Fátima (2007) – *Caridade e clausura: honra e virtude feminina em Lisboa na Modernidade*. In ABREU, Laurinda, ed. – *Asistencia y caridad como estrategias de intervención social: Iglesia, Estado y Comunidad (s. XV-XX)*. Bilbao: Universidad del País Vasco, p. 315-322.
- REIS, Maria de Fátima Dias dos (2004) – *Poder régio e tutela episcopal nas instituições de assistência na época moderna. Os recolhimentos de Lisboa*. In ABREU, Laurinda, coord. – *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVII)*. Lisboa: Edições Colibri [etc.], p. 263-274.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (1999) – *Livros e leituras no século XIX*. «Revista de História das Ideias», n.º 20. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, p. 187-227.
- SÁ, Isabel dos Guimarães (2002) – *Estatuto social e discriminação: formas de selecção de agentes e receptadores de caridade nas Misericórdias portuguesas ao longo do Antigo Regime*. In LEANDRO, Maria Engrácia; ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; COSTA, Manuel da Silva, org. – *Colóquio Internacional Saúde e Discriminação Social – Saúde, as teias da discriminação social – Actas*. Braga: Instituto de Ciências Sociais / Universidade do Minho, p. 303-334.
- SILVA, José Justino de Andrade e (1854) – *Collecção Chronológica da Legislação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva.

OS IRMÃOS DAS ORDENS TERCEIRAS DE SÃO FRANCISCO E AS RELAÇÕES FAMILIARES NO IMPÉRIO PORTUGUÊS, SÉCULO XVIII

JULIANA DE MELLO MORAES*

A partir da documentação produzida pela Ordem Terceira franciscana, de São Paulo, pretendeu-se avaliar o papel desempenhado pelas associações religiosas para os grupos emergentes naquela cidade. Paralelamente, buscou-se analisar a importância das relações familiares no grupo administrativo da instituição no intuito de verificar a importância da família na escolha dos espaços de devoção, na obtenção e na preservação do poder no interior da associação secular ao longo do século XVIII.

Desde o início do século XVIII, São Paulo possuía algumas associações de leigos, entre as quais se destacavam a Santa Casa da Misericórdia, a irmandade do Santíssimo Sacramento, a de Santo António, a de Nossa Senhora das Dores, a de Nossa Senhora dos Remédios, a de Nossa Senhora da Boa Morte, a de Nossa Senhora do Rosário, a de Santa Luzia, a de São Francisco Xavier e a de São Brás. Juntamente com as irmandades estavam as Ordens Terceiras de Nossa Senhora do Carmo e de São Francisco também em funcionamento nessa época¹.

A formação dessas instituições propiciava aos paulistanos, além da vivência religiosa, locais propícios para o desenvolvimento das sociabilidades e a participação em festividades públicas. Nesse sentido, as irmandades permitiam «maiores oportuni-

* Centro de Estudos Geográficos / UL. juliana.mel@gmail.com. Doutorada em História pela Universidade do Minho. Actualmente é investigadora na Universidade de Lisboa e bolsista de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), dedicando-se a pesquisa em História Cultural, no período contemporâneo. O seu campo de investigação versa igualmente sobre a História Social e Religiosa. Apresentou e publicou diversos trabalhos sobre as práticas religiosas e assistenciais nas Ordens Terceiras franciscanas do Império português.

¹ SANTOS, 2005: 261-262; MARTINS, 2003: 255.

dades de exercício do poder ao nível local, através da multiplicação dos seus cargos dirigentes, alguns deles de grande prestígio e muito disputados, pelo facto de criarem sucessivas oportunidades de exibição social»².

Apesar de todas as associações proporcionarem visibilidade social aos seus membros, especialmente aos seus dirigentes, havia diferenças bastante nítidas entre essas instituições. Os critérios de recrutamento, as obrigações financeiras impostas aos seus membros, a posse de bens diversificados e a prática assistencial são alguns elementos distintos dependendo da natureza da agremiação. Desse modo, as especificidades das associações de leigos suscitavam diferenças relacionadas ao prestígio dessas entidades tanto no reino quanto na América portuguesa.

A Santa Casa da Misericórdia configurava-se numa das instituições locais de maior prestígio, pois oferecia oportunidade de afirmação do poder, ao mesmo tempo que cumpria o seu principal objetivo: a prática das 14 obras de misericórdia. Os seus membros ampliavam a sua visibilidade, pois fazer parte da irmandade propiciava oportunidades de exercício do poder, expandindo o «estatuto no *cursus honorum* dessas famílias»³. Em São Paulo, embora a documentação não permita traçar com precisão a data da sua formação, comprova-se a sua existência, pelo menos desde o início do século XVII⁴.

Naquele período, a Misericórdia paulistana congregava, conseqüentemente, a elite local, destacando-se os «descendentes dos primeiros povoadores ou a ela ligados pelos laços do matrimônio»⁵.

Porém, não era somente na Santa Casa que a elite se congregava. As irmandades do Santíssimo Sacramento, geralmente, contavam em seus quadros com as pessoas mais destacadas da região⁶. Estas associações eram eretas somente em igrejas paroquiais, logo o ritmo da sua formação refletia a instalação da Igreja em distintas partes do território ultramarino.

As Ordens Terceiras também desempenhavam papel de relevo no conjunto associativo da época. Vinculadas as ordens religiosas – como a franciscana e a carmelita – estas agremiações averiguavam os laços familiares buscando comprovar a «limpeza de sangue» e a conduta moral dos seus candidatos⁷. Na América portuguesa, as ordens seculares congregaram, sobretudo, pessoas ávidas por prestígio e reconhecimento social. Os comerciantes, por exemplo, destacavam-se entre os contingentes de irmãos

² PENTEADO, 1995: 323.

³ SÁ, 1997: 11.

⁴ MESGRAVIS, 1976: 37-39.

⁵ MESGRAVIS, 1976: 57.

⁶ DUPRAT, 1968: 88-89.

⁷ MORAES, 2010a: 45.

terceiros, pois encontravam nesta instituição um local perfeito para incorporar-se socialmente e atestar, através das práticas religiosas, sua condição de bom católico⁸.

Desse modo, no alvorecer do século XVIII, São Paulo incluía, em seus limites, diversas agremiações de leigos dedicadas a oragos distintos. Contudo, foi no decorrer do setecentos que o cenário religioso paulistano transformou-se substancialmente. Alguns motivos, ligados as alterações políticas, econômicas, demográficas e sociais no período provocaram essas mudanças na região⁹.

A cidade de São Paulo, a partir do século XVIII, recebeu um grande contingente populacional ávido por inserção social. Muitos emigrantes portugueses, incentivados pelas descobertas auríferas, fixaram-se na cidade.

O destino da emigração portuguesa, inicialmente direcionada a Ásia, alterou sua trajetória para o Atlântico, desde finais do século XVII¹⁰. Contudo, o principal fator dessa mudança foi a descoberta de ouro¹¹. A partir do século XVIII, após os descobrimentos auríferos, em Minas Gerais e em Goiás, evidencia-se o acréscimo do movimento populacional desencadeado pelas correntes migratórias em toda região mineradora e em diversas partes da América portuguesa.

Esse movimento imigratório provocou um rápido crescimento populacional nas terras americanas. Entre a população sôfrega pelas descobertas auríferas estavam os «comerciantes e seus carregamentos com o intuito de levar gêneros alimentícios, produtos coloniais e importados do Reino, animais e escravos africanos aos habitantes das minas»¹².

Nesse período a capitania de São Paulo atraiu um grande contingente populacional seja de Portugal ou de outras áreas coloniais, tendo sua população crescido consideravelmente nessa época, de acordo com os estudos demográficos¹³.

A chegada de novos habitantes oriundos de Portugal alterou a configuração econômica e social da cidade, e não decorreu sem a interferência das famílias dantes instaladas no poder. As antigas famílias paulistanas – detentoras dos cargos de destaque em órgãos governativos e das milícias, monopolizadoras de terras, entre outros – buscaram preservar seus privilégios e seu poderio econômico¹⁴.

Para assimilar esse novo grupo de imigrados, a elite estabelecida administrou uma política de casamentos. Caso exemplar é de José Manuel da Cunha, português, casado com Maria de Lima Camargo, filha de um dos membros desse grupo tradi-

⁸ BOSCHI, 1986: 162-163.

⁹ MARCÍLIO, 2000: 69.

¹⁰ RUSSEL-WOOD, 1998: 125.

¹¹ ALVES, 1998: 233.

¹² BORREGO, 2006: 18.

¹³ MARCÍLIO, 1973: 98-101.

¹⁴ BLAJ, 1998: 281-296.

cional paulista. Esses casamentos de portugueses com mulheres das famílias locais acabavam por se transformar numa relação vantajosa para os envolvidos. Porque «os imigrantes conseguiam acesso a recursos e a uma rede de sócios potenciais, as famílias da elite de São Paulo conservavam o controle sobre os recursos da comunidade com a ajuda dos genros [...]»¹⁵.

A presença destacada dos comerciantes justificava-se, pois, durante o século XVIII, São Paulo concentrava uma importante parcela do comércio interno na América portuguesa, ligando a área mineradora à região sul. Entre os principais produtos comercializados pelos paulistas com as novas áreas auríferas destacavam-se o gado, a aguardente e os escravos¹⁶.

No entanto, o crescimento demográfico não correspondeu na mesma proporção ao aumento da produção agrícola ou dos rendimentos para a população em geral. Sabe-se que durante o século XVIII, a sociedade paulistana sofreu uma crescente concentração de renda¹⁷ e uma diminuição da produção agrícola, paralelamente à decadência da mão-de-obra escrava indígena.

Mesmo com a redução dos patrimônios arrolados entre a população encontravam-se homens com riquezas avultadas. Principalmente comerciantes, entre os quais está José Rodrigues Pereira, que no censo de 1765, aparece como possuidor de bens no valor de 28 contos de réis¹⁸. Ele insere-se nesse novo grupo de comerciantes, formado durante o século XVIII, possuidor das maiores fortunas locais, sendo este grupo revelador das mudanças na capitania de São Paulo após a descoberta das minas auríferas.

Além de realizar ligações matrimoniais com as filhas da elite local, os novos moradores de São Paulo procuraram se estabelecer nas associações religiosas da cidade, entre as quais merece destaque a Ordem Terceira de São Francisco.

Para adentrar ao sodalício franciscano, o candidato deveria submeter-se a um processo moroso. Este iniciava com a elaboração de um pedido formal à Ordem Terceira para dar início aos interrogatórios com o objetivo de obter informações a respeito da família do futuro associado, da sua conduta, dos seus rendimentos financeiros e, também, sobre seu estado físico. Com a obtenção das respostas realizava-se a votação para aprovar a entrada do novo membro. Os interrogatórios realizados antes da entrada do novo associado tinham por objetivo constatar a conduta moral do pretendente e deveria eliminar os «que não tem a santa Fé Católica, aos Hereges e Cismaticos, e aos que são suspeitos e infamados: não tem contudo obrigação as

¹⁵ NAZZARI, 2001: 104.

¹⁶ MONTEIRO, 1994: 224.

¹⁷ NAZZARI, 2001: 100.

¹⁸ NAZZARI, 2001: 102-103.

mesmas congregações de Terceiros de aceitarem que por alguma raça infâmia de geração, vida, ou costumes são mais vezes motivos de desuniões que de união»¹⁹.

Essas exigências relacionadas à limpeza de sangue e a conduta moral dos futuros membros da associação, faziam parte dos critérios de recrutamento da maioria das Ordens Terceiras franciscanas, tanto em Portugal – como, por exemplo, no Porto²⁰ e em Vila Viçosa ²¹ – quanto na América portuguesa, como em Salvador e em São Paulo²².

A complexidade do processo de recrutamento propiciava a criação de uma forte identificação entre os participantes da Ordem secular franciscana. A identidade baseada em critérios de «limpeza de sangue» e de boa conduta unia seus membros diferenciando-os do resto da comunidade onde viviam.

Após enfrentarem todas as etapas do processo de entrada na instituição, os irmãos que desejassem ocupar os cargos dirigentes na Ordem secular deveriam ainda angariar prestígio e confiança suficiente dos membros da Mesa administrativa para concorrer e vencer o processo eleitoral.

A avaliação das ocupações dos irmãos que participaram na Mesa da Ordem Terceira paulistana abrange somente aqueles que tiveram suas atividades apontadas. Infelizmente, o responsável pelos registos da Ordem Terceira, o secretário, nem sempre identificou a ocupação dos irmãos. Assim sendo, não foi possível verificar as atividades desenvolvidas pela a totalidade dos seculares que fizeram parte do órgão gestor. No entanto, a partir das informações compulsadas foram identificados, sobretudo, eclesiásticos, militares e comerciantes.

Para 49% dos ocupantes da Mesa, entre 1714 e 1799, foi possível identificar a sua ocupação. Dentre o conjunto de administradores com a ocupação mencionada encontraram-se 37% de homens ligados as atividades comerciais, 33% de militares, 26% de eclesiásticos, sendo o restante (4%) identificado com uma variedade profissional (doutor, oficial mecânico, etc.)²³.

A representatividade dos homens ligados ao comércio destaca-se entre os gestores do sodalício. No conjunto total de irmãos terceiros, esse grupo representa 25%, contudo sua presença amplia-se na Mesa, sendo 37% dos que foi possível apurar.

Esses dados revelam não somente a presença desse grupo mercantil entre os administradores da Ordem, mas também a sua importância e seu peso nas decisões tomadas na instituição.

¹⁹ AOTB – *Estatutos da Veneravel ordem terceira da cidade de Braga 1742*, fl. 2.

²⁰ *Estatutos e Regra da Ordem Terceira de São Francisco da cidade do Porto*, 1751: 1.

²¹ ARAÚJO, 2004: 48-49.

²² RUSSEL-WOOD, 1989: 67.

²³ AOTSP – *Livro das eleições 1714-1799*, fls.1.

Deste modo, evidencia-se a presença constante de homens ligados ao comércio no órgão gestor da Ordem secular franciscana, o que levanta questões a respeito dos motivos propulsores da adesão maciça de comerciantes à Ordem Terceira franciscana.

Inicialmente ressalta-se a indiscutível segurança espiritual e física proporcionada pelas Ordens Terceiras de São Francisco aos seus membros. A certeza de um enterro dentro das perspectivas do bem morrer daquele período aliada à esperança na salvação da alma estimulava a adesão da população a Ordem Terceira. Para além da assistência a alma, as Ordens seculares também auxiliavam seus irmãos em momentos difíceis, tais como na doença ou na pobreza²⁴.

Enquanto a Ordem secular constituía-se numa instituição atrativa para os comerciantes, observa-se que somente um pequeno número de homens ligados ao comércio filiou-se a Santa Casa da Misericórdia paulistana. Dentre os 100 agentes mercantis identificados pela investigadora Maria Aparecida Borrego encontram-se 14 associados a esta irmandade, sendo que destes somente cinco não se tornaram também terceiros franciscanos²⁵. Desse modo, 14% participaram da Santa Casa enquanto 95% tornaram-se terceiros franciscanos. A exclusão desses homens da irmandade de maior prestígio do Império provavelmente foi ocasionada por variados fatores, sendo um deles a restrição no número de irmãos. Essa limitação na quantidade de filiados forçosamente excluía muitos dos recém chegados à região de participar dos quadros da irmandade. Alguns conseguiram adentrar a instituição e inclusive participaram das decisões da Misericórdia desempenhando, o papel mais importante, o cargo de provedor²⁶. Contudo, o número de comerciantes inseridos na Ordem Terceira franciscana é evidentemente maior daquele encontrado na Misericórdia. Essa escolha da associação secular pelos comerciantes estava, também, associada a sua inserção nas Santas Casas. Nestas instituições, os homens ligados ao setor mercantil, mesmo aqueles de grosso trato, adentravam a Misericórdia como irmãos «oficiais», sendo excluídos muitas vezes da condição de «nobres». Somente a partir da segunda metade do século XVIII observa-se a inserção dos comerciantes entre os «nobres» nas Santas Casas²⁷.

Além do afastamento dos comerciantes de outras instituições de prestígio, indiscutivelmente as relações de parentesco contaram para a entrada de muitos comerciantes na Ordem Terceira franciscana de São Paulo.

A prática do comércio e a vinda de novos contingentes funcionavam muitas vezes baseados em laços familiares. Primos, tios, sobrinhos, irmãos e outras relações de parentesco auxiliavam e incentivavam a mobilidade espacial destes homens.

²⁴ MORAES, 2010b: 185-196.

²⁵ BORREGO, 2006: 163-167.

²⁶ MESGRAVIS, 1976: 73.

²⁷ ARAÚJO, 2003: 699-700.

Muitos vinham a São Paulo para trabalhar com seus parentes e acabavam por se fixar na cidade. Posteriormente, entravam na Ordem Terceira, onde seus familiares já estavam integrados. Tal caso ocorreu com Francisco Pinto de Araújo e seu primo Pascoal Álvares de Araújo. Naturais do Minho, Portugal, eles chegaram a São Paulo, na primeira metade do século XVIII, onde passaram a praticar o comércio. Os dois entraram na Ordem Terceira franciscana. Francisco Pinto participou ativamente da administração do sodalício, chegando a ocupar o cargo de ministro, em 1761²⁸.

A trajetória de João Francisco Lustoso também é exemplar das ligações comerciais e familiares entre os emigrados portugueses. Ele foi ministro da Ordem Terceira, em 1744²⁹. Natural da região do Minho, Portugal, realizava o comércio na cidade de São Paulo. Após se estabelecer nas terras paulistas, ele trouxe seu sobrinho Manuel Francisco Vaz, também minhoto, nascido em Guimarães, para auxiliá-lo nas atividades mercantis. Tal como seu tio, Manuel Francisco Vaz adentrou a Ordem secular, onde ocupou alguns cargos na Mesa administrativa, como sacristão, em 1746, e definidor, em 1753³⁰.

Não somente tios e sobrinhos poderiam compartilhar a profissão e os espaços de devoção. Primos também estabeleciam auxílio mútuo no decorrer das suas trajetórias. É o caso de José Rodrigues Pereira e Tomé Rebelo Pinto. Os dois nasceram no Arcebispado de Braga, Portugal, e se fixaram em São Paulo na primeira metade do século XVIII, onde realizavam atividades mercantis. Ambos ocuparam lugares de destaque na Mesa administrativa da Ordem secular franciscana. O primeiro foi ministro, em 1758, enquanto o segundo elegeu-se vice-ministro, em 1750³¹.

Também do norte de Portugal, oriundos de Barcelos, eram os primos Antonio da Silva Brito e José da Silva Brito. Eles praticavam atividades mercantis em São Paulo e faziam seus exercícios espirituais como irmãos terceiros. Ainda, participaram da Mesa administrativa da instituição em diferentes momentos, sendo António da Silva Brito vice-ministro, em 1746³².

Portanto, como um importante espaço de sociabilidade, no qual praticavam a caridade entre seus pares e intensificavam sua vivência religiosa, a Ordem Terceira de São Francisco constituía-se num atrativo para os emigrados. A presença de muitos comerciantes portugueses com laços familiares, durante o século XVIII, corrobora a premissa dessas ligações entre os dois lados do Atlântico. Igualmente, a ocupação de

²⁸ AOTSP – *Livro das eleições 1714-1799*, fls. 81v-83.

²⁹ AOTSP – *Livro das eleições 1714-1799*, fls. 49-50.

³⁰ AOTSP – *Livro das eleições 1714-1799*, fls. 65v-66v.

³¹ AOTSP – *Livro das eleições 1714-1799*, fls. 61-62.

³² AOTSP – *Livro das eleições 1714-1799*, fls. 52v-54v.

cargos de destaque na Mesa administrativa revelam a inserção e a promoção social desse grupo, ligado as atividades mercantis, no seio da instituição.

Outro fator atrativo, além da visibilidade social proporcionada pela instituição e as relações familiares, era a segurança proporcionada ao emigrado português mesmo antes de iniciar sua viagem. Estar associado a Ordem Terceira franciscana em Portugal facilitava a inserção do emigrante em sua nova morada, pois ele poderia adentrar a outro sodalício franciscano em qualquer parte do império quando munido de documentação válida: a patente. Esse documento era entregue aos irmãos no momento da sua filiação, o que garantia a entrada ou o auxílio material e espiritual em outras associações congêneres independente do local.

Essa entrada em instituições de diferentes localidades não decorria, contudo, facilmente. Na Ordem Terceira de São Paulo, em seus estatutos elaborados em 1686, destacava-se «que todo o irmão que vier de fora apresentado ainda que traga patente não seja admitido sem primeiro tirar novas informações»³³. Reafirmação dos critérios de seleção, mesmo os previamente selecionados em outras instituições deveriam novamente provar ser cristãos velhos e de ter boa conduta. O que reforçava o caráter seletivo e exclusivista da instituição, ao mesmo tempo, em que garantia a «pureza» entre seus membros. Elemento propiciador de legitimidade e prestígio social.

Não somente a entrada em qualquer Ordem Terceira estava assegurada com documento reconhecido, também durante as viagens os irmãos terceiros poderiam dispor de auxílio³⁴. Estar munido com a patente garantia ajuda em distintas localidades onde houvesse esta instituição. A mobilidade dos homens associados ao comércio de São Paulo estendia-se por vilas e cidades do sul ao centro da América portuguesa e mesmo a Portugal. Santos, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Cuiabá, Goiás, Bahia, Vião, Rio Grande e Lisboa estão entre os locais relacionados ao comércio paulista³⁵.

A constante certeza de auxílio em diferentes locais, acrescida a inserção social proporcionada pela filiação à Ordem Terceira franciscana foram, muito provavelmente, alguns fatores fundamentais para a atração desse contingente populacional emigrado. Não se isentando dessa premissa a Ordem Terceira de São Paulo, cidade receptora de muitos portugueses, durante o século XVIII, interessados em angariar riqueza e prestígio social.

Neste sentido, como espaço de sociabilidade voltado para prática assistencial entre os irmãos e de uma vivência religiosa mais intensa, a Ordem Terceira atraiu os comerciantes portugueses durante o século XVIII. Essa entrada constante de agentes mercantis e a sua presença na administração da Ordem demonstram a importância

³³ AOTSP – *Livro I de Termos 1686-1733*, fl. 3v.

³⁴ MORAES, 2005: 1-18.

³⁵ BORREGO, 2006: 117.

dada por esse grupo à instituição e a sua utilização como meio de angariar prestígio na comunidade.

Outro grupo de destaque no órgão gestor foram os militares. As questões referentes ao incremento da milícia, principalmente a partir de 1765, e a importância desses homens na região verificam-se, igualmente, na sua preponderância na administração da Ordem Terceira franciscana.

A sua presença maciça no órgão gestor espelha o reconhecimento desses homens na sociedade local, os quais conquistaram rapidamente os principais cargos da Ordem secular. A sua representatividade decorria, igualmente, em outras instituições da época.

O corpo eclesiástico também participava ativamente da Mesa da Ordem, contudo em número reduzido em relação ao conjunto total de irmãos com ocupações informadas. Deste modo, apesar de constar em número relevante na associação, a sua participação no órgão gestor mostrava-se mais modesta. Essa fraca representatividade do clero, em relação ao seu número global na Ordem, revela que os eclesiásticos não conseguiram ou não se interessaram pela Ordem secular enquanto palco privilegiado para exercício do poder. Diferentemente de outras localidades, como Braga, por exemplo, onde o clero encontrava nas associações de leigos (irmandades e Ordens Terceiras) espaços apropriados para conservação e aumento de seus *status* na sociedade.

Contudo, convém avaliar não somente a composição global da Mesa administrativa, mas aqueles que foram eleitos para o cargo de ministro. Como o principal responsável pela Ordem Terceira franciscana, o ministro destacava-se dos outros gestores, não somente pela sua importância no quadro administrativo, mas também pelos elevados valores cobrados aos ocupantes deste cargo.

A partir da análise das atividades desenvolvidas pelos ministros da Ordem, entre 1714 e 1799, constatou-se a presença de 40% de homens ligados ao comércio, 30% de militares, 27% de eclesiásticos e 3% com outras atividades profissionais, como doutores ou oficiais mecânicos³⁶.

Portanto, o cargo de ministro foi ocupado 25 vezes por agentes mercantis, o que totaliza 40% no período. Por outro lado, 35,8% correspondem ao número de vice-ministros vinculados ao comércio para a mesma época³⁷. A aproximação numérica da representatividade dos agentes mercantis nos principais cargos da instituição demonstra a coesão desse grupo no órgão de comando da Ordem Terceira. Todavia, é importante salientar a falta de dados para indicar com maior precisão esses números. Infelizmente, como anteriormente mencionado, os secretários da Ordem não tinham por hábito apontar as profissões de todos os irmãos. Somente foi possível identificar alguns agentes mercantis, pertencentes aos cargos da Mesa, através do estudo da

³⁶ AOTSP – *Livro das eleições 1714-1799*.

³⁷ AOTSP – *Livro das eleições 1714-1799*.

investigadora Maria Aparecida Borrego³⁸, o que pode causar uma deformação dos resultados obtidos. Também, recorda-se que muitos militares desenvolviam outras atividades, seja como senhores de terras ou no comércio. Nesse sentido, optou-se por privilegiar as informações apontadas nos livros da Ordem. Ainda assim, não deixa de ser relevante a participação dos comerciantes na gestão da associação secular.

Nesse sentido, os comerciantes se destacavam na globalidade dos cargos da Mesa e, igualmente, como ministros. A importância financeira desse grupo, muito provavelmente, influenciou a escolha desses homens para o quadro administrativo do sodalício.

José da Silva Ferrão, natural de Santarém (Portugal)³⁹, esteve por oito vezes no órgão gestor da Ordem Terceira, sendo ministro, em 1739⁴⁰. Em 1762, com a sua morte, foi sepultado pelos irmãos seculares⁴¹ em suas campas, e o seu patrimônio, inventariado naquele momento, revelou um montante líquido de 56:358\$408 réis⁴².

A fortuna inventariada de José da Silva Ferrão figurava em segundo lugar, entre os dez maiores espólios dos comerciantes de São Paulo, no século XVIII⁴³. Entre os comerciantes detentores das maiores fortunas encontravam-se mais três irmãos terceiros, os quais também ocuparam o cargo de ministro, respectivamente Francisco Pereira Mendes, em 1763, Manuel José da Cunha, em 1736, e João Francisco Lustosa, em 1744⁴⁴. Essa emergência de grandes comerciantes na administração da Ordem Terceira franciscana, muito provavelmente, se justificava devido às taxas cobradas dos seus gestores durante o seu mandato, mas também à possibilidade de auxiliarem a instituição em momentos de grandes obras ou de dificuldades financeiras. Os valores amealhados com essas taxas revelaram-se fundamentais para a sobrevivência e crescimento financeiro da Ordem secular paulistana⁴⁵. Assim, a escolha de pessoas abastadas para o órgão gestor mostrava-se crucial para a sobrevivência e crescimento da Ordem.

Porém, essa proeminência dos homens vinculados ao comércio, entre os ministros não foi uma situação exclusiva da associação paulistana. Entre os seculares do Rio de Janeiro, durante o século XVIII e início do século XIX, o principal cargo da Ordem Terceira franciscana também foi ocupado inúmeras vezes por comerciantes⁴⁶.

³⁸ BORREGO, 2006: 138-140.

³⁹ BORREGO, 2006: 178.

⁴⁰ AOTSP – *Livro das eleições 1714-1799*, fl. 39.

⁴¹ AOTSP – *Livro de Óbitos 1760-1790*, fl. 26.

⁴² BORREGO, 2006: 203.

⁴³ BORREGO, 2006: 203.

⁴⁴ AOTSP – *Livro das eleições 1714-1799*, fls. 34, 49, 86v.

⁴⁵ MORAES, 2010a: 450-454.

⁴⁶ MARTINS, 2001: 327-328.

No que se refere às outras atividades descritas para os ministros da Ordem Terceira paulistana observa-se que muitos ocupavam os postos mais altos da hierarquia na milícia (capitão-mor e tenente), enquanto o clero estava representado de modo heterogêneo (padres e cônegos). A falta de informações mais detalhadas tanto sobre as profissões como a respeito do local de moradia não permite desvendar outros aspectos desses homens.

Contudo, a proeminência de comerciantes e militares também no cargo de ministro evidencia a valorização dispensada a esses irmãos nas eleições, os quais deveriam possuir avultadas somas financeiras para sustentar as despesas impostas pela instituição.

Essa realidade revela-se também para a Ordem Terceira de Ouro Preto, Minas Gerais, onde durante o século XVIII, os cargos da Mesa foram ocupados, majoritariamente, pelos homens mais ricos da localidade. Além da presença de homens com avantajadas fortunas, membros da milícia também se destacaram entre os seus gestores⁴⁷.

Portanto, ao analisar o conjunto dos administradores da Ordem Terceira franciscana, na cidade de São Paulo, verifica-se a forte inserção dos comerciantes oriundos de Portugal, os quais muitas vezes possuíam relações familiares. Esses dados corroboram a premissa de que essas associações configuravam-se em espaços privilegiados para a «promoção social» das novas elites no ultramar⁴⁸. Ao mesmo tempo, indicam a presença acentuada de familiares instalados nos seus órgãos dirigentes.

FONTES

ARQUIVO DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO de BRAGA (AOTB)

Estatutos da Veneravel ordem terceira da cidade de Braga 1742.

ARQUIVO DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO de SÃO PAULO (AOTSP)

Livro das eleições 1714-1799.

Livro I de Termos 1686-1733.

Livro de Óbitos 1760-1790.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Jorge Fernandes (1998) – *Os brasileiros da emigração no Norte de Portugal*. In *Actas do colóquio realizado no Museu Bernardino Machado*. Famacião: Câmara Municipal de Famacião, p. 233-247.

⁴⁷ SOUSA, 2008: 103-108.

⁴⁸ SÁ, 1998: 360.

- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2003) – *Rituais de caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (Séculos XVII-XIX)*. Ponte de Lima: Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2004) – *Vestidos de cinzento: os irmãos terceiros franciscanos de Vila Viçosa, através dos Estatutos de 1686*. «Revista de Cultura Callipole», n.º 12. Vila Viçosa: Câmara Municipal de Vila Viçosa, p. 47-60.
- BLAJ, Ilana (1998) – *Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana*. «Revista Brasileira de História», n.º 36. São Paulo: Fapesp/CNPQ, p. 281-296.
- BORREGO, Maria Aparecida de Menezes (2006) – *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de doutoramento.
- BOSCHI, Caio César (1986) – *Os leigos e o poder. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática.
- DUPRAT, Regis (1968) – *Música na matriz de São Paulo colonial*. «Revista de História», vol. XXXVII. São Paulo: Universidade de São Paulo/Departamento de História, p. 85-103.
- Estatutos e Regra da Ordem Terceira de São Francisco da cidade do Porto (1751)*. Lisboa: Oficina de Manoel Soares Vivas.
- MARCÍLIO, Maria Luiza (1973) – *A cidade de São Paulo: povoamento e população (1750-1850)*. São Paulo: Pioneira.
- MARCÍLIO, Maria Luiza (2000) – *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, Edusp.
- MARTINS, Antonio Egydio (2003) – *São Paulo antigo 1554-1910*. São Paulo: Paz e Terra.
- MARTINS, William de Souza – *Membros do corpo místico: Ordens Terceiras no Rio de Janeiro (1700-1822)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. Tese de doutoramento.
- MESGRAVIS, Laima (1976) – *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599?-1884)*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura.
- MONTEIRO, John Manuel (1994) – *Negros da terra: índios e bandeirantes na origem de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MORAES, Juliana de Mello (2005) – *Da qualidade dos irmãos terceiros franciscanos: formas de inserção e afirmação social das elites locais nas duas margens do Atlântico, século XVIII*. In *Actas do Congresso Espaço Atlântico de Antigo Regime*. Disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/juliana_mello_moraes.pdf>. [Consulta realizada em 22/02/2011].
- MORAES, Juliana de Mello (2010a) – *Viver em penitência: os irmãos terceiros franciscanos e as suas associações, Braga e São Paulo (1672-1822)*. Braga: Universidade do Minho. Tese de doutoramento.
- MORAES, Juliana de Mello (2010b) – *As práticas assistenciais entre os irmãos seculares franciscanos nas duas margens do Atlântico (século XVIII)*. In FERREIRA, Fátima Moura; ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; ESTEVES, Alexandra, orgs. – *Pobreza e assistência no espaço ibérico (séculos XVI-XX)*. Porto: CITCEM, p. 185-196.
- NAZZARI, Muriel (2001) – *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras.
- PENTEADO, Pedro (1995) – *Confrarias portuguesas da época moderna: problemas, resultados e tendências da investigação*. «Lusitânia Sacra. Revista do Centro de Estudos de História Religiosa», 2ª série. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, p. 15-52.

- RUSSEL-WOOD, A. J. R. (1989) – *Prestige, power, and piety in Colonial Brazil: The Third Orders of Salvador*. «The Hispanic American Historical Review», vol. 69: n.º 1. Durham: Duke University Press, p. 61-89.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. (1998) – *Ritmos e destinos da emigração*. In BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti, *dirs.* – *História da Expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 114-125.
- SÁ, Isabel dos Guimarães (1997) – *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português (1500-1800)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- SÁ, Isabel dos Guimarães (1998) – *As Misericórdias*. In BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti, *dirs.* – *História da Expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 350-360.
- SANTOS, Maria da Conceição (2005) – *Irmandades e confrarias em São Paulo Colonial*. In VILHENA, Maria Ângela; PASSOS, João Décio, *orgs.* – *A igreja em São Paulo: presença católica na história da cidade*. São Paulo: Paulinas, p. 233-264.
- SOUSA, Cristiano Oliveira de (2008) – *Os membros da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica: prestígio e poder nas Minas (século XVIII)*. Juiz de Fora: Universidade Federal do Juiz de Fora. Dissertação de Mestrado.

A ATITUDE DA ORDEM TERCEIRA DE PONTE DE LIMA NO SÉCULO XVIII FACE AOS POBRES

ANTÓNIO DANTAS BARBOSA*

Fundada antes de 1642, a Ordem esteve inicialmente alocada na igreja do convento dos frades de Santo António, apossando-se em 1723 de uma capela abandonada que existia contígua à mesma igreja, da parte norte, tendo-se estabelecido nela após várias obras de reparação¹. Sabe-se contudo, que esta exerceu as suas funções dentro do mesmo convento até Maio de 1747, altura em que a sua própria igreja entrou em funcionamento².

À semelhança do que fizeram algumas confrarias erectas neste concelho, os terceiros também não se arredaram de beneficiar todos aqueles que precisavam de aliviar o seu estado de pobreza. Este auxílio aparece contemplado nos seus estatutos datados de 1683. No capítulo 13 determina-se que se acoresse com esmolas aos «yrmaos enfermos pobres»³. Por determinação estatutária temos conhecimento que os irmãos pobres eram socorridos através de visitas ao seu local de residência. Embora não esteja esclarecido o modo como essas visitas se processavam, sabe-se que se realizavam pelas festas do Natal e da Páscoa, com a presença do comissário.

É claro que o provimento destas pessoas com esmolas não era feito ao acaso, era necessário ter-se em conta as possibilidades económicas da Ordem no momento,

* Universidade do Minho-CITCEM. antoniofdbarbosa@gmail.com.

¹ Cf. LEMOS, Miguel Roque dos Reis (1977) – *Anais Municipais de Ponte de Lima*. 2ª ed. Braga: Câmara Municipal de Ponte de Lima, p. 85-87.

² Consulte-se BARBOSA, António Dantas (2010) – *A Procissão de Cinzas em Ponte de Lima (Séculos XVII-XIX) Notas para uma introdução*. Ponte de Lima: Câmara Municipal de Ponte de Lima, p. 10.

³ Cf. Arquivo Municipal de Ponte de Lima, doravante (AMPL), *Compêndio, Compromisso e Estatutos da Venerável Ordem da Penitência do Nosso Padre São Francisco sita no Convento de Santo António de Ponte de Lima feitos por o definitório de Mesa com a assistência de Comissário da dita Ordem e aprovação do Ministro Provincial da dita Província, Ano de 1683*, fl. 15.

mas também deveria atender-se à necessidade de cada caso. Desta forma, os irmãos pobres não eram atendidos sem que *a priori* se obtivessem informações sobre o seu estado de pobreza. Essas informações ficavam ao cargo dos «irmaons zelladores, e enfermeyros, e esmoleres»⁴, os quais tinham por obrigação exercer essa função.

Nota-se também nesta Ordem uma grande preocupação em seleccionar somente membros capazes de arcar com as despesas financeiras impostas no decorrer dos anos. Esta selecção acabava por excluir muitos candidatos que não reuniam as condições pedidas e, por outro lado, conferia à Ordem inserir-se num grupo de instituições propiciadoras de prestígio aos seus membros.

É preciso compreender que muitos irmãos terceiros eram pessoas ligadas aos ofícios muito enraizados em Ponte de Lima como era o caso dos sapateiros, carpinteiros, serralheiros entre outros, bem como à actividade agro-pecuária⁵. Embora estes fossem de alguma rentabilidade, acontecia, por momentos, que devido a crises conjunturais⁶, provocadas não raras vezes por más condições climáticas serem colocados em situações bastante precárias. Assim, esta instituição assumia-se como suporte de ajuda aos seus membros e como um dos locais de assistência aos pobres.

Para executar a caridade, tornava-se necessário que a própria Ordem reunisse condições económicas para poder canalizar algumas esmolas a esses irmãos. Através dos livros de receita e despesa do século XVIII é possível verificar que as receitas arrecadadas eram provenientes das esmolas, dos legados, da venda de compêndios, da cobrança dos juros, do pagamento dos anuais, da quantia que se dava para ingressar na Ordem, entre outros⁷. Estas fontes de receita permitiam que se canalizassem algumas esmolas para auxiliar os irmãos pobres.

Os irmãos zeladores também desempenhavam um papel marcante no que toca ao contacto estabelecido com os pobres, pois por determinação estatutária, estes eram obrigados a «saberem dos yrmaons doentes para lhes acudir com a charidade que poderem aos que forem pobres»⁸. Desta forma, deviam visitá-los e fornecer-lhes maior conforto. Só assim agiam como verdadeiros filhos de «nosso Padre São Francisco»⁹,

⁴ AMPL, *Compêndio, Compromisso e Estatutos da Venerável Ordem...*, Cap. 31, fl. 15v.

⁵ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2000) – *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*. Barcelos: Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, p. 355.

⁶ A este propósito Geremeck distinguiu os «pobres estruturais» dos «pobres conjunturais». Enquanto os primeiros contemplavam todos aqueles incapazes de ganhar a vida, por não terem condições físicas ou psíquicas que lhes permitissem trabalhar. Na pobreza conjuntural inseriam-se todos os pobres que foram afectados pelas flutuações económicas e crises alimentares. GEREMECK, Bronislaw (1995) – *A Piedade e a Força: História da Miséria e da Caridade na Europa*. Lisboa: Terramar, p. 122-125.

⁷ AMPL, *Livro das Contas Gerais de Receita e Despesa de 1741*, fl.1.

⁸ AMPL, *Compêndio, Compromisso e Estatutos da Venerável Ordem...*, Cap. 51, fl. 26.

⁹ AMPL, *Compêndio, Compromisso e Estatutos da Venerável Ordem...*, Cap. 51, fl. 26.

como afirmavam os estatutos. Este fez da sua vida uma autêntica imitação de Jesus Cristo, facto que conduziu um grande grupo de pessoas a seguir os seus ideais e estilo de vida. Era neste sentido que os irmãos terceiros de São Francisco¹⁰ praticavam as boas acções, ajudando os seus irmãos que mais necessitavam.

Para além do papel que estava incumbido a estes irmãos zeladores que era o de visitar os irmãos pobres, tinham também a obrigação de em Mesa expor as necessidades dessas pessoas para que elas fossem auxiliadas. O mesmo deviam proceder as «yrmaas enfermeyras com as irmaas enfermas pobres a quem devem assistir»¹¹. A Mesa demonstrava uma preocupação acrescida em obter veracidade nas informações sobre a pobreza dos peticionários¹², levando os irmãos zeladores a serem muito cuidadosos aquando da sua recolha. A esmola destinava-se aos pobres e não aos ardilosos. As instituições procuravam precaver-se para não serem ludibriadas.

A caridade, segundo Marta Lobo, «existia para prover os pobres e não para facilitar a inversão de estratos sociais»¹³.

Através da análise das fontes documentais, verificámos que a Ordem Terceira da vila atendia vários tipos de pobres destacando-se os aleijados, doentes, passageiros, cegos, presos e viúvas. A Ordem Terceira tinha em consideração a deficiência física, o estado de saúde, estado civil, o facto deles estarem encarcerados e de estarem em trânsito.

Em 1785, em acto de Mesa presidida frei Manuel de Jesus analisaram-se várias petições e decidiram «[...] logo na mesma se mandou dar huma esmolla a João Coelho da Silva viúvo e sego do Arrabalde dalém da Ponte a esmolla de duzentos e quarenta reis [...]»¹⁴.

A maioria das esmolas distribuídas beneficiava preferencialmente todos aqueles que fossem irmãos da Ordem. Contudo, outras pessoas externas à instituição também foram contempladas¹⁵. Veja-se o caso de João Coelho da Silva a quem, pelo facto de ser viúvo e de estar cego, foram atribuídos duzentos e quarenta réis. Com base nas

¹⁰ Devido ao fervor religioso que se fazia sentir, as ordens religiosas inspiravam nos fiéis (sobretudo a fundada por S. Francisco de Assis), que, não podendo receber todos, foi instituída, com o nome de ordem terceira, espécie de filiação da ordem principal. Veja-se CARVALHO, Luís (1999) – *Livro do Ouro, Porto Património da Mundial*. Porto: Comércio do Porto, p. 67.

¹¹ AMPL, *Compêndio, Compromisso e Estatutos da Venerável Ordem...*, Cap. 51, fl. 26.

¹² A este respeito a Santa Casa de Setúbal servia-se do Mordomo para comprovar a veracidade dos peticionários. Cf. ABREU, Laurinda (1992) – *Memórias da Alma e do Corpo*. Viseu: Palimage Editores, p. 424.

¹³ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2000-2001) – *Retalhos de vidas: a assistência às mulheres na Misericórdia de Ponte de Lima durante os séculos XVII e XVIII*. «Minia», 8-9, III série, p. 179.

¹⁴ AMPL, *Livro dos Termos das Determinações de Mesa, 1763-92*, fl. 203.

¹⁵ Também a confraria de Nossa Senhora da Guia beneficiava pessoas externas à instituição, leia-se ARAÚJO, Maria Marta Lobo (2001-2002) – *A Ajuda aos pobres nas confrarias de Nossa Senhora da Guia e do Espírito Santo de Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*. «Revista Brácará Augusta». Braga, p. 443.

informações obtidas através das fontes não existe qualquer indício que nos permita identificar este indivíduo como irmão da Ordem Terceira, mas, apesar disso, ele não deixou de ser atendido. O mesmo aconteceu com Gaspar Soares e Francisco Soares da vila de Ponte de Lima, que apesar de não pertencerem à instituição também foram ajudados com duzentos e quarenta réis cada um¹⁶.

As esmolas eram direccionadas igualmente para os irmãos passageiros. Num dos termos e assentos de mesa de 1701 ficou determinado que

*[...] se dessem a Nossos Irmãos emfermos e alguns passageiros que mostrarão serem irmãos da nossa venerável ordem suas esmolas as quais constarão da despesa do livro do nosso irmão sindaco*¹⁷.

Quem estivesse em trânsito ou em peregrinação podia, pois receber ajuda para continuar em viagem¹⁸. As viagens eram caras e morosas e nem todos os que desejavam as podiam fazer sem auxílio. Através da análise do livro das contas gerais da receita e despesa da Ordem Terceira limiana, podemos verificar que o valor das esmolas concedido aos irmãos passageiros era variável. Enquanto que no ano de 1742/1743 atribuíram esmolas aos passageiros no valor de dois mil e quinhentos e vinte réis, em 1752/53 foram providos com quatro mil e oitocentos e oitenta réis. Já no ano de 1770/1771 foram assistidos com quinhentos e oitenta réis¹⁹. Esta variação dos valores das esmolas poderá estar relacionada com o número de passageiros que se abeirava da instituição a pedir esmola mas também com as despesas em obras, festas, entre outras. Os maiores ou menores montantes despendidos com estas ajudas dependiam das opções de gestão desta instituição e não apenas do volume dos que pediam ajuda.

A falta de rigor presente nos registos de informação acerca dos irmãos viajantes ou peregrinos que se dirigiam aos irmãos terceiros limianos a pedir esmola não nos permite traçar o seu perfil. Impossibilita-nos ainda de determinar o número dos que se abeiravam ao longo dos anos das portas da Ordem para solicitar ajuda.

Os presos da cadeia de Ponte de Lima²⁰, embora não fossem irmãos, também não eram esquecidos pelos terceiros, pois recebiam auxílio como forma de aliviar a sua situação de instabilidade mas também de os confortar.

¹⁶ AMPL, *Livro dos Termos das Determinações de Mesa...* fl. 204.

¹⁷ AMPL, *Livro dos Assentos de Mesa, 1701*, fls. 92-92v.

¹⁸ A este propósito consulte-se, MORAES, Juliana de Mello (2009) – *Viver em Penitência: os irmãos terceiros franciscanos e as suas associações, Braga e São Paulo (1672-1822)*. Braga: Universidade do Minho, p. 321-325. Tese de Doutoramento policopiada.

¹⁹ AMPL, *Livro das contas gerais da receita e despesa, 1741*, fls. 3-3v, 37, 96-96v.

²⁰ Veja-se ESTEVES, Alexandra (2005) – *A Morada indesejada: os presos da cadeia de Ponte de Lima (1732-1739)*. Ponte de Lima: Liga dos Amigos do Hospital de Ponte de Lima, p. 16.

Durante a Idade Moderna, os encarcerados tinham o ónus de suportar os custos do seu sustento nas cadeias. Sendo os reclusos pessoas de poucos recursos, experimentavam grandes dificuldades para garantir a sua subsistência.

Em Ponte de Lima, sabe-se que o auxílio aos presos²¹ também era contemplado pelos terceiros locais. Os estatutos testemunham esta ajuda ao ordenarem que pelas festas do Natal e Páscoa o comissário com o irmão Ministro, «enfermeyros e esmoleres, e zelladores»²² visitassem todos os irmãos enfermos mas também os presos. Em 1757, em definitório, determinou-se que «aos presos das Cadeas desta Villa se deve em quarta feira Santa a cada hum cem reis de esmolla em cada hum anno»²³. A quarta-feira Santa era para os irmãos terceiros um momento importante no calendário litúrgico, daí que este dia, tal como os restantes da Semana Santa, representassem um período de grande fervor religioso²⁴. Era nesta altura do ano que todos os fiéis deviam adoptar um espírito em consonância com a época. Isto é, voltados para a contemplação, para a obediência e para ajuda do próximo, requisitos importantes para viverem o tempo da paixão. Os presos eram contemplados, neste dia, com uma esmola anual em dinheiro, no valor de cem réis.

As viúvas eram outro tipo de pobres que a Ordem amparava. No dia trinta e um de Outubro de 1790, foi determinado em Mesa que se deveria dar de esmola quatrocentos e oitenta réis a «Maria Luiza viúva que ficou de Domingos Amaro Pereira por esta ves somente»²⁵.

No Período Moderno, a mulher ocupava uma posição social inferior à do homem. Sem qualificação e remunerada com salários baixos, estava mais exposta às crises. Com efeito, a sua situação piorava quando estava incapacitada para trabalhar. É de notar que outros factores também a colocavam numa posição muito fragilizada a saber: quando tinha filhos pequenos, na ausência do marido para locais longínquos à procura de melhores condições de vida, na velhice e na viuvez.

A Ordem Terceira ajudou viúvas desamparadas. O estado de viuvez projectava as mulheres para situações de pobreza delicadas, visto que sem o apoio destas instituições ou até de alguns particulares muito dificilmente conseguiriam elas próprias proverem o seu sustento.

²¹ Leia-se para este assunto, SÁ, Isabel dos Guimarães (1997) – *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, pp. 191- 193.

²² AMPL, *Compêndio, Compromisso e Estatutos da Venerável Ordem...*, Cap. 31. fls. 15-15v.

²³ AMPL, *Livro das Resoluções da Mesa Definitorial, 1751*, fls. 48-48v.

²⁴ Leia-se ARAÚJO, Maria Marta Lobo (2010) – *As manifestações de Rua das Misericórdias Portuguesas em Contexto Barroco*. «Hispania Sacra», vol. LXII. Madrid: Instituto de História, p. 100-103.

²⁵ AMPL, *Livro dos Termos das Determinações de Mesa...* fls. 204-204v.

A irmã Jozefa Maria também requereu à Mesa, em 1787, auxílio, tendo esta decidido atendê-la com «huma Esmolla»²⁶, de 240 réis, visto encontrar-se doente. Razão suficiente para os terceiros terem piedade e prestarem auxílio aos seus irmãos.

Devido à inexistência de livros de receita e despesa anteriores a 1741, estamos impossibilitados de conhecer o valor das esmolas que estes repartiam em períodos anteriores. Desta forma e através das fontes verificámos que foi no ano de 1741-1742 a Ordem Terceira limiana despendeu dinheiro, 7\$970 réis, para ajudar pobres. Nos anos subsequentes nota-se um decréscimo no provimento dos mais carenciados com esmolas.

Em 1746, sabe-se que o irmão ministro mandou dar uma esmola de 120 réis a um irmão doente chamado João de Araújo²⁷, homem que vivia com muitas necessidades. Esta decisão do membro da Mesa foi tomada, e tal como em outros casos, após o irmão «Infermeiro António Roiz hir a Meza dizer o seu estado e grande necessidade e por também enformar a caza da santa Meza lhe aseite com atenção»²⁸. Sabemos ainda que a instituição costumava enviar-lhe ajuda para providenciar médico e botica, daí que a quantia atribuída tivesse que ser somente a que já estava definida uma vez que a Mesa já tinha determinado «[...] que juntamente por a ordem se achar adiantada com obras e também se ter este anno feito acento de se não darem Esmollas durante ellas»²⁹.

Deste modo, as obras quer no interior, quer no exterior do edificio dos terceiros foram um dos motivos, entre vários, que levaram a Ordem a não distribuir esmolas pelos pobres ou a reduzi-las substancialmente.

Nos anos entre 1745 e 1747 as despesas apresentadas por esta instituição eram significativas, concorrendo as obras em grande escala para esse aumento.

Constata-se que, para além das obras outros factores foram determinantes para os gastos desta instituição como foi o caso das festas, onde os irmãos demonstravam preocupações acrescidas para que nestas nada faltasse. Para a concretização dessas festividades tornava-se necessário despender razoáveis quantias em dinheiro.

A partir do ano de 1747 e até sensivelmente 1752 constata-se que o valor das esmolas, distribuídas pelos terceiros aos pobres, voltou a subir ligeiramente. As despesas feitas pela Ordem que ia fazendo ao longo deste período não eram tão expressivas como nos anos anteriores, permitindo deste modo prover os pobres com um ligeiro aumento no valor das esmolas.

²⁶ AMPL, *Livro dos Termos das Determinações de Mesa...* fl. 228.

²⁷ AMPL, *Livro dos termos de Mesa e Definitório, 1727-1746*, fls. 212v-213.

²⁸ AMPL, *Livro dos Termos da Mesa e Definitório, 1727-1746*, fls. 212v-213.

²⁹ AMPL, *Livro dos Termos...*, fl. 213.

Entre 1750 e 1752 a Ordem continuou com obras, agora com a do claustro, paredes em volta e chafariz³⁰.

Embora esta obra contribuisse para o engrandecimento da despesa, uma vez que representou 50% da totalidade da mesma, o valor das esmolos só voltou a decrescer a partir deste período (1752)³¹. Este facto demonstra que, embora nesses dois anos o dinheiro gasto nas obras fosse significativo, ainda foi possível canalizar algum para esmolos. Com efeito, nos anos posteriores os reflexos sentiram-se pois registou-se um decréscimo no valor das esmolos atribuídas. Sabe-se também, que, por vezes, os membros que compunham a nova Mesa tinham o incómodo de ter que pagar as dívidas que os mesários anteriores tinham deixado.

Nos livros das contas gerais, para além de contemplarem as obras e as festas como causadoras de gastos, aclaram ainda outras cerimónias, realizadas ao longo do ano e fazendo parte das obrigações religiosas dos irmãos de S. Francisco, como onerosas para a instituição.

Através dos dados obtidos constatou-se que a Ordem Terceira de São Francisco tinha outras prioridades que não a acção caritativa. Outros aspectos ganhavam maior relevo: os officios religiosos, a compra de paramentaria, de alfaias litúrgicas, as festas, as obras, entre outros.

Entende-se que, mais do que ajudar os irmãos pobres, a Ordem Terceira ocupava o dia a dia dos irmãos terceiros com a disciplina, a obediência e a penitência. Era uma instituição direccionada para a prática penitencial e preocupada com a alma.

Na sua prática caritativa, a Ordem Terceira de Ponte de Lima pretendia sobretudo ajudar os seus irmãos mais necessitados. No entanto, esta situação não invalidou que dotasse outras pessoas pobres alheias à instituição, como foi o caso dos presos da cadeia de Ponte de Lima auxiliados sobretudo em períodos festivos como o da Semana Santa.

Outro aspecto relevante, e embora a amostra não seja muito representativa prende-se com o facto de assistir muitas mulheres. Estas quando comparadas com os homens eram providas em maior número. Talvez pela fragilidade que elas ocupavam na sociedade Moderna e estarem mais desprotegidas quando solteiras ou viúvas. Este desamparo era tido em conta por muitas confrarias e instituições que auxiliavam pessoas mais necessitadas.

A Ordem Terceira limiana, tal como outras instituições e confrarias da vila ajudava alguns necessitados, todavia esta tinha preocupações prioritárias, relegando assim para um plano menos relevante essa acção caritativa. Contudo, não deixa de ser interessante verificar que inscrevia a prática caritativa nas acções que desenvolvia.

³⁰ AMPL, *Livro das contas gerais...*, fl.30.

³¹ AMPL, *Livro das contas gerais...*, fl. 30.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Municipal de Ponte de Lima, *Compêndio, Compromisso e Estatutos da Venerável Ordem da Penitência do Nosso Padre São Francisco sita no Convento de Santo António de Ponte de Lima feitos por o definitório de Mesa com a assistência de Comissário da dita Ordem e aprovação do Ministro Provincial da dita Província, Ano de 1683.*

Arquivo Municipal de Ponte de Lima, *Livro dos Assentos de Mesa, 1701.*

Arquivo Municipal de Ponte de Lima, *Livro das Contas Gerais de receita e Despesa, 1741.*

Arquivo Municipal de Ponte de Lima, *Livro das Resoluções da Mesa Definitorial, 1751.*

Arquivo Municipal de Ponte de Lima, *Livro dos Termos de Mesa e Definitório, 1727-1746.*

Arquivo Municipal de Ponte de Lima, *Livro dos Termos das Determinações de Mesa, 1763-1792.*

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Laurinda (1992) – *Memórias da Alma e do Corpo*. Viseu: Palimage Editores.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo (2001-2002) – *A Ajuda aos pobres nas confrarias de Nossa Senhora da Guia e do Espírito Santo de Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*. «Revista Bracara Augusta». Braga.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo (2010) – *As manifestações de Rua das Misericórdias Portuguesas em Contexto Barroco*. «Hispania Sacra», vol. LXII. Madrid: Instituto de História.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2000) – *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*. Barcelos: Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa; Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2000-2001) – *Retalhos de vidas: a assistência às mulheres na Misericórdia de Ponte de Lima durante os séculos XVII e XVIII*. «Minia», 8-9, III série.

BARBOSA, António Dantas (2010) – *A Procissão de Cinzas em Ponte de Lima (Séculos XVII-XIX) Notas para uma introdução*. Ponte de Lima: Câmara Municipal de Ponte de Lima.

CARVALHO, Luís (1999) – *Livro do Ouro, Porto Património da Mundial*. Porto: Comércio do Porto.

ESTEVES, Alexandra (2005) – *A Morada indesejada: os presos da cadeia de Ponte de Lima (1732-1739)*. Ponte de Lima: Liga dos Amigos do Hospital de Ponte de Lima.

GEREMECK, Bronislaw (1995) – *A Piedade e a Força: História da Miséria e da Caridade na Europa*. Lisboa: Terramar.

LEMONS, Miguel Roque dos Reis (1997) – *Anais Municipais de Ponte de Lima*. 2ª ed. Braga: Câmara Municipal de Ponte de Lima.

MORAES, Juliana de Mello (2009) – *Viver em Penitência: os irmãos terceiros franciscanos e as suas associações, Braga e São Paulo (1672-1822)*. Braga: Universidade do Minho. Tese de Doutoramento. Policopiada.

SÁ, Isabel dos Guimarães (1997) – *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.

O RECURSO AO EMPRÉSTIMO DE CAPITAL A JURO DO LEGADO DO PADRE CIPRIANO GOMES CLARO, COMO ESTRATÉGIA FAMILIAR DE SOBREVIVÊNCIA NA MISERICÓRDIA DE ARCOS DE VALDEVEZ (1738-1760)

MARIA ODETE NETO RAMOS*

As Misericórdias bem como outras instituições de caridade similares destacaram-se, em épocas mais recuadas, como verdadeiras instituições de crédito. Em muitas circunstâncias, as populações viam-se obrigadas a recorrer ao empréstimo hipotecário como forma de ultrapassar as várias dificuldades que as assolavam. Nestas confrarias como se praticavam juros mais baixos, esta prática era entendida como assistencial, uma forma de ajuda ao próximo¹.

À semelhança do que acontecia nas instituições congéneres, as operações de empréstimo de dinheiro a juro foram uma prática corrente na Misericórdia de Arcos de Valdevez. Desempenhando um papel preponderante na estratégia de sobrevivência das famílias mais carenciadas, constituiu uma das formas da instituição rentabilizar os bens que ia acumulando fruto das doações e dos legados que arrecadou desde a sua fundação.

* Professora do 3º Ciclo e do Ensino Secundário. Licenciada em Ciências Históricas (Ramo Educacional) pela Universidade Portucalense Infante D. Henrique. Mestre em História Medieval e do Renascimento pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Doutoranda em História Moderna na Universidade do Minho. Co-responsável pelo Arquivo e actividades culturais da Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez. Membro do CITCEM.

¹ LE GOFF, 1987: 43, 88-98; ARAÚJO, 2001:109-110; ARAÚJO, 2000: 480; PEREIRA, 2008: 143; CASTRO, 2003: 578-579, 589; SÁ, 1996a: 60; SÁ, 2001: 346-347; AMORIM, 2006: 697; COSTA, 1998: 161-167.

Procedente de doações testamentárias, do rendimento das propriedades e da recolha de esmolas, o dinheiro que era disponibilizado para a concessão de crédito era gerido por *repartições*, que correspondiam às diversas divisões em que se estruturava a contabilidade da Casa. Assim, atestamos a existência de uma espécie de subconcessionários de empréstimo de capitais que passamos a designar: a do Hospital; a de Cabreiro; a do Padre Cipriano Gomes Claro; e a da Senhora da Porta.

O nosso estudo centrar-se-á no dinheiro pertencente ao legado do Padre Cipriano Gomes Claro².

1. O LEGADO DO PADRE CIPRIANO GOMES CLARO NA MISERICÓRDIA DE ARCOS DE VALDEVEZ

A 19 de Julho de 1730 faleceu, na cidade da Baía, o padre Cipriano Gomes Claro, natural de Gondoriz, termo de Arcos de Valdevez, beneficiando testamentalmente³ a Misericórdia dessa vila. Nas suas últimas disposições ordenara aos seus testamenteiros⁴ que escrevessem aos oficiais da Santa Casa para sondarem se essa instituição aceitava a presença de um capelão que rezasse perpetuamente uma missa quotidiana pela sua alma, de seus pais e irmão, parentes até ao quarto grau e pelas almas do purgatório. O capelão receberia de ordenado cem mil réis por ano e deveria ser seu familiar até ao quarto grau. Tinha como obrigação usar um cordão de ouro com um crucifixo que pesava «cento e hua oitavas menos vinte gramas pella certidão do contraste (...) com relíquias dentro Santo Lenho carne de São Francisco leite de Nossa Senhora que não poderia ser vendido, mas passaria sucessivamente pelos capelães».

² As fontes para este estudo são constituídas pelo fundo documental do Padre Cipriano Gomes Claro, que incorpora o Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez. Fazem dele parte dois tomos (*Libro que ha de servir de recibo dos próprios e sua despeza da capella do Reverendo Sipriano Gomes Claro* e *Livro do inventário dos próprios da capela e missa quotidiana do padre Cipriano Gomes Claro (1738)*); e três documentos avulsos (*Instituição da capela quotidiana do padre Cypriano Gomes Claro no anno de 1738*; *Documentos comprovativos da familiaridade dos padres Cipriano Gomes Lobarinhas e Francisco de Abreu Silva à capela do padre Cipriano Gomes Claro (1747)*; e a *Verba do testamento do Padre Cipriano Gomes Claro (1730)*). Sempre que necessário analisaremos outros documentos que compõem o mesmo arquivo, sobretudo os Livros de Termos da Santa Casa.

³ O homem viveu sempre com o medo da morte preocupando-se, desde muito cedo, com a salvação da alma e do corpo, o que é visível nos inúmeros testamentos que possuímos ao longo da história. Tal como afirma Philippe Ariès, através do testamento o homem mostra consciência de si e a responsabilidade sobre o seu destino, assim como o dever de dispor de si, da sua alma, do seu corpo e dos seus bens. Sobre a morte veja-se: ARIÈS, 1997.

⁴ O padre Cipriano Gomes Claro nomeara vários testamenteiros, uns moradores no Brasil para o caso de lá morrer e outros a residirem em Lisboa. Apelava a que *todos juntos e a cada hum de per sy* fossem seus procuradores bastantes para *procurar receber e arrecadar rematar e administrar e beneficiar* conforme dispunha em seu testamento. Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez (doravante ASCMAV) *Instituição da capela quotidiana do padre Cypriano Gomes Claro no anno de 1738*, fls. 1-4.

O remanescente da sua herança, depois de cumpridas todas as disposições do testamento, ficaria para a confraria dar a juro. Do que rendesse metade seria para a Misericórdia e o restante para casar, de 4 em 4 anos, uma órfã de seu sangue e na falta desta, uma da sua freguesia.

Era com base nestas disposições que o testamenteiro Alexandre da Costa Melgaço deveria negociar com a confraria, o qual enviou uma carta aos irmãos da Santa Casa a 30 de Agosto de 1730. Caso a Misericórdia de Arcos de Valdevez não aceitasse, faria petição à de Ponte de Lima para que a admitisse nas sobreditas condições⁵.

Sobre esta matéria deliberou a Mesa no início de 1731. Como era um assunto de grande importância foi mandada reunir a *irmandade do cento*⁶. As Misericórdias tiveram sempre especial zelo na aceitação de legados, analisando se poderiam cumprir o estipulado pelo legatário, não esquecendo concomitantemente que as heranças contribuía para a entrada de bens na instituição e que teriam obrigação de resguardar a alma do benfeitor. Mas, nem sempre estes bens eram suficientes para fazer face às despesas no futuro com o cumprimento das suas disposições, pelo que eram muitas vezes recusados⁷.

A decisão da Mesa foi unânime em aceitar o cumprimento da capela, desde que a Santa Casa recebesse em troca vinte mil cruzados de herança. Porém, o acolhimento pleno da mesma não deve ter ficado acordado neste momento, uma vez que em Dezembro de 1737 reuniram novamente os *irmãos do cento* para deliberarem mais uma vez sobre o assunto, depois de o seu testamenteiro oferecer onze mil cruzados, provavelmente o que restara após o cumprimento das disposições testamentárias. Avaliada e votada a situação pelos irmãos presentes, foi admitida com a condição de que poderiam dar todos os anos setenta e cinco mil réis a juro para evitar prejuízo para a Misericórdia⁸.

Estava definitivamente aceite o legado do referido testador e logo no início de 1738 foi criado um livro que serviu de *inventario dos proprios e mais couzas pertensentes a capella da missa cotidiana do reverendo Sipriano Gomez Claro*.

⁵ ASCMAV, *Verba do testamento do Padre Cipriano Gomes Claro (1730)*, fls. 1-2; *Instituição da capela quotidiana do padre Cypriano Gomes Claro no anno de 1738*, fls. 4v.-5, 6, 8-9v, 10-11v, 14-15v; *Termos I (1726-54)*, fls. 15-16, 83.

⁶ A *irmandade do cento* reunia sempre que havia assuntos mais prementes a resolver, entre os quais se contava a aceitação de legados. ASCMAV, *Termos I (1726-54)*, fls. 54v-55.

⁷ Sobre a aceitação das heranças nas Misericórdias e instituição de capelas veja-se: ARAÚJO, 2000: 141-144, 463-469; ARAÚJO, 2008: 189-194; SÁ, 1998: 362; SÁ, 1996b: 139; (ABREU, 1999: 108-115; COSTA, 1997: 90; LOPES, 2004: 69.

⁸ O padre Cipriano Gomes Claro estipulara o prazo de cinco anos para que fossem satisfeitos os seus legados, depois de se cobrar receber e arrecadar todas as dívidas de dinheiro, ouro e prata e de suas terras de tabaco, escravos, gados e fazenda. ASCMAV, *Instituição da capela quotidiana...*, fls. 1-4, 8-9v; *Termos I (1726-54)*, fls. 15-16, 41v.-42v.

No início de Março de 1738 foi feita a escritura de contrato e instituição da capela do padre Cipriano Gomes Claro entre o provedor e mais irmãos que serviam esse ano a Misericórdia e Gaspar Machado, abade de São Cosme, procurador do testamenteiro. No momento em que foi lavrado o documento foram concedidos sete mil e quinhentos cruzados e o restante valor seria dado com a maior brevidade possível. Essa quantia só foi entregue em Fevereiro de 1746 pelo reverendo Manuel Ferreira Maia, de Braga, que restituiu mil e quatrocentos réis e o crucifixo e cordão de ouro⁹.

A Misericórdia cumpriu as determinações deste legatário ao nomear para seus capelães, membros da sua família¹⁰.

2. O EMPRÉSTIMO DE DINHEIRO DO LEGADO DO PADRE CIPRIANO GOMES CLARO COMO ESTRATÉGIA DE SUBSISTÊNCIA FAMILIAR

A partir de 1738 começou-se a emprestar dinheiro a juro desta herança. A prática de empréstimo de dinheiro a juro proveniente de legados era habitual, com aprovação do legatário, como acontece no caso por nós estudado, ou por definição da instituição que o recebia¹¹.

Como já referimos, esta herança possuía livro próprio para registo da despesa e da receita, consistindo a primeira no empréstimo de capitais e a segunda na remissão dos mesmos ou na recepção de juros. Verificou-se que a contabilidade da herança do padre Cipriano Gomes Claro e a da Santa Casa se mantiveram separadas entre 1738 e 1760, ano em que se passaram a fazer juntamente¹².

Neste tipo de instituições existia dinheiro disponível mediante o pagamento de juros e o cumprimento dos princípios que as mesmas estabeleciam. Para as irmandades que tinham disponibilidade de dinheiros o recurso ao crédito era uma forma de fortalecerem as suas receitas e muitas vezes a maior fatia da receita recepcionada anualmente. Este era o único investimento que não implicava despesas para a Misericórdia e que lhe possibilitava aumentar o seu capital num tempo relativamente

⁹ ASCMAV, *Livro do inventário dos próprios...*, fl. 1; *Livro que ha de servir de recibo dos próprios...*, fl. 5; *Instituição da capela quotidiana...*, fls. 10-15v.

¹⁰ Em cumprimento do estipulado pelo testador, o primeiro capelão da capela do padre Cipriano Gomes Claro, Diogo de Sousa Claro, foi nomeado em Maio de 1738. Ser capelão desta missa era, na época, uma honra a ver pelas lutas dos candidatos para esse lugar. Chegam a ser apresentadas várias genealogias para provar a legitimidade dos pretendentes. Veja-se: ASCMAV – *Documentos comprovativos da familiaridade dos padres Cipriano Gomes Lobarinhas e Francisco de Abreu Silva à capela do padre Cipriano Gomes Claro (1747)*; *Instituição da capela quotidiana...*, fls. 11-14; *Livro do inventário dos próprios...*, fls. 1-2v; *Termos I (1726-54)*, fls. 88.

¹¹ LOPES, 2004: 69, 115.

¹² ASCMAV, *Livro do inventário dos próprios...*, fl. 150.

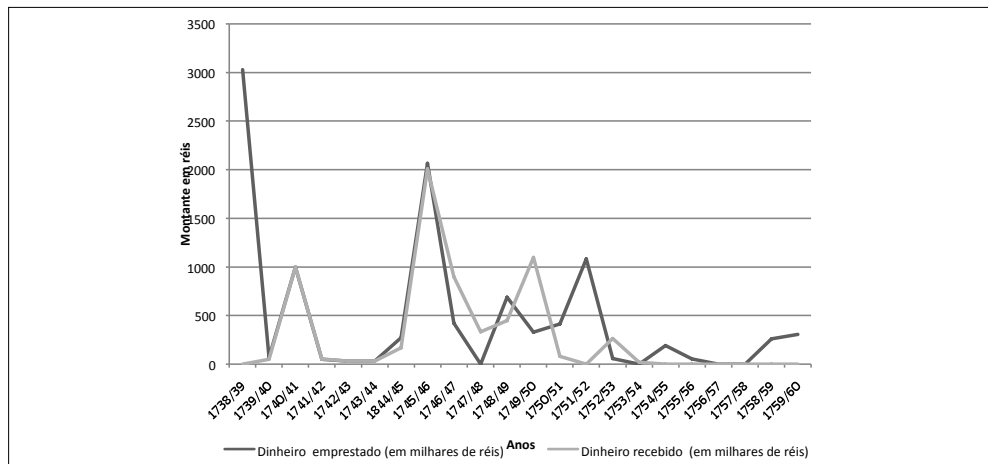
curto, bem como rentabilizar os legados que lhes tinham sido deixados. Nem sempre a Santa Casa recebia facilmente o numerário emprestado. No entanto, mesmo com alguns processos intrincados, desde que houvesse dinheiro e não fosse vinculado para outros fins, como, por exemplo, grandes obras, este era emprestado¹³.

A concessão do dinheiro fazia-se depois de uma escritura pública firmada entre a instituição e os peticionários. Muitas vezes exigia-se a existência de fiadores e a hipoteca de bens, bem como a penhora de valores móveis e jóias. Casos há em que os solicitadores eram coagidos à elaboração de mais do que uma escritura. Outras vezes, quando morria algum dos fiadores devia lavrar-se outro documento para apresentação de novos fiadores¹⁴.

O período por nós estudado centra-se entre 1738 e 1760, intervalo em que foram feitas 135 escrituras de dinheiro a juro, no total de 10.346\$513 réis.

Não sabemos o rendimento dos juros arrecadados nesses vinte e dois anos, exceptuando os juros recebidos em 1739 e que são referentes às escrituras lavradas em 1738. Das vinte e oito escrituras feitas nesse ano, apenas se recebeu os juros de vinte e sete, no montante de 124\$629 réis. Os únicos juros que não foram recebidos nesse ano foram os da escritura mais elevada, a saber a escritura lavrada em nome de Paio de Araújo de Azevedo, no valor de 1.200\$00 réis e a qual rendia de juro por ano 75\$000 réis¹⁵.

Gráfico 1 – Dinheiro emprestado e remissão das escrituras (1738-1760)



Fonte: ASCMAV, *Libro que ha de servir de recibo dos próprios e sua despeza da capella do Reverendo Sipriano Gomes Claro*. Livro do inventário dos próprios da capela e missa quotidiana do padre Cipriano Gomes Claro, 1738.

¹³ ARAÚJO, 2000: 481, 488-489; PEREIRA, 2008: 145; LOPES, 2004: 115; AMORIM, 2006: 707-708.

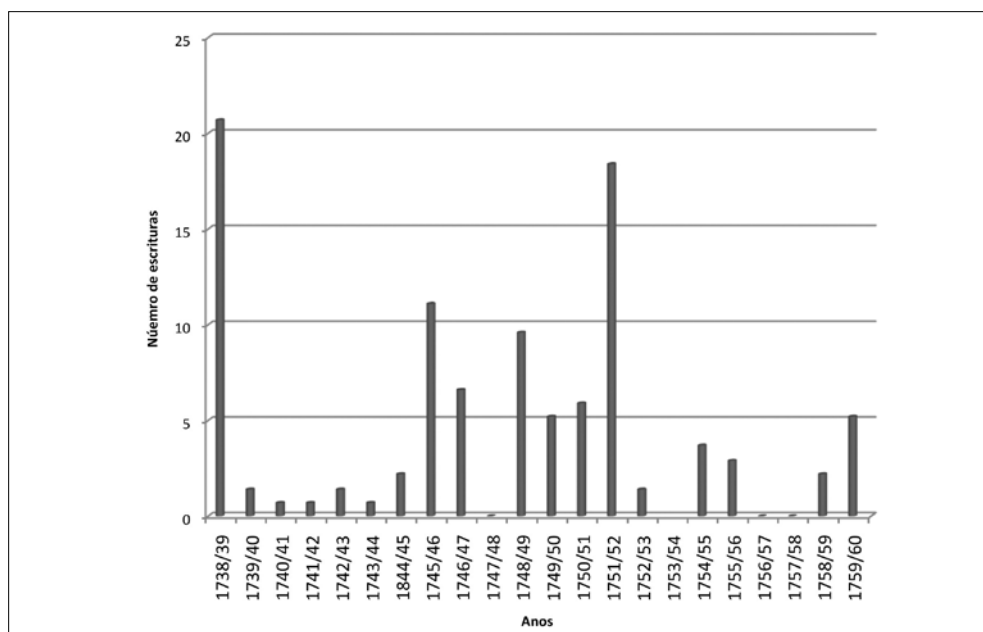
¹⁴ ARAÚJO, 2001: 109-110; CASTRO, 2003: 582.

¹⁵ ASCMAV, *Libro do inventário dos próprios...*, fl. 9v.

Entre 1739 e 1746 há uma relação igualitária entre o dinheiro emprestado e o recebido. Nos anos de 1748 a 1750 o capital arrecadado é superior ao concedido em escrituras e nos anos seguintes verificou-se uma relação desigual e superior dos empréstimos em relação ao numerário que entrou no cofre.

Foi entre 1738/30 que se verificou maior volume de concessão de crédito, altura em que se iniciou o movimento de empréstimos. Só esse ano económico representa 21% dos abonos totais feitos ao longo do período em estudo, como se vê no gráfico acima. Segue-se o ano de 1751/52 que apresenta 18% dos suprimentos concedidos e, em seguida, o de 1745/46 com 11% do total das escrituras. No ano económico de 1741/42, apesar de se verificar uma quantia grande de dinheiro emprestado, apenas se lavrou uma escritura no valor de um milhão de réis.

Gráfico 2 - Número de escrituras de dinheiro a juro (1738-1760)



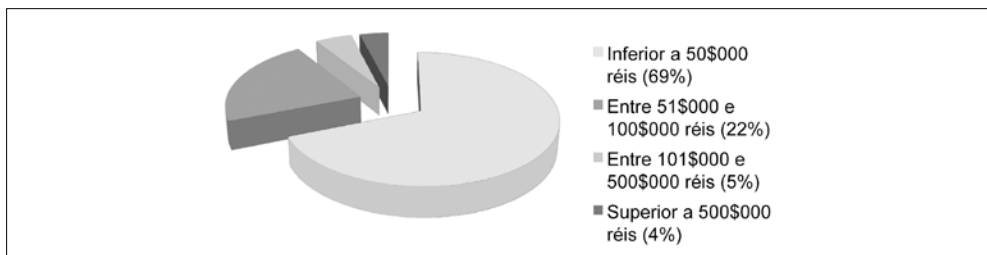
Fonte: ASCMAV, *Libro que ha de servir de recibo dos próprios e sua despeza da capella do Reverendo Sipriano Gomes Claro*. Livro do inventário dos próprios da capela e missa quotidiana do padre Cipriano Gomes Claro, 1738.

Nos anos económicos de 1747/48 e 1753/54 e entre 1756 e 1758 não se emprestou dinheiro a juro. Não sabemos a razão porque não se concedeu crédito nestes anos. Provavelmente porque não terão havido petições de dinheiro a juro, uma vez que o saldo era positivo, do que avaliamos da entrada de capitais do ano anterior. Do mesmo modo não se verificaram entradas de dinheiro nos anos económicos de 1738/39, 1751/52, a partir de 1754 e até esta escrita se juntar à da Santa Casa.

Da documentação de que dispomos e até à junção desta contabilidade com a da Misericórdia, verificamos que apenas foram remidas quarenta e cinco escrituras, num montante total de 6.485\$669 réis. Verificou-se igualmente a amortização de quatro dívidas no total de 124\$970 réis.

Quanto ao valor do capital emprestado verificamos que a maioria dos devedores efectuava créditos pequenos. Constatamos que 69% dos devedores contraíam empréstimos inferiores a 50\$000 réis; 22% entre cinquenta e um mil e cem mil réis; 5% entre cento e um mil e quinhentos mil réis; e 4% superiores a quinhentos mil réis.

Gráfico 3 – Montante dos empréstimos por devedor (1738-1760)

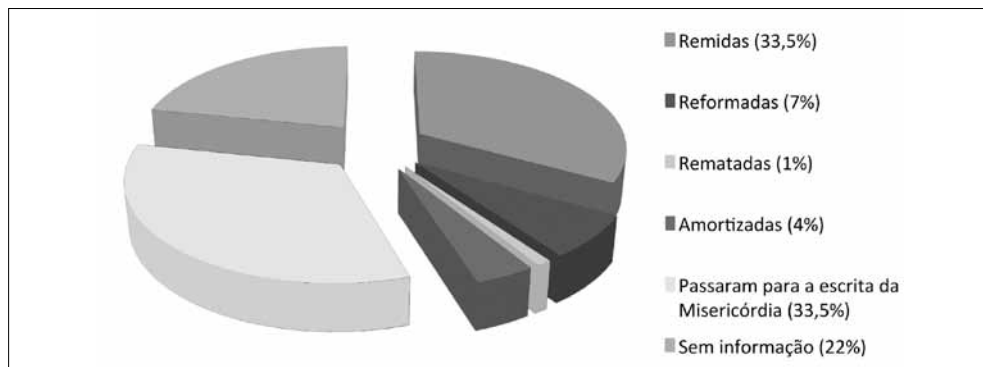


Fonte: ASCMAV, *Libro que ha de servir de recibo dos próprios e sua despeza da capella do Reverendo Sipriano Gomes Claro*. Livro do inventário dos próprios da capela e missa quotidiana do padre Cipriano Gomes Claro, 1738.

A quantia mais emprestada era de trinta mil réis, representando 15% do número de devedores que a receberam do total dos empréstimos contraídos; em segundo lugar foi a quantia de cinquenta mil réis, figurando 13%; em terceiro lugar vinte mil réis simbolizando 10%; em quarto lugar vinte e cinco mil réis, quantificando 8%. Seguiam-se as quantias de quarenta mil réis, sessenta mil réis e setenta mil réis que, em pé de igualdade, perfaziam 6% dos abonos concedidos; e 4% dos mesmos correspondia a contratos de cem mil réis. As restantes escrituras eram de valor variado, indo desde os dez mil réis a um milhão e duzentos mil réis.

Torna-se difícil avaliar a amortização e remissão das dívidas para o período em estudo, sobretudo por escassez e omissão de informações. Não temos qualquer informação para o destino de 22% das escrituras. Sabemos que durante o período em estudo 33,5% foram remidas, 7% reformadas, 1% rematadas, e 3% amortizadas, o que nos leva a constatar que, em média, a Santa Casa poderia demorar cerca de vinte anos a receber uma boa parte do capital concedido. As escrituras que em 1760 não conheceram as situações acima citadas, as quais prefiguram 33,5%, valor igual ao das escrituras remidas, passaram para a *inventaria nova*, ou seja, juntaram-se à contabilidade da Misericórdia.

Gráfico 4 – Pagamento das dívidas (1738-1760)



Fonte: ASCMAV, *Libro que ha de servir de recibo dos próprios e sua despeza da capella do Reverendo Sipriano Gomes Claro*. Livro do inventário dos próprios da capela e missa quotidiana do padre Cipriano Gomes Claro, 1738.

Apenas temos a informação das datas das remissões para 24% das escrituras que estudámos. Nos casos conhecidos, o pagamento durava entre um a quinze anos, sendo que 27% das escrituras foram remidas após um ano de serem realizadas e 18% das mesmas foram pagas ao fim de três anos.

Como na maioria das instituições, na Misericórdia de Arcos de Valdevez o processo de amortização do dinheiro emprestado fazia-se lentamente. O solicitador de crédito, sempre que podia, pagava os juros vencidos e ia abatendo a dívida. Em alguns casos a amortização ou remissão da dívida era feita após a morte do devedor, pelos herdeiros ou fiadores.

O empréstimo de oitocentos mil réis feito pelo Dr. Bernardino Pacheco de Faria, em 1738, foi amortizado em quatro parcelas, duas pagas em 1740 e as restantes em 1746 e 1747. Ao longo dos nove anos que o empréstimo subsistiu foram pagos juros da quantia em dívida, sempre actualizados aquando de cada amortização. Outro exemplo de pagamento parcelar da dívida foi o da escritura feita, em 1751, por João da Costa, no valor de cem mil réis, o qual liquidou, em 1758, 42\$970 réis¹⁶.

O dinheiro emprestado a juro, apesar de constituir um grande rendimento para este tipo de instituições, poderia correr graves riscos quando não havia liquidação dos juros, amortização e remissão das dívidas. Era necessário ter o dinheiro emprestado a render e com hipotecas consideradas seguras. Mas, muitas vezes, face à falência dos devedores e fiadores, as instituições ficavam sem os juros e o capital emprestado.

A Misericórdia de Arcos de Valdevez mostrou esta preocupação desde sempre, mas em meados do século XVIII à semelhança do que aconteceu com a sua congé-

¹⁶ ASCMAV, *Libro do inventário dos próprios...*, fls. 23, 94.

neres de Ponte da Barca¹⁷, verificamos um desassossego relacionado com a cobrança do capital mutuado. Tal é visível quando em Abril de 1740, reunida a *Mesa do cento*, considerou-se que foi concedido muito dinheiro a juro com pouca segurança e que se corria o risco de perder essas parcelas. Desta forma determinara-se que apenas seriam escolhidos para procuradores *pessoas intilgentes e abonadas de boa e sam consciencia que se informace e dece as informaçoens com aquella verdade e segurança que devem* e que caso se perdessem as parcelas emprestadas seria o procurador a pagá-las por não ter dado a devida informação. Dessa forma, as escrituras seriam acompanhadas do nome do procurador e o escrivão só poderia lançá-las em despesa e metê-las no cartório depois de lhes anexar a escritura e a petição. Determinou-se igualmente que não se daria mais dinheiro a quem tinha já escrituras em dívida¹⁸. Situação semelhante aconteceu, na mesma época, na Misericórdia de Ponte da Barca, onde os mesários, segundo orientação régia, passaram a ser responsabilizados pelo dinheiro que emprestavam a juro¹⁹.

O objectivo dos irmãos que estipularam estas medidas era o de que houvesse um maior cuidado com o dinheiro emprestado, dado que muitas vezes era difícil a sua remissão, bem como o pagamento dos seus juros. Por outro lado, tornava-se oneroso para estas instituições tecerem acções judiciais contra quem não cumpria os pagamentos.

Na maioria das Misericórdias, os empréstimos a juro eram concedidos sob hipoteca. Para segurança do empréstimo e dos juros hipotecava-se aos devedores, em seu nome e de seus herdeiros, imóveis de raiz, como leiras, campos, hortas, vinhas, entre outros bens. Tal prática permitia que a instituição, em caso de incumprimento por parte do devedor, pudesse intentar acções judiciais contra os devedores e executar a venda de seus bens, de modo a recuperar parcialmente ou totalmente os montantes em dívida. Quando o peticionário do crédito não cumpria a sua dívida eram pedidas responsabilidades aos fiadores, que tinham que saldar a obrigação. Era também frequente apelar-se à reforma das escrituras²⁰.

A Santa Casa de Arcos de Valdevez não foi alheia a esta prática, visto que arrematou alguns bens aos devedores. O acervo documental da Misericórdia conta com um variado leque de sentenças cíveis e cartas de arrematação intentadas contra os incumpridores do crédito. Infelizmente, nenhuma está associada ao legado por nós estudado. Porém, apesar de não possuímos esses documentos, temos notícia de que

¹⁷ Esta era sem dúvida uma das preocupações de todas as Misericórdias, como é visível na de Ponte de Lima já desde o século XVII, assim como na de Gouveia. Veja-se: PEREIRA, 2008: 156; ARAÚJO, 2000: 489-493; SÁ, 1997: 199; SÁ, 2001b: 10; AMORIM, 2006: 709-711.

¹⁸ ASCMAV, *Termos I*, fls. 55-55v.

¹⁹ PEREIRA, 2008: 157-158.

²⁰ Idem, *ibidem*, p. 156.

foram arrematados alguns bens. Casos há em que os bens adjudicados ficavam para a confraria e outros que eram vendidos em hasta pública e o dinheiro revertia para os cofres da instituição²¹.

Outras vezes recorria-se à reforma das escrituras, quase sempre à morte do devedor um dos herdeiros refazia a escritura em seu nome ou mesmo um dos fiadores ou legatário destes. Nos casos por nós estudados 7% das escrituras foram reformadas. Em 1738 João Barbosa e a mulher Francisca de Sousa, da freguesia da Grade tinham feito uma escritura no valor de trinta mil réis, a qual foi retomada por Manuel Rodrigues e mulher Maria Josefa Rodrigues a 24 de Junho de 1760. É curioso verificar que apesar de a escritura ser feita no mesmo valor, ao fim de vinte e dois anos os devedores passaram a pagar mais juros por ano. Duas das escrituras lavradas em 1744 foram reformadas: a de Manuel da Cunha, do Vale, por Diogo de Barros e mulher Francisca Cerqueira em 1760; e a de Francisco de Araújo e Brito, do termo de Ponte da Barca, no valor de cem mil réis, por Bento de Brito de Araújo e Castro, dos Arcos de Valdevez, o qual, em 1758, reformou a escritura e, paralelamente, amortizou 34\$321 réis.

Caso singular é o de uma escritura no valor de um milhão e duzentos mil réis feita, em 1738, por Paio de Araújo de Azevedo, de São Paio da Vila, a qual foi trespassada a D. Brites Josefa de Abreu Soares, da cidade de Braga, em Fevereiro de 1746. Tratava-se de uma escritura de grande monta, a maior concedida pelo dinheiro deste legado. Não possuímos informações que nos expliquem este trespasso, sabemos porém, que a dívida foi saldada parcelarmente e durante seis anos após a transferência, não pela devedora, mas por três pessoas diferentes. É curioso verificar que Bento de Araújo de Barros, em 1749, reformou 40\$000 réis dessa escritura e que a restante dívida foi amortizada por Margarida Maria de Araújo Pinto, em 1748 e em 1751, por Alexandre Luís de Sousa Meneses²².

²¹ É o caso da escritura feita em 1738 por Pedro Veloso, de Gondoriz, no valor de vinte e cinco mil réis. Como o mesmo não pagou a dívida, constituída pelo *próprio e juros*, os seus bens foram rematados pelo valor de 41\$634 réis. Estes bens passaram para a tutela da Misericórdia e foram arrendados à viúva Isabel Gonçalves, pelo valor de treze alqueires de milho. Foram igualmente rematados os bens de Mateus Domingues, de Gondoriz. Este devia dez mil réis e os seus bens foram rematados por 16\$301 réis. ASCMAV, *Livro do inventário dos próprios...*, fls. 38-39.

²² Em 1748 foram feitas três escrituras que foram reformadas dez anos mais tarde, a saber: a de João Alves por João Alvares e mulher Isabel Gomes; a de Ana Rodrigues, de São Tomé por José Rodrigues e mulher; e a de Manuel Luís de Sousa, do Vale por Valério Rodrigues e irmão José Rodrigues. A escritura no valor de quarenta mil réis feita, em 1750, por António Cerqueira foi reformada pela viúva Maria Ana nove anos mais tarde. Em 1759 José Gonçalves, solteiro, reformou a escritura de vinte mil réis que seu pai Bento Gonçalves havia feito oito anos antes. Neste caso, como o período de anos entre a primeira escritura e a reforma era diminuto e como a mesma era retomada por um herdeiro manteve-se um dos fiadores e o segundo foi trocado por um familiar do anterior. ASCMAV, *Livro do inventário dos próprios...*, fls. 9v, 28, 40, 105, 119, 120, 143, 144v, 147v.

Tal como dispusera a Mesa, em Abril de 1740, as escrituras entre cem e duzentos mil réis só seriam feitas com três fiadores e nas superiores a esse valor dois fiadores pelo menos teriam que assegurar o pagamento da dívida²³.

À exceção da escritura feita pelo Dr. Bernardino Pacheco de Faria, no ano de 1738, no valor de oitocentos mil réis e com apenas dois fiadores, todos os contratos lavrados que implicavam o empréstimo de quantias superiores a cem mil réis tinham sempre três ou mais fiadores. No caso das escrituras lavradas com Jacinto José de Abreu e Paio de Araújo de Azevedo, de valores respectivamente de 1.000\$000 de réis e de 1.200\$000 réis, tinham quatro ou mais fiadores.

Contam-se alguns casos em que os fiadores pagaram em nome dos devedores, como se vê da dívida feita, em 1738, por Domingos Cerqueira e sua mulher Esperança Maria, que foi paga em 1752 pelo seu fiador Domingos Cerqueira. Também o empréstimo feito, no mesmo ano, ao reverendo Pedro Tavares, abade de Britelo e a Jácome de Brito Rocha, foi pago pelos seus fiadores²⁴.

As escrituras de valor inferior a cem mil réis, normalmente eram acompanhadas de dois fiadores. Muitas vezes os fiadores aparecem acompanhados na escritura com as suas mulheres, uma vez designando-se o seu nome, outras apenas mencionando-se o nome do fiador, acompanhado da expressão *e mulher*. Quase sempre era referida a morada de cada fiador. Estes eram, normalmente familiares ou amigos do devedor. Podiam viver na mesma localidade deste ou em freguesias vizinhas.

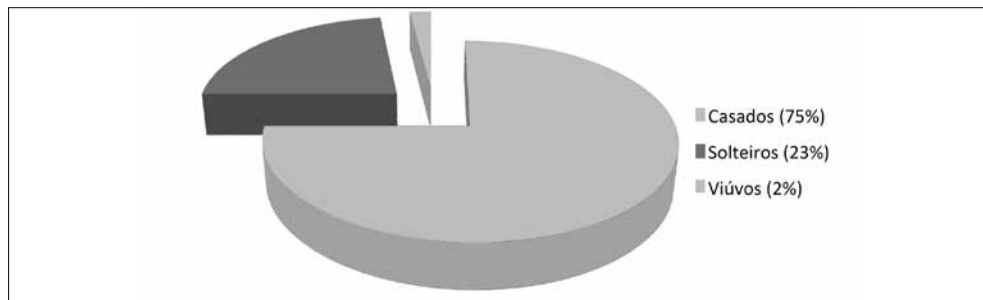
Verificamos que foi feita uma escritura, em 1759, a Gervásio Martins Jácome, mercador da vila de Arcos de Valdevez, sem fiadores, mesmo depois do estipulado pela irmandade em 1740. O contrato, no valor de setenta e dois mil réis, fora lavrado por *mão e letra* do devedor o qual se comprometia a pagar juros de 5%. Como hipoteca *deu em penhor hum cordão de ouro que peza sassenta e tantos mil reis [...] e hum lasso de ouro com seus diamantes* que ficariam penhorados no cofre da Santa Casa até que o devedor resgatasse a dívida²⁵.

²³ ASCMAV, *Termos I (1726-54)*, fls. 55-55v.

²⁴ ASCMAV, *Livro do inventário dos próprios...*, fls. 4v, 9v, 53v, 82, 94, 118.

²⁵ *Idem, ibidem*, fl. 6.

Gráfico 5 – Estado civil dos devedores (1738-1760)

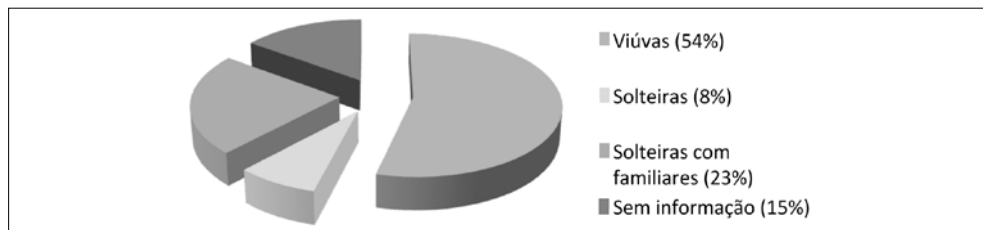


Fonte: ASCMAV, *Libro que ha de servir de recibo dos próprios e sua despeza da capella do Reverendo Sipriano Gomes Claro*. Livro do inventário dos próprios da capela e missa quotidiana do padre Cipriano Gomes Claro, 1738.

Da análise da documentação em questão, verificamos que é difícil fazermos uma boa caracterização dos devedores. Conseguimos apurar o seu nome e morada, mas pouco mais. Esporadicamente, sabemos o seu estado civil e, sendo casado, por vezes, aparece referenciado o nome da esposa. Muito raramente temos informações sobre o seu ofício e estatuto. À exceção de um mestre, de dois licenciados e dos padres²⁶, não conseguimos apurar mais nenhuma profissão.

Constatamos que a maioria dos peticionários de empréstimos eram homens, representando 90% do total. Só obtivemos resultados sobre o estado civil para 39% dos devedores. Destes 75% eram casados, 2% viúvos e 23% solteiros. Entre os celibatários contam-se 19% que eram clérigos. Dos devedores que apareciam referenciados com as suas mulheres, apenas em 46% dos casos surgem os nomes das mesmas.

Gráfico 6 – Estado civil das devedoras (1738-1760)



Fonte: ASCMAV, *Libro que ha de servir de recibo dos próprios e sua despeza da capella do Reverendo Sipriano Gomes Claro*. Livro do inventário dos próprios da capela e missa quotidiana do padre Cipriano Gomes Claro, 1738.

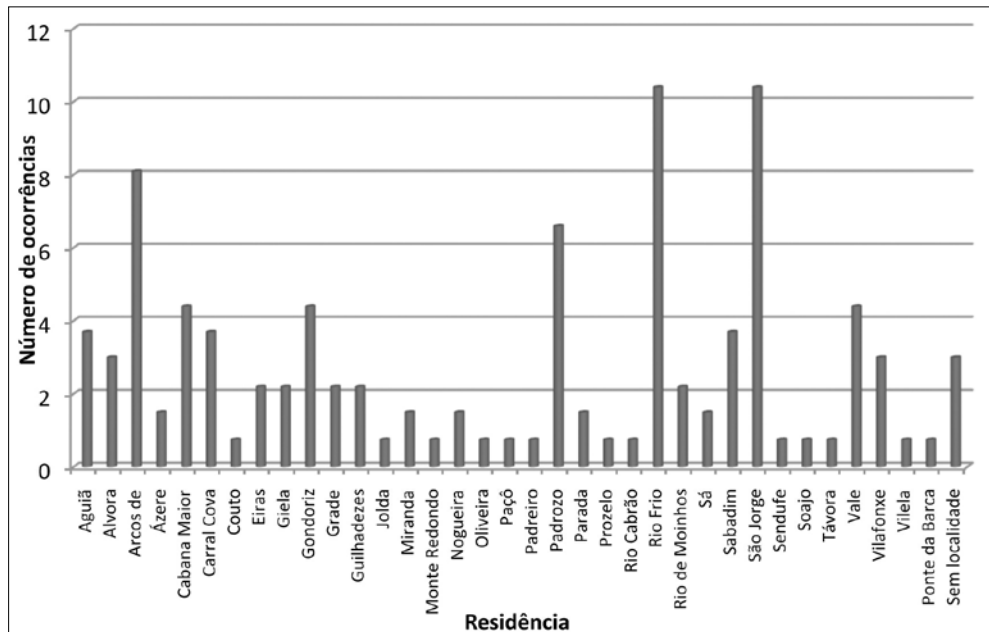
As mulheres representavam apenas 10% do total de devedores, sendo a maioria (54%) viúvas e 31% solteiras. Das solteiras, 23% aparecem acompanhadas por

²⁶ Idem, *ibidem*, fls. 19v, 33, 68, 102, 105v, 118-118v, 144, 146.

familiares, mãe ou irmãs. Em 15% dos casos não surge nenhuma informação sobre o estado civil.

Era muito regular, nos registos que possuímos, a referência à residência, uma vez que se tratava de uma informação fundamental para a identificação dos petionários de crédito. Conseguimos apurar a morada de todos os devedores. Exceptuando um caso que pertencia ao termo de Ponte da Barca, todos os devedores viviam no concelho de Arcos de Valdevez. Dos que residiam neste concelho, 8% viviam na vila e os restantes 92% fora desta, sobretudo nas freguesias que circundavam o núcleo urbano. Contudo, surgem alguns devedores que residiam nas freguesias mais distantes do concelho como Soajo, Alvora, Eiras, Padroso, Sabadim, Sá, Miranda, Jolda, Rio Cabrão, Cendufe, Padreiro, como se vê no gráfico abaixo.

Gráfico 7 – Residência dos devedores (1738-1760)



Fonte: ASCMAV, *Libro que ha de servir de recibo dos próprios e sua despeza da capella do Reverendo Sipriano Gomes Claro*. Livro do inventário dos próprios da capela e missa quotidiana do padre Cipriano Gomes Claro, 1738.

As freguesias onde se concederam mais empréstimos foi em São Jorge e Rio Frio, representando cada uma 10% das escrituras lavradas, seguindo-se a vila dos Arcos de Valdevez com 8% e Padroso com 7%.

Não conseguimos apurar onde se applicava o dinheiro emprestado. As Misericórdias e outras instituições congéneres foram locais frequentes de apoio à resolução de dificuldades pessoais e familiares, mas também de problemas profissionais e institu-

cionais. Os empréstimos eram quase sempre contraídos em situações de precariedade e as razões que motivavam essas petições não eram explícitas.

As práticas e o recurso ao crédito generalizaram-se durante a Idade Moderna. Tal prática não se confinava a grupos específicos, verificando-se que referências a devedores se estendem a todos os grupos sociais. O povo raramente tinha reservas monetárias, gastando o pouco que tinham e, quando precisavam, recorriam ao crédito²⁷.

FONTES

ASCMAY – *Documentos comprovativos da familiaridade dos padres Cipriano Gomes Lobarinhas e Francisco de Abreu Silva à capela do padre Cipriano Gomes Claro (1747)*.

ASCMAY – *Instituição da capela quotidiana do padre Cypriano Gomes Claro no anno de 1738*.

ASCMAY – *Livro do inventário dos próprios da capela e missa quotidiana do padre Cipriano Gomes Claro, 1738*.

ASCMAY – *Libro que ha de servir de recibo dos próprios e sua despeza da capella do Reverendo Sipriano Gomes Claro e Livro do inventário dos próprios da capela e missa quotidiana do padre Cipriano Gomes Claro (1738)*.

ASCMAY – *Termos I (1726-54)*

ASCMAY – *Verba do testamento do Padre Cipriano Gomes Claro (1730)*.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Laurinda Faria dos Santos (1999) – *Memórias da alma e do corpo: a Misericórdia de Setúbal na Modernidade*. Viseu: Palimage Editores.

AMORIM, Inês (2006) – *Património e crédito: Misericórdia e Carmelitas de Aveiro (séculos XVII e XVIII)*. Lisboa: Universidade de Lisboa / Instituto de Ciências Sociais.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2001) – *A confraria do Santíssimo Sacramento de Pico de Regalados: 1731-1780*. Vila Verde: ATAHCA.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2000) – *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*. Barcelos: Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa e Ponte de Lima.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2008) – *A Misericórdia de Monção: fronteira, guerras e caridade (1561-1810)*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Monção.

ARIÈS, Philippe (1998) – *O Homem perante a Morte*. Lisboa: Europa-América, 2 vols.

ARAÚJO, Ana Cristina (1997) – *A morte em Lisboa: atitudes e representações (1700-1830)*. Lisboa: Editorial Notícias.

CASTRO, Maria de Fátima (2003) – *A Misericórdia de Braga: composição da irmandade, administração e recursos: das origens a cerca de 1910*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2º vol.

²⁷ CASTRO, Maria de Fátima – *Ob. cit.*, p. 579. ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *A confraria do Santíssimo Sacramento...*, p. 118-120.

- COSTA, Américo Fernando da Silva (1998) – *A Misericórdia de Guimarães: crédito e assistência (1650-1800)*. «Cadernos do Noroeste. Misericórdia, caridade e pobreza em Portugal no Período Moderno», vol. 11: 2.
- COSTA, Américo Fernando da Silva (1997) – *Sociabilidade, poder e conflito: a Santa Casa da Misericórdia de Guimarães: 1750-1820*. Braga: Universidade do Minho. Tese de Mestrado.
- LE GOFF, Jacques (1987) – *A bolsa e a vida*. Lisboa: Teorema.
- LOPES, Maria José Queirós (2004) – *Misericórdia de Amarante: contribuição para o seu estudo*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Mestrado.
- PEREIRA, Maria das Dores de Sousa (2008) – *Entre Ricos e Pobres: a actuação da Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca.
- SÁ, Isabel dos Guimarães (1996a) – *As confrarias e as Misericórdias*. In OLIVEIRA, César de, dir. – *História dos Municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- SÁ, Isabel dos Guimarães (1996b) – *A assistência: as misericórdias e os poderes locais*. In OLIVEIRA, César de, dir. – *História dos Municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- SÁ, Isabel dos Guimarães (2001a) – *As misericórdias nas sociedades portuguesas do período moderno*. «Cadernos do Noroeste: Série História», 15:1-2. Braga: Universidade do Minho / Centro de Ciências Históricas e Sociais.
- SÁ, Isabel dos Guimarães (2001b) – *A Misericórdia de Gouveia no Período Moderno*. In *Jornadas de História do Concelho de Gouveia*. Gouveia: 2001.
- SÁ, Isabel dos Guimarães (1998) – *As Misericórdias*. In BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti, dir. – *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. I.
- SÁ, Isabel dos Guimarães (1997) – *Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses.

O TESTAMENTO DE LUÍS ALMEIDA – CÓNEGO DA SÉ DE ANGRA. TRANSMISSÃO DO PATRIMÓNIO FAMILIAR*

JOSÉ GUILHERME REIS LEITE**

No dia 16 de Novembro de 1637 rompia pelos aposentos da morada do Juiz Ordinário da Câmara de Angra¹, o Fidalgo-Cavaleiro da Casa Real², João Camelo do Rego Pereira Castelo-Branco (1594-1654), Pedro Teixeira, criado do Reverendo Cónego da Sé, Luís de Almeida, dizendo que Nosso Senhor fora servido de levar da vida presente seu amo e como ele fizera testamento, que estava ainda serrado nas mãos do tabelião Jorge Cardozo, vinha requerer que o senhor Juiz o mandasse abrir para que se cumprisse e se pudesse enterrar o cónego Almeida.

Comecemos por descortinar quem era este capitular da Sé de Angra³. Ele próprio declara-se, quando testemunhou perante o visitador do Santo Ofício, em 1619, no processo movido ao cristão novo Jorge Dias Andrade⁴, que nascera em Lisboa e tinha nessa data 60 anos, mais ou menos, o que nos atira o ano do seu nascimento para finais da década de cinquenta do século XVI.

* Investigação desenvolvida no âmbito do projecto «Espaços urbanos: dinâmicas demográficas e sociais (séculos XVII-XX), com a referência PTDC/HIS-HIS/099228/2008, financiado pelo Programa COMPETE – Programa Operacional Factores de Competitividade na sua componente FEDER e pelo orçamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia na sua componente OE.

** guilhermereisleite@gmail.com

¹ Auto de Abertura do testamento por morte do Cónego Luís de Almeida, 16-XI-1637, fl. 6 e 6v. Usei uma pública forma do testamento do Cónego Luís Almeida, do séc. XVIII, inserida na sentença sobre a administração do vínculo por ele instituído e que pertence ao arquivo privado do meu amigo Valdemar Mota, a quem agradeço a autorização. Daqui em diante citado simplesmente por *Testamento*. Existe outra pública forma no Arquivo Regional de A. H., **papeis** da Mitra.

² MENDES, António e FORJAZ, Jorge (2004) – *Genealogias da Ilha Terceira*. Lisboa: Ed. Dislivro História, 9 vols. Título do REGO, **vol VIII**, p. 115. Daqui em diante citado simplesmente por *Genealogias*, título, vol. e p.

³ *Genealogias*, título de *Meireles*, vol. V, p. 744.

⁴ *Idem*, título de *Sá*, vol. VIII, p. 563.

Em 1576 foi apresentado num benefício na igreja de Santa Cruz da ilha Graciosa⁵, mas pouco tempo terá permanecido nessa ilha, onde, aliás, a sua estada não pode ser sequer confirmada por não dispormos de documentação para anos tão recuados na periférica Graciosa. Em 1583 já nos surge na Sé de Angra⁶, como presbítero. Viria a ser na catedral angrése que passaria o resto da sua vida, sendo elevado a uma meia-conesia, por carta⁷ de apresentação de 6 de Outubro de 1586 e finalmente feito cónego em data que desconhecemos, mas anterior a 1604, quando assina já nessa condição os estatutos da Irmandade de S. Pedro *ad Vincula*⁸.

No seu testamento de 1636 não se mostra afecto à família. Declara nada ter herdado de pai ou de mãe e não ter herdeiros forçados, deserdando especificamente qualquer parente. Nem sequer por alma dos pais dedica mais do que uma missa rezada, quando se mostrou tão generoso em benefícios espirituais para com os amigos.

Seja como for, tudo o que arrecadara era, ele próprio o confessa, fruto das «suas ordens» ou seja resultado do seu trabalho e da sua conesia.

Convém reflectir sobre a questão de como um forasteiro conseguiu ascender a cónego da Sé de Angra, lugares sempre disputados e reservados a gente de condições. É verdade que quando nos Açores se desenrolaram os mais dramáticos acontecimentos da crise dinástica de 1580 e para as ilhas se transferiu o palco do confronto entre as potências europeias envolvidas na Expansão Ultramarina, a cidade de Angra atravessou uma profunda crise que alterou muito da sua estrutura social. Uma testemunha⁹ desses acontecimentos, que nos deixou um relato pormenorizado desses dias terríveis, escrito em 1611, não deixa de anotar que «agora tudo está tão diferente». Muitas dessas diferenças eram bem visíveis no cabido da Sé.

Acontecera, que tendo saído o bispo da sede diocesana logo no início da crise, retirando-se para Ponta Delgada, apoiando apaixonadamente Filipe II, as dignidades e os cónegos, quase todos apoiantes de D. António Prior do Crato, chefiados pelo tesoureiro-mor, uma das dignidades do cabido, o licenciado Amaro Lopes da Costa, revoltaram-se contra o prelado e o seu vigário geral (o licenciado Roque Dias Paes)

⁵ A.N.T.T., *Chancelaria da Ordem de Cristo*, Livro 4, fol. 66.

⁶ MERELIM, Pedro de (1974) – *As 19 Paróquias de Angra*. Angra do Heroísmo: Ed. do autor, p. 509.

⁷ A.N.T.T., *Chancelaria da Ordem de Cristo*, Livro 7, fl. 2.

⁸ LEITE, José Guilherme Reis (2006) – *Memória História da Irmandade de S. Pedro Ad Vincula*, Angra do Heroísmo, Ed. da Irmandade, 2006, p. 81.

⁹ *RELAÇÃO das coisas que aconteceram na cidade de Angra, ilha Terceira, depois que se perdeu El-Rei D. Sebastião em África* (1982). In *Arquivo dos Açores*. 2.ª ed. Ponta Delgada: Ed. da Universidade dos Açores, vol. IX, p. 553 a 555 e vol. X, p. 5 a 89. Para os acontecimentos referentes ao Cabido da Sé, vol. X, p. 35 a 36. Esta relação é a fonte mais segura a que todos os outros cronistas se apegaram. Vide também o seiscentista Manuel MALDONADO, Luís – *Fenix Angrence*, Angra do Heroísmo: Ed. do Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. I, p. 303 e 304, e DRUMOND, Francisco Ferreira (1980) – *Anais da Ilha Terceira*. 2.ª ed. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura, vol. I, p. 268 a 280..

que permanecera na ilha e não hesitaram em proclamar a sede vacante, acusando o bispo de crime de lesa-majestade e assumindo o governo da diocese. Transformaram-se assim num dos pilares da realeza de D. António, cujo reino, na prática, se reduzia à Terceira e ilhas de baixo e tinha Angra como capital e o Corregedor Ciprião de Figueiredo feito governador, como lugar tenente do rei.

O nosso cronista desses dias, especifica que do cabido, ressaltando o deão, o futuro bispo do Funchal, D. Luís de Figueiredo e o arcediogo, Manuel Gonçalves Pacheco, que estavam com o bispo em S. Miguel e o mestre escola, António Amadis e um cónego, Luís Álvares de Maiorga, que estando em Angra, foram presos acusados de apoiarem Filipe II, todos os outros votaram voluntariamente as decisões e a nomeação de Amaro da Costa para vigário capitular. Isto valeu-lhes, acrescenta, quando a ilha foi conquistada em 1583 pelo Marquês de Santa Cruz, serem suspensos das dignidades ou das conesias e morrerem sem os empregos e alguns mesmo no degredo, abrindo assim uma excepcional vagatura de lugares de grande prestígio e proveito.

Filipe II compensou regiamente os seus apoiantes na guerra açoriana e castigou exemplarmente os seus inimigos e com isso contribuiu para as tais alterações sociais que o cronista de 1611 anotou. No seu programa político para o arquipélago, o novo rei incluiu uma profunda reforma eclesiástica e na sua condição de Mestre da Ordem de Cristo, tratou de mudar o bispo, apresentando o seu firme apoiante, D. Pedro de Castilho, bispo de Leiria e para bispo de Angra D. Manuel de Gouveia (1584-1596), passando este a reorganizar as dignidades e o cabido¹⁰. Nesta reorganização, como é evidente foram contemplados preferencialmente os filipistas e entre eles Luís Álvares de Maiorga, o tal cónego que se recusara a assinar as decisões de cabido a favor de D. António e que regressava do exílio em Inglaterra com largas recompensas do monarca, à dignidade de tesoureiro-mor¹¹ da Catedral, por carta de 8 de Maio de 1586. Ora julgo que foi pela protecção deste filipista ilustre que Luís de Almeida conseguiu também a sua entrada na corporação do cabido com a já mencionada nomeação para uma meia-conesia nesse mesmo ano de 1586.

Luís Álvares de Maiorga era filho de Álvaro Luís de Maiorga, o primeiro desta família¹² que veio para os Açores e se estabeleceu em Angra como contador, inquiridor e distribuidor do juízo da correição e que teve uma carreira e uma afirmação social notável na sua cidade de adopção. Sendo um dos proeminentes apoiantes de Filipe II, D. António, depois da derrota na batalha naval de Vila Franca, no verão de 1582, mandou-o, com a nata dos filipistas da Terceira, embarcar na esquadra com que se

¹⁰ Sobre o episcopado de D. Manuel Gouveia, veja-se PEREIRA, Cónego, José Augusto (1950) — *A Diocese de Angra na História dos seus Prelados*. Angra do Heroísmo: Ed. Livraria Andrade, vol. I, p. 51 a 61.

¹¹ A.N.T.T., *Chancelaria da Ordem de Cristo*, Livro 6, fl. 311v.

¹² Genealogias, título de *Maiorga*, vol. V, p. 689 e 690.

retirava dos Açores. Entre os desterrados ia também o filho, o cónego Luís Álvares, que possivelmente assim, com este castigo e todos os outros, aliás, se salvavam de uma presumível sentença de pena capital dada pelos tribunais instalados pelo novo governador, Manuel da Silva, Conde de Torres Novas. Depois de uma viagem tormentosa, que dispersou as naus da armada, acabaram por arribar a Inglaterra onde permaneceram até à vitória do Marquês de Santa Cruz, no ano seguinte de 1583, regressando então à Terceira cumulos de prebendas pelo seu rei¹³ e passando à primeira plana da sociedade angrense, possivelmente com a indignação da orgulhosa nobreza terra-tenente, à qual não pertenciam.

Digo que Luís de Almeida deveu a sua ascensão à conesia e a sua progressão na carreira eclesiástica a Luís Álvares, apoiado nas palavras do próprio padre no seu testamento e nos muitos benefícios espirituais que lhe dedicou, uma missa diária perpétua e mais três pelo Natal. Quando tratou de nomear um herdeiro fê-lo, tendo em consideração «a lança de amizade e obrigações que houve entre o tesoureiro-mor Luís Álvares e Fernão Baião e sua mulher e pelas que ele testador também teve com os sobreditos»¹⁴. Isto é, mesmo depois de morto, cuja data não sabemos ao certo, mas antes de 1604, pois nesse ano já assinou os estatutos da confraria de S. Pedro *Ad Vincula* outro tesoureiro-mor, Luís Álvares continuava a influenciar as decisões do seu protegido Luís de Almeida.

Mas vejamos quem eram esses amigos comuns que ditaram o destino dos bens do nosso cónego Almeida, Fernão Baião e sua mulher.

Fernão Baião¹⁵ ou Mourato Baião (1543-1594) era filho segundo de uma família de burocratas angrenses. Seu pai, Manuel Garcia Mourato, já Escudeiro da Casa Real, fora escrivão dos resíduos e investira os seus rendimentos em compra de outros ofícios régios nos Açores, que transmitiu aos filhos. Casou com Maria Baião¹⁶ de uma família mais obscura. Fernão Baião teve uma notável ascensão social pois foi Fidalgo da Casa Real (1567), da governança da Câmara de Angra e instituidor de um morgadio. Ele e os irmãos, Luís e Nicolau, distinguiram-se como apoiantes de Filipe II, sendo Fernão um dos exilados por D. António e um dos compensados pelo rei. Foi certamente nesse exílio em Inglaterra que consolidou a amizade e as obrigações, que invoca Luís de Almeida, com o cónego Luís Álvares.

Casou Fernão na Sé, em 1587, com Beatriz Merens (1549-1599)¹⁷ rica herdeira de uma das famílias mais antigas e destacadas de Angra, os Meireles. Contudo, a

¹³ «Relação das coisas... (já citada)», A. A., vol. X, p. 46.

¹⁴ Instrumento de aprovação do testamento, de 2-XI-1637, fl. 14v.

¹⁵ Genealogias, título de *Mourato*, vol. VI, p. 392.

¹⁶ Genealogias, título de *Baião*, vol. I, p. 537.

¹⁷ Genealogias, título de *Meireles*, vol. V, p. 743.

nossa Beatriz era bastarda perfilhada de Sebastião Merens, mas não tendo este filhos legítimos dos seus dois casamentos, acabou por ser herdeira universal do pai e representante de sua família.

Eram estes, pois, os que formavam o «lança de uma amizade e obrigações». Como se vê, a nata da sociedade angrense e do grupo que já sendo poderoso, reforçou o seu poder e o seu prestígio com a vitória de Filipe II em 1583.

Em boa verdade o elo de ligação de toda esta gente era a devoção à causa filipista e ao projecto de união das coroas, que vingou por sessenta anos em Portugal.

Mas o nosso cónego Luís de Almeida, que pertenceu ao cabido da Sé por cinquenta anos mostrou-se, acima de tudo, um administrador notável dos seus rendimentos, decidindo investir em bens de raiz, quer propriedades urbanas quer propriedades rurais. Tratava-se à lei da nobreza vivendo em aposentos situados numa das artérias urbanas mais centrais e mais movimentadas da cidade, a rua direita, não longe da praça principal e até mesmo da Sé. Tinha escravas para o serviço do domicílio, criado e moço de escada abaixo e pelo menos no fim da vida uma criada grave para governo da sua casa. Não consta que tivesse cavalo ou outro meio de transporte, nem dele necessitaria para uso diário, que de casa à Sé iam dois passos, mas pelo menos uma vez no ano teria de usar montada, quando o bispo D. Jerónimo Teixeira Cabral (1600-1612) obrigou os cónegos da Sé a acompanharem-no montados em cavalos para assistirem à festa de S. João Baptista, com faziam os fidalgos de Angra, promotores da festividade, a mais pomposa da cidade. O bispo, que era enérgico e exigente e disso deixou fama, não o dispensaria decerto¹⁸.

Isto para sublinhar que o paradigma da vida pública do cónego não se afastava do escalão mais elevado da fidalguia, cujo modelo, Luís de Almeida, a avaliar pelo que deixou no testamento, adoptara para si e para os seus herdeiros escolhidos entre a mais eminente nobreza cidadina e cuja regra de sucessão, em caso de se interromper a linha hereditária normal, teria de ser continuada entre os parentes próximos, os mais nobres e mais distintos da família.

Tal como era de esperar, aliás, o cónego Almeida, retratava-se nas suas últimas vontades como um católico tridentino intransigente. Temente a Deus, filho obedientíssimo da Santa Madre Igreja romana e respeitador severo das hierarquias. Demonstrava um horror visceral à heresia, viesse ela de onde viesse, não hesitando mesmo em acusar de desvios suspeitos de judaísmo, o seu «grande amigo», Jorge Dias Andrade. Retirava até a capacidade de administrar o seu morgado a qualquer administrador futuro que respondesse por crime contra a religião.

A devoção à Virgem Maria e devoção aos Santos e aos Arcanjos a quem roga a intervenção junto Deus quando chegar à hora de ser apresentado no tribunal celeste.

¹⁸ Cónego PEREIRA, ob. cit., p. 67.

O seu enterro devia ser um espelho da sua vida de exemplar católico e um acto de sincera devoção e obediência aos ritos da igreja romana, acentuando tudo aquilo que contribuísse para uma separação clara dos heréticos e afastados das regras da contra-reforma. Um cortejo interminável de irmãos no sacerdócio, de cruces das ordens religiosas estabelecidas na cidade, dos beneficiados da colegiada da Nossa Senhora da Conceição e todas as cruces das irmandades de Angra, obrigando-se todas a rogarem a misericórdia divina e a pedirem o eterno descanso para aquele filho obediente mas consciente da sua fragilidade humana e, decerto, da verdade revelada pelo próprio Cristo, que ninguém se salva pelos seus méritos e todos depositam a sua esperança na graça divina, único caminho para atingir o céu.

Dentro desta linha de pensamento e acção, não hesitou em usar uma parte dos seus haveres para garantir a execução efectiva destas suas vontades e por isso o seu funeral, nesse dia 17 de Novembro de 1637, deve ter sido um acontecimento de grande exemplo para o reforço da fé e da ortodoxia dos angrenses, quando um grande cortejo levou o corpo amortalhado nas vestes sacerdotais e transportado no esquife da irmandade de S. Pedro *Ad Vincula*, de que o cónego Almeida tinha sido um dos fundadores, à Capela da Sé, que o próprio cónego fundara e permitira que se transformasse na sede da própria confraria. Aí ficou, em campa rasa, aos pés das imagens dos seus santos de mais devoção, A Virgem da Conceição, S. Pedro, São Luís rei de França, Santa Isabel de Portugal, esperando a ressurreição dos mortos no dia do juízo final, mas coberto por uma enorme pedra de mármore com as armas plenas dos Almeidas e uma inscrição assinalando quem ali repousava.

Se o bom do cónego Almeida não tinha dúvidas em relação a estas questões de fé e das necessidades espirituais da sua alma, o mesmo não se pode dizer quanto à escolha do seu herdeiro. Olhava para os seus bens terrenos possivelmente com orgulho e não hesitava em pô-los ao serviço da salvação da sua alma, mas parecia estar menos seguro na escolha de quem, por uma administração cuidadosa, garantisse a continuidade e a sobrevivência das suas vontades. Transformar os bens acumulados num morgadio com capela foi a decisão mais fácil, como era hábito na época. Garantia a perpetuação do seu nome, das suas virtudes e a garantia que os herdeiros cumpririam os ritos necessários à sua própria salvação.

Olhava à sua volta e contemplava um património que não era desprezável. A casa em que vivia, um gravel e duas covas em que guardava as rendas em trigo que recebia, tudo nos lugares mais nobres da cidade, a rua direita e a rua que ia da praça às covas. Mais duas propriedades urbanas, num bairro mais periférico, na rua de Pão São, que lhe eram foreiras e ainda uns pardieiros que rendiam pouco. Acrescentava a isto propriedades fundiárias espalhadas um pouco por toda a ilha que lhe rendiam uns vastos moios de trigo que eram o grosso do seu rendimento. Com isso, instituía o morgadio que garantia a sobrevivência da obra que decerto mais o orgulhava. Fundara ele, na

própria Sé Catedral¹⁹ que estava pouco mais do que no início da sua construção quando, em 1586, entrara para o cabido, uma das capelas grandes do templo. Dedicara-a às suas devoções preferenciais, a Virgem Maria e S. Luís e Santa Isabel de Portugal e tivera mesmo o gosto de ver essa mesma capela escolhida, em 1604, para sede da Irmandade de São Pedro *ad Vincula*, que ele próprio ajudar a fundar. Paramentara a sua capela com o melhor e mais fino que encontrara, toalhas de altar, cazulas e alvas do mais rico pano que mandara vir da Holanda e do longínquo oriente, decorara-a com pratas, imagens e algumas preciosas relíquias que colecionou ao longo da vida. Era agora necessário garantir que esta monumental obra não percesse em mãos desleixadas e por isso procurava garantir que os futuros administradores do seu morgadio cumprissem com as obrigações que lhe eram impostas, de manutenção da pompa decorativa e da pompa cerimonial que nas suas últimas vontades ditava. Parte dos rendimentos morgánaticos a isso se destinavam e para que os futuros morgados não viesse a prevaricar deixava, com as respectivas esmolas, vigilantes dessas suas imposições, os membros do cabido da Sé e o Provedor das Capelas. Tinha razão o instituidor nestas cautelas, porque as obrigações e os gastos com a capela da Sé foram de facto a cruz dos administradores do morgadio ao longo dos dois séculos em que ele sobreviveu²⁰.

Luís de Almeida sentiu fraquejar as forças no início do ano de 1636. Era já um homem de avançada idade e caiu doente na cama. Chamou aos seus aposentos Francisco de Bettencourt Correia e Ávila, Provedor dos Resíduos e pediu-lhe que escrevesse o seu testamento onde, em seu perfeito juízo, como trataram as testemunhas, ditou as suas últimas vontades. Destinou o seu enterro, proclamou a sua fé e obediência à Igreja e a hierarquia, enumerou os seus bens, descreveu a sua capela e os paramentos e decoração e tomou algumas decisões. Alforrou a as suas escravas Ana e Maria, garantiu-lhes o futuro, com o uso fruto de uma cozinha e quintal do seu granel, deixou-lhes uma série de utensílio e roupas e garantiu ao seu moço de serviço um futuro, pagando-lhe a aprendizagem de um ofício.

Sobre tudo isto não tinha dúvidas o nosso cónego. No que hesitava ainda era na nomeação do herdeiro e decidia mesmo, nesse Fevereiro de 1636, adiar tal decisão dizendo que o faria mais tarde, mas o tempo urgia, a doença avançava e a idade não perdoava. No final do ano de 1637, em Novembro, chamava o tabelião Jorge Cardozo à sua presença e no leito de morte tomava as últimas e adiadas decisões, invocando a já citada «lança de amizade e obrigações» com aqueles companheiros da vida que já falamos, mas que todos haviam morrido. Decidiu-se finalmente por nomear os herdeiros. Escolheu o casal²¹ André Fernandes da Fonseca (1578-1644) e Beatriz Merens

¹⁹ José Guilherme Reis Leite, ob. cit.

²⁰ Idem.

²¹ *Genealogias*, título de Fonseca, vol. IV, p. 487.

(1584-1644), ele genro e ela filha dos nossos conhecidos Fernão Baião e Beatriz Merens, a velha. Seriam os primeiros administradores do seu morgadio e da sua capela. Eram gente de maior eminência em Angra, ele sargento-mor, morgado e da governança da cidade, ela herdeira de um nome e de uma fortuna. Cumpriam rigorosamente o perfil que o cónego estabeleceu no seu testamento do ano anterior. Dava-lhes ainda uma prerrogativa importante permitindo-lhes que escolhessem eles o futuro administrador do morgadio, mesmo fora da sucessão de primogenitura. Além desta decisão, que era a fulcral, acrescentava mais algumas benemerências. Contemplava com benemerências testamentárias outros membros da família do agora administrador do seu morgadio, uma irmã de Beatriz, Maria da Fé, freira em S. Gonçalo e um irmão, Manuel Baião²², seu amigo. Além deles o seu criado Pedro Teixeira, o que anunciou a sua morte ao Juiz Ordinário da Câmara de Angra, a sua criada grave, Inês Vieira e algumas peças de roupa a amigos e por fim, ao futuro bispo, porque se vivia então em sede vacante, como lutuosa o seu «capello de bordado sarrado de tafetá que custou quatorze mil reis», a melhor peça que tinha. Ficava a intenção, por a Sé de Angra, devido a circunstâncias políticas relacionadas com a Restauração, estaria por quase quarenta anos sem bispo²³.

A abertura do testamento, passados escassos dias destas decisões, quando morreu o cónego Luís de Almeida, a 16 de Novembro, deve ter causado espanto, admiração e inveja na cidade de Angra pois foi suficiente para que o cronista Frei Diogo das Chagas, Padre Mestre dos Franciscanos, registasse este acontecimento no seu *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, uma das mais autorizadas crónicas da historiografia açoriana.

Diz o cronista: «O Morgado que instituiu o Cónego Luis d'Almeida e deixou ao ditto Andre Fernandez, e sua molher Beatriz Merens, para que ella o nomeasse por sua morte em hum dos seus filhos qual quisesse, com clausula, que todo que nelle sucedesse seria Luis, e que visto ter ella já todos os filhos sem esperança de poder ter outros (...) e ella tinha um filhoso mais moço de idade de 7 para 8 annos, que se chamava André e logo lhe deu o sobrenome de André Luis, e nelle nomeou o morgado, que he dos bons da ilha...»²⁴.

O agora André Luís era um homem de sorte, porque destinado primeiro a viver de alimentos, como filho segundo, recebeu um morgadio que lhe modificaria o destino e logo de seguida, pelas vicissitudes da vida, veio a concentrar em duas mãos os vínculos das famílias Meireles, Baião e Fonseca acrescentados ao de Luís de Almeida e tornou-se assim num dos mais ricos morgados da Terceira. O nosso cónego, lá no

²² Idem, título *Meireles*, vol. V, p. 743 e 744.

²³ Cónego PEREIRA, ob. cit., p. 95 e seg.

²⁴ Frei Diogo das CHAGAS – *Espelho Cristalino*.... 2ª ed. Ponta Delgada: Ed. da Universidade dos Açores, 2007, p. 422.

«assento etéreo» onde subira, certamente sorria de prazer. Hesitara na sucessão, mas acertara em cheio.

ANEXOS

ANEXO I – BENS DE RAIZ TRANSFORMADOS EM MORGADIO E CAPELA PELO TESTAMENTO DE 21-II-1636

Propriedades urbanas	Localização	Propriedades rústicas	Localização	Rendimento anual
Moradas de casas	Rua Direita (Sé)			Uso próprio
Granel com seu quintal com uma casa de telha e forno	Rua da Praça à ermida de São João (Sé)			Uso próprio
Casas	Rua do Pau-São (Santa Luzia)			Foro de 450 réis
Casas	Rua do Pau-São (Santa Luzia)			Foro de 250 réis
Pardieiros	Rua do Pau-São (Santa Luzia)			Foro de 8 vinténs
Duas covas	Alto das Covas (Sé)			Uso próprio
Capela	Catedral			
		Um moio e meio de terra	Santa Bárbara das Nove Ribeiras	7 moios e 20 alqueires de trigo posto na cidade
		Um moio de terra	Cinco Ribeiras	5 moios de trigo e 12 galinhas posto na cidade
		Meio moio de terra	Cinco Ribeiras	2 moios e meio de trigo posto na cidade
		Um moio e um quarteiro	Atalaia	5 moios de trigo posto na cidade
		Um pedaço de terra	Santo Amaro	1 moio e meio de trigo posto na cidade
		Meio moio de terra	Atalaia	1 moio e meio de trigo e 6 frangos postos na cidade
		Um moio de terra e casas de telha	Agualva	5 moios de trigo (4 e meio posto na cidade e meio moio no local)
		Quarenta alqueires de terra	Serra de Santiago-Praia	1 moio e 50 alqueires de trigo

ANEXO II – IMPOSIÇÕES SOBRE O MORGADIO INSCRITAS NO TESTAMENTO

Missa quotidiana na sua capela da Sé	18 mil réis anuais
3 missas de Natal	1 cruzado
1 missa cantada no dia de São Luís rei de França	não especifica a esmola
1 missa cantada no dia de Santa Isabel de Portugal	não especifica a esmola
1 missa cantada no dia de N. ^a Sr. ^a da Conceição	não especifica a esmola
Manutenção, paramentos e decoração da capela da Sé	
Juntar a terça parte da sua terça a esta fazenda	
Aos capitulares da Sé por guardarem este testamento	1 cruzado anual
Ao provedor dos resíduos por fazer o testamento	5 tostões cada ano
A Maria da Fé, freira em São Gonçalo	4 mil réis anuais enquanto viver
A Manuel Baião	10 cruzados anuais enquanto viver e dois de trigo por uma vez

BIBLIOGRAFIA

- CHAGAS, Frei Diogo (2007) – *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*. 2ª ed. Ponta Delgada: Ed. da Universidade dos Açores.
- DRUMOND, Francisco Ferreira (1980) – *Anais da Ilha Terceira*. 2ª ed. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura, 4 vols.
- LEITE, José Guilherme Reis (2006) – *Memória Histórica da Irmandade de São Pedro Ad Vincula*. Angra do Heroísmo: Ed. da Irmandade.
- MALDONADO, Manuel Luís (1989) – *Fenix Angrence*. Angra do Heroísmo: Ed. do Instituto Histórico da Ilha Terceira, 3 vols.
- MENDES, António e FORJAZ, Jorge (2004) – *Genealogias da Ilha Terceira*. Lisboa: Ed. Dislivro História, 9 vols.
- MERELIM, Pedro de (1974) – *As 19 Paróquias de Angra*. Angra do Heroísmo: Ed. do autor.
- PEREIRA, Cónego, José Augusto (1950) – *A Diocese de Angra na História dos seus Prelados*. Angra do Heroísmo: Ed. Livraria Andrade, 2 vols.
- RELAÇÃO das coisas que aconteceram na cidade de Angra, ilha Terceira, depois que se perdeu El-Rei D. Sebastião em África (1982). In *Arquivo dos Açores*. 2ª ed. Ponta Delgada: Ed. da Universidade dos Açores.

FAMÍLIA E TRANSMISSÃO DE CARGOS NO SANTO OFÍCIO: O MEIRINHO DA INQUISIÇÃO DE ÉVORA

BRUNO LOPES*

INTRODUÇÃO

Miguel de Aires Lobo de Carvalho do Vale, natural de Arraiolos e nomeado ouvidor geral da comarca de Sergipe, no Brasil, fez habilitação de limpeza de sangue para familiar do Santo Ofício, em 1753. Através desse processo, conseguimos estabelecer a sua genealogia, o que conduziu a nossa investigação ao conhecimento da transmissão da propriedade do ofício de meirinho da Inquisição de Évora. Miguel do Vale não era possuidor desse cargo, mas utilizou a sua existência em membros da sua ascendência para legitimar a sua petição ao Conselho Geral do Santo Ofício para familiar¹.

Na realidade, esta pista permitiu desvendar de que forma este ofício se manteve na parentela entre 1596 e 1703 e de que modo tal percurso foi posteriormente capitalizado pelos descendentes.

Com este texto pretende estudar-se: 1) as funções do meirinho; 2) as modalidades de transmissão deste ofício (dote/herança/doação); 3) o peso do mesmo no contexto

* Bruno Lopes, licenciado em História – Ramo de Património Cultural, pela Universidade de Évora (2008). É aluno de mestrado na mesma instituição, preparando a dissertação com o título: «Da investigação à valorização do património histórico local: comissários e familiares do Santo Ofício em Arraiolos nos séculos XVII e XVIII». É bolseiro de investigação científica do projecto: (FCOMP-01-0124-FEDER-007360) *Inquirir da Honra: comissários do Santo Ofício e das Ordens Militares em Portugal (1570-1773)*, em cujo âmbito se desenvolve este texto. Membro colaborador do Centro Interdisciplinar de História Culturas e Sociedades da Universidade de Évora. bruno-lobes85@hotmail.com.

¹ A propósito dos trâmites seguidos para a obtenção de cargos no Santo Ofício, veja-se o trabalho recentemente publicado de Nelson Vaquinhas – *Da comunicação ao sistema de informação: O Santo Ofício e o Algarve (1700-1750)*.

das oportunidades desta parentela; 4) contribuir para esclarecer como se gera a ideia da patrimonialização de ofícios na Inquisição.

1. O OFÍCIO DE MEIRINHO DO SANTO OFÍCIO

Segundo os Regimentos da Inquisição Portuguesa (1552, 1613 e 1640)², o meirinho do Santo Ofício deveria ter os mesmos requisitos básicos dos demais ministros e oficiais da Instituição: ser de limpo sangue, não ter familiaridade com pessoas suspeitas, nem com pessoas que trouxessem negócios com o Santo Ofício.

As funções principais do meirinho situavam-se no pelouro da segurança e execução da justiça, com implicações no protocolo e aparato cerimonial dos tribunais e respectivos agentes. Deveria fazer-se acompanhar por homens³ que, em circunstância alguma, poderia tomar sem aprovação do Santo Ofício. Pela manhã e pela tarde, deveria ir buscar os inquisidores e acompanhá-los até à Casa do Despacho, aguardar que terminassem as suas tarefas, e fazê-los retornar a casa. Era, também, sua obrigação acompanhá-los em todas as ocasiões que se mostrassem em público⁴. Devia cuidar para que nenhum indivíduo externo entrasse armado nas casas da Inquisição⁵. A partir de 1640⁶, passou a assistir na sala da Inquisição, assim como no auto público da fé e demais ocorrências em modo de tribunal. No auto da fé assistiria no altar das abjurações e ordenaria – pelo rol que lhe fora previamente distribuído – que os presos estivessem nos locais devidos para ouvirem as sentenças. Trataria de os colocar na postura adequada e era sua obrigação tirar-lhes os hábitos, quando a sentença a isso ordenasse, e caso se tratasse dos relaxados, entregá-los à justiça secular. Deveria, ainda, à entrada, conduzir os deputados até à porta da saleta e, à saída, levá-los até às escadas. Na cidade, quando portador da vara, não podia acompanhar qualquer outra pessoa. Sempre que lhe fosse ordenado pelos inquisidores, deveria acompanhar os advogados que assistiam os presos, cuidando para que o diálogo se circunscrevesse apenas à sua defesa. Caso notasse algo anómalo, deveria imediatamente comunicá-lo à Mesa. Na sala do Santo Ofício zelaria pela compostura e pelas cortesias a cumprir para com os ministros, quando estes entrassem e saíssem da sala, o que, de certo modo, lhe conferia, também, funções de mestre-cerimónias.

² Publ. José Eduardo Franco; Paulo de Assunção (D. L. 2004) – *As metamorfoses de um polvo: religião e política nos Regimentos da Inquisição Portuguesa (séc. XVI-XIX)*. Lisboa: Prefácio.

³ A Inquisição de Évora possuía um livro específico para tomar os autos de juramento dos cargos menores da Inquisição, nomeadamente os homens do meirinho, guardas dos cárceres, cirurgiões, parteiras, lavadeiras e cristaleiras (ANTT, *Inquisição de Évora*, Livro 152).

⁴ Regimento de 1552: Cap. 95, § 1.

⁵ *Ibidem*.

⁶ Regimento de 1640, L^o I, Tít. XIII, § 2, 2a, 3, 4, 13.

Para poder prender alguém, o meirinho tinha de ser possuidor de um mandado assinado pelos inquisidores⁷, e deveria – à letra dos estatutos – fazer as prisões com recato, tratando com toda a honestidade os presos⁸ e com honestidade e decência as mulheres⁹. Ao prender os indivíduos, deveria cuidar para que trouxessem consigo cama, roupa, dinheiro¹⁰ – até 20.000 réis, ou o que pudessem¹¹ – e alimentos. Não consentiria que se falasse com os presos nem se lhes dessem avisos, e teria particular atenção para que fossem levados para a Inquisição apartados, sobretudo os que fossem parentes¹². Se necessário, poderia recorrer ao auxílio de algum familiar ou outras pessoas de confiança do Santo Ofício¹³. Executada a prisão, deveria contactar o juiz do fisco, ou outro oficial, para que se fizesse inventário dos bens e tomaria as chaves da casa do preso. Cumprida esta diligência pelo juiz do fisco, pedir-lhe-ia cama, roupa de uso e dinheiro para o preso; na falta de inventário, daria ao Santo Ofício a respectiva certidão. Chegando ao Tribunal entregaria o preso e os pertences ao alcaide e ao notário; o dinheiro era colocado à guarda do tesoureiro. Depois de entregar o preso daria conta à Mesa de todo o processo¹⁴.

Quando fosse necessário deslocar-se para algum local onde não houvesse Inquisição e não pudesse tornar a casa à noite, receberia por cada dia 200 réis, pagos das despesas da Inquisição (isto segundo o regimento de 1552)¹⁵. A partir de 1613, receberia 400 réis por cada dia de jornada, dinheiro pago à custa das partes e que, apenas no caso de serem pobres, se pagaria do dinheiro das despesas da Inquisição¹⁶. O Regimento de 1640 é omissivo em relação a pagamentos de deslocações fora da cidade, possivelmente porque a jurisdição de actuação do meirinho passou a ser exclusivamente do núcleo urbano e arrabaldes, não precisando, por isso, de se ausentar. Por esta altura, com a rede de comissários e familiares montada, as prisões fora das cidades onde estavam sedeados os tribunais distritais da Inquisição, eram quase só da competência destes últimos agentes¹⁷.

Anteriormente analisámos os requisitos para se ser meirinho do Santo Ofício e quais as funções a ele adstritas. Vejamos agora o que nos dizem os Regimentos sobre

⁷ Regimento de 1552: Cap. 96, § 1.

⁸ *Ibidem*.

⁹ Regimento de 1640: L^o I, Tít. XIII, § 8a.

¹⁰ Regimento de 1552: Cap. 98, § 1.

¹¹ Regimento de 1613: Tít. IX, Cap. IV.

¹² *Ibidem*.

¹³ Regimento de 1640: L^o I, Tít. XIII, § 7.

¹⁴ *Ibidem*, §§ 9, 10, 11, 12.

¹⁵ Cap. 97, § 1.

¹⁶ Tít. IX, Cap. III.

¹⁷ L^o I, Tít. XXI, § 4.

os homens do meirinho. Os Regimentos de 1552 e 1613 referem que o meirinho traria consigo homens, sem serem mais exactos; o de 1640 refere o número de três¹⁸.

O Regimento de 1613 inclui um título¹⁹ exclusivo para os homens do meirinho e indica que eles eram pelo meirinho apresentados. Estando aptos para servir o cargo, era-lhes dado juramento. Cada homem do meirinho tinha como função estar à porta da Inquisição e controlar as entradas – impedindo-a a embuçados –, e os desacatos nas proximidades. Ninguém podia entrar na Inquisição, a menos que tivesse negócios a tratar com os oficiais; se levasse armas, era obrigado a deixá-las na entrada. Deviam avisar os inquisidores de tudo o que sucedesse e lhes parecesse mal. Fariam as diligências que lhes fossem incumbidas pelos inquisidores, que não implicassem sair da cidade. No entanto, aqueles não podiam servir-se deles a título pessoal.

O Regimento de 1640 também possui título²⁰ próprio para os homens do meirinho, mas, no essencial, mantém as funções anteriores. Aponta que seria necessário estar sempre um homem do meirinho à porta da Inquisição. Para que pudesse dar fé de todas as pessoas que circulavam no pátio, iluminá-lo-ia com uma lâmpada de azeite; não consentiria que no pátio houvesse pessoas suspeitas e estaria informado de todas as pretensões de quem nele circulasse. Era ainda da sua responsabilidade dar os pregões das audiências nas causas dos privilegiados. Quando fossem fora da cidade fazer algumas diligências, receberiam dois tostões, mas na cidade e arrabaldes não recebiam qualquer salário. Havendo desacato nas escadas ou pátio da Inquisição, logo o comunicaria ao meirinho, para que ele pudesse agir. Este último ordenaria aos seus homens que, enquanto estivesse aberto o Tribunal, não saíssem do pátio (para serem localizados com facilidade) e não os devia ocupar em seu serviço, durante esse período. Para o servir, a Inquisição dava-lhe o salário de outro. Ou seja, dos três homens que lhe estavam ordenados, um deles – para o qual recebia ordenado – era para seu acompanhamento particular. Quando vagasse algum lugar dos seus homens, indicaria aos inquisidores pessoa apta para o ocupar; sendo esta por eles aprovada, recebia juramento na Mesa, sem que fosse necessária provisão do Conselho Geral. Os homens do meirinho poderiam ser despedidos pelo meirinho, mas não sem que os inquisidores examinassem as razões justificativas. Se algum dos homens cometesse alguma falta digna de castigo, logo deveria comunicá-lo à Mesa para que fosse punido convenientemente, sendo que o meirinho não o podia fazer por si só.

Para além das funções consagradas nos Regimentos da Inquisição, a análise das habilitações do Santo Ofício parece revelar que os homens do meirinho muitas vezes notificavam as testemunhas para serem ouvidas no Tribunal, e transportavam os

¹⁸ L^o I, Tít. XIII, § 5.

¹⁹ Tít. XVI.

²⁰ L^o I, Tít. XIX.

livros de assentos paroquiais, das igrejas até ao edifício do tribunal, a fim de serem passadas as certidões de baptismo, casamento e óbito dos habilitandos e suas famílias²¹. Estamos em crer que, quando aparece referência «aos homens da vara», esta se reporte aos homens da vara do meirinho.

2. TRANSMISSÃO PATRIMONIAL DO OFÍCIO DE MEIRINHO

António Pereira, o primeiro meirinho deste enredo, nasceu na vila de Botão, Coimbra, cerca de 1561²², era filho de António Simões do Souto e de Isabel Luís. Em 1596²³ era morador em Lisboa e mestre-sala²⁴ de D. António de Matos de Noronha, bispo de Elvas. Um dia após este tomar posse como inquisidor-geral²⁵, foi por ele nomeado para ocupar o cargo de meirinho da Inquisição de Évora, por provisão de 9 de Agosto de 1596²⁶ (juraria a 22 do mesmo mês e ano)²⁷. Desta forma, o inquisidor-geral optava por gente da sua rede clientelar para colocar nos postos vagos da sua nova instituição. A reforçar esta ideia, foi o próprio inquisidor-mor quem assinou as diligências de limpeza de sangue e geração de António Pereira²⁸, o que não correspondia à prática corrente.

A partir daí, António Pereira passou a residir em Évora, tornando-se irmão da Misericórdia²⁹. Em 1619, era morador na Rua de Alconchel³⁰. Como ordenado do seu cargo teria 60.000 réis anuais, pagos em quartéis como era prática costumada na Inquisição. A estes acresciam 20.000 réis para um dos quatro homens que lhe estavam ordenados para seu acompanhamento particular, e mais 10.000 réis anuais para aluguer de casas, visto a Inquisição de Évora não ter moradas em condições para alojar os seus oficiais, como usufruíam as de Coimbra e Lisboa. Em 1600, recebeu um aditamento ao ordenado de 10.000 réis, por mandado do inquisidor-geral, justificado

²¹ Veja-se o seguinte exemplo, datado de 1741: «Notificação as testemunhas os homens da vara do meirinho; e forão buscar, e levar os livros dos bautizados da freguesia da Sé por 3 vezes». ANTT, *Habilitações do Santo Ofício, António*, Mç. 92, doc. 1721, fl. 24v.

²² ANTT, *Habilitações do Santo Ofício, António*, Mç. 2, doc. 68, fl. 1.

²³ *Ibidem*.

²⁴ ANTT, *Inquisição de Évora*, L^o 146, fl. 205v.

²⁵ Tomou posse como inquisidor-geral em 8 de Agosto de 1596. FARINHA, Maria do Carmo Jasmim Dias (1990) – *Os Arquivos da Inquisição*. Lisboa: ANTT, p. 301.

²⁶ ANTT, *Inquisição de Évora*, L^o 146, fl. 205v.

²⁷ *Ibidem*, f. 206.

²⁸ ANTT, *Habilitações do Santo Ofício, António*, Mç. 2, doc. 68, fl. 17.

²⁹ ANTT, *Inquisição de Évora, Autos cíveis*, Mç. 1100, doc. 11 435, fl. 111.

³⁰ ADE, *Testamentos de Évora*, cx. 1, proc. 90.

pela carestia que se fazia sentir³¹. Em 1614, obteve novo acrescento de 20.000 réis e, em 1617, passou a receber mais 3000 réis a somar aos 20.000 réis que recebia para os homens do meirinho, devido à alta de preços. Ou seja, ao todo, obtinha 123.000 réis anuais³². Note-se que era ele quem pagava a todos os seus homens e não a Inquisição.

António Pereira casou com Beatriz do Soveral cerca de 1597 e faleceu em Évora em 1619 (foi sepultado junto do altar de São José, na igreja da Misericórdia)³³. Com a sua morte, a Inquisição de Évora fez mercê de 30.000 réis anuais de tença à sua mulher Beatriz do Soveral, que os receberia enquanto seu filho, António Pereira do Souto, não servisse o cargo do pai³⁴. Percebemos, assim, que a Inquisição também era vista como elemento potenciador de rendimento para as viúvas, que assim manteriam o nível social obtido. Do citado casamento nasceram quatro filhos³⁵: Isabel Pereira do Souto³⁶ – filha mais velha –, António Pereira do Souto – sucessor de seu pai no cargo de meirinho –, Maria Ferraz do Souto³⁷ e Manuel Pereira do Souto³⁸, ausente na Índia em 1650³⁹.

Vejamos agora os homens do meirinho António Pereira.

Figura 1 – Homens do meirinho António Pereira

Nome	Data de juramento	Cônjuge	Morada
Baltasar Fernandes	22 de Novembro de 1597	Isabel Gonçalves	Évora, Rua da Tâmara
Manuel Dias	15 de Julho de 1600	Cambria Marques	Évora
António Fernandes	24 de Julho de 1607	Joana Fernandes	Évora
Domingos Pires	18 de Janeiro de 1610	Catarina Cordeira	Évora
Domingos Fernandes	10 de Outubro de 1611	–	Évora

³¹ Este aditamento ao ordenado anual não foi exclusivo do meirinho, pois também o receberam o alcaide dos cárceres, dois solicitadores e o porteiro, todos da Inquisição de Évora. ANTT, *Inquisição de Évora*, Lº 153, fl. 58-58v.

³² *Ibidem*, fl. 50, 53, 67a, 69a, 84v.

³³ ADE, *Testamentos de Évora*, cx. 1, proc. 90; cx. 6, proc. 40.

³⁴ ANTT, *Inquisição de Évora*, Lº 153, fl. 73v.

³⁵ ANTT, *Inquisição de Évora, Autos cíveis*, Mç. 1100, doc. 11 435, fl. 3.

³⁶ Nascimento cerca de 1598. Casou com Luís Perdigão em 11 de Novembro de 1627, e este era falecido em 1656. *Ibidem*, fl. 111.

³⁷ Nascimento cerca de 1602. Casou com Manuel Coelho da Silva cerca de 1631. *Ibidem*.

³⁸ Nascimento cerca de 1604. *Ibidem*.

³⁹ *Ibidem*.

António Fernandes	18 de Abril de 1613	Joana Fernandes	Évora
Domingos Fernandes	16 de Novembro de 1616	Catarina Rodrigues	Évora

Fonte: ANTT, *Inquisição de Évora*, Livro 152.

Os dados que possuímos sobre os homens do meirinho são parciais, na medida em que não sabemos quais os indivíduos que desempenhariam funções em simultâneo – já que António Pereira teria no máximo quatro homens para seu acompanhamento. De todos os homens referidos na Fig. 1, sabemos apenas que António Fernandes é indigitado no cargo uma segunda vez, após a morte de Manuel Dias. Desconhecemos os contornos em que todos os outros deixaram de exercer o cargo e em que altura o fizeram, e se o nome de Domingos Fernandes, que nos aparece repetido, seria do mesmo indivíduo.

Para tentarmos compreender a importância do meirinho, no contexto dos oficiais e ministros da Inquisição de Évora, socorremo-nos dos dados sobre as parcelas fixas dos ordenados respectivos. Vejamos na tabela seguinte os dados apurados:

Figura 2 – Parcela fixa do ordenado dos ministros e oficiais da Inquisição de Évora entre 1590 e 1599

Cargo	Parcela fixa do ordenado (em réis)	Índice
Inquisidor	120.000	100
Deputado	80.000	67
Meirinho	60.000	50
Solicitador	40.000	33
Médico	12.000	10
Cirurgião	4.000	3

Fonte: ANTT, *Inquisição de Évora*, Livro 153.

A análise da Fig. 2 permite-nos compreender que o cargo com ordenado mais elevado era o de inquisidor, logo seguido do de deputado e depois do de meirinho. O meirinho recebia 50 por cento do valor do ordenado do inquisidor; auferindo, todavia, mais 20.000 réis para um dos seus homens, muito possivelmente o que o acompanhava. Os 60.000 réis que recebia o meirinho da Inquisição de Évora era um valor igual ao auferido pelo oficial do tribunal conimbricense⁴⁰. Quando comparamos o ordenado de meirinho com o de escrivão da visita das naus – que era de 10.000 réis,

⁴⁰ ANTT, *Inquisição de Coimbra*, L^o 252, fl. 125v-127.

em 1588⁴¹ –, percebemos que o meirinho recebia seis vezes mais, portanto tinha um ordenado bastante superior. Em 1605, o mesmo ofício de visitador das naus tinha de ordenado 25.000 réis⁴², valor também inferior ao do ordenado do meirinho. Mesmo tendo de pagar aos seus homens, esta hierarquia é reveladora da importância do posto em análise.

Com o falecimento de António Pereira, em 1619, António Pereira do Souto ainda não tinha idade para poder exercer o cargo. Assim, entre 1620 e 1621, até ele atingir a idade adequada, o lugar foi ocupado, como serventuário, primeiramente, pelo solicitador da Inquisição Ambrósio Duarte⁴³, e depois por outro solicitador, Bartolomeu de Pina⁴⁴. Esclareça-se que também Bartolomeu de Pina recebera o ofício de solicitador por dote de sua mulher Bernarda da Costa, filha de Francisco Fernandes, solicitador da Inquisição de Évora⁴⁵. Em Maio de 1620, obteve provisão como serventuário no cargo de meirinho, no qual prestou juramento aos 11 dias do mesmo mês e ano⁴⁶. A prática da utilização de serventuários era bastante comum. Quem assim servia estes lugares, não tinha posse plena do cargo, nem dos seus réditos, apenas o ocupavam durante um período de transição.

António Pereira do Souto nasceu cerca de 1600, em Évora⁴⁷, onde era morador em 1621⁴⁸. Seu pai, possuidor de alvará de lembrança para nomear um seu filho como seu sucessor no referido cargo⁴⁹, indigitou António Pereira do Souto. Não se sabe, contudo, em que documento o fez. No testamento não o foi. É seguro que o descendente recebeu provisão do Conselho Geral a 30 de Janeiro de 1621 e prestou juramento onze dias depois⁵⁰. Tinha como ordenado 100.000 réis anuais, mas enquanto sua mãe fosse viva deveria entregar-lhe a quantia de 20.000 réis/ano, para seu sustento. Recebia ainda 23.000 réis para um homem do meirinho, para seu acom-

⁴¹ ANTT, *Inquisição de Lisboa*, L^o 104, fl. 58-58v.

⁴² *Ibidem*, fl. 105-105v.

⁴³ Nasceu cerca de 1560 em Lisboa e a partir de 1590 era morador em Évora. Foi familiar do Santo Ofício (1590), alcaide dos cárceres da Inquisição de Évora (1603) e solicitador (1607). Em 14 de Março de 1619 recebeu provisão para a serventia do ofício de meirinho, prestando juramento a 26 do mesmo mês. ANTT, *Inquisição de Évora*, L^o 146, f. 183v-184, 233v, 240v-241v; ANTT, *Inquisição de Évora*, L^o 147, fl. 34v-35; ANTT, *Habilitações do Santo Ofício, Ambrósio*, Mç. 1, doc. 1.

⁴⁴ Nasceu cerca de 1567 em Évora e em 1607 era morador no Chão das Covas, na mesma cidade. Terá recebido provisão para o cargo de solicitador em 9 de Fevereiro de 1607, jurando no derradeiro dia deste mês e ano. ANTT, *Inquisição de Évora*, L^o 146, fl. 239v-240; ANTT, *Habilitações do Santo Ofício, Bartolomeu*, Mç. 1, doc. 8, fl. 1.

⁴⁵ ANTT, *Inquisição de Évora*, L^o 146, fl. 239v.

⁴⁶ *Ibidem*, L^o 147, fl. 52v-53.

⁴⁷ ANTT, *Habilitações do Santo Ofício, Francisco*, Mç. 7, doc. 272

⁴⁸ ANTT, *Habilitações do Santo Ofício, António*, Mç. 12, doc. 437, fl. 51-52v.

⁴⁹ ANTT, *Inquisição de Évora*, L^o 147, fl. 65v.

⁵⁰ *Ibidem*, fl. 66v.

panhamento particular. A partir de 1623, manteria, ainda, os 10.000 réis anuais para aluguer de casas em Évora, à semelhança do que acontecera com seu pai⁵¹. Celebrou casamento com Mécia da Silveira em 17 de Agosto de 1626 e manteve-se a viver em casa de sua mãe com a esposa e suas irmãs. Este facto originou fortes dissidências familiares, levando à sua saída do agregado em Dezembro de 1627, para residir em casa própria⁵². Sabemos que, em 1643, era morador na Rua das Fontes, em Évora⁵³, e era possuidor de um escravo chamado Francisco⁵⁴, um dos melhores trabalhadores de vinhas da cidade. Era, também, detentor de um morgadio, que lhe rendia entre 10 e 12 moios de trigo anuais, e que passou para sua irmã, Isabel Pereira do Souto, quando esta casou, em 1627⁵⁵. Com a morte da progenitora, em 1651, fez petição ao Conselho Geral para que lhe fosse atribuída a totalidade do ordenado de meirinho (incluía os 20.000 réis de tença de sua mãe)⁵⁶. Desconhecemos a data da morte deste meirinho, mas terá sido posterior a 1661⁵⁷.

Analisemos os homens do meirinho António Pereira do Souto.

Figura 3 – Homens do meirinho António Pereira do Souto

Nome	Data de juramento	Cônjuge	Morada
Domingos Fernandes	5 de Setembro de 1622	Beatriz Fernandes	Vila Viçosa
André Rodrigues Lucas	6 de Abril de 1623	–	Évora
António Gonçalves	13 de Outubro de 1629	Beatriz Gonçalves	Évora
Gaspar Francisco Ribeiro	12 de Novembro de 1632	–	Évora
Cristóvão Figueira	15 de Janeiro de 1637	–	Évora
Manuel Gonçalves	29 de Agosto de 1641	–	Évora
Francisco Rodrigues	1 de Julho de 1651	–	Évora
Bartolomeu Pires	1 de Julho de 1657	–	Évora
Lourenço Barreto	30 de Dezembro de 1653	Clara Rodrigues	Évora
Jerónimo Rodrigues	21 de Agosto de 1658	–	Évora

Fonte: ANTT, *Inquisição de Évora*, Livro 152.

⁵¹ ANTT, *Inquisição de Évora*, L^o 153, fl. 80v, 84v.

⁵² ANTT, *Inquisição de Évora*, *Autos cíveis*, Mç. 1100, doc. 11435, fl. 51.

⁵³ *Ibidem*, fl. 3.

⁵⁴ *Ibidem*, fl. 3v.

⁵⁵ *Ibidem*, fl. 112v.

⁵⁶ ANTT, *Inquisição de Évora*, L^o 153, fl. 80av.

⁵⁷ Neste ano, António Pereira do Souto foi testemunha na habilitação de limpeza de sangue de António Rodrigues Galego. ANTT, *Habilitações do Santo Ofício, António*, Mç. 12, doc. 437, fl. 51-52v.

Através da Fig. 3, ficamos a conhecer dez homens do meirinho António Pereira do Souto. As questões apontadas para os homens de seu pai mantêm-se. Sabemos, apenas, que Manuel Gonçalves foi despedido do lugar em Junho de 1651.

De seguida, vejamos novamente os ordenados dos ministros e oficiais.

Figura 4 – Parcela fixa dos ordenados dos ministros e oficiais da Inquisição de Évora entre 1617 e 1626

Cargo	Parcelas dos ordenados (em réis)	Índice
Inquisidor	200.000	100
Meirinho	100.000	50
Promotor	80.000	40
Deputado	80.000	40
	40.000	20
Notário	80.000	40
	72.000	36
Solicitador	50.000	25
Porteiro	54.000	27
	50.000	25
Médico	20.000	10

Fonte: ANTT, *Inquisição de Évora*, Livro 153.

Ao analisarmos os dados contidos na Fig. 4, verificamos que houve um aumento dos ordenados de alguns ministros e oficiais, mas manteve-se o coeficiente de 50 entre o salário do meirinho e o do inquisidor. Aliás, todos os meirinhos que sucedem a António Pereira do Souto irão manter este ordenado, que continuará a ser nominalmente o segundo mais alto da Inquisição de Évora. Ressalve-se, porém, uma particularidade: enquanto os inquisidores complementavam o seu soldo com propinas, não há a certeza do mesmo relativamente aos meirinhos.

António Pereira deu início à patrimonialização do cargo de meirinho da Inquisição de Évora. Na realidade, este foi sendo transmitido paulatinamente numa mesma família durante mais de um século. O cargo era sempre legado por via masculina, e quando esta era interrompida pela ausência de filhos varões, recorria-se à figura do dote. Desta forma, as filhas tinham vantagens no mercado matrimonial e o ofício ia parar ao cônjuge. De preferência, era a primogénita a contemplada. Esta forma de transmissão dos cargos não era exclusiva do meirinho, sendo transversal a outros cargos do Santo Ofício, como o de solicitador, o de despenseiro, o de alcaide dos cárceres e o de porteiro da Mesa. Conhece-se, ainda, um caso de venalidade: André Vidigal, em 1737, fez petição ao Conselho Geral para comprar o ofício de contínuo

do tribunal de Évora, que era propriedade de João Limpo Pimentel⁵⁸. Desconhecemos o desfecho deste negócio, porém é certo que na Inquisição também havia venalidade de ofícios, na medida em que o despacho do Conselho Geral à petição de André Vidigal foi favorável. Se a venda da propriedade de ofícios não fosse uma prática aceite pela Inquisição, o despacho não teria sido positivo.

António Pereira do Souto fez petição ao Conselho Geral do Santo Ofício, em 1658, que por ordem do inquisidor-geral «foi servido mandar-lhe passar o alvara que apresenta para que em vida, ou por morte pudesse nomear em hum de seus filhos; E ele suplicante nomeia a sua filha Maria da Silveira [do Souto] e para casar com ela, á João Rodrigues Tenreiro», porque ele «he mui capas para servir o dito ofício [meirinho], e elle suplicante esta incapas de servir por seus muitos achaques, e aver passante de trinta e oito annos que serve o dito ofício com satisfassão»⁵⁹. Posteriormente, o Conselho Geral solicitou-lhe que passasse declaração em como não tinha filho varão, o que ele fez, declarando que apenas tinha duas filhas, e nomeou a primogénita – Maria da Silveira do Souto –, dando-lhe como dote o cargo de meirinho, para quem com ela casasse.

João Rodrigues Tenreiro, filho de Manuel Vaz Tenreiro e Margarida Segurada de Oliveira, foi baptizado em Mourão a 17 de Agosto de 1637, e era descendente de uma família nobre, pelo menos do lado paterno, que vivia abastadamente e servia os cargos honrosos daquela vila. Após ter sido indicado por António Pereira do Souto para casar com sua filha, foi submetido ao processo de apuramento da limpeza de sangue em 1658, e imediatamente foi celebrado o seu casamento, a 26 de Outubro, recebendo posteriormente a provisão de meirinho – a 31 de Janeiro de 1659⁶⁰. Teria de ordenado 100.000 réis anuais mais 23.000 réis para um homem do meirinho, para seu particular acompanhamento, e ainda 10.000 réis de direito de aposentadoria, como já vinha dos seus antecessores no cargo, sem tirar nem pôr⁶¹. Desconhecemos os seus homens do meirinho. Faleceu a 18 de Dezembro de 1664⁶², deixando duas filhas menores: Catarina e Josefa. Não tinha filho varão, pelo que o cargo passaria por dote para quem casasse com a filha mais velha, neste caso Catarina. Com a sua morte, Maria da Silveira do Souto, ficou a receber tença de 65.000 réis⁶³.

⁵⁸ «Dis Andre Vidigal natural e morador da cidade de Evora que ele esta ajustado com João Limpo Pimentel proprietario do officio de contenuo da Inquisicam da mesma cidade a compra do mesmo officio e porque a não pode celebrar sem que Vossa Eminencia o admita». ANTT: *Habilitações Incompletas*, doc. 150, fl. 1.

⁵⁹ ANTT, *Habilitações do Santo Ofício, João*, Mç. 7, doc. 253. Desconhecemos o dia em que prestou juramento.

⁶⁰ *Ibidem*.

⁶¹ ANTT, *Inquisição de Évora*, L^o 153, fl. 139-139v.

⁶² *Ibidem*, fl. 147v.

⁶³ *Ibidem*.

Sendo as duas filhas menores, foi necessário um serventuário no cargo. Foi escolhido o solicitador da Inquisição de Évora Manuel de Barros Portocarreiro⁶⁴, que, em 1665, e por esse efeito⁶⁵, passou a auferir 23.000 réis anuais⁶⁶, valor igual ao que o meirinho recebia para um dos seus homens. Um montante muito baixo. Manteve-se no cargo até 1677 e, acumulava os dois postos: meirinho e solicitador.

Figura 5 – Homens do meirinho (serventuário) Manuel de Barros Portocarreiro

Nome	Data de juramento	Cônjuge	Morada
Francisco Soares	31 de Janeiro de 1665	-	Évora
Francisco Rodrigues	26 de Janeiro de 1666	-	-
António Dias	19 de Julho de 1670	Ana da Cruz	-
Manuel Pereira	9 de Maio de 1673	-	Évora
Manuel da Costa	8 de Novembro de 1673	-	-

Fonte: ANTT, *Inquisição de Évora*, Livro 152.

A filha primogénita de João Rodrigues Tenreiro, Catarina, morreu em criança, cerca de 1666. Por isso, passou para a segunda filha, Josefa, o dote constituído pelo cargo de meirinho⁶⁷. Por seu pai ser já falecido, foi ela mesma quem fez petição ao Conselho Geral para casar com José Rodrigues Galego Tenreiro, alegando que «foi Vossa Eminência servido fazer-lhe mercê da propriedade do dito officio para que a pessoa que com ela casase o podesse servir sendo habilitado»⁶⁸.

Noutros cargos da Inquisição era igualmente habitual a transmissão ser feita por via feminina, transitando o cargo para quem a desposasse. Tomemos como exemplo, e para reforçar a nossa teoria, o despenseiro da Inquisição de Évora. Manuel Martins

⁶⁴ Nasceu em Évora cerca de 1625 e em 1651 era morador na mesma cidade. No mesmo ano, a 28 do mês de Janeiro, recebeu provisão de solicitador. ANTT, *Habilitações do Santo Officio, Manuel*, Mç. 11, doc. 328.

⁶⁵ ANTT, *Inquisição de Évora*, L^o 153, fl. 146v.

⁶⁶ *Ibidem*.

⁶⁷ «[...] Fazemos saber aos que este nosso Alvará virem, que havendo nos feito mercê, da propriedade do officio de Meyrinho da Inquisição de Evora, à Catherina filha que ficou de João Rodrigues Tenreiro, ultimo, e immediato proprietario do ditto officio, em consideração do bem que o havia servido, é de lhe ser dado em dote por Antonio Pereira seu sogro, que o servira mais de quarenta annos, faleção da vida presente a ditta Catherina, sem chegar à idade, capaz de tomar estado, e por ficar ao dito seu pay outra filha posthuma, por nome Josepha, movidos nos agora das mesmas considerações. Havemos por bem de lhe fazer outro sy mercê da propriedade do mesmo officio de Meyrinho da dita Inquisição de Evora para a pessoa que com ela cazar, a quem mandamos passar provisão em forma [...]». ANTT, *Habilitações do Santo Officio, Miguel*, Mç. 14, doc. 229, fl. 6.

⁶⁸ ANTT, *Habilitações do Santo Officio, José*, Mç. 4, doc. 63, fl. 3.

Marrecas terá nascido cerca de 1620, em Évora⁶⁹, e recebeu mercê deste ofício⁷⁰. Com a sua morte cerca de 1687, a propriedade do cargo passou para a filha Isabel Nogueira que o transmitiu a António Coelho de Mira⁷¹, ficando proprietário do ofício de despenseiro⁷². Assim, neste particular, os cargos menores da Inquisição em nada se diferenciavam dos de outras instituições da Coroa ou afins, onde também se praticava a patrimonialização e até a venda entre particulares.

José Rodrigues Galego Tenreiro era filho de António Rodrigues Galego, e foi baptizado na freguesia de São Mamede, Évora, a 16 de Junho de 1653⁷³. Seu pai era familiar do Santo Ofício⁷⁴, o que favorecia fortemente a autorização, por parte do Conselho Geral, para a concretização do casamento. Nota-se aqui uma procura de patamares sociais semelhantes. Em 1677, era morador na herdade da Fonte Boa⁷⁵, freguesia de São Bento do Mato, termo de Evoramonte.

De todos os meirinhos alvo da nossa análise, este foi o único cuja formação académica se conhece: andou nas classes de Latim da Universidade de Évora, onde aprendeu princípios de gramática⁷⁶. A 29 de Setembro de 1677 foi aprovado pelo Conselho Geral para poder casar com Josefa⁷⁷. Recebeu provisão de meirinho a 18 de Outubro de 1677 e prestou juramento no cargo a 30 de Dezembro seguinte⁷⁸. Ao nível do ordenado, mantinha a prática anterior: 100.000 réis anuais para si e mais 23.000 réis também anuais para um homem para seu particular acompanhamento⁷⁹. Faleceu em 1698⁸⁰.

⁶⁹ *Ibidem*, João, Mç. 53, doc. 1015.

⁷⁰ Recebeu provisão a 25 de Fevereiro de 1683 e jurou a 12 de Março do mesmo ano. ANTT, *Inquisição de Évora*, L^o 148, fl. 135v-136.

⁷¹ ANTT, *Habilitações do Santo Ofício, António*, Mç. 25, doc. 700.

⁷² Recebeu provisão a 14 de Janeiro de 1688 e jurou a 26 do mesmo mês e ano. ANTT, *Inquisição de Évora*, L^o 148, fl. 215-215v.

⁷³ ANTT, *Habilitações do Santo Ofício, José*, Mç. 4, doc. 63, fl. 19.

⁷⁴ *Ibidem*, António, Mç. 12, doc. 437.

⁷⁵ *Ibidem*, José, Mç. 4, doc. 63, fl. 14.

⁷⁶ *Ibidem*, fl. 12.

⁷⁷ *Ibidem*, fl. 18.

⁷⁸ ANTT, *Inquisição de Évora*, L^o 148, fl. 86-86v.s L147, 65v-66v 20 000 ré

⁷⁹ *Ibidem*, L^o 153, fl. 166.

⁸⁰ ANTT, *Habilitações do Santo Ofício, Jorge*, Mç. 2, doc. 54, fl. 2.

Figura 6 – Homens do meirinho José Rodrigues Galego Tenreiro

Nome	Data de juramento	Cônjuge	Morada
João Rodrigues	27 de Julho de 1682	–	Évora
Agostinho da Costa	23 de Março de 1683	Catarina Coelho	Évora
Sebastião Pereira	2 de Julho de 1688	Margarida Rodrigues	–

Fonte: ANTT, *Inquisição de Évora*, Livro 152.

Do casamento de José Rodrigues Galego Tenreiro com Josefa Maria Lobo Tenreira nasceram dois filhos: Laurência Margarida Lobo e Jorge Tenreiro Souto Maior, ambos baptizados na freguesia de São Mamede, em Évora, em 23 de Janeiro de 1679⁸¹ e em 6 de Maio de 1682⁸², respectivamente. Laurência era filha primogénita, mas não lhe foi dada em dote a propriedade do cargo de meirinho. Havendo um filho varão, Jorge, este foi privilegiado em detrimento da primogénita.

Jorge Tenreiro Souto Maior⁸³, solteiro, era morador em Évora em 1699⁸⁴. Recebeu provisão do cargo de meirinho a 23 de Abril do mesmo ano⁸⁵, prestando juramento a 13 de Maio seguinte⁸⁶. É de realçar que, nessa altura, era ainda menor de idade – tinha 17 anos. Continuava com o mesmo ordenado do seu pai e os seus antecessores: 100.000 réis anuais pagos aos quartéis e mais 23.000 réis anuais para um homem⁸⁷. No entanto, só se manteve no cargo até 1703, pois a 17 de Fevereiro desse mesmo ano foi condenado à pena capital e banido por sentença do Tribunal da Relação de Lisboa, por ter cometido o homicídio de Brás de Mira⁸⁸. Deste processo nada se sabe. Faleceu em data posterior a 1713⁸⁹.

⁸¹ ANTT, *Habilitações do Santo Ofício, Miguel*, Mç. 14, doc. 229, fl. 8.

⁸² *Ibidem*, fl. 17.

⁸³ «Diz Jorge Tenreyro Souto Maior, orfão que ficou de Jozeph Roiz Gallego, e de Jozepha Maria Tenreira, morador na cidade de Evora, de dezasete annos de ydade, que o dito seu pay he falecido de prezente, e servia de meirinho da Emquizição do Santo Officio da dita cidade, de que era proprietario como consta da provizão que offrece, e servio vinte e hum annos, com toda a inteireza e satisfação, do qual officio forão proprietarios, e o servirão João Roiz Tenreiro, avô materno delle suplicante, e Antonio Pereira Souto mayor, seu bizavô pella mesma via, e não ficarão mais filhos do ditto seu pay, de que huã irmã, e ainda donzella que tem dezanove annos, e ser ele suplicante de boa vida, e custumes, procedimento e juízo». ANTT, *Habilitações do Santo Ofício, Jorge*, Mç. 2, doc. 54.

⁸⁴ ANTT, *Habilitações do Santo Ofício, Miguel*, Mç. 14, doc. 229, fl. 16.

⁸⁵ ANTT, *Inquisição de Évora*, L^o 148, fl. 350v.

⁸⁶ *Ibidem*, fl. 351.

⁸⁷ *Ibidem*, L^o 153, fl. 188.

⁸⁸ ANTT, *Inquisição de Évora*, L^o 148, fl. 412v.

⁸⁹ ANTT, *Habilitações do Santo Ofício, Miguel*, Mç. 14, doc. 229, fl. 3.

Figura 7 – Homens do meirinho Jorge Tenreiro Souto Maior

Nome	Data de juramento	Cônjuge	Morada
Manuel Rosado	23 de Junho de 1701	–	Évora

Fonte: ANTT, *Inquisição de Évora*, Livro 152.

Logo em 1703, foi escolhido para ocupar o cargo António de Mendanha Benevides, criado do inquisidor-geral, familiar do Santo Ofício e porteiro da Inquisição de Lisboa, que recebeu provisão para o cargo em 1 de Março de 1703⁹⁰. A acumulação de cargos sugere a nomeação de pessoas para estes lugares das redes clientelares dos inquisidores-mores, como já tinha acontecido com António Pereira, em 1596, mestre-sala do inquisidor-geral. António de Mendanha Benevides não tinha nenhum elo de parentesco com a família que foi alvo de análise da nossa investigação. Houve, assim, uma mudança radical.

Laurência Margarida Lobo era casada com Luís de Aires de Carvalho do Vale e ambos pais de Miguel de Aires Lobo de Carvalho do Vale, que utilizou a existência deste cargo na sua família para capitalizar a sua entrada no Santo Ofício, e cuja habilitação de limpeza de sangue e geração permitiu iniciar este périplo pela transmissão do cargo de meirinho da Inquisição de Évora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

António Pereira recebeu do inquisidor-geral o cargo de meirinho da Inquisição de Évora. Obteve-o como mercê, mas o ofício acabaria por ser legado dentro da mesma parentela, durante 107 anos; paulatinamente foi-se transformando em propriedade destas gerações. No entanto, as «sucessões» nunca eram automáticas. Exigiam a anuência do inquisidor-geral, que para isso recebia uma petição da parte interessada.

Outro aspecto que gostaríamos de realçar é o da mobilidade geográfica dos indivíduos. António Pereira era natural da região de Coimbra, morador em Lisboa e foi nomeado para um cargo em Évora. João Rodrigues Galego Tenreiro era oriundo de Mourão. Ambos são deslocados da sua região de origem para se fixarem na cidade de Évora a troco do cargo de meirinho. Este facto é indicador da importância deste ofício, e que ainda tinha a vantagem simbólica de pertencer a um tribunal do Santo Ofício, numa sociedade que valorizava a pureza do sangue e a Inquisição.

Os membros da parentela estudada ocupavam um cargo que lhes conferia alguma relevância social. Através dele inserir-se-iam no patamar intermédio da sociedade eborense. Tal pode comprovar-se através da instituição de um morgadio, pelo facto

⁹⁰ ANTT, *Inquisição de Évora*, L^o 148, fl. 412v.

de pelo menos um deles ser irmão da Misericórdia e, ainda, pelos recursos que revelavam possuir em diversa documentação. Ser meirinho era também ter homens a seu cargo, sendo que um deles o acompanhava particularmente. Este último aspecto não seria despreciando.

FONTES

Arquivo Distrital de Évora (ADE)

– *Testamentos*

- Caixa 1, processo 90.
- Caixa 6, processo 40.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

– *Habilitações do Santo Ofício*

- *António*, Mç. 2, doc. 68.
- *António*, Mç. 12, doc. 437.
- *António*, Mç. 92, doc. 1721.
- *Bartolomeu*, Mç. 1, doc. 8.
- *Francisco*, Mç. 7, doc. 272.
- *João*, Mç. 7, doc. 253.
- *João*, Mç. 53, doc. 1015.
- *Jorge*, Mç. 2, doc. 54.
- *José*, Mç. 4, doc. 63.
- *Manuel*, Mç. 11, doc. 328.
- *Miguel*, Mç. 14, doc. 229.

– *Inquisição de Coimbra*

- Livro 252 – Termos de provisão e juramento dos ministros e oficiais do tribunal.

– *Inquisição de Évora*

– *Autos cíveis*, Mç. 1100, doc. 11 435.

- Livro 146 – Termos de provisão e juramento dos ministros e oficiais do tribunal.
- Livro 147 – Termos de provisão e juramento dos ministros e oficiais do tribunal.
- Livro 148 – Termos de provisão e juramento dos ministros e oficiais do tribunal.
- Livro 152 – Termos de juramento dos oficiais menores do tribunal.
- Livro 153 – Provisões de ordenado dos ministros e oficiais do tribunal.

– *Inquisição de Lisboa*

- Livro 104 – Termos de provisão e juramento dos ministros e oficiais do tribunal.

BIBLIOGRAFIA

- COELHO, António Borges (2002) – *Inquisição de Évora*. Lisboa: Caminho
- FARINHA, Maria do Carmo Jasmim Dias (1990) – *Os Arquivos da Inquisição*. Lisboa: ANTT.
- FRANCO, José Eduardo; ASSUNÇÃO, Paulo de (D. L. 2004) – *As metamorfoses de um polvo: religião e política nos Regimentos da Inquisição Portuguesa (séc. XVI-XIX)*. Lisboa: Prefácio.
- VAQUINHAS, Nelson (2010) – *Da comunicação ao sistema de informação: o Santo Ofício e o Algarve (1700-1750)*. Lisboa: Edições Colibri; CIDEHUS-UE.

FAMÍLIA, RELAÇÕES SOCIAIS,
MARGINALIZAÇÃO
E MECANISMOS DE CONTROLO
NO NOROESTE ESPANHOL

CONTROL SOCIAL Y ENDOGAMIA FAMILIAR DURANTE EL ANTIGUO REGIMEN: EL MODELO DE LA COMUNIDAD MARAGATA EN EL MARCO DE LA CORONA DE CASTILLA*

LAUREANO M. RUBIO PÉREZ**

I. MARCO ESTRUCTURAL, ESPACIO VITAL Y BASES ECONÓMICAS COMO PUNTO DE PARTIDA

A partir del proceso repoblador alto medieval de las tierras de Astorga, posteriormente denominadas como Maragatería, se configuró un sistema de poblamiento constituido por un conjunto de comunidades de aldea cuya población media apenas superaba el centenar de habitantes. Pese a ello, las posibilidades ofrecidas por el medio físico y por la tierra eran mas bien escasas, especialmente cuando en las postrimerías del siglo XV se pone de manifiesto el crecimiento económico y demográfico de la Corona de Castilla. En este contexto estas pequeñas comunidades campesinas se vieron forzadas a buscar alternativas económicas más allá de su tierra y éstas llegaron pronto, amén de su posición geográfica peninsular, de la mano de cuatro elementos o factores fundamentales: el fuerte desarrollo de los monasterios del Cister por el noroeste peninsular; el impulso dado por los reyes leoneses en la Alta Edad Media al Camino de Santiago, camino francés; el papel de la Corte y su sede en Madrid y el desarrollo urbano castellano como dinamizador de la actividad industrial y comercial que a la vez que impulsaba y demandaba los intercambios, favorecía el despegue de

* El presente trabajo se ha desarrollado en el marco de un proyecto de investigación que, bajo el título *Cultura popular y mentalidades colectivas en la Provincia de León durante la Edad Moderna*, ha sido financiado por la Diputación Provincial de León, 2009-2011.

** Universidad de León. laureano.rubio@unileon.es.

regiones que como la gallega podían aportar importantes productos de consumo como el pescado.

Sobre estas bases y desde estos condicionantes estructurales y coyunturales, una parte de los vecinos de estas comunidades, que en conjunto alcanzó al 30% de la comarca y al 80% de las unidades familiares en el caso de una docena de lugares mayoritariamente con presencia arriera, pusieron en marcha un sistema productivo que, sin renunciar a sus bases agrarias, fue introduciendo de forma temporal y posteriormente de forma cotidiana la actividad arriera y comercial como medio vital prioritario del conjunto social, posteriormente denominado como arriero y maragato en clara diferencia con los artesanos y labradores. La propia dinámica económica y social de los territorios de la Corona de Castilla a partir de la crisis del siglo XVII va a condicionar y a consolidar un modelo productivo maragato que cada vez más, ya desde el siglo XVI, se asienta sobre dos pilares: el agrario y el arriero-comercial, en tanto en cuanto va a ser la propia actividad comercial al por menor y al por mayor lo que va a diferenciar y a marcar la estructura social con respecto al conjunto social y a la propia comunidad maragata. Los niveles patrimoniales reflejados por los inventarios ponen claramente de manifiesto que la estructura social maragata viene marcada por la capacidad y los niveles de negocio que permitieron a una docena de familias autodefinirse como comerciantes, sin renunciar a su condición de arrieros de mercancías ajenas, y titulares de explotaciones agrarias que de alguna forma justificaba la constante inversión de capital comercial en tierra.

Bienes raíces y capital comercial no sólo distinguían al maragato del conjunto social que le rodea, sino también servía de referente dentro del propio grupo a la hora de fijar la elite maragata en torno a una docena de apellidos o familias. Siguiendo las pautas de comportamiento de la nobleza y de las elites urbanas, estas familias no dudaron a partir del siglo XVII en aprovechar los cauces legales que permitían desviar el dominante reparto igualitario de la herencia con el fin de fundar mayorazgos. La vinculación, dentro del tercio y del quinto, de aquellos bienes raíces que, como la casa, constituían la mejor referencia de la familia, se presentaba como el mejor instrumento para mantener a la familia y al apellido en la posición de elite social, garantizar la perpetuación del patrimonio acumulado y mantener las posibilidades de emparentarse con el resto de la elite social.

Niveles patrimoniales de la burguesía maragata en función de sus inventarios. Siglo XVII

Intervalo de Valores en Reales	N.º de Inventarios	%
Menos de 25.000 reales	28	17
De 25.001 a 50.0000	81	49,7
De 50.001 a 100.000	38	23,3
De 100.001 a 500.000	13	8
De 500.000 a 1.000.000	3	2
TOTAL	163	100

Fuente: Archivo Diocesano de Astorga (ADA), *Libros parroquiales: matrimonios*. Parroquias: Castrillo, Rabanal, Santa Colomba y Santiagomillas.

Así pues, en el siglo XVIII quedaba configurada definitivamente la comunidad maragata con la creación del gremio de Arrieros Maragatos que incluía a una parte de los arrieros con capacidad para comerciar con su capital y disponer de recuas suficientes (más de diez machos por recua) con la que realizar los servicios ajenos, entre los que se encuentran los servicios militares y fiscales a la Corona. A partir de estos condicionantes impuestos tanto por la capacidad arriera, como por el capital comercial, la sociedad maragata quedó configurada en tres grupos: los pequeños arrieros de recua al servicio de los demás; los medianos arrieros que trajinan y a la vez comercian al por mayor y los grandes y acomodados vinculados tanto a la actividad arriera, como a la comercial al por mayor. En ese 10% de ricas familias o unidades productivas maragatas, autodenominadas en el siglo XVIII como comerciantes, el que de alguna forma marca las directrices que conformarán la base cultural y mental de los maragatos frente al resto de grupos rurales con los que conviven. Como buenos conocedores del mundo urbano y de las elites sociales con las que mantienen relaciones comerciales, los comerciantes maragatos tienden a imitar algunas de sus prácticas y elementos de distinción social como la casa o al arco de medio punto de piedra que la preside. De la misma forma siguen las directrices de la hidalguía y nobleza a la hora de buscar en la creación de vínculos y mayorazgos la garantía de perpetuación familiar y social, aunque en este caso sea a costa de utilizar determinados bienes raíces, como la casa, en la mejora del hijo mayor a través del quinto de libre disposición o el tercio de mejora¹.

¹ PEREZ, 2004: 143; SAAVEDRA, 2009: 205.

II. EL MATRIMONIO: ASUNTO FAMILIAR, ASUNTO SOCIAL. ESTRATEGIAS, ENDOGAMIAS Y EL PESO DEL APELLIDO

Tanto la reconstrucción de familias como la elaboración de los árboles genealógicos correspondientes a los linajes arrieros maragatos más sobresalientes ponen e manifiesto la importancia que tiene la institución familiar tanto desde la perspectiva de la organización social, como desde su consideración como unidad básica de producción y consumo, al establecerse en torno a ella la mayor parte de unas relaciones sociales que van más allá del marco familiar y afectan a lo más profundo de la propia sociedad en la que se asientan. De estas relaciones depende en buena medida la perpetuación social y la continuidad del sistema económico que la sustenta.

Desde hace algún tiempo los historiadores han enfatizado en la importancia de la familia en sus diferentes estructuras y sistemas de formación y desarrollo en el contexto demográfico y económico de las sociedades preindustriales, así como en la necesaria vinculación de ésta tanto de los marcos estructurales, como del propio dinamismo coyuntural². Si bien resulta harto difícil poder aislar a la familia desde su configuración como célula social del contexto estructural, espacial y temporal en el que se desarrolla, no lo es menos el hecho de no tener presente a la hora de abordar esa problemática socio-económica desde la base estructural o la propia estructura familiar toda una serie de parámetros o factores que, inherentes a la propia sociedad y al sistema, juegan un destacado papel tanto en el propio desarrollo de la familia, como en los diferentes grupos que forman la sociedad. Así, el propio contexto social, profesional y económico, y los códigos y normas que vinculan a cada sociedad o los propios «roles» socio-culturales tienen una notable incidencia, especialmente marcada en el caso maragato, en los comportamientos familiares de estas familias arrieras ante la vida y la muerte, ante la propia estructura familiar o ante las formas y mecanismos que regulan las transmisiones materiales, culturales o profesionales, a la vez que garantizan la perpetuación y el reconocimiento social del linaje.

Intentaremos, pues, desde el marco comparativo de la bibliografía sobre la familia y desde la documentación notarial y parroquial adentrarnos en la familia maragata, en su problemática y en sus comportamientos y manifestaciones, desde la óptica de sus propios actos y de sus determinaciones ante los miembros que la componen y ante la propia sociedad en la convicción de que la familia es algo vivo, como una célula que se forma, crece y se desarrolla hasta sembrar las bases de su auto-reproducción. Además, hay que tener muy presente que la familia como centro del sistema social ha de ser considerada desde el contexto social, económico e incluso político en el que se desarrolla, ya que en él se asientan y justifican pautas fundamentales de

² SAAVEDRA, 2008: 772-776.

comportamiento como la transmisión del patrimonio familiar, que en no pocos casos, sobre todo en las sociedades campesinas, condicionaba la organización familiar y la formación de nuevos hogares³. Tanto la legislación, y en este caso la presencia de un férreo derecho consuetudinario recogido en el ordenamiento concejil, como las estructuras socio-económicas, condicionaron claramente la formación de los hogares maragatos y su propia tipología nuclear⁴.

1. Fundamentos ideológico-culturales de la familia maragata durante la E. Moderna.

En no pocas ocasiones la historiografía ha enfatizado sobre los problemas que rodean los diferentes comportamientos de la familia campesina y en general de la familia de Antiguo Régimen. Dentro de ese conjunto de problemas y factores, los de carácter económico, tanto relacionados con el acceso a los medios de producción, como los directamente conectados a la riqueza o a la disposición de capital, parecen dirigir los destinos de la familia como célula social y unidad de producción, llegándose incluso a establecer marcos o condicionantes férreos que limitan y dirigen en una u otra dirección el desarrollo familiar⁵. Sin negar la hegemonía o importancia de los condicionantes o factores de carácter económico, conviene también tener presente que estas sociedades tradicionales, cuya organización familiar se halla inmersa en sistemas organizativos concejiles en los que se asienta el régimen de participación comunitaria y colectivista, estuvieron sometidas a unas pautas de comportamiento cultural que jugaron un destacado papel en muchas de las actividades y actitudes colectivas manifestadas por la familia arriera maragata. Se hace necesaria, pues, la presencia de estos postulados culturales y mentales que van desde la inserción de la familia en un sistema político local determinado, hasta la adopción de normas consuetudinarias o tradiciones. Durante generaciones estas marcas socioculturales se habían manifestado como válidas para auto-desarrollarse y para marcar los rasgos diferenciales o de grupo frente a los otros grupos campesinos o artesanos que conviven con los maragatos en un mismo espacio físico y vital. Sólo desde esta premisa se pueden valorar en su justa medida y comprender muchas de las actitudes manifestadas por los maragatos, tanto aquellas relacionadas con la dimensión familiar, fuertemente marcada en el caso de los ricos linajes por el apellido, como la fidelidad

³ GARCIA, 2000: 123.

⁴ RUBIO, 1993, 70

⁵ El nivel actual de estudios sobre la familia europea y española nos permite establecer modelos diferenciales en los que parece existir una clara relación entre las posibilidades de acceso al matrimonio o el desarrollo de una determinada tipología familiar y la posesión de medios de producción o de un capital sobre el que se cimienta la futura unidad familiar. DUPAQUIER, 1979.

manifestada por el conjunto del grupo a unos principios y a una actividad productiva que les diferencia y les distingue.

Dentro de lo que puede ser el ámbito sociológico de la familia maragata cuatro son los marcos de referencia que la diferencian y que sitúan su comportamiento en la esfera cultural o mental: el papel de la mujer en el seno de la familia y de la unidad de producción agraria; el apellido, linaje y las relaciones de parentesco; la familia es la familia y los negocios son los negocios y, por último, el carácter tradicional, cerrado y reservado del maragato producto en buena medida de las exigencias de un duro y arriesgado oficio. Como se ve todos estos marcos guardan relación y emanan de la especial vinculación de este grupo social con la actividad arriero-comercial, desde sus profundas raíces agrarias y desde su importante vinculación a la tierra y al sector agrario. En efecto, uno de los aspectos que más sorprendió a los viajeros extranjeros de paso por estas tierras en los siglos XVIII y XIX fue el papel de la mujer maragata en el seno de la familia, lo que la acercaba a una especie de forzoso matriarcado temporal, motivado por las frecuentes y largas ausencias del marido del hogar y la escasa vinculación de éste a la explotación campesina que en buena parte de los casos era un componente importante de la unidad de producción familiar⁶.

Así pues, el papel de la mujer maragata va más allá de la mera reproducción y perpetuación de la familia y en esa forma es considerada por esa igualdad con el varón a la hora de acceder a la herencia familiar e incluso de perpetuar la casa paterna cuando no existe una situación especial a favor del varón mediante la fundación de un vínculo o mayorazgo. Cuando en 1774 Berardino Botas, hijo de una rica familia maragata, de paso por Oviedo es reclamado por la Justicia de la ciudad, declara no poder acceder a las pretensiones de matrimonio que bajo coacción manifiesta María Fernández «por no ser la dicha María de la robustez e inclinación ni versada para el manejo de la labranza, arriería y trafico en que me ejercito al uso del pueblo de mi naturaleza y patria...»⁷, está poniendo de manifiesto toda una escala de valores culturales que, sin duda, van a condicionar el régimen demográfico y el sistema familiar

⁶ En 1774 W. Dalrymple atraviesa las tierras maragatas y escribe: «... las mujeres realizan en el campo todas las tareas de la labranza mientras que los hombres trabajan como arrieros desde esta región hasta Galicia a través de las montañas para lo que mantienen muchos cientos de caballos, pues aquí termina el camino de carruajes que viene de Madrid. Se encuentran en situación próspera ya que son muy emprendedores, sin embargo creen que deben vivir pobremente...». Años después R. Ford escribe sobre su paso por maragatería que «las mujeres nunca se alejan de sus casas y al contrario que sus poco domésticos maridos llevan la trabajosa vida de las antiguas mujeres ibéricas y se las ve atareadas en los campos desde mucho antes de salir el sol hasta bastante después de ponerse. resulta bien penoso contemplarlas esclavizadas en ocupaciones tan poco femeninas...». CASADO & CARREIRA, 1984.

⁷ AHPL, *Protocolos notariales*, caj. 10553.

maragato. Tanto el escaso celibato, como las prácticas endogámicas profesionales⁸ o familiares y, sobre todo, el precoz acceso de la mujer al estado matrimonial están relacionados no sólo con esas costumbres o tradición consuetudinaria, sino con la necesidad de buscar una esposa que reúna una serie de condiciones entre las que destaca la juventud y la fortaleza, indispensables ambas tanto para engendrar un importante número de hijos, como para dirigir y tomar bajo su responsabilidad la casa, la familia y la unidad productiva agraria⁹.

A su vez, desde esa especial vinculación al oficio y a la profesión y desde la corresponsabilidad impuesta por una especie de matriarcado temporal se establece un sistema de relaciones sociales internas dentro del grupo maragato que potencian desde la desigual posición frente a los medios de producción la aparición de una especie de patriarcado cuyos efectos á directos favorecen el desarrollo y la reproducción de una serie de linajes y apellidos que sin modificar las relaciones y pautas culturales del conjunto del grupo se constituyen en oligarquías y dirigen las sucesivas relaciones de parentesco desde la vinculación matrimonial y desde la interdependencia profesional o las relaciones de producción.

Aunque existe un claro predominio del sistema de residencia neolocal en sintonía con otras comunidades rurales¹⁰, la constante presencia de relaciones socio-económicas basadas en el parentesco, tanto en el apoyo de los tráficos, como en las manifestaciones familiares de solidaridad como grupo¹¹, parece ser una constante entre los arrieros maragatos, tal como recogen los viajeros al referirse a su actividad arriera. No obstante, la atenta lectura de la documentación notarial emanada de sus relaciones socio-económicas pone de manifiesto la clara separación entre las relaciones familiares ligadas a la sangre y a los sentimientos y el capital procedente de los negocios como principal sostén de la unidad productiva familiar. La especial vinculación del cabeza de familia a la unidad arriera paterna, así como el nivel de independencia con recompensa incluida a partir del «apartamiento» cumplidos los 25 años, generan, amén de un carácter individualista y negociador, unas importantes cotas de independencia económica que vinculan y condicionan directamente a la nueva unidad familiar. La quiebra económica de algunos miembros de los clanes

⁸ CASADO & CARREIRA, 1984: 194. «Los maragatos tienen la costumbre de casarse exclusivamente entre ellos y por esta razón están muy relacionados unos con otros. Cordero es una especie de patriarca y al parecer tiene tantos parientes como un jefe de un cal escocés...».

⁹ RUBIO, 1995: 88.

¹⁰ ¿?????

¹¹ Viaje de R. Ford, *opus cit.* «... Si uno los necesita no hay más que preguntar si algunos maragatos van en esa dirección y cualquiera de ellos le informará, porque forman una tribu muy unida y saben unos el paradero de los otros y no se ocultan sus cosas. Unos habrán ido a Madrisi, otros a Galicia, otros a Vizcaya, tal vez otros a Aragón o Andalucía y de esa manera uno puede tomar sus medidas».

familiares maragatos más destacados como Juan Calvo (1724) o Domingo Nieto, a finales del siglo XVIII, no fueron evitadas por los ricos hacendados del clan familiar que se limitaron a reclamar, como el resto de los acreedores, las deudas contraídas para con ellos. Por otra parte, la frecuente conflictividad familiar entre Salvadores, Botas, Nieto, etc., por las herencias, y en especial por los vínculos de mayorazgo poco claros en cuanto a la línea sucesoria, parecen reflejarse de antemano en los propios testamentos de los principales linajes maragatos. Sus encausados, conocedores de la realidad, no sólo introducen frecuentemente codicillos, sino que no dudan en modificar el testamento cuando aprecian la más mínima desviación por parte de sus hijos de sus directrices y de su propia voluntad¹². Esto puede justificar el que estemos ante testamentos precisos y concisos en los que el testador parece dejar todo previamente concretado y establecido en un intento de premiar las fidelidades y evitar los posteriores enfrentamientos familiares posteriores¹³.

Por último, cabe destacar que para una mejor comprensión de la mentalidad maragata, así como de sus pautas culturales y actitudes diferenciales ante la vida, hay que tener presente el arraigado carácter tradicional de unas comunidades que como los antepasados siempre tuvieron presentes las condiciones adversas en las que hubieron de reproducirse ante las limitaciones del medio físico. La constante presencia de manifestaciones vitales, en buena medida superadas ya en otros ámbitos

¹² Cuando José Nieto modifica en 1783 su primer testamento fechado en 1769 y aparta del mayorazgo por él fundado a sus hijos Domingo y Martín, llamando a su nieto José, hijo del primero, no sólo está reflejando su disc. *Viajeros por León, opus cit.*, p. 194. «Los maragatos tienen la costumbre de casarse exclusivamente entre ellos y por esta razón están muy relacionados unos con otros. Cordero es una especie de patriarca y al parecer tiene tantos parientes como un jefe de un cal escocés...».

Viaje de R. Ford, *opus cit.* «... Si uno los necesita no hay más que preguntar si algunos maragatos van en esa dirección y cualquiera de ellos le informará, porque forman una tribu muy unida y saben unos el paradero de los otros y no se ocultan sus cosas. Unos habrán ido a Madrid, otros a Galicia, otros a Vizcaya, tal vez otros a Aragón o Andalucía y de esa manera uno puede tomar sus medidas».

Cuando José Nieto modifica en 1783 su primer testamento fechado en 1769 y aparta del mayorazgo por él fundado a sus hijos Domingo y Martín, conformidad con las actuaciones de éstos al casarse el primero sin su consentimiento y al no tomar los hábitos el segundo, sino que pone de manifiesto la capacidad que tiene el jefe del clan familiar para decidir quien va a ser el que perpetúe el linaje. AHPL, Caj.10558.

¹³ Son muchos los ejemplos que ofrece la documentación notarial referentes a enfrentamientos familiares emanados de los repartos de herencias y de deudas económicas, lo que indica que pese a las especiales relaciones de parentesco y de grupo, los maragatos en asunto de dinero y negocios tenían un marcado instinto de defensa de su patrimonio y de sus intereses económicos, superpuestos por encima de los lazos de sangre. Así, en 1749 M.^a Botas, viuda de Toribio Salvadores, pleitea con sus consuegros José Alonso Y Lucía manzanal por los derechos de compra de una linar cuando ese mismo año el citado José había dado en dote a su nuera, hija de la citada M.^a Botas, un número importante de tierras al casar con su hijo José (AHPL Caj. 10159). A su vez, la muerte de Fabian Salvadores Botas y el posterior reparto del gran patrimonio acumulado enfrenta a sus dos hijos clérigos con M.^a Botas, viuda y cuñada de ambos. AHPL, Caj. 10159.

sociales, produjo una fuerte impresión en los viajeros extranjeros sorprendidos por la fidelidad de los maragatos, más allá de sus niveles de riqueza y posición social, a unos principios, a unas normas consuetudinarias que vinculan al conjunto de la comunidad¹⁴. Esto hace que aspectos importantes como la fuerte endogamia profesional no se deba relacionar tanto con estrategias puntuales o coyunturales, cuanto al respeto de una norma y de una tradición que se había manifestado durante siglos como muy eficaz para la auto-reproducción del grupo o clan. Parece existir, pues, un código fuertemente arraigado y desarrollado durante siglos por la sociedad maragata vinculado a su especial actividad productiva y negociante, a su vinculación a la tierra en buena medida como grupo de poder y a las limitaciones primarias que forzaron a sus antepasados a subsistir y desarrollarse en el seno de unas comunidades rurales regidas por un sistema concejil al que, pese a destacar como grupo, hubieron de acomodarse hasta el siglo XIX. Esto le infringió ese carácter reservado y fiel cumplidor de los compromisos adquiridos que rodea su vida y que tomó forma en la estructura de sus hogares o casas arrieras. Solamente desde esta dimensión y desde la comprensión de estos marcos socio-culturales enraizados en la tradición y en las normas consuetudinarias se puede entender la mentalidad maragata y desde ella acceder a los comportamientos individuales, familiares y sociales. Es, pues, desde esta posición de partida desde donde parece más factible la combinación de los factores económico, sociales y culturales y desde ella la explicación a buena parte de los comportamientos manifestados por los principales parámetros demográficos y por las estructuras familiares. Tradicionalismo y fidelidad a las directrices de los «patriarcas» y del propio grupo pueden, incluso, superar a las presiones de carácter coyuntural o económico a la hora de justificar determinados comportamientos estables y las escasas modificaciones en la larga duración.

¹⁴ . Desde R. Ford que les compara a los judíos y a los gitanos pues, «viven sólo entre su propia gente conservando sus costumbres y vestidos primogénitos sin contraer matrimonio jamás fuera de la tribu, hasta W. Dalrymple en 1774, aprecian este carácter cultural y socio-diferencial de los maragatos: se ligan por ciertas reglas de las que nunca se apartan; que se casan entre ellos y si alguno adopta otra vestimenta o viola las costumbres ancestrales se le expulsa de la comunidad. Así como su atuendo es distinto del de los demás habitantes del reino lo mismo son sus costumbres... Cuando una joven está comprometida o se le permite hablar con ningún hombre, excepto su pretendiente, hasta que se celebre la boda, so pena de pagar cierta multa que consiste en una cantidad de vino... después del matrimonio ninguna mujer se peina, lo que es una costumbre muy sucia...». *Opus cit.*, p.191.

2. El matrimonio: un importante asunto de familia con incidencia en el conjunto social

Cuando el demógrafo inglés R. Rowland afirma que la nupcialidad es la «variable menos natural de todas las que definen un sistema demográfico»¹⁵ está haciendo clara referencia a esa doble condición de la nupcialidad impuesta por su especial vinculación al desarrollo demográfico (causa-efecto) y por su total inserción en el marco de las directrices sociales y de las relaciones de producción que mantienen los grupos que forman las comunidades y las sociedades antiguas y modernas.

Desde estos nuevos posicionamientos la nupcialidad se convierte en la variable clave en el desarrollo demográfico, social y económico de las poblaciones de Antiguo Régimen y de forma especial de la población maragata que nos ocupa. Quizás por los especiales condicionantes que rodean a esta región leonesa de Maragatería, por sus limitaciones y por las estructuras sociales, la nupcialidad juega aquí un importante papel que va más allá del propio desarrollo demográfico limitado y afecta directamente a las posibilidades de auto-reproducción de los diferentes conjuntos sociales, especialmente de los maragatos. Ello no supone perder de vista el papel de las altas tasas de mortalidad, especialmente de mortalidad infantil, que desde fuera actuaba como un importante mecanismo regulador bien conocido por la propia sociedad y al que parece responder en función de sus posibilidades, sobre todo en el caso maragato, con las altas tasas de fecundidad para lo que era necesario el establecimiento de un matrimonio precoz por parte de la mujer¹⁶. Hay, pues, que tener en cuenta a la hora de estudiar los comportamientos demográficos de estas sociedades que eran plenamente conscientes de sus limitaciones demográficas y de las limitaciones de los medios que les rodean, de ahí que las respuestas desde las diferencias y peculiaridades, en buena medida impuestas por las bases estructurales sobre las que se apoyan, vendrán propiciadas por la presencia de todo un conjunto de mecanismos reguladores asentados en la unidad familiar y en el contexto social.

Así pues, tanto nupcialidad como acceso al matrimonio han de valorarse en su justa medida como importantes factores condicionantes del desarrollo demográfico y de las unidades familiares. El acceso al matrimonio y la formación de nuevas unidades u hogares incide no sólo en el individuo y en la familia a la que pertenece, sino en la comunidad y en la sociedad de la que forman parte. El mejor ejemplo de que es una cuestión que afecta a la comunidad queda reflejado en el derecho consuetudinario leonés y en las correspondientes ordenanzas relacionadas con las bodas y con los forasteros, ya que la presencia de una nueva unidad familiar va a modificar

¹⁵ . ROWLAND (1988), p.72.

¹⁶ RUBIO (1998), p.201. La edad media de acceso al matrimonio por parte de la mujer maragata se sitúa en los 20 años, siendo mayoritario el tramo de edad entre los 18 y 21 años.

las relaciones internas, el acceso a los limitados recursos comunales y a romper el necesario equilibrio recursos-población. La capacidad de autogestión de las comunidades leonesas y maragatas a través del sistema concejil viene a completar y servir de marco a la capacidad que tanto el hombre como las familias maragatas ponen de manifiesto en asuntos tan vitales como el matrimonio de sus descendientes. En este contexto, el matrimonio dirigido y pactado se convertía en el instrumento que de alguna forma facilitaba el cierre social y familiar. Esto tuvo un doble efecto, pues a la vez que reforzaba los lazos profesionales en torno a la actividad arriera y comercial, garantizaba la perpetuación familiar y de forma especial la posición de las familias maragatas en el contexto social. El hecho de que las hijas sean expulsadas del hogar paterno mediante un temprano matrimonio, a la vez que se fuerza a los varones a mantenerse hasta los 25 años al servicio de la empresa paterna, parece explicar tanto la aplastante nuclearidad de la familia maragata, como la dotación de las hijas y de los hijos en el momento de acceder al matrimonio. Ello suponía, en el caso de los varones, tanto el reconocimiento de los servicios paternos, como la aportación de unos medios de producción que, a costa de sus legítimas, le iban a facilitar la formación de una nueva unidad familiar y el acceso a la actividad arriera y comercial sin que hubieran de esperar a heredar el patrimonio raíz de sus progenitores¹⁷.

En efecto, una de las novedades que presenta la documentación notarial relacionada con el mundo maragato, a diferencia del resto de las comunidades leonesas, es la inclusión de una escritura que, bajo la denominación de «emancipación o apartamiento», no hace otra cosa que llevar a la práctica la disolución parcial de la

¹⁷ Archivo Histórico Provincial de León (AHPL), *Protocolos*, caj. 10820: «En el lugar de Andiñuela... compareció Mateo Martínez Ramos y dijo: que Mateo Martínez su hijo legítimo es de edad de veinticinco años, hábil y capaz para regir por sí solo su persona y bienes y en atención a esto y a los buenos servicios que le ha hecho por el discurso de muchos años en el tráfico de la arriería y comercio de que le está sumamente agradecido; de que está tratado de casar con persona de su satisfacción y tiene placito, cuyo casamiento no podría efectuarse con la prontitud que desea el compareciente por circunstancias que intervienen y atendiendo a otros justos motivos dignos de remuneración y mucho aprecio, tenía deliberado el emanciparle y poniéndolo en efecto de su libre voluntad en la forma que más haya lugar en derecho, estando presente el dicho Mateo Martínez Marcos tomó a éste el dicho Mateo su padre por la mano y le soltó y apartó de sí y otorga que le remite y alza el dominio y patria potestad que en el tiene, dándole el poder y facultad que en derecho se requiere para que desde hoy en adelante y para siempre jamás por sí y para sí, sin dependencia alguna del otorgante ni otra, trate y contrate, parezca en juicio así en demandante como en demandado, administre y gobierne su persona y bienes que adquiriere... y para ello le otorga: siete machos mulares de recua con sus aparejos tasados en nueve mil y quinientos reales, con la calidad y condición de que de los nueve mil y quinientos reales cinco mil y quinientos han de ser a cuenta de la legítima y herencia de su madre... Ytem dos mil reales que al presente le da a cuenta de la legítima materna. Ultimamente le da seis mil reales... es de advertir que estos seis mil son prestados y no cedidos, ni donados y los ha de volver de aquí a ocho años o seguirá el empréstito por el más tiempo que su padre no los necesite o no los pidiere...».

comunidad doméstica al desaparecer la patria potestad mediante la emancipación legal o automática de los hijos una vez cumplidos los 25 años, momento en el que, según el Derecho Romano y la legislación vigente a lo largo de la Edad Moderna, el encausado no sólo ha adquirido la mayoría de edad, sino que puede «sin dependencia alguna tratar y contratar y administrar y gobernar los bienes que le pertenecen»¹⁸. Este acto, de hondo contenido social y económico relacionado con la comunidad maragata y con su actividad arriero-comercial, juega un importante papel en el sistema reproductivo y familiar maragato, a la vez que viene a dejar constancia escrita de los servicios que los jóvenes arrieros realizan en el seno de las unidades productivas familiares hasta que toman estado matrimonial. A su vez, la importancia de estas «emancipaciones» no radica tanto en el simple reconocimiento jurídico, cuanto en que cada acto conlleva siempre la donación o adelanto de unos bienes de producción y recursos que se convierten en un importante medio de apoyo a la nueva unidad matrimonial. La familia maragata, según sus posibilidades económicas, dota a sus hijos con una serie de bienes muebles, semovientes e incluso raíces en buena medida como recompensa por los servicios prestados toda vez que, a diferencia de las hijas que se apartan a una edad temprana del hogar paterno, los varones se mantienen vinculados al servicio de la unidad familiar como mínimo hasta los 25 años¹⁹. Esta constatación es de vital importancia, pues incide en uno de los factores de mayor influencia sobre uno de los parámetros que mejor definen el régimen demográfico y de mayor repercusión familiar, es decir, la edad al matrimonio y las posibilidades de formar nuevos hogares.

Parece claro que, junto a la dote femenina, la emancipación de los hijos y la consiguiente dote masculina, a la vez que condicionaba la independencia de éstos y aseguraba por más tiempo la permanencia de la comunidad doméstica en lo que respecta a los servicios y a la aportación e la fuerza de trabajo de los hijos, se convertía en el elemento dinamizador, toda vez que a través de ella se adelantan los medios económicos indispensables para generar un nuevo agregado doméstico a través del matrimonio, mientras que, por otra parte, se facilitaba el temprano acceso de la mujer al matrimonio cuya aportación dotal se unirá a la del marido.

La estructura formal de la escritura recoge el acto por el que el padre «tomando la mano de su hijo lo apartó de él»²⁰, lo que encierra por sí sólo un importante contenido sociológico que nos descubre aspectos internos de la influencia patriarcal en el

¹⁸ En la montaña leonesa un 30% de los varones reciben dote o mejora fundamentalmente ligada a bienes muebles o ganado. PEREZ, 2004: 121. Sobre este tema en general: GACTO, 1987: 45.

¹⁹ RUBIO, 1998:98.

²⁰ AHPL: *Protocolos notariales*: emancipación de Bartolomé Pérez (Santa Colomba), caj. 9977, año 1738; Matias Crespo (Santa Colomba), caj. 10554, año 1776; Domingo Moran (Rabanal), caj. 9970, año 1701; Manuel Ramos (Rabanal), caj. 9972, año 1713; Matias Palacio (Andiñuela), caj. 9973, año 1715; Mateo

seno de la comunidad maragata. No obstante, el interés real de estas escrituras radica en la cuantía y tipología de los bienes que de una u otra forma se ponen en manos del hijo emancipado y que en buena medida van a constituir una parte sustancial de los bienes que facilitan el acceso al matrimonio. Sin duda es éste un importante factor condicionante de los comportamientos demográficos y de la familia que, a su vez, incide claramente en la propia sociedad al encerrar connotaciones de marcado carácter social y económico sin olvidar que a través de él se ratifica y perpetúa la potestad patriarcal y el papel del cabeza de familia, aspecto éste que se hará más visible conforme nos acercamos a los linajes más influyentes en la comunidad maragata.

En efecto, en esta misma línea y funcionalidad se sitúan la mayor parte de las dotes adelantadas a los varones de las familias más distinguidas maragatas, de las cuales conocemos sus niveles patrimoniales a través de los inventarios. Así, Santiago Ramos Crespo recibe en 1766 de su padre Gabriel Ramos una dote de 30.600 reales según consta de su inventario, compuesta presumiblemente en una importante cantidad de bienes de producción (machos, casa, tierra). A un nivel más inferior, pero no por ello menos significativo se presentan otras dotes como las recibidas por José Nieto, Antonio Martínez, Santiago Botas, Domingo Nieto, etc., que en conjunto nos ofrecen una media dotal superior a los 10.000 reales y suponen una importante garantía de independencia y posibilidades de desarrollo de nuevas unidades familiares y de producción. Dada la composición interna de los bienes adelantados a los varones maragatos y la primacía de los bienes raíces y semovientes, especialmente machos de arriería, parece claro que las pretensiones de los maragatos se dirigen a garantizar la continuidad de sus hijos en el oficio arriero, a la vez que se contribuye a la formación de nuevos hogares y unidades productivas familiares que mantienen importantes lazos familiares aún desde la clara tendencia neolocal. Frente a las dotes femeninas, los bienes raíces tanto casas como tierra tienen acto de presencia en las masculinas y tanto las casas como los «quiñones de casa» parecen cumplir una importante función en tanto en cuanto parecen facilitar o generar la desvinculación física del nuevo agregado doméstico del domicilio paterno, con lo que se está favoreciendo el afianzamiento del sistema familiar nuclear desde la imposición del sistema de residencia neolocal. La proliferación del «quiñón de casa», bien junto a la paterna, bien alejada de ella aunque en el mismo pueblo, viene a garantizar una cierta independencia de los hijos casados hasta que adquieren los suficientes recursos para construir su propia casa independiente. No obstante, parece claro que esta tendencia generalizada a la

Martínez (Andiñuela), caj. 10820, año 1790; Martín Nieto (Santa Marina), caj. 10555, año 1778; Blas Miranda (Lagunas), caj. 9973, año 1735; José Nieto (Murias), caj. 9976, año 1727.

Para dotes masculinas relacionadas o no con «el apartamiento» vid cajas N.º: 9977, 9973, 9976, 10555, 10820, 10554, 10824, 9972, 9971, 9970, 10303, 10554, 10552, 10304, 10273, 10820, 10822, 10555, 10295, 10549, 10557, 10546, 9863, 10500, 10174. ORDENAR??

neolocalidad va más allá de una pauta social y se inserta en este caso concreto en la propia dinámica y actividad profesional arriero-comercial y agraria de los maragatos.

2.1. Los condicionantes del sistema productivo. La respuesta social y familiar en la base de las relaciones de parentesco, de las endogamias y del control familiar

Dada la importancia que tiene el matrimonio como paso previo para el establecimiento e una nueva unidad familiar, sobre todo en lo que hace referencia a las familias de donde sale, parece plenamente aceptado por los historiadores de la familia que el hecho matrimonial en buena parte de sus dimensiones materiales y temporales estuvo fuertemente condicionado por la sociedad y dentro de ella por los cabezas de familia o progenitores, ya que en buena medida, sobre todo entre las sociedades campesinas, la creación de esa nueva unidad familiar en sistemas en los que la neolocalidad estaba fuertemente arraigada suponía el desplazamiento de una parte de los bienes de producción y de la riqueza acumulada durante una generación, incluso hacia otras unidades familiares, a priori no vinculadas por lazos de consanguinidad²¹.

Pese a esto, las sociedades a lo largo de los tiempos fueron plenamente conscientes y aceptaron el hecho matrimonial vinculado al sacramento católico como el único medio legal para la reproducción demográfica y para la formación de una nueva unidad familiar que perpetúe en el tiempo a los grupos sociales y a la propia sociedad. Sin embargo, las sociedades preindustriales en función de estrategias, condicionantes e intereses de grupo, fueron estableciendo unos mecanismos, a veces impuestos, a veces ajustados a los ritmos coyunturales, por los que se encauzaban y minoraban los efectos que producía la inevitable aparición secuencial de nuevas unidades familiares. En torno al acto matrimonial hubo siempre una confluencia de intereses que en el caso maragato cobran un protagonismo especial desde su vinculación a dos sectores productivos que se complementan. Así, mientras que por una parte mantienen vinculadas las nuevas unidades familiares a la tierra o al sector agrario, por otra las introducen de forma prioritaria en la actividad arriero-comercial. Es, pues, esta última actividad lo que va a conferir un carácter especial en tanto que en buena medida las nuevas unidades familiares van a estar vinculadas no tanto a la herencia material (tierra), cuanto a una herencia inmaterial a la que acceden los futuros cabezas de familia desde su juventud bajo las órdenes y enseñanzas del padre. El oficio arriero, la capacidad comercial-burguesa, así como los contactos en plazas y con productores e intermediarios es un legado paterno que condiciona fuertemente las futuras relaciones paterno-filiales, así como la dinámica matrimonial de los distintos componentes de cada familia maragata. Es, pues, el oficio y la actividad arriera el factor que parece

²¹ GARCIA, 2008; CHACON *et al.*, 2009.

condicionar y marcar al conjunto social maragato en su acceso al matrimonio y de forma especial las actitudes endogámicas geográficas, profesionales, y familiares²².

Niveles de endogamia geográfica y profesional en los matrimonios maragatos

	Procedencia Geográfica					Procedencia Profesional.			
	Siglo XVII		Siglo XVIII			Siglo XVII		Siglo XVIII	
	N.º	%	N.º	%		N.º	%	N.º	%
Mismo lugar ambos cónyuges	98	62	102	43,5	Ambas familias arrieras	120	89	244	96,5
Maragatería	56	36,5	145	57	Labradores	13	9,5	7	2,7
Resto de la provincia	3	1,9	5	2	Artesanos	0	0	0	
Resto de España	1	0,5	2	0,8	Burguesía urbana	2	1,5	3	1
TOTAL	158	100	254		TOTAL	135	100	254	100

Fuente: Registros parroquiales, actas matrimoniales, de Castrillo, Rabanal, Santa Marina y Santiagomillas. Archivo Diocesano de Astorga.

En efecto, los datos de la tabla son reveladores de esa doble tendencia endogámica territorial o comarcal, pese a que por cuestiones meramente demográficas el porcentaje de matrimonios realizados en el seno de la comunidad desciende conforme avanzamos en el siglo XVIII y se produce una apertura hacia otras comunidades o lugares maragatos en función de la necesaria expansión de las principales familias. A su vez, esta misma polarización se detecta en las endogamias profesionales en tanto que, sin cambios importantes, más del 95% de estos se realizan entre familias de la misma profesión arriera. En esta misma línea los linajes maragatos más sobresalientes y con mayor capacidad de negocio, el 99,9% de dichos enlaces matrimoniales se hicieron dentro de la misma profesión, lo que corrobora la constante referencia de los viajeros extranjeros al carácter cerrado del clan maragato al casarse entre ellos²³.

²² En este contexto parece justificarse el peso del refrán popular maragato: «Quien lejos va a casar, va engañado o va a engañar».

²³ Del conjunto de varones cuyo matrimonio fue localizado para el siglo XVIII solamente Toribio Salvadores Botas, hijo de Toribio Salvadores y de M.^a Botas casa en 1746 con M.^a Peñalber Chico, hija de un acomodado mercader madrileño. No obstante, cabe destacar que el citado Toribio no ejerce como arriero sino como notario en Astorga. Por su parte, dentro de la rama de los Botas solamente Bernardino Botas, después de las presiones de la Justicia de Oviedo se casa con M.^a Fernandez, vecina de Oviedo, tal como vimos en nota anterior. A partir del siglo XIX, aunque se mantiene esta fuerte endogamia profesional y geográfica, se aprecia una ligera apertura de los maragatos hacia otros grupos burgueses y rentistas como la burguesía urbana y administrativa. Así, Juan Cándido Salvadores casa en Molinaseca (caj. 1801) y Francisco Salvadores Botas lo hace en Soguillo del Páramo. No obstante, esta apertura apenas va a tener efecto fuera del ámbito de los grandes linajes maragatos.

Otros linajes como los Ares, De la Puente, Manzanal, Castro, etc., situados en un nivel económico inferior y con menor capacidad de negocio, manifiestan idénticas pautas de comportamiento que sus convecinos constituidos en elite local. Ahora bien, la reconstrucción de familias y de los árboles genealógicos de los linajes más destacados dentro de la sociedad arriero maragata nos permite ir más allá y, como veremos a través de las dotes, conocer el nivel estratégico de los maragatos a la hora de buscar para sus hijos e hijas lo que ellos denominan «un buen partido», estrechamente relacionado con la «buena boda», en la que tanto el apellido como las dotes aportadas por ambos contrayentes establecen las pautas y la diferencias sociales, a la vez que contribuyen a consolidar y ampliar la familia y el linaje. Como se verá al analizar los niveles endogámicos familiares, la búsqueda de un cónyuge en los mismos entornos familiares y procedente de una familia de los mismos niveles económicos se convierte en uno de los objetivos prioritarios perseguidos en el momento que se establecen los acuerdos y los compromisos matrimoniales, lo que lleva a emparentar a los Calvo, Ferrer, Botas, Salvadores, Crespo, Alonso, Manzanal, mediante un conjunto de estrategias que convergen en un objetivo común: la perpetuación de la familia en los mismos niveles económicos y rango social que posee en el seno de la comunidad. De estas estrategias y de este proceso selectivo, que aunque dentro del grupo maragato va a forzar los enlaces entre las familias de un mismo nivel económico o nivel de negocio arriero (capital), depende en buena medida la reproducción de un sistema productivo y de la comunidad maragata dentro de la propia sociedad.

Ahora bien, si importantes fueron las estrategias endogámicas profesionales y sociales, las que verdaderamente van a marcar el comportamiento de los maragatos, especialmente de la minoría arriera y comercial, va a ser las lácticas endogámicas familiares o consanguíneas, llevadas a cabo conforme lo exigía tanto el sistema productivo como la necesidad de potenciar el apellido y en buena medida la posición de la familia en el contexto social.

Niveles de endogamia familiar o consanguínea de la burguesía maragata en el siglo XVIII

Nivel de Relacion Familiar	Conjunto Social Arriero Maragato		Elite Social Arriera y Comercial	
	N.º de matrimonios	%	N.º de matrimonios	%
Sin relación familiar	178	63,5	9	7
Endogamia en primer grado	45	16	58	45
Endogamia en segundo grado y tercer grado	57	20,5	62	48
TOTAL	280	100	129	100

En conjunto, las relaciones endogámicas familiares o consanguíneas está fuertemente arraigadas en la sociedad maragata y de alguna forma se incrementan en el seno de las elites comerciales conforme nos adentramos en los siglos XVIII o XIX y el sistema productivo entra en crisis. Si ya de por sí en condiciones normales las relaciones en primer grado de parentesco son elevadas, éstas sufren un importante incremento entre las elites a finales del siglo XVIII al llevarse a la práctica matrimonios entre tíos y sobrinas o entre primos carnales²⁴. Esto parece justificar el bajo porcentaje de matrimonios realizados fuera de las extensas familias maragatas más influyentes y adineradas. De la misma forma y aunque el porcentaje de matrimonios sin relación familiar sigue siendo alto, las pequeñas y medianas familias arrieras mantuvieron esa misma tendencia a la hora de buscar enlaces matrimoniales con familiares que de alguna forma compensaran las pérdidas económicas y mantuvieran los niveles sociales. La presencia en todos los casos de matrimonios cruzados, especialmente en el momento de esplendor de los trajines del siglo XVIII, viene a justificar la búsqueda de esa necesaria compensación familiar a la hora de compensar de la misma forma la salida de los bienes dotales y, por ende patrimoniales, hacia otra familia.

2.2. La élite marca las pautas: Botas y Salvadores como exponentes del cierre social y familiar

Los apellidos Botas y Salvadores, oriundos desde la Edad Media de Castrillo de los Polvazares, representan a dos de las familias más antiguas y extensas de España. Ambos apellidos, a través de una política matrimonial presidida por una doble endogamia familiar y profesional se ramificaron muy pronto por otras comunidades de maragatería como Santa Catalina, Rabanal y Andiñuela. Desde el siglo XVI el linaje de los Botas de Castrillo de los Polvazares, en la misma medida que sus parientes y convecinos los Salvadores, es el que mejor refleja a lo largo de los siglos una línea de comportamiento acorde con su posición social y con las raíces culturales diferenciales de la comunidad maragata. A partir de esos momentos la familia es consciente, desde su posición de ricos campesinos, que la garantía de desarrollo de un sistema de producción complejo y de la perpetuación de los patrimonios acumulados con no poco esfuerzo y sacrificio pasa por la unidad productiva familiar o por la familia considerada como la célula desde la que se reproducen los linajes que conforman el pueblo maragato. Junto a esto, la política matrimonial y el control social ejercido a través de la familia son dos pilares básicos sobre los que va a rotar el desarrollo demográfico, social y económico de la sociedad maragata durante cuatro siglos. Aquí está posiblemente la clave del éxito familiar de los Botas y de la posición económica de las ramas que se fueron colocando en otros lugares como Andiñuela o Rabanal

²⁴ ESPINA, 1989.

a través de emparentar con otros linajes de arrieros ricos como los Castro, Alonso, Ferrer, etc.

No obstante, hasta finales del siglo XVI no se aprecia de forma clara la necesidad de imponer desde una especie de patriarcado familiar una política férrea matrimonial, posiblemente porque durante esa fase anterior de formación de la comunidad arriera hubiese una mayor igualdad social, no tanto porque no hubiese campesinos ricos, medios y pobres, cuanto por las mayores limitaciones sociales y económicas de una precaria sociedad campesina. Será el capital arriero y comercial o la propia actividad al imponerse como principal la que empiece a marcar claramente las diferencias a partir del siglo XVI. A partir de ese momento la vinculación matrimonial de los Botas se va a ir restringiendo y dirigiendo en una línea de relaciones y enlaces con dos o tres linajes que como los Salvadores han conseguido encumbrarse en la élite social de ricos campesinos arrieros. Fruto de estas uniones parece claro que el devenir familiar y económico de Botas y Salvadores va a correr parejo y muy ligado por intereses comunes y por una férrea política matrimonial endogámica. El tema de las endogamias, profesionales, sociales y consanguíneas, si bien es un componente generalizado en la sociedad maragata, cobra en estos dos linajes dimensiones insospechadas y solamente detectables a través de la reconstrucción familiar y la observación de sus genealogías. Pese a la apertura a otras familias acomodadas de arrieros como los De la Puente, Prieto, Gallego, Alonso, Casas, De S. Pedro, etc., vecinos de Castrillo o de Santa Catalina, las relaciones consanguíneas se consolidan y fuerzan en el siglo XVII con ese 28% de matrimonios Botas-Salvadores realizados en tercer grado de consanguinidad y con el 53% en cuarto grado. No obstante, cuando realmente se entra en una clara relación endogámica elitista familiar es a partir del siglo XVIII a raíz del fuerte crecimiento demográfico y de la excesiva fragmentación de los patrimonios fruto del elevado número de hijos y del propio marco jurídico que fuerza a un reparto igualitario. En esa tesitura, tanto Botas como Salvadores no sólo se imponen una férrea endogamia familiar, sino también la fundación de vínculos de mayorazgo con los que compensar la posible desviación patrimonial y garantizar la posición social de la familia.

Tanto Fabian Salvadores como Miguel Botas y sus respectivos sucesores son la clave para entender los altos niveles de consanguinidad a los que se someten estas familias pese a abrirse a otros parientes lejanos de Andiñuela o Santa Catalina. De esta forma y desde esa fuerte expansión demográfica de la familia provocada por una media de 10 hijos por matrimonio completo o por los 16 hijos que tuvo Miguel Botas Salvadores de sus tres esposas, entre finales del siglo XVII y las primeras décadas del XVIII, se puede entender que a finales del siglo XVIII más del 75% de los enlaces matrimoniales de Botas y Salvadores tuviesen necesidad de dispensa papal al estar en tercer o cuarto grado, mientras que el 35% lo hace desde un segundo grado y el 40%

desde grados múltiples. Ahora bien, junto a este proceso matrimonial y cierre familiar los Botas y Salvadores de Castrillo, de la misma forma que Antonio y José Botas de Andiñuela, se van a mantener fieles a su condición social y a su cultura maragata a la hora de potenciar la endogamia geográfica, social y profesional. Mientras que la primera importaba menos al conocerse los arrieros y al estar supeditada a las otras, lo que realmente preocupa a los maragatos y de forma especial a la elite comercial es la defensa a ultranza de la endogamia profesional y social. Así, todos los matrimonios controlados se realizan dentro de la propia comunidad arriera maragata y tan sólo en tres ocasiones durante todo el siglo XVIII encontramos a los Botas y Salvadores emparentando con familias no maragatas. El primero es Toribio Salvadores Botas, hijo de Toribio y de M.^a Botas, que por su condición de notario de Astorga casa en 1746 con M.^a Peñalver y al no ser arriero, pese a serlo su hijo mayor, se le priva del mayorazgo de la familia, de la misma forma que su prima M.^a Francisca lo hace en 1799 con D. Pedro Carbajo, vecino de Soguillo del Páramo. El tercer caso lo encontramos en la rama Botas al comprobar cómo en 1776 la Justicia de Oviedo obliga o coacciona a Bernardino Botas García, hijo de Bernardino Botas Casas a casarse con M.^a Fernández, moza ovetense, pese a las lamentaciones del mozo maragato de que no es mujer de su condición. El porqué se llevó a cabo este matrimonio, pese a existir un previo rechazo y pleito es imposible de saber en tanto que lo silencian las fuentes²⁵.

Ahora bien, para los Botas hidalgos y hombres ricos de Castrillo, las estrategias no sólo consisten en casarse con personas vinculadas a otras familias arrieras, sino también hacerlo con aquellas que ostentan un destacado nivel de negocio. La condición social dentro de esa comunidad valorada por el nivel de negocio, de hacienda y de capital, es uno de los factores que movieron el interés de estas familias a la hora de emparentarse, tal como se comprueba en los valores dotales adelantados a los hijos y a las hijas. El rango de élite alcanzado por estas familias en el contexto de la propia comunidad maragata exige que cuando un miembro de otras familias intenta acceder a ellas a través del matrimonio, y por consiguiente a su patrimonio familiar a través de las futuras herencias, esto se vea compensado con importantes aportaciones dotales y patrimoniales. Así, cuando José Alonso Manzanal, heredero único del patrimonio de José y Lucía vecinos de Castrillo, pretende la mano de Francisca Salvadores Botas, hija de Toribio y M.^a Botas, herederos del mayorazgo de los Salvadores, lo logra y con ello consigue ascender en la escala social maragata, gracias a la donación inter-vivos que los padres del novio hacen a la futura nuera por valor de más de 30.000 reales que suponen las fincas y bienes raíces entregados como compensación. Todo un ejemplo, pues, del coste que habían de pagar las ramas secundarias de arrieros maragatos para poder emparentar con ricos linajes como los Botas o Salvadores, ya que

²⁵ RUBIO, 1995: 88.

ello suponía tener una futura participación en los grandes patrimonios acumulados por los maragatos con no poco esfuerzo, habilidad o empeño. Dado que los grandes patrimonios y los capitales maragatos, pese a la importancia de los dotales, se hacen desde la pericia y esfuerzo de la nueva unidad familiar, lo que se demuestra en el alto valor de los bienes gananciales, difícilmente iban a permitir estos patriarcas maragatos que miembros ajenos a la familia se incorporasen a ella sin su consentimiento y sin aportar unos recursos con los que equilibrar el acceso futuro que estos van a tener ,en el momento de heredar, a las legítimas de sus cónyuges. Cuando hijos e hijas no acatan las decisiones paternas el castigo viene a través de apartarle de las mejoras y de una parte importante de los bienes patrimoniales.

Sin embargo, pese a este control endogámico, el fuerte desarrollo demográfico experimentado por las dos familias a lo largo del siglo XVIII, la multiplicación de sus ramas, el elevado número de hijos que nacen y que llegan a heredar y con ello a repartir los patrimonios acumulados, pese a los vínculos o mayorazgos creados, suponen una fuerte carga para ambos linajes que en no pocas ocasiones, sobre todo a finales del siglo XVIII, provocó el descenso social de una parte de las ramas. No obstante, esto que fue frecuente en otros linajes pequeños y medianos, tiene un menor efecto en los Botas y Salvadores de Castrillo ya que consiguen mantener su posición de élite social en el siglo XIX. Así, una vez superada la crisis, ambos linajes representados en una docena de familias asentadas en Castrillo, Rabanal y Andiñuela, parecen consolidar su posición social y económica a través de su total implicación en las conductas para el Estado y en el comercio entre Asturias, Galicia y Castilla. Parte de ese éxito y de que las familias del linaje, que no emigraron, se mantuviesen en su condición de ricos propietarios y comerciantes se debe nuevamente, en buena medida, a la política matrimonial y al papel de las endogamias, especialmente las sociales y consanguíneas. Aunque en la primera mitad del siglo XIX la actividad productiva maragata seguía en auge, una vez recompuestos los intercambios, el sistema arriero maragato entraba en una fase de competencia desleal por parte del ferrocarril que afectaba a sus posibilidades individuales y a las unidades productivas familiares. Ello motivó que, a partir de los años treinta, tanto los Botas como los Salvadores no sólo se asocien para desarrollar empresas comerciales e industriales o de brigadas para el Estado, sino que planifiquen una serie de estrategias familiares tendentes a potenciar los matrimonios consanguíneos y con ellos las endogamias profesionales y familiares como la mejor forma de afrontar los nuevos retos y de conseguir que los patrimonios familiares permanezcan unidos y en manos de la familia. Matrimonios a trueque, entre primos carnales o parientes cercanos elevan los porcentajes de consanguinidad hasta niveles insospechados que se pueden comprobar cuando vemos que el 90% de los enlaces celebrados por estas familias se hacen desde grados cercanos de consanguinidad, llegando incluso a aparecer enlaces entre tíos y sobrinas. En efecto,

la rama de los Botas creada por Tirso Botas y Josefa Alonso en el siglo XVIII tuvo una planificada continuación en los hijos de Pedro Miguel Botas Salvadores y de Tomasa Roldan Paz, quienes casados en 1815 tienen 11 hijos de los cuales 5 alcanzan la edad matrimonial. Esta familia se considera en el siglo XIX como élite social de ricos propietarios campesinos y arrieros con alto nivel de negocio, por lo que la política matrimonial que van a diseñar durante dicho siglo va a estar presidida por elevadas tasas de consanguinidad al hacer que los hijos de Pedro Botas Roldan y de Manuela Alonso Botas casen en su mayoría con los primos carnales hijos a su vez de José Alonso Botas y Tomasa Botas. El cénit llegará al casar Francisco Botas Roldan con su sobrina Manuela Botas Alonso, hija de su hermano Pedro.

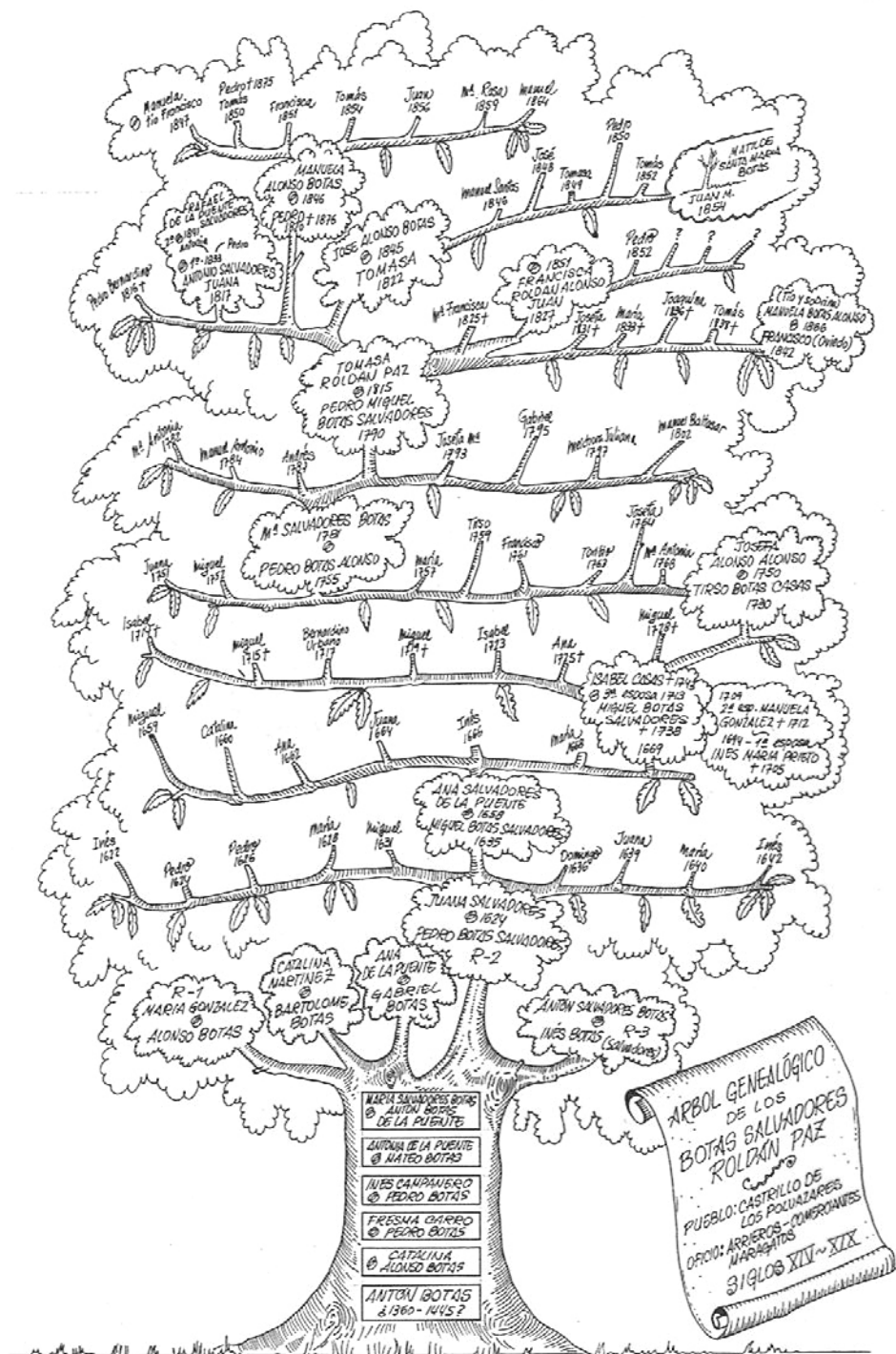
Es ésta una forma más de control familiar y patrimonial en unos momentos en los que los cambios en el sistema productivo maragato y la creación de compañías familiares exigen y fuerzan a un total control de la familia como el único medio posible de mantener la posición social y el nivel económico. Solamente la muerte o las rupturas matrimoniales prematuras, y con ellas el estrangulamiento de la unidad familiar de producción, podían frenar el desarrollo familiar y con él condicionar su posición social, tal como parece ocurrirle a la rama de Juan Botas. Estas y otras circunstancias, como las segundas nupcias y la quiebra de la explotación arriera, podían provocar la crisis y la emigración, lo que demuestra que la prácticas endogámicas también debían de ir acompañadas por la pericia o el trabajo personal y por el favor del destino o de la suerte en los trajines, tratos y negocios. De todas formas, en ningún momento esta élite social maragata invirtió su capital en títulos nobiliarios, ni en especulaciones financieras. Su convicción y condición de arrieros y comerciantes estaba tan arraigada que la trasladaron allende de los mares en los momentos de diáspora y emigración americana a partir de mediados del siglo XIX.

BIBLIOGRAFIA

- CHACON, Francisco; HERNANDEZ, F.; GARCIA, F. eds. (2009) – *Familia y organización social en Europa y América, siglos XV-XX*. Murcia.
- DUPAQUIER, J. (1979) – *La population rurale du bassin parisien á l'époque de Louis XIV*. Paris.
- CASADO, Concha; CARREIRA, A. (1984) – *Viajes y viajeros por tierras de León, 1494-1966*. León.
- ESPINA, Concha (1989) – *La esfinge maragata*. Madrid.
- GACTO, E. (1987) – *El grupo familiar en la España Moderna en los territorios del Mediterráneo hispánico. Una visión jurídica*. In VV.AA. *La familia en la España Mediterránea*. Barcelona.
- GARCIA, Francisco (2000) – *Las estrategias de la diferencia. Familia y reproducción social en la sierra de Alcaraz, siglo XVIII*. Madrid.
- GARCIA, Francisco (2008) – *La Historia de la familia en la Península Ibérica. Balance regional y perspectivas. Homenaje a P. Laslett*. Cuenca: Universidad Castilla-La Mancha.

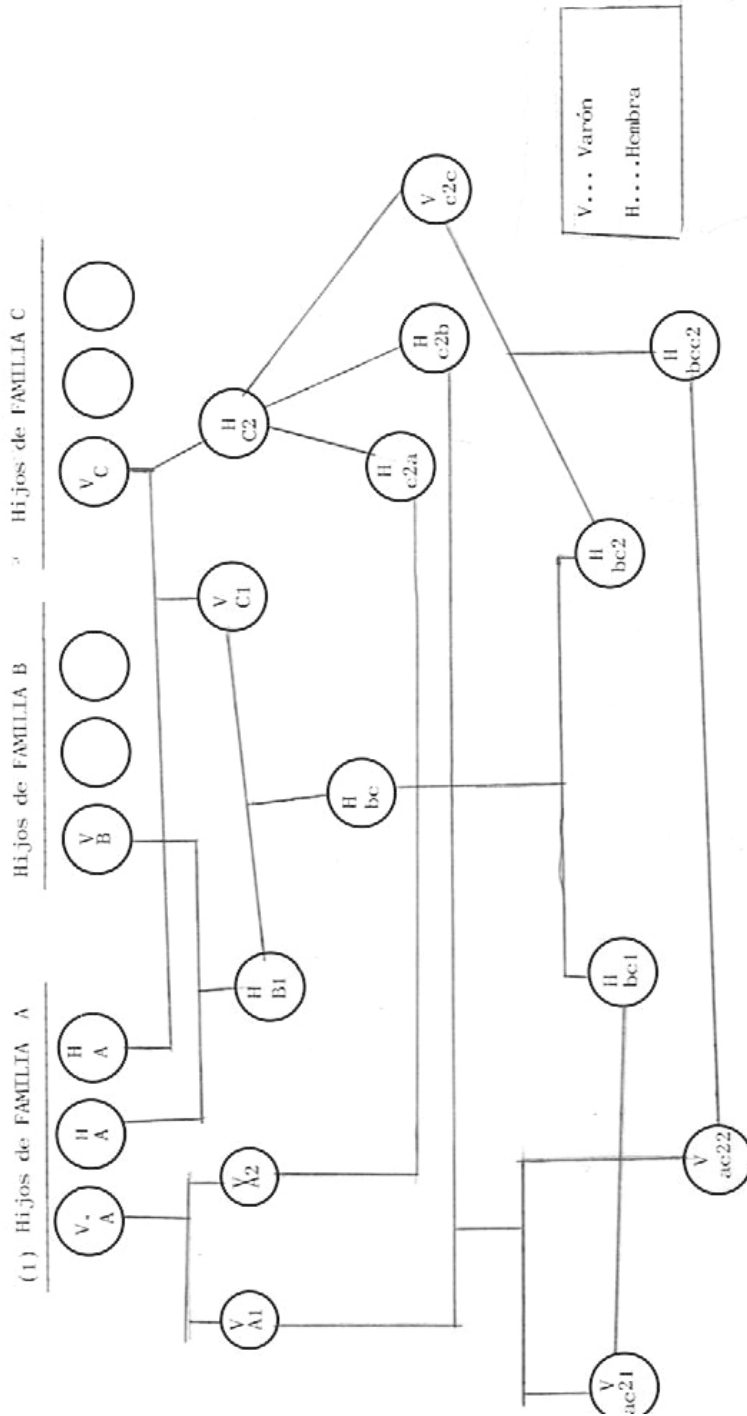
- PEREZ, M.^a José (2005) – *Modelos socioeconómicos en la provincia de León: La montaña y tierra de campos en el siglo XVII* «Revista Studia Histórica, Historia Moderna», vol. 27. Salamanca: Universidad de Salamanca, p. 241-273.
- PEREZ, M.^a José (2004) – *Familia y estrategias familiares en el marco de unas estructuras socioeconómicas tradicionales: el modelo de la montaña noroccidental leonesa en la Edad Moderna*. «Revista de Demografía Histórica», XXIII: I. Madrid, p. 121-147.
- ROWLAND, R. (1988) – *Sistemas matrimoniales en la Península Ibérica, siglos XVI-XIX. Una perspectiva regional*. In PEREZ, Vicente; REHER, David, coord. – *Demografía Histórica en España*. Madrid.
- RUBIO, Laureano M. (1998) – *La burguesía maragata, dimensión social, comercio y capital en la Corona de Castilla durante la Edad Moderna*. León: Universidad de León.
- RUBIO, Laureano M. (1995) – *Botas y Salvadores, un linaje, una casta, una familia de arrieros maragatos*. León.
- RUBIO, Laureano M. (1993) – *El sistema político concejil en la provincia de León durante la Edad Moderna*. León: Universidad de León.
- SAAVEDRA, Pegerto (2008) – *Sobre la lógica de los sistemas familiares de la montaña del noroeste peninsular, siglos XVIII-XIX*. In VV.AA. – *Homenaje a D. Antonio Domínguez, Ortiz*. Granada, vol. III, p.768-784.
- SAAVEDRA, Pegerto (2009) – *Las elites rurales en la España Cantábrica y Noratlántica*. In SORIA, Enrique; BRAVO, J.; DELGADO, J. M. – *Las elites en la época moderna. La monarquía española*. Córdoba, p. 199-224.

FAMÍLIA, RELAÇÕES SOCIAIS, MARGINALIZAÇÃO E MECANISMOS DE CONTROLO NO NOROESTE ESPANHOL



GRAFICA Nº

ALIANZAS Y MECANISMOS MATRIMONIALES DISPERSORES DE LOS
PATRIMONIOS MARAGATOS Y RECUPERACION GENERACIONAL A
TRAVES DE LAS ESTRATEGIAS ENDOGAMICAS.



(1) Rama principal desde la que se desgaja parte del patrimonio familiar a través de las legítimas femeninas y a la que vuelven después de varias generaciones por la vía masculina.

MARGINACIÓN Y MECANISMOS DE CONTROL SOCIAL EN LA GALICIA DE LA EDAD MODERNA: LA REAL VILLA DE FERROL

ALFREDO MARTÍN GARCÍA*

FERROL: UNA CIUDAD DE ALUVIÓN

El nacimiento de Ferrol como verdadero centro urbano se produjo a mediados del siglo XVIII, tras la decisión real de construir en sus riberas los arsenales y astilleros de la corona¹. A partir de ese momento y durante toda la segunda mitad del siglo, la que hasta entonces no había sido más que una pequeña villa de pescadores de apenas mil habitantes, no dejó de crecer hasta convertirse en el centro urbano más poblado no sólo del reino de Galicia, sino de toda la Cornisa Cantábrica, con unos veinticinco mil en 1787. Un crecimiento tan explosivo en un período tan corto, trajo consigo una serie de inconvenientes muy difíciles de superar para un gobierno municipal que, además, tenía serias dificultades para hacer cumplir sus mandatos a la mayoritaria población castrense².

Si es cierto que los avances en infraestructuras fueron palpables durante la segunda mitad del siglo XVIII³, en política social los éxitos no fueron tan evidentes. La pobreza en todas sus dimensiones, la prostitución o la exposición de recién nacidos en sus calles fueron asuntos prioritarios en las agendas de los diferentes gobiernos municipales,

* Universidad de León. aamarg@unileon.es.

¹ Este trabajo forma parte del proyecto de investigación titulado «Marginación y asistencia social en el Noroeste de la Península Ibérica durante el Antiguo Régimen», subvencionado por el Ministerio de Ciencia e Innovación (Ref. HAR 2010-17780).

² MARTÍN GARCÍA, 2005: 228 y ss.

³ VIGO TRASANCOS, 1985.

pero los resultados en este campo fueron siempre mediocres, quedándose, en la gran mayoría de las ocasiones, en meros proyectos que no fructificaron hasta bien entrado el siglo XIX cuando la capital de departamento había perdido ya el brillo que había gozado durante la centuria anterior.

POBREZA Y RESPUESTA INSTITUCIONAL

Durante el Antiguo Régimen es difícil trazar una frontera nítida entre los pobres y el resto de la población. Tomando como base la división de la pobreza realizada por Wolf, comenzaremos nuestro análisis centrándonos en los «pobres estructurales», es decir, aquellos que por taras físicas, por edad o enfermedad no podían ganar su sustento con el trabajo y dependían enteramente de la caridad de sus vecinos y de las instituciones⁴. Normalmente, en los vecindarios de Ferrol esparcidos entre los siglos XVI y XIX solamente aparecen calificados como pobres los de solemnidad, circunstancia poco gratificante para el investigador ya que se trata de un sector muy minoritario dentro de la población y que, en ningún caso, representaba la totalidad del problema. En el padrón de 1797, 12 de los 3.773 vecinos con los que contaba la villa eran calificados de esa manera, lo que significaba un exiguo 0,3% del total del vecindario. En 1830, el porcentaje había subido ligeramente hasta el 1,3% – 42 pobres de un total de 3.212 vecinos – para bajar al 0,6% en 1857 – 24 de 3.663⁵.

La segunda tipología es la de los «pobres coyunturales». En el mundo urbano la pobreza coyuntural la padecían, sobre todo, los trabajadores eventuales que percibían unos bajos salarios y que estaban constantemente expuestos a los vaivenes de la coyuntura económica. En este grupo también debemos incluir en el caso ferrolano – debido a la excesiva dependencia que la ciudad tenía de las asignaciones reales – a un amplio sector de población vinculada a los empleos de la Armada, en especial los operarios civiles de los astilleros y arsenales reales. Las dos últimas décadas del siglo XVIII y las primeras del XIX, fueron para la Corona española una época de constantes enfrentamientos bélicos, circunstancia que incidió muy negativamente en las inversiones estatales en las instalaciones ferrolanas. Tanto los peones como los miembros de la maestranza departamental sufrieron duramente en sus carnes las cada vez mayores dificultades por las que pasaba la monarquía para hacer frente a sus obligaciones económicas. Los retrasos de pagas, comunes ya desde los años ochenta, se hicieron cada vez más frecuentes en las décadas siguientes, destruyendo por completo las frágiles economías familiares de estos sectores laborales. En esos

⁴ WOOLFS, 1989: 16.

⁵ AMF (Archivo Municipal de Ferrol) – *Carpeta. 3293, Padrón de 1830, Padrón de 1857.*

difíciles momentos no era extraño ver a los operarios de la maestranza dedicándose a pedir limosna de noche por las calles⁶.

Pero la profunda crisis económica que padeció Ferrol durante las dos últimas décadas del siglo XVIII y las cuatro primeras del XIX no afectó únicamente a las clases trabajadoras de los arsenales y astilleros. En una localidad en la que eran las inversiones de la Corona prácticamente el único incentivo para el crecimiento económico, su repentina desaparición provocó un auténtico cataclismo. Buena parte del artesanado y del comercio de la villa dependía de las compras de un sector castrense que aún a finales del XVIII suponía aproximadamente el 60% de su vecindario. La crisis de este importante sector poblacional propició la decadencia de los otros. En consecuencia, la coyuntura económica negativa tuvo dos resultados inmediatos: por un lado, el empobrecimiento de la mayoría de la población departamental y, por otro, el abandono de la ciudad por buena parte de esos sectores empobrecidos en busca de mejor fortuna. Entre 1787 y 1845 la localidad perdió 15.999 habitantes, pasando de 24.993 a solamente 8.994. Incluso las clases dirigentes de la sociedad ferrolana pasaron momentos difíciles, dado que también en su caso existía una fuerte dependencia de las asignaciones de la Corona. Cuando a comienzos de la década de los treinta del siglo XIX el viajero inglés George Borrow llegó a la localidad contempló, no sin cierta admiración, el estado de empobrecimiento en el que vivían parte de las antiguas elites sociales de la real villa⁷.

Pese a ello, lo cierto es que fueron sobre todo las clases trabajadoras las que con mayor fuerza sintieron el azote de los nuevos tiempos. Operarios de la maestranza y peones constituían el sector socio-laboral más importante en el Ferrol de finales del Antiguo Régimen. En la década de los cincuenta del siglo XVIII eran más de seis mil y a finales de la centuria, pese a que su número se había reducido un tanto, aún suponían el 32,2% del vecindario de la villa⁸. Su peso numérico sumado a las pésimas condiciones económicas que tuvo que padecer en buena parte del período, le hicieron constituirse en fuente frecuente de conflictividad social. Fueron múltiples los tumultos auspiciados por la maestranza en momentos de retraso de paga, incluso antes del comienzo de la crisis de la localidad⁹: en septiembre de 1754, los canteros y carpinteros de las reales obras abandonaron el trabajo por la tardanza en el cobro,

⁶ Así lo señalaba el intendente D. Joaquín de Maguna el 28 de junio de 1780 o un memorial anónimo fechado en 1794. AGS (Archivo General de Simancas) – *Secretaría y superintendencia de Hacienda*, Leg. 51; AGM (Archivo General de Marina) – *Arsenales. Maestranza*, Leg. 2.611.

⁷ BORROW, 1983: 362-363.

⁸ De los 3.773 vecinos computados en el padrón a calle hita de 1797, 1.216 eran bien miembros de la maestranza bien peones en las instalaciones reales.

⁹ Hemos tomado algunos ejemplos significativos de levantamientos de la maestranza. Esto no quiere decir que no hubiese un mayor número de protestas de las que aquí quedan reflejadas.

envolviendo las calles de la villa con pasquines de protesta¹⁰. En el mismo mes de 1780, la maestranza se puso de nuevo en pie de guerra ante la decisión de las autoridades de la Armada de recortar medio jornal de las pagas semanales. Los operarios amenazaron a los mandos con «levantamiento en este departamento» e incluso con «quemar lo que sea»¹¹. En la década de los noventa del XVIII la situación comenzó a tomar ya tintes dramáticos. En 1795 se produjo la más conocida revuelta de la maestranza, sofocada gracias al adelanto de 362.344 reales de los arbitrios de la villa que dispuso el concejo departamental a las autoridades de Marina¹². Sin embargo, la calma duró poco y el empeoramiento de las condiciones de vida de los trabajadores de arsenales y astilleros condujo a una cada vez mayor radicalización de las protestas. Las amenazas, en momentos de penuria, no conocían de estamentos ni dignidades¹³.

La situación se agravó aún más si cabe en la primera década del siglo XIX. En 1807 se produjo el incendio intencionado del teatro de la ópera, símbolo de la clase dirigente departamental. Un año después, la marinería también se levantó por la falta de pagas. En junio de 1809, de nuevo la maestranza entró en acción, tomando como rehenes al intendente de Marina, el sargento mayor de la plaza y el teniente vicario castrense. Unos pocos meses después, en febrero de 1810, se produjo el momento cumbre de aquel creciente proceso de descontento social. El día 10 de aquel mes, el jefe principal del Departamento, el general D. José de Vargas y Varaes, fue linchado por «la hez del populacho» arrastrándolo desde la puerta del arsenal hasta el vecino barrio de Esteiro¹⁴. A partir de aquella fecha el proceso fue perdiendo intensidad, tanto por las medidas extraordinarias tomadas por las autoridades civiles y militares como por el práctico desmantelamiento de los arsenales y astilleros de la mano del declive de la Armada Real tras las guerras napoleónicas.

Otro sector presente en las ciudades del Antiguo Régimen vinculado a la pobreza coyuntural es el de las víctimas de las frecuentes malas cosechas que asolaban a la deficiente agricultura de la época¹⁵. La tardía constitución de Ferrol como un centro urbano de entidad hizo que las referencias de este fenómeno para la ciudad sean muy tardías. El durísimo invierno del año 1852 provocó la destrucción de las cosechas de buena parte del campo gallego. En mayo de 1853, un total de 250 campesinos pobres de los alrededores de Ferrol se hallaban recogidos por el ayuntamiento en el edificio conocido como «la Tahona» en el barrio de Canido. No obstante, las autoridades

¹⁰ AGS – *Secretaría de Marina*, Leg. 235.

¹¹ AGM – *Arsenales. Maestranza*, Leg. 2.616.

¹² MONTERO ARÓSTEGUI, 1972: 94.

¹³ En 1796, el vicario castrense halló en la puerta de su casa un pasquín escrito en un tono realmente amenazador (SANTALLA LÓPEZ, 1995: 168-169).

¹⁴ MONTERO ARÓSTEGUI, 1972: 104-105.

¹⁵ WOOLFS, 1989: 19.

civiles departamentales se preocuparon mucho de que aquella caridad pública tuviese como contrapartida el trabajo de los beneficiarios para evitar la seducción de la vida ociosa¹⁶. Y es que precisamente uno de los principales objetivos del gobierno municipal desde la constitución de la localidad en un importante núcleo urbano fue erradicar de sus calles la mendicidad profesional y la vagancia.

Frente a los verdaderos necesitados, las autoridades del Antiguo Régimen perseguían y castigaban a aquellos que se beneficiaban de la caridad pública y particular pudiendo ganar su sustento con el sudor de su frente. Pero el problema de los vagos y mal entretenidos no era exclusivo del caso ferrolano. La preocupación de los gobernantes por el sector de los ociosos arranca, en el caso de la Corona de Castilla, desde la Edad Media con las Partidas de Alfonso X, y se desarrolla con mayor profundidad en la legislación de los siglos de la Edad Moderna. El XVIII fue una centuria muy abundante en literatura jurídica relativa al vago, una literatura más preocupada en conseguir rendimientos económicos de esa masa de gentes improductiva que verdaderamente inquieta por su reinserción social¹⁷. Ferrol, además, en su condición de arsenal de la Corona, fue uno de los principales focos peninsulares de atracción de las cuerdas de vagos, levas forzadas de ociosos que el Estado destinaba al trabajo en obras públicas. En el caso ferrolano, los vagos se ocuparon principalmente en las durísimas faenas de achique de los diques de carenar, padeciendo el mismo trato que los presidiarios enviados a las instalaciones por delitos teóricamente más graves¹⁸.

LOS PROYECTOS ILUSTRADOS PARA LA CREACIÓN DE UN HOSPICIO

La abundancia de individuos marginales en la villa – desde los tullidos, a los ociosos, pasando por las mujeres de mal vivir – y la demanda de trabajo en las instalaciones bélico-industriales motivó que en repetidas ocasiones el municipio intentase conseguir de las autoridades superiores la creación de un hospicio. En 1779, el ayuntamiento aseguraba al Consejo de Castilla – en un intento por lograr la designación de Ferrol como sede del hospicio general del reino – que en ningún otro lugar de Galicia «se hallará mas facilidad ni mejor proporción para emplear con utilidad a la juventud, al cojo, al tullido, pobres, malas mugeres y aún al absolutamente ciego por los oportunos y recomendables medios que ofrezca la situación y las distintas ocurrencias y faenas del servicio de marina»¹⁹. Posiblemente de esas fechas sea también la propuesta del

¹⁶ MONTERO ARÓSTEGUI, 1972: 142.

¹⁷ PÉREZ ESTEVEZ, 1976: 166-169.

¹⁸ MARTÍN GARCÍA, 1999: 241.

¹⁹ AMF – *Libros de actas*, n.º 11, fol. 225 vto.

ilustrado gallego José Cornide en la que defendía la conveniencia de situar dicha institución en la capital departamental²⁰. Esta sugerencia constituye uno de los puntos de sus «observaciones sobre las ventajas que pueden recibir la agricultura, el comercio y la industria en el Reino de Galicia», un minucioso análisis de la situación económica del país en la que se hacían, además, una serie de recomendaciones para el fomento de algunos sectores. El ilustrado basaba su elección en los mismos criterios que había señalado el municipio ferrolano²¹.

El sostenimiento económico del nuevo establecimiento vendría dado, por un lado, por la propia contribución de los recogidos en él y, por otro, por las rentas eclesiásticas del reino que por derecho canónico se encontraban «hipotecadas a la subsistencia de los mendigos, huérfanos y viudas». El proyecto de Cornide también incluía un plan detallado de las utilidades mensuales del trabajo de cada uno de los hospicianos y de los gastos, según el cual, el establecimiento daría beneficios. Sea como fuere, la propuesta del ilustrado no sólo no tuvo ninguna consecuencia práctica sino que careció de trascendencia en el panorama gallego de la época. Unos años más tarde, concretamente el 20 de agosto de 1783, el alcalde mayor de la villa, D. Eugenio Manuel Álvarez Caballero, retomó la idea de la creación de un hospicio, aunque el plan propuesto era ya mucho menos ambicioso que los anteriores. D. Eugenio apelaba a la ayuda del obispo de Mondoñedo para llevar adelante su propósito y lograr que las calles de la localidad se viesan «libres en algún modo de la infinidad de mendigos que las inundan y crecido número de mugeres perdidas que con notable dolor las infestan»²². El hospicio debía servir para tres fines: en primer lugar, ahuyentar a la gran mayoría de falsos mendigos y mujeres públicas que se encontraban en la villa, ante el temor de ser confinados, por lo cual pensaba que el número de recogidos no superaría nunca el de diez hombres y veinte mujeres. En segundo, siguiendo la línea más ortodoxa del pensamiento ilustrado, lograr que aquellos que se quedasen obtuviesen un auxilio a cambio de realizar una labor provechosa para la sociedad. Por último, el establecimiento serviría como un medio de control y de reinserción de los desocupados, grupo que se consideraba como el principal germen de la delincuencia

²⁰ En el documento no aparece fecha alguna, aunque se hacen referencias al año 1771 y al hospicio de Rajoy en Santiago. BAH (Biblioteca de la Academia de la Historia) – *Papeles Cornide*, Sig. 9/3906 «Papeles sobre Galicia».

²¹ Este proyecto de Cornide ha de relacionarse con otros, como el de Francisco Rial de 1759 o el del arzobispo Rajoy de 1769, aunque estos dos casos la ciudad propuesta como sede del hospicio general era la de Santiago. El primero no dejó de ser una mera propuesta sin plasmación práctica, mientras que el del arzobispo sí llegó a concretarse, aunque la muerte del prelado en 1772 hizo languidecer una fundación que siguió subsistiendo más mal que bien y con unos objetivos mucho menos ambiciosos. Curiosamente, Cornide había rechazado contribuir económicamente a la reconducción del proyecto compostelano en 1778 (BARREIRO MALLÓN & REY CASTELAO, 1999: 114).

²² AMF – *Libros de actas*, n.º 13, fol. 32.

y los disturbios²³. El magistrado pretendía que el comandante general le cediese para su proyecto una de las casas vacías que la secretaria de Marina tenía en la villa de A Graña. Los hospicianos trabajarían deshaciendo cuerda e hilando cáñamo para los arsenales, con cuyo trabajo lograrían el dinero preciso para pan, corriendo con el gasto del resto de alimentos – unos catorce reales diarios con el que hacer «un pote de abas y verdura, sazonado con grasa o unto de el país» – las arcas episcopales. Asimismo, el obispo debería contribuir con otros seis reales diarios de sueldo para un matrimonio «de conocida honradez» que se encargase, «el marido, de los hombres y, la mujer, de las de su sexo». Para la obtención de ropa, D. Eugenio confiaba en la caridad de los vecinos y en el dinero que pudieran sacar de otros trabajos «a ejemplo de las galeras o el levantado en la ciudad de Oviedo por el prelado D. Agustín González Pisador»²⁴. Pese a las buenas intenciones del alcalde, el obispo Cuadrillero y Mota, hombre muy interesado por este tipo de fundaciones, se apresuró a desmarcarse del proyecto, argumentando la corta extensión de sus rentas²⁵. De nuevo el hospicio departamental se quedaba un mero proyecto.

La creación de un establecimiento de este tipo en la ciudad no se formalizó pues hasta mediados del siglo XIX. El 15 de marzo de 1852, abrió las puertas el hospicio departamental, financiado con dinero de la diputación y el municipio así como también con las limosnas de los vecinos y contando con la colaboración del Hospital de Caridad que cedía sus bajos. El hospicio quedó bajo el control de la Junta Municipal de Beneficencia y vino a aliviar una situación, de todos modos, no del todo solventada ya que en momentos de escasez, el local se quedaba pequeño para albergar a todos los campesinos hambrientos del contorno que se dirigían a Ferrol en busca de alimento. Empero, su principal objetivo era el cuidado y la educación de los huérfanos y expósitos de la villa. Con algunos de los jóvenes de ese establecimiento, se formó una banda de música que contaba con un maestro con sueldo de sus fondos y que asistía a los actos y procesiones públicas. Muchos de ellos, gracias a ese aprendizaje, lograron introducirse como músicos en la Armada y, de esa manera, labrase un futuro²⁶.

²³ El alcalde consideraba que el nuevo establecimiento contribuiría a que se aminorasen las reyertas en la plaza. AMF – *Libros de actas*, n.º 13, fol. 33.

²⁴ AMF – *Libros de actas*, n.º 13, fol. 33 vto.

²⁵ Así lo señalaba el prelado en una carta dirigida al alcalde mayor de Ferrol el 23 de agosto de 1783. AMF – *Libros de actas*, n.º 13, fol. 37 vto.

²⁶ MONTERO ARÓSTEGUI, 1972: 330.

PROSTITUCIÓN Y REPRESIÓN

El alcalde mayor de Ferrol, Don Pedro Bayón Ruiz, escribía, el 8 de junio de 1776, una carta al comandante de Marina, Don José Díaz de San Vicente, en donde le recriminaba con dureza la pasividad de los mandos de la Armada ante los desórdenes morales de la población castrense²⁷. Las recriminaciones de la máxima autoridad civil de la villa a la militar no eran solamente el fruto de un largo conflicto de competencias entre ambas jurisdicciones²⁸. Mostraba también una realidad incontestable: el fuero castrense era utilizado en muchas ocasiones como protección para un sin fin de actividades delictivas, entre las que se encontraban también los comportamientos ajenos a la moral católica, toda vez que, en el Antiguo Régimen, la frontera entre delito y pecado era muy difusa²⁹. Una muestra evidente del fundamento de las acusaciones del alcalde mayor, la encontramos un mes más tarde, en el respaldo absoluto a sus quejas mostrado por el vicario castrense del departamento, Don José Mateo Moreno. El clérigo revelaba, en una carta dirigida a Don Pedro Bayón, un panorama desalentador y no sin ciertas dosis de catastrofismo, de la situación que se vivía en la villa, comparándola con Sodoma y Gomorra³⁰.

Don José Mateo, abogaba por castigos ejemplares para los pecadores, «sean de la condición que fueren» ya que «se trata de que Dios no sea ofendido tan a cara descubierta». Sin duda, uno de los principales problemas en materia de control de la moralidad en la villa era la prostitución, actividad que se concentraba sobre todo en el barrio de Esteiro – como así señalaba el propio subdelegado castrense –, zona muy próxima a los acuartelamientos de tropa y lugar en donde residían mayoritariamente las clases populares. El concejo, o lo largo de toda la segunda mitad del siglo XVIII, trató de limitar y controlar a «la multitud de mugeres abandonadas y rameras» que concurrían y se mantenían en la villa, sobre todo gracias a la demanda de sus servicios por parte de la abundante tropa y marinería que se alojaba en ella. Las autoridades ferrolanas culpaban de la situación que se estaba viviendo a dos circunstancias. La primera, la abundancia de mujeres, muchas veces simples niñas, trabajando en ambientes poco propicios para el desarrollo de la moral católica. El alcalde mayor así se lo confesaba a la Real Audiencia el 17 de octubre de 1778³¹.

Un año más tarde, el concejo calculaba que había más de 300 mujeres desempeñando estas labores³². Pero era, sobre todo, el ámbito de las mujeres que vivían «de sobre sí»,

²⁷ AHN (Archivo Histórico Nacional) – *Consejos, Consejo de Castilla (Sala de Gobierno)*, Leg. 1215, n.º 30.

²⁸ BARREIRO MALLÓN, 1996.

²⁹ CLAVERO, 1990: 58.

³⁰ AHN – *Consejos, Consejo de Castilla (Sala de Gobierno)*, Leg. 1215, n.º 30.

³¹ AMF – *Libros de actas*, n.º 11, fol. 174 vto.

³² AMF – *Libros de actas*, n.º 11, fol. 225 vto.

es decir, sin estar tuteladas por un varón – ya fuera el padre, el marido, un pariente próximo o un amo – el que se consideraba principal caldo de cultivo del desorden social³³. Tanto las autoridades civiles como las religiosas intentaron frenar este tipo de vida con resultados más bien discretos. El primero de enero de 1767, el alcalde mayor prohibía vivir solas a todas las mujeres menores de cuarenta años residentes en la plaza, obligándolas a abandonarla si en el plazo de dos días no se empleaban como criadas. La pena para aquellas que incumpliesen el bando municipal era de un mes de cárcel y la expulsión de la localidad «con caxas destempladas». Del mismo modo, aquellos propietarios que les alquilaran las casas o que las hospedasen, deberían pasar también un mes en la cárcel además de pagar ocho ducados de multa³⁴. Nueve años más tarde, el 8 de enero de 1776, el licenciado Don Pedro Rodríguez del Monte Baamonde, alcalde mayor interino de Ferrol, incidía de nuevo en la necesidad de expulsar a esas solitarias de la villa e incluso iba más allá, al extender la prohibición de residencia también a las casadas con marido ausente, si no hacían constar testimonios de su «buen vivir» por parte de vecinos de contrastada reputación. También, el concejo intentaba acabar con la presencia de mujeres en las tabernas, sin duda uno de los ámbitos en donde con mayor impunidad se desarrollaban los comportamientos alejados de la moral. Por ese motivo, se prohibía en esos locales admitir «de día ni de noche mugeres mundanas, pena de diez ducados por la primera vez, quince por la segunda y veinte por la tercera en las cuales incurran los dueños del vino por balerse de personas poco cristianas para su venta». En este mismo sentido, se prohibía a toda moza soltera regentar taberna o tienda en la que se vendiese vino, bajo pena de cuatro ducados por la primera vez, ocho por la segunda y quince y un mes de cárcel por la tercera, con idéntica pena para los comerciantes que les suministrasen la bebida³⁵. Pero no fue la taberna el único ámbito en el que las autoridades civiles intentaron controlar los comportamientos pecaminosos: cuando el 14 de octubre de 1790, el ayuntamiento ferrolano decidió hacer presupuesto para la construcción de una fuente en el barrio de Esteiro, se argumentaba para la realización de la obra no sólo la escasez de agua que traía la vecina de San Amaro, sino también que dada su situación un tanto apartada, se juntaban en ella «las gentes a deshora de la noche experimentándose por esta razón grabísimos inconvenientes y consecuencias causado de las muchas mugeres que concurren a abastecerse así solteras como casadas»³⁶.

Todas estas fórmulas no fueron, ni mucho menos, originales del caso ferrolano. Encontramos disposiciones de este tipo adoptadas por la justicia ordinaria, tanto en

³³ SAAVEDRA FERNÁNDEZ, 1994: 254; RIAL, 1999: 359.

³⁴ AMF – *Libros de actas*, n.º 8, fol. 34.

³⁵ AMF – *Libros de actas*, n.º 11, fol. 9.

³⁶ AMF – *Libros de actas*, n.º fol. 64 vto.

el ámbito rural como urbano del reino de Galicia durante el período³⁷. No obstante, sí parece que la magnitud del problema en el caso departamental hizo que los alcaldes mayores ferrolanos mostraran un mayor interés por la persecución de los delitos morales que buena parte de sus colegas gallegos. En 1774, el viajero inglés William Dalrymple presenció, durante su estancia en la localidad, una escena a todas luces clarificadora de la actitud del concejo ferrolano: «una mañana vi echar de la villa a son de tambor a quince mujeres de mala vida; estaban sentadas en una escalera que llevaban los hombres horizontalmente a hombros, llevaban afeitada la cabeza y las cejas»³⁸. Unos años más tarde, concretamente en 1783, el alcalde mayor D. Eugenio Manuel Álvarez Caballero, informaba al obispo de Mondoñedo de haber sentenciado a un grupo de mujeres descarriadas a «vergüenza pública» y a seis años de reclusión³⁹. De cualquier modo, la persecución de la justicia civil se circunscribió a los casos más escandalosos, quedando las resoluciones sobre las mujeres que vivían solas y las vendedoras ambulantes en mero papel mojado. Seguramente, las disposiciones del concejo a este respecto eran más consecuencia de la dinámica legisladora de la época que de un verdadero interés por dar una solución a dicha cuestión. La escasez de medios con los que contaba⁴⁰ y la dualidad jurisdiccional eran dos obstáculos lo suficientemente imponentes como para poder superarlos. La reiteración en los distintos bandos de la segunda mitad del siglo XVIII de las mismas medidas es un claro ejemplo de sus nulas consecuencias. Parece pues lógico pensar que el relativamente bajo porcentaje de mujeres cabezas de casa en el vecindario de 1797⁴¹ en comparación con el resto del panorama urbano gallego estaba más relacionado con cuestiones demográficas – la sobreabundancia de varones en la localidad⁴² – que con la plasmación práctica de las disposiciones municipales. Según esa fuente, solamente el 16,2% de los hogares departamentales – 636 de los 3.934 – tenían como cabeza a una mujer, cuando prácticamente ningún centro urbano del reino de Galicia a mediados del siglo bajaba del 20%⁴³. La gran mayoría de estos hogares femeninos,

³⁷ SAAVEDRA FERNÁNDEZ, 1994: 254; RIAL GARCÍA, 1995: 177.

³⁸ GARRIDO, 1994: 209.

³⁹ AMF – *Libros de actas*, n.º 13, fol. 35.

⁴⁰ El poder municipal, en un informe enviado al Consejo de Castilla en 1779, comentaba lo siguiente: «Es igualmente notorio las muchas mugeres abandonadas y ramerías que también concurren y se mantienen y adentro y a fuera de las murallas de la plaza de día y de noche con la tropa y marinería con tal desenvoltura en el uso de sus personas que no es decible ni remediable por falta de medios y arbitrios, pues quantos han cavido en las actuales circunstancias para evitar estos delitos y pecados todo se frustró». AMF – *Libros de actas*, n.º 11, fol. 225 vto.

⁴¹ AMF – *Carpeta* 3.293.

⁴² EIRAS ROEL, 1988: 155-177.

⁴³ En Santiago, en la década de los cincuenta del XVIII, el 25,2% de los fuegos estaban regentados por mujeres, en Padrón el porcentaje descendía hasta el 23,3%, en Ourense era del 26,5%, en Lugo del 21.4%

un 93,4%, estaban encabezados por viudas, existiendo solamente 42 regentados por solteras. En cuanto a su distribución espacial, era el barrio de Esteiro la principal zona de residencia, con casi la mitad de los fuegos registrados, dato que guarda cierta sintonía con las quejas de las autoridades civiles y eclesiásticas que tenían a aquel barrio como el principal objetivo de sus ordenanzas y mandatos.

Evidentemente, al estar manejando un vecindario, se nos escapan del análisis todas aquellas mujeres residentes en calidad de huéspedes que, sin duda, se concentraban también en aquella zona de la ciudad, como de igual forma nos indican los informes municipales. Aún así, no deja de resultar tremendamente significativo que más de la mitad de los hogares regentados por mujeres solteras se encontrasen igualmente en Esteiro. Tras este barrio, aparece como segundo ámbito espacial en importancia La Magdalena, es decir «el nuevo Ferrol», la ciudad trazada a cordel por los ingenieros militares y que, poco a poco, se estaba convirtiendo en el principal referente residencial de la villa. Durante la segunda mitad del XVIII, las clases medias y altas de la sociedad ferrolana fueron ocupando ese nuevo espacio urbano, abandonando los otros barrios e incluso las cercanas villas ubicadas en la misma ría – Neda, Mugaros y, sobre todo, A Graña.

Las autoridades eclesiásticas también tomaron parte en la vigilancia y persecución de actitudes ajenas a la moral cristianas por parte de las mujeres. El obispo de Mondoñedo, Cuadrillero y Mota, prelado muy comprometido con estas cuestiones en toda su diócesis, decidió crear en la real villa, a comienzos de la década de los ochenta, una casa de recogida tanto para las «mujeres de mal vivir» destinadas allí por la justicia, como para niños expósitos. Éstos, eran alojados en la vivienda durante los meses de invierno, hasta que, con la primavera, podían ser enviados con menor peligro al hospital real de Santiago. En cuanto a las mujeres, la casa seguía los mismos patrones de otros establecimientos similares de la época, comenzando por la galera compostelana y concluyendo con la de la villa y corte de Madrid. Se trataba de un centro de reclusión en el cual se procuraba mediante el trabajo, la regeneración y la posterior reinserción en la sociedad de las mujeres, combinando de manera un tanto confusa los términos asistencia y represión⁴⁴. Durante su estancia en la casa, las mujeres estaban bajo la autoridad de un matrimonio «de intachable conducta moral» y se les introducía en el aprendizaje del hilado y del tejido. No tenemos casi información sobre el tiempo de permanencia en él, solamente conocemos la condena ya citada por parte del alcalde mayor Álvarez Caballero de un grupo de estas mujeres por seis años. El planteamiento de su fundador con este establecimiento era que, una vez cumplida la pena, las muchachas pudieran reintegrarse a la vida en la villa, bien

y en Monforte del 20,2% (DUBERT, 1992: 127).

⁴⁴ MEIJIDE PARDO, 1992: 14.

accediendo al matrimonio o bien empleándose como criadas. El propio prelado se congratulaba, en una carta dirigida al alcalde mayor en septiembre de 1783, de que «los buenos efectos de esta casa se han experimentado por la reforma de vida de muchas que salieron para tomar estado de matrimonio o para servir con fidelidad y satisfacción de sus amos»⁴⁵. Cuadrillero abogaba por evitar que entrasen en ella las reincidentes pues su mal ejemplo podía pervertir a las demás. Pero a pesar de estas pretensiones un tanto cándidas por parte del obispo, las intenciones del concejo eran mucho más prácticas, empleando, de hecho, la casa como un mero sustitutivo de la cárcel. Ni siquiera la petición del obispo de evitar el ingreso de reincidentes fue atendida por las autoridades civiles que solían enviarlas allí sin ningún miramiento⁴⁶.

BIBLIOGRAFÍA

- BARREIRO MALLÓN, Baudilio (1996) – *Organización administrativa de Ferrol y su comarca a fines del Antiguo Régimen*. «Obradoiro de Historia Moderna», 5, p. 69-94.
- BARREIRO MALLÓN, Baudilio & REY CASTELAO, Ofelia (1999) – *Pobres, peregrinos y enfermos. La red asistencial gallega en el Antiguo Régimen*. Vigo: Nigratea.
- BORROW, George (1983) – *La Biblia en España*. Madrid: Alianza.
- CLAVERO, Bartolomé (1990) – *Delito y pecado. Noción y escala de transgresiones*. In TOMÁS Y VALIENTE, Francisco et al. – *Sexo barroco y otras transgresiones premodernas*. Madrid: Alianza, p. 57-89.
- DUBERT GARCÍA, Isidro (1992) – *Historia de la familia en Galicia durante la época moderna 1550-1830*. Sada: Edicións do Castro.
- EIRAS ROEL, Antonio (1988) – *Una aproximación a la estructura demográfica urbana de Galicia en el censo de 1787*. In VILLARES PAZ, Ramón, coord. – *La ciudad y el mundo urbano en la historia de Galicia*. Santiago: Universidad de Santiago, p. 155-177.
- GARRIDO, Gustavo A. (1994) – *Aventureiros e curiosos: relatos de viaxeiros estranxeiros por Galicia: séculos XV-XX*. Vigo: Galaxia.
- MARTÍN GARCÍA, Alfredo (1999) – *Levas honradas y levas de maleantes: los trabajadores forzosos en un arsenal del Antiguo Régimen*. «Obradoiro de Historia Moderna», 8. Universidad de Santiago, p. 231-260.
- MARTÍN GARCÍA, Alfredo (2005) – *Demografía y comportamientos demográficos en la Galicia Moderna. La Real Villa de Ferrol y su Tierra, siglos XVI-XIX*. León: Universidad de León.
- MEIJIDE PARDO, María Luisa (1992) – *Mendicidad, vagancia y prostitución en la España del siglo XVIII. La casa galera y los departamentos de corrección de mujeres*. Madrid: Universidad Complutense, 2 vols.
- MONTERO ARÓSTEGUI, José (1972) – *Historia y descripción del Ferrol*, Pontedeume: Gersan. (1ª ed. Madrid 1859).

⁴⁵ AMF – *Libros de actas*, n.º 13, fol. 37.

⁴⁶ La eficacia del establecimiento ferrolano estaría, por tanto, en la línea de la casa de galeras de la ciudad de Santiago (RIAL GARCÍA, 1995: 185).

- PÉREZ ESTEVEZ, Rosa María (1976) – *El problema de los vagos en la España del siglo XVIII*. Madrid: Confederación General de Cajas de Ahorros.
- RIAL GARCÍA, Serrana (1995) – *Las mujeres en la economía urbana del Antiguo Régimen. Santiago durante el siglo XVIII*. Sada: Edicións do Castro.
- RIAL GARCÍA, Serrana (1999) – *Mulleres e desorde social*. In RODRÍGUEZ GALDO, María Xosé, coord. – *Textos para a historia das mulleres en Galicia*. Santiago: Consello da Cultura Galega, p. 359-368.
- SAAVEDRA FERNÁNDEZ, Pegerto (1999) – *La vida cotidiana en la Galicia del Antiguo Régimen*. Barcelona: Crítica.
- SANTALLA LÓPEZ, Manuela (1995) – *La familia obrera. Ferrol 1750-1936*, Santiago: Universidad de Santiago. Tesis doctoral.
- VELÁZQUEZ MARTÍNEZ, Matías (1991) – *Desigualdad, indigencia y marginación social en la España ilustrada: las cinco clases de pobres de Pedro Rodríguez Campomanes*. Murcia: Universidad de Murcia.
- VIGO TRASANCOS, Alfredo (1985) – *Arquitectura y urbanismo en el Ferrol del siglo XVIII*. Vigo: COAG.
- WOOLFS, Stuart (1989) – *Los pobres en la Edad Moderna*. Barcelona: Crítica.

FAMILIA E ENTRETENIMENTO. A INCIDENCIA DAS SOCIEDADES RECREATIVAS NUNHA CIDADE GALEGA DO SÉCULO XIX

ANA MARTÍN GARCÍA*

INTRODUCCIÓN

Ferrol, localidade situada no noroeste peninsular, en Galicia, naceu como verdadeiro centro urbano a mediados del século XVIII, trala decisión da Coroa de construír nas súas ribeiras uns arsenais e estaleiros reais.

Durante a segunda metade da centuria, a pequena vila de pescadores de apenas mil habitantes, non cesou de medrar ata se converter no centro urbano máis poboado do reino de Galicia e da cornixa Cantábrica, acadando os 25.000 habitantes en 1787¹.

Este crecemento trouxo consigo unha morea de dificultades difíciles de superar para o concello como a falta de vivendas para a enorme poboación, tanto de militares como de operarios das reais obras, así como doutras xentes que chegaban á cidade na procura de oportunidades.

A partir da década dos sesenta, a construción do barrio de La Magdalena irá solucionando paulatinamente ese problema aínda que non se rematará ata 1820². Tamén houberon de solventar problemas de abastecemento, ou de sanidade.

Resulta significativo indagar no tipo de sociedade nacida naquel novo Ferrol obreiro e militar, cun reducido sector servizos. Dende fins do XVIII e durante todo o XIX máis da metade da poboación vai depender dos soldos do rei, é por iso que en Ferrol máis que en calquera lugar de Galicia, as decisións da Coroa en relación á Mariña de guerra condicionarán a súa vida e marcarán os seus tempos de prosperidade e as épocas de decadencia.

* anamartin@edu.xunta.es.

¹ MARTIN, A. (2001). <<http://ruc.udc.es/dspace/handle/2183/5532>>.

² VIGO, A. (1985), p. 161.

FERROL, UNHA URBE «ILUSTRADA» POR CONTRASTES

Unha das máis importantes novidades que o Século das Luces aportou á beleza das cidades foi a creación de grandes paseos arborados que servisen de espaxamento ao cidadán. Ferrol fora a primeira urbe do reino de Galicia en contar xa dende o século precedente con cemiterio e alameda pública. Para Ferrol os enxeñeiros da Armada deseñaron un paseo de sete rúas de variadas especies arbóreas de máis de medio quilómetro de longo. Este espazo converteuse no lugar de encontro e paseo para os ferroláns durante a primavera e o verán, trocándoo pola rúa real nas estacións frías por consideralo daquela inhóspito e alonxado.

O trazado ortogonal da vila fora ideado polos máis grandes enxeñeiros da armada, quen tamén levantaron un conxunto militar técnica e tecnolóxicamente único. Nomes da talla de Julián Sánchez Bort, Montiaquí, Petit de Lacroix, ou mesmo Jorge Juan fixérono posible. O seu sistema de sumidoiro conectado a rede de augas do foso defensivo do arsenal era tamén outra das súas innovacións que convertían a aquel espazo urbano en un lugar único. Agora ben aínda que resulta acertado considerar todos estes adiantos como propios dunha cidade ilustrada, non o é tanto xeneralizar as bondades da Ilustración a todo o conxunto da poboación ferrolá. Moi ao contrario, a vila e as súas xentes no seu comportamento durante o século XIX non se diferenciaba en demasía de calquera outra do reino de Galicia. É por iso que, a pesares de que proporcionalmente en Ferrol trataron de constituírse un número moi elevado de sociedades recreativas, moitas máis que noutras vilas galegas do tempo, a maior parte delas terán unha vida moi efémera e nunca chegarán a ter o esplendor que anhelan as súas actas fundacionais.

A VIDA COTIÁ NO FERROL DO XIX

Os anos decimonónicos, non foron para os ferroláns un camiño de flores. As graves penurias que azoutaban a unha vila real tan intimamente unida ás decisións da Coroa, provocaron levantamentos populares. Xa, na primeira década do século, o 10 de febreiro de 1810, a falta de pagas produciu o descontento nas clases populares que, movidas pola desesperación e encabezadas por un grupo de mulleres, asaltaron a porta do dique para penetrar no arsenal reclamando ás súas pagas e levándose por diante a vida do xeneral Vargas. A crueldade do crime foi correspondida co xuízo e sentenza das líderes. A cabeza dunha delas, Antonia Alarcón, foi cravada nunha picota na Alameda, naquel paseo decoroso e elegante, do que tanto fahendeaban os ferroláns³, aínda que nel a cotío se puidera ver pacer nel ao gando. Aínda así, a súa

³ MONTERO (reed. 1972), p. 104 e ss.

alameda non tiña igual e para os ferrolás o paseo do Prado de Madrid resultáballes desprezable.

A comezos da década dos trinta do século se achegaba a Ferrol o afamado viaxeiro e vendedor de Biblias George Borrow. A súa visión da localidade quedou debuxada a través do seu verbo na obra «La Biblia en España» onde aseguraba que en ningunha parte se manifestou a miseria e decadencia da moderna España con tanta forza como na capital departamental. «Apenas entré en la ciudad se apoderó de mi alma la tristeza. La yerba crecía en las calles, por todas partes me daban en la cara las huellas de la miseria. Ya no pululaban por los Arsenales aquellos millares de carpinteros de ribera que construían las largas fragatas y los tremendos navíos de tres puentes. Tan sólo unos pocos obreros mal pagados y medio hambrientos, desperdician allí sus horas...»

Continua Borrow o seu relato asegurando que a metade dos habitantes de Ferrol pedían esmolas polas rúas, entre eles, asegura que se atopaban oficiais de mariña retirados e inválidos que ben puidera facer tres ou catro anos que non cobraban as súas pensións.

Nos anos medios do XIX, a raíña Isabel II e o seu ministro o Marqués de Molins puideron reactivar e facer retornar o pulo a Ferrol que incluso obterá no 1858 o título de cidade. Eses intres de recuperación serán, sen embargo, efémeros. Aínda así, dende 1847 Ferrol comezou a contar con alumeado xeral, o que vai propiciar que a vida nas rúas prolónguese no tempo. Antes, ao caer o sol, os ferroláns ou ben se pechaban na casa, ou, como moito, xuntábanse nunha mazá da rúa Magdalena, onde se situaba un único farol solitario suxeito por unha cadea a dúas casas. De tódolos xeitos o alumeado instalado seguía a ser insuficiente e os veciños reclamaban máis puntos de luz para evitar delinquentes. Así, na rúa travesa de San Eugenio dicían non poder saír da casa ao caer o sol, pois a escuridade era tal que as roldas dos serenos non chegaban ata aló aínda que si o facían «hombres encapotados y parapetados en las capas, cuyo objeto no puede ser otro que el de hacer daño»⁴

Moitas daquelas rúas escuras dende o solpor, resultaban ademais cheirentas por ser costume a venta e limpeza de peixe nelas. Tamén era habitual, segundo recollen os «Bandos de Policía y Buen Gobierno» que os veciños non dubidasen en poñer a secar nas rúas todos os froitos que o mar ou a terra lles ofrecían. Peixeiras mesturábanse con animais domésticos que paseaban soltos e que mesmo parecían querer escoitar a aquelas mulleres que lían a boaventura aos máis infelices que se mesturaban co lixo que se acumulaba nos recunchos das rúas. As autoridades civís, emitían bandos tratando de poñer en orde a unha veciñanza que organizaba cencerradas sen previo aviso, e que pasaba con suma facilidade da festa á liorta, sen máis armas que simples pedras.

⁴ AMF, 418, Libro de actas, 8-1-1850, p. 2.

Antes este panorama, non é de estrañar que a chegada á urbe de calquera atracción fose sempre aplaudida. Circos, compañías teatrais que percorrían a xeografía galega ou mesmo teatriños ambulantes, solicitaban permiso ao concello para poder exercer as súas habilidades na real vila. En 1832 chegou o artista ambulante portugués José dos Reis Malavar, «profesor de equilibrios e juegos indianos»⁵, ou xogos de mans quen facía constar nas súas solicitudes de permiso o feito de ter actuado ante «SSMM en el año de 1831, en el teatro de la Cruz»⁶.

Don Manuel Espiños, tamén actuou ante os monarcas amosándolles as súas máis curiosas calidades, «imitar la voz natural y sin otro auxilio, el canto de la mayor parte de las aves conocidas y varias marchas de Rossini.. »⁷.

Maior número de atraccións chegaban a outras localidades galegas que contaban con mellores comunicacións terrestres, punto moi frouxo este para a Vila Real. A este respecto no 1832 tratábanse de axilizar os trámites «sobre la carretera real proyectada desde esta villa a Castilla»⁸, foi un primeiro intento de dar mellores comunicacións terrestres a Ferrol e tratar de sacar a localidade do seu illamento.

As rúas continuaban estando ategadas de lixo, por máis que os bandos municipais tratasen de atallar os vertedoiros das vías públicas. Para o concello non se trataba unicamente dun risco para a saúde pública, tratábase asemade dun escándalo. Por iso imponía vinte ducados de multa a quen non limpaba os esterqueiras e incluso penas de cárcere: vinte días de arresto. Pero o sistema de sumidoiro era insuficiente, non recollendo as augas fecais de todos os barrios. Así, en Esteiro, seguía a ser práctica habitual botar as augas inmundas polas ventás, e en moitos casos o berro de «auga vai» pillaba por sorpresa aos transeúntes que vían como un baldeiro de augas cheirentas empapaban as súas roupas. E realmente en veciñanzas como aquela era difícil esquivar estes males, pois por riba as rúas ategábanse de vendedoras de froita que impedían o paso⁹.

Tratando de dar solucións a tanto desorde o concello poñía a funcionar un curioso servizo de recollida de lixo. Cada día de 7 a 8 no verán e de 8 a 9 no inverno, instábase aos veciños a varrer a fronte das súas casas e facer un montón no centro da fachada onde verterían tamén o po das cociñas. Feito este labor, pasaría un carreteiro por cada rúa apañando todo o lixo. Pagábaselle unha peseta por cada carro que carretase.

⁵ AMF, Actas do concello de Ferrol, 402, 5-1-1832, p. 1.

⁶ VAREY, J. E. (1972), p. 264.

⁷ AMF, Espectáculos, teatros y plazas de toros, 726, A3, papéis soltos.

⁸ AMF, Actas do concello de Ferrol, 402, 5-1-1832, p. 24v.

⁹ AMF, Actas do concello de Ferrol, 402, 5-1-1832, p. 31.

AS SOCIEDADES RECREATIVAS

Dentro deste peculiar panorama os ferrolás comezaron a buscar modos e maneiras de distinguirse socialmente. Familias enteiras asociábanse a clubs de recreo coa fin de mellorar o seu estatus e de dar maior empaque os seus apelidos. Ferrol tiña unha gran tradición asociativa dende tempo atrás, se ben a meirande parte das sociedades que nacían na localidade, eran sociedades de socorro ou auxilio mutuo, tan necesarias nunha vila na que máis da metade da poboación dependían dos soldos dun estado en constante bancarota. Agora ben, nos períodos de bonanza o número de sociedades eminentemente recreativas que solicitaban permiso para se constituír foron numerosísimas. Non é doado poder facer unha estatística por mor da perda de gran parte da documentación. De modo que, dalgunhas temos referencias nos libros de actas do consistorio, doutras consérvanse os seus estatutos e en ocasións atopámonos panfletos de propaganda das súas actividades lúdicas. De tal xeito que facendo unha estimación media, podemos calcular o número de sociedades recreativas que se fundaron ou refundaron ao longo de todo o XIX nunhas 50. Iso si, a maior parte delas non chegaban a cumprir nin un ano de vida. Ante un oferta tan ampla, é evidente que moitas delas compartían socios, e tiñan que ter unhas coutas baixas para poder manter o número de asociados, agora ben, en moitos casos os baixos ingresos provocaban precisamente o peche da sociedade. Outra das razóns era a morosidade dos socios que non pagaban as cotas nos períodos de crise económica.

O que queda claro é que existían unha ansia de querer ser o que en Ferrol non abundaba, burguesía. Así os «aburguesados» querendo estar alleos aos dispareos momentos, celebraban os seus bailes privados, aos que chamaban bailes de sociedade, ben participando nos que organizaba o Salón Filarmónico, ou ben alugando este local para reunirse nel os membros do Circo de Recreo, do Liceo de Artesanos ou da Tertulia de Confianza, por citar algunhas das sociedades recreativas que existían nas décadas dos 40 e 50.

O Salón Filarmónico non era máis que un amplo baixo cun gran salón corrido e apenas un par de dependencias máis que facían, ás veces, de tocador para as mulleres. O salón, que apenas tiña mobiliario, servía como teatriño de variedades, como lugar de reunión e como salón de baile con capacidade para 400 persoas. Iso si, cando algunha das referidas sociedades se erixían como organizadoras do evento, transportaban ata el todo tipo de bens mobles, lámpadas, alfombras, cadeiras, etc., unha auténtica mudanza que trataba de converter aquel sinxelo almacén nunha especie de casino.

Outro local semellante era o Teatro Principal que ocupaba os números 46, 47 e 48 da rúa Magdalena. Tamén era un pequeno almacén improvisado para teatro con capacidade para 360 persoas. Tiña dúas ordes de palcos, un de galería e un patio. O curioso é que a pesar da súa pobreza, era catalogado como un dos espazos

lúdicos máis dignos da vila, o que realmente era dicir pouco ou nada pois o propio concello describía en 1861 estes dous locais dicindo que: «... tienen de tales teatros mas que el nombre, pues no reúnen ninguna de las circunstancias que requiere el establecimiento de esta clase, y sólo puede dárselos un título por ejecutarse en ellos funciones teatrales...»¹⁰.

Unha das sociedades nadas no XIX foi a Tertulia de Confianza. Fundada no 1850 era unha asociación recreativa cun obxectivo instrutivo. As súas actividades baseábanse na lectura, nos bailes de máscaras e «de serio», e nos xogos de billar, naipes e outros legais, quedando absolutamente prohibidos os de azar. Nestes tempos decimonónicos, nin que dicir ten que as mulleres non xogaban máis papel dentro destas sociedades, que o de ser unhas ben recibidas compañeiras de baile. No día a día, negábanelles o acceso aos locais sociais onde só os homes podían disfrutar charlando nunhas tertulias con pouca chicha, pois prohibíase falar de temas políticos ou relixiosos. En 1850 eran socios de número da Tertulia, os casados e os homes maiores de 29 anos, mentres que os rapaces de 17 a 29 anos tiñan que contar cunha autorización paterna escrita para poder pertencer á sociedade.

As sedes daquelas sociedades eran simples pisos de aluguer, a Tertulia, por exemplo, comezou a súa andaina cun na rúa San Bernardo, nunha vivenda de tres pisos na que todo pretendía ser o que non podía ser. A escaleira estaba pintada «al bronce», os mobles pintados á caoba, etc. Pero cumpría o seu cometido porque tiña recunchos para a lectura, sala del café co seu «botiquín», que así se denominaba daquela ao bar, sala de xogos, secretaría ou mesmo unha sala de billar.

O comportamento dalgúns dos seus socios distaba moito de ser modelo de alta sociedade. En 1862, a xunta directiva abriu serio expediente a tres socios porque «... habían alterado el orden de la sociedad entrando con un caballo en la misma hasta la segunda puerta... destrozando cristales, con la exposición de ocurrir cualquier desgracia si en aquel momento saliera cualquier individuo... uno de los tres socios... ha levantado la mano al administrador, sin tener en cuenta, que lejos de faltarles, les suplicaba que guardasen moderación...»¹¹. Dous anos máis tarde deuse de baixa a un deles «por tirar un paraugas á cara e sen motivo» a outro socio. E aínda que o readmitiron no 1865 chega a súa expulsión definitiva por «pretender dar un bastonazo a D. Juan San Martín, que lo esquivó, pero hay evidencias en la pared hundida... se le da de baja por reincidente».

En ocasións sinaladas, algunhas das recreativas arriscaban parte dos fondos das súas arcas para traer ata Ferrol espectáculos pouco vistos. No 1858, con motivo dos festexos pola visita real de Isabel II, alugaron un cosmorama, artificio óptico que

¹⁰ AMF, Ateneo y Liceo de Artesanos, 721, 1861, papeis soltos.

¹¹ AMF, Tertulia de Confianza, papeis soltos.

permitía ver aumentados os obxectos mediante unha cámara escura, e asemade, proxectaba localidades, edificios, etc.

Aquel ano de 1858 foi un ano repleto de conmemoracións a prol da visita rexia, pero tamén un ano de moito control político, tanto, que chegou a afectar a propia vida das sociedades que criticaban ao alcalde Ramón Ocampo pola férrea censura ás que as tiña sometidas en base a unha Real Orden de 1839 que realmente nunca se aplicara. A Real Orde regulaba os estatutos das sociedades que tiñan que ser aprobadas polo gobernador civil e permitía aos alcaldes intervir nas súas xuntas xerais, e coñecer o seu funcionamento interno. En 1858 o alcalde quere controlar a Tertulia de Confianza, provocando unha grave crise na sociedade, déronse de baixa moitos socios, houbo riñas entre eles e chegaron á bancarota. Pero milagrosamente renaceu das súas cinzas. En 1859 xurdía novamente baixo o nome de Casino Ferrolano. Outras moitas sociedades non tiveron tal resistencia. O arquivo municipal garda unha boa colección dos seus regulamentos que nos deixan constancia da súa efémera vida. O Liceo de Artesáns ou o Círculo de Maquinistas, por exemplo, viviron apenas un intre.

Naquel ano, concedeuse licenza de apertura a un reñedeiro de galos sobre as ruínas do antigo teatro Settaro, tristemente desaparecido polas lapas dun incendio no 1807. No 1863 existía un circo ecuestre que nun ano realizou cinco funcións. Tratábanse de construcións provisionais, coma as prazas de touros que se achegaban a Ferrol. Pero unha nova e soberbia construción comezaba a cobrar vida, aquel foi o ano no que se iniciaron os que resultaría ser uns largos e dilatados trámites para a construción dun dos mellores teatros galegos, o Jofre.

En 1868 o alcalde da cidade, Aquilino Fernández, emite un bando sobre o entroido, prohibindo que se boten ovos, petardos ou auga sucia, nin disfraces de militar ou de funcionario, nin grandes comparsas pola rúa. Ese ano resultou ser convulso en materia política e acrecentou a censura. Así, cando en febreiro un ferrolán alcumado «Pitifoque» aproveitando un espectáculo de prestidixitación dirixiuse ás cabezas parlantes para lles preguntar que cando sería «o golpe decisivo», á autoridade local sancionouno por tal atrevemento¹². En setembro estoupo a revolución Gloriosa, e os mesmos ferroláns que unha década atrás aplaudían á raíña Isabel na súa visita a Ferrol, eran os que agora, ante a crise de subsistencia iniciada en 1866, apoiaban aos insurxentes en contra da Coroa.

A vida seguía e a necesidade de entretemento tamén. En 1870 apróbanse os estatutos que rexerán a primeira sociedade adicada cen por cen aos bailes, «La Ferrolana». Os seus socios debían aboar a respectable cifra de cinco reais ao mes, circunstancia esta que motivará a súa pronta desaparición.

¹² AMF, Espectáculos, teatros y Plazas de toros, 726, 1868, papeis soltos.

No 1873 contaba Ferrol cinco cafés, tres casinos e un teatro aberto, mentres que o novo teatro Jofre vía dilatada a súa construción. O comercio ascendía a 332 tendas de roupas, víveres, bisutería, etc. O alumeado era de petróleo e contabamos xa con 274 farois¹³. O ano 1878 rompeu coa monotonía dos anos precedentes. O fin das obras de construción do dique da campá e a súa inminente inauguración comezaron a transformar a cidade para conmemorar o acontecemento. Ese ano comezou a construción dun teatro circo¹⁴ con motivo do certame musical e dos xogos florais que se celebraran para festexar a inauguración daquela importante obra de enxeñería. Nunha década abriu as súas portas o Teatro Romea, con capacidade para 578 localidades na planta baixa e 322 no piso principal. Daquela, algunhas das sociedades recreativas, chegaron a ter un número moi respectable de socios. O Círculo de Recreo tiña 139 que pagaban unhas cotas mensuais de 5 pesetas, o Casino Ferrolano 169 e unha cota de 2,90 pesetas, o Centro Recreativo de Ferrol, 300, que pagaban 2 pesetas, o Círculo de Artesanos, 130, abonando 1,50 e por último o Nuevo Liceo de Artesanos 227, tamén cunha cota de 1,50¹⁵.

Tamén daquela había socios que non aprenderan a comportarse en sociedade. O Casino Ferrolano ten abertos varios expedientes a socios por facerse acompañar nos bailes de «señoritas de dudosa reputación», o que ofendía ao honor das damiselas presentes. Pero é que outros xa se «extralimitaban» na súa falta de recato, como foi o caso de D. Miguel García del Villar expulsado do Casino por: «... haberse extralimitado en sus modales bailando Can Can cuando la música que sonaba era un rigodón... se le expulsa para evitar que se cometan en lo sucesivo abusos de esta naturaleza y que hablarían muy poco a favor de esta sociedad...»

BIBLIOGRAFÍA

- MARTIN GARCIA, Alfredo (2001) – *Población y sociedad del Ferrol y su tierra en el Antiguo Régimen*. Universidade de A Coruña, disponible en <<http://ruc.udc.es/dspace/handle/2183/5532>>.
- VIGO TRASANCOS, Alfredo (1985) – *Arquitectura y urbanismo en el Ferrol del siglo XVIII*. Vigo.
- MONTERO AROSTEGUI, José (reed. 1972) – *Historia y descripción de El Ferrol*. Pontedeume.
- VAREY, J. E. (1972) – *Los títeres y otras diversiones populares de Madrid: 1750-1840, Estudio y Documentos*. London: Tamesis Book Limited.

¹³ AMF, Obras 176, 1873-1874, papeis varios.

¹⁴ AMF, Asociacións 725, Construción do Teatro Circo, 1878, papeis soltos.

¹⁵ AMF, 715, 1884, papeis soltos.

Fontes documentais

AMF, Arquivo Municipal de Ferrol

- Libros de actas do concello (1830-1880)
- Espectáculos, teatros y plazas de toros, 726, A3, papéis soltos.
- Espectáculos, teatros y Plazas de toros, 726, 1868, papeis soltos.
- Ateneo y Liceo de Artesanos, 721, 1861, papeis soltos.
- Tertulia de Confianza, papeis soltos.
- Obras 176, 1873-1874, papeis varios.
- Asociacións 725, Construcción do Teatro Circo, 1878, papeis soltos.

POBREZA Y MUJERES EN LEÓN Y ASTORGA A MEDIADOS DEL SIGLO XVIII

MARÍA JOSÉ PÉREZ ÁLVAREZ*

En la provincia de León, a lo largo de toda la Edad Moderna, sólo hubo dos núcleos poblacionales que ostentaran la condición de ciudad. Esos eran la capital y Astorga¹. A mediados del siglo XVIII la primera tenía poco más de 1.300² vecinos y la segunda no llegaba a los 700. En ellas residían en 1787 el 3,7% de las mujeres leonesas. El resto se alojaban, mayoritariamente en comunidades rurales, concretamente así lo hacían algo más del 90%, o semiurbanas, que albergan al 6%.

Para conocer el número de unidades domésticas que en esas ciudades estaban bajo responsabilidad femenina, la actividad económica que en ellas se desarrollaba, las estadísticas de pobreza o cuál era la tipología familiar, tomaremos como fuente básica los libros de familia del Catastro del marqués de Ensenada. La información que nos aporta esa documentación, más completa en los hogares encabezados por varones que en los de jefatura femenina, es mucho más completa para la capital que para Astorga. En esta última solamente recogieron el nombre del cabeza de familia, su estado civil y la ocupación. En León, por el contrario, los responsables de elaborar el catastro fueron mucho más generosos, ya que, además de todos esos datos, también nos facilitaron los corresidentes y la relación de parentesco que existía entre ellos, así como los ingresos de la unidad familiar. Quizá, un inconveniente de esa documentación es que sólo nos permite visualizar un momento del ciclo vital de la institución familiar, la cual, debido a las elevadas tasas de mortandad, era muy dinámica. No obstante, y a pesar de ese estatismo, la panorámica que nos ofrece será

* Universidad de León. Área de Historia Moderna.

¹ Este trabajo forma parte de un proyecto de investigación titulado *Pobreza, delincuencia y mecanismo de control social durante la Edad Moderna*, financiado por la Junta de Castilla y León. (Ref. LE001A10-1).

² Sólo hemos tenido en cuenta la población que vivía en las parroquias intramuros y extramuros. Tampoco hemos contabilizado a dos familias que, aunque mantenían su vecindad, habitualmente residían en casa de algún pariente.

de gran utilidad para revelarnos numerosas cuestiones de las pautas de organización femeninas en ese momento.

A su vez, para Astorga, también contamos con una serie de padrones que nos han servido para ampliar la información sobre las unidades domésticas regidas por mujeres. Para la elaboración de los mismos siguieron un esquema muy similar al del catastro, pero la información que nos aportan sobre las actividades laborales es aún más incompleta.

1. LA JEFATURA DEL HOGAR EN LAS CIUDADES LEONESAS DURANTE LA EDAD MODERNA

El jefe del hogar era el responsable del comportamiento de los miembros que formaban la unidad básica de convivencia, es decir de la familia³. De acuerdo con la concepción imperante de sociedad patriarcal, sólo las mujeres célibes y las viudas detentaban la jefatura del hogar⁴. Pues bien, a mediados del siglo XVIII, en el mundo urbano leonés las mujeres estaban al frente de un 21,8% de los hogares de titularidad seglar. Concretamente, en León detentaban la jefatura del 23,3%⁵ y en Astorga del 18,3% (cuadro n.º 1). No obstante, esos porcentajes estarían sometidos a constantes vaivenes. Como ya hemos señalado, las elevadas tasas de mortalidad ordinaria, que periódicamente se aceleraban por las crisis económicas o sanitarias, se dejaban sentir con gran fuerza en los núcleos conyugales. La consecuencia más inmediata se haría patente en la composición del hogar, que podría ver alterada su tipología.

Una serie de padrones elaborados a lo largo de la Edad Moderna en la ciudad de Astorga nos permitirán observar la incidencia que las coyunturas demográficas y económicas tuvieron sobre las unidades domésticas y, por lo tanto, conocer el grado de estabilidad que tenía la representación femenina en la titularidad del hogar. Según el padrón confeccionado en 1652⁶, el 13,2% de los hogares estaban encabezados por mujeres viudas, no obstante, y posiblemente ese porcentaje podría ser algo más elevado, puesto que no hemos encontrado a ninguna soltera como jefa de una uni-

³ Sobre los conceptos de hogar y familia puede consultarse reher, 1988: 149-150.

⁴ Como señaló Domínguez Ortiz (1986: 321), la familia conservaba «incólume» el carácter patriarcal. Al mismo respecto, Vid. GACTO, 1988: 26. Tanto a las mujeres viudas como en el de las solteras, era el fallecimiento del hombre lo que las colocaba al frente de la familia. garcía gonzález, 2004: 162-163. Respecto al regreso de mujeres viudas al hogar familiar, puede consultarse sesmero cutanda, 2004: 340.

⁵ Este resultado es semejante al que tenía Alcaraz por las mismas fechas. En aquel territorio el porcentaje de mujeres que ostentaban la representación de la unidad familiar en el mundo urbano era del 20%. GARCÍA GONZÁLEZ, 1998: 213. Por el contrario, encontramos valores más bajos que en la vecina Asturias, donde los hogares a cuyo frente estaba una mujer se situaban entre el 25,8%, de Avilés, y el 36,6%, de Gijón. López iglesias, 1999:89.

⁶ AHPL (*Archivo Histórico Provincial de León*), C. 621.

dad doméstica, y no tenemos la certeza de si es porque efectivamente no las había o porque no se contabilizaron. Por su parte, en 1708, tal representación femenina pasó a ser del 18%⁷ del total del vecindario, y más baja volvía a ser esa cifra en 1752, pues el resultado que se refleja, el 18,3%, es solamente sobre la población seglar; pero aún descendió más a finales de la centuria dieciochesca, situándose entonces en el 13,9% (cuadro n.º 2). Cruzando esos datos con las coyunturas provinciales, observamos como la representación femenina al frente del hogar perdía importancia coincidiendo con periodos de expansión o estabilidad de la producción agraria y de crecimiento de la población. Por el contrario, el más elevado, el de 1708, se insertaba en un momento crítico, generado a raíz de la crisis económica de finales del siglo XVII y de la de comienzos de la centuria dieciochesca, así como la Guerra de Sucesión. Por lo tanto, todas esas recesiones serían determinantes a la hora de colocar a las mujeres al frente de la familia.

Cuadro n.º 1 – La jefatura del hogar en el mundo urbano leonés (1752)

	León	%	Astorga	%	TOTAL	%
Hombres	1064	76,7	499	81,7	1563	78,2
Mujeres	324	23,3	112	18,3	436	21,8
TOTAL	1388	100	611	100	1999	100

Fuente: *Libros de familia del Catastro del marqués de la Ensenada*.

Cuadro n.º 2 – Evolución de la jefatura femenina en Astorga (1652-1792).

	1652		1708		1752		1792	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Varones	350	86,8	227	82	499	81,7	581	84,4
Mujeres	53	13,2	50	18	112	18,3	107	15,6
TOTAL	403	100	277	100	611	100	688	100

Fuente: AHM, C. 621/58. AHPL, C. 11230, 10804 y *Libro de familia del Catastro del marqués de la Ensenada*.

Desconocemos cuál fue el desencadenante que llevó a 11 mujeres a ostentar responsabilidad del hogar, pero entre las restante la causa fue, mayoritariamente, el fallecimiento del cónyuge – 84,4%. En segundo lugar aparecía el celibato – 11,5% – y finalmente había una pequeña representación de mujeres que estaban desempeñando un papel que socialmente recaían en el marido – 1,6% (cuadro n.º 3). No sabemos el motivo de esa transferencia de funciones eminentemente masculinas, pero lo más probable es que fuera la ausencia del cónyuge la que propició la situación.

⁷ AHPL, C. 11230.

**Cuadro n.º 3 – Estado civil de las mujeres jefas del hogar en el mundo urbano
de la provincia de León**

	León		Astorga		TOTAL	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Solteras	38	11,7	12	10,7	50	11,5
Casadas	5	1,5	2	1,8	7	1,6
Viudas	277	85,5	91	81,3	368	84,4
Desconocido	4	1,2	7	6,3	11	2,5
TOTAL	324	100	112	100	436	100

Fuente: *Libros de familia del Catastro del marqués de la Ensenada.*

Solamente para la capital el catastro nos ofrece los datos necesarios para poder conocer las formas de coresidencia de las mujeres que tenían la responsabilidad de sacar adelante su núcleo familiar. Además, también nos permite analizar esa misma cuestión en función de la disponibilidad económica de sus titulares. La tendencia era vivir acompañadas, y así lo hacían el 62,8% de las leonesas. No obstante, esa situación variaba en función del estado civil y la riqueza (cuadro n.º 4). En el caso de las solteras, vivían en soledad el 90% de las que residían en la capital y eran consideradas pobres; mientras que entre las otras ese porcentaje era ligeramente más bajo – 78,6%. Respecto a las viudas, las cifras son 52% y 22,3%; y entre las casadas, cuya representación, como hemos visto, era muy baja, 100% y 75%, respectivamente. Por lo tanto, existía una notable ligazón entre pobreza y soledad.

Cuadro n.º 4 – Tipología de la familia de jefatura femenina en la ciudad de León

	Pobres		Resto		Total	
Solteras	10	11,6	28	12,0	38	11,9
Solitarias	9	10,5	22	9,4	31	9,7
Sin estructura	1	1,2	6	2,6	7	2,2
Casadas	1	1,2	4	1,7	5	1,6
Solitarias	1	1,2	3	1,3	4	1,3
Nuclear		0,0	1	0,4	1	0,3
Viudas	75	87,2	202	86,3	277	86,6
Solitarias	39	45,3	45	19,2	84	26,3
Sin estructura	2	2,3	11	4,7	13	4,1
Nuclear	34	39,5	129	55,1	163	50,9
Nuclear+ otros agregados			17	7,3	17	5,3
TOTAL	86	100	234	100	320	100

Fuente: *Libro de familia del Catastro del marqués de la Ensenada.*

En cuanto a los agregados domésticos, de esos casi dos tercios de mujeres que vivían acompañadas, los hijos suponían entre las mujeres viudas, lógicamente, una mayoría aplastante, aglutinándose el núcleo familiar torno a hogares nucleares simples. Para este colectivo esos representaban el 58,8%. Una posición secundaria la ocupaban aquellos otros en los que, además de los hijos, añadían al hogar otro pariente, casi siempre hermanas, sobrinos o nietos. Esa tipología se recoge, mayoritariamente, entre aquellas que gozaban de una posición económica desahogada, como las que administraban negocios importantes, caso de mercaderes, joyeras o regatonas. Algunos de esos agregados, indudablemente, contribuirían aportando mano de obra al negocio⁸. Finalmente, el porcentaje más bajo correspondía a los hogares carentes de estructura, los cuales apenas tuvieron incidencia entre las viudas pobres. En este grupo sólo aparecen en dos ocasiones, una de ellas tenía en su casa a una nieta y la otra a una niña del arca. Entre las otras, vuelven a ser las más ricas las que más se veían involucradas en ese tipo de formaciones, pero en este caso, además de las que tenían negocios, también encontramos a tres nobles. Se trataba de una de las marquesas, con la que vivían una hermana y el capellán; y otras dos nobles que tenían recogidas «por caridad» a niñas del arca de misericordia. Muy probablemente, esas menores estuvieran desempeñando pequeños trabajos en la casa a la vez que recibían una formación, más refinada, para trabajar como domésticas en el futuro.

Esas mujeres titulares del hogar se repartían por todas las parroquias de la ciudad de León, si bien su peso porcentual variaba entre unas y otras en función del grupo social predominante en ellas, así, por ejemplo, en la parroquia de Santa María de Regla, que era donde se concentraba la mayor parte del clero leonés, tan sólo significaban el 18,1%, o en la de San Martín, la más populosa, alcanzaban el 25,2%. A su vez, no había grandes diferencias entre las situadas intramuros y los arrabales. En aquellas los hogares leoneses que tenían al frente una mujer representaban un 23,4% y en las otras el 23,8%. Otro tanto ocurría con las pobres, el 25,6% de las mujeres vivían en el recinto y el 26,2% residían fuera de él, aunque, dado que aquel estaba más poblado, en él se encontraban la mayor parte de las necesitadas.

2. LA ACTIVIDAD ECONÓMICA

Los libros de familia del Catastro del marqués de la Ensenada de los núcleos urbanos no fueron muy explícitos a la hora de ofrecernos la actividad ocupacional de las mujeres. En cambio, sí que, en general, registraron a aquellas consideradas como pobres. En esa circunstancia se hallaban el 24,3% de las mujeres que se estaban al

⁸ Así nos lo confirma el asiento de Dña. María Bercianos, que decía tener en su casa, entre otras personas, a una sobrina «que sirve para criada». AHPL, *Libro de familia del Catastro de Ensenada*.

frente del hogar – 26,5% en León y 17,9% en Astorga (cuadro n.º 5). Confrontando esos datos con los que arrojaban los varones, comprobamos como, a mediados del siglo XVIII, de las 116 unidades familiares que eran reconocidas como pobres en la capital, el 74,1% estaban bajo jefatura femenina; y en Astorga el porcentaje aún era mayor, puesto que solamente eran así considerados tres hogares encabezados por hombres⁹. Por lo tanto, las diferencias de género en este sentido eran notables, y la pobreza estaba totalmente feminizada. Por su parte, en Astorga, disponemos de otro recuento más que nos ofrece datos sobre el alcance diferencial de la pobreza. Se trata del padrón realizado en 1636¹⁰, en el que se recogió el número de vecinos que tenían derecho a ser atendidos gratuitamente por el médico, que para tal menester pagaba el regimiento. De un total de 450 vecinos, estaban computados para recibir esa atención 214 hogares, de los cuales en el 46,7% había una mujer al frente.

Entre esas pobres de la ciudad de León, la fuente nos ha diferenciado dos categorías: las pobres de solemnidad y las pobres. Las primeras constituirían el escalafón más bajo, suponían el 7,4% de los grupos familiares de titularidad femenina. Se trataba de mujeres cuya pobreza era conocida y reconocida (WOOLF, 1989; GUTTON, 1971) y que, por tanto, podían beneficiarse de la asistencia institucional¹¹. Pero como pobres también aparecía catalogadas otro 19% de las mujeres. En este caso no se les atribuía el adjetivo de «solemnidad», por lo que posiblemente estuvieran más próximas a la categoría de pobres coyunturales.

Otro grupo de mujeres importante lo formaban aquellas a las que no se les computaba ningún salario. Dentro de ellas hemos de distinguir entre las que tenían una profesión reconocida y aquellas a las que no les señalaba ninguna, lo que no quiere decir que no la ejercieran. En el primer grupo, compuesto por 62 hogares, el sector mayoritario era el que formaban las lavanderas, costureras e hilanderas; más esporádica fue la presencia de criadas, horneras u hortelanas. En todos los casos se trataría de trabajos ocasionales que no les permitiría abandonar el umbral de la pobreza. Por lo que respecta a las 41 restantes, suponemos que su situación sería muy similar a la de las anteriores, desempeñarían pequeños trabajos pero ninguno tendría la suficiente entidad como para erigirse en profesión.

El estado civil más extendido entre las mujeres pobres, a mediados del siglo XVIII, era el de la viudedad, lo cual resulta lógico si tenemos en cuenta que era el mayoritario,

⁹ El que las víctimas fueran mayoritariamente mujeres, nos pone de manifiesto, una vez más, una cuestión sobradamente conocida en el ámbito rural castellano. DUBERT, 1987: 56 y REHER & CAMPS CURA, 1991: 85.

¹⁰ AHPL, C. 9503.

¹¹ Carasa Soto (1984: 7), ha escrito sobre este grupo: «Cuando el pobre adquiere carácter de solemnidad (formalidad y legitimidad), es sujeto de unos derechos económicos y sociales y está muy próximo a ser casi un privilegiado, contado con más derechos y recursos que el resto de las clases bajas».

no obstante, si realizamos el cálculo por separado comprobamos como atacaba casi por igual a todas. En León eran consideradas pobres el 27,1% de las viudas, el 26,3% de las solteras y el 20% de las casadas. En Astorga se repite el mismo esquema, aunque con cifras eran algo más bajas, puesto que también lo eran los porcentajes de las así consideradas. Un elevado número de esas viudas maragatas tenían su residencia en la parroquia de San Bartolomé. Teniendo en cuenta que el espacio que ocupaba esa demarcación eclesiástica era compartido por vecinos de la elite urbana y trabajadores del sector secundario (RUBIO PÉREZ, 1990: 81), muchas de esas mujeres sin recursos serían las viudas de los trabajadores de los pequeños talleres.

Cuadro n.º 5 – Clasificación laboral de la población urbana femenina

	León	%	Astorga	%	TOTAL	%
Pobres	86	26,5	20	17,9	106	24,3
Pobres de solemnidad	24	27,9				
Pobres	62	72,1				
Resto	238	73,5	92	82,1	330	75,7
Sin ingresos	103	43,3				
Con ingresos	135	56,7				
TOTAL	324	100	112	100	436	100
No conocemos su ocupación	49	20,6	38	41,3	87	26,4
Conocemos su ocupación	189	79,4	54	58,7	243	73,6
Clases pasivas	5	2,6	5	9,3	10	4,1
Primario	4	2,1	3	5,6	7	2,9
Secundario	125	66,1	30	55,6	155	63,8
Terciario	55	29,1	16	29,6	71	29,2

Por lo que respecta al resto de las mujeres, de nuevo, los encargados de elaborar el catastro en la capital fueron más generosos que los astorganos a la hora de proporcionarnos datos sobre los moradores. De hecho, en León nos ofrecieron la actividad desarrollada por un 79,4% de las mujeres, mientras que en Astorga esa cifra se quedó en el 58,7%. Como ya hemos señalado, el que no se les señalara oficio alguno no significaba que no lo tuvieran. De hecho, cruzando los libros de familia con las respuestas generales hemos podido saber que muchas de esas mujeres, a las que no se les reconocía ningún tipo de actividad económica, sí que tenían alguna ocupación, como, por ejemplo, la venta de pan cocido, a que se dedicaban María Pedrosa o Antonia Alonso, o el ejercicio de la regatería.

De las que conocemos la procedencia de sus ingresos, hemos incluido bajo el epígrafe clases pasivas a un pequeño grupo de mujeres que vivían de las rentas que les generaba su patrimonio, o el que habían recibido por viudedad, el cual, generalmente, las colocaba en una situación de aparente desahogo económico. En León se trataba, sobre todo, de nobleza titulada, como la marquesa de Inicio o la de Valverde. Las de Astorga, aunque no llevaban título, pertenecían al mismo grupo social y sus apellidos las vinculaban con los miembros de la oligarquía, se trataba de Dña. Francisca Montegayoso, Dña. Jacinta Centeno o Dña. Isabel Rosa Moreno.

Respecto a las que sabemos cual era su orientación laboral, esa estaba relacionada, mayoritariamente, con los sectores secundario y terciario. En Astorga, la mayor parte de los datos que poseemos sobre las actividades laborales femeninas proceden del Interrogatorio General del Catastro, puesto que los libros de familia fueron muy escuetos en este aspecto. A través de la respuesta número 32 hemos podido conocer que dentro del sector secundario el colectivo de panaderas era el más nutrido. Se dedicaban a esa actividad 21 mujeres, todas viudas. Por término medio ganaban 714 reales anuales, pero esa media esconde un amplio abanico de ingreso, que oscilaba entre los 200 y los 1.780, que percibían Pascuala Diorante y Francisca Murias. Esas variaciones, en gran medida, estaban determinadas por la posesión de un horno, puesto que las que lo poseían obtenían una doble rentabilidad, el uso personal y el alquiler. Por su parte, en León, solamente dos actividades copaban las tres cuartas partes del sector, la textil y la elaboración de pan. La primera involucraba a un gran número de costureras, hilanderas y tejedoras. Las panaderas, por su parte, solían compatibilizar ese oficio con otros pequeños negocios, algunos de ellos también relacionados con la alimentación¹². Por lo que se refiere al resto de actividades, menos populares que las anteriores pero algunas de ellas mucho más lucrativas, encontramos cereras, curtidoras o botilleras. Este último oficio era desempeñado por María Ceballos, la cual por esa actividad y el abasto de nieve ingresaba 4.400 reales al año, y, además, tenía «una mesa de trucos» que le generaba otros 1.500.

Dentro del sector terciario maragato hubo algunas mujeres que lograron disfrutar de una posición económica ventajosa, como Francisca Fernández Valdés, cuya taberna le generaba anualmente 1.000 reales. Pero aún hubo otras que gozaron de un mayor desahogo económico, por ejemplo, a Dña. Cayetana de la Torre, administradora del Alfolí, o la cerera Dña. María Fernández, sus negocios les proporcionaban unas ganancias anuales que se situaban en torno a los 4.000 reales. También algunas leonesas disfrutaron de una situación económica muy halagüeña, e incluso más rentable, como eran las que regentaban importantes negocios de mercadería, que

¹² Esa acumulación de oficios sería, como en Coimbra, un reflejo más de la fragilidad de los mismos y, por extensión, de su escaso rendimiento económico. MOTA, 1986: 357.

llegaban a ingresar casi 9.000 reales, o la única joyera que había en la ciudad, a la que le computaron 6.600. Pero la realidad era otra, y así nos lo reflejan los datos de León, donde abundaban las mujeres que administraban negocios pequeños, sobre todo los relacionados con la alimentación, ya fueran hueveras, sardineras o fruteras. Así mismo, otro colectivo muy importante dentro de este sector fue el de las lavanderas.

A su vez, si comparamos los ingresos que generaban los negocios masculinos y femeninos podemos vislumbrar hasta que punto fueron más rentables los primeros. Por ejemplo, en Astorga, había 3 mujeres que regentaban confiterías y chocolaterías – Andrea Fernández, Dña. Melchora Rubio y Dña. Juana María Osado, la cual, además, tenía la estafeta de correos – y cinco hombres. Las féminas, con mayor o menor fortuna, obtenían una ganancia media de 666 reales, mientras que los varones llegaban a los 1.160. En la misma circunstancia se encontraban las regatonas, pues frente a los 520 reales que ganaban los hombres ellas se quedaban en 300. Por su parte, en León, computaban a los tejedores unos ingresos anuales de 486 reales y a las tejedoras 270.

El que la fuente catastral nos hubiera facilitado para la ciudad de León los ingresos anuales de las familias y la ocupación de gran parte de las mismas, eso sí con un sesgo importante de género, nos permitirá conocer con más detalle la realidad socioeconómica. Realidad que, por otro lado, no hará más que confirmarnos, una vez más, las desigualdades que en ese terreno había entre hombres y mujeres, de lo que resultaba el alto grado de vulnerabilidad femenina. Pues bien, del total de ingresos cuantificados por la fuente catastral, los de las mujeres, que encabezaban el 23,3% de los hogares, tan sólo suponían el 9,3%. Por otro lado, y teniendo en cuenta que a un elevado porcentaje de mujeres no se les computaba ninguna asignación, las diferencias económicas entre ellas eran muy acusadas. La riqueza femenina se repartía entre el 40% de las mujeres, de las cuales sólo la mitad gestionaban algo más del 80%. Los hombres tampoco estuvieron exentos de esas desigualdades.

BIBLIOGRAFÍA CITADA

- REHER, David Sven (1988) – *Familia, población y sociedad en la provincia de Cuenca. 1700-1900*. Madrid: Siglo Veintiuno, p. 149-150.
- DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio (1986) – *Sociedad y Estado en el siglo XVIII*. Madrid: Ariel.
- GACTO, Enrique (1988) – *Entre la debilidad y la simpleza: La mujer ante la ley*. «Historia 16», n.º 145, p. 24-32.
- GARCÍA GONZÁLEZ, Francisco (2004) – *El grupo doméstico en la Castilla rural. Algunos indicadores a mediados del siglo XVIII en la zona centro-meridional*. In ARANDA PÉREZ, Francisco José, coord. – *El mundo rural en la Edad Moderna. Actas de la VII Reunión Científica de la Fundación Española de Historia Moderna*. Cuenca: Universidad de Castilla-La Mancha, p. 153-175.

- SESMERO CUTANDA, Enriqueta (2004) – *La mujer y la casa reflexiones metodológicas sobre el aporte económico femenino al hogar rural popular de Vizcaya (finales del siglo XVI-ca. 1879)*. In Imízcoz, José María, ed. – *Casa, familia y sociedad*. Bilbao: Universidad del País Vasco, p. 331-367.
- GARCÍA GONZÁLEZ, Francisco (1998) – *La sierra de Alcaraz en el siglo XVIII. Población, familias y estructura agraria*. Albacete: Diputación de Albacete.
- LÓPEZ IGLESIAS, Florentino (1999) – *El grupo doméstico en la Asturias del siglo XVII*. Oviedo: Real Instituto de Estudios Asturianos.
- DUBERT, Isidro (1987) – *Los comportamientos de la familia urbana en la Galicia del Antiguo Régimen*. Santiago: Universidad de Santiago.
- REHER, David & CAMPS CURA, Enriqueta (1991) – *Las economías familiares dentro de un contexto histórico comparado*. «Revista Española de Investigaciones Sociológicas», n.º 55, p. 65-91.
- WOOLF, Stuart (1989) – *Los pobres en la Europa Moderna*. Barcelona: Crítica.
- GUTTON, Jean-Pierre (1971) – *La société et les pauvres: l'exemple de la généralité de Lyon (1534-1789)*. Paris: Les Belles Lettres.
- CARASA SOTO, Pedro (1984) – *Crisis y transformaciones de la beneficencia del Antiguo Régimen. Aproximación al sistema hospitalario de la Rioja entre 1750 y 1907*. «Cuadernos de Investigación: Historia», n.º 10, p. 7-26.
- RUBIO PÉREZ, Laureano Manuel (1990) – *Astorga. Un enclave señorial en los siglos XVII y XVIII*. León: Enrique M.Fidalgo.
- MOTA, Guilhermina (1986) – *O trabalho feminino e o comércio em Coimbra (sécs. XVII e XVIII). Notas para um estudo*. In *A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais*. Actas do Colóquio 'A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais'. Coimbra: IHES-FLUC, p. 351-367.

ESTRUCTURA FAMILIAR, CONTROL SOCIAL Y NUEVAS TECNOLOGÍAS ENTRE GRUPOS ÉTNICOS EN LEÓN

ÓSCAR FERNÁNDEZ ÁLVAREZ*

1. INTRODUCCIÓN

La comunidad gitana ha constituido en España una minoría étnica con una cultura propia. Esto ha provocado que sufriera un proceso histórico de segregación étnica, que se ha traducido en escasa visibilidad social y cultural de este colectivo en la vida cotidiana de nuestro país. Esto se ha traducido en una marginación, producto, como suele suceder en casi todos los casos de segregación étnica, de un largo proceso histórico que bien lo podemos remontar al siglo XVI.

El pueblo gitano parece ser que, siempre ha tenido la conciencia de ser un pueblo «acorralado» a lo largo de la historia. Esa marginación se muestra en la actualidad, cuando les encontramos viviendo los barrios periféricos de nuestras ciudades y, a veces, en condiciones deficitarias en cuanto a dotaciones y servicios. Aunque su situación está mejorando progresivamente, la proporción de las familias integradas socio-laboralmente en la sociedad mayoritaria es pequeña, aunque creciente.

Por otra parte, los datos estadísticos señalan que es la comunidad que más rechazo genera en la sociedad española. Los estereotipos que se han creado sobre su conducta impiden ver la riqueza cultural que ellos mismo han aportado a la sociedad y, al mismo tiempo, les impide a ellos ver la riqueza cultural de los otros.

Una imagen abultada y estereotipada ha quedado desde la literatura del Siglo de Oro que gustaba de utilizar la figura del gitano o la gitana como recurso «exótico» o cómico. Hombres y mujeres que cecean, que se dedican al robo y al engaño relacionado con dinero y animales. Hombres, tal como recoge Leblond (1982), que

* Professor Titular de Antropología Social da Universidade de León. oscar.fernandez@unileon.es.

aparecen también como volatineros o prestidigitadores, y mujeres, como hechiceras o que se decidan a decir la buenaventura.

Sus apariciones literarias son en el género picaresco, como *El coloquio de los perros*, o *La gitanilla*, de Cervantes, o *El donado hablador* Alonso, de J. De Alcalá, donde roban y engañan por las mismas razones que lo hace *La pícara Justina* o *El Lazarillo de Tormes*, o *Guzmán de Alfarache*, por la razón de la necesidad. Esta imagen literaria ha calado en el imaginario colectivo payo, y la ha reconstruido en rechazo hacia todo lo que signifique vinculación con la comunidad gitana.

En este trabajo vamos a presentar la estructura y configuración de la familia y sociedad de la comunidad gitana en el momento actual, utilizando datos del trabajo de campo realizado con jóvenes de entre 16 y 23 años, que pertenecen a este grupo étnico, participantes en un proyecto artístico y de investigación en el que, a través de la publicación en la red, de su vida cotidiana, mostraban su forma de estar, de ver, y de relacionarse con su entorno físico, social y laboral. A partir de la información recogida en este trabajo de campo, trataremos algunos aspectos más relevantes como puede ser la estructura social y familiar, el reparto de roles dentro de la familia, haciendo especial incidencia en el papel de la mujer, y por último, haremos una breve referencia a la repercusión de las nuevas tecnologías en los jóvenes con los que se ha trabajado.

2. ESTRUCTURA SOCIAL Y FAMILIAR

La estructura de la sociedad gitana, esta organizada a partir de las relaciones de parentesco y basándose en dos ejes clasificatorios de estatus: el sexo y el grupo de edad. El sistema (ARDEVOL, 1986), se articula en linajes patrilineales, de manera que cada persona pertenece a uno de ellos y todos ellos agotan la comunidad gitana, es decir, ningún gitano lo es si no puede decir cuál es su grupo. El linaje patrilineal, al que los gitanos suelen llamar *raza* se articula a partir de personas que se consideran descendientes de un antepasado común al que todas ellas se pueden vincular a través de conexiones masculinas. La filiación, la adscripción al grupo de parientes, es pues patrilineal, los hijos pasan a formar parte del linaje del padre de forma prioritaria y automática. Enunciados como «es más importante el lado del padre» o «lo que importa es el hombre», están haciendo referencia a este hecho. Este linaje tradicional gitano puede llegar a alcanzar las cuatro o cinco generaciones de profundidad.

De la misma forma, y también relacionado con la familia, el prestigio dentro del grupo gitano, no se tiene, hay que ganarlo, y no se puede conseguir fuera del parámetro de comportamiento marcado por el sexo y la edad. Ese se incrementaría por dos vías: el cumplimiento de las obligaciones, la prudencia, el conocimiento de la tradición, y la capacidad de consenso; y la riqueza que permite la generosidad y el derroche. El honor y su vigilancia, es una cuestión masculina y además, es un com-

ponente de prestigio de primer orden, que lejos de ser una mera cuestión personal, afecta a toda la familia y al linaje. La autoridad actúa a todos los niveles y es la de los hombres mayores. Son ellos los que toman las decisiones importantes para el linaje y ellos son los más respetados.

Aunque este esquema general se mantiene, si está trastocado, sobre todo en grupos débiles económicamente, o en otros que establecen alianzas de poder con los no gitanos.

Por ello se puede decir que lo más importante para el pueblo gitano es su familia. El pueblo gitano tiene una visión amplia de la familia. Incluyen en ella, dependiendo de la cercanía y del contacto, a primos de los padres y a sus hijos, de tal modo que la consideración de la familia es extensa, como en la mayoría de las sociedades tradicionales.

En esta línea van los argumentos recogidos en el trabajo de campo con los chicos y chicas gitanos participantes en el proyecto: Así, uno dice: «La familia es lo más importante, sin ella no sería nada»; Otro señala: «Es lo más importante en mi vida, lo más importante en la vida de una persona»; «sin ella no sería nada, es el motor de mi vida» apunta otra chica; «la familia es un honor, una unión, el todo» concluye otra.

Aunque la estructura de familia extensa tradicional no siempre se mantiene, cuando estos jóvenes hablan de su familia, generalmente incluyen a individuos como tíos o primos que no forman parte de su familia nuclear. Y cuando hacen referencia a ésta, la mayoría habla de unos padres que tienen entre 40 y 45 años, y que tienen entre 3 y 4 hermanos, si bien los más mayores, que están casados, ya tienen sus propios hijos.

Hay que hacer notar que cuando hablamos de familia extensa gitana, no nos estamos refiriendo a familias que comparten una misma vivienda, sino a familias que actúan unitariamente en muchos aspectos de la vida cotidiana, en especial económicamente, y que, lógicamente, se vinculan a una misma localidad.

3. EL REPARTO DE ROLES

La familia, para estos jóvenes gitanos, es donde «se aprenden las cosas más importantes de la vida»; donde «se aprenden las costumbres», donde se aprende a «ser educado». Se aprende «el respeto a los mayores», «a la propia familia», «a la vida», y se aprende también «a saber defenderse en el día a día».

Aunque, claro está, dentro de la familia, cada uno tiene su papel. Y el reparto de papeles dentro de la familia gitana es similar al de cualquier familia tradicional.

Así, el padre es el que ejerce la autoridad, el que decide y el encargado de ganar lo necesario para el sustento. Es «el que manda», el que «trae el dinero a casa», «el que pone las reglas».

La madre es la encargada de llevar la casa, de administrar el dinero que le da el marido y, muchas veces, de ayudarle en el trabajo, además de encargarse del cuidado y educación de los hijos. Es la que «se encarga de las tareas de la casa», «se encarga de la casa y los niños», «la que administra y se preocupa de la educación».

Y los hijos, como es lógico, siguen el camino de los padres: los hijos mayores ayudan al padre, y las hijas a la madre. Es en este contexto de cooperación en la unidad doméstica, donde también podemos encontrar explicación al absentismo escolar que tradicionalmente ha afectado a los niños y especialmente a las niñas gitanas; es decir, la necesidad de contar con ayudas familiares para el cuidado de la casa, el cuidado de los hermanos más pequeños, etc.

Lo que nos relatan estos jóvenes es que, actualmente, aunque en líneas generales estos valores se mantienen, lo que sucede es que no están tan rígidamente delimitados como antes, hay mayor flexibilidad. Esto supone que en el caso de ellos, que están asistiendo a algún ciclo formativo o curso de capacitación, la preocupación por la educación y la preparación para el futuro implica tanto al padre como a la madre, y ambos se interesan por la buena marcha y progresos de los hijos.

Cuando falta uno de los padres, o los dos, esto repercute fuertemente en la familia, como sucede en algún caso que nos relatan. Si es el padre el que falta, su papel, el de la autoridad paterna es fácilmente suplido por otro miembro de la familia, el abuelo o un tío. Pero si es la madre la que falta, su papel es más difícil de suplir, y se hacen cargo de los niños los abuelos o los padrinos. Pero siempre funciona la solidaridad y una forma de vivir la familia que es diferente a la paya. Nos dice una chica gitana: «yo tengo siete hermanos y alguna es casi como una madre, 32 sobrinos y algunos son como hermanos, otros como hijos y otros como sobrinos, propiamente».

De todos es conocida la solidaridad gitana, aunque en muchos casos, para los payos, sólo se conozca en sus manifestaciones externas. De hecho, el porqué de la amplitud y extensión de la familia gitana podría encontrarse en la necesidad de protección de un pueblo que durante siglos ha sido perseguido y rechazado.

Esa solidaridad se muestra también en las celebraciones y en las situaciones en las que la familia extensa se reúne. Son ocasiones especiales, de bodas, o en Navidad, pero también en fiestas de pedida o pidimientos, en las comuniones o en los cumpleaños donde se muestra la familia en todo su esplendor, y «la unión, el alboroto, la diversión» afloran, también «el arte», «el gozo», «el júbilo», y «el sentir» gitano.

Además, las relaciones familiares son muy estrechas y generalmente continuas; no se limitan a visitas esporádicas, como suele suceder muchas veces entre los payos. Los lazos de solidaridad, consejo, autoridad, son incesantes y el trato puede ser diario, y es que los amigos son los parientes normalmente.

Ya hemos dicho antes que la autoridad familiar la ejerce el padre. Pero hay circunstancias de especial trascendencia en las que intervienen otros miembros de la

familia: los abuelos, hermanos mayores de los padres, tíos, etc. Respecto a éstos, la comunidad gitana se suele referir a los tíos, para denominar a lo que en etnografía son ancianos, hombres de 50 años o más, que se mantienen en buena forma física y mental y que pueden ostentar atributos simbólicos como el sombrero o el bastón. La opinión de estos miembros de más edad es siempre escuchada y respetada, y normalmente, en cuestiones de gravedad no suele haber divergencias entre ellos.

De esta forma, el prestigio de esos individuos, ya sea dentro de una familia, o dentro de la comunidad gitana, no se tiene, hay que ganarlo, y no se puede conseguir fuera del parámetro de comportamiento marcado por el sexo y la edad. Ese se incrementaría por dos vías: el cumplimiento de las obligaciones, la prudencia, el conocimiento de la tradición, y la capacidad de consenso; y la riqueza que permite la generosidad y el derroche. El honor y su vigilancia es una cuestión masculina y además, un componente de prestigio de primer orden, que lejos de ser una mera cuestión personal, afecta a toda la familia y al linaje. La autoridad actúa a todos los niveles y es la de los hombres mayores. Son ellos, los tíos, los que toman las decisiones importantes para el linaje y son los más respetados.

Todo esto forma parte de la cultura gitana, es lo que hace a los gitanos en general, y a los jóvenes que participaron en este proyecto artístico en particular, sentirse «orgullosos de formar parte de una raza», «de sentirse protegido por ella», «de tener unas costumbres que compartir», en definitiva, de «ser gitano».

4. LA SITUACIÓN DE LA MUJER GITANA

La mujer siempre está supeditada al hombre: a los de su familia mientras permanezca soltera, y a su marido cuando se casa. Aunque es ella la que organiza el núcleo familiar y la actividad doméstica, el hombre es quien toma las decisiones de cierta importancia que afecten a toda la familia. Pero a pesar de su supeditación al marido, ella siempre mantiene estrechos vínculos con la familia de orientación. La mujer nunca tendrá poder. Pero su influencia, con ayuda de su temperamento, puede llegar a ser grande si ha demostrado su virtud, ha sido útil a su madre, en el trabajo, en su casa, cuidando de sus hermanos pequeños, ha parido hijos, sobre todo varones, y ha sabido sacar adelante a su familia.

Pero esta situación está cambiando de forma paulatina. Hace tiempo que existen gitanas que se rebelan contra esta situación de diferentes formas, ya sea por la soltería, matrimonios mixtos, pero quizá, más que revelarse contra la supeditación, lo que se muestra es rechazo al abuso de ésta. El acceso a las nuevas tecnologías de la información y la comunicación también ha trastocado la forma de vida más tradicional, y la mayoría de gitanos jóvenes reconocen que ya nada es como antes, que ellos ya no son como los de antes.

Ahora se preocupan más por estudiar y tratan de formarse, de aprender un oficio. La manera de vestir ya no es una forma de identificación. Los gitanos ya no están tan encerrados en su mundo, ni los payos en el suyo. Es normal relacionarse entre sí, aunque los gitanos siempre hablan de discriminación, de que están discriminados. Y en esta interacción también conocen otras familias payas, otras con las que comparar y ver que hay diferencias. Y señalarlas. Así, nos dicen que los hijos de los payos «tienen más libertad», «para salir, para divertirse»; «Y las chicas payas, más, nosotras tenemos que respetar más las costumbres». La necesidad de ayudar en la familia, y cooperar en las tareas domésticas está presente: «las chicas payas tienen más libertad, porque las familias payas son menos numerosas, hay menos hijos». Sin embargo también tiene sus ventajas, hablando sobre los tipos de familia dicen: «es mejor la nuestra, hay más unión»; «hay más convivencia, más ocio juntos». Y esto repercute también en la relación entre los miembros: «los gitanos tenemos más relación con los padres que los payos»; «entre los gitanos las familias se quieren más».

De la misma forma, cuando hablan de las relaciones familiares, el argumento más recurrente es el hecho de que «son buenas, porque hay mucha confianza y respeto», «aunque no tienes casi libertad», señalan las chicas. Y es que si las normas están claras, todo el mundo sabe cual es su lugar. También nos dicen «es buena, hay una relación intensa, es una vida muy familiar», «estamos muy unidos».

De igual manera podemos constatar que las chicas se sienten a veces discriminadas dentro de la familia: «a veces hay mucha protección», y eso, claro está, repercute en su autonomía e independencia.

Esas diferencias de género en los jóvenes actuales se siguen plasmando por ejemplo cuando se les pregunta por la diferenciación que hacen de lugares de ocio, de trabajo, diversión. Así, generalmente consideran mayoritariamente que el espacio para los varones, el espacio masculino por excelencia es «el bar», o incluso «el campo de fútbol», es decir, un lugar para la relación social, para la relación con el otro, un lugar orientado hacia el exterior. Aunque también hay quien señala que «no hay un lugar exclusivo para los hombres».

Por el contrario, como espacio femenino, se señala «la cocina», «la casa», «las tiendas para comprar», o más específicamente «las tiendas de ropa». Es decir, es un lugar amplio y diversificado, pero dedicado más a una misma, o a la misma familia, a una relación interior, cercana, es un lugar amplio e interior. Incluso se señala «el centro de salud, de planificación familiar», o «la peluquería».

5. FAMILIA, LENGUAJES Y TRADICIÓN

Relación directa con la familia y sus costumbres, tiene el conocimiento y transmisión de la lengua. El romanó, romaní o lengua de los gitanos, de los rom o roma,

está relacionada con las lenguas indoarias. Al ser una lengua de un grupo minoritario y marginado, ha recibido poco reconocimiento, incluso por sus propios hablantes, por los gitanos, y eso a pesar de permitir la comunicación de gitanos asentados o procedentes de cualquier país. Esto ha contribuido a que actualmente, pocos jóvenes la conozcan, lo que supone una pérdida cultural. Han llegado a aprender «alguna palabra», o en el mejor de los casos, «algunas frases». No obstante, sí reconocen que sería interesante conocerla, porque «forma parte de nuestras raíces», «de nuestra cultura», y sí se considera «una costumbre que no se debía perder». Actualmente son los mayores quienes lo hablan: padres, tíos abuelos, ya sea para comunicarse entre sí, ya para solucionar algún litigio, o para hablar con otros gitanos «extranjeros» en reuniones o asambleas de los roma.

Ahora los jóvenes se manejan en otro lenguaje, el lenguaje de las nuevas tecnologías de la información y de la comunicación, del que consideran les va a servir para manejarse en la sociedad, formarse y encontrar un trabajo. Estos nuevos lenguajes son utilizados fundamentalmente por las nuevas generaciones, con el criterio de que «todo lo que sea avanzar es bueno», y además «las costumbres van cambiando con los tiempos y los medios de comunicación».

Aunque también hay críticos con las nuevas tecnologías, y así se nos dice: «el romanó es útil para los gitanos, el internet, para la sociedad» ó «el caló es más interesante, porque internet no es usado por los gitanos en general», sobre todo si son personas mayores. Y es que, «los gitanos se transforman y se pierden muchas cosas», aunque prefieren internet al teléfono móvil con el que han tenido esta experiencia artística: «el teléfono móvil es un mecanismo de control; internet, es más interesante, te sirve para comunicarte, para conocer gente diferente».

A través de esta oportunidad que han tenido estos jóvenes gitanos de León de, cómo ellos dicen, «mostrar la normalidad en la que vivo», han visto la importancia de las nuevas tecnologías, al menos para ver y conocer gente diferente, y para darse cuenta de que, a pesar de la queja continua de la discriminación, «hay gente que acepta a los gitanos».

6. CONCLUSIONES

La comunidad gitana, como grupo étnico, se caracteriza por poseer una serie de patrones culturales de comportamiento comunes que configuran su contenido étnico, su bagaje cultural propio que lo diferencia de otros grupos, ya sean los payos, o cualquier colectivo de inmigrantes, con los que están en contacto en la vida cotidiana y se relacionan habitualmente.

Aspectos como el origen común, la tradición nómada, la lengua, la valoración de la edad y la experiencia como principios ordenadores de estatus, etc., son elementos

que han permitido mantener su identidad social y cultural como grupo, incluso a pesar de los muchos avatares que históricamente han padecido.

En este sentido, como hemos visto, los valores familiares son el elemento de cohesión más importante para la mayoría de la comunidad gitana. Son además, un referente de identidad que rige pautas de comportamiento tanto dentro del grupo como en la unidad doméstica. Y es un criterio que rige también la vida económica del grupo, y cualquier actividad encaminada al sustento.

Esa idea de comunidad gitana como grupo étnico, lleva implícita la interacción del grupo con otros grupos o colectivos con los que se relaciona, de tal manera que sus elementos culturales no son estáticos. Y a ello hacen referencia los más jóvenes, cuando tratan de formarse para convivir con la cultura mayoritaria, sin dejar de ser gitanos. Esto es mucho más notable en nuestro contexto social y cultural actual en el que las nuevas tecnologías de la información y la comunicación trastocan la vida cotidiana de los individuos, del grupo que sean.

La participación de estos chicos y chicas gitanas en un proyecto como el tratado, en el que es fundamental el uso de las nuevas tecnologías, telefonía móvil, publicación y emisión de imágenes en internet, nos da una oportunidad única para poder comprobar que las culturas bien integradas no sucumben ante la consunción que podría llegar a imponer un progreso desmedido, que se mantienen las costumbres y se adaptan las tradiciones a los nuevos tiempos, y la comunidad gitana ha podido utilizar estos recursos para difundir y dar a conocer más su cultura a través de casos concretos, de jóvenes que tiene nombre y que como todos los demás pelean por desarrollar su proyecto de futuro de acuerdo con su Cultura.

BIBLIOGRAFÍA

- CALVO BUEZAS, Tomás (1990) – *¿España racista? Voces payas sobre los gitanos*. Barcelona: Anthropos.
- CALVO BUEZAS, T. (1990) – *¿España racista?* Barcelona: Anthropos.
- FERMOSO, P. (1992) – *Educación intercultural: la Europa sin fronteras*. Madrid: Narcea.
- FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, O. (2000) – ‘Integrated Education’ or the process of integrating the Gypsy Community. En CAUL, L. & MACWILLIAMS, S., ed. – *Managing Violent Behaviour in the secondary School. A European Perspective*. Unión Europea: Stanmilis Press, p. 43-56.
- FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, O. (2002) – *El orgullo de ser gitana. Representaciones culturales de una mujer gitana*. SIBBALD, K. M. & DE LA FUENTE, R., eds. – *Las representaciones culturales de la mujer en la cultura hispánica*. MacHill University, Universitas Castellae, p. 125-132. (Col. N.º 7 Estudios Hispanoamericanos),
- FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, O. (2006) – *Educating for Differences in a Gypsy community in Spain. An exercise in Integration*. «European Journal of Intercultural Education», 17: 4, p. 373-391.
- FERNÁNDEZ ENGUITA, M. (1999) – *Alumnos gitanos en la escuela paya. Un estudio sobre las relaciones étnicas en el sistema educativo*. Barcelona: Ariel.

- McCARTHY, C. (1994) – *Racismo y curriculum*. Madrid: Morata.
- PUJADAS, J. J. (1993) – *Etnicidad. Identidad cultural de los pueblos*. Madrid: Eudema.
- RAMÍREZ HEREDIA, Juan de Dios (1973) – *Nosotros los gitanos*. Barcelona: C. L.
- SAN ROMAN, Teresa, comp. (1986) – *Entre la marginación y el racismo. Reflexiones sobre la vida de los gitanos*. Madrid: Alianza.
- SAN ROMÁN, Teresa (1980) – *La celsa y la escuela de barrio*. En KNIPMAYER, M. et al. – *Escuelas, pueblos y barrios*. Madrid: Akal.
- SAN ROMAN, Teresa (1997) – *La diferencia inquietante. Viejas y nuevas estrategias culturales de los gitanos*. Madrid: Ed. Siglo XXI.
- SMITH, T. (1997) – *Recognising Difference: the Romani 'Gypsy' child socialisation and education process*. «British Journal of Sociology of Education», vol. 16: 2, p. 243-256.
- SOMOZA, J.; FERNÁNDEZ, O. et al. (2006) – *Familia, Trabajo y Espacio. Situación de la comunidad gitana en León*. Universidad de León.
- TOMLINSON, S. (1990) – *Effective schooling for ethnic minorities*. «New Community», vol. 16: 3, p. 337-347.
- TRIANDIS, H. C. (1988) – *Forwards Pluralism in Education*. In MOGDIL, S., ed. – *Multicultural Education*. London: The Falmer Press, 77-99.
- VARIOS (1993) – *Vivir entre dos culturas*. Barcelona: Sebal UNESCO.

EN LOS LÍMITES DE LA SUBSISTENCIA: EL SECTOR ALFARERO EN LA CIUDAD DE LEÓN A FINALES DE LA EDAD MEDIA

RAQUEL MARTÍNEZ PEÑÍN*

1. INTRODUCCIÓN

Desde luego, resulta de enorme interés conocer las características de las piezas elaboradas y/o distribuidas en la capital y su alfoz a lo largo de los siglos¹. Pero, aún así, es necesario ahondar todavía más en aquel mundo, estudiando, dentro de las posibilidades que nos ofrecen las fuentes, la evolución del sector artesanal en este espacio territorial. Esta perspectiva no es, ni mucho menos, novedosa en lo que atañe a los trabajos sobre producción cerámica de la vertiente mediterránea y el sur peninsular, pero sí lo es para el contexto norteño, en el que los trabajos ceramológicos se han limitado casi exclusivamente al análisis de las vajillas, sin acercarse al artesanado productor de las mismas. Posiblemente, la única excepción a este panorama ha sido el trabajo de Miguel Hernández y García Marcos, sobre la base de las intervenciones arqueológicas desarrolladas en el *Edificio Pallarés*, situado en las inmediaciones del antiguo *Postigo de Ollerías*².

2. EL PUNTO DE PARTIDA

La ausencia de trabajos referidos específicamente al universo alfarero no significa que no existan para el caso leonés estudios generales sobre el sector artesanal. De

* Universidad de León. rmarp@unileon.es.

¹ Este trabajo forma parte del proyecto de investigación titulado «Marginación y asistencia social en el Noroeste de la Península Ibérica durante el Antiguo Régimen», subvencionado por el Ministerio de Ciencia e Innovación (Ref. HAR 2010-17780).

² MIGUEL HERNÁNDEZ & GARCÍA MARCOS, 1993: 175-206.

hecho, en las investigaciones de Represa Rodríguez³, Rodríguez Fernández⁴ o Estepa Díez⁵, se hacen algunas alusiones a los olleros de la ciudad, aunque sin profundizar apenas en sus características internas. Por su parte contamos también, para el caso específico de una intervención arqueológica desarrollada en el mencionado *Edificio Pallarés*, sede actual del Museo de León, situado en torno al antiguo «Postigo de Ollerías», con los restos de un presumible testar de cronología bajomedieval y moderna.

Para llevar a buen término este objetivo, combinaremos la información aportada por las fuentes documentales con la sustraída de las excavaciones operadas, hasta el momento, en este ámbito. La interrelación de estos dos tipos de información se nos antoja capital, habida cuenta del carácter esporádico de las referencias halladas en la documentación y a los también limitados vestigios arqueológicos referidos específicamente a centros de producción.

La escasez de información documental sobre la actividad alfarera es algo relativamente frecuente a nivel peninsular, razón por la cual se puede entender la escasa proliferación de estudios sobre este sector artesanal en comparación con otros que gozan de una mayor presencia en las fuentes como el de la producción textil o metalúrgica. No deja de resultar un tanto paradójico el contraste existente entre ese raquitismo informativo y la abundancia de los restos cerámicos en las intervenciones arqueológicas practicadas en contextos medievales. Autores como Bouïard y Riu⁶ o Córdoba de la Llave⁷ explican la escasa presencia de los alfareros en la documentación manuscrita por la muy limitada relevancia económica de este sector artesanal. Así debía suceder también en León, como se evidencia en el hecho de que en las ordenanzas concejiles de comienzos de la Edad Moderna ni si quiera se encuentre regulada su actividad, a diferencia de lo que sucede con otras agrupaciones de artesanos.

3. LA ACTIVIDAD ALFARERA EN LA DOCUMENTACIÓN MEDIEVAL

En consecuencia, las referencias documentales sobre las actividades alfareras del entorno leonés son, incluso, menos frecuentes que las halladas para los contextos mejor estudiados hasta el momento, algo, como ya señalamos, para nada extraño, teniendo en cuenta las dimensiones poblacionales de la ciudad y su relevancia económica. Precisamente por ello, su recopilación y contraste con los datos arqueológicos o con

³ REPRESA RODRÍGUEZ, 1954.

REPRESA RODRÍGUEZ, 1969: 243-282.

⁴ RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, 1974: 221-261.

⁵ ESTEPA DÍEZ, 1977.

⁶ DE BOÛARD & RIU, 1975.

⁷ CÓRDOBA DE LA LLAVE, 1990: 112.

otros instrumentos de información, caso por ejemplo de la toponimia, resultan todavía más necesarios. Ese será, pues, nuestro objetivo, en el presente apartado, tomando como referencia metodológica las investigaciones desarrolladas para otros ámbitos peninsulares de la época.

Nuestro conocimiento del sector alfarero leonés se va incrementando a medida que avanzan los siglos, siendo pues más profundo para la etapa bajomedieval que para la Alta Edad Media. Por otro lado, hemos optado por ampliar nuestra búsqueda documental más allá del Medievo. La existencia de información sumamente interesante para comienzos del período Moderno nos ha llevado a tomar esa decisión, habida cuenta de las escasas transformaciones que pudieron existir en las estructuras demográficas, sociales, económicas o culturales entre el León del siglo XV y el del XVI.

Una vez realizadas estas necesarias puntualizaciones podemos ya acometer el análisis evolutivo del sector, comenzando por el mundo altomedieval. Para esta dilatada etapa contamos con datos documentales excesivamente puntuales y ambiguos. Tampoco las referencias aportadas por las excavaciones destacan por su riqueza. En primer lugar, hemos de tener en cuenta que la ciudad de León comienza a fraguarse como un centro urbano a partir de su conversión en capital del reino (910), si bien este proceso será lento, caracterizándose pues durante buena parte de este período por su escaso dinamismo demográfico y económico.

No contamos con referencias documentales de la actividad alfarera en este período para la ciudad. Sin embargo, en lo que se refiere al alfoz legionense, las fuentes documentales nos ofrecen algunos datos de carácter toponímico, que nos remiten a la posible existencia de una producción alfarera un tanto dispersa a lo largo y ancho de aquel territorio, tal y como había apuntado en su momento Estepa Díez⁸. Así, en la colección diplomática del monasterio de Sahagún se hace referencia a la localidad de *Torneros de illa Regina*⁹, población próxima, no sólo a la capital, sino también a algunos otros de los contextos arqueológicos donde se han exhumado cerámicas de este período. Las características de las producciones allí halladas se corresponden también con las recogidas en las prospecciones arqueológicas de enclaves como el de Ardón y Santa Marta, también ubicadas en el propio alfoz (Mapa 1).

Asimismo, en la documentación catedralicia de León de los siglos X y XI, aparecen otras dos localidades que sugieren la existencia de actividades relacionadas con la fabricación de cerámica, caso de Torneros del Bernesga, la *uilla de Ollarios*¹⁰, la población de *Olleros de Alba* o la localidad de Nava de Olleros¹¹.

⁸ ESTEPA DÍEZ, 1977: 312.

⁹ CDS – *Colección Diplomática del Monasterio de Sahagún*, doc. 355.

¹⁰ CCL – *Colección Documental de la Catedral de León*, doc. 301, 805, 1.307, 1.427 y 1.749.

¹¹ CCL – *Colección Documental de la Catedral de León*, doc. 809, 996, 1.089 y 1.326.

Tomando todos estos datos esporádicos, podemos aventurarnos a sugerir algunas hipótesis sobre la posible actividad desarrollada por estos centros durante el Altomedievo. En primer lugar, la relativa proximidad cronológica de las referencias documentales, nos remiten a la posibilidad de la existencia de varios focos productores en el alfoz leonés, no muy alejados espacialmente unos de otros, que estarían conviviendo. Cada uno de ellos contaría con un área de distribución, mayor o menor dependiendo de su capacidad, que le posibilitaría la comercialización de sus productos.

Más abundante es ya la información con la que disponemos para los siglos de la Plena Edad Media. Recordamos que durante esta etapa la ciudad de León estaba viviendo un proceso de expansión demográfica y económica que, lógicamente, tendrá su repercusión en la actividad alfarera. El fortalecimiento de la urbe como sede regia, la consolidación del *Camino Francés* y la coyuntura agraria positiva, tiró del desarrollo comercial y artesanal de la capital. En este contexto, la demanda de productos cerámicos debió de crecer, como queda de manifiesto en el mayor número de referencias documentales a integrantes del sector alfarero para la época. Del mismo modo, tal impresión se corrobora con el marcado incremento de restos cerámicos asociados a contextos de esta cronología. Ese apreciable aumento de fragmentos puede entenderse como una consecuencia del crecimiento en la producción alfarera.

Desde mediados del siglo XII, y de un modo más claro a partir del XIII, las fuentes documentales verifican ya, aunque sea de un modo muy limitado, la existencia de la actividad de olleros dentro de la urbe, en torno al barrio de San Marcelo (Mapa 2). No olvidemos que este espacio albergaba las principales actividades mercantiles y artesanales de la ciudad en la época, por lo que no es de extrañar que los alfareros se encuentren allí desempeñando su oficio. Esta zona mantendrá su relación con el sector durante buena parte del Medievo. Su presencia tiene como consecuencia directa la aparición en las fuentes manuscritas de algunos de sus integrantes. La primera referencia localizada hasta la fecha data de 1165. Aquel año el prior de San Isidoro, Martín Muñoz, concedía a los pobladores del arrabal de Renueva unos terrenos extramuros, en las proximidades del monasterio. Entre los testigos aparecía el alfarero *Pelagius*, vecino de San Marcelo¹². Asimismo, a comienzos del siglo XIII aparece el nombre de otro artesano. En una escritura, fechada en mayo de 1219, se venden las propiedades que el ollero llamado Gutierre poseía en las villas de San Esteban, Vega de Infanzones y Trobajuelo, en el entorno de la ciudad¹³. Por otro lado, en el testamento del canónigo Pedro Fernandi de Morilla del año 1227, se hace una relación

¹² CSIL – Colección Documental del Monasterio de San Isidoro de León, doc. 81.

¹³ CCL – Colección Documental de la Catedral de León, doc. 1.881.

de aquellas personas con las que el clérigo había contraído deudas. Una de ellas era el ollero Petrus Dominici, al que el testador manda se le entreguen treinta sueldos¹⁴.

Además de las esporádicas referencias a algún que otro alfarero, en el último tercio del XIII nos encontramos ya con una alusión a un espacio de labor. El 19 de abril de 1278, cuando Mayor Martínez cede al cabildo de León unas casas que poseía en las proximidades de San Marcelo y especifica los límites de esas propiedades, menciona la existencia de una «caleya hu mueran los olleros»¹⁵.

Avanzando ya en el tiempo, junto a la constatación de la existencia de algunos olleros y de un testar, la documentación comienza a ofrecernos también información sobre la presencia en el entorno de la ciudad de enclaves de recogida de materia prima. Todavía en el siglo XIII, en una donación efectuada por la familia de Isidro Juan a la iglesia de Santa María de Regla, se hace alusión a la existencia de unas barreras situadas en aquella parroquia a extramuros¹⁶. Años más tarde, en 1360, en una carta de foro censual, los foreros reciben de San Isidoro una barrera, próxima a la ermita de San Esteban, ubicada también fuera de murallas. En este caso parece que la extracción de la arcilla se encaminaba a la producción tejera, dado que en las condiciones del contrato se establecía el suministro al monasterio de 500 tejas de barro a cambio de la explotación¹⁷. No sería de extrañar que el yacimiento de arcilla pudiera ser también utilizado por los olleros, habida cuenta de su proximidad a la urbe.

Durante los siglos XIV y XV, la ciudad fue extendiendo su entramado hacia su área meridional que quedará delimitada a través de la construcción de la *Nueva Cerca*. Esta expansión provoca un notable incremento de las actividades comerciales y artesanales hacia el nuevo ámbito, sobre todo, en el entorno de las parroquias de San Martín y el Santo Sepulcro (Mapa 3). La aparición de este nuevo foco significó el paulatino desplazamiento del eje de influencia económica de la ciudad desde el entorno de San Marcelo hacia él. En consecuencia, también el sector alfarero leonés irá abandonando en su ubicación hacia la zona oeste de la urbe. Se establecerán, fundamentalmente, en la parroquia del Santo Sepulcro. La toponimia bajomedieval da muestras del desarrollo de este proceso, al atestiguar la presencia en aquel ámbito de una «calle cantareros»¹⁸.

Amén de las referencias toponímicas, en la documentación bajomedieval quedan algunas huellas de la presencia de alfareros en el entorno del barrio del Santo Sepulcro. A comienzos de la década de los sesenta del siglo XV, en un pleito aparece

¹⁴ CCL – *Colección Documental de la Catedral de León*, doc. 1.946.

¹⁵ CCL – *Colección Documental de la Catedral de León*, doc. 2.380.

¹⁶ CCL – *Colección Documental de la Catedral de León*, doc. 2.657.

¹⁷ CSIL – *Colección Documental del Monasterio de San Isidoro de León*, doc. 179.

¹⁸ ÁLVAREZ ÁLVAREZ, 1992: 156.

mencionado el ollero de la colación del Santo Sepulcro Luis Alfonso, al negarse a pagar una serie de cargas concejiles por ser excusado de la iglesia¹⁹. En 1473, es otro artesano del oficio el que queda plasmado en las fuentes: un tal Rodrigo Alfonso, «morador al mercado a la collaçión de Santo Sepulcro», quizás pariente del anterior. En el documento el poder concejil le concede en foro perpetuo una tierra de su propiedad, sita junto a la Presa Vieja. La cesión tiene por objeto que el ollero pueda erigir en él «casa, o huerto, o corral, o forno para cozer ollas». En compensación, Rodrigo Alfonso ha de pagar en foro al mayordomo del concejo, diez maravedíes anuales por la fiesta de San Martín²⁰.

También durante la Baja Edad Media la documentación nos muestra la existencia de olleros residiendo en localidades relativamente próximas a la capital, caso, por ejemplo, de Sorribos, Santo Martino de Fonfebro o Santa María de Alba²¹. No sería de extrañar que, atendiendo a esa cercanía, existieran en ellos centros que encaminasen parte de su producción al mercado urbano, además de al rural circundante.

Las breves referencias documentales y toponímicas que existen para el caso específico de la ciudad tienen su prolongación y aval en las excavaciones arqueológicas. Precisamente en este nuevo espacio de actuación de los alfareros leoneses ha sido hallado un alfar de cronología bajomedieval. Como ya hemos explicado con profusión con anterioridad en un espacio limítrofe entre las parroquias medievales de San Martín y el Santo Sepulcro, se han exhumado varias estructuras de combustión que parece que estuvieron funcionando al mismo tiempo.

Precisamente el evidente riesgo que suponían los hornos y los consecuentes conflictos que podían surgir entre sus propietarios y los vecinos del entorno, es algo conocido para el panorama urbano del momento. En León, el gobierno municipal, al menos desde el Bajomedieval, trató de alejar hacia los arrabales este tipo de actividades, a fin de reducir el peligro de posibles incendios²². De todos modos, el alfar descubierto, se situaba murallas a dentro, quizás porque en el momento de su construcción todavía no se dejaba sentir en aquella parte de la ciudad una excesiva presión demográfica. Sin embargo, a medida que León vaya creciendo, los talleres y sus hornos se irán ubicando en espacios próximos pero ya fuera de murallas, en el llamado arrabal de Santa Ana.

En este contexto es en el que debemos integrar el pleito hallado en el Archivo de la Real Chancillería de Valladolid, sostenido entre Miguel Gutiérrez, zapatero del

¹⁹ CCL – Colección Documental de la Catedral de León, doc. 3.738.

²⁰ CCL – Colección Documental de la Catedral de León, doc. 3.912.

²¹ CCL – Colección Documental de la Catedral de León, doc. 2.598.

²² ÁLVAREZ ÁLVAREZ, 1992: 180.

arrabal de Santa Ana, y el ollero Pablo Rodríguez de Acuña²³. El documento resulta de gran utilidad, al ofrecernos una visión relativamente próxima a la realidad del sector alfarero leonés en el período bajomedieval. De hecho, el proceso se desarrolla entre 1532 y 1535, haciendo algunos de los testigos que en él aparecen alusiones a tiempos anteriores. La razón del litigio es la firme oposición que hace el zapatero a la pretensión de su vecino de «edificar horno de cozer ollas e cantaros» en el corral que linda con la casa en la que aquel mora. Gutiérrez considera aquella obra enormemente perjudicial y acude al corregidor de la ciudad que, en 23 de marzo de 1533, condena al ollero a paralizar las obras y a derribar lo hasta el momento construido en un plazo de seis días, so pena de 2.000 maravedís. Ante aquella sentencia, Pablo Rodríguez recurrirá al tribunal real vallisoletano.

Tanto en el alegato del ollero como en los testimonios que adjunta encontramos una valiosísima información. A la hora de defender la erección del horno, Rodríguez afirma no existir perjuicio para las casas de alrededor, dado que se está edificando apoyado sobre una alta tapia y no sobre una vivienda. Además, como prueba de lo justo de su reclamación, y esto es lo más interesante para nosotros, asegura «que en toda la dicha colación e barrio de Santana biben los mas ofiçiales de cantareros e olleros e todos los hornos están entre las casas de los vezinos como el mio». Se trata pues de la corroboración documentación de la concentración en aquella zona del sector.

También los testimonios aportados por el zapatero constatan la existencia de un horno anterior, si bien señalan que cuando el tal Onzonilla trabajaba en la zona, aquella se hallaba rodeada de tapias, no existiendo una casa próxima. Este aspecto parece apuntar, de nuevo, a las facilidades que ofrecía aquel espacio, en un primer momento, para centralizar las actividades alfareras, al reducirse considerablemente el peligro de incendios y afectar a un número muy restringido de vecinos. Esa situación varió un tanto a medida que la ciudad fue expandiéndose, lo que provocó la aparición de tensiones.

Precisamente el principal argumento de la parte de Miguel Gutiérrez es recalcar el peligro que conllevaría a su casa y a toda la vecindad la construcción de aquella estructura. De hecho, varios testigos afirmaban que el de Onzonilla había provocado en aquellos tiempos un incendio que había llegado al corredor de la casa y que logró ser sofocado merced al auxilio de los vecinos. La certeza de ese peligro queda reflejada de una manera muy ilustrativa en la respuesta de uno de ellos:

que save que quando rojan el horno para el cozer la dicha obra que la llama sale muy alta e sienpre se acostumbra a hazer los dichos hornos apartados de vezindad porque no agan

²³ ARCHV – Archivo de la Real Chancillería de Valladolid, Pleitos Civiles, caja 1.721.

dapnio porque sy anda ayre las mirçinas pueden ençender las cassas e que sy el dicho Pablos haze alli el dicho horno es gran perjysio para el dicho Miguel Gutierrez e para la vecindad.

El proceso concluirá el 12 de octubre de 1535 cuando los jueces de la Chancillería fallen a favor del ollero, revocando la sentencia del teniente corregidor de León:

Por ende que devemos revocar y revocamos su juicio y sentencia del dicho teniente de corregidor y haciendo en este pleito lo que de justicia debe ser fecho que devemos mandar y mandamos que el dicho Pablos de Acuña puede hazer y haga el horno sobre que en este dicho pleito en el lugar donde antes solia estar y ansy lo pronunciamos y mandamos y no hazemos condenación de costas.

Este pleito, como hemos podido comprobar, ha arrojado una serie de informaciones sumamente interesante, en tanto en cuanto nos han servido para ratificarnos en nuestras afirmaciones sobre la evolución del sector alfarero en la ciudad durante los siglos bajomedievales. La presencia constatada de olleros trabajando en la colación del Santo Sepulcro desde, al menos, mediados del siglo XV, contradicen las afirmaciones sostenidas por algunos autores en trabajos relativamente recientes. En efecto, Miguel Hernández y García Marcos, consideraban que el traslado del sector alfarero desde el entorno de San Marcelo a este nuevo emplazamiento era un fenómeno mucho más reciente que podía estar relacionado con la construcción, en la segunda mitad del siglo XVI, del palacio de los Guzmanes²⁴.

Lo que sí es cierto es que la relación entre el sector alfarero y el arrabal meridional de la urbe se consolidará a lo largo de la Edad Moderna. En el padrón de moneda forera de 1625 aparecen tres vecinos cantareros: Pedro Fernández, Bartolomé Fernández y Francisco Díez. Es posible que pudiera existir alguno más, dado que en dicho recuento hay un número significativo de vecinos de los que no se especifica su oficio²⁵. Unos años más tarde, en el padrón de 1638, aparecen cuatro desarrollando esta actividad: Gregorio Pérez, un tal Alonso, Antonio Díez, Juan de Monzón. Además se hace referencia a Catalina, la viuda del cantarero Pedro Fernández que aparecía en el de 1625²⁶. Todavía a mediados del siglo XVIII, el *Catastro del Marqués de la Ensenada* sigue mostrándonos su concentración en aquel entorno²⁷.

Los datos de la época Moderna nos sirven, finalmente, para constatar dos circunstancias que, creemos, son perfectamente extrapolables para el mundo bajomedieval. Por un lado, nos encontramos ante un sector relativamente reducido en cuanto a efectivos: todavía en 1752, cuando la ciudad contaba con unos niveles

²⁴ MIGUEL HERNÁNDEZ & GARCÍA MARCOS, 1993: 175-206.

²⁵ AHML – *Archivo Histórico Municipal de León*, Caja 659.

²⁶ AHML – *Archivo Histórico Municipal de León*, Caja 660.

²⁷ AHPL – *Archivo Histórico Provincial de León, Catastro de Ensenada*.

demográficos notablemente superiores a los del siglo XV, el número de vecinos cantareros era solamente de dos maestros y tres oficiales. Por otro, parece que la posición económica de sus integrantes no era precisamente boyante: en el pleito referido del siglo XVI, el ollero Pablo Rodríguez esgrimía como argumento a la hora de solicitar la continuación de las obras de fabricación de su horno, su delicada situación económica. Incluso los testigos de la parte contraria no tienen inconveniente en calificarlo como «pobre», término que, desde luego, no se refiere a una pobreza de solemnidad pero sí a una posición un tanto endeble. Esa misma situación parece mostrarse en los recuentos de los siglos XVII y XVIII. En consecuencia, es posible que durante la Baja Edad Media el sector alfarero debía mostrarse unas características similares: un número reducido y una situación económica nada envidiable.

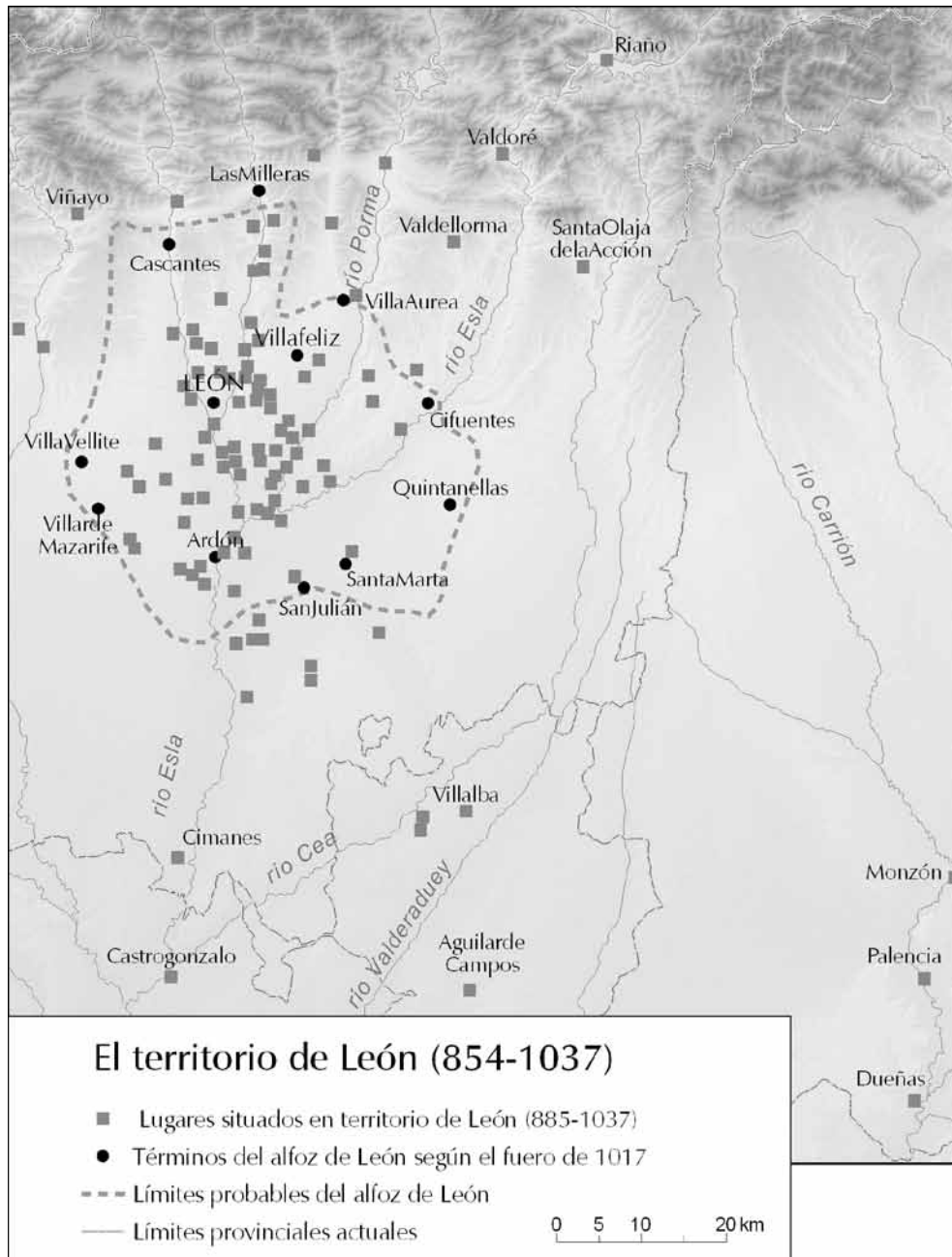
BIBLIOGRAFÍA

- ÁLVAREZ ÁLVAREZ, César (1992) – *La ciudad de León en la Baja Edad Media. El espacio urbano*. Madrid: Hullera Vasco-Leonesa.
- CÓRDOBA DE LA LLAVE, Ricardo (1990) – *La industria medieval en Córdoba*. Córdoba: Caja Provincial de Ahorros.
- DE BOÛARD, Michel; RIU RIU, Manuel (1975) – *Manual de Arqueología Medieval: de la prospección a la Historia*. Barcelona: Editorial Teide.
- ESTEPA DÍEZ, Carlos (1977) – *Estructura social de la ciudad de León (siglos XI-XIII)*. León: Centro de Estudio e Investigación San Isidoro.
- MIGUEL HERNÁNDEZ, Fernando; GARCÍA MARCOS, Victorino (1993) – *Intervención arqueológica en el patio del Centro Cultural Pallarés (León)*. «Nvmantia. Investigaciones Arqueológicas en Castilla y León», n.º 4. Valladolid: Junta de Castilla y León, p. 175-206.
- REPRESA RODRÍGUEZ, Armando (1954) – *Los viejos gremios León, siglos X-XIX*. León.
- REPRESA RODRÍGUEZ, Armando (1969) – *Evolución urbana de León en los siglos XI-XIII*. «Archivos Leoneses», n.º 45-46. León: Centro de Estudios e Investigación San Isidoro, p. 243-282.
- RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, Justiniano (1974) – *El señorío isidoriano de Renueva (León)*. «Archivos Leoneses», n.º 55-56. León: Centro de Estudios e Investigación San Isidoro, p. 221-261.

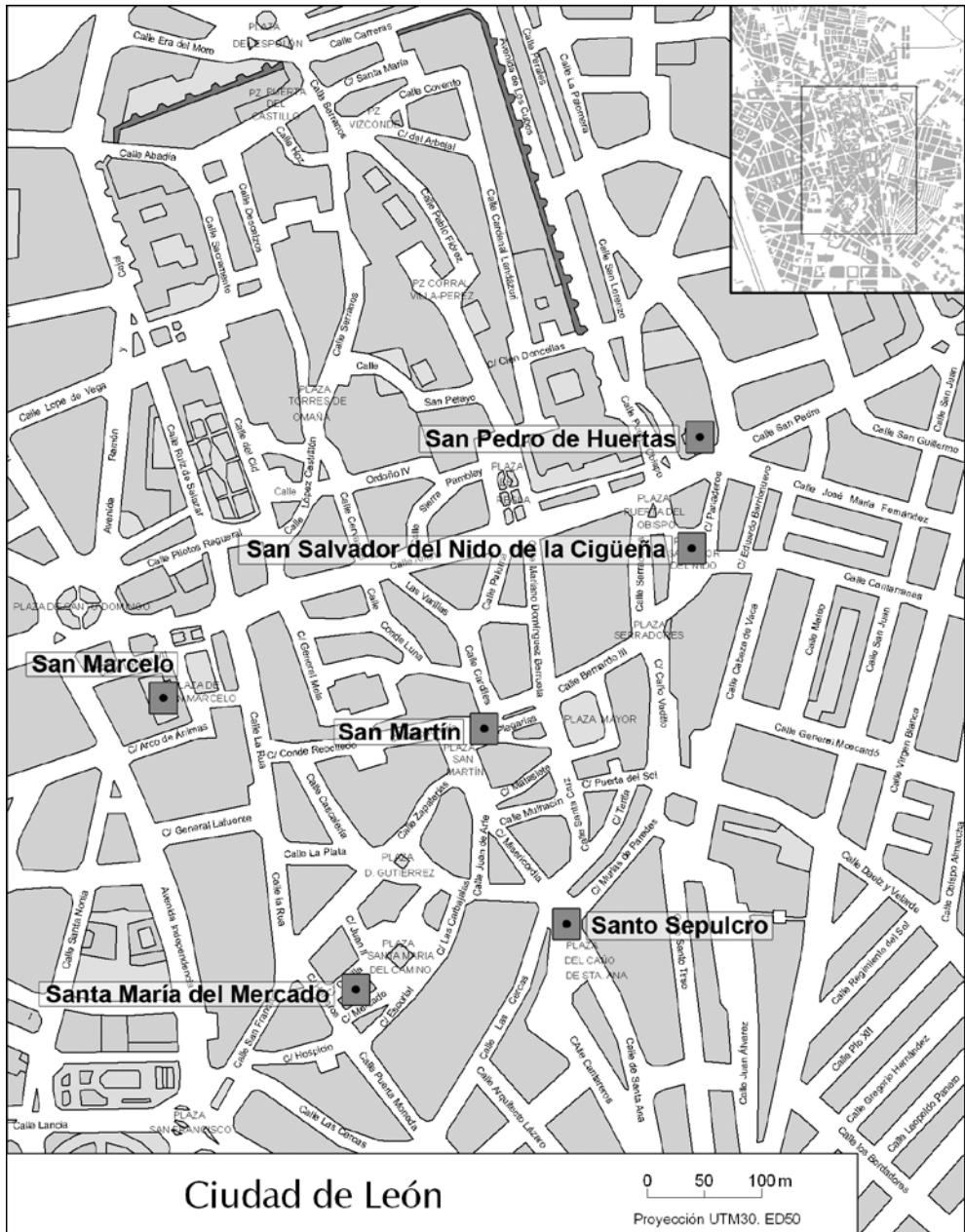
Fuentes

- AHML – *Archivo Histórico Municipal de León*, caja 659.
- AHML – *Archivo Histórico Municipal de León*, caja 660.
- AHPL – *Archivo Histórico Provincial de León, Catastro de Ensenada*.
- ARCHV – *Archivo de la Real Chancillería de Valladolid, Pleitos Civiles*, caja 1.721.
- CCL – *Colección Documental de la Catedral de León*, doc. 301, 805, 809, 996, 1.089, 1.307, 1.326, 1.427, 1.749, 1.881, 1.946, 2.380, 2.598, 2.657, 3.738 y 3.912.
- CDS – *Colección Diplomática del Monasterio de Sahagún*, doc. 355.
- CSIL – *Colección Documental del Monasterio de San Isidoro de León*, doc. 81, 179.

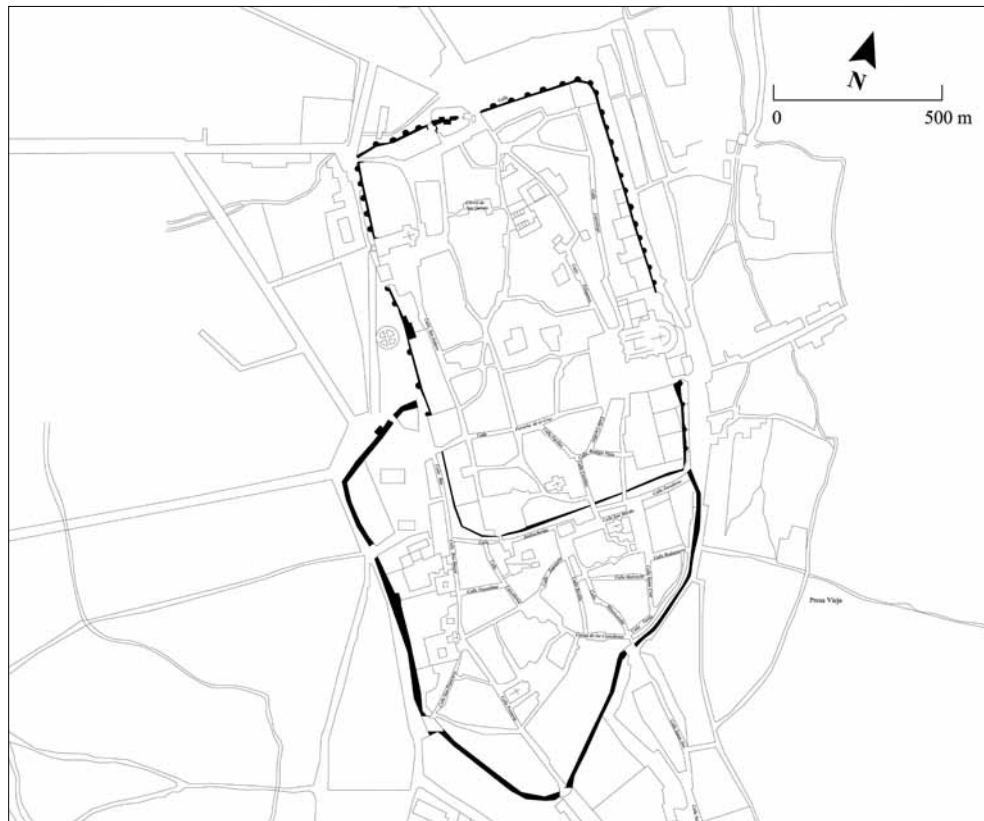
Mapa 1 – La ciudad de León y su alfoz hacia el año 1000



Mapa 2 – Emplazamiento del barrio de San Marcelo



Mapa 3 – Localización de la Nueva Cerca



FAMILIA, RELACIONES SOCIALES Y ESTRATEGIAS FAMILIARES DE LAS ELITES URBANAS GALLEGAS (XVI-XVIII)*

MARÍA LÓPEZ DÍAZ**

Durante las dos últimas décadas uno de los temas más investigados por el modernismo gallego en el terreno de la historia política fue el estudio de las elites e instituciones municipales, abarcando un periodo cronológico amplio que va desde el reinado de los Reyes Católicos hasta el primer liberalismo¹. La mayoría son trabajos realizados con un enfoque político-institucional, que prestan una especial atención a la estructura organizativa y distribución social del poder en los concejos urbanos así como a los cambios y dinámicas producidas secularmente. En conjunto han aportado mucha información y se ha avanzado sensiblemente en el conocimiento sobre el tema, permitiendo plantear nuevos puntos de vista y reflexiones. Pero también evidencian la existencia de algunos huecos que urge cubrir y líneas de investigación que, si bien no están agotadas, cumple reorientar para que el horizonte de esos trabajos no se limite a una simple acumulación de datos que confirme lo ya sabido, proponiendo o reflexionando sobre nuevos asuntos y los métodos más adecuados para acometer su estudio.

Partiendo de estas premisas, que ya planteamos antes, en los últimos años hemos procurado alargar nuestro campo de investigación y abrir nuevas líneas de trabajo complementarias para abordar el tema. A ello contribuimos en unos casos con reflexiones generales o estudios propios y en otros con investigaciones dirigidas que están realizándose. Precisamente una de esas vías, que en Galicia se ha trabajado

* Trabajo realizado en el marco del Proyecto de Investigación HAR2008-02026, financiado por el Secretaría de Estado de Universidades del Ministerio de Ciencia e Innovación.

** Universidad de Vigo. marial@uvigo.es.

¹ Para referencias vid. LÓPEZ DÍAZ, 2004: 321-348; PÉREZ GARCÍA & LÓPEZ DÍAZ 2010: 177-184.

más bien poco, es el estudio de la sociología de esas elites municipales tanto desde una perspectiva colectiva (grupo *de* poder) como individual; o sea, de las familias y linajes que lo integran. El objetivo del presente ensayo es avanzar algunos de los resultados alcanzados en este campo, e intentar plantear nuevas reflexiones o posibles vías de renovación sobre un tema que interesa no solo al estudio de la familia y del espacio doméstico sino también al conocimiento del poder e instituciones del Antiguo Régimen².

1. PUNTO DE PARTIDA: LOS ESCASOS ESTUDIOS SOBRE LA SOCIOLOGÍA DE LAS ELITES GALLEGAS

Empezaré haciendo dos puntualizaciones. La primera es en realidad una precisión terminológica: cuando hablo de *elites* u *oligarquías urbanas* (ciudadanas), vocablos cuyo empleo puede ser discutible³, me refiero a la minoría de familias que controlaban el poder municipal en las siete ciudades capitales de provincia gallegas, que desde 1623 comparten además el derecho de hablar en las Cortes de Castilla en nombre del Reino. O sea, que son elites locales pero también regnicolas, pues su espacio político, relaciones e intercambios económicos, personales y culturales van más allá de sus ciudades y provincias. La otra cuestión es un recordatorio: solo dos de ellas (Coruña y Betanzos) eran de realengo; las otras cinco (Santiago, Mondoñedo, Lugo, Tuy y Ourense hasta 1571-1628⁴) estaban sometidas al señorío episcopal, razón por la cual la arquitectura y dinámicas del poder que se generan allí son diversas y más complejas⁵.

En cuanto al conocimiento de sus elites, hay trabajos sobre todas pero de distinta entidad: las mejor conocidas son las de Santiago de Compostela, Lugo y Ourense, y las peor las de Betanzos, Mondoñedo y Coruña. No hay investigaciones de larga duración, que abarquen de finales del siglo XV al XIX, aunque para algunos casos (Santiago y Ourense) sí poseemos un elenco amplio de trabajos que cubren toda la Edad Moderna y primer liberalismo. También hay algún ensayo comparativo, del que pueden extraerse dos conclusiones: una es la existencia de una gran heterogeneidad de situaciones y formas de ejercer el poder, herencia del pasado medieval y de las diversas prerrogativas tanto de los señores como de la Corona en el espacio político

² Sobre la interrelación para época moderna en España cfr. CHACÓN JIMÉNEZ & HERNÁNDEZ FRANCO, 2001; CHACÓN JIMÉNEZ & ROIGÉ & RODRÍGUEZ OCAÑA 2006; HERNÁNDEZ FRANCO, 1998: 179-199; DEDIEU & WINDLER-DIRISIO, 1998: 201-233; y HERNÁNDEZ FRANCO, 2006: 215-246.

³ HERNÁNDEZ, 2004: 92-93; antes, MARCOS MARTÍN, 1999: 265-293. Y para el medioevo: VALDEÓN BARUQUE, 1990: 509-535; y NARBONA VIZCAINO, 1998: 9-14.

⁴ LÓPEZ DÍAZ, 1999: 231-26.

⁵ LÓPEZ DÍAZ, 1997: 43-2011; 2011: 105-149; 2011a: 253-290.

municipal; esta diversidad tiende a irse mitigando, merced a la patrimonialización, acrecentamiento y venta pública de cargos municipales (sobre todo regidurías), que antes o después afectó a todas las ciudades⁶, y a la recuperación del voto en Cortes por el Reino de Galicia (compartido por las siete capitales), impulsándose definitivamente con la llegada de los Borbones⁷. Aun así ciertas diferencias persisten toda la Edad Moderna, siendo fundamental en este sentido ponderar los cambios que se produjeron en los poderes locales como consecuencia de la erosión del poder señorial que, según se ha sugerido para el señorío nobiliario, probablemente se efectuaron en el curso del XVII y sobre todo en la centuria siguiente. Un planteamiento que para el caso carece de confirmación empírica, pues los trabajos sobre el poder episcopal, sus redes clientelares y relación con los poderes locales se limitan a escenarios concretos (Santiago, Lugo, Ourense) y cronologías que raramente van más allá de 1620.

Igualmente, se constatan diferencias en la composición de los grupos dominantes de las siete ciudades, incluido su grado de elitismo o ennoblecimiento aunque este aspecto apenas se ha trabajado. Claro que también se constatan rasgos comunes; a saber: i) que la mayoría procede de las filas de la hidalguía o baja nobleza local aunque sus orígenes sociales sean diversos; ii) que viven esencialmente de las rentas de la tierra y más raramente del capital, hecho que pudo tener más peso en ciudades como Coruña (además de puerto era presidio militar y sede de las principales instituciones del Reino). En el plano familiar (iii) tienden a imitar los comportamientos de la gran nobleza y a rodearse de todos aquellos elementos o distinciones que conllevan prestigio, honor o más poder tanto a nivel personal como para el linaje. A todo ello debería añadirse (iv) el progresivo monopolio del poder y de los cargos municipales por parte de un reducido grupo de familias o apellidos; una tendencia de largo recorrido que arranca de medioevo (implantación del sistema de *regimiento* o concejo cerrado), se afianza en los dos primeros siglos de la época moderna, acentuándose a partir de finales del XVII cuando cesa el mercado público de regidurías. No en vano las posibilidades de acceder al poder e instituciones municipales, tanto en términos de producción de servicios a la Corona o de acumulación de capital económico con retorno o compra de cargo como en el plano de las alianzas matrimoniales, se tornan cada vez más limitadas⁸.

En definitiva, los concejos urbanos gallegos, como el resto de los castellanos, acabaron siendo instituciones oligarquizadas y más bien cerradas. Pero eso no significa que fueran monolíticas o no se produjeran cambios. Lo que varía de unos lugares a

⁶ LÓPEZ DÍAZ, 2004: 721- 738.

⁷ Cfr. CEBREIROS ÁLVAREZ, 1999: 204-256; LÓPEZ DÍAZ, 2006: 205-237; 2006a: 133-181; 2010: 187-214.

⁸ Sintetizamos conclusiones de nuestros trabajos; para títulos, PÉREZ GARCÍA & LÓPEZ DÍAZ 2010: 177-184.

otros es el grado de apertura o renovación, pudiendo haber asimetrías en la cronología y perfil de los nuevos elementos. En general esa entrada de sangre nueva era controlada desde dentro y solía efectuarse por tres medios: la extinción biológica de las antiguas familias de poder que facilita el acceso a nuevas ramas o apellidos, la riqueza (donde podemos incluir las alianzas matrimoniales para los efectos aquí considerados, pues es una forma de acumulación de capital económico) que facilita la compra, adquisición u obtención de un oficio o bien por la vinculación o lazos clientelares con la alta nobleza absentista, que residía en la Corte y no ejercía los cargos municipales directamente sino que nombraba tenientes o sustitutos. Secularmente intuyo, por los datos que manejo, que entre fines del XV y fines del XVI desaparecieron del concejo algunas de las antiguas familias de la hidalguía dominante e ingresaron otras nuevas (sobre todo a las ciudades de realengo, pues en las de señorío son más estables). Con todo, las mayores cotas de renovación de las oligarquías urbanas se registran entre 1620 y 1650/55 con un repunte en las décadas finales del XVII, coincidiendo con la ola de acrecentamientos y ventas masivas de regidurías efectuada por la Corona.

Aun así, debo señalar que lo que sabemos sobre la evolución o trayectoria de las elites locales gallegas a lo largo de la modernidad, su continuidad o discontinuidad multiseccular, no es concluyente ni definitivo, pues los estudios disponibles de largo recorrido están localizados geográficamente y cronológicamente se centran en la segunda mitad del XVI y sobre todo en los siglos XVII y XVIII. Además se han hecho sobre grupos de poder más que sobre familias, si bien esto último está cambiando, confirmándose la tendencia apuntada. Al respecto un buen elemento de comparación nos lo ofrecen los trabajos realizados sobre otras elites ciudadanas castellanas, como las de Córdoba o Madrid, cuyas conclusiones coinciden en gran medida con lo señalado⁹.

Otro aspecto sobre el que quiero llamar la atención son las peculiaridades de las elites de ciudades episcopales. Son grupos que se consolidan en el curso del XVI con el respaldo primero de los señores y después de la Corona. De ahí que a la larga el poder y las prerrogativas de aquéllos les resulten molestos, llegando a interponer contenciosos judiciales para liberarse de su dominio. Salvo en el caso de Ourense (y por razones políticas) no lo consiguieron, pero sí delimitar un espacio de jurisdicción propio e independiente de la señorial. En esta erosión del poder señorial que arranca del quinientos, se profundiza en el XVII y de manera generalizada en el XVIII, momento en que los señores episcopales parece que pierden irremisiblemente influencia y efectividad en el ejercicio de sus prerrogativas a nivel local. De hecho, se aflojan los lazos y vínculos clientelares que mantenían dentro del concejo, al tiempo

⁹ Cfr. HERNÁNDEZ, 1996; SORIA MESA, 2000. También GUERRERO MAYLLO, 1993; ARANDA PÉREZ, 1992; PORRES MARIJUAN, 1989; PASSOLA TEJEDOR, 1997; SERRANO TENLLADO, 2004; MOSÁCULA MARÍA, 2006, etc.

que se reavivan los conflictos entre ambos poderes, sin que las elites locales logran su objetivo modificar la arquitectura del poder urbano liberándose del dominio episcopal¹⁰.

En lo que atañe al comportamiento de estas elites con relación a los cargos municipales no hay diferencias sustanciales con las de realengo, pues los oficios estaban igualmente patrimonializados. Solo añadiré que avanzando el setecientos hay un progresivo y generalizado desinterés de esas oligarquías tradicionales por ejercer el cargo y gobierno municipal, una circunstancia que aprovecharon algunos nuevos linajes para ascender al poder, ya fuera por méritos o riqueza.. Sin embargo, no parece que ello cambiara las bases sociológicas del grupo, ni siquiera entre quienes acceden al grupo a través de los cargos electivos (como procuradores generales, diputados o personeros del común) o sirviendo una regiduría que no es propia, pues pudiendo tratan de obtener un cargo en propiedad perpetuo o renunciable¹¹. A la larga esta dinámica pudo favorecer la distensión de los lazos clientelares de esas elites con los señores episcopales, quienes a veces ya no encuentran individuos de las familias tradicionales que los quieran servir.

2. AVANCES: DEL ESTUDIO DE LOS GRUPOS DE PODER A LA HISTORIA DE LAS FAMILIAS

A tenor de lo dicho es obvio que el objeto de estudio de las elites ciudadanas gallegas de la modernidad fue el grupo – un grupo *de* poder – y no las familias. Pero cuando uno aborda su estudio enseguida se topa con las familias, que son las verdaderas protagonistas más que los individuos por diversas razones. Citaré algunas: el papel de la sangre y de la herencia familiar más que los méritos racionales como criterios determinantes para desempeñar el cargo; la existencia de sagas familiares que se mantienen indefectiblemente en ese grupo de la elite, ya sea ejerciendo un oficio propio de la Casa (herencia por derecho) u otros ajenos (herencia de hecho), mediara o no negocio remuneratorio en ese nombramiento; el influjo de las familias sobre la carrera de los consanguíneos y la utilización del poder municipal para favorecerlos; el alto índice de endogamia matrimonial y de matrimonios estratégicos entre personas y familiares que tienen oficios en la misma institución o en otras de similar entidad; la parentela y su influencia en el ascenso profesional, por ejemplo, para hacer carrera en la milicia o en otros ámbitos como la Iglesia o la burocracia;

¹⁰ Cruzando información y conclusiones de LÓPEZ DÍAZ, 1997: 93-208; 2006: 205-237; 1999: 231-261; 2010: 194-195 y 205-206; y GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, 1993, 387-395; 1998: 127-146. Cfr. para otros lugares, RUIZ TORRES, 2008: 578-580; WINDLER, 2007: 117- 128.

¹¹ LÓPEZ DÍAZ, 2006a; 2011: 253-290; GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, 1990: 119-120; 1998b: 235-261.

y probablemente también, en este caso de forma negativa, las restricciones que la familia puede originar en la vida de profesional de algunos integrantes del grupo de poder, forzados por las circunstancias a abandonar su carrera profesional para atender el patrimonio (y cargos) de la familia: normalmente son primogénitos, pero a veces segundones o ramas colaterales que se convierten en herederos por la extinción biológica del tronco familiar principal¹².

La nómina de indicadores de la importancia del factor familiar en la organización y funcionamiento práctico de las instituciones municipales – poder político en general – podría ampliarse, pero no aportaría gran cosa, pues son aspectos sobradamente conocidos, aunque no excesivamente estudiados, en la historiografía española. Solo añadiré, como confirmación, el hecho de que, a pesar del cambio político que acompaña al final del Antiguo Régimen, a pesar de los cambios en los mecanismos de legitimación de la acción política, a pesar incluso de los cambios tan radicales que se producen en instituciones sociales (como la abolición de la mano muerta civil y eclesiástica) y jurídicas (como el señorío), todo indica que la familia siguió teniendo durante largo tiempo un papel organizativo fuerte, que incluso pudo constituir un polo de legitimidad autónomo frente a las leyes y las ideologías políticas. Se recompusieron las elites en la primera mitad del siglo XIX, pero se mantuvo la fuerza estructurante de las redes familiares. De hecho, es sabido que muchas familias de poderosos del Antiguo Régimen supieron adaptarse al nuevo sistema, a veces anteponiendo sus intereses propios a cualquier consideración política e incluso partidista¹³.

Pues bien, en lo que Galicia se refiere este enfoque bajo el prisma familiar es un terreno aún poco explorado. Se empezó a hacer a mediados de los años 80 para el caso compostelano. El objetivo era elaborar una «biografía colectiva» o análisis prosopográfico sobre dicha oligarquía ciudadana (cargos con poder)¹⁴ en la línea de la llamada «historia social de la administración». Ahí se ofrecían diversos datos sobre las pautas demográficas y estrategias familiares de los capitulares, en especial las relacionadas con el matrimonio (edad al matrimonio, número de hijos e hijas, condición social de los cónyuges, nivel de endogamia, etc.), el patrimonio (papel del mayorazgo y vinculaciones como mecanismo de perpetuación de los linajes, su composición y otras posibles fuentes de ingresos, las estrategias de herencias, etc.) y el círculo de relaciones más allá de la sangre y del matrimonio, que constituían el núcleo «duro» de relaciones familiares; o sea, las relaciones no familiares como

¹² Para otros funcionarios de la administración, MOLAS RIBALTA, 1993: 107-126; GIMÉNEZ LÓPEZ, 1995: 139-169.

¹³ CRUZ, 1996; 2000.

¹⁴ LÓPEZ DÍAZ, 1991: 13-147.

las clientelares, de amistad o de patronazgo, que descansan sobre una base moral y sentimental que va más allá del interés¹⁵.

Con todo, esta línea de trabajo no tuvo continuidad en Galicia por diferentes razones; la principal, por la dificultad que suponía estudiar la sociología de un grupo de poder, como eran las elites urbanas, cuando nada se sabía de las instituciones municipales ni su forma de actuar, pero también por el reducido número de investigadores interesados en la historia política, dada la orientación de la escuela compostelana hacia otras historias sectoriales más arraigadas (historia rural, demografía histórica...). De hecho, quienes continuamos trabajando en el tema centramos nuestra atención en los aspectos político-institucionales (organización o estructura interna de los concejos, la reformas y ejercicio del poder), dedicando solo algunas páginas o trabajo puntual al perfil social de los dirigentes municipales¹⁶.

De ahí que en un balance historiográfico que hice en 2004 sobre el poder y oligarquías urbanas de la Galicia moderna afirmara que el estudio sociológico de las mismas era unas de las «principales asignaturas pendientes» de nuestra producción, habida cuenta de que no existía ninguna monografía ni tesis doctoral sobre el asunto, a diferencia de lo que ocurría en otras regiones de la geografía peninsular¹⁷. Y de ahí que señalara también como uno de los aspectos que urgía investigar el de las familias integrantes de esas oligarquías municipales, que no las familias de poderosos (concepto más amplio, pues incluye a la alta nobleza que suele estar ausente de los concejos), ya que poco sabíamos sobre ellas. En particular invocaba la importancia de profundizar en el conocimiento de los mecanismos y estrategias de reproducción social de esas familias y sus trayectorias, por ver si el poder era un medio para hacer efectiva su reproducción como linaje¹⁸. E igualmente la necesidad de conocer los elementos que influían o repercutían en esa reproducción, incluida la interrelación con otras familias (con o sin poder, del mismo o diferente nivel), los bienes materiales (patrimonio) e inmateriales, sus afectos, órdenes e informaciones de todo tipo que interesan a la familia como célula de reproducción socio-económico y como institución jurídica con proyección política.

¹⁵ Cfr. DURAND, 1980; KETTERING, 1986; MACZAK, 1991; HESPANHA, 1993: 151-176, etc. Y para España: MARTÍNEZ MILLÁN, 1996: 83-106; IMÍZCOZ BEUNZA, 1995: 341-354; HERNÁNDEZ FRANCO, 1998: 192-195; WINDLER, 1997: 293-319.

¹⁶ Cfr. PÉREZ GARCÍA & LÓPEZ DÍAZ, 2010: 181-193. Como ejemplos: LÓPEZ DÍAZ, 1996: 89-97, 135-146, 186-193; GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, 1992: 71-88; 1998b; 2002: 383-396.

¹⁷ LÓPEZ DÍAZ, 2004: 347-348.

¹⁸ De los trabajos que resaltan este aspecto para las principales instituciones de la España Moderna vid. HERNÁNDEZ, 1996; WINDLER, 1997a; BURGOS ESTEBAN, 1994; CUART MONER, 2001: 49-79; o CRISTÓBAL MARTÍN, 1994; y en el terreno militar: ANDÚJAR CASTILLO, 2007: 251-276; 2007a: 45-74; JIMÉNEZ ESTRELLA, 2007: 89-120.

Hoy por hoy sigue sin haber estudios monográficos al respecto ni respuesta para la mayoría de las cuestiones planteadas. Sin embargo algo se ha avanzado, pues últimamente se han hecho trabajos que, abarcando cronologías dilatadas y espacios geográficos cada vez más amplios, traen a primer plano el factor familiar. De hecho, y esta es una idea fuerte que interesa reafirmar, la trayectoria de las oligarquías urbanas que han sido estudiadas para los siglos XVII y XVIII (Santiago y Ourense) evidencia la existencia de reequilibrios e incluso ciertas rupturas en la composición del grupo: en el XVII derivadas sobre todo de la venta pública de cargos (en el concejo orensano, por ejemplo, supuso pasar de una planta de ocho regidurías a treinta y nueve tres décadas después) y en la centuria siguiente por las medidas reformistas de los Borbones, mayormente la municipal de 1766 y el creciente abandono del consistorio de las familias tradicionales, lo cual permite una cierta reactivación del mercado o transacciones privadas de cargos, que a su vez facilita la entrada en el concejo a familias de la hidalguía provincial inferior y el ascenso de gentes con dinero, quienes encuentran más facilidades para acceder a los oficios y a los honores que conllevan¹⁹. En el puzzle de las instituciones locales y centrales interesaría ponderar la importancia de estas dinámicas, ver el peso que tuvieron estas familias provinciales dentro de las elites ciudadanas y a qué o a quién debieron su ascenso (si sólo es cuestión de dinero o también influyen otro tipo de apropiaciones sociales e institucionales).

Una de las formas de dar respuesta a estas cuestiones, que atañen no solo a la lógica de la reproducción social sino también de la reproducción del poder, son precisamente los estudios de esas familias en periodos suficientemente dilatados en el tiempo, pudiendo ser de duración secular. Solo estos nos permitirán conocer el alcance o difusión del «modelo reproductivo vincular» (o patrón de primogenitura) que es en sí mismo un signo de distinción social y un medio de garantizar esa distinción o primacía²⁰, pero también de medir hasta qué punto determinadas elites extienden sus redes de poder e influencia por otras instituciones locales o las alargaban a espacios más amplios, tanto en términos de producción de servicios a la Corona y acumulación de capital como en el plano de las alianzas matrimoniales y vínculos clientelares²¹.

En los dos últimos años dentro del grupo de investigación orensano empezamos a ensayar algunas aproximaciones en esta línea. Así, M^a Dolores Peláez está llevando a cabo una investigación monográfica sobre los Méndez Montoto, una familia de filiación gallega con antecedentes vía materna en Sevilla, que obtuvo el reconocimiento hidalgo en 1520 (merced de Carlos V por servicios prestados en el ámbito militar), la cual permaneció ligada al concejo y poder municipal los tres siglos de la modernidad,

¹⁹ LÓPEZ DÍAZ, 2004a: 721- 738; 2006: 205-237; 2007: 421-436; 2010: 187-214; 2011: 253-290.

²⁰ Cfr. MONTEIRO, 2001: 17-37; HERNÁNDEZ, 2001: 66-67.

²¹ Cfr. YUN CASALILLA, 2003: 61-65.

ocupando las más de las veces una regiduría episcopal (provisión del obispo) que no le pertenece en propiedad pero que trasmite y ejerce como si fuera patrimonio de la familia. Se trata de una tesis de doctorado que cuenta con una base heurística fabulosa y un interesante archivo privado que ya aportó algunos resultados sobre la genealogía, trayectoria y dinámica de la familia²². Y, más recientemente, I. Rionegro Fariña ha empezado a estudiar otro linaje de la elite municipal (los Fernández de Boán) que, a diferencia del anterior, es de procedencia humilde, posee una fortuna labrada en Perú que le ayuda a ennoblecerse en el transcurso del XVII, accede al ayuntamiento por la compra de una regiduría en propiedad y se convierten en señor de vasallos; todo ello con la inestimable ayuda de los condes de Lemos, sus verdaderos valedores en esa carrera de ascenso social y honores²³. Son pinceladas que dejan entrever una trayectoria diferente a la anterior, pero también algunos comportamientos concomitantes. Habrá que ver cómo se conjugan en ese resultado final que coloca a esta familia o rama de los Boán entre los poderosos orensanos.

No ignoramos que la propuesta de estudiar a las familias *de poder* conlleva riesgos y se le pueden poner objeciones. Quizás la principal, la selección de las familias, pues las elites u oligarquías urbanas no constituían una categoría social uniforme. Las más de las veces esa elección está condicionada por la disponibilidad y conservación de los fondos documentales así como por las facilidades de consulta de archivos privados cuando no están depositados en los públicos, cosa que en Galicia ocurre con harta frecuencia. Un buen complemento son los protocolos notariales, pero no suplen la carencia de fondos privados, que resultan interesantes para la reconstrucción de la historia familiar; y además facilitan el rastreo de información. Más reservas ofrecen el método o los criterios de reconstrucción de las familias, elección no fácil. En mi opinión deben procurarse interrelacionar o conjugar genealogía, poder y patrimonio, los tres elementos explicativos del proceso evolutivo en la organización social y en las relaciones de poder del Antiguo Régimen. El análisis de redes puede resultar interesante porque amplía el espacio de análisis, pero también presenta algunos inconvenientes dignos de considerar: desechar información coyuntural o de procesos políticos que pudieron ser trascendentes en la trayectoria de las familias, la acotación del espacio de análisis (radio de esas redes) o el potencial riesgo de acabar desligando en exceso la Casa o linaje estudiado de la institución municipal, que es el centro de interés principal. En todo caso, una buena reconstrucción de familias abre amplias posibilidades de tratamiento; quizás la clave esté en el cruce de fuentes y adaptación de las metodologías a las peculiaridades de las familias estudiadas y su contexto.

²² PELÁEZ RIVERO, 2010.

²³ AHPou, *Os arquiteiros da fidalguía (II)*. *Os Libros tombos da familia Boán*.

3. TERRENOS POCO EXPLORADOS Y POSIBLES VÍAS DE RENOVACIÓN

Los estudios efectuados en Galicia sobre las oligarquías urbanas de las siete ciudades capitales de provincia y otros municipios semiurbanos han corroborado lo que ya sabíamos con carácter general para la Corona de Castilla: que las elites municipales no constituían una categoría social uniforme y compacta; que hay diferencias entre las de unas localidades y otras, pero también divergencias internas dentro de las elites de cada localidad, pues acogen familias con orígenes, capital económico y social y trayectorias diversas. Se hace necesario, por tanto, seguir investigando para tener un conocimiento más detallado de las mismas, su forma de reclutamiento o acceso, composición, niveles de riqueza y estrategias familiares. Pero también urge ensayar nuevas vías de acercamiento o tratamiento del tema. Sugiero algunos posibles que me parecen de interés en la línea de lo social/familiar que nos ocupa.

El primero pasa por redimensionar la información disponible; esto es, efectuar un ejercicio de comparación entre las distintas elites ciudadanas y a partir de ahí elaborar un mapa o cartografía diferencial de las mismas. Se pueden discutir los criterios con qué hacerlo. Un buen punto de partida podrían ser los niveles de riqueza y la categoría social (hidalguía o nobleza reconocida, dado que la mayoría son de esta condición) por ver si hay o no coincidencia entre ambos indicadores, su concordancia con otras variables sociales (provincias con más o menos hidalguía) y también cómo evolucionan dichos signos en el tiempo por separado o con relación a otros posibles elementos de distinción²⁴. Es un terreno totalmente inexplorado en Galicia que interesa o pone el acento sobre la componente social más que sobre la político-institucional, si bien el poder (político) sigue siendo un elemento de primer orden. Piénsese que para muchas de estas familias fue un «ascensor» social, el colofón o bien el trampolín para seguir medrando en el escalafón y lograr nuevos honores.

La segunda reflexión ahonda en la territorialidad o geografía de esas elites urbanas y, vinculado a ello, su posible circulación (si es que puede emplearse el término para la época) o interconexión, que nos remite a círculos de poder e influencia que sobrepasan la ciudad o provincia, pudiendo tener dimensión regional e incluso extenderse fuera del Reino²⁵. No en vano hablamos de siete ciudades que son cabecera de sus respectivas provincias por las que hablan en las Juntas de Reino y también en las Cortes de Castilla, donde Galicia opera como una circunscripción y envía dos diputados (elegidos por turno rotatorio). Es un aspecto que, como el anterior, remite al análisis de las trayectorias familiares de esas elites ciudadanas y provinciales y al

²⁴ Cfr. para Portugal MONTEIRO, 2005: 59-72.

²⁵ Cfr. VIDAL-ABARCA y LÓPEZ, 1991: 123-140; MIGUÉS, 2002: 52-227.

cruce de información o bases de datos²⁶. De hecho, me consta la existencia de familias o apellidos que tienen regidurías municipales en más de una ciudad y que, si bien no simultanearon su ejercicio, utilizaron dicha circunstancia para obtener cargos representativos del Reino de forma reiterada (como la procuraduría en las Juntas).

La tercera propuesta abunda en el engarce y entramado de relaciones existentes entre las elites ciudadanas o capitalinas (elites del centro urbano) y las elites de la provincia (familias principales y gobernantes de las villas semiurbanas). Es un tema bidireccional y que admite distintos enfoques, pues interesan no solo la relaciones familiares y de parentesco entre ambas sino también los lazos institucionales o de interés: por ejemplo, el acceso al poder urbano de familias poderosas de localidades y concejos de la provincia (o sea, residentes fuera de la ciudad), cosa que sabemos ocurrió en algunas ciudades en el siglo XVIII cuando las oligarquías tradicionales se desentienden del ejercicio capitular y se reactiva el mercado privado de regidurías. Si a ello añadimos que a veces esas elites semiurbanas son elites formadas al amparo de las Casas o estados de la nobleza señorial es fácil deducir que su presencia interesa también a la trayectoria y dinámica de esas Casas y poder señorial.

La cuarta y última reflexión se refiere a la etapa final del Antiguo Régimen y primeras del liberalismo. Hemos descubierto por alguna de nuestras investigaciones que, pese al cambio de sistema político e institucionales que se produjeron en las primeras décadas del XIX, algunas de esas familias de las elites ciudadanas continuaron teniendo durante largo tiempo un importante protagonismo, sabiendo adaptarse a las nuevas circunstancias, lo cual les permitió mantenerse en el poder municipal o provincial; alguno incluso pudo alcanzar un papel relevante en la política nacional²⁷. Son pocos los trabajos hechos sobre esta etapa y casi nada lo que sabemos. Si embargo, interesa investigar el asunto porque ayudará a entender mejor los sistemas de poder de ambas épocas, en particular averiguar quienes lograron mantenerse como miembros de esa elite recompuesta de la primera mitad del XIX y qué papel jugó en esa persistencia la familia y redes familiares. En última instancia confirma el interés de enfocar el estudio del cambio político desde el enfoque de lo social y corrobora sus indiscutibles virtualidades también en el plano político.

²⁶ LÓPEZ DÍAZ, 2011: 253-290.

²⁷ Cfr. PRO RUIZ, 1995: 47-69; CARASA SOTO, 1994.

BIBLIOGRAFÍA

- AHPOU (2009) – *Os arquivos da fidalguia (II). Os Livros tombo da familia Boán*. «Frondeira, Voandeira do Arquivo Histórico Provincial de Ourense», 25 (nov.).
- ANDÚJAR CASTILLO, F. (2007) – *Milicia y nobleza. Reformulación de una relación a partir del caso granadino (siglos XVII-XVIII)*. In JIMÉNEZ ESTRELLA, A.; ANDÚJAR CASTILLO, F., eds. – *Los nervios de la guerra. Estudios sociales sobre el ejército de la Monarquía Hispánica (s. XVI-XVIII)*. Granada, p. 251-276.
- ANDÚJAR CASTILLO, F. (2007a) – *Servicios para la guerra, mercedes para las oligarquías. Las recompensas de la guerra de Sucesión en Andalucía*. In BERNARDO ARES, J. M., coord. – *La sucesión de la monarquía hispánica, 1665-1725*. Granada, vol. I, p. 45-74.
- ARANDA PÉREZ, F. (1992) – *Poder municipal y oligarquías en Toledo en el siglo XVII*. Madrid, 2 vols.
- BURGOS ESTEBAN, F. (1994) – *Los lazos de poder. Obligaciones y parentesco de una élite local castellana en los siglos XVI y XVII*. Valladolid.
- CARASA SOTO, P., ed. (1994) – *Elites, prosopografía contemporánea*. Valladolid.
- CEBREIROS ÁLVAREZ, E. (1999) – *El municipio de Santiago de Compostela a finales del Antiguo Régimen*. Santiago de Compostela.
- CRISTÓBAL MARTÍN, A. (1999) – *Confianza, Fidelidad y Obediencia. Servidores inquisitoriales y dependencias personales en la ciudad de Logroño (siglo XVII)*. Logroño.
- CRUZ, J. (1996) – *Gentlemen, bourgeois and revolutionaries. Political change and cultural persistence among the Spanish dominant groups, 1750-1850*. Cambridge.
- CRUZ, J. (2000) – *Los notables de Madrid: las bases sociales de la revolución liberal española*. Madrid.
- CUART MONER, B. (2001) – *Familias colegiales y familias de colegiales; fuentes y metodología para el estudio de una elite de poder*. In CHACÓN JIMÉNEZ, F.; HERNÁNDEZ FRANCO, J., ed. – *Familias, poderosos y oligarquías*. Murcia, p. 49-79.
- CHACÓN JIMÉNEZ, F.; ROIGÉ, X.; RODRÍGUEZ OCAÑA, E., eds. (2006) – *Familias y poderes. Actas del VII Congreso Internacional de la ADEH (Granada, 1-3 abril 2004)*. Granada.
- CHACÓN JIMÉNEZ, F.; MONTEIRO, N. G., eds. (2006) – *Poder y movilidad social: cortesanos, religiosos y oligarquías en la Península Ibérica (siglos XV-XIX)*. Madrid.
- DEDIEU, J.-P.; WINDLER-DIRISIO, Ch. (1998) – *La familia: ¿una clave para entender la historia política? El ejemplo de la España moderna*. «Studia Historica. Historia Moderna», 18. Salamanca, p. 201-233.
- DURAND, Y. (1980) – *Clientèles et fidélités dans le temps et dans l'espace*. Paris.
- GIMÉNEZ LÓPEZ, E. (1995) – *El factor familiar en el cursus honorum de los magistrados españoles del siglo XVIII*. In HERNÁNDEZ FRANCO, J., ed. – *Familia y poder: Sistemas de reproducción social en España (siglos XVI-XVIII)*. Murcia: Universidad de Murcia, p. 139-169.
- GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, J. M. (1990) – *Poder local y transformaciones políticas en Vigo y su comarca. De la invasión francesa a la reacción absolutista (1809-1814)*. «Pontevedra. Revista de Estudios Provinciales», 6. Pontevedra, p. 117-134.
- GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, J. M. (1992) – *Los caracteres socioprofesionales de los alcaldes de Pontevedra en el Antiguo Régimen*. «Pontevedra. Revista de Estudios Provinciales», 8-9. Pontevedra, p. 71-88.
- GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, J. M. (1993) – *La crisis de la administración señorial en la Galicia de finales del Antiguo Régimen*. In SARASA SÁNCHEZ, E.; SERRANO MARTÍN, E., eds. – *Señorío y feudalismo en la Península Ibérica (ss. XII-XIX)*, IV. Zaragoza, p. 387-395.

- GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, J. M. (1998) – *Conflictividad y tensiones en torno al señorío arzobispal compostelano en el siglo XVIII*. «Obradoiro Historia Moderna», 7. Santiago de Compostela, p. 127-146.
- GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, J. M. (1998b) – *Poder municipal y grupos sociales en Vigo en el ocaso del Antiguo Régimen*. «Castrelos. Revista do Museo Municipal 'Quiñones de León' de Vigo», 11. Vigo, p. 235-261.
- GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, J. M. (2002) – *El dominio social de los concejos urbanos de la Galicia atlántica en las postrimerías del Antiguo Régimen*. In FERNÁNDEZ CORTIZO, C. et al., eds. – *Universitas. Homenaje a Antonio Eiras Roel*, I. Santiago de Compostela, p. 383-396.
- GUERRERO MAYLLO, A. (1993) – *Familia y vida cotidiana de una élite de poder. Los regidores madrileños en tiempos de Felipe II*. Madrid: Instituto de Estudios Madrileños.
- HERNÁNDEZ, M. (1996) – *A la sombra de la Corona. Poder y oligarquía urbana (Madrid, 1606-1808)*. Madrid: Siglo XXI.
- HERNÁNDEZ, M. (2001) – *Sobre familias, relaciones y estrategias familiares de una elite ciudadana (Los regidores de Madrid, siglos XVI-XVIII)*. In CHACÓN JIMÉNEZ, F.; HERNÁNDEZ FRANCO, J., eds. – *Familias, poderosos y oligarquías*. Murcia, p. 61-80.
- HERNÁNDEZ, M. (2004) – *Ayuntamientos urbanos, trampolines sociales. Reflexiones sobre las oligarquías en la Castilla moderna*. In PELLISTRANDI, B., coord. – *Corona española y magistraturas urbanas en la época moderna*. Madrid, p. 91-116.
- HERNÁNDEZ FRANCO, J. (1998) – *El reencuentro entre historia social e historia política en torno a las familias de poder. Notas y seguimiento a través de la historiografía sobre la Castilla moderna*. «Studia Historica. Historia Moderna», 18. Salamanca, p. 179-199.
- HERNÁNDEZ FRANCO, J. (2006) – *Consolidación y continuidad de las oligarquías castellanas (siglos XVII-XVIII)*. In CHACÓN JIMÉNEZ, F.; MONTEIRO, N. G., eds. – *Poder y movilidad social. Cortesanos, religiosos y oligarquías en la Península Ibérica (siglos XV-XIX)*. Madrid, p. 215-246.
- HESPANHA, A. M. (1993) – *La Gracia del derecho. Economía de la cultura en la Edad Moderna*. Madrid.
- IMÍZCOZ BEUNZA, J. M. (1995) – *Agentes sociales y redes de relaciones en la sociedad del Antiguo Régimen. Propuestas de análisis en historia social y política*. In BARROS, C., ed. – *Historia a debate*. Santiago de Compostela, vol. 2, p. 341-354.
- JIMÉNEZ ESTRELLA, A. (2007) – *Linajes y alcaldes en el Reino de Granada bajo los Austrias. ¿Servicio militar o fuentes de enriquecimiento y honores?*. In JIMÉNEZ ESTRELLA, A.; ANDÚJAR CASTILLO, F., eds. – *Los nervios de la guerra. Estudios sociales sobre el ejército de la Monarquía Hispánica (s. XVI-XVIII)*. Granada, p. 89-120.
- KETTERING, Sh. (1986) – *Patrons, brokers and clients in seventeenth-century France*. New York.
- LÓPEZ DÍAZ, M. (1991) – *Oficios municipales de la ciudad de Santiago a mediados del siglo XVIII*. La Coruña.
- LÓPEZ DÍAZ, M. (1996) – *Gobierno y hacienda municipales. Los concejos de Santiago y Lugo en los siglos XVI y XVII*. Lugo.
- LÓPEZ DÍAZ, M. (1997) – *Señorío y municipalidad. Concurrencia y conflicto de poderes en la ciudad de Santiago (ss. XVI-XVII)*. Santiago de Compostela.
- LÓPEZ DÍAZ, M. (1999) – *Del señorío al realengo. Ourense en los siglos XVI y XVII*. «Cuadernos feijonianos de Historia Moderna», I. Santiago, p. 233-263.

- LÓPEZ DÍAZ, M. (2004) – *Poder municipal y oligarquías urbanas en la Galicia moderna. Un balance y algunas reflexiones*. «Studia Historica. Historia Moderna», 26. Salamanca, p. 321-348.
- LÓPEZ DÍAZ, M. (2004a) – *Enajenación de oficios y gobierno de los pueblos: las ciudades gallegas en el siglo XVII*. In ARANDA PÉREZ, F., coord. – *La declinación de la Monarquía Hispánica en el siglo XVII*. Cuenca, p. 721- 738.
- LÓPEZ DÍAZ, M. (2006) – *Reformismo borbónico y gobierno municipal (las regidurías compostelanas, siglo XVIII)*. «Obradoiro Historia Moderna», 15. Santiago de Compostela, p. 205-237.
- LÓPEZ DÍAZ, M. (2006a) – *Municipio y reforma: Orense, otro ejemplo del fracaso de la política reformista borbónica*. «Cuadernos feijonianos de Historia Moderna», III. Santiago, p. 133-181.
- LÓPEZ DÍAZ, M. (2007) – *Reproducción y renovación de una élite de poder castellana: los regidores compostelanos en el siglo XVII*. «NW: Noroeste. Revista de História», 3. Braga, p. 421-436.
- LÓPEZ DÍAZ, M. (2010) – *Oligarquías urbanas, crisis del Antiguo Régimen y primer Liberalismo en Galicia, 1750-1815*. «Obradoiro Historia Moderna», 19. Santiago de Compostela, p. 187-214.
- LÓPEZ DÍAZ, M. (2011) – *Jurisdicción e instituciones locales de la Galicia meridional*. Vigo: Universidad de Vigo [en prensa].
- MACZAK, A., ed. (1988) – *Klientensysteme im Europa der Frühen Neuzeit*. Munich.
- MARCOS MARTÍN, A. (1999) – *Oligarquías urbanas y gobiernos ciudadanos en la España del siglo XVI*. In BELENGUER CEBRIÁ, E., coord. – *Congreso Internacional Felipe II y el Mediterráneo*, vol. 2 – *Los grupos sociales*. Madrid, p. 265-293.
- MARTÍNEZ MILLÁN, J. (1996) – *Las investigaciones sobre patronazgo y clientelismo en la administración de la Monarquía Hispánica durante la Edad Moderna*. «Studia Historica. Historia Moderna», 15. Salamanca, p. 83-106.
- MIGUÉES, V. M. (2002) – *As terras, as pousas e os vinculeiros. A fidalguía galega na Época Moderna*. Sada.
- MOLAS RIBALTA, P. (1993) – *El factor familiar en la Audiencia borbónica de Valencia*. «Obradoiro Historia Moderna», 2. Santiago de Compostela, p. 107-126.
- MONTERIO, N. G. (2001) – *Trajectorias sociais e formas familiares: o modelo de sucess ao vincular*. In CHACÓN JIMÉNEZ, F.; HERNÁNDEZ FRANCO, J., eds. – *Familias, poderosos y oligarquías*. Murcia, p. 17-37.
- MONTEIRO, N. G. (2005) – *Sociología de las elites locales (séculos XVII-XVIII)*. In SOARES DA CUNHA, M.; FONSECA, T., eds. – *Os municípios no Portugal Moderno: dos forais manuelinos às reformas liberais*. Lisboa, p. 59-72.
- MOSÁCULA MARÍA, F. J. (2006) – *Los regidores de la ciudad de Segovia: 1556-1665. Análisis socioeconómico de una oligarquía urbana*. Valladolid.
- NARBONA VIZCAINO, R., coord. (1998) – *Oligarquías políticas y elites económicas en las ciudades bajomedievales (siglos XIV-XVI)*. Dossier de «Revista d'Historia Medieval», 9.
- PASSOLA TEJEDOR, A. (1997) – *Oligarquia i poder a la Lleida dels Àustria*. Lleida.
- PECK, L. L. (1991) – *Court, patronage and corruption in Early Stuart England*. London.
- PELÁEZ RIVERO, M.ª D. L. (2010) – *Os Méndez Montoto, 1507-1650: unha familia do poder urbano ourensán*. DEA, Universidad de Vigo: Facultad de Historia 13/09/2010 [inédito] [Consulta en biblioteca].
- PÉREZ GARCÍA, J. M.; LÓPEZ DÍAZ, M. (2010) – *A historiografía modernista de Galicia: balance e novas perspectivas*. «Minius. Historia, Arte e Xeografía», 18. Vigo, p. 147-206.

- PORRES MARIJUAN, M.^a R. (1989) – *Gobierno y administración de la ciudad de Vitoria en la primera mitad del Siglo XVIII: aspectos institucionales, económicos y sociales*. Vitoria.
- PRO RUIZ, J. (1995) – *Las élites de la España liberal: clases y redes en la definición del espacio social (1808-1931)*. «Historia Social», 21. Valencia, p. 47-69.
- RUIZ TORRES, P. (2008) – *Reformismo e Ilustración*. In FONTANA, J.; VILLARES, R., *dirs.* – *Historia de España*, vol. 5. Barcelona.
- SERRANO TENLLADO, M.^a A. (2004) – *El poder socioeconómico y político de una élite local. Los regidores de Lucena en la segunda mitad del siglo XVII*. Córdoba.
- SORIA MESA, E. (2000) – *El cambio inmóvil. Transformaciones y permanencias en una elite de poder (Córdoba, ss. XVI-XVIII)*. Córdoba.
- VALDEÓN BARUQUE, J. (1990) – *Las oligarquías urbanas*. In AA.VV. – *Concejos y ciudades en la Edad Media Hispánica. II Congreso de estudios medievales*. Madrid, p. 509-535.
- VIDAL-ABARCA Y LÓPEZ (1991) – *Las relaciones familiares entre la nobleza de la Rioja y la del País Vasco en la Edad Moderna*. «Revista de Cultura e investigación vasca», 1. Vitoria-Gasteriz, p. 123-140.
- WINDLER, Ch. (1997) – *Clîenteles royales et clîenteles seigneuriales vers la fin de l'Ancien Régime. Un dossier espagnol*. «Annales. HSS», 52. Paris: Armand Colin, p. 293-319.
- WINDLER, Ch. (1997a) – *Élites locales, señores, reformistas*. Sevilla-Córdoba.
- WINDLER, Ch. (2007) – *Reformismo señorial y reformismo monárquico en Andalucía (c. 1760-1898)*. In ANDÚJAR CASTILLO, F.; DÍAZ LÓPEZ, J. P., *coords.* – *Los señoríos en la Andalucía Moderna: El marquesado de los Vélez*. Almería: p. 117- 128.
- YUN CASALILLA, B. (2003) – *Mal avenidos, pero juntos. Corona y oligarquías urbanas en Castilla en el siglo XVI*. In BENNASSAR PERILLIER, B. *et al.* – *Vivir el siglo de oro. Poder, cultura e historia en la época moderna*. Salamanca, p. 61-75.

MEMÓRIA,
ESPAÇO DOMÉSTICO
E ESPAÇO SOCIAL

HOME AND OUTDOORS: PERSONAL CLOTHING AND HOUSE COMFORT: EVOLUTION AND SIGNIFICANCE IN CASTILE BETWEEN 1650 AND 1850

MÁXIMO GARCÍA FERNÁNDEZ*

Bills of payment for marriage dowries issued in Valladolid, one of the main Castilian cities during the Ancien Régime, show the evolution in urban consumption patterns and its impact on the structure of household demand. The study of these documents (and their comparison with the types of goods mentioned in post-mortem inventories) provides a lot of information about the permanent and changing features of household clothes and furniture, in that crucial period of changes that is comprehended between the middle of the Eighteenth Century and 1850¹.

The setting up of a new family through marriage becomes a key point insofar as it allows us to learn many things about the material culture and the standards of living in the development of historical societies. A close examination of the spouses' patrimonial wealth at the time of marriage, as well as for the female contribution to household equipment, shows the importance of clothes – garments, underwear, external adornments, bed – and table linen, etcetera as a means of publicly displaying – both in and outdoors – social and economic appearances.

As a result of a slow though steady process, an ever greater number of households externalized their both public and private aspirations by fulfilling certain standards of power, the criteria of social emulation, comfort, luxury and hygiene. In this way, dowries over 25.000 reales gradually but slowly show, especially since 1780-1830, the grew influence of such factors as European bourgeoisie ideology, the prestige

* Universidad de Valladolid, Spain. mgarcia@fyl.uva.es.

¹ This work is part of the research project: *Familia, identidad social, transmisión hereditaria y cultura material. Patrimonios, consumos y apariencias en la Castilla interior. 1600-1850* (HAR2010-21325-C05-05).

of the Court of Madrid or the changes and transformation in manufacturing and commercial practices.

Here, we analyze, between «the consumer revolution», the two existing patterns of economic and cultural development: one represented by the high number of low-income marriages, in which household goods and clothes were passed down from generation to generation; the other by the small though gradually growing series of well-to-do families who were ready to purchase in the market new cloths, «fashionable» garments, furniture or crockery for the occasion. Within the urban setting, the key to the widespread consumption of semidurable goods lies in the predominance of one of them.

1. FROM LUXURY TO MISERY AND FROM MISERY TO LUXURY

At the beginning of the 17th century, with the Court present in Valladolid, many external signs expressed public display and riches. This was true, but only in this city and just during this time and also limited to the privileged classes («The riches were evident and they showed one favourite way of expression: luxury»). This situation disappeared with the passing of this century and it did not return in the 18th century, when many inhabitants of Valladolid from a certain level of purchasing power stopped buying anything².

Nevertheless, J. Sempere y Guarinos or Isla valued the debate originated by the spreading of luxury and the adoption of new customs and outward appearance, leading to the consumption and the demand of articles which were not indispensable or needed for subsistence. To those who underlined the importance of the French fashions as a result of the taste for «superfluous things of life», this was translated into new ways of life. We can speak of an «epidemic of imitation», with a special focus on women clothing. Even the legislation tried to stop the luxury and excess of jewellery and clothing (*Novísima Recopilación*). J. Cadalso (*Cartas Marruecas*) also illustrated the contradictions in the behaviour, between luxury and domestic Castilian clothing. However, such testimonies, observed by travellers, must be interpreted with care.

The enlightened reformers showed the productive and commercial deficiencies of Valladolid (or Palencia), based on two reasons: Manufacture lacked sufficient quality to compete with foreign and other national production; and they did not transform to meet a growing demand, though not very consumerist. The situation was a very complex one, as the problem resided in the prices, despite that the «most important law of merchandise» could be described as «adaptation to the taste of the consumers».

² BENNASSAR, 1983: 219; PINHEIRO, 1973: 115.

No doubt poverty was important for many sectors and this gives us a key reasoning to understand the lack of perfection of much crafts. In 1773 the condition of the crafts and of transport was very decadent, but still «luxury was growing faster than ever, the value of the supplies for first necessities had risen with one third and in the grandeur of costume people from the first and second class were now on the same level». Therefore the objective was:

As it is easy to acquire samples of the new inventions made by the foreigners, the same types of manufacture of Valladolid could imitate them and spread them throughout the realm. This way its introduction can be stopped and the pitiful delays that were caused by such novelties, so liked by the consumers and which have invaded the court, can be avoided.... In order to prosper they need to be cheap, bright and of great variety. Nobody is so carried away by love of his fatherland that he is willing to buy the expensive national product, when the foreign one is cheap. Luxury prefers the brilliance of the moment to the long lasting but less bright. We do not live anymore in a time when clothing passed from one generation to another³.

2. THE «CONSUMER REVOLUTION». LIFE-STYLES AND URBAN MATERIAL CULTURE

Some time later (around 1830), a rich merchant from Madrid indicated that «it were good years for the merchandise: the political changes had developed a taste for luxury and fashion favoured trade»⁴. To reach this state of affairs, a century of changing habits and customs had passed: about understanding life, the feeling of intimacy and of family, about material culture, a more accentuated sense of domestic life and a awakening of the «love for things elegant and comfortable». It is to say, since the last decades of the 17th century and encouraged by the Enlightenment, a «culture of appearances» is being democratised, quite obvious in costume, and resulting in a situation where the attire has changed into a clear professional and economic outward presence.

Mckendrick speaks of a «consumer revolution», proceeding the industrial («the necessary convulsion on the demand side of the equation to match the convulsion on the supply side») where fashion and changes of taste play a fundamental role, together with the level of mobility and the possibilities of emulation of the ways of consumption between the social groups. These factors accelerated the diffusion of fashion and created new lines within the demand. This consideration, of course critical, is centred on the role cities played in this process of change. Nowadays the accent

³ LARRUGA, 1778: tomos XXIII, XXIV, XXV, XXVI.

⁴ PÉREZ GALDÓS, 1976a: 45.

falls on their role as centres of consumption and as areas where different cultural behaviour emerged and with conflicts, these were transferred to larger spacious areas. This way, the importance of London is underlined, as well as its diffusion through travelling salesmen, such as the «Manchester man» or the «Scotch drapers»⁵. They formed «a new kind of genuine retailer – a mixture between the London tallyman and the traditional pedlar».

Another significant case is the French. There the changes of fashion and the strengthening of a luxury culture also were an urban phenomenon, based in Paris and afterwards spread throughout the whole country. Behind the enlightened irradiation we find the bourgeoisie with their headquarters in the cities, in the centre of everything. Other factors were the development of individuality and privacy, even affecting the socially independent role of women. In short, we were dealing with the «exhibition of oneself», shaped by the force of imitation and emulation: «the revolution of appearances»⁶.

To sum up, and taking into account the numerous discussions (in this social vision of the economic history, in which consumption and demand not only depend on the acquisition power); the role attributed to the cities in the «consumer revolution» tends to be reinforced.

* Spanish case can not be totally different. The debate on the extension of luxury intensified in 18th century (together with the desire of adopting new ways of life and of pretending). This affected the consumption and the demand of the not indispensable products. The European character of this phenomenon was underlined, as well as the import of French fashions as a result of the taste for the «superfluous things in life» («French fashions have corrupted the customs»). We find this reflected in a «new vocabulary» and in some new ways of life. The valley of the Duero and more particular, its cities, did not form an exception. During the crisis of the Ancien Régime the new commercial techniques were inciting a major consumption and especially more widespread from a social point of view, within that urban, pre-bourgeois and enlightened society. This affected the ways of commercialisation, the costs of distribution and the models of mercantile organisation. Even more, the new vision of the industrialisation, affecting the multi-sectional character of the supply, forces this type of approach⁷.

The possibilities of the proposed focus are even more obvious in the textile sector and in the consumption of the different fabrics. During the second half of the 18th century a strong development took place of the drapery of fine wool and of woollen

⁵ McKENDRICK, 1982: 35.

⁶ ROCHE, 1989: 115.

⁷ YUN, 1994: 130.

yarn (and of the industry of ribbons and of dress adornments. It is difficult to explain the development of the linen drapery and the empty space within the demand it opened – afterwards occupied by the cotton industry – if one does not think of the taste for domestic items that favoured the sector of bed- and table linen. Already during the first decades of the 19th century this implied more than 50% of the stock of textile in many Castilian households. The same mantilla, of such extended use (also related with the veil as a complement), first of cloth and silk but afterwards of blond lace and inlaid work, became the base of the expansion of the industry of Manresa. But we could also talk of the evolution within the silk sector, related to the use of handkerchiefs and other elements of the attire of most well-off groups, or the diffusion of the cotton prints, a fabric adequate for the demand of the popular groups.

Nevertheless, the spread of fashion within Castile was not as simple as Mckendrick exposed. The «trickle down» was more of a «trickle up» if one considers the extension of the mantilla, the cape, the skirt or the components of «majismo» towards the highest groups of society. As «Majismo» I understand the style of dressing of «majos» and «majas», based on quality dress of traditional origin. The dandy was in contrast to the «petimetre». It was not as much a directed diffusion of taste, as a syncretism of the ways of dressing, derived from a complicated combination of foreign fashions with other autochthonous styles. The most important fact was the rising demand itself. This way the opposition – a basic question within the «struggle of the appearances» and loaded with ideological implications – could be decisive in implying a major taste and democratisation of luxury and of consumption, as before. In all, the limits of fashion and consumption were evident.

Access to these practices for the popular layers of society remained very difficult until a reduction in price of the products or an improvement of its acquisition power. It was normal to re-style the garments in relation to the changes in fashion. The powerful ribbon industry can be explained through this custom. Even still in 1830 women restyled their clothing and at home they kept producing stockings, garters, table and bed clothing. This explains the frequency in which ribbons, lace and threads (laws were published against its excessive democratisation) appear in the draper's or in the inventories of merchants. On the other side, the importance of the auctions or the second hand markets continued until the 19th century.

The information (from the marriage dowries and the post-mortem inventories) points out that the marginal inclination to the consumption of durable and semi-durable primary goods of the intermediate groups (the formation of a middle-class of consumers) was clearly stronger than that at the base and at the peak of society. The volume and form of the demand depended on the partition of riches. But at the same time the growing bond between the family economies and the market encouraged the acquisition of merchandise and the progressive substitution of home produced

goods with others acquired through buying. This fact, implicit within the approach of the «industrious revolution»⁸, is especially clear and fundamental in the Castilian cities from 1820 onwards.

* The development of urban demand between 1750 and 1800 can not be doubted, but at the same time we can see brakes that contradict the universality of this «consumer revolution». Until halfway the 19th Century the English transformations did not penetrate in a clear way. Only then consumption became an element of modernisation. In Valladolid or Salamanca people preferred already «less ostentatious houses but with more comfort». Squares and groves were spread out, announcing the diffusion of the walk («paseo») as a way of leisure and to show off new fashions. The rationalisation of commercial space also triumphed over the old «isles of shops»: Within the surroundings of the central square («Plaza Mayor») the concentration of fixed shops grew, implying an improvement of the organisation of the commercial location. This was combined with a regulation of the arrangement of the wooden show boxes («cajones») to improve the possibility of access for the buyer.

There were also transformations in the perception of the domestic space, in search of a major privacy. In some houses the rooms gained special functions, the use of cabinets (sitting or dining rooms) became more general and the familiar and the working space were separated. The term «aposento» for a room was substituted by that of «salas». At the end of the century the diversity in room had become even more evident and some appeared clearly separated⁹.

Between the furniture of the new bourgeoisie of Valladolid we find an abundance of chests and coffers, together with the first cupboards for clothing. There is a growing quantity of mattresses and beds, while also the first cradles appear. Numerous religious paintings and other elements of decoration were hanging on the walls (French mirrors with plate glass, cornucopias and display cases). Easy chairs, fashion stools and tables multiplied. The desks and «bufetes» within the cabinets, replaced the ones called «bargueños», classical old Castilian cabinets with many drawers (made in the style of the village of Barga). There were old remaining things next to the new ones¹⁰.

Neither failed appraisal of the liberty those women enjoyed in their dressing. In 1787 the flexibility in the adoption of fashion is remarkable: «In Spain everybody is dressed in cotton fabrics from Manchester and there is no woman to be seen without her veil of muslin, notwithstanding the prohibitions». These expressions, related to

⁸ DE VRIES, 1993: 99.

⁹ *Archivo Histórico Provincial de Valladolid (AHPV)*, Sección Protocolos Notariales (Secc. Prot.), Legajo (Leg.) 2899. 1702; AHPV, Leg. 3889. 1778; or AHPV, Leg. 14072. 1799.

¹⁰ AHPV, Secc. Prot., Leg. 3889. 1778; Leg. 14072. 1778; Leg. 14072. 1766. Stays, but also what's new.

the ideas of Mckendrick on the positive effect of social dynamism on consumption, show the rapid development of French fashion¹¹.

* Such testimonies are however to be taken with no little caution and with a much sharper comparative judgement, even more when talking of the cities of the Duero river.

Despite the remodelling of the cities and their housing, Valladolid was characterised by «the obscurity of its yards, narrow streets and large and deserted houses». Also within the domestic concept the permanencies remained important and the advances need precision and nuance. There was a lack of privacy and differentiation between spaces. Many houses were far off from the material consumer culture that could change the customs of life. The notary records still express the lack of intimacy within the conception of the interior areas.

The techniques of promotion and diffusion of fashions met with evident limits. The progress of shops (there was even in the 19th century still no clear distinction between the shop and the residential part of the housing) and the commerce of retail goods was limited. Regarding the presentation of the merchandise, the London shops contrasted with the usual Castilian standards, where the goods were piled up on badly organised tables under the arcades of every establishment, with its restrictive effect on commerce.

This caution was maintained with regard to the press and its function of publicity for the extension of new fashions. Although progress can be traced in the techniques of commercialisation (the *Diario Noticioso* contained a section of announcements of sales and auctions), some journals, instead of promoting, like the prolific graphic journalism in France, found it their objective to «ridicule the fashions». Many periodical publications contained «news» but its commercial importance was still very limited, most of all within the local press of the Castilian cities. Because of this, within the seventy numbers of the *Diario Pinciano* of Valladolid (1787-88) the advertisements for selling were very restricted and their subjects reflect the traditional and rudimentary character of this publicity.

This way the diffusion of new fashions found a lot of obstacles on its way or provoked very strong insinuations. For example, the reaction against masculine and feminine «dandies» caused the appearance of the «majismo», where the group of well-to-do citizens imitated elements of popular culture.

* Having seen these arguments, there exist quite some motives to think that the first decades of the 19th century were witness to much more profound changes¹².

¹¹ GARCÍA MERCADAL, 1999: tomo III.

¹² PÉREZ GALDÓS, 1976b: 114-116; MARURI, 1990: 107-121.

In Valladolid the custom of the walk through the «Campo Grande» (place of leisure and recreation in tune with the new life-styles and prolongation of the «Plaza Mayor», where the desire to appear and to display became first) started to spread. This process was accompanied by a change in the way people looked for amusement (the bullfights became a spectacle to the masses, favourable to the ostentation of clothing) and with the diffusion of the *café*s – a replica of the more private «refreshments», chocolates (only some 20% of the families lacked their own chocolate pot) and visits of the Ancien Régime.

These new habits and customs were an expression of changes in the material culture and in its consumer patterns. Between wars of fashion, between 1830 and 1840, a place opened up for dress and frock coats, neckties and Italian style hats arrived and people dressed according the fashion in Paris¹³. All this was united to a tendency of social levelling and tied to the appearance of the middle-class, mostly evident in Madrid. This way wigs fans and bow ties, known before, now became more and more present within the wardrobes of Valladolid, in order to «dress up according to the fashion». A minority also started to use underclothes and to take care of their appearance within their own houses¹⁴.

During the time of this process, new sectors of the textile demand were expanding. The table linen now abounded in the inventories and animated the selling of Galician flax, at the same time as the spreading of the use of stockings, garters and coloured handkerchiefs (of silk).

Within the more personal field of personal dressing, less public but significant for the changes of both products and mentality, the transformation was not less important. The amount of feminine and masculine underwear increased and some inhabitants of Valladolid even summed up to «four pair of linen underpants». The significant expression «change of underwear» was accompanied by a wide selection of linen, such as shirts, underskirts and jerkins¹⁵.

The kitchen equipment also experimented variation. With the growing of the importance of the service at the table and in the dining room, napkins, hand-towels and tables with flax cloth became more and more numerous. The selection of forks, glasses and plates (of earthenware, Talavera, chinaware or crystal) grew progressively after the customary limited level of domestic use at the middle of the 18th century. Even more, the presence of small plates and cups (for sweets) announced the coming of new habits of consumption («confection fashion», «of daily use», «ordinary crockery» or «without using»).

¹³ AHPV, Leg. 12029. 1829; Leg. 12029. 1825.

¹⁴ AHPV, Leg. 12029. 1787.

¹⁵ AHPV, Leg. 3889. 1778; Leg. 3889. 1766; Leg. 14072. 1778.

The changes reached unto the interior of the home. During the thirties of the 19th century it became generalised to use new objects in tune with comfort and convenience. There were plenty of mirrors, sofas, settees, double settees and curtains. It arrived at an «extravagance» in white and table clothing. Together with this we see the increase, with a logic distribution throughout the house, of food cupboards, images, lamps and clocks...¹⁶.

* But again, as during the proceeding century, and despite the acceleration of these changes, it remains evidently of a limited character within the Castilian cities. In 1840 the seasonal commerce still was predominant – the fairs – and the number of retail shops specialised in non-foodstuffs stayed small. Seen against the development of London or Paris, the space occupied by the new establishments remained very reduced (Plaza Mayor, Acera de San Francisco, Santiago)¹⁷. The shops possessed very little furniture and still around 1825-39 they did nothing in the field of publicity. The best-endowed shops only could show the shelves with their counters. The «shops» («tiendas») lacked even labels and but a few «business» («comercios») possessed them because «the grocers» («lonjistas») – using here the «antique» denomination – thought: «Good cloth is sold in a chest».

The new habits were introduced quite slowly. In Valladolid there was only one café in 1830, still predominating the consumption of chocolate and refreshments. Even the «walk», the cheapest of the new diversions and even an active element for the emulation of dressing and the expansion of the demand, was still a custom not very extended within the popular classes: Fashion saw itself limited by the economic possibilities of the population, despite that the changes went in another direction. The subtle relation between the middle-class and fashion found itself separated from

¹⁶ AHPV, Leg. 12029. 1825.

¹⁷ «Uno de los mayores encantos de París y Londres es la inmensa multitud y la belleza singular de las tiendas, habiendo llegado en ellas el lujo al extremo de no concebirse el inmenso consumo que debe haber para sostenerle. Las de Londres se distinguen por su amplitud y comodidad, por su extraordinario surtido y por su aspecto de riqueza y profusión; pero las de París, además, reúnen un gusto, una elegancia, un orden en la colocación de los objetos que no pueden menos de seducir al extranjero. La profusión de bronce y cristales, los pisos de mármol, los magníficos aparadores colocados a la puerta con arte y delicadeza, presentando a la vista del comprador lo más escogido del almacén, deteniéndole en su marcha rápida y ofreciéndole sobre cada artículo una tarjeta con el precio... todo esto reproducido por multitud de espejos y por gran cantidad de luces de gas, y unido a la cortesía en los modales, la abundancia y variedad de los artículos, la comodidad de llevarlo a casa por cuenta del almacenista, la baratura en fin de la mayor parte de los objetos, arrastran y seducen al más indiferente. Nada iguala a la sorpresa que produce en el recién llegado la vista de las galerías cubiertas del Palacio Real, adornadas con más de trescientas tiendas, en donde se hallan reunidos todos los inventos, todos los caprichos del lujo más refinado». Todo lo cual se complementaba con el surgimiento de los bazares y «otros muchos medios (que) ha inventado la industria en aquellas capitales para facilitar el despacho de sus productos». GARCÍA MERCADAL, 1999: III, 60-63.

the popular groups because of the question of the prices that made it impossible to dedicate a major proportion of the family budget to those durable products related to the industrial development.

3. THE MARRIAGE DOWRIES: STANDARDS OF LIVING AND STANDARDS OF CONSUMPTION

To understand the described standards of consumption and the Castilian material culture (with its changes and permanencies, the implications of its renown and its influence on the familiar demand of semi-durable goods), we can study the possibilities of the feminine marriage dowries. These define the white cloth, the dresses, the kitchen household and the furniture really existing at the moment of the wedding, a moment of major consumption vitality regarding the acquisition of new goods. Based on an extensive research (dates elaborated from 375 letters of payment of dowries, carried out in the city of Valladolid in 1650-54, 1700-04, 1750-54, 1795-99, 1830-34, 1850-54) it is possible to know the composition of the dowries, the typology and the evolution of the quality of the different domestic objects and of clothing, as well as the standards of acquisition and consumption of the new products and fabrics. This way we receive a complementary view besides the analysis of the post-mortem inventories.

Though many of these goods were inherited and not bought at that moment in the shops (the marriage wardrobe was resistant to change and less subjected to the changes of clothing and of «fashion»), its structure and diversification shows the material culture and its influence on the market and how and when the housing and the renovation of the wardrobe was transforming. We can analyse the limits of the demand, the customs of consumption or the acquisition of new commercial conduct, a result of consumption and emulation, with tendencies different from those in other European countries.

* Capital, possibilities of consumption and tendencies of demand. The quantity and the types of goods brought into the marriages varied with the status of the family¹⁸. We should verify from what level of income this composition changed and see its consequences for the consumption of semi-transitory products in relation to the quantity and the quality of demand.

In the city of Valladolid the percentage of women who brought in dowries of less than 5.000 reales formed some 52%, while those superior of fifty thousand never rose above 6,5%. The lowest category summed up two-thirds in 1650 to diminish to 40% at the end of the 18th century, while the tendency was the opposite within the most substantial dowries. The category between 20.000 and 50.000 reales only represented

¹⁸ TESTÓN, 1985: 100-105.

a small part of the population (scarcely some 7,5%), though from 1830 onwards it reached above 14% (from this moment some 19% summed up more than 20.000). From this moment it had an influence on the evolution of the more general demand and it had strong consequences for the growing of the supply of all types of products.

More than half of the families always possessed very limited economic possibilities (essential goods and of little quality): some 73% of the dowries summed up to around 22% of the total amount. On the contrary, the powerful incorporated within their bridal portion garments and other varied objects and of high value. Necessity defined the existence within all households of common pieces. Above this basic consumption (ordinary household goods/ some clothing) the demand of the social privileged group (that could offer very elevated marriage dowries) showed an increase in quantity, quality and variety.

This way the evolution of taste and the emulation were fundamental in order to value the quantity and the quality of the goods found within the intermediate dowries. It was in this wide and growing group with possibilities of acquisition of a major number of products, and more modern ones, that we can find the key to understand the changes and the evolution of consumption and demand at the end of the Ancien Régime in the urban areas of the Spanish interior. We can follow it through the growing diversification of the part of the dowry destined to clothing, household goods and furniture for the houses. While a large social base lacked the means to start a new family, from those levels of wealth onwards, the practices of acquisition started to vary, caused by the economic possibilities and the birth and development of new necessities, generated by an imitation of the refined tastes present within the minority of the most powerful layers. Within this already important third part of the population (but more than 40% from 1800 and above 50% when we include the dowries between 20.000 and 50.000 reales) the standards of passivity of consumption changed, with the growing of the number of pieces, its quality, its variety and with the appearance of novelties (luxury or import).

The stiffness of consumption and a continuous standard of acquisition, a clear evolution appeared within the composition of demand, especially of fabrics but also of confection and complements for clothing, besides dishes and specialised furniture. During the 19th century the social scale rose and thus a city of the interior slowly incorporated itself within the consumption course of other more dynamic Spanish and European regions¹⁹.

* Tendencias semi-transitory products within this domestic bridal portion; inertia and changes of the structure of consumption; influence on the evolution of demand. More than half of the dowries (68% average) stayed under 10.000 reales and given

¹⁹ GARCÍA & YUN, 1997: 250-270. SHAMMAS, 1990: 45. WEATHERILL, 1988: 66.

the importance of the fabrics and the white clothing, the textile products constituted the major part (more than 75%).

On the other hand, within the dowries above 20.000 reales the changed started to be clear. The household goods did not even represented a third part and more than just an increase in the quality of cloth, furniture, porcelain and cutlery, the transformation came from an increase in all «house decoration»: curtains, chairs, chests and the rest of the conditioning and of domestic furnishing, the increase of table linen with its matching napkins or the growing amount of sheets, earthenware y other kitchen utensils. Everything became more numerous, more varied and specialised, while for textiles this evolution was related to an increase of the pieces, its qualification (fine fabrics of «house and walk») and a refill of textiles²⁰.

* Changes and permanencies of the attire. The typology, the quantity and the quality of the textile goods and the furniture show significant changes, within a generalised maintenance of the standards and possibilities of urban consumption. Notwithstanding these continuities and inertia, the tendency of the evolution of dress indicates the transformation of confection at a semi-long scale. Around 1800 and fundamentally around 1830-35, we can pinpoint the key moment of the breaking, with substantial qualitative changes in the life-styles and in the familiar and domestic demand.

Around 1830 the growth of the middle-sized dowries can be found clearly. Then they duplicate their value compared to the proceeding century. We see a gradual progression of the demand of objects for dressing and house, increasing by 2,5 in between these dates: Clothing changed from around one third of the bridal portion up to more than 45%.

We can observe a difference between the necessary objects and the demonstratives of comfort, luxury and civilisation. This way the introduction of foreign goods within the dowries only became important starting at the end of the 18th century. At that time a group, not only those who possessed a privileged income, but anyhow a social minority, started to find an interest in French fabrics and English cloth, besides the already famous printed calicoos from Catalunya. At the peak of the traditionalism («casticismo»), the dandyism («majismo») and the «Manola» the imported fashions arrived and therefore the French-style dandies and the more sober, functional, practical, comfortable and hygienic English costumes. All this together with pieces from «China» and «Manila» started to be present in the typical walking streets of Valladolid.

Around 1800 many garments that had been used before were still maintained, while other new ones already formed part of a model wardrobe. Doublets of quality

²⁰ BELFANTI, 1995: 481-501. ORLANDO, 1992: 48.

were in high esteem, while the omnipresent skirt and the large Castilian dresses («guardapiés») were competing with mantillas, cloaks and handkerchiefs.

Furthermore we see how from 1830 the development in the use of underwear increases more rapidly. It appears in the majority of the dowries and its multiplication will reach to an average of a dozen shirts and stockings. In 1850 we also find spare clothes and pairs of underskirts and socks. Fifty years before the flourishing and quick development of decoration and of complements to the garments had started: Manual (proliferation of purses, gloves and fans), all things necessary for the hairdo (nets, veils, hats, parasols and combs) and for footwear (now not only the necessary, as every wife counted three or four pares).

Despite the emphasis on the change «from the covered body to the body as a model», can be emphasised, the objects of many dowries remained reflecting that fashion and consumption until the middle of the 19th century possessed some clearly marked social and economic limits. Therefore some garments clearly witnessed a very slow access into the popular groups. Remodeling and adapting to the new time was more important than the buying of new foreign or national products. This can explain the strength of the auctions, the maintenance of the second hand markets and the frequency of ribbons, lace and thread in the inventories of the drapery shops.

This relative renovation of the wardrobe was accompanied by another change of the primary material. Within its evolution we see with the passing of time an important change from flax to cotton, framed by the maintenance of the traditional wool sector. We also see a similar growth in the number of used pieces and of the textiles used. The textile most abundantly used was linen. This, together with wool, was always present in the feminine bridal portions of all times, though progressively its importance diminished within the whole of cloth. Therefore flax lost its leading position (before 1705 it possessed 55%), the cotton (75% after 1830) replaced it.

The number of pieces of textile grew and the average of the more common dresses became higher²¹.

CONCLUSIONS

The changes related to the introduction of new fashions are to be found primarily and much more rapidly in the cities. Its diffusion was blocked by a great deal of obstacles or in other cases it remained a limited phenomenon. Notwithstanding, new habits and customs within a minority express changes in the material culture and in the patterns of consume of the whole Castilian society²².

²¹ LAVER, 1988: 285-344.

²² GARCÍA & YUN, 1997: 245-282.

The criteria of power, social emulation, comfort, luxury and hygiene, reveal both public and private aspirations within a growing number of households²³. This way the bourgeois ideology, the influence of Madrid, the transformation of manufactory and commercial practices, were introduced in the dowries over 25.000 reales and gradually but slowly their influence grew after the period between 1780 and 1830.

It was only after the first quarter of the nineteenth century that a more important breakthrough occurred, reflected in the quantity of the textile household apparels and in the composition of the textiles (also the economic and cultural quality of the household goods defines the tendencies within the patterns of consume).

The development of urban demand in this region between 1750 and 1850 cannot be doubted. But at the same time we observe blocades and inertia that could even invite us to revise the universal value of the theories on predisposition and a consumer revolution. These elements were no doubt present, but their dimensions and effects depended on quite a lot of other factors. In reality, and considering the precocious nature of the process, we have to wait until the middle of the nineteenth century before some of the first English changes can be traced clearly within the Castilian cities: Only by then, the pattern of consume acquires the characteristics that convert it into an element of modernization. A key factor was the deviation of the demand of textiles to the dynamic sector of cotton, a sector that by 1840 already showed its quality of responding to the necessities of growing and homogenizing popular consume. Such a phenomenon took place in a world where emulation and the importance of fashion had become very important, but where the institutional bonds still remained the more decisive factors: the distribution of the income, labour productivity, the organization of the commercial networks and the small scale commerce.

As a result we see that from the middle of the eighteenth century onwards and apart from the indispensable household goods, a lot of other garments in a growing diversity and quantity are added to the household apparels. Not only to cover the basic needs but also to respond to a more diverse and greater showing of the personal to the outside world (for personal comfort) together with the improvement of conditions regarding the quality of the home, and faced to society, within the interior of the houses.

The concept of a domestic space and its functions is also being reflected by the level and the degree of diversification of consume of furniture and other household goods. Trade stimulated the demands and the access to the commodities (could only economic capacity permit its acquirement? When and how did privacy and the differentiation of spaces within the house develop? To whom did this happiness result

²³ DUBERT, 1987; CRUZ, 1992; COLLOMP, 1983; LORENZO PINAR, 1991: 159-201; MALANIMA, 1990; BARBAGLI, 1978; FONAINÉ, 1993.

important?). Changes in the domestic consumer pattern can respond to these questions. During the eighteenth century few external variations can be found, nonetheless the transformation of decoration and of the comfort of bedrooms and other rooms. A lot of inventories reflect the continuity of the solutions in the interior, with scarce variety in the pieces, the absence of functionalism and specialization. Notwithstanding, the elements of transition grew in number after the middle of the century and its changes were nominal and structural, with a growing importance of interior decoration and typology. Progress was considerable, but so were immobility and permanency: the maintenance of the furniture beside some important changes. All of this affected to the wealth; also at a cultural level and by the extent of the mental horizon.

The distribution of riches and the formation of a «middle class» of consumers determined a growing tendency to the acquirement of durable primary goods.

FINAL BIBLIOGRAPHY

- BARBAGLI, V., ed. (1978) – *Domanda e consumi: livelli e strutture (nei secoli XIII-XVIII)*. Florencia.
- BELFANTI, C. M. (1995) – *Le calze e maglia: moda e innovazione alle origini dell' industria della maglieria (XVI-XVII)*. «Società e Storia», 69, p. 481-501.
- BENNASSAR, B. (1983) – *Valladolid en el Siglo de Oro*. Valladolid: Ayuntamiento.
- CADALSO, J. (1793) – *Cartas Marruecas*. Madrid: Cátedra.
- COLLOMP, A. (1983) – *La maison du père. Famille et village en Haute Provence aux XVIIe et XVIIIe siècles*. Paris.
- CRUZ, J. (1992) – *Élites, comerciantes y consumo en Madrid a finales del Antiguo Régimen*. In VI *Simposio de Historia Económica*. Barcelona.
- DUBERT, I. (1987) – *Los comportamientos de la familia urbana en la Galicia del Antiguo Régimen*. Santiago.
- FONTAINE, L. (1993) – *Histoire du colportage en Europe (XVe-XIXe siècle)*. Paris.
- GARCÍA, M. & YUN, B. (1997) – *Pautas de consumo, estilos de vida y cambio político en las ciudades castellanas a fines del Antiguo Régimen (Sobre algunas teorías del crecimiento económico desde la perspectiva de la demanda)*. In FORTEA, J. I., ed. – *Imágenes de la diversidad. El mundo urbano en la Corona de Castilla (S. XVI-XVIII)*. Santander, p. 245-282.
- GARCÍA MERCADAL, J. (1999) – *Viajes de extranjeros por España y Portugal*. Valladolid: Junta de Castilla y León.
- LARRUGA, E. (1778) – *Memorias Políticas y Económicas*. Zaragoza: Fernando el Católico.
- LAVER, J. (1988) – *Breve historia del traje y la moda*. Madrid.
- LORENZO PINAR, F. J. (1991) – *La familia y la herencia en la Edad Moderna Zamorana a través de los testamentos*. «Stvdia Historica», IX, p. 159-201.
- McKENDRICK, N. (1982) – *Commercialisation and the economy*. In McKENDRICK, N.; BREWER, J.; PLUMB, J. H. – *The birth of a consumer society. The commercialization of Eighteenth-Century England*. Bloomington, p. 25-45.

- MALANIMA, P. (1990) – *Il lusso dei contadini. Consumi e industrie nelle campagne toscane del sei e settecento*. Bologna.
- MARURI, R. (1990) – *La burguesía mercantil santanderina. 1700-1850*. Santander.
- ORLANDO, F. (1992) – *Storia del costume femminile nel tardo barocco a Firenze*. Milan.
- PÉREZ GALDÓS, B. (1976a) – *Cádiz*. Madrid.
- PÉREZ GALDÓS, B. (1976b) – *Los apostólicos*. Madrid.
- PINHEIRO, T. (1973) – *Fastiginia o fastos geniales*. Valladolid: Ámbito.
- ROCHE, D. (1989) – *La culture des apparences. Une histoire du vêtement. XVIIe-XVIIIe siècles*. Paris.
- SHAMMAS, C. (1990) – *The pre-industrial consumer in England and America*. Oxford.
- TESTÓN, I. (1985) – *Amor, sexo y matrimonio en Extremadura*. Badajoz.
- VRIES, J. De (1993) – *Between purchasing power and the world of goods: understanding the household economy*. In BREWER, J.; PORTER, R., eds. – *Consumption and the world of goods*. London, p. 85-133.
- WEATHERILL, L. (1988) – *Consumer behaviour and material culture in Britain, 1660-1760*. London-New York: Routledge.
- YUN, B. (1994) – *Peasant material culture in Castile (1750-1900)*. In SCHUURMAN, A.; WALSH, L., eds. – *Material culture: consumption, life-style, standard of living, 1500-1900*. Milan, p. 125-136.

UMA CASA PORTUGUESA. OLHARES ESTRANGEIROS SOBRE A ARQUITECTURA DOMÉSTICA EM PORTUGAL ENTRE MEADOS DO SÉCULO XVIII E MEADOS DO SÉCULO XIX

MARIA CLARA LOUREIRO BORGES PAULINO*

O ano de 1755 constitui um marco importante no universo da literatura de viagem sobre Portugal. Após o decréscimo no número de relatos publicados entre fins do séc. XVI e meados do séc. XVIII¹, há um recrudescer do interesse sobre o país imediatamente após o Terramoto de Lisboa². Na segunda metade do séc. XVIII aumenta, em particular, o número de textos de viagem escritos por viajantes oriundos do centro e norte da Europa, bem como a bibliografia norte-europeia sobre a história, geografia e literatura da Península Ibérica em geral³.

O número de visitantes continua a aumentar a partir da viragem para o séc. XIX, embora sejam raros os que aqui chegam sem um motivo específico, quer seja de ordem militar, comercial, diplomática ou médica⁴. Portugal é periférico em relação aos percursos do *Grand Tour*, em que a Itália é o país de eleição, seguindo-se a França e, para alguns, o Egipto⁵. Um número mais reduzido de viajantes visita a Suíça, a Alemanha e a Holanda, normalmente por períodos mais curtos⁶. A partir de inícios

* Professora Auxiliar Convidada. Departamento de Técnicas e Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. mpaulino@letras.up.pt; paulino.mariaclara@gmail.com.

¹ EHRHARDT *et al.*, ed. – *As Primeiras Notícias Alemãs acerca da Cultura Portuguesa*, p. 22-27.

² Cf. SOUSA – *Lisboa vista pelos Estrangeiros*, p. 57 e ARAÚJO – *O Desastre de Lisboa e a Opinião Pública Europeia*.

³ Por exemplo, as obras editadas por Aschbach (*Geschichter Spaniens und Portugal's zur Zeit der Herrschaft der Almoraviden und Almahaden*) e Galetti (*Geschichte von Spanien und Portugal*).

⁴ Cf. PAULINO – *Olhares de Europeus e Norte-Americanos em Viagem por Portugal*.

⁵ Cf. BUZARD – *The Beaten Track*, p. 40 e CHANEY – *The Evolution of the Grand Tour*.

⁶ Cf. BATTEN – *Pleasurable Instruction*, p. 92.

do séc. XIX, à medida que a sensibilidade romântica se vai afirmando, exploram-se regiões menos conhecidas, tais como a Suécia, a Córsega, a Grécia e também Espanha, ou Península Espanhola⁷, designação que quase sempre inclui Portugal. Em meados do século XIX aumenta, quer o número de viajantes, quer a diversidade de rotas. Numa Europa em processo de definição geográfica, política e sociológica, os progressos nos meios de transporte contribuem para um novo perfil de viajante.

Durante os cem anos que aqui nos ocupam é interessante verificar o modo como os textos reflectem a evolução da sensibilidade estética do Iluminismo para o Romantismo, apesar da uniformidade do retrato do país, que em pouco difere do que encontramos em textos de viagem de períodos anteriores. A dependência do ouro do Brasil, o mau aproveitamento dos recursos agrícolas, a excessiva religiosidade e o efeito negativo da presença inglesa na economia são comentários comuns⁸.

Nos relatos que estudámos⁹ de mais de sessenta viajantes de várias nacionalidades surgem estas e outras observações que vale a pena referir tendo em conta o nosso tema. Por exemplo, reconhece-se aos portugueses sensibilidade musical evidenciada na qualidade das produções da Ópera de S. Carlos, mas não o talento da criação, seja ela musical, literária ou no campo das artes plásticas. A opinião generalizada, transversal a nacionalidades e épocas, é a de que o país se encontra num estado artístico verdadeiramente primitivo. Não há pintura de qualidade a não ser em casos isolados, quase sempre criações de estrangeiros, e a escultura é praticamente inexistente com excepção da unanimemente elogiada estátua equestre de D. José I. Salienta-se o talento dos raros portugueses que criam obras de qualidade num país com tão poucos meios de formação artística.

No campo da arquitectura em geral considera-se que os portugueses trabalham bem a pedra e dominam as técnicas de construção mas não sabem desenhar nem projectar. Em alguns palácios, igrejas e mosteiros reconhece-se beleza ou singularidade arquitectónica, mas salienta-se negativamente a «mistura de estilos» e a grandiosidade megalómana de projectos como, por exemplo, o do Palácio Nacional da Ajuda.

A paisagem urbana é valorizada, sobretudo quando vista de longe¹⁰ – tanto a de Lisboa, como a do Porto – mas lamenta-se a ausência de residências particulares dignas de nota, facto atribuído ao frágil poder económico da classe média abastada

⁷ V. *Op. Cit.*, p. 92. O editor Cook não publica quaisquer Guias da Grécia ou de Espanha, enquanto Murray e Baedeker, em conjunto, publicam onze edições de Guias da Grécia e doze edições de Guias de Espanha. Estes números são relativamente modestos em comparação com as vinte e cinco edições de Guias do Egipto e as cento e seis edições de Guias de Itália (cf. BUZARD – *Op. Cit.*, p. 41-49).

⁸ CHAVES, Castelo Branco – *O Portugal de D. João V*, p. 20-21.

⁹ Cf. PAULINO – *Op. Cit.*

¹⁰ As cidades devem ser admiradas a uma distância que permita não se ser incomodado pelo lixo nas ruas. A cidade do Porto é geralmente descrita como mais limpa do que Lisboa.

e da aristocracia. No que respeita a Lisboa, elogia-se a zona reconstruída por Pombal mas critica-se a falta de bons edifícios de utilidade pública, excepção feita ao Aqueduto das Águas Livres.

Quanto ao nosso tema – a arquitectura doméstica – deixaremos falar os próprios viajantes através das descrições que fazem de exteriores e interiores de residências, preponderantemente na zona de Lisboa, bem como de métodos e técnicas de construção. Os excertos procedem de relatos de treze autores de nacionalidade francesa, inglesa, alemã e norte-americana, sobre os quais apresentamos breves notas no final deste texto¹¹. A tradução é da nossa responsabilidade.

As descrições são apresentadas cronologicamente segundo as datas em que as observações ocorreram. As datas estão colocadas entre parêntesis junto do nome de cada autor.

TEXIER (1794) estranha ver ainda marcas do terramoto em muitos locais, sobretudo igrejas, mosteiros e outros edifícios públicos. No meio da cidade há muitas ruas pequenas ainda com filas inteiras de casas meio em ruínas, bem como terrenos desocupados. Estes esqueletos de casas, por vezes cheios de entulho, e as habitações pobres das vielas estreitas e tortuosas do Bairro Alto e do sopé do Castelo de S. Jorge formam um estranho e repugnante contraste com as magníficas ruas construídas após o terramoto. Para além das três ruas novas centrais há outras que estão a ser reconstruídas noutros bairros da cidade, com casas de pedra aparelhada e de cinco, seis, ou sete andares. É difícil entender que neste país de terramotos se construam casas de tal altura implantadas em terreno irregular, por vezes mesmo em encostas íngremes, quando os arredores oferecem tanto espaço para construir em todas as direcções. Os habitantes que construíram casas nos arredores fizeram-nas mais baixas e mais leves, em terrenos mais planos ou de elevação menos pronunciada. Com excepção das ruas novas, já referidas, não há nenhuma completamente recta nem regular. As velhas janelas, com gradeamentos de madeira que cercam as varandas de alto a baixo, são particularmente desagradáveis. Fazem lembrar verdadeiros galinheiros e estreitam ainda mais as ruas já apertadas pois são quase sempre salientes de dois pés em relação à parede. Felizmente, apenas as casas anteriores ao terramoto têm ainda estas antipáticas grades pois nas novas há belas vidraças e varandas com gradeamentos de ferro da altura de uma pequena balaustrada.

Para LINK (1797-99), não vale a pena procurar em Lisboa arquitectura digna de nota, nem nas casas particulares, nem nos edifícios públicos. No entanto, elogia as três ruas principais construídas após o tremor de terra, alinhadas, largas e com

¹¹ Os textos foram estudados no âmbito da nossa investigação para Mestrado e Doutoramento: KULMACZ (PAULINO), Maria Clara Loureiro Borges – *Arte e Património em Portugal* e também PAULINO – *Op. Cit.*

passeios, que ligam a Praça do Comércio ao Rossio. As casas não são separadas umas das outras, formando grandes corpos que produzem um belo efeito. Todavia, os andares superiores são demasiado baixos, as janelas demasiado estreitas, os vidros demasiado pequenos e, para além disso, as varandas prejudicam a beleza das formas. A parte antiga da cidade reconhece-se facilmente pelo tipo de arquitectura. As ruas são estreitas, tortuosas e desordenadas e as casas sobrecarregadas de ornamentação gótica, à qual se renunciou devido à frequência de terramotos. Esta arquitectura de ruas estreitas e casas altas tem alguma razão de ser pois evita que o sol aqueça demasiado as casas. É uma tradição antiga «entre os romanos, gregos, mouros, italianos, espanhóis e portugueses, ou seja, todos os povos que habitam as zonas quentes».

RUDERS (1798-1802) prefere não se pronunciar sobre a arquitectura portuguesa sob o ponto de vista artístico. Os viajantes que escrevem sobre esta matéria, afirma, não estão de acordo uns com os outros e, segundo Murphy¹², conhecedor do assunto, os portugueses não têm ainda o gosto completamente formado. Se, no entanto, considerarmos a arquitectura, não como arte, mas como algo de socialmente útil, cujo objectivo é proporcionar conforto, então os portugueses merecem elogios e críticas. Os edifícios são geralmente sólidos do ponto de vista estrutural e todo o trabalho em madeira é muito bem ensablado, de modo que todas as partes do todo são igualmente resistentes; fixam-se as pedras grandes com grampos de ferro e aumenta-se a sua resistência aplicando-se uma argamassa firme e consistente, precauções que se entendem facilmente numa cidade que tanto sofreu com o terramoto. Mas as entradas das casas são desagradáveis e a distribuição interior dos apartamentos é tão má como em Espanha. Parece obedecer a objectivos anti-sociais, dado que cada família vive só para si no sentido literal da expressão e os seus membros vivem apertados uns contra os outros em espaços exíguos. Apartamentos de doze a dezasseis quartos raramente têm mais do que duas entradas e alguns quartos interiores permanecem em escuridão, pois só recebem luz apenas através das portas dos outros quartos, que são muito altas e têm janelas de vidro apenas na parte superior. As portas de acesso aos vestíbulos são duplas e as portas exteriores são dotadas de grades. Todas as portas têm duas meias-portas. A ligação entre os vários quartos faz-se por pequenos corredores, o que é eficaz contra o roubo mas extremamente desconfortável. As escadas são quase sempre sujas, estreitas e escuras. Por vezes entre duas casas há um pequeno pátio utilizado para deitar os dejectos da cozinha, o que causa um cheiro horrível em todas as salas. Nas casas abastadas as paredes interiores e os tectos são por vezes pintados com paisagens de valor artístico variável. No entanto, é mais comum revestir as paredes até meio com painéis de faiança, o que torna as salas frescas no verão mas demasiado frias no inverno devido às inúmeras frinças que há

¹² MURPHY – *Plans elevations sections and views of the church of Batalha*.

em portas e janelas. As lareiras seriam de grande utilidade mas poucas casas as têm e não se vê fogões de ladrilhos. No que respeita à cidade de Lisboa, que tem 43.994 famílias ou fogos, pode dizer-se que a zona da Baixa é magnífica. As ruas são muito bonitas, embora nem todas estejam terminadas. São largas e a direito e têm agradáveis passeios de ambos os lados, bem como pilares de mármore de cinco pés de altura a quatro varas de distância uns dos outros. As casas que perfazem cada quarteirão são muito parecidas: são todas pintadas de branco e têm varandas de gradeamento de ferro em frente das janelas do primeiro e quarto andar. Assim, cada quarteirão parece um palácio e o conjunto é verdadeiramente imponente. Recentemente cada casa passou a ter um número de porta e nas esquinas passou a ver-se o nome das ruas em caracteres grandes e pintados de forma nítida.

O autor das cartas publicadas por RANQUE (1801) observa que o rés-do-chão das casas de Lisboa é construído em pedra calcária. Para os outros andares constrói-se uma espécie de jaula de madeira que se cobre com uma camada de argamassa. O objectivo deste esqueleto em madeira é aliviar as terríveis consequências dos terremotos. Em geral a distribuição das salas é má, pelo menos em relação àquilo a que os estrangeiros estão habituados. Mas talvez para os portugueses esteja bem assim porque tudo é relativo. Nas casas ricas as paredes interiores e os tectos são revestidos a estuque, enquanto nas pobres o revestimento é em gesso. A pintura de paredes, executada por artistas portugueses ou italianos, é de qualidade muito variável.

BERNARD (1801-1803) inicia o seu comentário às casas de Lisboa afirmando que se pode dizer delas o que Montesquieu diz das casas de Paris em *Lettres Persanes*, ou seja, são tão altas que parecem ser habitadas por observadores de estrelas. Poucas têm menos de quatro ou cinco andares e a maioria tem uma fila de dez a doze janelas. Em cada uma «vivem normalmente cerca de duas centenas de pessoas» pois em Portugal não se faz ideia do luxo de outras nações onde as pessoas têm várias salas de uma mesma casa à sua disposição. Na maior parte das casas existe um acesso directo da porta da rua para as divisões interiores, provavelmente devido ao clima ameno. Será também por isso que só em poucas casas se encontram fogões e lareiras. Na zona reconstruída as ruas têm bom pavimento e passeios, feitos de grandes blocos de pedra acima do nível da rua.

ELIOT (1808-09) critica as casas dos fidalgos, em Lisboa, que reflectem a indolência e deficiente instrução dos seus proprietários. São uma mistura de palácio e pocilga: as salas são ricamente pintadas ao estilo italiano, enquanto a zona da entrada principal, com porta de painéis móveis e pavimento de pequenas pedras redondas dispostas em quadrados ou círculos, parece a entrada de cocheira de uma boa casa inglesa. Após subir umas escadas sujas chega-se ao primeiro andar, habitado pelos serviçais e suas famílias; no segundo estão os quartos de dormir; e no último, finalmente, uma magnífica suite de apartamentos. Poucas são as casas que têm uma sala

com lareira, excepto a cozinha e o ultimo andar. Também poucas têm janelas de vidro, excepto em Lisboa e no Porto. Algumas têm um vidro único, que é fixo às persianas de madeira, o que dá às salas uma luz péssima.

Segundo ORMSBY (1808), Lisboa foi claramente beneficiada pelo terramoto pois sobre as ruínas de ruelas estreitas e insalubres foram construídas ruas bonitas, largas e a direito. As casas são de uma tal uniformidade que, à primeira vista, cada lado da rua mais parece a fachada de um palácio do que uma série de edifícios contíguos. As casas têm quatro andares, sendo o rés-do-chão utilizado como armazém ou loja e, por vezes, como cocheira. O primeiro andar é o mais moderno e elegante e, conseqüentemente, o mais caro. No interior não se vê uma única lareira. A porta do átrio de entrada está sempre aberta embora haja normalmente uma porta fechada ao fundo das escadas.

HAUTEFORT (1814) refere que as ruas largas, compridas e com passeios das novas zonas de Lisboa ocupam quase metade da cidade. Algumas são absolutamente a direito, cortadas por ruas transversais, o que beneficia toda a circulação. As casas, de três a cinco andares, têm fachadas com muito bom aspecto pois as janelas são bem proporcionadas em relação ao tamanho dos edifícios. Todas as habitações são em maçonaria construída sobre uma estrutura de madeira, método que os habitantes crêem mais adequado para resistir aos tremores de terra. Há também palácios feitos em alvenaria embora, em geral, não se veja nenhum que seja realmente de boa traça e de boa arquitectura. O que merece atenção especial é a forma como os portugueses trabalham a pedra. O solo produz o *marmor nobile* de Lineu, pedra calcária da melhor qualidade. Os pedreiros trabalham-na de uma forma muito especial e o que sai das suas mãos é de uma enorme perfeição.

Para ROCKWELL (1835-36), em Portugal, tal como noutras cidades do sul da Europa, as casas são de pedra e estuque, caiadas ou pintadas de cor clara, e têm de dois a seis andares. A parte mais antiga de Lisboa, na zona mais alta, tem ruas e ruelas tão estreitas que não entra lá nenhuma carruagem. Este estilo de construção pratica-se há muito em países quentes pois impede a entrada da luz do sol e evita que o calor se torne opressivo. A parte baixa da cidade, destruída pelo Terramoto, foi reconstruída com ruas largas e passeios num estilo urbano moderno. É aqui que se encontram enormes edifícios públicos, como a Alfândega, que seriam o orgulho de qualquer país.

HEERINGEN (1836) descreve Lisboa como uma cidade de contrastes entre Alfama e Bairro Alto, a zona de vielas escuras e sujas que resistiu ao terramoto, e a parte reconstruída que cresce diariamente e tem ruas largas com bons passeios. As casas têm quatro a seis andares e inúmeras janelas e varandins com gradeados verdes que não deixam ver as janelas da rua, provavelmente vestígio de costumes mouros. É frequente ver macacos, papagaios e outros pássaros em pequenas gaiolas nas varan-

das. Das balaustradas de ferro, com desenhos muito artísticos, caem plantas, flores e cactos pelas paredes abaixo. Por vezes o aspecto das casas não é agradável, talvez devido à pintura cinza pálida ou à falta de vidros grandes nas janelas (para além dos Palácios da Ajuda e das Necessidades não há nenhum palácio ou residência que não tenha nas janelas pequenos quadrados de vidro), ou talvez porque o andar inferior tem um aspecto escuro e sujo quando não é utilizado para comércio.

WITTICH (1838) refere o vale que parte da Praça do Comércio para norte e atravessa a cidade, dividindo-a em duas metades: do lado ocidental, o maior, quase tudo é nova construção embora haja ainda ruínas de igrejas conventuais; do lado oriental, mais pequeno, encontra-se todo um quarteirão da cidade chamado Bairro da Alfama que escapou ileso aos efeitos do terramoto. Bairro de ruas sujas e escuras, faz lembrar o Egipto, onde a construção é feita de modo a não deixar entrar o sol nas ruas estreitas e de casas que se inclinam umas sobre as outras. Aliás, nota-se a influência do clima de Lisboa na construção leve e fina das casas, cujo objectivo é a protecção contra o calor. É também por isso que salas são quase sempre grandes e claras, e que as paredes raramente são forradas a papel, sendo mais frequente o revestimento até metade com faiança ou pinturas de paisagens representando repuxos e florestas que evocam a frescura da sombra. Estas pinturas são da melhor qualidade, sobretudo os frescos nas casas de grandes quintas. Os estrangeiros em geral queixam-se que as portas e janelas não vedam bem e acusam os marceneiros e os vidraceiros de não serem capazes de as fazer com qualidade. O que se passa, no entanto, é que os portugueses não exigem a perícia destes artesãos porque não são tão sensíveis à humidade e ao frio. No passado sabemos que houve bons artesãos, como se prova pela qualidade da arquitectura e alvenaria de magníficos palácios, catedrais grandiosas e sumptuosos mosteiros.

BÉGIN (1848) critica o método de construir casas, que se torna muito dispendioso devido à falta de meios de transporte e à imperfeição do equipamento à disposição dos construtores. A construção é iniciada pelos carpinteiros, seguindo-se o trabalho dos pedreiros que constroem, entre estacas, paredes de tijolo e pedra britada que resistem melhor aos terremotos. Cada casa tem geralmente quatro andares, cada um com um salão central bem decorado e uma varanda com tolde de tela ou seda para proteger as senhoras do sol. Sentadas em almofadas, é ali que passam o tempo durante os meses de calor. Desde 1755 que Lisboa apresenta duas fisionomias bem diferentes: por um lado, a velha cidade medieval de ruas estreitas, casas altas e bairros sombrios; por outro, a cidade moderna, regular, aberta, bem traçada, com passeios e edifícios imponentes. Lisboa já não é a cidade que era, suja, sem fontes, banhos públicos ou chaminés, tal como é descrita nas narrativas dos antigos viajantes. Depois de os ingleses terem feito dela uma das suas principais colónias Lisboa adoptou padrões de conforto e bem-estar. Embora ainda haja casas onde se nota um toque indiano ou

chinês, quer no exterior, quer no interior, e algumas casas abastadas mais pareçam pagodes do que residências europeias, a verdade é que este gosto se está a modificar devido à influência dos ingleses.

Segundo MINUTOLI (1851-1853) Pombal criou, na zona destruída de Lisboa, algo que, embora grandioso, já não é apreciado. O gosto era diferente no tempo de Pombal. A uniformidade era então a regra e, no caso de Lisboa, a uniformidade foi levada a um extremo que torna a arquitectura dessa zona entediante. Há bairros inteiros que se entrecruzam em ângulos rectos e ruas que formam uma só fachada. Nenhuma casa se distingue de nenhuma outra pois o alinhamento prolonga-se debaixo do mesmo telhado desde o início até ao fim da rua, o mesmo acontecendo com a varanda do quarto andar. Olhando-se para a direita e para a esquerda vê-se centenas de casas cobertas com um mesmo reboco, divididas apenas no seu interior, e diferenciáveis nas fachadas apenas pelos números. Esta uniformidade, desprovida de gosto, é também visível na Praça do Comércio, apesar de tudo imponente e com uma belíssima situação. Mas os construtores portugueses não têm falta de habilidade. É admirável o modo como constroem enormes casas de seis pisos sobre um transparente e fino esqueleto de traves e vigas, sem frontaria, e como enchem as paredes intermédias com tijolos sobrepostos e lajes de barro, só depois erguendo a frontaria maciça, quase sem argamassa, ligando-a à construção interior. O material de construção é sempre excelente e adequado ao clima. A pedra calcária usada para a ornamentação é macia e fácil de trabalhar, endurecendo aos poucos com a exposição ao ar. O barro dos tijolos é fino, bem cauterizado e mesmo após repetidas cozeduras mantém os contornos afiados quando é destinado a «ladrilhos de barro» para revestir escadarias exteriores, pavimentos, ou paredes de armazéns de provisões. O calcário, o gesso e o cimento também são finos e de grande qualidade e durabilidade. O dispositivo usado para levar os materiais e a água até aos andares superiores durante a construção é simples e engenhoso: erguem-se dois mastros altos e dá-se-lhes um apoio seguro, em forma de pirâmide, mediante um terceiro mastro ou mediante uma corda. No ponto onde os mastros se encontram fixa-se uma roldana que içava as cargas. Por motivos de segurança, quando as casas não são construídas sobre um fundo rochoso os alicerces têm apenas a profundidade estritamente necessária. A preocupação com os terramotos também leva a que se evite construir telhados pesados – e é interessante verificar que não se usam pára-raios. Ao contrário dos telhados espanhóis, que são planos, aqui os telhados são inclinados e cobertos com telhas romanas, que são leves e simultaneamente firmes. No andar de cima, ou em casas de um só piso, e sobretudo em edifícios mais antigos, em vez de um tecto plano de vigas há um vigamento alto, trabalhado em madeira ao gosto mourisco, que tem uma leve cobertura. As varandas, que em Espanha constituem as janelas dos quartos, não são de todo comuns em Portugal, embora nas cidades maiores haja varandas corridas no primeiro ou no

último andar. O rés-do-chão das casas portuguesas é quase sempre utilizado para lojas, ateliês, tavernas, cocheiras e estábulos, e a luz entra nessas divisões pela porta grande que está sempre aberta porque a maioria dos trabalhos artesanais ou afazeres domésticos é feita praticamente na rua. As escadas são habitualmente escuras, íngremes e pouco seguras devido ao hábito de as cobrir de areia; no piso de baixo são normalmente em pedra e nos de cima em madeira. As caves, tão agradáveis num país do sul, são desconhecidas em Portugal. Na maioria das casas não há pátios e a ventilação é muito deficiente. Fornos e chaminés são raros. Em casas abastadas há por vezes chaminés em ferro colocadas na parede virada para a rua; dali sai um tubo preto e espesso que, de acordo com os regulamentos da polícia, deve passar ao longo da frontaria exterior da casa e seguir até ao cimo do telhado onde se vai inserir numa enorme cúpula. É evidente que instalações deste tipo não contribuem para o embelezamento da casa ou da rua. As donas de casa lamentam-se da má tiragem dos fogões na cozinha, embora seja costume cozinhar em cima de grelhas sobre pequenos lumes de carvão ou em fornos de ferro aquecidos à base de briquetes. O ambiente nas cozinhas é muito desagradável, sobretudo quando, mesmo ao lado do fogão, há um pequeno tabique com «um certo sítio que dispensa outra designação», o qual, aliás, é raro encontrar no interior das casas.

BREVES NOTAS SOBRE AUTORES E OBRAS¹³ (POR ORDEM CRONOLÓGICA DE ESTADA EM PORTUGAL)

J. P. TEXIER, Conselheiro Real de Estado e de Legação da Dinamarca e Cavaleiro de Danebrog, é autor da obra *Reise durch Spanien und Portugal und von da nach England*. Escrita em francês, e traduzida para alemão pelo editor, a obra refere-se à passagem de Texier por Portugal na Primavera de 1794 durante uma viagem de regresso à Alemanha procedente de Cádiz. Texier já havia estado em Lisboa 36 anos antes como Secretário da Delegação Holandesa.

Heinrich Friedrich LINK é autor de *Bemerkungen auf einer Reise durch Frankreich, Spanien, und vorzueglich Portugal*, obra em dois volumes. O relato refere-se à estadia em Portugal, para onde viajou em 1797 com o Conde Johann Centurius de Hoffmannsegg com o objectivo de estudar e classificar a flora do país. Permaneceu por um período de dois anos. Cientista, médico, químico, botânico e filósofo de renome, Link foi professor e membro de várias sociedades científicas e eruditas. Foi também director do Jardim Botânico de Berlim. A obra foi publicada em 2005 pela Biblioteca Nacional com o título *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*.

¹³ Os títulos encontram-se integralmente transcritos na Bibliografia.

Carl Israel RUDERS, pároco da Legação Real da Suécia em Lisboa, autor de *Einige Bemerkungen ueber Portugal, in Briefen von C. I. Ruders*. Esta colectânea de cartas, das quais retirámos os excertos que incluímos, foi publicada em 1805 e traduzida do sueco para alemão por H. F. Link. Uma outra colectânea de cartas do mesmo autor, escritas durante o mesmo período de tempo, foi publicada em 1808. Intitulada *Reise durch Portugall von C. I. Ruders*, esta obra foi traduzida para alemão por H. G. A Gerken. Entre 1906 e 1909 algumas destas cartas viriam a ser publicadas em português no *Diário de Notícias* com tradução de António Feijó. Em 2002 sai a edição em português da Biblioteca Nacional, intitulada *Viagem em Portugal, 1798-1802*.

RANQUE é o editor francês de *Lettres sur le Portugal, écrites à l'occasion de la guerre actuelle*. Colectânea de cartas escrita por um comerciante francês, estabelecido em Lisboa há vários anos, em resposta ao pedido do editor de quem era amigo pessoal. Embora o autor das cartas permaneça anónimo a informação que temos sobre a idoneidade do editor levou-nos a incluir este testemunho.

Sophie BERNARD (ou Lucie Bernard, ou Esther Gad, ou Esther Domeier) é autora de uma obra em dois volumes, *Briefe waehrend meines Aufenthalts in England und Portugal an einen Freund*, publicados em 1802 e 1803 respectivamente. Bernard chega a Lisboa no Outono de 1801, acompanhando Wilhelm Friedrich Domeier, médico de câmara do Príncipe Augusto da Grã-Bretanha. A autora reside em Portugal até ao Verão de 1803.

William Granville ELIOT é autor de *A treatise on the defence of Portugal, with a military map of the country: ... and principal events of the campaigns under Lord Wellington, in 1808 and 1809*. A obra tem uma primeira edição em 1810 e, como o título indica, refere-se às observações feitas durante a participação militar de Eliot durante as Invasões Francesas entre 1808 e 1809.

James Wilmot ORMSBY, reverendo das tropas britânicas durante as Invasões Francesas, é autor de *An Account of the operations of the British Army, and of the state and sentiments of the people of Portugal and Spain, during the campaigns of the years 1808-1809*. A obra é constituída por cartas escritas durante as campanhas de 1808 e 1809.

Charles Victor, Conde de HAUTEFORT, é autor de *Coup-d'oeil sur Lisbonne et Madrid en 1814*. A obra foi publicada em 1820, ano em que o autor exercia funções de secretário-intérprete da Embaixada Francesa em Espanha. Em 1811 servira em

Aragão e Catalunha sob as ordens do Duque de Albufera. Hautefort é membro de academias eruditas em Madrid, Florença, Roma e Turim.

Charles ROCKWELL, capelão da Marinha dos Estados Unidos, é autor de *Sketches of foreign travel, and life at sea; including a cruise on board a man-of-war, as also a visit to Spain, Portugal, the south of France, Italy, Sicily, Malta, The Ionic Islands, Continental Greece, Liberia, and Brazil*. Publicada em 1842, esta obra foi então considerada um verdadeiro guia de viagem. Sabemos que no dia 1 de Abril de 1836 o autor se encontra num navio ao largo da costa de Lisboa e conseguimos identificar, com alguma certeza, os anos de 1835 e 1836 como os anos em que ocorreram as suas duas visitas a Portugal.

Gustav Adolph von HEERINGEN, autor de *Meine Reise nach Portugal im Fruehjahre 1836*, publicada em 1838, é Camareiro de D. Fernando de Saxe-Coburgo. Também conhecido como autor de novelas românticas, ou histórico-românticas, chega a Lisboa no navio Manchester a 8 de Abril de 1836.

Auguste Émile BÉGIN (1803-1888), médico, historiador e bibliotecário, é o autor de *Voyage Pittoresque en Espagne et Portugal*, obra que descreve a sua segunda viagem à região que designa de Península Espanhola. Médico do exército francês, trabalhara no hospital de Barcelona em 1823.

Alexander WITTICH é autor de *Erinnerungen an Lissabon. Ein Gemaelde der Stadt nebst Schilderungen portugiesischer Zustaende*. Professor em Eisenbach, Alemanha, acompanha um aluno português de quem era tutor há anos de volta ao seu país. O navio em que viajam entra no Tejo em Maio de 1838 e Wittich permanece em Portugal durante sete meses.

Julius Rudolph Ottomar von MINUTOLI é autor de *Portugal und seine Colonien im Jahre 1854*, a sua segunda obra sobre Portugal. Homem de estado prussiano, chefe dos serviços policiais de Posen e Berlim, torna-se Cônsul Geral da Prússia para Espanha e Portugal por volta de 1850. A página de título refere, entre outros cargos por ele desempenhados, o de «Conselheiro Real da Prússia, Cônsul-Geral para Portugal e Espanha, membro honorário da Academia Real de História de Madrid e de várias Academias de História e História Natural».

BIBLIOGRAFIA – FONTES PRIMÁRIAS

- BÉGIN, Émile Auguste Nicholas Jules (1852) – *Voyage pittoresque en Espagne et en Portugal*. Paris: Belin-Leprieur et Morizot.
- BERNARD, Sophie (1802) – *Briefe waehrend meines Aufenthalts in England und Portugal an einen Freund*. Hamburg: August Campe, vol. I.
- IDEM (1803) – *Neue Reise durch England und Portugal*. In *Briefen an einen Freund*. Hamburg: August Campe, vol. II.
- IDEM (1808) – *Briefe ueber England und Portugal an einen Freund*. Hamburg: August Campe.
- ELIOT, William Granville (1810) – *A treatise on the defence of Portugal, with a military map of the country: to which is added, a sketch of the manners and customs of the inhabitants and principal events of the campaigns under Lord Wellington, in 1808 and 1809*. London: T. Egerton, Military Library, Whitehall.
- HAUTEFORT, Charles-Victor d' (1820) – *Coup-d'oeil sur Lisbonne et Madrid en 1814; suivi d'un mémoire politique concernant la constitution promulguée par les Cortès à Cadiz; et d'une notice sur l'état moderne des sciences mathématiques et physiques en Espagne*. Ouvrage dédié au Roi par Ch.-V. d'Hautefort. Paris: Delaunay.
- HEERINGEN, Gustav Adolf von (1838) – *Meine Reisen nach Portugal im Fruehjahre 1836*. Leipzig: Brockhaus.
- LINK, Heinrich Friedrich (1801) – *Bemerkungen auf einer Reise durch Frankreich, Spanien, und vorzueglich Portugal*. Kiel: C. G. Fleckeisen, vol. I.
- IDEM (1801) – *Bemerkungen auf einer Reise durch Frankreich, Spanien, und vorzueglich Portugal. Mit einer Karte von Portugal*. Kiel: C. G. Fleckeisen, vol. II.
- MINUTOLI, Julius Rudolph von (1855) – *Portugal und seine Kolonien im Jahre 1854*. Stuttgart.
- ORMSBY, James Wilmot, Rev. (1809) – *An account of the operations of the British Army, and of the state and sentiments of the people of Portugal and Spain, during the campaigns of the years 1808-1809. A series of letters. In two volumes*. London: J. Carpenter.
- RANQUE, Hugues Félix, ed. (1801) – *Lettres sur le Portugal, écrites à l'occasion de la guerre actuelle par un français établi à Lisbonne, avec des observations sur le voyage du duc de Chatelet, et des détails sur les finances de ce royaume*. Paris: Desenne, Bourdeaux, Audibert.
- ROCKWELL, Rev. Charles (1842) – *Sketches of foreign travel, and life at sea; including a cruise on board a man-of-war, as also a visit to Spain, Portugal, the south of France, Italy, Sicily, Malta, the Ionic Islands, Continental Greece, Liberia, and Brazil; and a Treatise on the Navy of the United States*. Boston: Tappan & Dennet; Philadelphia: Carey & Hart; New York: Appleton; Londres: Wiley & Putnam, 2 vol.
- RUDERS, Carl Israel (1805) – *Einige Bemerkungen ueber Portugal, in Briefen von C. I. Ruders, aus dem Schwedischen uebersetzt mit Anmerkungen, von D. H. F. Link, Professor zu Rostock*. Berlin: Karl Christoph Stiller.
- TEXIER, J. P. (1825) – *Reise durch Spanien und Portugal und von da nach England*. Schulz und Wundermann.
- WITTICH, Alexander (1843) – *Erinnerungen an Lissabon. Ein Gemaelde der Stadt nebst Schilderungen portugiesischer Zustaende, Bestrebungen und Fortschritte der neuesten Zeit*. Berlin: G. Reimer.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ARAÚJO, Ana Cristina (1991) – *O Desastre de Lisboa e a Opinião Pública Europeia*. In *Estudos de História Contemporânea Portuguesa, Homenagem ao Professor Victor de Sá*. Organização do Centro de História da Universidade do Porto. Porto: Livros Horizonte.
- ASCHBACH, Joseph, ed. (1833-1837) – *Geschichter Spaniens und Portugals zur Zeit der Herrschaft der Almoraviden und Almahaden*. Frankfurt, 2 vol.
- BATTEN, Charles L. (1978) – *Pleasurable Instruction. Form and Convention in Eighteenth-Century Travel Literature*. University of California Press.
- BUZARD, James (1993) – *The Beaten Track. European Tourism, Literature, and the Ways to Culture, 1800-1918*. Oxford University Press.
- CHANEY, Edward (1998) – *The Evolution of the Grand Tour: Anglo-Italian Cultural Relations since the Renaissance*. London: Frank Cass.
- CHAVES, Castelo Branco, trad., pref. e notas (1983) – *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*. Lisboa: Biblioteca Nacional. (Série «Portugal e os Estrangeiros»).
- EHRHARDT, Marion; HESS, Rainer; SCHMIDT-RADEFELT, Jürgen (1980) – *As Primeiras Notícias Alemãs acerca da Cultura Portuguesa*. In *Portugal-Alemanha. Estudos sobre a Recepção da Cultura e da Língua Portuguesa na Alemanha*. Coimbra: Almedina.
- GALETTI, Johann Georg A., ed. (1809) – *Geschichte von Spanien und Portugal*. Erfurt.
- KULMACZ (PAULINO), Maria Clara Loureiro Borges Paulino (2003) – *Arte e Património em Portugal: olhares norte-europeus (da segunda metade do século XVIII a meados do século XIX)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- MURPHY, James Cavanah (1795) – *Plans elevations sections and views of the church of Batalha, in the province of Estremadura in Portugal [drawn by James Murphy]: with the history and description by Fr. Luis de Sousa; [transl.] with remarks [by Murphy]. To which is prefixed an introductory discourse on the principles of Gothic architecture*. Pr. for I & J. Taylor.
- PAULINO, Maria Clara Loureiro Borges (2009) – *Olhares de Europeus e Norte-Americanos em Viagem por Portugal. Fontes para Estudos de Arte e Património (ca. 1750-1850)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- REICHARD, Hans Ottokar (1971) – Introdução. In *Guide d'Espagne et du Portugal*. 1793. Paris: Les Ed. de la Courtille.
- SOUSA, Maria Leonor Machado de (1983) – *Lisboa vista pelos Estrangeiros (Levantamento Bibliográfico até ao fim do séc. XIX)*. «Lisboa-Revista Municipal», n.ºs 5 e 6. Lisboa: Câmara Municipal.

O MOSTEIRO DE S. DINIS E S. BERNARDO DE ODIVELAS, PANTEÃO RÉGIO (1318-1322)

GIULIA ROSSI VAIRO*

Em 1318, os soberanos D. Dinis e D. Isabel decidiram fazer do mosteiro feminino cisterciense de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas o panteão familiar e, em sentido mais lato, o panteão régio. Até àquela data, tinha sido a *galilé*, o nartex, espaço localizado no exterior do templo, do Mosteiro de S. Cruz de Coimbra, primeiramente, e da Abadia de Sta. Maria de Alcobaça, em seguida, a acolher as sepulturas dos reis da primeira dinastia e dos seus familiares¹.

A pesquisa de arquivo, levada a cabo no Arquivo Secreto Vaticano (ASV) e no Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (IAN/TT, Lisboa), e a reconstrução do contexto histórico no âmbito do qual o casal régio tomou esta resolução permitiram fazer luz sobre esta particular circunstância até há pouco desconhecida da historiografia portuguesa².

A decisão de criar um panteão régio no mosteiro de Odivelas deve-se à iniciativa de D. Dinis. Esta enquadrava-se no projecto de reconciliação e pacificação familiar trazido pelo soberano no regresso da peregrinação a Santiago de Compostela, onde se dirigiu para se recolher em oração no túmulo do Apóstolo, no início do ano de 1318³. Na tentativa – e na esperança – de aplacar os diferendos surgidos, ao longo de 1317, com o herdeiro do trono e a rainha e que exigiram a mediação do papa João

* Membro do Instituto de História da Arte, doutoranda em História da Arte Medieval na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e bolsista da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Ref.^a SFRH/BD/43795/2008). g.rossivairo@tiscali.it.

¹ Sobre os panteões régios da primeira dinastia, veja-se: GOMES, 1997: 283-295; VIEIRA DA SILVA, 2003.

² Esta tese, devidamente desenvolvida, foi apresentada pela primeira vez em: ROSSI VAIRO, 2009: II, 845-896.

³ O rei dirigiu-se a Compostela em meados do mês de Janeiro desse ano 1318, chegando ao destino por ocasião da festa de Nossa Senhora da Purificação (2 de Fevereiro); sobre a peregrinação de D. Dinis a Compostela e à análise dos factos ocorridos em 1318, veja-se: ROSSI VAIRO, 2011a.

XXII, o rei manifestou a intenção de tornar o mosteiro, por ele fundado à volta de 1295, em «um espaço simbólico de unificação do Reino»⁴. A partir daquele momento, dedicou-se a pôr em acto o seu propósito. De resto, a determinação do monarca foi bem acolhida e totalmente partilhada pela rainha D. Isabel, a qual decidiu legar a própria memória ao cenóbio cisterciense de Odivelas junto com o marido. De facto, como se deduz do conteúdo da carta enviada pelo pontífice a D. Dinis, em Fevereiro de 1319, o casal régio nutria uma «especial devoção» para com o Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas, onde elegeu a sua comum sepultura⁵.

A «especial devoção» dos soberanos, nomeadamente de D. Dinis, ao mosteiro, concretizara-se, durante os seus primeiros vinte anos de vida, em generosas doações, concessões de privilégios e isenções, destinadas a acrescentar o já conspícuo património de base.

As investigações até hoje desenvolvidas não nos permitem saber se o projecto de criar no mosteiro de Odivelas o panteão régio existia na mente do rei desde a sua instituição⁶. Apesar disto, algumas passagens da carta de dotação, redigida em 1295 por D. João Martins de Soalhães, bispo de Lisboa, poderiam eventualmente reflectir as ambições da Coroa sobre o cenóbio numa perspectiva de longa duração de tipo familiar, além de considerar a fundação como uma genérica iniciativa piedosa do soberano que, com isso, acrescentaria o seu prestígio pessoal⁷. Também algumas circunstâncias recentemente objecto duma nossa intervenção, no caso específico, a inclinação de D. Isabel para com a espiritualidade cisterciense durante grande parte da sua existência e a exigência, manifestada desde cedo, de viver momentos de oração junto com a reservada comunidade de Alcobaca, poderiam levar a pensar na influência exercida pela soberana na decisão de D. Dinis de fundar *ex novo* um instituto de monjas *bernardas*⁸. Desta forma, os membros da família real teriam podido aceder ao interior do mosteiro sem pedir autorizações especiais às autoridades competentes⁹,

⁴ GOMES, cit.: 283.

⁵ Para a transcrição da carta apostólica de 27 de Fevereiro de 1319, veja-se: ROSSI VAIRO, cit.: 864-865.

⁶ O tema das origens do Mosteiro de S. Dinis de Odivelas será objecto de aprofundamento na nossa tese de Doutoramento; neste momento sobre as origens da fundação, veja-se: VILAR VASCONCELOS & BRANCO, 1992: I, 589-601.

⁷ Na carta de dotação de 27 de Fevereiro de 1295, D. João Martins de Soalhães recorda que o rei fundou o mosteiro «*pro animabus suorum parentum et successorum et in suorum remissionem peccatorum*»; SOUSA, 1946-1957: I, 133.

⁸ Sobre a inclinação da rainha D. Isabel para com a espiritualidade cisterciense, veja-se: ROSSI VAIRO, 2011b.

⁹ A tal circunstância faz alusão a referida carta de dotação. Na carta de modificação das Constituições do mosteiro, de 14 de Julho de 1306, especifica-se que: «Licito seja ao senhor Rey entrar dentro com quais e quando lhe aprovver E aa Rainha semelhavelmente». D. Dinis dispõe também que as monjas doentes poderão sair da clausura somente com licença do rei e da rainha; para a transcrição da carta em questão, contida no *Códice Alcobacense* 232 da Biblioteca Nacional de Lisboa, veja-se: TEIXEIRA, 2007: 349-352.

além de serem os principais fruidores das orações da comunidade religiosa feminina que não tinha outra obrigação a não ser a de rezar pela alma dos ilustres defuntos.

É certo, de qualquer modo, que, em 1318, o Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas se tornou o lugar que deveria acolher os despojos mortais e guardar a memória dos soberanos, presentes e futuros. Não deixa alguma dúvida a este propósito o facto de, na documentação produzida, quer pelo rei em favor do mosteiro, quer pela abadessa em nome do convento de Odivelas, mormente no biénio 1318-20, se recorrer a frases que evocam a possibilidade de frequência do cenóbio, no presente e no futuro, por parte de reis, rainhas, infantes e infantas¹⁰. Nalguns casos D. Dinis é ainda mais explícito, nomeadamente quando faz referência aos «Reis e Rainhas e infantes e Infantas que depois em esse mosteiro jouverem»¹¹.

No Reino de Portugal é a primeira vez, com respeito ao passado, que um monarca, no caso específico D. Dinis, conscientemente expressa e põe por escrito a vontade de fazer, não duma capela, mas dum inteiro instituto, cuja fundação se deve à sua própria iniciativa, um lugar simbólico, custódio da memória da Monarquia, um panteão régio. Uma prova, de tipo material e iconográfico, do propósito partilhado e posto em acto por D. Dinis e D. Isabel, é o selo em cera da abadessa Urraca Pais de Molnes, em funções de 1318 a 1340¹². Neste, figura a imagem da religiosa, de pé sobre uma espécie de pedestal, «protegida» por um baldaquino triangular, à direita do qual se encontram dois escudos: as armas do Reino de Portugal, em cima, e as armas do Reino de Aragão, em baixo. Trata-se dum *unicum* no panorama da esfragística monástica medieval portuguesa: com uma evidência gráfica, este selo dá-nos testemunho do envolvimento do casal régio no projecto em execução em 1318.

Os estragos causados pelos terramotos que afectaram a área onde antigamente se erguia o mosteiro não nos permitem ter uma ideia de como deveria ser a fábrica originária; mesmo assim, fontes seiscentistas informam-nos da generosa disponibilização de dinheiro por parte da Coroa, da grandiosidade do projecto, do empenho de vários anos por parte de distintos arquitectos e da magnificência do complexo¹³.

Ao longo do tempo, na *galilé* da abadia de Alcobaça (somente no século XV identificada como *Capela dos Reis*), confluíram os despojos de monarcas e de diversos membros da família real¹⁴. Considerando a vetustez, a importância e o valor de referência no território do cenóbio alcobacense – sob o ponto de vista político,

¹⁰ V. nota 10; IAN/TT – *Gavetas*, maço 1, doc. 1 e 4; IAN/TT – *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas*, Livro 30, f. 9v-13.

¹¹ IAN/TT – *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas*, Livro 3, f. 165-171; cfr. f. 166.

¹² Cfr. GONZAGA DE LANCASTRE E TÁVORA, 1983: 258; 272-273. Para a cronologia das abadessas do Mosteiro de Odivelas, desejo agradecer Luís Miguel Rêpas.

¹³ BRANDÃO, 1976: 218 e ss.

¹⁴ Cfr. GOMES, cit.: 290.

económico, social e cultural, além de religioso –, a vocação de panteão régio nunca teria podido prevalecer, não obstante o prestígio que desta teria derivado, e isto prescindindo do maior ou menor envolvimento da Coroa na vida da comunidade religiosa. Além disto, é oportuno lembrar que os restos de ilustres defuntos foram trasladados para Alcobaça já num segundo momento relativamente à sua morte. É o caso de D. Afonso III, sepultado em 1279 na igreja de S. Domingos de Lisboa, em cuja construção participara. Os despojos deste monarca foram transferidos para a *galilé* alcobacense por determinação da viúva Beatriz, na observância das disposições testamentárias do marido, e tumulados numa arca «duma simplicidade desconcertante»¹⁵ somente em 1289¹⁶. É razoável crer que naqueles dez anos, de 1279 a 1289, não seria a abadia de Alcobaça o lugar onde D. Dinis e a rainha-mãe se recolhiam em oração pela alma do amado familiar. Além disto, não é casual que a acção mecénica de D. Dinis para com a abadia, como a encomenda confiada ao mestre Domingos Domingues (1308-1311) de edificar o majestoso claustro do silêncio¹⁷, dando seguimento às disposições testamentárias do pai¹⁸, tenha sido concretizada após a morte da mãe Beatriz (†1300/1303) e da transladação do corpo da irmã Sancha, falecida em Sevilha (†1302). Somente depois de ter acolhido os despojos do pai e da mãe, o cenóbio alcobacense deverá ter adquirido, aos olhos do rei, uma efectiva função de lugar de transmissão da sua memória familiar. Porém, não sem as devidas distinções: não esqueçamos que o poderoso infante D. Afonso, falecido em 1312, que tinha posto à prova a estabilidade do reino, em contenda constante, entre 1281 e 1300, com o herdeiro designado, o irmão e soberano D. Dinis, nunca descansou em Alcobaça, nem os seus familiares, sempre ilustres expoentes da Coroa¹⁹.

Em 1318, em continuidade com o passado, mas actuando numa escolha clara e diversa com respeito aos seus antecessores, D. Dinis elege como panteão régio o Real Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas, confiado ao ramo feminino da ordem cisterciense e de filiação directa na abadia de Alcobaça, cujo abade se tornava responsável da *cura monialium*. Nesta altura, o monarca confere ao cenóbio por ele fundado e à comunidade de monjas que o habita a tarefa de guardar, preservar da passagem do tempo e transmitir a memória da Coroa, instituindo capelas e a celebração de missas pelas almas dos defuntos e em benefício dos vivos, na consciência e no intuito de dar um novo curso à História.

¹⁵ SILVA, cit.: 42.

¹⁶ VENTURA, 2009: 192-193.

¹⁷ DIAS, 1988: 9-24.

¹⁸ SOUSA, cit.: 69-76.

¹⁹ Para a cronologia das sepulturas e das transladações dos despojos mortais, cfr. PIZARRO, 2005: 337-354.

Podemos supor que esta decisão nasça da vontade do rei, partilhada e acompanhada pela rainha, de transmitir aos vindouros uma precisa imagem de si próprio, mandando realizar um sepulcro monumental, bem longe das anónimas arcas dos seus antecessores, que lhe correspondesse quer nas feições, embora idealizadas, quer nas expectativas, qual canal privilegiado de transmissão da memória²⁰.

No testamento de 1299, D. Dinis dispunha ainda a própria sepultura, junto da mulher, na capela-mor da igreja de Alcobaça: pela primeira vez, depois de mais dum século, o corpo do rei abandonaria a *galilé* e entraria no templo, aliás acedendo ao espaço mais sagrado ao ser tumulado na proximidade do altar-mor²¹. Porém, a concretização de tal disposição teria provocado um confronto directo com os próprios antepassados, nomeadamente com os pais, tumulados no exterior, relegados no nártex, à entrada da igreja. Além disto, teria comportado a necessidade de os soberanos adaptarem as próprias sepulturas, qualquer que fosse a forma por estas assumida, a espaços preexistentes, já historicamente definidos e, como tal, «intocáveis» (sobretudo tratando-se de uma abadia cisterciense). Nestas condições, a opção monumental não teria sido fácil de alcançar.

Podemos supor, portanto, que estas duas específicas circunstâncias tenham exercido uma certa influência na escolha de D. Dinis de parcial emancipação da Abadia de Sta. Maria de Alcobaça em favor do Real Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odiveias. De facto, o rei era patrono e benfeitor deste mosteiro, do qual escrevera e repetidamente modificara as Ordenações, na base da vida conventual²², com o beneplácito do titular da diocese de pertença e do Abade de Alcobaça e sobre o qual podia fazer pesar o seu papel e a sua autoridade relativamente à vida da comunidade religiosa, à administração e à gestão económica do cenóbio e, por fim, à organização e utilização dos espaços da igreja.

Diferenciando-se dos seus antepassados, D. Dinis encomenda a realização do próprio monumento funerário. Aliás, no respeito da partilha da *sepultura eclesiástica*, junto com a mulher D. Isabel, manda executar dois sarcófagos individuais, mas correspondentes a um único projecto monumental, sendo criados para um contexto específico, o do mosteiro feminino cisterciense de Odiveias, e para ser colocados num espaço concreto, o centro da nave, entre a capela-mor e o coro das monjas. O monumento do rei encontra-se ainda hoje na igreja de S. Dinis de Odiveias, na capela do Evangelho, enquanto que o que resta do túmulo da rainha foi por nós recentemente identificado na arca n. inv. 75 *Esc*, guardada no Museu Arqueológico do Carmo de Lisboa (onde está atribuída à infanta D. Constança Manuel). Os

²⁰ Sobre o pioneirismo de D. Dinis, veja-se: SILVA, 2009: 407-411.

²¹ Sobre a evolução do espaço funerário, SILVA, 1997: 45-59.

²² V. p. 418 e nota 9.

quatro frontais das duas arcas apresentam um programa iconográfico quase idêntico, celebrando a Ordem de Cister, nos seus ramos masculino e feminino²³.

A ideia de fazer do Real Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas o panteão régio teve vida breve, pois não sobreviveu à guerra civil (1319-1324) e ao conflito directo entre pai e filho e as desavenças entre marido e mulher. Na sequência, os cônjuges separaram-se, na morte e para a eternidade, optando por uma sepultura individual em lugares distintos: o rei, no respeito de decisões já tomadas, no mosteiro de Odivelas; a rainha, após a morte do consorte, no Mosteiro de Sta. Clara e Sta. Isabel de Coimbra. A data limite para a existência do panteão de Odivelas é a do testamento de D. Dinis de 20 de Abril de 1322, em que, diferentemente do que tinha acontecido no passado, se expressa não contemplando a presença da sepultura da mulher junto da sua. Apesar disto, se bem que por poucos anos, entre 1318 e 1322, o Real Mosteiro de S. Dinis representou e funcionou efectivamente como panteão da família real.

Além do projecto monumental do casal régio, encomendado e realizado pelo menos no que se refere ao do rei, um outro monumento funerário, ainda hoje *in loco*, foi mandado executar: trata-se do túmulo que propusemos atribuir ao infante D. Dinis. É nossa opinião que o primeiro membro da família real a ser sepultado no panteão foi o príncipe D. Dinis, não obstante a *Monarquia Lusitana* nos informe que ele jaz na abadia de Alcobaça. Filho dos futuros reinantes, o herdeiro D. Afonso e a princesa Beatriz de Castela, nasceu a 12 de Fevereiro de 1317 e terá provavelmente falecido ao findar o primeiro ano de vida, em 1318²⁴.

Por muitos anos, a arca com jacente localizada na capela da Epístola na igreja de S. Dinis de Odivelas, por nós dada ao infante D. Dinis, representou um verdadeiro enigma para os historiadores da arte. Numa primeira interpretação, entendeu-se que a mesma conservaria os restos mortais duma filha natural de D. Dinis, D. Maria Afonso, professa no Mosteiro de Odivelas, possivelmente abadessa da comunidade entre 1317 e 1318, a qual teria falecido em 1320²⁵. Na realidade, uma observação atenta do jacente exclui a possibilidade de se tratar de uma jovem mulher. O facto de a estátua não vestir o hábito, nem o véu, nem qualquer elemento assimilável a uma *forma vitae* religiosa, aliado à representação das armas do Reino de Portugal e do Reino de Castela e Leão nos quatro frontais da arca, não reconduzem à personagem em questão, dissipando qualquer dúvida. Além disto, se realmente se tratasse de

²³ Para a atribuição da arca n. inv. 75 *Esc del MAC* à rainha D. Isabel de Aragão, veja-se: ROSSI VAIRO, cit.: 856-861 e SILVA *et al.*, 2010: 177-196.

²⁴ Esta tese, devidamente desenvolvida, foi apresentada em ROSSI VAIRO, 2011a. Para os dados biográficos sobre o infante D. Dinis, e *Livro da Noa de Santa Cruz de Coimbra*, cfr. SOUSA, cit.: 47-66.

²⁵ Sobre a sepultura de Maria Afonso no mosteiro de Odivelas, veja-se: BRANDÃO, cit.: 225v.

D. Maria Afonso, religiosa do mosteiro, nunca teria sido possível colocar o seu túmulo no interior da igreja, dentro de uma capela (onde o estado de conservação da peça sugere ter sempre ficado) – sobretudo na altura dos factos, considerando a estrita observância da clausura imposta pelo fundador –, mas sim no coro ou no claustro, espaços reservados à comunidade de monjas²⁶.

Há uns anos atrás, Carla Varela Fernandes²⁷ pôs em causa a associação deste túmulo a D. Maria Afonso, formulando uma nova proposta de identificação do jacente atribuindo-o ao infante D. João, filho de D. Afonso IV e D. Beatriz de Castela, nascido a 23 de Setembro de 1326 e falecido com apenas um ano de idade, em 1327²⁸. A única fonte documental para suporte desta hipótese é a rápida passagem da *Cronica del'Rey D. Alfonso IV* em que se refere a notícia, retomada também pelo cronista Brandão na *Monarquia Lusitana*, de que o infante D. João foi sepultado junto do avô no mosteiro de Odivelas²⁹.

Na verdade, são numerosos os argumentos que, na ausência de fontes documentais directas, nos permitem avançar com a hipótese de identificação do jacente como sendo o infante D. Dinis. Em primeiro lugar, a escolha do *locus mortis*, ou seja, a igreja do Mosteiro de São Dinis e S. Bernardo de Odivelas, dedicada pelo rei ao seu santo protector, São Dinis, por ter nascido no *die natalis* do santo Bispo de Paris (9 de Outubro). O infante, embora nasça em outra data, recorda porém, no nome, não só o avô, mas também o titular da igreja. Por esta razão, é lícito pensar que se tenha optado pela tumulação do menino no mosteiro dedicado a São Dinis, para estender também ao infeliz infante a protecção espiritual do santo.

Vista a homonímia, é possível que o soberano fosse o padrinho de baptismo da criança. Para além desta eventualidade, está historicamente documentado o carinho especial que D. Dinis nutriu para com este neto. É o próprio rei a dar disso testemunho quando, no primeiro manifesto, de 1 de Julho de 1320, publicado contra o príncipe rebelde D. Afonso recorda como na altura do nascimento do menino pedira ao filho para o criar e educar na sua casa «como cousa que amava... ca no avya nenhum na terra que o mays de vontade criasse nem tam bem nem tam onrradamente»³⁰. O

²⁶ É nesta perspectiva que devem ser interpretadas as palavras do cronista Brandão, quando refere que a «sepultura» de Maria Afonso – não o «moimento» – se encontrava «na parede do claustro que responde à da Capella de São João Baptista». Provavelmente, Maria Afonso foi tumulada na parede no interior do claustro correspondente à capela de S. João, no interior da igreja.

²⁷ VARELA, 2006: 73-86.

²⁸ O *Livro da Noa* informa-nos que o infante D. João nasceu a 23 de Setembro de 1326, enquanto António Caetano de Sousa indica o dia 21 de Junho de 1327 como data da morte: cfr. de SOUSA, cit.: 193.

²⁹ *Crónicas dos sete primeiros reis de Portugal*, ed. C. da Silva Tarouca (Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1952), 142: «E ouve mais ho Ifamte D. Joham, que tambem faleçeo moço, e jaz sepultado no Mosteyro d Odivelas, jumto com elRey D. Denis, seu avoo»; BRANDÃO, cit.: 225.

³⁰ LOPES, 1967: 42.

pai levantara objecções, meditando a possibilidade de o enviar para a corte da sogra Maria de Molina e do infante Pedro de Castela, despertando desta forma a ira do rei. Passados quase dois anos sobre o falecimento da criança, D. Dinis admoestava ainda severamente o herdeiro por ter pensado mandar criar em terra estrangeira «o Iffante que avya derdar os Regnos de Portugal e do Algarve» e que, se tivesse sobrevivido, teria garantido a continuidade dinástica do reino³¹.

Ilustre testemunha da ligação afectiva entre o avô e o neto é o papa João XXII que, por ocasião do luto, dirige uma carta ao monarca – não aos pais –, para consolá-lo da morte do amado *bone memorie Dionisii nepotis*³².

Também as crónicas, fontes narrativas mais tardias, confirmam a relação especial entre o rei e o infante Dinis. Rui de Pina detém-se a descrever o desconforto de D. Dinis após a morte da criança em que depositara as suas esperanças de sucessão, referindo que «elrey foy tam anoxado e triste que no sabia nem podia com nenhuma cousa ser ledo nem consollado»³³. Somente neste único caso e de tal maneira o autor dá conta do sofrimento do soberano pela perda duma pessoa querida.

Ao contrário, não existe ligação afectiva entre D. Dinis e o infante D. João, que não chegou a conhecer, por este ter nascido a 23 de Setembro de 1326, depois da morte do rei (ocorrida a 7 de Janeiro de 1325), e falecido em 1327. Não há nenhuma razão, assim, para que este neto tivesse de jazer junto do avô no mosteiro de Odivelas: àquela data, este representa somente o mausoléu de D. Dinis e depois da guerra civil, conflito directo entre pai e filho, tudo leva a crer que ficará como tal. Sepultar o menino aí teria podido significar que D. Afonso IV concordava com o projecto de panteão familiar do pai; mas, naquela altura, este já não existia, «boicotado» desde o interior pelo próprio promotor, D. Dinis, de acordo com D. Isabel que, ainda em vida do consorte, se distanciara deste³⁴.

Encontramos outro argumento em favor da identificação do jacente com o infante D. Dinis na atitude análoga à do soberano assumida, uns anos mais tarde, pela rainha-mãe para com a neta Isabel, nascida a 22 de Dezembro de 1324, baptizada pela avó e criada em sua casa até à morte, ocorrida a 11 de Julho de 1326. No seu

³¹ LOPES, 1967: 42.

³² ASV – *Reg. Vat.*, 109, ep. 576, f. 141r – 141v; de Avinhão, 10 de Junho de 1318.

³³ Rui de Pina, *Crónica de D. Dinis*, (Porto: Civilização, 1945), 100. Também a *Crónica de D. Dinis* de 1419 regista a morte do neto e o conseqüente sofrimento do rei: cfr. *Crónica de D. Dinis*, edição do texto inédito do Cód. Cadaval 965 por C. da Silva Tarouca (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1947), 173: «Em esta sezão morreo o Iffante D. Denjs; seu avo, elRey, tomou grande nojo».

³⁴ Além disto, todos os reis da primeira dinastia, a partir de D. Dinis (D. Afonso IV, D. Pedro I e D. Fernando), fazem de propósito escolhas distintas respeito às dos respectivos padres, no intuito de criar alguma coisa de novo, de diverso, de sempre maior efeito e de simbólica ruptura com o passado, também na vontade de tomar as distâncias e de distinguir-se dos seus directos antecessores.

último testamento, D. Isabel manda que a princesa, falecida com um ano e meio de idade, descanse junto de si no mosteiro clarista de Coimbra³⁵.

Também sob o ponto de vista puramente histórico-artístico, pode afirmar-se que este jacente não representa o infante D. João, mas sim o infante D. Dinis. Se este sepulcro tivesse sido para o infante D. João, falecido em 1327, isto queria dizer que a peça teria sido realizada depois do túmulo da neta Isabel, hoje na igreja de S. Clara-a-Nova de Coimbra. Da análise estilístico-comparativa dos sarcófagos, reparamos, na verdade, em muitas diferenças de execução: bastará, aliás, concentrarmo-nos no jacente para observamos uma diversa maneira de proceder. Trata-se da representação, em ambos os casos, de crianças defuntas retratadas como «pequenos adultos»³⁶. Porém, enquanto na estátua de Isabel observamos uma riqueza de pormenores, um deter-se nos detalhes do vestido, das jóias, dos acessórios de princesa e, em geral, um tratamento plástico volumétrico e harmonioso, o mesmo não se pode constatar na imagem do infante D. Dinis, que mostra uma certa rigidez nos volumes e uma ausência de ornamentações, aparecendo sóbria ao ponto de ter feito crer, no passado, na possibilidade de se tratar duma monja cisterciense. Mesmo assim, não é uma peça de menor qualidade: basta reparar no requinte do trabalho de incisão a imitar a trama do tecido que enriquece a dupla almofada sobre a qual descansa a cabeça do menino. Entre as duas obras existem diferenças substanciais de concepção, na ideia de memória que se quer transmitir deles e que está na base da realização material: basta pensar que a princesa está coroada e ele não. Quando morrem, Dinis é filho do infante herdeiro, mas Isabel já é filha de rei; portanto, também João deveria ter algum atributo alusivo ao seu *status* de príncipe e «filho de reis». Finalmente, também a heráldica, presente na arca do menino, deveria «falar» duma forma mais explícita e inequívoca, devendo sobressair as armas do Reino de Portugal.

Entre os dois monumentos não há, portanto, quaisquer elementos convergentes, quer ao nível de execução da figura do defunto/a, quer ao nível da decoração dos diversos frontais do sepulcro. No sarcófago da infanta D. Isabel, os lados longos da arca apresentam imagens de santas inseridas em edículas, sobretudo virgens e mártires, algumas das quais são individualizáveis graças aos atributos identificativos. No túmulo do infante D. Dinis, um motivo vegetalista difuso, fruto de um delicado trabalho de entalhe em baixo-relevo na superfície da pedra, a imitar a trama de um tecido precioso, envolve os escudos com as armas do Reino de Portugal e do Reino de Castela e Leão (dois nos lados cumpridos, um nos lados curtos), enquanto nos cantos se encontram umas figurinhas ajoelhadas sustentando alfaias litúrgicas.

³⁵ Para a transcrição do testamento de 22 de Dezembro de 1327, veja-se SOUSA, cit.: 142-143, e 148-153.

³⁶ Sobre a representação das crianças na arte funerária, veja-se: NUÑEZ RODRIGUEZ, 1982: 36-64.

A análise comparativa poderia continuar, evidenciando muitas outras significativas diferenças de estilo, iconografia, técnica, forma, matérias-primas utilizadas e de concepção, não explicáveis com a realização a um único ano de distância. Se verdadeiramente fosse o túmulo do infante D. João, então deveríamos ter em conta que a sua realização seria posterior ao da princesa D. Isabel e que, entre um e outro, mediaría pelo menos um ano. Porém, os sepulcros são produtos de dois mestres caracterizados por uma linguagem não assimilável e não confundível um com o outro, de origem e proveniência geográfica diversas e com habilidades diferentes. Toda esta diversidade não pode justificar-se somente com o facto de que um trabalha em Lisboa-Odivelas e o outro em Coimbra, considerando que, tratando-se duma encomenda relativa a dois filhos dos soberanos, o artista se desloca onde for preciso: esta diferença deve-se também a uma cronologia, mesmo que relativamente próxima, distinta, remontando a realização do túmulo do infante à volta de 1318.

Em conclusão, uma última e definitiva argumentação em favor da nossa atribuição do monumento ao infante D. Dinis: observando atentamente a cabeça e o vulto do príncipe, notam-se algumas analogias com o tratamento das feições do rei D. Dinis, retratado no seu monumento, ajoelhado, na edícula de direita, no lado curto em correspondência com a cabeceira da arca: idêntico é o corte dos olhos, idêntico o tratamento plástico dos ouvidos e dos cabelos, até ao ponto de nos levar a crer que o mestre que esculpiu o jacente do infante tenha trabalhado, se não na estátua do rei, certamente, mesmo que de uma forma pontual, também no túmulo do soberano³⁷.

Em 1318, o Real Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, panteão régio, acolheu os despojos mortais do infante D. Dinis, que, se bem que por pouco tempo, encarnara a possibilidade de continuação dinástica: também por esta razão foi decidido deixar um sinal concreto da sua passagem terrena.

Pelas características que apresenta, o monumento do príncipe constitui por si um *unicum* na produção artística portuguesa, provavelmente o primeiro exemplo de representação de um defunto criança na escultura medieval portuguesa, embora as feições evoquem as dum adolescente. Além disto, tendo em conta a produção escultórica que chegou até nós, podemos afirmar que se trata do primeiro túmulo com jacente com um programa iconográfico coerente realizado para um membro da família real³⁸, respondendo aos específicos pedidos do comitente e, ao mesmo tempo, sendo reflexo dele. Assim, julgamos possível que não tenham sido os pais da

³⁷ Tendo em conta o estado de conservação da peça, neste momento é impossível pronunciarmo-nos sobre a sua totalidade e, nomeadamente, sobre a feitura do jacente. Ulteriores análises e observações serão efectuadas para avançar com esta hipótese.

³⁸ Da análise, de propósito excluimos o túmulo da rainha D. Beatriz (f. 1300/1303), mulher do rei D. Afonso III, que apresenta diversos problemas, mesmo a nível de coerência do programa iconográfico que

criança, cujo papel está circunscrito aos símbolos heráldicos, a mandar realizar esta peça, mas o próprio rei D. Dinis. Coadjuvado por doutos conselheiros, o soberano terá fornecido indicações para a execução do programa iconográfico do sarcófago do infante, estabelecendo como este deveria ser recordado, procedendo duma forma em tudo análoga à que, passado algum tempo, usaria para o seu próprio monumento funerário. De certa maneira, o avô endereça e controla a transmissão da memória do neto que, em vida, tinha sido considerado «instrumento» privilegiado da memória do rei, tendo sido elevado a símbolo da mesma, na morte. Desta forma, D. Dinis manda esculpir na pedra a afirmação (da necessidade) da continuidade do seu poder e do seu reinado. No contexto histórico durante o qual a encomenda foi realizada, o monumento torna-se portador duma mensagem política, adquirindo ele próprio um valor político.

O processo de criação da memória de D. Dinis passa através da do infante D. Dinis. Poder-se-ia até afirmar que o ponto de partida deste processo, que se concluirá com a realização do projecto monumental de Odivelas e que terá a sua última consequência na opção por uma sepultura individual no mosteiro cisterciense, tenha coincidido justamente com a encomenda do sepulcro do príncipe.

Considerando todas estas circunstâncias, o túmulo do infante D. Dinis adquire um valor de *exemplum*, de modelo de referência para o qual nos tempos imediatamente posteriores, mas também mais longínquos, se olhou, quer na escultura de género – veja-se o túmulo da princesa D. Isabel, irmã do infante, mas também o monumento do infante D. Afonso, filho dos reis D. João I e D. Filipa de Lancastre, que viveu entre 1390 e 1400 e que devia herdar o reino, conservado na Sé de Braga -, quer, em geral, na escultura funerária portuguesa *tout court*.

Em conclusão, é oportuno chamar a atenção para o facto de que, entre as inúmeras implicações e onerosas consequências que esta identificação do jacente com o infante D. Dinis leva consigo, se encontra a de nos obrigar a repensar a cronologia de muitos túmulos realizados por estes anos, primeiro entre todos, o do rei D. Dinis, e a reflectir duma forma diferente sobre a evolução da arte funerária de corte do período *dionisino*.

se desenvolve nas quatro faces da arca e do jacente. Como tal, pensamos que o estudo do monumento da rainha necessite de ulteriores aprofundamentos.

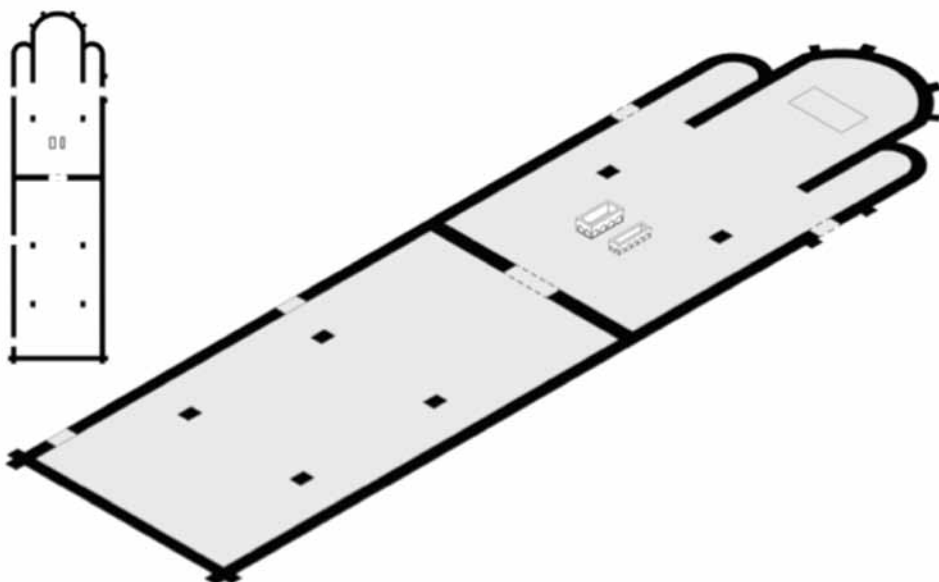


Figura 1 – Igreja de S. Dinis de Odivelas. Hipótese de reconstrução do projecto monumental dos reis D. Dinis e D. Isabel (Projecto: Giulia Rossi Vairo; Elaboração gráfica e reconstrução virtual: Arq. Alessandra Perluigi).



Figura 2 – José Custódio Vieira da Silva (Copyright Imago), Túmulo do infante D. Dinis. Igreja de S. Dinis, Odivelas.



Figura 3 – Giulia Rossi Vairo, Túmulo da infanta D. Isabel. Mosteiro de S. Clara-a-Nova, Coimbra.



Figura 4 – José Custódio Vieira da Silva (Copyright Imago), Túmulo do infante D. Dinis. Igreja de S. Dinis, Odivelas.



Figura 5 – José Custódio Vieira da Silva (Copyright Imago), Túmulo do rei D. Dinis. Igreja de S. Dinis, Odivelas.

BIBLIOGRAFIA

- BRANDÃO, Francisco (1976) – *Monarquia Lusitana. Parte Quinta*. Introdução de A. da Silva Rego, notas de A. Dias Farinha e E. dos Santos. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, f. 218v e ss.
- DIAS, Pedro (1988) – *Domingos Domingues, arquitecto régio do século XIV*. In *Arte Portuguesa. Notas de Investigação*. Coimbra: Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 9-24.
- FERNANDES, Carla Varela (2006) – *Proposta de identificação de um jacente medieval. O infante D. João*. «Artis. Revista do Instituto de História da Arte», n.º 5. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p. 73-86.
- GOMES, Saul António (1997) – *Os Panteões Régios Monásticos Portugueses nos séculos XII e XIII*. In *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães. Sociedade, administração, cultura e Igreja em Portugal no século XII*. Guimarães: ASA e Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho, vol. 4, p. 281-295.
- LOPES, Félix (1967) – *O primeiro manifesto de el-Rei D. Dinis contra o Infante D. Afonso seu filho e herdeiro*. «Itinerarium», 13: 55, p. 17-45.
- NUÑEZ RODRIGUEZ, Manuel (1982) – *El concepto de la muerte en la 'aetas imperfecta': iconografía del niño*. In *La Idea y el Sentimiento de la Muerte en la Historia y en el Arte de la Edad Media (II)*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, p. 36-64.
- PIZARRO José Augusto de Sotto-Mayor, (2005) – *D. Dinis*. Lisboa: Temas & Debates.
- ROSSI VAIRO, Giulia (2009) – *Isabella d'Aragona, Rainha Santa de Portugal, e il Monastero di S. Dinis di Odiveles*. In ALBUQUERQUE CARREIRAS, José Luís; GONZÁLEZ GARCÍA, Miguel Ángel, coord. – *Actas. IV Congreso Internacional sobre el Císter en Portugal y Galicia*. Ourense: Ediciones Monte Casino, tomo II, p. 845-856.
- ROSSI VAIRO, Giulia (2011a) – *'Pro salute animae': a peregrinação de D. Dinis a Compostela. Antecedentes e consequências*. In MIRANDA, Flávio; SEQUEIRA, Joana, coord. (2011) – *Incipit 1. Workshop de Estudos Medievais, 2009-20120*. Porto: Universidade do Porto, p. 9-23. (Biblioteca Digital).
- ROSSI VAIRO, Giulia (2012) – *Isabel de Aragão e a Ordem de Cister em Portugal*. In *Actas do Congresso Internacional das Ordens e Congregações religiosas em Portugal. Memória, Presença e Diáspora* (Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2-5 de Novembro de 2010). A publicar. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SILVA José Custódio Vieira da (1997) – *Da galilé à capela-mor: o percurso do espaço funerário na arquitectura gótica portuguesa*. In *O fascínio do fim*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 45-59.
- SILVA José Custódio Vieira da (2003) – *O Panteão Régio do Mosteiro de Alcobaça* Lisboa: IPPAR.
- SILVA José Custódio Vieira da (2009) – *A construção de uma imagem. Jacentes de nobres portugueses do século XIV*. In *El intercambio artístico entre los reinos hispanos y las cortes europeas en la Baja Edad Media*. León: Universidade de León, p. 407-429.
- SILVA José Custódio Vieira da; RAMÔA, Joana e; ROSSI VAIRO, Giulia (2010) – *Escultura tumular do Museu Arqueológico do Carmo: algumas reflexões e propostas de identificação*. In QUARESMA, José; ROSA DIAS, Fernando (coord.) – *Chiado: efervescência urbana, artística e literária de um lugar*. Lisboa: CIEBA- Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, p. 172-207
- SOUSA, António Caetano de (1946-1957) – *Provas da História genealógica da Casa real portuguesa*. I. Coimbra: Atlântida – Livraria Editora, p. 133-140.

TÁVORA, Luís Gonzaga de Lancastre e (Marquês de Abrantes) (1983) – *O estudo da sigilografia medieval portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, n. 347, p. 258, figs: p. 272-273.

TEIXEIRA Francisco Manuel de Almeida Correia, (2007) – *A arquitectura monástica e conventual feminina em Portugal, nos séculos XIII e XIV*. Tese de doutoramento. Faro: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve

VENTURA, Leontina (2009) – *D. Afonso III*. Lisboa: Temas & Debates

VILAR, Hermínia Vasconcelos e; BRANCO, Maria João (1992) – O Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. In *Actas do Congresso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal*. Vol. I. Ourense: Xunta de Galicia, p. 589-601.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Secreto Vaticano (ASV) – *Registri Vaticani*, 109, ep. 576, f. 141r-141v.

Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo (IAN/TT) – *Gavetas*, maço 1, docc. 1 e 4.

IAN/TT – *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas*, Livro 3, f. 165-171.

IAN/TT – *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas*, Livro 30, f. 9v-13.

FONTES IMPRESSAS

PINA, Rui de (1945) – *Crónica de D. Dinis (segundo o códice inédito n. 891 da Biblioteca Municipal do Porto, seguida da versão actualizada da edição Ferreiriana de 1726)*. Porto: Livraria Civilização Editora.

Livro da Noa de Santa Cruz de Coimbra. In SOUSA, António Caetano de (1946-1957) – *Provas da História genealógica da Casa real Portuguesa*. Coimbra: Atlântida – Livraria Editora.

(1947) *Crónica de D. Dinis*. Edição do texto inédito do Cod. Cadaval 965 por Carlos da Silva Tarouca. Coimbra: Universidade de Coimbra.

(1952) *Crónica dos sete primeiros reis de Portugal*. Edição crítica por Carlos da Silva Tarouca. Lisboa: Academia Portuguesa da História.

FAMÍLIA, ESPAÇO E PATRIMÓNIO EM *CAPUCHINHO VERMELHO*, NA VERSÃO DOS IRMÃOS GRIMM

ANA ISABEL GOUVEIA BOURA*

De génese espacial e temporalmente indefinida, o tema da menina com capuz vermelho, cândida e generosa, desviada por figura animal sagaz, do seu trajecto prestimoso, aflora insistentemente no repositório popular oral, merecendo fixação escrita já no período moderno. Desde então, a história do Capuchinho Vermelho inspirou, em reprodução fiel ou livre adaptação, obras literárias, plásticas, cénicas, audiovisuais e gráficas, destinadas a público infantil, adolescente, juvenil e / ou adulto.

De facto, o texto *Le petit chaperon rouge* de Charles Perrault, publicado em 1697, marca o início de vastíssima e sobremaneira diferenciada produção estética que convida, em representação acríbica ou configuração transgressora, a história da menina, da avó e do lobo. Assim, motivos espaciais, figurais e situacionais, preservados nas variantes de transmissão oral e criteriosamente integrados na versão perraultiana, modelam não apenas numerosos contos, novelas, romances, poemas e dramas, mas também abundantes obras de diversos géneros teatrais (comédia, teatro musical, teatro de marionetes, pantomima) e musicais (ópera, *soft rock*, *punk*, *heavy metal*, *psychobilly*, música electrónica), de dança (bailado), de pintura e escultura (ilustração a preto e branco e policromática, xilogravura, pintura a pastel e a óleo, escultura em pedra e em areia), de representação sequencial (banda desenhada) e de várias modalidades filmicas e videofonogramáticas (filme de longa e curta metragem, série televisiva, filme de animação)¹.

* Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, especializada em Literatura Alemã; investigadora do CITCEM. aboura@letras.up.pt.

¹ Para informação contextualizada sobre as sucessivas variantes tradutórias e adaptações transmodalizantes e transdiegetizantes da história do Capuchinho Vermelho, vd., entre outros, Mieder (1982), Waldmann

Tais iniciativas de transmodalização e transdiegetização evidenciam a atenção das instâncias autorais às especificidades dos respectivos contextos de produção. Com efeito, se o texto de Perrault atende aos princípios da elegância e do requinte, cultivados na corte de Louis XIV, ainda que se não coíba de explícita ilação moralizante, e se as versões oitocentistas da história exaltam os atributos femininos da ingenuidade, obediência, gentileza e dedicação, enunciados pelos códigos ético-sociais da alta-burguesia, não obstante os testemunhos esporádicos de paródia e de sátira, as adaptações dos séculos vinte e vinte e um fazem jus às temáticas epocalmente dominantes: a emancipação feminina, a pedagogia infanto-juvenil, a pedofilia, a segregação étnica, o terrorismo, a velhice, os direitos dos animais.

Deste modo, o receptor – leitor, ouvinte, espectador, ou sujeito interactivo – vê-se confrontado com múltiplos desvios, de âmbito paratextual, conteudístico e estrutural, sobressaindo a diversidade de títulos, que reelaboram lexical-semântica e morfossintacticamente a designação matricial; a multiplicidade de molduras cénicas, ora rurais, ora urbanas, não raro metropolitanas; a pluralidade de coordenadas temporais, da intemporalidade fantasiosa à especificidade periodológica; e a variação, paralelística ou contrapontística, das funções actanciais. Ou seja, no micro-cenário da aldeia, ou no macro-espço citadino, estadual, ou peninsular (Paris, Londres, Roma, Manhattan, Florida, El Salvador, Escandinávia), em época passada, presente ou vindoura (a Idade Média, os séculos dezanove e vinte, a actualidade, o futuro pós-nuclear, a nova era glaciária), a rapariga, a idosa e o lobo – ou personagens que lhes assimilam traços identitários e marcas comportamentais – reiteram ou subvertem a acção matricial.

Na transposição intermodal e interdiegética, a protagonista pode assim chamar-se Patty, Pussy, Blanchete, Moira, Polly, Cassy, Chacha, Jennifer, Ruth, Beth, Leonie, Lucy, Anna, Rose, Malvina, Roudette, Scarlet, Valerie, Glasnia, ou, mesmo, Betty Boop; ter sete, doze, catorze, ou dezassete anos, ou, até, ser avó; usar capuz com o logótipo da Coca Cola, boné, ou gorro – vermelho, azul, verde, amarelo, ou cinzento; andar em patins de linha, ou deslocar-se de carroça, de carro, ou de comboio, na companhia protectora dos pais, de um ouriço, de porcos, ou de um aviador; solicitar auxílio por telemóvel; dominar o lobo, com artifícios de sombra, jogos de palavras, gestos eróticos, ou instrumentos ofensivos (um machado, um revólver), e roubar, ou assassinar em série, para vingar a vitimização própria ou alheia. No mesmo sentido, o lobo pode constituir animal ingénuo, solitário, medroso, ostracizado, vegetariano, ou envelhecido, que fecha a avó no armário, conquista a amizade da menina, foge

& Waldmann (1985), Dundes (1989), Zipes (1993), Verdier (1997), Kühleborn (2000), Cortez (2001), Orenstein (2002), Silva (2006), Ritz (2006) e Barth (2011).

Destaque-se, neste âmbito, a colectânea *20 Rotkäppchen europäisch – polyglott*, que, sob coordenação de Walter Sauer, apresenta versões da história do Capuchinho Vermelho nas línguas oficiais dos vinte e cinco países membros da União Europeia.

embaraçado da rapariga sensual, se evade para a Sibéria, ou assume a função de guarda doméstica, e pode revelar-se lobisomem, ou indivíduo humano com adição sexual; enquanto a avó pode lamentar a intervenção heróica do libertador (por ter preferido o contacto íntimo com o lobo), ser salva pelo namorado, em passos de dança, ou evidenciar traços licantrópicos, devorando neta, lobo e caçador.

Note-se que para a constelação figural e / ou o esquema actancial da história tradicional do Capuchinho Vermelho remetem ainda livros educativos, com auto-colantes, recortes, *pop ups*, *puzzles* e desenhos para colorir; jogos de computador; colecções filatélicas; cartazes de promoção institucional; cartazes e brochuras de propaganda comercial, a anunciarem sabonetes, protótipos automobilísticos, ou bebidas espirituosas; e vídeos publicitários, que divulgam edições discográficas, perfumes, ou bebidas energéticas sem álcool². Não surpreende, por conseguinte, que o título original do conto, que designa a protagonista pela referência ao seu adereço predilecto, constitua paralelamente nome de jardim de infância e marca de vinhos, de chocolateria, de queijos, de preparados para bolos, de serviços de jantar, café e chá, de linha para coser e fio para tricotar³.

Em produtivo diálogo não apenas com a tradição oral, mas também com a literatura erudita, o conto *Rotkäppchen* [Capuchinho Vermelho], redigido pelos irmãos Jakob und Wilhelm Grimm, integra a colectânea *Kinder- und Hausmärchen*, patenteando o número 26 do primeiro volume, que veio a público em Berlim, sob a chancela da editora berlinense Realchulbuchhandlung, no ano de 1812⁴.

Nas subsequentes edições de *Kinder- und Hausmärchen*, os Irmãos Grimm procederam quer à revisão linguística dos contos inicialmente reunidos, quer à modificação do *corpus* original, excluindo diversos contos e ampliando sucessivamente a colecção, sem, todavia, alterarem o número primeiramente atribuído a *Rotkäppchen*⁵.

² Refira-se, a este propósito, a série de quatro selos da Deutsche Bundespost (1960); o cartaz da Works Progress Administration (1939); a brochura editada pela firma Schultz & Co., produtora do sabonete STAR (c. 1890); os cartazes que publicitam o modelo Renault 4, a firma de aluguer de viaturas Hertz e o whisky Johnny Walker; os vídeos que promovem as canções *Call Me When You're Sober* (2006), da banda Evanescence, *Ordinary Day* (2007), de Dolores O'Riordan, e *Lollipop* (2007), de Mika, ou que anunciam a fragância Chanel N.º 5 (2010) e o energizante Red Bull.

³ Mencione-se, a título ilustrativo e sem intuito de exaustão, o jardim infantil «Capuchinho Vermelho», em Tortosendo; os vinhos espumantes e de mesa da firma Rotkäppchen Sektkellerei GmbH, de Freyburg an der Unstrut; o cartaz da Chocolaterie Saint-Vincent-de-Paul, de Marselha; os queijos curados e fundidos, da firma Peter Jülich GmbH, de Dortmund; a mistura para bolo de morango da firma Geha Mühlen, de Weißenberg.

⁴ O segundo volume da colectânea surgiu, com idêntica marca editorial, em 1815.

⁵ Os Irmãos Grimm assistiram a seis reedições integrais de *Kinder- und Hausmärchen*, respectivamente em 1819, 1837, 1840, 1843, 1850 e 1857, a que se juntaram dez edições parcelares, datadas de 1825, 1833, 1836, 1839, 1841, 1844, 1847, 1850, 1853 e 1858.

Não apenas as numerosas reedições, também as diversas traduções atestam sobremaneira o êxito recepional da versão apresentada pelos irmãos de Hanau, pois que não demorou a transposição de *Rotkäppchen* para as principais línguas europeias. É certo que muitas das versões tradutórias têm como texto de partida, não a obra dos Grimm, mas um texto intermédio, ou seja, uma tradução, frequentemente em língua francesa ou inglesa, por incompetência dos respectivos tradutores na língua alemã⁶. A pontual substituição do texto matricial por versão interposta não obistou, contudo, a que *Rotkäppchen* de Jakob und Wilhelm Grimm viesse a tornar-se a variante alemã da história do Capuchinho Vermelho mais conhecida quer no espaço de origem, quer nos contextos de chegada.

As primeiras ilustrações do texto ficaram a dever-se a Rudi Geißler e surgiram no número 244 da série *Deutsche Bilderbogen. Für Jung und Alt*, publicada pela editora Gustav Weise, de Stuttgart⁷.

O título *Rotkäppchen* – na grafia original, *Rothkäppchen* – é composto por um único lexema – um substantivo, em forma diminutiva. Não obstante a natureza referencial do termo titular, não fica evidente, no começo de uma primeira leitura, que o elemento paratextual constitui uma indicação metonímica da protagonista.

O título metonímico é descodificado no primeiro parágrafo do texto, que principia com a expressão «Es war einmal» [Era uma vez] (GRIMM, 1996: 174), início habitual do conto popular fantasioso. Trata-se de um parágrafo expositivo, que não só apresenta, em breves notações físico-psico-sociais, a personagem principal, uma criança bem querida pelos que com ela contactavam, e a co-protagonista, sua avó extremosa, como também desvenda um facto pertinente da história prévia: a oferta da avó à neta de um capuz em veludo vermelho, que se tornou adorno predilecto da figura, e, assim, lhe valeu a alcunha de criança.

⁶ Tal opção translatória caracteriza a transposição para o Português de numerosos contos coligidos pelos Grimm, como salienta Maria Teresa Cortez (2001: 29), no estudo aturado e rigoroso que dedicou à recepção dos *Kinder- und Hausmärchen* entre 1830 e 1910 em Portugal.

Que a versão grimmiana da história do Capuchinho Vermelho não tenha merecido a atenção dos tradutores portugueses no século dezanove e no início do século vinte fica certamente a dever-se não apenas à circunstância de os tradutores lusitanos não dominarem o idioma germânico, mas também, como sugere Maria Teresa Cortez (2001: 416), ao facto de o texto-base de Perrault ter vindo a lume, em Portugal, antes de *Rotkäppchen* e se haver entretanto imposto no mercado livreiro nacional.

Para uma lista das obras dos Irmãos Grimm em versão lusófona, vd., entre outros, as compilações de Gabriela Martins Carreira (1944), Richard Mönning (1965) e João Barrento (1978). Mais recente, a bibliografia apresentada por Teo Ferrer de Mesquita (1998), que reúne títulos de obras em língua alemã traduzidas para o Português e disponíveis no ano de 1998, não inclui qualquer referência aos irmãos Grimm.

⁷ Sem data, os cerca de duzentos e cinquenta folhetos numerados terão vindo a lume entre 1867 e 1873, supondo-se que o número 244 haja chegado aos escaparates por volta de 1872.

Narrado, como a restante sintagmática diegética, na terceira pessoa do singular, o parágrafo inicial introduz uma terceira figura, a mãe da protagonista, e marca o início da acção, ao revelar o pedido que a figura materna dirige ao Capuchinho Vermelho: levar à avó, doente e fraca, bolo e vinho.

Rotkäppchen confronta, assim, de imediato, o ouvinte / leitor com três gerações de uma família e, embora o texto não revele o tipo de vínculo que une as representantes da primeira e da segunda gerações, ou seja, o modo de parentesco que liga avó e mãe, predomina na obra o elo de consanguinidade, pois que ao par de mãe e filha se junta o de avó e neta. Que o narrador não identifique onomasticamente as figuras da avó, da mãe e da neta acentua a respectiva pertença familiar.

Simultaneamente filha ou nora da avó e mãe do Capuchinho Vermelho, a figura da segunda geração distingue-se pela posição intermédia, que, aliás, lhe justifica o acto mediador: enquanto filha ou nora, assume uma actuação protectora, ainda que por delegação, ao proporcionar à avó, vulnerável pela idade, pela doença e pela solitude, produtos nutritivos e saborosos; enquanto mãe, manifesta um comportamento de orientação e salvaguarda, ao enunciar à criança, com autoridade firme, mas dócil, princípios de ética familiar e normas de segurança pessoal: que saia antes da hora mais quente, que não se afaste do caminho, que cumprimente a avó, antes de voltar curiosa pela casa.

Ao ouvinte / leitor fica vedada a datação dos eventos diegéticos. Nem as raras e vagas alusões temporais, nem as escassas e inexactas referências atmosféricas, que afloram nos parágrafos iniciais, pela voz do narrador omnisciente ou no discurso das personagens, permitem situar cronologicamente a acção. De facto, enquanto os informantes «einmal» [uma vez] (*ibid.*: 174), «eines Tages» [um dia] (*ibid.*: 174) e «Sonnenstrahlen» [raios de sol] (*ibid.*: 177), enunciados pela instância narrativa, promovem a indefinição cronológica, o registo narratorial «voll schöner Blumen» [cheio de flores bonitas] (*ibid.*: 177) e as expressões «so früh» [tão cedo] (*ibid.*: 175), «so früh am Tag» [tão cedo] (*ibid.*: 177) e «bevor es heiß wird» [antes de que fique quente] (*ibid.*: 175), pronunciadas pelas figuras, apenas deixam pressupor a parte do dia e do ano: a acção desenrola-se no período da manhã, em conformidade com a idade precoce da protagonista, e na estação veranil, em consonância com o temperamento afável e vivaz da criança.

Menos imprecisa se revela a caracterização espacial: embora o parágrafo inicial apenas deixe adivinhar, pela expressão adverbial «hinaus» [para fora] (*ibid.*: 174; 175), a duplicidade de espaços cénicos, o parágrafo seguinte nomeia dois cenários: a aldeia, onde habitam mãe e filha, e a floresta, onde reside a avó. Interventivo, o narrador não fornece elementos toponímicos sobre a povoação, mas informa, em discurso figural, sobre a morada da avó: «a meia hora da aldeia» («eine halbe Stunde vom Dorf», *ibid.*: 175), a casa goza de uma localização eufórica, pois que se ergue sob «três grandes

carvalhos» («drei grossen Eichbäumen», *ibid.*: 176), que a protegem contra ameaças atmosféricas e ambientais, na proximidade de sebes de nogueira, que lhe garantem aconchego e privacidade. Ademais, enquanto o número simbólico de carvalhos alude não só às três gerações da família, mas também à tríade divina, convocando imagens de coesão, totalidade e transcendência, a espécie do carvalho, de casca rugosa, copa larga e folhas verdejantes, simboliza vigor e longevidade e a espécie da nogueira, de tronco robusto, copa ampla, folhas pontiagudas e frutos comestíveis, constitui símbolo de resiliência e produtividade.

Ao receptor informado não passa despercebida a relação antitética dos dois locais cénicos. De facto, enquanto a aldeia constitui espaço heterogéneo, delimitado e estruturado, de aglomeração populacional, de normatização social e de aparente salvaguarda individual e colectiva, a floresta significa espaço homogéneo, aberto e amorfo, de dispersão demográfica, de espontaneidade animal e pujança vegetal, de possível desorientação e aprisionamento e de eventuais forças mágicas.

Tal oposição espacial realça a separação inter-geracional: a avó reside sozinha na floresta; a mãe e a filha partilham, em coabitação, a morada na aldeia. A ligar os dois pólos residenciais, o caminho, que, aberto, desobstruído, hodológico e público, se afirma como promessa de consecução e segurança. Intuitiva, a mãe prevê o fascínio da alteridade que o espaço circundante alheio pode exercer sobre a curiosidade infantil, alertando a filha contra a tentação do desvio espacial, que significará perigo pessoal e prejuízo familiar.

De facto, é na via de circulação humana que se inicia o conflito dramático, pelo encontro de protagonista e antagonista. Obediente ao instinto territorial, o lobo investe contra a invasora do espaço comunitário, preparando astuciosamente a ofensiva, pois que não só inquire a criança sobre o motivo e o termo da deslocação, como também induz a interlocutora a retardar a prossecução da tarefa: acompanhando-lhe o passo, em gesto demoníaco de sedução, o animal pontua a sua fala com verbos de percepção óptica e acústica («sieh» [vê], *ibid.*: 176; «guckst» [olhas], *ibid.*: 176; «hörst» [ouves], *ibid.*: 176) e atributos de graciosidade («schön», [bonitas], *ibid.*: 176; «lieblich» [graciosamente], *ibid.*: 176; «lustig», [divertido], *ibid.*: 176), para, primeiro, realçar elementos eufóricos da natureza (as flores, os pássaros) e, depois, contrapor o ambiente natural ao universo escolar, em manifesta convocação das oposições axiológicas entretenimento / labor e liberdade / cerceamento, que antagonizam tais universos no imaginário infantil.

Inexperiente, o Capuchinho Vermelho não vislumbra o impulso atacante do lobo. Assim, contrariando a promessa de boas maneiras que, em tom juramental, fizera à mãe, a criança indica acriticamente o pretexto e o destino da sua digressão e acata, sem demora, a astuciosa sugestão do lobo: interrompe o percurso, para colher, deliciada, as flores que logrou segurar.

Na verdade, a menina cede à artimanha do lobo estimulada pela apazibilidade da moldura atmosférica e da tela floral, mas sobretudo justificada pelo seu vínculo familiar: a recolha de flores serve o intuito de presentear a avó. E, contudo, na fruição do pitoresco paisagístico e da liberdade natural, o Capuchinho Vermelho olvida a figura familiar. A penetração sucessiva na floresta revela-se, afinal, entrega progressiva ao prazer, em detrimento do dever, significando risco crescente de vulnerabilidade pessoal e familiar. O propósito de bem-fazer à avó promove, em última instância, o mal-estar de avó e neta.

Ironicamente, coube ao lobo praticar uma das recomendações que a mãe fizera ao Capuchinho Vermelho, porquanto o animal, aproveitando a manobra diversiva da criança, se encaminha sem desvio («geradeswegs» [directamente], *ibid.*: 177) para a casa da idosa e se dirige «a direito» («gerade», *ibid.*: 177), após usurpação de identidade e promessa aliciante de oferendas, ao quarto da proprietária.

Desprevenida, a idosa, que credulamente fechara a porta apenas com o trinco, vulnerabilizando o património residencial, e se recolhera no compartimento mais íntimo da habitação, reduzindo a sua competência guardiã, julgou ter dado entrada à neta. À chegada, o Capuchinho Vermelho, estranhando a porta aberta e, sobretudo, a fisionomia inabitual da avó, ainda interrogou a figura deitada no leito com as vestes da moradora, sem, contudo, adivinhar o duplo logro identitário, ou seja, que o lobo assumiu, em encenação discursiva, a identidade da neta, para persuadir a avó, e adoptou, em simulação cénica, a identidade da idosa, para seduzir a menina.

Motivado, embora, por instinto predativo, que, aliás, determina a sequência dos actos ofensivos (primeiro, a ingestão da idosa, depois, a deglutição da criança, que, pela tenra idade, prometia maior prazer gastronómico), o assalto do lobo à avó vinga, tal como o seu subsequente ataque ao Capuchinho Vermelho, a dupla intromissão patrimonial: distanciada do agregado rural, a casa da floresta significava a apropriação oportunista e arbitraria de um espaço natural, pela imposição de um modelo cultural, ou seja, a transformação de espaço inculdo em local doméstico. É certo que, em vivência de isolamento eremítico e em quotidiano de reduzida actuação, a idosa não ameaçava o equilíbrio ambiental; todavia, pela alteridade da espécie, a avó contrariava a constelação animal e vegetal da floresta, ficando à mercê dos elementos naturais.

Valeu à avó e à neta a intervenção oportuna e eficaz de um caçador, que, alarmado por forte ressonar, ingressou na habitação e, intuindo o acto predativo do lobo, libertou a idosa e a criança das entranhas do animal adormecido. Ao despertar, o lobo ensaiou a fuga, sucumbindo, porém, ao peso das pedras com que o caçador e o Capuchinho Vermelho lhe haviam, entretanto, preenchido o estômago, em sentença que exemplarmente castigava o delito animal de incorporação humana: inorgânicas e densas, e, portanto, ícones de esterilidade e de imobilização, as pedras vingavam

o duplo acesso predativo, ao embargarem duplamente o instinto sobrevivencial, ou seja, a nutrição e a evasão, do lobo⁸.

O acto salvífico do caçador afigura-se duplamente heroizante: por um lado, ele resgata duas vítimas indefesas, a idosa, fraca e doente, e a criança, ingénuo e bondoso; por outro lado, ele supre a lacuna da figura paterna, que o texto não menciona, nem na referência à primeira, nem a propósito da segunda gerações. Substituto do protector parental, o caçador recompõe a constelação familiar, reiterando a tradicional representação maniqueísta de animal racional e animal irracional, ou seja, reafirmando o motivo do homem bom e do lobo mau, tão do agrado de narrativas infanto-juvenis.

Tal perspetivação antinómica impõe-se, porquanto o lobo toma a iniciativa atacante, perpetra a invasão patrimonial, com o intuito de se apoderar da proprietária residente e da sua extensão biológica, e destrói o triângulo familiar, enquanto o caçador invade o património para indagar o motivo da situação insólita e salva a moradora e a sua descendente, reconstruindo a tríade familiar.

Na verdade, só o ouvinte / leitor ponderado notará, em estratégia desconstrutiva, as marcas atenuantes do comportamento lupino e os traços agravantes da actuação humana. Com efeito, o lobo constitui predador em universo próprio, reage em acto instintivo, impelido por necessidade primária; não assim o caçador, que, predador em património alheio, actua premeditadamente, apetrechado de instrumentos agressivos (a espingarda, a tesoura) e movido, não só por impulso solidário, mas também pelo propósito de lucrar com a venda da pele. E, se o animal, que não inflige dano ao património edificado, viola a integridade física da idosa e da criança, o caçador comete, pelo esfolamento da presa, atentado contra o património natural e violação de integridade corporal.

O final feliz da acção⁹ sustenta a dimensão fabulística do conto, reificando a autoridade familiar: após a partida do caçador, enquanto a avó saboreia as oferendas, de iniludível conotação religiosa, pois que ícones litúrgicos de transsubstanciação, a neta pronuncia interiormente a disposição de subsequente obediência à recomendação materna de não abandonar o caminho, para ingressar sozinha na floresta. Significativamente, o Capuchinho Vermelho expressa tal compromisso, não na primeira pessoa, antes em réplica auto-dialógica, que, cindindo o eu-emissor, convoca um «tu» com exclusiva prerrogativa enunciatória, combinando motivos de interdição com a referência à mãe: «du willst dein Lebtage nicht wieder allein vom Wege ab in

⁸ Os motivos da incisão abdominal, através de tesoura, com intuito libertador, da extracção de presas deglutidas e da inserção de pedras na cavidade estomacal do predador, com propósito aniquilante, surgem já no conto *Der Wolf und die sieben Geißlein* [O lobo e os sete cabritinhos], incluído em *Kinder- und Hausmärchen*, sob o número cinco.

⁹ O desfecho venturoso do confronto entre o lobo e o caçador em *Rotkäppchen* contrasta com o remate trágico de *Le petit chaperon rouge* de Perrault, que termina com o assalto do animal à avó e à neta.

den Wald laufen, wenn dirs die Mutter verboten hat», [nunca mais sairás do caminho e correrás para a floresta, se a mãe to tiver proibido] (*ibid.*: 179). Que a criança formule a ilação moralizante no modo imperativo, na segunda pessoa do singular e em tom sentencioso não apenas acentua a função orientadora, mas também insinua a delegação divina da figura materna.

A restauração do padrão familiar e a reposição da ordem patrimonial marcam o final do conflito dramático, mas não o termo de *Rotkäppchen*, na versão de Jakob e Wilhelm Grimm. Com efeito, na primeira edição de *Kinder- und Hausmärchen*, os Irmãos Grimm publicaram, em aditamento ao conto, uma segunda versão da história, que viria a ser integrada no texto inicial já na subsequente edição da colectânea¹⁰. Assim, ao primeiro relato diegético, segue-se, após curta elipse textual, um longo parágrafo, que, principiado com a expressão «es wird auch erzählt» [conta-se também] (*ibid.*: 179)¹¹, narra uma visita ulterior do Capuchinho Vermelho à avó, para a presentear com nova doçaria de forno.

Pressupondo o prévio conhecimento diegético da entidade receptora, o narrador prescinde, na segunda narrativa, de caracterização figural, identificação temporal e descrição espacial. Não sem pertinência, porquanto a segunda acção estabelece com a primeira íntima relação intratextual: em ambas ocorrem a deslocação solidária e solitária da protagonista a casa da avó, o encontro de protagonista e antagonista no caminho da floresta, a abordagem aliciadora do lobo durante o percurso da criança e a morte homicida do animal.

O gesto economicista do narrador evidencia-se paralelamente na redução dos momentos mimético-dramáticos. De facto, enquanto a primeira narrativa disponibiliza ao ouvinte / leitor a transcrição dos diálogos entre mãe e filha, lobo e criança, lobo e avó e criança e lobo, assim como a apresentação, em discurso directo, da fala monológica do caçador, a segunda narrativa confronta o receptor com a elipse da conversa inicial entre mãe e filha e com a veiculação em discurso indirecto da salvação com que o segundo lobo abordou a menina, fornecendo em discurso citado apenas os diálogos entre avó e neta e a convocação sem resposta do lobo à avó.

¹⁰ Muitos dos contos em língua portuguesa que relatam a história do capuchinho vermelho elidem a segunda acção diegética narrada pelos Irmãos Grimm, deixando supor o desconhecimento, por parte dos respectivos autores, das versões grimmianas. Que nas versões portuguesas a acção termine com a cena da congratulação de avó e neta pelo resgate heróico do caçador aponta para outra variante alemã do conto – *Das Rotkäppchen*, de Ludwig Bechstein – datada de 1853 e traduzida por Guerra Junqueiro, que incluiu o texto traduzido, sob o título *O Chapelinho Encarnado*, na colectânea *Contos para a Infância*, de 1877.

¹¹ Na focalização restritiva, a expressão «es wird auch erzählt» (GRIMM, 1996: 179) alude, mais do que a formulação «Es war einmal» (*ibid.*: 174), que introduz o relato da primeira acção diegética, a fonte anónima e colectiva, própria do conto popular fantástico.

Tanto melhor se constata, assim, a diferente evolução das duas sintagmáticas diegéticas: à estrutura piramidal da primeira acção, que faz supor, em movimento ascendente até ao clímax, a vitória do lobo, contrapõe-se a progressão horizontal da segunda história, que anuncia, desde logo e em cumulativa sucessão, a derrota do animal. De facto, na primeira acção, ao encontro do Capuchinho Vermelho com o lobo sucedem-se eventos que sinalizam a crescente precariedade da protagonista e da co-protagonista e que culminam no aniquilamento das duas figuras; só a entrada cénica do caçador marca, em viragem peripética, o início do movimento declinante, sustentado por acontecimentos que, apesar dos momentos retardatórios (o despertar e o esforço evasivo do lobo), conduzem o antagonista à catástrofe. Diferentemente, na segunda acção, ao diálogo do Capuchinho Vermelho e do lobo seguem-se eventos que, aditivamente, evidenciam a impotência do antagonista e que irreversivelmente o orientam para um desenlace catastrófico.

Tal inconformidade estrutural das duas acções diegéticas fica não só a dever-se à dissemelhança dos respectivos antagonistas, como também ao mais-saber de protagonista e co-protagonista no segundo episódio. Com efeito, avisada pela experiência, o Capuchinho Vermelho vislumbra, na segunda acção, atempadamente, o intuito ofensivo do lobo e não cede à sedução calculista do animal, antes mantém o seu trajecto, apressando-se a reportar o encontro à avó, não sem realçar o motivo afortunado do espaço aberto, dissuasor de imediato ataque predativo: «wenns nicht auf offener Straße gewesen wäre, er hätte mich gefressen» [se não fosse em plena rua, ele tinha-me comido] (*ibid.*: 179). Munida de tal informação prévia, a idosa antevê o propósito ardiloso do lobo e adopta, de imediato, uma estratégia defensiva, ordenando à neta o trancamento da porta, que promete a defesa eficaz do espaço doméstico e da entidade familiar.

Contrariamente, o lobo revela-se, na segunda acção, bem menos astuto do que o seu antecessor: incapaz de seduzir a potencial vítima, chega, apesar da sua maior agilidade motora, depois da criança a casa da idosa e, sem cortesia, requer o franqueamento da porta, antes de alegar a falsa identidade e de anunciar a oferta atractiva. Desconcertado perante o silêncio da moradora e impedido de ingressar na habitação, o lobo inicia um movimento repetido à volta da casa, que lhe proporciona, decerto, a ilusão de cerco, mas testemunha a sua impotência atacante.

A improdutividade da insistente deslocação circular leva o animal a nova opção cinésica: trepa ao telhado da moradia, disposto a aguardar a saída da criança, para, no decurso do trajecto regressivo, perpetrar, na penumbra, o ataque. O movimento vertical de ascensão augura-lhe protecção e possibilita-lhe a ocupação patrimonial; a posição altaneira assegura-lhe vigilância e eficácia avaliativa; a esperada obscuridade deixa-lhe prever a facilidade do assalto e o êxito do encobrimento.

Ao lobo não passa obviamente despercebido que o tecto constitui, enquanto superfície interfacial, elemento obstaculizante, e, por conseguinte, instrumento de salvaguarda interior, mas escapa que, no entreacto da espera, a idosa delinea uma táctica ofensiva, ordenando à neta o despejo da água em que cozera salsichas numa avultada gamela de pedra adjacente à casa. Atraído pelo odor carnívoro, o lobo desequilibra-se do telhado, afogando-se no recipiente transbordante. O fatal movimento declinante contrapõe-se ironicamente à esperançosa investida ascendente; a funesta imersão em água de cozedura animal pune o acto intrusivo do indivíduo, mas insinua também, tal como o motivo do afogamento, que convoca imagens de esbatimento e dissolução, a insuficiência do irracional.

De resto, também na segunda história, o comportamento ofensivo do animal merece justificação desagravante, pois que, tal como o seu antecessor, o segundo lobo move-se, em território próprio, por instinto de sobrevivência e invade, mas não lesa o património residencial alheio. Bem pelo contrário: património privado em espaço alheio, a habitação da idosa revela-se duplamente pernicioso ao lobo: por um lado, enquanto bastião impenetrável, que inviabiliza ao animal o confronto directo com as potenciais presas; por outro lado, como reduto apetrechado, que possibilita à idosa e à neta a preparação e a realização do contra-ataque. Incapaz de penetrar no espaço doméstico, o lobo toma o tempo como aliado estratégico, sem prever que a passagem temporal favorece a primazia táctica de avó e neta. No recesso cronotópico da casa, a idosa e a menina planeiam e executam manobras de sobrevivência, que culminam na inversão das funções actanciais: as possíveis vítimas constituem-se agressoras, transformando o agressor em vítima real.

Em suma: na segunda acção, o saber experiencial de protagonista e co-protagonista determina a modificação comportamental de ambas e impõe a alteração comportamental do antagonista. Porém, não apenas a utilização adequada dos meios defensivos e ofensivos garantem o êxito de avó e neta. A derrota do lobo significa, na segunda acção, mais do que a vitória do humano, a supremacia da família. De facto, se, na primeira história, avó e neta se confrontam sozinhas com o agressor, no segundo episódio, protagonista e co-protagonista actuam em conjunto, ao passo que o antagonista age sem adjuvantes. Separadas, a avó e a neta necessitam de auxílio externo; juntas, em acção concertada, vencem o inimigo externo. E, se, na primeira acção, a pertença familiar se afigura motivo de sofrimento individual dos membros consanguíneos, a segunda história evidencia a coesão e a força da família.

Concluindo: celebrizado como conto popular fantasioso infantil de intuito moralizante, *Rotkäppchen* convida igualmente o leitor adulto à (re)leitura do texto, ao equacionar não apenas as noções de animalidade e humanidade, mas também os conceitos de família, espaço e património.

Efectivamente, as duas acções diegéticas que se agregam no conto principiam, desenvolvem-se e terminam em estreita conexão quer com a inter-relação conflituosa de sujeito irracional e indivíduos racionais, quer com a dinâmica sinérgica de modelo familiar, enquadramento topológico e estatuto patrimonial. Assim, a ligação consanguínea despoleta a movimentação inter-local; o posicionamento espacial e a vinculação familiar determinam a invasão patrimonial; a transgressão do património ameaça a segurança de membros familiares, mas reforça a unidade da família. No termo da leitura do conto, à apologia de obediência filial e de solidariedade social junta-se o elogio da vinculação familiar, da integração espacial e da salvaguarda patrimonial.

E, justamente, problematizando conceitos fundamentais da vivência humana, *Rotkäppchen* revela interstícios de, talvez inesperada, actualidade, pois que se a perspectivação ambivalente do animal irracional questiona padrões de inflexibilidade maniqueísta, a ausência da figura paterna presentifica a família monoparental, enquanto a iniciativa autónoma e produtiva de avó e neta realça o dinamismo do feminino e a complementaridade de infância e velhice.

BIBLIOGRAFIA

- BARRENTO, João (1978) – *Deutschsprachige Literatur in portugiesischer Übersetzung. Eine Bibliographie (1945-1978). Obras Alemãs em Tradução Portuguesa. Uma Bibliografia. (1945-1978)*. Bonn – Bad Godesberg: Inter Nationes.
- BARTH, Johannes, Hg. (2011) – *Texte und Materialien. Grimms Märchen – modern. Prosa, Gedichte, Karikaturen*. Stuttgart: Reclam.
- BECHSTEIN, Ludwig (1996) – *Deutsches Märchenbuch. Mit den Stahlstichen von Carl Wilhelm Schurig und Andreas Wolfgang Brennhäuser und ausgewählte Holzschnitten nach Original-Zeichnungen von Ludwig Richter*. Stuttgart: Reclam.
- CARREIRA, Gabriela Martins (1944) – *A Literatura Alemã em Tradução Portuguesa. Ensaio Bibliográfico*. Lisboa: Instituto de Cultura Alemã.
- CORTEZ, Maria Teresa (2001) – *Os contos de Grimm em Portugal. A Recepção dos 'Kinder-und Hausmärchen' entre 1837 e 1910*. Coimbra: Minerva Coimbra; Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos / Universidade de Aveiro.
- DUNDES, Alan, ed. (1989) – *Little Red Riding Hood: A Casebook*. Madison, WI: The University of Wisconsin Press.
- GRIMM, Brüder (1996) – *Kinder-und Hausmärchen. Mit einer Einleitung von Hermann Grimm und der Vorrede der Brüder Grimm zur ersten Gesamtausgabe 1819*. siebzehnte Auflage. München: Artemis & Winkler.
- KÜHLEBORN, Heinrich E (2000) – *Rotkäppchen und die Wölfe, die wahre Geschichte*. dritte, veränderte Auflage. Aachen: Shaker Verlag.
- MESQUITA, Teo Ferrer (1998) – *Autores de língua alemã traduzidos em Português. Livros disponíveis*. Frankfurt am Main: Verlag Teo Ferrer de Mesquita.
- MIEDER, Wolfgang (1982) – *Survival Forms of 'Little Red Riding Hood' in Modern Society*. «International Folklore Review», n.º 2, p. 23-40.

- MÖNNIG, Richard (1965) – *Traduções do Alemão: Uma série bibliográfica 1948-1964*. 2ª ed. ampliada. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht.
- ORENSTEIN, Catherine (2002) – *Little Red Riding Hood Uncloaked: Sex, Morality, and the Evolution of a Fairy Tale*. New York: Basic Books.
- PERRAULT, Charles (1997) – *Contes de ma mère l'Oye. Illustrations de Gustave Doré*. Paris: Gallimard.
- RITZ, Hans (2006) – *Die Geschichte vom Rotkäppchen. Ursprünge, Analysen, Parodien eines Märchens*, vierzehnte, abermals erweiterte Auflage. Kassel: Muriverlag.
- SAUER, Walter, Hg. (2005) – *20 Rotkäppchen europäisch – polyglott*. Neckarsteinach: Edition Tintenfass.
- SILVA, Francisco Gentil Vaz da (1995) – ‘*Capuchinho Vermelho*’ em Portugal. «Estudos de Literatura Oral», n.º 1, p. 187-210.
- SILVA, Sara Reis da (2006) – *O Capuchinho Vermelho revisitado: leituras de História do Capuchinho Vermelho contada a crianças e nem por isso, de Manuel António Pina*. In AZEVEDO, Fernando, coord. – *A Criança, a Língua, o Imaginário e o Texto Literário. Centro e Margens na Literatura para Crianças e Jovens. Actas do II Congresso Internacional, 8-10 de Fevereiro de 2006*. Braga: Universidade do Minho / Instituto de Estudos da Criança, s.p. [16 pp.]
- VERDIER, Yvonne (1997) – *Little Red Riding Hood in the Oral Tradition*. «Marvels & Tales: Journal of Fairy-tale Studies», Vol. 11: Numbers 1-2, p. 101-123.
- WALDMANN, Elisabeth & WALDMANN, Richard (1985) – *Wo hinaus so früh, Rotkäppchen. Veränderungen eines europäischen Märchen*. Zürich: Schweizerisches Jugendbuch-Institut.
- ZIPES, Jack David, ed. (1993) – *The Trials and Tribulations of Little Red Riding Hood*. 2nd revised edition. New York: Routledge.

CONFIDÊNCIA, MEMÓRIA E RAZÃO: AS AUTOBIOGRAFIAS COMO FONTES PRIVILEGIADAS PARA A HISTÓRIA DA FAMÍLIA

ANA MARIA DA COSTA MACEDO*

1. DOS ARQUIVOS NACIONAIS AOS ARQUIVOS PRIVADOS

Os estudos de família têm registado, nas últimas décadas, um notável desenvolvimento, facto a que não é alheia a (re)valorização e a incorporação na historiografia actual de uma gama de novas fontes de carácter autobiográfico e privado que muito contribui para uma dimensão mais individualizada, sensível e completa da historiografia.

Os chamados «livros de família» e outras fontes da mesma índole que tiveram particular desenvolvimento no Ocidente, como as numerosas crónicas familiares revalorizadas e publicadas no século XIX, foram relegados para segundo plano face às metodologias historiográficas de carácter mais objectivo, que se impuseram após a IIª Guerra Mundial. Como afirma LEVILLAN (1988)¹, «a revalorização do género biográfico a partir dos anos 80 deve-se em muito ao interesse despertado pelos diários e pelas autobiografias».

Em Portugal, até à revolução liberal de 1820 o repositório natural dos documentos era o Arquivo da Casa da Coroa. Após a implantação do liberalismo, o Arquivo da Coroa dá lugar ao Arquivo Nacional que se desenvolveu e consolidou ao longo dos dois últimos séculos e que tem constituído a base da fundamentação da nossa historiografia. Hoje, no entanto, isso torna-se manifestamente insuficiente. Recentemente, por iniciativa da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova

* Mestre em História das Populações. maceana@gmail.com.

¹ LEVILLAN, 1988, p. 121-158.

de Lisboa, têm-se organizado encontros entre cientistas da informação/arquivistas, historiadores e proprietários de arquivos, com vista a definir vias de colaboração futura no sentido de valorizar e dinamizar o sector dos arquivos de família.

Inserese neste domínio o recente Colóquio Internacional «Arquivos de Família, séculos XIII-XIX, que presente, que futuro?» que teve lugar nos passados dias 29 e 30 de Outubro de 2010 na Torre do Tombo e na FCSH da UNL. Uma importante elite de investigadores nacionais e internacionais de países com trabalho consolidado neste sector (em especial Itália, Espanha e França) veio até nós e não só nos fizeram o ponto da situação nos vários países, como nos trouxeram importantes testemunhos de proprietários e investigadores de arquivos de família pouco ou nada conhecidos.

Nas palavras de Maria de Lurdes Rosa², «conservar os arquivos de família é fundamental para uma História plural, que não seja feita apenas a partir dos arquivos nacionais». A produção documental directa das famílias vem trazer ao de cima não só documentos desconhecidos porque não estão nas esferas públicas, como, também novos protagonistas e novos temas de estudo. Não poucas vezes os membros da família ocuparam cargos públicos importantes e/ou guardam revelações fundamentais para o (re)fazer da História política ou social.

Em França, como nos diz NOUGARET, Christine³, a solicitude do sector público para proteger os arquivos privados, em particular os arquivos familiares, é relativamente recente. Só em 1979 é que a lei reconhece aos serviços públicos de arquivo a preservação dos arquivos privados de interesse público. A partir de então os arquivos nacionais e públicos foram autorizados a acolher, classificar, inventariar e divulgar estes arquivos, sempre no respeito pela vontade das famílias.

Em Espanha, a 'Lei do Património Histórico Espanhol' de 1985, considera os arquivos privados como parte integrante do património documental e especifica uma série de medidas destinadas à sua conservação. Em 1989, como nos informa LAFUENTE URIEN, Aranzazu⁴ o Ministério da Cultura Espanhol cria a «Secção Nobre do Arquivo Histórico Nacional» para proteger e garantir a conservação de uma parte importante do património documental de origem privada. Hoje estão conservados nesta Secção mais de 250 arquivos nobres de diversa proveniência e volume.

² Maria de Lurdes Rosa, Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, organizadora do Colóquio.

³ Christine Nougaret, École Nationale de Chartes – Paris. Responsável pela secção dos Arquivos Privados nos Arquivos Nacionais de França desde 2005. Conferencista no *Colóquio Internacional Arquivos de Família, séculos XIII-XIX, que presente, que futuro?* com o título «Les archives familiales en France: deux décades d'expérience aux Archives Nationales».

⁴ Aranzazu Lafuente Urien, *Directora de la Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional – Ministerio de Cultura Toledo, España*. Conferencista no *Colóquio Internacional Arquivos de Família, séculos XIII-XIX, que presente, que futuro?* com o título «Archivos familiares de la nobleza española: la sección nobleza del archivo histórico nacional».

Na verdade, o que acontece com frequência por todo o lado é que os proprietários, por motivos vários, vendem os seus arquivos ou, mais frequentemente, parcelas deles, a antiquários ou alfarrabistas, o que origina perdas dificilmente reparáveis. Daí a necessidade de se regulamentar e proteger os arquivos pessoais e os arquivos de família através de uma legislação própria que promova o equilíbrio entre os interesses públicos e os privados. Em Portugal esse esforço começa agora a fazer-se notar, dando-se conta que há muitas pessoas ainda com arquivos de família em casa, sem saber o que fazer com eles. Antigamente as famílias tinham necessidade de guardar os documentos que comprovavam a posse das suas propriedades, agora cada vez mais escasseiam as grandes casas de família. A penúria das grandes casas leva, inevitavelmente, à dispersão e venda dos seus arquivos. Sensível a isto, hoje a Torre do Tombo aceita arquivos privados e negocia as condições com cada proprietário separadamente, como nos diz António Frazão⁵. Também a recém constituída (Abril 2010) Associação Portuguesa dos Arquivos Históricos Privados (APAHP), ciente da importância da preservação das fontes primárias existentes nestes arquivos para o enriquecimento da História portuguesa, tem como objectivo não só fazer um levantamento dos arquivos privados que existem como contribuir, junto dos proprietários, para a preservação e a divulgação desses acervos.

A publicação actualmente em curso da obra em 4 volumes da «História da Vida Privada em Portugal», pelo Círculo de Leitores sob a coordenação de José Mattoso, apesar de mais de 20 anos após a obra homónima dos historiadores franceses Philippe Ariès e Georges Duby, vem demonstrar os avanços que a historiografia portuguesa tem registado mormente desde as décadas de 1980 e 1990. A importância do indivíduo como pessoa singular na História, a vida das pessoas e os seus modos particulares de ver o mundo, as fontes directas e a escrita autobiográfica, são um outro conjunto de análise que importa desvendar.

2. O EXEMPLO DO ARQUIVO DA CASA DO AVELAR

A recente doação (1 de Outubro 2008) do Arquivo da Casa do Avelar (casa sita na Rua S. Geraldo, em Braga, pertença dos Jácome de Vasconcelos e onde conservaram sempre o seu arquivo), pela própria família ao Arquivo Distrital de Braga / Universidade do Minho, constitui um excelente exemplo de consciência da importância da preservação de um património familiar e da memória que ele constitui.

Conservado na quinhentista Casa do Avelar sem nunca chegar a ser disperso ou desmembrado, o conjunto orgânico de documentos que ultrapassa as 2200 unidades

⁵ António Frazão (Gabinete para a Salvaguarda do Património da Direcção Geral de Arquivos) em entrevista ao Público 2 (29/10/2010).

e se estende do século XVI à actualidade, distribui-se pelos domínios patrimonial, genealógico, biográfico, social, familiar e pessoal.

No estudo que elaboramos em 1991-92 no local da Casa onde os documentos foram arquivados/arrumados ao longo de séculos, demos conta da existência de instrumentos de descrição documental e de recuperação de informação elaborados por membros da família (que identificamos). Na verdade, a aplicação do método analítico possibilitou-nos um diagnóstico rigoroso que pôs em relevo a existência quer de folhas soltas sobrepostas a documentos (noutro tipo de letra) com várias designações tais como «Masso nº...» ou «Títulos e papéis avulsos», quer de pequenos pedaços de papel, presos ou não aos documentos, contendo o respectivo «sumário». A existência destes *títulos* e *verbetes* mostrou-nos com clareza que a arquivagem (arrumação) dos documentos em arcas era uma das práticas comuns e implicava a sua sumariação para mais fácil busca e conhecimento do respectivo conteúdo. Por empenho familiar, o Arquivo da Casa terá passado a dispor, em grosso e desde meados do século XIX, de um dispositivo de busca de informação muito próximo da de um Catálogo. O respeito por esta ordem orgânico-funcional e o *modus faciendi* dos produtores manteve-se no Catálogo que então elaborámos⁶ e está hoje também presente no Catálogo publicado pelo Arquivo Distrital de Braga⁷ ao serviço de consulta pública. Pensamos desta forma ter contribuído para tornar acessível todo o fundo arquivístico, respeitando o mais possível o carácter orgânico e o *modus faciendi* dos produtores.

Tal como acontece na generalidade dos arquivos de família, a formação do Arquivo da Casa do Avelar terá partido da necessidade de gestão dos negócios da Casa no seu todo, daí a predominância dos documentos de carácter patrimonial e genealógico. Há também, no entanto, todo um outro conjunto de fontes que dizem respeito a factos íntimos da vida sentimental e afectiva, quer no espaço doméstico quer no espaço mais alargado da vida social, política e religiosa. Referimo-nos aos pequenos livros de notas particulares, registos diários de receitas e despesas, registo de dívidas, cadernos pessoais de poesias, poemas de amor, livros de lembranças e diários, receitas de cozinha, formulários medicinais, uma variedade de correspondência privada, enfim, de uma maneira geral, toda uma literatura autógrafa, na maior parte das vezes sem o objectivo de ser publicitada.

A família enquanto produtora de documentação contribui de uma forma particularmente importante para a informação histórica, a par de outras instituições. A vivência pessoal e intimista dos acontecimentos só é possível encontrar num Arquivo de Família, dado o espaço de confidencialidade em que é produzido. Um documento privado – porque é produzido fora dos condicionalismos dos cargos que se ocupam

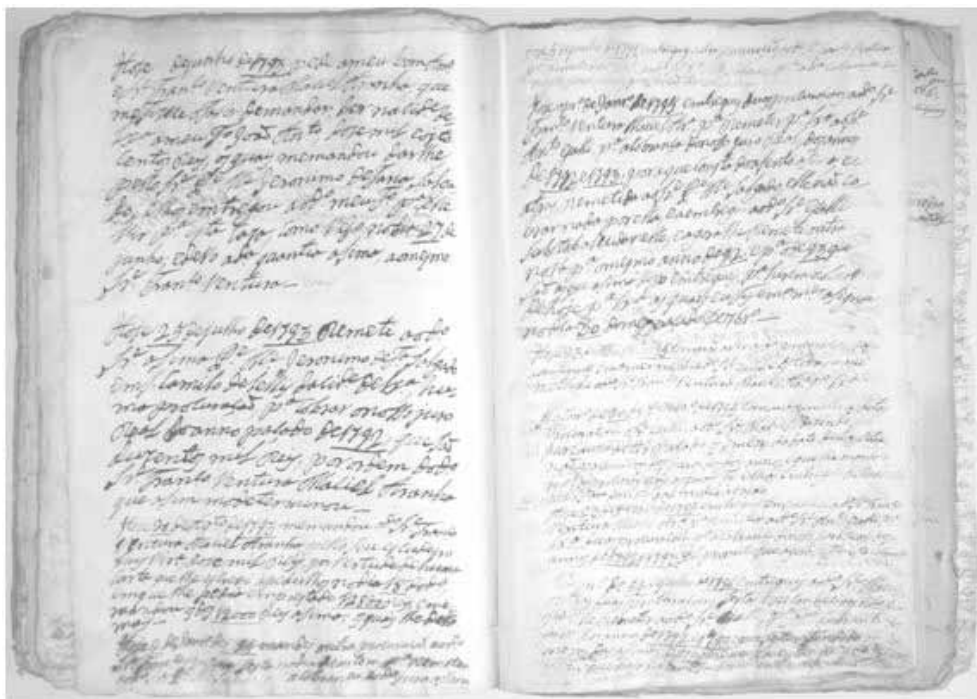
⁶ MACEDO, 1996: 251-374.

⁷ ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA, 2010: 59-341.

e das regras estabelecidas pela organização das instituições oficiais – oferece-nos a possibilidade de informações mais espontâneas e livres, que nos permitem aceder ao lado exteriormente invisível dos acontecimentos. O cruzamento da informação dos arquivos públicos com a perspectiva «não oficial» dos acontecimentos pode dar origem a verdadeiras descobertas ou complementar de forma fundamental os conhecimentos que se têm. Como nos diz Céline⁸ «Tout ce qui est intéressant se passe dans l'ombre... On ne sait rien de la véritable histoire des hommes» se, acrescentaríamos nós, não tivermos acesso ao interior da sua consciência, à genuinidade da sua vida privada.

Salientemos, no seio do conjunto documental do Arquivo da Casa do Avelar, a título de exemplo, três fontes que, pelas suas qualidades intrínsecas, nos permitem aceder, a partir de dentro, ao lado externo da vida social e política da época: um diário, um testamento e um caderno de receitas.

Figura 1 – Um Diário



Diário de João Luís Jácome de Vasconcelos (1787-1810)9 – 178 p.

⁸ GINZBURG, 1987: 37.

⁹ PT/ADB/FAM/ACA/07.01.01/4.

O *Diário* produzido por João Luís Jácome de S. P. de Vasconcelos, representante da Casa e da Família na 12ª geração, é uma valiosa fonte autobiográfica onde, ao longo de 23 anos (1787-1810) e das suas 178 páginas manuscritas, se sucedem registos e anotações quotidianos que vão desde o círculo íntimo da vida privada até aos mais públicos acontecimentos da vida social da cidade num momento em que esta atravessa importantes alterações no seu funcionamento político.

Este documento (ACA/088-1), bem conservado mas sem capa, contém um conjunto de fólios iniciais (cerca de 55 de um total de 178) onde, com o título *Varonia de João Luís Jácome de Sousa e seus antepassados da Casa do Avelar da Rua dos Pellames desta cidade de Braga*, são cuidadas e pormenorizadamente registadas as memórias genealógicas da família com a precisão própria de um verdadeiro investigador, onde constam as datas e respectivas referências documentais: prazos, escrituras, procurações, inventários, ofícios, certidões.

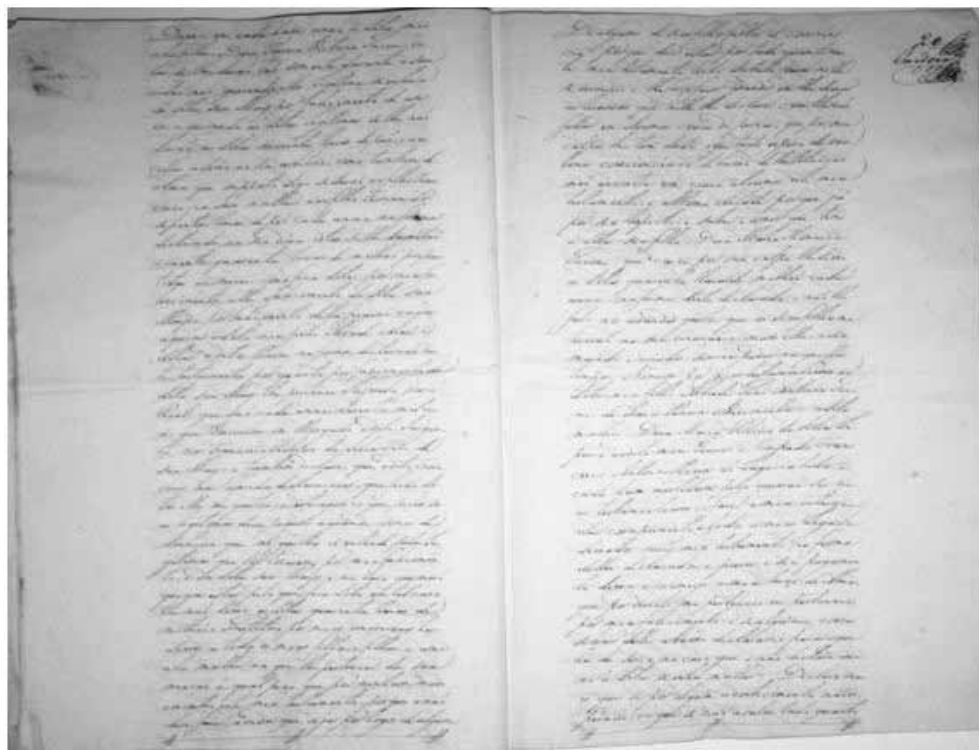
Seguem-se os registos diários (*Hoje....de...de...*) escritos de forma continuada pelo mesmo punho ao longo de mais de duas décadas, através dos quais J. L. Jácome nos deixa o seu testemunho, o seu olhar individual, a sua verdade sobre os espaços privados, a casa, as refeições, a família, os filhos, os casamentos, o nascimento dos netos, os estados de saúde, as dificuldades financeiras, os amigos, os afectos, as arrelias e os momentos difíceis, as alegrias, os sentimentos de fé, tudo isto sem propósito de impressionar ou obedecer a cânones. É esta veracidade que nos seduz e traz uma verdadeira mais-valia aos conhecimentos que temos sobre a cidade e a sua vida por finais de setecentos.

Se, por um lado, é notório ao longo dos registos de Luís Jácome uma preocupação com o funcionamento interno da instituição familiar, contornando com sacrifício e arte as agruras que efectivamente perturbam a sua unidade, por outro, não é menor o empenho e a força com que projecta exteriormente a família no seio do funcionamento social e político da cidade.

Ao mesmo tempo que regista minuciosa e rigorosamente no seu *Diário*, todos os gastos, débitos e rendimentos da casa e do património familiar com a preocupação de tudo estar devidamente registado e cumprido, também nele descreve relatos vivos e pormenorizados de cerimónias e acontecimentos políticos e sociais da cidade como, por exemplo, o desenrolar da doença e as exéquias fúnebres do Arcebispo D. Gaspar em Janeiro de 1789 ou entrada e a tomada de posse em Braga do novo Arcebispo, D. Frei Caetano Brandão, aos 17 de Setembro de 1790, ou ainda a descrição quase cinematográfica que nos deixa da cidade em procissão de Sexta-feira Santa em 1803. O seu estatuto de elite permitia-lhe o convívio e a privacidade com o núcleo da alta hierarquia social da cidade o que, aliado às suas qualidades de observador e amante da escrita, se traduz em relatos de memórias e referências únicas da vida pública da cidade.

Como funcionavam as famílias que desempenhavam funções políticas na cidade? Como se interrelacionavam entre si? Quais as actividades que competiam a um *vereador* da Câmara entre finais do século XVIII e princípios do XIX? Onde as exercia? Quanto que se ganhava do desempenho de cada uma delas? Como viveu a cidade de Braga a ocupação da capital pelo exército de Junot em Novembro de 1807 ou a sua retirada e embarque meses depois? Como viveu a cidade política a mudança liberal? Eis exemplos de informações que nos são dadas a conhecer através desta fonte elaborada de forma livre e directa, sem intervenção de montagem ou censura ou qualquer outra restrição de ordem oficial.

Figura 2 – Um Testamento



Testamento de João Luís Jácome de Vasconcelos (1809)¹⁰ – 42 p.

É afastado da Casa do Avelar e instalado na Casa da Torre da Lagariça¹¹, belo solar seiscentista, onde reside a filha mais nova, que João Luís Jácome redige o seu

¹⁰ PT/ADB/FAM/ACA/08.01/20.

¹¹ Lagariça é uma povoação da freguesia de São Cipriano, nesta altura, pertença do concelho de Aregos do Douro. Hoje, e desde 1885, São Cipriano integra o concelho de Resende e o distrito de Viseu. A Casa

testamento. Quer pela data em que é escrito – 1809 – quer pelo conteúdo que se alonga pelas suas quarenta e duas páginas, o *Testamento*, para além das formalidades próprias ligadas à disposição dos bens de alma, retrata uma verdadeira história de vida da família e da época, relatada e julgada pelo próprio, um ano antes de falecer e ter voltado ainda ao seu *Diário*, guardado na Casa do Avelar.

Como nos dizem Pablo Rodriguez e Annie Mollinie-Bertrand (2000)¹², «El testamento condensa la historia familiar. (...) Los testamentos eran la última oportunidad que tenia un individuo de limpiar su conciencia y morir en paz. En muchos casos, en ellos nos aparecen las confesiones postreras, los reconocimientos, las confesiones de lo inconfesable (...)». É, de facto, nas disposições testamentárias que João Luís Jácome determina, numa atitude corajosa e imbuída de um sentimento de justiça, não ser no primogénito – Francisco Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos (1757-1827), casado em 1790, com dois filhos e a viver na Casa do Avelar – que nomeia para a sucessão dos *prazos*, contrariamente à prática tradicional do direito consuetudinário de herança dos bens na primogenitura. E não o faz por a sua conduta não lhe merecer a confiança necessária à boa continuidade familiar. Apesar de revelar sempre um sentido de protecção familiar notável, em situações de domínio público, não poupa o primogénito aos seus juízos, afirmando no testamento: «com ele fiz grande despeza e gastos e não posso perdoar-lhe tudo porque tenho mais filhos». Embora afirme não querer entrar em declarações detalhadas por «não ser o lugar disso (...). Não posso deixar de dizer que ele, desde a sua tenra idade entrou a jogar; e cuidando eu que ele ia para o estudo, soube tarde que se ia a divertir ao jogo e reprehendendo-o, e castigando a ver se deixava o diabolico divertimento, foi assentar praça de cadete ao regimento de Vianna, ahonde me fes grandes gastos».

Assim, por razões que se prenderão com um sentido de ressentimento e de justiça mas também com a segurança e a honra da família, João Luís Jácome delega transitoriamente a continuidade patrimonial no seu filho João António, abade de Beiriz, com a expressa obrigação de este dotar o seu sobrinho Fernando¹³ (filho do irmão primogénito Francisco) quando viesse a casar, retomando-se assim a geração da primogenitura.

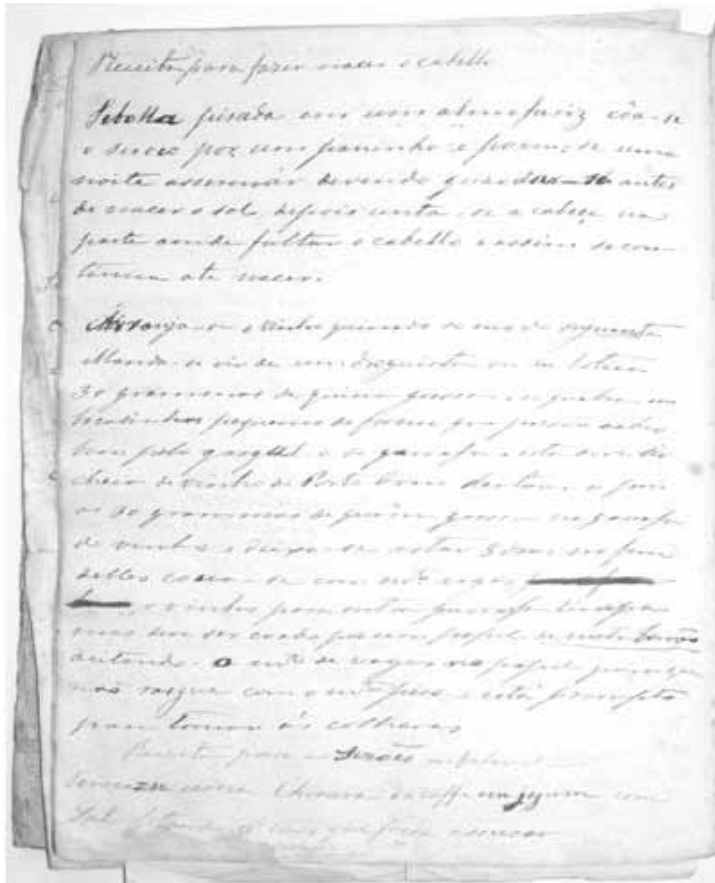
da Lagariça (seiscentista) e a Torre (princípios do séc. XII) ligou-se à família Jácome de Vasconcelos, pelo casamento de D. Josefa Maria do Carmo, filha de João Luís Jácome, com Custódio de Sousa Pinto Cochofel. É ainda na posse da família Coxofel que hoje o solar se encontra. E foi nela que Eça de Queirós em finais do século XIX, situou o enredo do seu romance «A Ilustre Casa de Ramires».

¹² RODRIGUEZ & MOLINIE-BERTRAND, 2000: 171-172.

¹³ Fernando Jácome de Sousa (1796-1856), filho de Francisco Jácome de Sousa e D. Ana José Sotomayor, formar-se ia em leis e casaria com D. Maria Isabel de A. e Lima Pimenta Correia Feijó, tornando-se o 14º Senhor da Casa e Quinta do Avelar, representando a 14ª geração.

Verdadeiro testemunho de reflexão e juízo da vida familiar, é também no *Testamento* que Jácome confessa nunca ter deixado desprotegida a postura de honra da família no seio do intrincado jogo político das lutas e rivalidades interfamiliares da elite bracarense. Se pessoalmente não perdoa ao filho a censurada conduta e as avultadas dívidas que se vê obrigado a empreender por sua causa, é com declarado orgulho que consegue libertar o filho da prisão do Limoeiro em Lisboa (para onde fora conduzido por ordem real e por influência de outra família da elite bracarense que veria nisso a forma de impedir o casamento não desejado) e, fazê-lo reentrar, com sua mulher, triunfalmente na cidade em direcção à Casa do Avelar onde se estabelecem.

Figura 3 – Um Caderno de receitas



Caderno de receitas pertencente a D. Ana José Carlina Jácome de Vasconcelos (1827-1905)¹⁴.

¹⁴ PT/ADB/FAM/ACA/14/17.

De entre os pequenos livros de notas particulares, cadernos pessoais de poesias, receitas de cozinha, poemas de amor, correspondência privada, toda a literatura autógrafa que possui o arquivo de família, distinguimos o *Caderno de receitas* de D. Ana José Carlina Jácome de Vasconcelos (1827-1905), pela sua curiosidade. Atentemos, a título de exemplo, nas seguintes receitas domésticas (das culinárias às medicinais...) definidoras de preocupações e estilos de vida da época:

Receita para fazer nacer o cabelo

Sebolla picada em um almofariz cõa-se o succo por um paninho e poem-se uma noite a sserenar devendo guardar se antes de nacer o sol, depois unta-se a cabeça na parte aonde faltar o cabelo e assim se continua ate nacer

Receita para serões – infalível

Toma-se uma chicara de caffè em jejum com sal botando-o como se fosse assucar

Receita para tinta d'escrever

50 réis de anilina preta

deita-se em quartilho e meio de agua bem quente, junta-se-lhe um quarteirão de espirito de vinho do melhor, mexe-se tudo muito bem e deita-se a vidros ou potes.

Receita para dores no pescosso

Uma papa de meolo de laranja azeda posta a ferver um bocadinho com algumas gotas de olio de amendoas doces, pôr bem quente no sitio da dor.

Muitas outras nos despertariam a curiosidade, como o «Molho de conservar as vagens e outras hortaliças em estado fresco todo o anno» ou a «Receita para dor sciática», mas que, quer pela sua extensão quer pela quantidade, nos abtemos naturalmente de as apresentar aqui. Todas elas são, no entanto, claramente reveladoras de outras épocas, de outros modos de viver e de conceber o tempo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história pertence, antes de mais, àqueles que a viveram. A memória pessoal, através do testemunho autobiográfico, constitui uma fonte histórica essencial, não só porque se fundamenta na experiência do vivido, como transporta consigo, inevitavelmente, uma memória social.

A utilização do registo privado (como é um diário ou um caderno de notas pessoais) como fonte histórica permite-nos analisar, de uma forma directa, não só a

trajectória de vida do seu autor como a realidade social e a época em que foi escrito. Como nos diz Márcio Couto Henrique (2010)¹⁵ «a riqueza maior do diário está no diálogo do autor com seu tempo». O maior contributo desta fonte está, sem dúvida, na sua dimensão social. Na verdade, o que podemos colher de mais importante de uma fonte de pesquisa como o diário íntimo não é tanto o que o autor revela de si mesmo mas, sobretudo, o que ela nos esclarece sobre a época e os lugares em que a sua própria história de vida decorre. O problema então que se pode pôr é o de averiguar da verdade ou da objectividade das informações que transmite. Mas esse é também um problema que não deixa de se pôr com qualquer outro tipo de fonte documental e que depende sempre da análise crítica com que é observado. Qualquer fonte apresenta problemas específicos quanto à sua representatividade. A verdade é que, ao lado das fontes tradicionais (oficiais ou outras) o registo privado (diário pessoal ou outro) vem trazer um complemento fundamental que advém essencialmente da forma livre e directa (não se destina à divulgação) como são realizados os registos e as memórias. Ao ser escrito de forma espontânea, no recato e na esfera da intimidade do seu autor, possui um sentido de verdade indesmentível e inexistente nas fontes históricas tradicionalmente mais usadas. Revelando informações que dificilmente são encontradas noutra tipo de documentos, a riqueza do seu contributo está não só em si mesma, mas também pelo que através dela se descobre e pelo cruzamento que nos é permitido fazer com outras fontes da mesma época, proporcionando assim o confronto entre dois mundos que coexistem e se complementam.

A incorporação de memórias, diários, testamentos e outros testemunhos pessoais nos estudos de história da família e de história político/social, é hoje uma realidade ascendente. Tal como a emergência do círculo familiar como esfera autónoma, também o mais singelo e prosaico lado da vida quotidiana é hoje cada vez mais reconhecido como parte integrante e indispensável da nossa história comum.

BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

PT/ADB/FAM/ACA/07.01.01/4 – *Diario de João Luis Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos* (1787-1808).

PT/ADB/FAM/ACA/08.01/20 – *Testamento de João Luís Jácome de Vasconcelos* (1809)

PT/ADB/FAM/ACA/14/17 – *Cadernos de receitas pertencentes a D. Ana José Carlina Jácome de Vasconcelos* (1827-1905).

¹⁵ Márcio Couto Henrique (doutorado em Ciências Sociais (2008) pela Universidade Federal do Pará, onde é actualmente professor da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia) em entrevista ao *Jornal da Universidade Federal do Pará*, ano XXIV, n.º 87 (Outubro de 2010).

Fontes impressas e estudos

- ALMEIDA, Maria Antónia Pires (2008) – *Fontes e metodologia para o estudo das elites locais em Portugal no século XX*. «Análise Social», vol. XLIII (3º), p. 627-645.
- ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA (2010) – *Arquivo da Casa do Avelar – estudo orgânico e catálogo*. Braga: Universidade do Minho.
- CAPELA, José Viriato (1999) – *Fidalgos, Nobres e Letrados no Governo do Município Bracarense. A administração económica e financeira da Câmara no apogeu e crise do 'Antigo Regime'*. Braga: ICS / Universidade do Minho.
- GINZBURG, Carlo (1987) – *O Queijo e os Vermes*. S. Paulo: Companhia das Letras
- HENRIQUE, Márcio Couto (2009) – *Um toque de voyeurismo: o diário íntimo de Couto de Magalhães (1880-1887)*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- HESPANHA, António Manuel (1995) – *História de Portugal Moderno político e institucional*. Lisboa: Universidade Aberta.
- LEVILLAN, Philippe (1988) – *Les protagonistes: de la biographie*. In RÉMOND, René – *Pour une histoire politique*, Paris: Seuil, p. 121-158.
- MACEDO, Ana Maria Costa (1996) – *Família, Sociedade e Estratégias de Poder (1750-1830). A família Jácome de Vasconcelos da Freguesia de S. Tiago da Cidade – Braga*. Braga: APPACDM Distrital de Braga.
- PEIXOTO, Inácio José (1992) – *Memórias Particulares – Braga e Portugal na Europa do século XVIII*. Braga: coord. ADB; Universidade do Minho: coord. José Viriato Capela.
- RODRIGUEZ, Pablo e MOLINIE-BERTRAND, Annie (2000) – *A Través Del Tiempo – Diccionario De Fuentes Para La Historia De La Familia*. Murcia: Universidad de Murcia, Servicio de Publicaciones.

FAMÍLIA,
ESPAÇO DOMÉSTICO
E ESPAÇO SOCIAL
NO PORTO CONTEMPORÂNEO

AS ILHAS NO PERCURSO DAS FAMÍLIAS TRABALHADORAS DO PORTO EM FINAIS DO SÉCULO XIX

GASPAR MARTINS PEREIRA*

No Porto de finais do século XIX, a «questão do alojamento» popular tornou-se particularmente visível, com o crescimento das ilhas¹, onde se acumulava uma população numerosa – cerca de um terço do total dos habitantes da cidade –, gerando um microcosmos cultural e social, marginalizado e temido pelas autoridades e elites da época como um perigo sanitário e «moral» a extirpar do espaço urbano, mas, simultaneamente, estimulado pela especulação imobiliária.

A insistência nos problemas reais de insalubridade e de sobreocupação fez descurar, durante muito tempo, a análise da ilha enquanto espaço social. Por outro lado, as teorias da desintegração familiar e da anomia urbana, que dominaram os estudos sociológicos sobre a cidade industrial, acentuaram, em demasia, a condição de desenraizamento das famílias trabalhadoras, em especial das que se deslocaram das zonas rurais, fazendo coincidir as condições miseráveis de alojamento com a ausência de integração.

* Professor catedrático do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigador do Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória».

¹ As ilhas do Porto, apesar de constituírem importantes espaços sociais na cidade oitocentista, não têm merecido grande atenção por parte da investigação histórica, embora as referências à sua evolução sejam frequentes em estudos produzidos noutras disciplinas. Veja-se, por exemplo: GROS, Marielle Christine – *O alojamento social sob o fascismo*. Porto: Afrontamento, 1982; TEIXEIRA, Manuel A. Correia – *Do entendimento da cidade à intervenção urbana. O caso das ilhas da cidade do Porto*. «Sociedade e Território», n.º 2 (Fev. 1985). Porto, p. 74-89, e sobretudo a sua tese de doutoramento, *The Development of Nineteenth Century Working-Class Housing: the ilhas in Oporto, Portugal*, 1988 (trad. port.: *Habitação Popular na Cidade Oitocentista. As ilhas do Porto*. Lisboa: FCG/JNICT, 1996).

Na sequência de alguns estudos anteriores de análise histórica², pretendemos salientar a ideia inversa de que as ilhas do Porto constituíram importantes espaços de socialização/integração no percurso de vida das famílias trabalhadoras em finais do século XIX, num período crucial de industrialização, de crescimento demográfico e de transformações urbanísticas.

A proposta metodológica, deliberadamente transdisciplinar, procura fugir à análise transversal e extensiva da estrutura e composição do grupo doméstico, frequente nos estudos de história da família, e enveredar por uma análise intensiva e longitudinal, de microhistória, prestando atenção quer aos percursos de vida individuais e familiares quer à relação da família com o espaço da casa e com a vizinhança.

Nesta perspectiva, é interessante verificar que muitas situações com que deparámos no Porto do final do século XIX se aproximam, substancialmente, das que têm vindo a ser detectadas nas zonas residenciais populares contemporâneas, em diversos estudos baseados em trabalhos de campo, em especial nas áreas da Sociologia, da Antropologia ou da Geografia³, apesar das grandes diferenças de contexto histórico ou, mesmo, territorial⁴.

1. AS ILHAS NA CIDADE INDUSTRIAL

Muita da bibliografia existente sobre as ilhas do Porto no século XIX parte de alguns pressupostos que merecem ser reequacionados. Entre algumas dessas ideias correntes, refiram-se as de que as ilhas do Porto são uma consequência do processo de industrialização e da migração em massa de trabalhadores rurais para a cidade e que a sua configuração morfológica segue um modelo da «ilha de corredor», mais ou menos adaptável às condições do terreno, decorrente do aproveitamento intensivo de lotes urbanizados. Além disso, até bem dentro do século XX, a desqualificação

² Nomeadamente, *O outro lado da cidade – sobre a população das ilhas do Porto em finais do século XIX*, comunicação apresentada ao Congresso «O Porto de Fim de Século (1880/1910)». Porto, 1991 (não publicado); *Housing, Household, and the Family: the ‘ilhas’ of Porto at the end of the 19th Century*. «Journal of Family History», vol. XIX: 3 (1994), p. 213-236.

³ Cf., entre outros estudos, PEREIRA, Virgílio Borges – *Uma imensa espera de concretizações. Ilhas, bairros e classes laboriosas brevemente perspectivados a partir da cidade do Porto*. «Sociologia», n.º 13. Porto: Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, p. 139-148; SEIXAS, Paulo Castro – *Entre Manchester e Los Angeles: ilhas e novos condomínios no Porto*. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2008; MATOS, Fátima Loureiro de; RODRIGUES, Rosa Maria Veloso Vieira – *As ilhas do Porto: lugares de resistência*. «OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia», v.1, n.1 (Jan. 2009), p. 33-57.

⁴ Cf., para o bairro de Alfama, SILVA, Cristina Santos – *Famílias de Alfama. Dinâmicas e Solidariedades Familiares num Bairro Histórico de Lisboa*. Lisboa: ICS, 2001.

física e social das ilhas no espaço urbano foi associada à desqualificação moral dos respectivos moradores.

Ora, ao contrário do que afirmam alguns autores, as ilhas não surgem como um produto da industrialização e da atracção de populações rurais pela cidade industrial, na segunda metade do século XIX⁵. São um fenómeno bem mais antigo. Como pudemos fundamentar em outros estudos, o recenseamento das casas da cidade, realizado em 1832, na altura do Cerco do Porto, revela-nos a existência de cerca de 200 «ilhas de pobreza», apenas na zona cercada, que teria uns 50 mil habitantes. Os principais focos dessas ilhas localizavam-se já nas mesmas zonas onde se irá verificar maior expansão na segunda metade do século (S. Vitor, Paraíso, Praça da Alegria, Monte Belo, Rua Bela da Princesa, Bairro Alto, Rua das Musas, Rua da Carvalheira, Largo da Fontinha, Germalde, Campo Pequeno, Rua do Breyner, etc.). É verdade que, na fase da industrialização da cidade e, sobretudo, no último quartel do século XIX, as ilhas atingiram uma expansão impressionante, albergando, em meados da década de oitenta, cerca de 20 mil habitantes (existiam então 530 ilhas)⁶. Por volta de 1900, eram já mais de mil e ultrapassavam os 35 mil moradores, cerca de um terço da população do Porto⁷. Mas a pré-existência destes espaços residenciais populares, um pouco por toda a cidade, assumiu, certamente, um papel significativo no processo de integração das famílias pobres no espaço urbano.

Quanto à morfologia arquitectónica, como se pode ver na maior parte das plantas submetidas à aprovação camarária, na maioria das descrições da época ou, ainda, na realidade sobrevivente no Porto actual, as ilhas mais vulgares eram (e são) as «de corredor», constituídas, normalmente, por habitações dispostas em uma ou duas faixas, a que se tinha acesso por um passal estreito. Mas o facto de ser esta a morfologia

⁵ Veja-se, entre outros, Manuel A. Correia Teixeira: «As ilhas surgem portanto como uma consequência da emigração rural para a cidade e do desenvolvimento industrial do Porto na segunda metade do século XIX». TEIXEIRA, Manuel A. Correia – *Do entendimento da cidade à intervenção urbana. O caso das ilhas da cidade do Porto*, p. 76.

⁶ Este inquérito abarcou todo o concelho do Porto, que, na altura, ainda não incluía as freguesias de Ramalde, Aldoar e Nevogilde, pertencentes ao concelho de Bouças (Matosinhos). GUEDES TEIXEIRA, Visconde de – *Circular dirigida aos Bancos do Porto sobre a construção de casas para operários na mesma cidade*. Porto: Imprensa Civilização, 1885, p. 3.

⁷ Este inquérito, promovido pelo Conselho de Melhoramentos Sanitários, excluiu grande parte da cidade, nomeadamente as freguesias da Foz, Campanhã, Paranhos, Sé S. Nicolau e Vitória e parte da freguesia de Lordelo, pelo que o número de ilhas e respectivos moradores seriam, certamente, bem superiores aos apontados. Cf. JORGE, Ricardo – *Demografia e Higiene na cidade do Porto*. Porto: Repartição de Saúde e Higiene da Câmara Municipal do Porto, 1899, p. 153; MATA, José Caeiro da – *Habitações Populares*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1909, p. 81-82. A população do Porto passara de 110.667 habitantes em 1878 para 146.736 em 1890, atingindo 167.955 em 1900. Para permitir a comparação, considerámos em todos os anos as freguesias incluídas no concelho do Porto em 1895. *Recenseamentos da População, 1878, 1890 e 1900*.

mais vulgar não significa a inexistência de outras, desde as ilhas em que as casas se dispunham em torno de um pátio interior até às grandes aglomerações emaranhadas na encosta voltada ao Douro, como acontecia na Corticeira, nas Fontainhas, nos Guindais⁸, etc., ou, ainda, nos montes da cidade, como Salgueiros. Qualquer que seja a disposição das casas ou a dimensão da ilha, o que importa salientar é o facto de se tratar de um espaço «concha»⁹, fechado sobre si mesmo. A entrada (vulgarmente, através de um portal de acesso à rua) e os equipamentos comuns (lavadouro, poço, retretes, etc.) facilitam a formação de um espírito de comunidade, fundado em relações intensas de vizinhança e reforçado, frequentemente, por relações de parentesco formal ou informal entre os respectivos moradores¹⁰. Tais características geram não só uma fraca delimitação entre o espaço público e o espaço privado¹¹, mas também, como já foi salientado, um «espírito de colmeia», gerador de solidariedades, onde se forma um universo sociocultural específico e onde o acesso de estranhos, não sendo vedado, não deixa também de ser inibido ou mesmo hostilizado.

Não menos importante, no período que aqui nos ocupa, é a relação frequente entre o espaço residencial e o espaço de trabalho. O forte crescimento industrial da cidade, na segunda metade do século XIX, não destruiu, antes alimentou, modalidades tradicionais de produção artesanal e doméstica¹². Em muitas ilhas do Porto de finais do

⁸ Cf., por exemplo, *Inquérito da Imprensa*. «Folha Nova», n.º 61, 6 de Agosto de 1885: «As ilhas naquele local (Guindais), de ordinário ou descem até próximo das casas da margem do rio, ou agrupam-se, do outro lado, pelas fragas que tocam no muro do convento das freiras de Santa Clara. Estes últimos agrupamentos é difícil descrevê-los. São um perfeito labirinto de escadarias sucessivas, de corredores escuros e estreitos, de edificações sobrepostas em andares, que parecem derrocar-se, de uma espécie de celas onde não penetra a luz e nas quais vivem famílias completas, umas pequenas vilas, enfim, que seriam muito pitorescas e interessantes... se estivessem desabitadas (...). As habitações têm apenas a porta de entrada e se por acaso alguma possui janela ou é uma simples fresta ou dá para precipícios imensos». Quase ao fundo das escadas, com o n.º 7, ficava a «ilha do Barbosa», composta por «algumas dúzias de casas sobre um penhasco quase cortado a pique». Nestas ilhas, que desapareceram com a derrocada dos Guindais e a construção da ponte D. Luís, morava «muita gente, a maior parte carrejões, vendedoras de peixe, etc.».

⁹ A expressão é de SEIXAS, Paulo Castro – *o. c.*, p. 263.

¹⁰ Noutros estudos, temos destacado a importância dessas «vicinalidades» nas ilhas de finais do século XIX: *Housing, Household, and the Family: the 'ilhas' of Porto at the end of the 19th Century*. «Journal of Family History», vol. XIX: 3 (1994), p. 213-236; *Famílias portuenses na viragem do século, 1880-1910*. Porto: Afrontamento, 1995, p. 245-248; a importância das «vicinalidades» nas ilhas actuais é destacada por SEIXAS, Paulo Castro – *o. c.*, p. 151-155.

¹¹ A mesma observação tem sido feita relativamente a outras situações urbanas. Como escreveu COONTZ, «*working-class families made fewer divisions between family and street life or public and private roles than did middle-class families, though they do sharper distinctions between work life and personal life*». Cf. COONTZ, Stephanie – *The Social Origins of Private Life. A History of American Families (1600-1900)*. Londres/Nova Iorque, 1988, p. 297.

¹² Veja-se, por exemplo, JUSTINO, David – *A formação do espaço económico nacional. Portugal (1810-1913)*. Lisboa: Editorial Vega, 1986, vol. II, p. 149-150.

século XIX, sobreviviam pequenas oficinas ou formas de *domestic system*, em especial de tecelagem, associando as relações de vicinalidade à identidade socioprofissional.

2. ILHAS «LABORIOSAS», ILHAS «PERIGOSAS»

Não sendo uma realidade nova no Porto do final do século XIX, só nessa altura as ilhas começam a suscitar uma atenção crescente das autoridades e das elites. Desde a década de oitenta, multiplicam-se as referências produzidas pelas autoridades administrativas e policiais, médicos e higienistas, jornalistas e políticos, acentuando o carácter patológico das zonas de habitação popular, encaradas como focos de infecção física, que ameaçavam contagiar a cidade, e focos de infecção moral, que punham em perigo os «bons costumes» e a «família»¹³.

Tornava-se necessário destruir o perigo sanitário que crescia na cidade. Em 1885, sob o pseudónimo de Spada, o jornalista Emídio de Oliveira escrevia no jornal republicano *Folha Nova*: «É preciso que o povo miserável e faminto se recorde bem desta incontestável verdade – que o saneamento das suas tristíssimas moradas não é um fim de solidariedade e de justiça, mas um simples meio para garantir a segurança da vizinhança rica. Quando foi que o governo se importou com a habitação do proletariado? Que o homem do povo se lavasse ou não era isso para ele completamente indiferente (...). Mas hoje o caso muda de figura, e os ilustres medalhados, conselheiros perpétuos dum Estado que de tantos conselhos precisa, abeiram-se das tocas onde se aninha o indigente, dizendo-lhe: ‘Lava-te por Deus! Se hoje és o foco revolucionário contra quem posso mandar as minhas tropas municipais, amanhã serás o foco de infecção contra o qual eu nada posso fazer, senão fugir’»¹⁴. Não por acaso, os inquéritos às ilhas sucederam-se, por esta altura, nos momentos em que se declaravam surtos ou ameaças de epidemias, como aconteceu em 1883 e 1885 com a cólera e em 1899 com a peste bubónica. Sem quaisquer consequências. As ilhas continuaram a proliferar na cidade, sem que as autoridades administrativas conseguissem

¹³ A identificação das «classes laboriosas» como «classes perigosas» pelas autoridades e pelas elites é vulgar nas grandes cidades europeias do século XIX, estendendo-se essa associação às zonas de habitação das famílias trabalhadoras. Veja-se, para Paris, o estudo pioneiro de CHEVALIER, Louis – *Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris, pendant la première moitié du XIXe siècle*. (1958) 2ª ed. Paris: Hachette, 1978.

¹⁴ SPADA – *Teoria das medidas governamentais contra o cólera*. «Folha Nova», n.º 58 (3 de Agosto de 1885). Num outro número do mesmo jornal, Emídio de Oliveira condenara a centrifugação dos pobres do Porto do seu tempo, movimento comum às grandes cidades europeias, e que haveria de durar no caso portuense até aos nossos dias: «Por mais de uma vez temos notificado o princípio de que a municipalidade não tem o direito de derrubar os prédios velhos onde se alojam as famílias pobres, para a construção de ruas ou praças elegantes, sem previamente procurar saber para onde hão-de ir os desgraçados postos na rua, por... utilidade pública». OLIVEIRA, Emídio de – *A miséria no Porto (Boletim da Primeira Comissão de Inquérito)* – V. *As ilhas*. «Folha Nova», n.º 53 (28 de Julho de 1885).

concretizar qualquer programa de habitação popular, em condições de salubridade e acessíveis às camadas trabalhadoras. A iniciativa pioneira do governador civil Visconde de Guedes Teixeira, em meados da década de oitenta, visando mobilizar os bancos da cidade para a construção de casas para operários¹⁵, não parece ter suscitado a mínima adesão, apesar de coincidir com uma enorme campanha empreendida pelos principais órgãos da imprensa periódica do Porto¹⁶.

Além do perigo biológico, a visão das autoridades e das elites cultas sobre as ilhas realçava o perigo moral desses espaços de habitação popular. Para eles, a «gente das ilhas» fazia parte de um outro mundo, cultural e socialmente degradado. Em 1909, Caeiro da Mata, no seu livro sobre *Habitações Populares*, considerava que a «promiscuidade» dos habitantes das ilhas provocava «o abaixamento de nível moral da família operária, traduzido no número de nascimentos ilegítimos, no alcoolismo, na prostituição e na criminalidade»¹⁷.

Acima de tudo, o aumento da população urbana, e em especial de uma população operária em condições precárias de existência, associava a questão do alojamento à questão social, já que, nas ilhas, espaços de sociabilidade intensa, a aglomeração de enormes contingentes operários, atingindo por vezes as centenas de habitantes, favorecia a expansão das ideias revolucionárias. Em 1885, o republicano Rodrigues de Freitas, após citar o célebre estudo de Friedrich Engels sobre a classe trabalhadora inglesa, escrevia sobre as ilhas do Porto, reflectindo os preconceitos e temores da burguesia da época: «eis uma estreita comunidade de miséria, onde a virtude se torna certamente difícil, onde os vícios, as ideias falsas, os ódios contra a sociedade acham terreno perfeitamente preparado»¹⁸. As preocupações de Rodrigues de Freitas tinham razão de ser. Tal como outras grandes cidades da época, o Porto operário das ilhas acumulava problemas sanitários graves, mas também um campo propício à propagação das ideias socialistas e anarquistas que propunham a revolução social. Não por acaso, a sede do grupo do Porto da Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa (filiada na Associação Internacional dos Trabalhadores) e do Partido Socialista tinha-se instalado, na década de setenta, na zona popular da Fontinha¹⁹.

¹⁵ GUEDES TEIXEIRA, Visconde de – *o. c.*

¹⁶ Sobre esta importante campanha da imprensa, veja-se FITAS, Idalinda Rosa Rodrigues – *A habitação popular no Porto em finais do século XIX: o inquérito da Comissão Central da Imprensa (1885)*. Porto: FLUP, 1998. Dissertação de mestrado.

¹⁷ Veja-se, por exemplo, MATA, José Caeiro da – *o. c.*, p. 96-97.

¹⁸ FREITAS, Rodrigues de – *A miséria no Porto*. «Folha Nova», n.º 52 (27 de Julho de 1885).

¹⁹ Cf. PEREIRA, Gaspar Martins; CASTRO, Maria João – *Do corporativismo ao anarco-sindicalismo: sobre o movimento operário no Porto na 2ª metade do século XX*. In BARRUCA, Mário Jorge (coord.) – *Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In memoriam*. Porto: FLUP, 1999, vol. 2, p. 207-208. CASTRO, Maria João – *«O Operário» (1879-1882) e o movimento socialista no Porto*. Porto: FLUP, 2000. Dissertação de mestrado.

A mobilização para as greves e outras acções de protesto tornava-se frequente em algumas ilhas. Na greve geral dos tecelões do Porto, em 1903, as manifestações dos milhares de grevistas, a maior parte deles saídos das ilhas, alarmou a cidade burguesa e as autoridades. Nas suas memórias, o militante anarquista Manuel Joaquim de Sousa, recordava: «Os grevistas, homens, mulheres e crianças – estas em maior número – contavam-se por milhares. Aglomerados em multidão, eles apresentaram-se na praça pública. Era um verdadeiro estendal de miséria, que comovia até os corações menos sensíveis. Saídos dos seus antros de miséria, nos bairros populosos das Antas, das Eirinhas, de S. Victor, do Monte Pedral, do Campo Pequeno, do Bom Sucesso, etc., onde vegetavam promiscuamente em apertadas casas de ‘ilha’, sem higiene, sem luz, sem ar, esfarrapados, esqueléticos, roídos muitos já pela tuberculose, os filhos sujos, desgrenhados e famélicos, minados já ou propensos àquela terrível doença, os grevistas só assim, apresentando-se como viviam, conseguiram cativar a opinião pública em seu favor»²⁰. Por vezes, em algumas grandes ilhas, surgiam, mesmo, estruturas associativas de classe. Refira-se, a título de exemplo, a organização da *Agrupação Promotora dos Melhoramentos Morais e Materiais das Classes Populares do Porto*, na ilha do Mastro, na rua da Saudade, em Julho de 1888. Esta associação chegou a contar com mais de 50 operários, na sua maioria tecelões, tendo sido impulsionada por um dos moradores da ilha, o ex-latoeiro António Joaquim Morais. As reuniões eram feitas ao ar livre, numa eira próxima, ou num salão da ilha, onde funcionava também uma escola primária protestante e onde decorriam os bailes das tardes de domingo. Neste mesmo salão, comemorou-se, a 18 de Novembro de 1888, com a participação de diversos militantes socialistas e anarquistas do Porto, o primeiro aniversário dos «Mártires de Chicago», o que revela um significativo grau de consciência e informação política sobre o movimento operário internacional, bem como ligações aos movimentos políticos socialista e anarquista da cidade²¹.

3. VIVER NA ILHA, A SOLUÇÃO POSSÍVEL

Apesar dos diversos projectos de salubridade do espaço urbano do Porto, que propunham, em alguns casos, a demolição das ilhas e o realojamento das famílias que aí residiam, as campanhas higienistas e securitárias da burguesia portuense oitocentista não deram resultados significativos. Pelo contrário, nas últimas décadas do

²⁰ *Memórias de Manuel Joaquim de Sousa, contadas por ele próprio, até aos 20 anos de idade*. In SOUSA, Manuel Joaquim de – *Últimos tempos de acção sindical livre e do anarquismo militante*. Lisboa: Antígona, 1989, p. 160.

²¹ VIANA, J. M. Gonçalves – *Aspirações populares. Subsídios – XII*. «O Tripeiro», 3ª série, vol. VI (Setembro de 1927), p. 279.

século XIX e inícios do XX, a «cidade escondida»²² alastrou no miolo dos quarteirões urbanos, correspondendo a investimentos lucrativos das camadas da pequena e média burguesias, numa espiral de especulação imobiliária, num momento em que aumentava muito a procura de espaços residenciais por parte das camadas trabalhadoras.

A par de grandes concentrações que chegavam a albergar mais de uma centena de famílias, surgiam imensas pequenas ilhas, resultantes de uma febre imobiliária, que captava investimentos de diversas camadas sociais, desde grandes negociantes e industriais até artesãos. Algumas foram mesmo construídas por iniciativa dos donos das grandes fábricas para alugar aos seus operários. Entre 1875 e 1879, a empresa da Fábrica de Fiação de Salgueiros construiu uma ilha com 47 casas dentro da área murada da Quinta de Salgueiros, ao lado das respectivas instalações fabris²³. As ilhas mais vulgares, com 4 ou 5 pequenas habitações, garantiam uma amortização rápida dos capitais investidos e, a curto prazo, lucros elevados, num momento em que a procura de alojamentos baratos se intensificava. Como escreveu então Emídio de Oliveira, «um pedaço de terreno, comprado em regulares condições e plantado de cubículos e casinholas de telha-vã, sem janelas, sem fossas, sem chaminé, sem cal, sem soalho, pode render entre 30 a 40%, o que é certamente a taxa máxima a que um usurário pode empregar o seu dinheiro em bens imóveis»²⁴.

Não sendo a única forma de habitação popular da cidade do Porto, as ilhas tornaram-se a forma de alojamento barato mais vulgarizada. Concentrando-se especialmente nas zonas mais industrializadas (Montebelo, S. Victor, Campo Pequeno, Saudade, Salgueiros, etc.), multiplicaram-se, «em consequência das sucessivas demolições nos bairros pobres e do aumento que a população trabalhadora tem tido», como escrevia Joaquim Urbano, em 1888²⁵. Para as camadas trabalhadoras, a casa da ilha era, então, a maior parte das vezes, a habitação possível, já que o custo do aluguer de

²² A expressão é de Ezequiel de Campos, que, como a generalidade dos autores do seu tempo, insiste em associar o espaço físico degradado das ilhas à imoralidade, defendendo como prioridade urbanística do Porto dos anos 30 «a grande tarefa de eliminar as ilhas e o seu ambiente moral – cidade intrusa e escondida no Porto por detrás das fachadas aparentes das ruas e das praças». *Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*. Porto, 1933, p. 46.

²³ Cf. *Breve Memoria sobre a Parceria Mercantil Fabrica de Fiação a Vapor em Salgueiros...* Porto, 1889, p. 8. Segundo um inquérito realizado em 1909 os preços de aluguer destas casas eram considerados elevados pelos operários. Cf. *Inquirição pelas Associações de Classe sobre a situação do Operariado*. «Boletim do Trabalho Industrial», n.º 49, Lisboa 1910. Transcrito em CABRAL, Manuel Villaverde – *O operariado nas vésperas da República (1909-1910)*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1977, p. 275.

²⁴ OLIVEIRA, Emídio de – *A miséria no Porto (Boletim da Primeira Comissão de Inquérito) – I. As ilhas*. «Folha Nova», n.º 47 (21 de Julho de 1885).

²⁵ RIBEIRO, Joaquim Urbano da Costa – *A mortalidade do Porto em 1888*. Porto, 1889, p. 181; vale a pena transcrever a descrição que Joaquim Urbano faz das ilhas, sugerindo uma pluralidade de configurações: «são constituídas por grupo de casas, separadas na sua maior extensão por um estreito corredor ao ar livre; em algumas estes grupos são múltiplos com varias dependências, de ordinário sujeitas à irregular

outro tipo de casas se revelava incomportável face ao orçamento familiar. Os casos frequentes de despejos por falta de pagamento das rendas, a importância assumida pela assistência prestada pelos Albergues Nocturnos, que dispensavam, anualmente, desde 1882, alguns milhares de dormidas a pobres da cidade sem casa, a degradação das «casas de malta» ou das «colmeias» do centro histórico, fazem-nos reflectir sobre a frequência de situações ainda mais miseráveis que as dos habitantes das ilhas.

A «questão do alojamento popular» parece, de resto, ter preocupado mais os bem instalados do que os próprios habitantes das ilhas e das habitações degradadas. Para estes, as prioridades reivindicativas, como acontecia em outras cidades industriais da Europa, ligavam-se mais ao trabalho e ao pão do que à casa²⁶. Aliás, as primeiras iniciativas de construção de casas para operários em boas condições de higiene fracassaram, acabando por ser alugadas a famílias da pequena burguesia, principalmente por razões económicas. É que, mesmo com rendas moderadas, o aluguer dessas casas custaria a uma família operária o dobro, o triplo, ou mais, do que costumava pagar na ilha. O exemplo do Bairro Herculano, apresentado geralmente como modelo – «único nesta cidade onde se pode habitar»²⁷ –, é, a este propósito, significativo. Em 1883, Ramalho Ortigão referia-o como um dos importantes melhoramentos materiais que se vinham realizando na cidade do Porto: «O Bairro Herculano, entre o Jardim de S. Lázaro e as Fontainhas, é um recinto murado, fechado por uma grade de ferro, compreendendo 200 ou 300 casas, de rés-do-chão, ou de um andar, comodamente alinhadas, com um pequeno jardim comum, um mercado, lavadouros, enxugadouros, etc.»²⁸. Porém, as rendas oscilavam aí entre os 2.000 e os 5.000 réis mensais. Ora, em muitas ilhas das proximidades, os alugueres rondavam os 600-800 réis²⁹.

Apesar das preocupações manifestadas e de algumas propostas, em particular do Governo Civil, como já referimos, a acção dos poderes públicos na questão do alojamento popular não teve quaisquer efeitos, neste período. As primeiras realiza-

configuração do terreno em que assentam; noutras um dos lados do corredor é um muro que a separa dum outro anexo ou casa doutra ilha» (Idem, *ibidem*).

²⁶ O mesmo se passa, aliás, noutros países. Veja-se, para o caso francês, PERROT, Michelle – *Les ouvriers, l'habitat et la ville au XIX.e siècle*. In FLAMMAND, J.-P. (ed.) – *La question du logement et le mouvement ouvrier français*. Paris: La Villette, 1981, p. 19-39.

²⁷ «Folha Nova», n.º 62 (7 de Agosto de 1885).

²⁸ ORTIGÃO, Ramalho – *As Farpas. O País e a Sociedade Portuguesa*. Lisboa, edição de 1971, tomo I, p. 141-142.

²⁹ Vejam-se, por exemplo, os vários relatórios de visitas a ilhas publicados no *Folha Nova*. Em 1909, segundo as associações de classe de tecelões do Porto, as rendas mensais na cidade rondavam em média os 1\$400-1\$800 réis. Cf. *Inquirição pelas Associações de Classe...* In CABRAL, Manuel Villaverde – *o. c.*, p. 276. Em 1914, num inquérito então realizado, o aluguer mensal médio nas ilhas do Porto era de 1\$450 réis em 109 casos, variando as rendas entre \$800 e 3\$100 réis (apenas em 23 casos era superior a 1\$500 réis). Cf. LEMOS, Antonio Gomes Ferreira de – *Contribuição para o estudo da higiene do Pôrto – Ilhas*. Porto: Imprensa Nacional de Jaime Vasconcelos, 1914, p. 57.

ções práticas foram de iniciativa particular, de cunho paternalista ou filantrópico. O exemplo mais conhecido, o dos *Bairros do «Comércio do Porto»*, construídos por iniciativa deste jornal, saldou-se na construção de 87 habitações, de rés-do-chão e andar, com um pequeno quintal, nos bairros do Monte Pedral (26), iniciado em 1899, Lordelo (29), iniciado em 1902, e Bonfim (32), iniciado em 1903. As rendas oscilavam aí entre os 1\$200 e 1\$500 réis. Mesmo assim, eram incomportáveis para a maior parte das famílias operárias. Na resposta a um inquérito realizado em 1909, uma das associações de classe dos tecelões referia: «... nada aproveitam aos tecelões, visto que tais edificações são alugadas a empregados públicos ou particulares, manipuladores de tabaco e indivíduos de qualquer classe mais bem remunerada»³⁰. De resto, segundo os próprios promotores, «os bairros não foram feitos para abrigar operários indigentes; foram construídos para recolher os mais hábeis, mais assíduos e mais morigerados operários, antes como prémio aos seus méritos do que como auxílio às suas condições de existência»³¹. Alguns industriais seguiriam o exemplo, construindo bairros para os seus operários mais bem pagos (contramestres, etc.). Foi o caso de António Marinho, um dos proprietários da Fábrica de Fiação e Tecidos do Jacinto, que construiu 22 casas de boa qualidade no Campo Alegre, com rendas mensais de 1\$200 réis. Mas foram experiências isoladas e limitadas em termos sociais. Por vezes, tornaram-se mesmo mais um motivo de conflito entre os operários e o patrão, como aconteceu no Bairro das Devesas, construído por iniciativa de Almeida e Costa, principal sócio da Fábrica de Cerâmica das Devesas: «Alugadas essas casas aos operários nas mais favoráveis condições, de tal maneira foram tratadas e tais desgostos a seu proprietário originaram, que este resolveu não mais a eles as alugar, mas sim a outros moradores, que, satisfazendo os reduzidos aluguéis, não deteriorassem a propriedade, o que felizmente conseguiu»³².

Viver na ilha constituía, assim, quase sempre, a única possibilidade de alojamento para as camadas populares da cidade, ainda que, nas suas trajectórias individuais e familiares, alguns trabalhadores pudessem aspirar a outro tipo de habitação e, eventualmente, conseguissem concretizar as suas aspirações.

4. AS ILHAS NO PERCURSO DAS FAMÍLIAS TRABALHADORAS

No processo de mobilidade intensa das populações rurais para a cidade, que se intensificou no último quartel do século XIX, o espaço social da ilha parece ter

³⁰ Cf. *Inquirição pelas Associações de Classe...* In CABRAL, Manuel Villaverde – o. c., p. 276.

³¹ Cf. «O Comércio do Porto», 13.12.1903.

³² Cf. GIRÃO, Luís Ferreira – *Casas Operárias na 1ª Circunscrição Industrial*. «Boletim do Trabalho Industrial», Lisboa, 1912, p. 7.

desempenhado um papel decisivo como lugar de integração urbana. Lugar onde, por vezes, já residia um parente ou um conterrâneo, lugar onde se cruzavam as camadas trabalhadoras da cidade com os recém-chegados, a ilha constituiu, nesse sentido, um espaço importante de acolhimento e de socialização.

O espaço da casa é sempre muito reduzido. Quer os *Livros de Plantas de Casas* quer as descrições da época, tal como a realidade actual, mostram-nos que as casas das ilhas se compõem, com raras excepções, de uma saleta, uma cozinha e um quarto. No período aqui estudado, o espaço da casa raramente ultrapassa os 20 m². Em 1909, a Associação de Classe dos Operários Tecelões de ambos os sexos do Porto, em resposta ao inquérito sobre a situação do operariado, esclarecia: «Geralmente as casas não têm divisões, ou quando muito, têm uma alcova, uma pequena cozinha e uma saleta à entrada da porta. Tudo isto não excede a superfície média de 5 metros de largo por 4 de comprimento»³³. Poucos anos depois, um estudo realizado com base num inquérito a 10 ilhas do Porto informava: «É rara a casa que consta de mais de 3 divisões: sala, alcova e cozinha. Na realidade é como se se tratasse duma só sala, da qual se separassem com estreitos e incompletos tabiques de madeira, 2 compartimentos mais pequenos, um para quarto de dormir e outro para cozinha, Em todo o nosso inquérito só duas casas tinham a mais do que esta disposição um pequeno quarto no desvão do telhado, para o qual se subia por estreitas escadas lançadas da sala. Toda a casa de habitação não ocupa em regra mais do que 16 m² de terreno. Algumas há que nem tanto contam de superfície, descendo esta a 9 m² ou pouco mais (...). Como a alcova é muito pequena, cabendo nela somente uma cama, a sala serve também de dormitório»³⁴.

A exiguidade do espaço doméstico estimulava a utilização dos espaços comuns, em especial pelas mulheres e pelos menores não-trabalhadores, intensificando relações de sociabilidade e entreajuda, solidariedades e, também, conflitos. Por outro lado, as características físicas das habitações, divididas por vezes por tabiques das habitações contíguas, dificultavam o isolamento e a intimidade³⁵. Como acontecia nas comunidades tradicionais, na ilha o espaço privado distinguia-se mal do espaço público, sendo o espaço colectivo utilizado como um prolongamento do espaço doméstico.

³³ Cf. *Inquirição pelas Associações de Classe...* In CABRAL, Manuel Villaverde – o. c., p. 276.

³⁴ Cf. LEMOS, Antonio Gomes Ferreira de – o. c., p. 57.

³⁵ Estas situações são, aliás, ainda bem patentes nas ilhas actuais. Cite-se, a título de exemplo, a descrição de uma ilha da Rua da Boavista, em 1990, pelo jornalista Fernando Assis Pacheco: «Na ilha toda a gente se conhece, e mais ainda porque a privacidade não resiste ao efeito de colmeia. O nascimento de um bebé, um casamento de um filho, um aniversário, uma besana atravessam as paredes frágeis. No n.º 261 da Rua da Boavista a vida é naturalmente porosa e, em termos de calor humano, solidária até ao limite do possível. Embora as pessoas andem por vezes às turras, no fim compõem-se». PACHECO, Fernando Assis – *Os Robinsons da Boavista*. «O Jornal Ilustrado», n.º 792 (27.4.1990), p. 8-9.

Normas tácitas estabeleciam-se entre os moradores da ilha para a utilização dos espaços comuns, regulavam a interação, definiam poderes e direitos, determinando formas de socialização específicas nesse universo marginal e marginalizado. De realçar o papel importante da mulher na produção destas normas. Mesmo a mulher trabalhadora (costureira, fiandeira, etc.) desempenhava muitas vezes a sua actividade na casa ou, mais frequentemente, sempre que as condições o permitiam, à porta de casa, de onde adveio a identificação pejorativa entre «mulher da ilha» e «mulher do solheiro»³⁶. Era sobretudo entre as mulheres que se teciam as redes de sociabilidade, de entajuda e de informação. Em *Os Famintos*, escrito em torno da greve dos tecelões do Porto de 1903, João Grave deixou-nos uma imagem literária, ao gosto naturalista, dessas relações intensas de vizinhança que se estabeleciam entre os moradores da ilha onde vivia Luísa, personagem central do romance. Aquando da morte de Manuel, pai de Luísa, «velaram o cadáver, durante a noite, alguns moradores da ilha, enquanto o tio Joaquim dava as voltas necessárias para o enterro». A vizinha Rosa Vesga, ex-tecedeira viúva, que passava os dias ao sol, encostada aos muros, discutindo vidas alheias, já antes fora empenhar as arrecadas de Ana, mãe de Luísa. Uma vizinha ofereceu de comer a Ana e aos filhos. Outros tratavam do corpo do defunto. O funeral foi acompanhado pelos companheiros da fábrica e pelos moradores da ilha. «Algumas mulheres da ilha, condoídas do infortúnio de Ana, trouxeram com que mitigar a fome dos primeiros dias de luto». E, quando Luísa se prostituiu e a mãe endoideceu, os irmãos mais novos de Luísa, Joaquim e Maria, foram acolhidos pelos vizinhos³⁷.

Viver na ilha, como referimos, foi associado pelas elites dirigentes a uma situação física, social e moralmente degradada e marginal. Ou seja, viver na ilha conferia em si mesmo, uma marca social de inferioridade, que os seus habitantes tendiam, certamente, a interiorizar. O processo de ascensão social passava, por isso, pelo acesso a uma habitação socialmente mais valorizada, isto para lá das aspirações individuais de maior conforto ou bem-estar. Ora, o alcance destes objectivos estava, obviamente, limitado pelas condições económicas das camadas trabalhadoras que habitavam nas ilhas, condições essas que derivavam sobretudo das relações existentes no mercado de trabalho e de habitação. Os salários e as rendas de casa impunham limites objectivos

³⁶ Em 1864, escrevia Pereira de Azevedo, referindo-se às ilhas: «Este género de habitações, refractárias a toda a higiene, e situadas em ruas nos extremos da cidade, lado oriental e ocidental, contém uma população grande mas desgraçada; de dia às portas e na rua se vêem figuras pálidas e magras de mulheres e crianças mal vestidas tomando o sol ou dobando algodão, aonde se conta por novidade e entretenimento a felicidade duns e a desgraça doutros, para melhor esquecer a miséria própria». AZEVEDO, Francisco Pereira de – *História da Prostituição e Polícia Sanitária no Porto...* Porto: F. Gomes da Fonseca Editor, 1864, p. 55-56.

³⁷ GRAVE, João – *Os Famintos (episódios da vida popular)*. Porto: Livraria Chardron, 1903, p. 69, 72 e 242-243.

à prossecução de expectativas familiares e individuais das camadas trabalhadoras. Sair da ilha para uma casa melhor pode ter constituído o ideal de muitas famílias pobres, mas a realidade parece ter imposto mais frequentemente a luta pela salvaguarda da casa na ilha, ameaçada em cada fim do mês pela acção de despejo, sempre que o dinheiro da renda não conseguia arranjar-se. Nesta perspectiva, vale a pena tentar perceber a ilha como espaço social dinâmico, atravessado quer pelo conjunto de relações entre os seus moradores quer pelas respectivas trajectórias de vida individuais e familiares.

O problema foi, aliás, colocado com acuidade pelos contemporâneos, sublinhando a relação entre os «níveis de subsistência» e as «fases de vida», para definir o «ciclo de pobreza», de acordo com a proposta de Rowntree³⁸, que fez escola no início do século XX. Viver na ilha corresponderia, assim, para um número substancial de famílias a fases da vida em que as necessidades de consumos tendiam a ultrapassar as capacidades de auferir salários (casais com filhos pequenos, mulheres viúvas, casais idosos, desempregados, etc.). «Ao lado da falta de trabalho – escreve Caeiro da Mata, em 1909 – vem a diminuição do salário à medida que diminuem as energias do operário. Sucede muitas vezes que o salário tem atingido o máximo, quando as necessidades estão ainda no mínimo e que aquele começa a decrescer sem que estas deixem de aumentar. A deserção dos filhos mais agrava a situação económica do operário»³⁹.

Esta perspectiva pode aplicar-se a muitas situações das famílias trabalhadoras que habitavam nas ilhas do Porto em finais do século XIX. Mas não totalmente, já que corresponde a um modelo de «economia salarial familiar» da sociedade industrial, em que a família perde funções produtivas, mantendo-se como mera unidade de consumo, dependente do salário dos seus membros que trabalham fora de casa, não havendo limites ao número de assalariados do agregado doméstico. No entanto, como já referimos, a prevalência de muitas situações em que a família trabalhadora do Porto mantinha funções de unidade de produção e consumo (e a casa espaço de residência e de trabalho) aconselham a considerar, preferencialmente, o modelo mais flexível de «economia familiar adaptativa», proposto por Richard Wall para sociedades em fase de transição⁴⁰. Nesta perspectiva, a análise do percurso de famílias residentes em ilhas do Porto em finais do século XIX e inícios do XX revela alguns aspectos que interessa destacar:

- i) Uma parte significativa das famílias residentes nas ilhas era constituída por jovens casais (por vezes, em união livre), com ou sem filhos, vivendo, fre-

³⁸ ROWNTREE, E. Seebhom – *Poverty. A Study of Town Life*. (1901). 3ª ed. Nova Iorque: Howard Fertig, 1971.

³⁹ Citado por MATA, José Caeiro da – *o. c.*, p. 61-62.

⁴⁰ WALL, Richard – *Trabajo, bien estar y familia: una ilustracion de la economia familiar adaptativa*. In BONFIELD, Lloyd; SMITH, Richard; WRIGHTSON, Keith (eds.) – *El mundo que hemos ganado. Estudios sobre población y estructura social*. Madrid: Ministeria de Trabajo y Seguridad Social, 1990, p. 328-330.

- quentemente, na vizinhança de outros familiares, a quem podiam recorrer ou a quem podiam socorrer, em situações de necessidade. A facilidade de estabelecimento do jovem casal como grupo de trabalho, em especial entre os tecelões que trabalhavam «à peça», conjugava-se com a relativa facilidade de encontrar uma casa na ilha (ou em ilhas próximas), com o modelo de saída precoce dos jovens do lar paterno, com baixas idades de casamento (frequentemente, união livre) e com elevadas «vicinalidades» parentais.
- ii) Viviam nas ilhas, também, alguns casais idosos, por vezes com filhos ou filhas casadas na vizinhança, embora a mortalidade diferencial, atingindo mais intensamente as camadas trabalhadoras, em especial os homens, limitasse estas situações. O mais comum era a sobrevivência de mulheres solteiras ou viúvas que se mantinham na casa da ilha.
 - iii) Em muitas ilhas, moravam indigentes, mais frequentemente mulheres viúvas, isoladas ou não, que poderiam usufruir de uma renda barata e do apoio da vizinhança, por vezes em retribuição de serviços, como cuidar das crianças.
 - iv) Algumas casas das ilhas eram partilhadas (tal como a sua renda) por trabalhadores sem parentesco evidente, solteiros e deslocados das suas terras de origem, por vezes também na vizinhança de familiares.

Qualquer destas situações ajudou a criar, no microcosmos da ilha, uma rede densa de relações familiares e de solidariedades de vizinhança e, simultaneamente, a ajustar as necessidades e os recursos das famílias trabalhadoras, muitas vezes em situações-limite de precariedade. De resto, mesmo considerando apenas a análise tipológica dos agregados domésticos, torna-se evidente que, neste período, o isolamento não foi significativo entre as camadas populares do Porto, ao contrário das teorias tradicionais da família em contextos de industrialização. Se tivermos em conta a importância das «vicinalidades» geradas no espaço das ilhas, facilmente concluímos que as famílias trabalhadoras podem ter enfrentado condições de vida muito difíceis, mesmo situações de miséria extrema, mas só raramente terão conhecido a situação de isolamento.

A análise comparativa da população residente nas ilhas e em outros espaços residenciais, na freguesia de Cedofeita, em 1881, revelou, ainda, outras diferenças significativas:

- i) A população das ilhas era, no seu conjunto, uma população mais masculinizada e mais jovem que a restante. Em toda a freguesia, verificam-se relações mais baixas de masculinidade, sobretudo a partir do grupo dos 20-24 anos, o que parece relacionar-se, em parte, com a atracção de mulheres de fora da cidade pelo trabalho doméstico nas casas das classes médias altas.

- ii) Em contrapartida, após os 55 anos, a proporção de homens nas ilhas baixa abruptamente, em resultado de dois factores convergentes: a mortalidade diferencial, que incidia com maior violência sobre os homens das camadas trabalhadoras, e a situação da mulher na velhice e viuvez, que se traduzia, frequentemente, por uma pauperização que a obrigava a recorrer à procura de alojamento mais barato na ilha.
- iii) Além disso, entre as famílias trabalhadoras das ilhas verificava-se uma maternidade mais precoce, correspondente a uniões conjugais mais jovens, a par de uma descida brusca da presença de filhos nos fogos encabeçados por indivíduos com idades superiores a 55 anos. Estes indicadores sugerem-nos a saída mais precoce dos filhos dos lares pobres, impondo tal «transição»⁴¹ diferentes estratégias residenciais. Em certos casos, a saída dos filhos em idade de ganhar salários, correspondendo a um abaixamento brusco dos rendimentos familiares, provocou a entrada na ilha de alguns casais ou indivíduos idosos. Em contrapartida, em outros casos, a capacidade de alguns pais das camadas trabalhadoras controlarem os salários dos filhos terá melhorado, pelo menos temporariamente, as condições económicas dessas famílias, possibilitando-lhes a saída da ilha.

As «transições» nos percursos de vida individuais e familiares – a formação do casal, o nascimento dos filhos e o crescimento da família, a entrada dos filhos no mercado de trabalho, a saída dos filhos para formarem o seu próprio lar, a morte do cônjuge ou a integração de outros parentes ou parceiros – determinavam estratégias de adaptação, em muitos casos visíveis, numa análise fina das ilhas do Porto finissecular. Tais estratégias passavam, frequentemente, pela mudança de casa, dentro da ilha, para outra ilha ou para uma casa independente ou plurifamiliar num prédio «com janelas para a rua». As «transições» habitacionais, muito mais frequentes no Porto de finais do século XIX do que nos nossos dias, determinaram, certamente, rupturas e constantes adaptações na rede de vizinhança das ilhas, tal como obrigaram quem saía a adaptar-se a outros espaços e vizinhanças. Porém, tal situação não parece ter sido apenas sentida pelas famílias trabalhadoras das ilhas. A mudança de casa, pelo S. Miguel, era frequente entre as classes médias do Porto. Curiosamente, a comparação entre os índices de permanência, entre 1880 e 1910, em duas ruas do Porto, uma delas

⁴¹ Utilizamos o conceito proposto por Tamara Hareven, significando «a transição dos indivíduos entre diferentes papéis familiares», que determinam «transições do colectivo familiar», ao longo do ciclo de vida dos indivíduos e das famílias. HAREVEN, Tamara K. – *Family Time and Industrial Time. The relationship between the family and work in a New England industrial community*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, p. 7. Veja-se, também, HAREVEN, Tamara K. (ed.) – *Transitions. The Family and the Life Course in Historical Perspective*. Nova Iorque: Academic Press, 1978.

(Rua do Almada) com predominância de famílias da pequena e média burguesia e outra (Rua da Saudade) com predominância de famílias trabalhadoras vivendo em ilhas, detectou comportamentos semelhantes⁴². É provável que uma análise mais extensa possa contrariar esta tendência. No entanto, a permanência na ilha parece corresponder a um padrão de integração, através das redes de «vicinalidades», de sentido de pertença e de identificação com o local, gerando «identidades continuadas» nos percursos residenciais, como referiu Paulo Castro Seixas, na sua análise antropológica sobre as ilhas actuais: «As ilhas são para todos estes que fizeram delas o seu ninho na cidade, um lugar difícil de sair, principalmente quando se trata de se afastarem dessa mesma cidade...»⁴³. A continuidade/ruptura face a esse «ninho», por mais incómodo, insalubre e degradado que ele possa parecer, não depende apenas das condições económicas de quem aí vive mas também do peso do passado e dos sentimentos de pertença, incluindo os de partilha de emoções e interesses, bem como da maior ou menor integração, densidade e eficácia das redes vicinais nos percursos individuais e familiares.

NOTAS FINAIS

Nesta abordagem, necessariamente breve e parcelar, sobre a forma como as ilhas marcaram o percurso de muitas famílias trabalhadoras do Porto em finais do século XIX, num período de intensa industrialização, de atracção de populações rurais pela cidade e de reconfiguração de muitos espaços urbanos, pretendemos salientar a importância de uma análise das trajetórias de vida individuais e familiares nesses espaços residenciais.

Longe de constituir uma instância passiva face a um mundo que lhe era hostil, a família trabalhadora teve de adoptar estratégias de sobrevivência na cidade industrial, adaptando os seus recursos variáveis de força de trabalho e de salários às suas necessidades, de forma a garantir sustento e abrigo para todos os seus membros. Mantendo-se os recursos salariais em níveis muito baixos, as prioridades centravam-se no pão, subalternizando-se o espaço residencial, o que levava a família trabalhadora a suportar condições extremas de habitabilidade. Nessas circunstâncias, viver na ilha, onde o alojamento era mais barato, constituiu, a maior parte das vezes, a opção possível, durante fases mais ou menos longas do curso de vida das famílias pobres,

⁴² Cf. PEREIRA, Gaspar Martins – *Famílias portuenses na viragem do século, 1880-1910*. Porto: Afrontamento, 1995, p. 159-163.

⁴³ SEIXAS, Paulo Castro – *o. c.*, p. 262.

que, dessa forma, podiam, em contrapartida, usufruir da rede de solidariedades de parentesco e vizinhança, elemento essencial das suas estratégias de sobrevivência⁴⁴.

Além disso, a família não pode ser entendida como instância isolada, num mundo que reforçava as fronteiras entre o público e o privado e glorificava os valores burgueses da propriedade e da intimidade doméstica. Na ilha, por natureza, tais valores e fronteiras tinham pouco significado. A sua fragilidade e imprecisão decorriam tanto da configuração topográfica da ilha, que a tornava mais ou menos gregária, como da condição social proletária dos seus moradores, mais ou menos relutantes à aceitação desses valores e fronteiras. Como lugar de sobrevivência, integração e resistência na cidade industrial, a ilha segregou «identidades continuadas», constituídas por espaços, hábitos e memórias partilhadas pelos seus habitantes. Aí, a família trabalhadora integrava-se na teia densa de «vicinalidades», cujo papel não pode ser desprezado, contrariando as teses tradicionais de anomia e de desorganização familiar na cidade industrial.

⁴⁴ O mesmo acontece, ainda hoje, quer em diversas ilhas do Porto (cf. SEIXAS, Paulo Castro – o. c., p. 151-155) quer em outras zonas populares urbanas, como o bairro de Alfama, em Lisboa (cf. SILVA, Cristina Santos – o. c., p. 129).

ILHAS E NOVOS CONDOMÍNIOS NO PORTO DO SÉCULO XX. REFLEXOS DO PASSADO, INTERROGAÇÕES DO PRESENTE

PAULO CASTRO SEIXAS*

1. INTRODUÇÃO

Pode-se compreender a habitação como um dos lugares em que se sente as transições de uma cidade? Pode-se compreender a habitação como um dos lugares em que se sente as transições da família como grupo social ao longo do tempo? Metonímia da família e da cidade, a habitação não será também um dos lugares em que se sente a transição macro, chamando-lhe globalização ou não? Em suma, a hipótese é a da Habitação Ritual. A habitação-objecto e a habitação-sujeito (o habitar) revelam a) o ritual familiar transgeracional; b) a estrutura antropológica urbana (ou estrutura da diferença) e c) a transição dos paradigmas socio-espaciais mais globais e das suas políticas da diferença.

Foi, basicamente, esta ideia, aqui muito resumida, que apresentei em forma narrativa há 10 anos atrás numa tese sobre as Ilhas e os Novos Condomínios no Porto (SEIXAS, 1999; SEIXAS, 2008). As Ilhas como lugares limiars no processo de urbanização (de fazer cidade) e de urbanidade (dos valores urbanos), de transição familiar numa batalha de décadas entre dependência e autonomia (face ao parentesco, à terra, à comunidade), como lugares entre o estigma e o direito à cidade (canto, concha e ninho), como lugares no processo transnacional de industrialização e sua objectificação urbana classista e política da diferença de exclusão do Outro (heteroexclusão). Os Novos Condomínios, surgidos em Portugal basicamente a partir da década de 70/80 do século XX como lugares limiars no processo de metropolização (de fazer a cidade-região) e de cosmopolitaneidade (de valores interculturais), de transição familiar/individual entre dependência e autonomia face à cidade; como lugares de

* ISCSP – Universidade Técnica de Lisboa.

direito pleno à cidade dentro ou fora dela (Clube, Castelo, Casa de férias), como lugares no processo transnacional de terciarização e quaternização da economia, na sua objectificação territorial em estilos de vida e numa política da diferença de exclusão do Eu hegemónico (auto-exclusão).

Neste texto, elaborado tendo esse outro como espelho, interrogar-nos-emos primeiro sobre a «questão da habitação» na sociologia urbana do século XX e de que forma tal lugar compreende o trabalho que fizemos há 10 anos e nos interroga, ao mesmo tempo, para além dele; num segundo momento caracterizaremos então a hipótese da «Habitação Ritual», ou seja, a habitação como metáfora das transições urbanas no tempo e, especificamente, no caso da cidade do Porto para, num terceiro momento, a partir de uma perspectiva crítica, abriremos novos caminhos de investigação para novos tempos.

2. A CASA, A HABITAÇÃO E O CONDOMÍNIO

A «Casa» é, provavelmente, um universal de cultura que, em função da diversidade cultural, objectifica o sangue e o sémen, traduzindo culturalmente (por sobreposição, substituição e outros mecanismos) processos sociais básicos: a linhagem, a aliança e as suas representações. De tal forma a Casa é a metáfora da sociedade que muitas sociedades autonomizaram e monumentalizaram tal função representativa nas chamadas «Casas Sagradas». Estas Casas tornam-se, mais ainda que qualquer casa, o lugar de um culto, quer dizer, da representação de uma sociedade e, portanto, de agregação dessa mesma sociedade pela objectificação das diversas linhagens e das suas alianças ao longo das gerações. A mudança social é, assim, em muitas «sociedades de casas», evidenciada pela fundação ou fim de uma ou mais Casas.

No entanto, uma transição maior implica mesmo a própria noção de Casa. É essa transição que ocorreu com o advento da Troca como sistema autónomo não só de representação cultural mas também de acção social. A troca (dádiva e contra-dádiva) é fundamental numa «sociedade de casas» estando, no entanto, subordinada e servindo para valorizar as Casas. A autonomização do sistema de trocas, para além do referente das «Casas» a que estava ligado, dá origem ao mercado. Numa «sociedade de trocas», as trocas não servem mais para valorizar as casas mas as próprias casas passam a ser parte do sistema das trocas. Numa sociedade em que o «contrato» se sobrepõe ao «status», aquele acaba mesmo por substituir este último fazendo com que as Casas se transformem meramente em casas e o próprio acesso a estas passa a ser função do mercado.

O advento do capitalismo comercial e a progressiva urbanização podem, porventura, ser considerados factores para a mudança de uma sociedade de casas para uma sociedade de trocas. No entanto, em 1800 só 3% da população mundial é que

vivia em cidades, sendo que em 200 anos tal população urbana passou para 47% da população mundial (no ano 2000). Assim, só a partir da industrialização e da urbanização exponencial consequente, ao longo do século XIX e XX, é que uma sociedade de Casas se transformou numa sociedade caracterizada pelo «problema da habitação». As casas urbanas, a partir do século XVIII, passaram a ser numeradas com «números de polícia» em substituição dos nomes que tinham afixados ou dos nomes de família com que eram conhecidas sendo este um indicador da transição de uma sociedade de Casas para uma sociedade da habitação. A filosofia social e, depois, a sociologia, constituiu-se como uma consciência do «problema da habitação», ajudando a construir o novo paradigma pela compreensão do lugar da habitação sem qualquer referência a uma sociedade de Casas mas tão só a uma distinção entre uma categoria social burguesa, herdeira em muitos casos da sociedade de Casas, e uma outra, proletária, que apenas consegue aceder à habitação através de uma sociedade de troca, ainda que tenha como referência cultural uma sociedade de Casas. Assim, a dicotomia entre burguesia e proletariado foi, de facto, mais que isso; foi antes de mais uma dicotomia entre dois tipos de sociedade e em que um dos grupos conseguiu estabelecer uma continuidade da Casa para a casa burguesa enquanto para outro grupo tal transição implicou o acesso à habitação, numa aculturação complexa e transgeracional. No entanto, a Sociologia, ao mesmo tempo que caracterizava o «problema da habitação»¹ da sociedade do século XIX em função da distinção entre as categorias burguesa e proletária, ocultava parte da complexidade da mudança de paradigma de uma sociedade de casas para uma sociedade de trocas. O acesso à cidade, num duplo vínculo entre uma sociedade de casas e uma sociedade da habitação, constituiu uma epopeia transgeracional para uma grande maioria dos urbanitas ao longo do século XIX e XX.

A partir de meados do século XX, uma série de outras mudanças ocorreram em que a habitação voltou a ter um papel primordial. Surgiu, em vários países, o Condomínio enquanto realidade socio-espacial e jurídica: em Portugal em 1955, nos Estados Unidos em 1960, na Austrália em 1961.... E depois, o condomínio, de mera habitação multifamiliar com zonas intersticiais de propriedade colectiva, passou a incorporar nestas áreas, cada vez maiores, uma série de serviços, constituindo-se, em algumas das suas tipologias, mesmo como espécies de micro-cidades. De facto, o que denominámos «novos condomínios» (fechados, reservados, privados...) surgidos a partir basicamente das décadas de 70 nos Estados Unidos e de 80 em Portugal, emergiram concomitantemente com a transição de um mundo industrial para um

¹ A «questão da habitação» foi central, na reflexão sociológica, desde a segunda metade do século XIX (por exemplo, com ENGELS, Friederich (1984) – *Para a questão da Habitação*. Lisboa: Ed. Avante (2ª ed. 1887) até ao final do século XX (por exemplo com DAVIS, Mike (2006) – *Planet of Slums*. Fairfield: Verso).

mundo pós-industrial, e com a metropolização ou a passagem da cidade policentrada para a região urbana polinucleada e em que o zonamento urbano dava lugar a uma pluralidade de pontos centrais de multifuncionalidade.

Foi essa «Habitação Ritual» que tentámos caracterizar a partir da cidade/região urbana do Porto, uma cidade laboratório fascinante pela sobreposição de espaços urbanos de épocas diferentes. Identificámos, por um lado, as «ilhas» como lugar da habitação ritual no processo de urbanização, ou seja da aculturação urbana daqueles que, ao mesmo tempo que desejavam ser urbanos estavam vinculados culturalmente a uma sociedade de Casas. Por outro lado, identificámos os novos condomínios como lugar da habitação ritual no processo de metropolização ou de construção socio-espacial da cidade-região, aculturando aqueles que pretendiam ser metropolitanos mas que continuavam vinculados a uma cultura urbana.

3. A «HABITAÇÃO RITUAL»

As «ilhas» constituíram, e porventura constituem ainda, um lugar limiar entre uma sociedade rural («sociedade de Casas») e uma sociedade urbana (de casas ou da «habitação»). Ao nível dos signos, dos espaços e das vivências procurámos caracterizar tal lugar, o qual constitui, também, nas suas representações culturais, a objectificação da memórias de projectos de urbanização e dos seus dilemas. Assim, considerámos que estávamos na presença de tipologias habitacionais características de um tempo longo, o da industrialização-urbanização, com equivalentes, ainda que numa diversidade de variantes, noutros países: as *back-to-back* e as *blind-back houses* em Inglaterra, as *balconatas* em Itália, as *villes de misère* em França, as *corralas* em Espanha, os *tenements* nos Estados Unidos, as vilas no Brasil, etc. Tal consideração levou-nos a propor a existência de «estruturas antropológicas urbanas» ou «estruturas da diferença» que estabelecem a relação entre o urbanita instituído e o «Outro», através de «políticas da diferença». É bastante claro que estes espaços e os seus habitantes foram, desde final do século XIX ao último terço do século XX, estigmatizados como lugares de pobreza, insalubridade, imoralidade e criminalidade, legitimando uma política da diferença de exclusão e fechamento do «Outro», para a qual a ideologia higienista muito contribuiu, ainda que a própria crítica marxista também tivesse desempenhado um papel não menosprezável em tal política da diferença.

Os «novos condomínios», por outro lado, constituíram, e ainda constituem, um lugar limiar entre uma sociedade urbana (a cidade monocentrada) e uma sociedade metropolitana (a cidade-região, multicentrada). Procurou-se identificar também os signos, espaços e vivências de tal transição, assim como, através das suas representações culturais, caracterizar tais lugares como a objectificação dos projectos de metropolização e seus dilemas. Os condomínios, enquanto figura jurídico-espacial da

habitação multifamiliar dotada de zonas comuns de propriedade colectiva expande-se, a partir dos anos 60, às cidades de diversos países, tornando-se mesmo metonímia da cidade. No entanto, são os «novos condomínios» (fechados, reservados, privados...) que, ao terem denominações e ao aumentar a área colectiva e as suas funcionalidades ao mesmo tempo que adquirem morfologias introspectivas, se constituem como potenciais novas centralidades numa malha urbana cada vez mais difícil sequer de conceber mentalmente. Estes novos condomínios surgem, a partir dos anos 70 em vários países e, especificamente, nos casos em que as cidades se transformam em áreas ou regiões metropolitanas. A existência de tais «novos condomínios» em países coloniais ou em situações pós-coloniais parece remeter, exactamente, para uma transição entre a cidade tradicional e uma região urbana, porventura exponenciada pela diversidade socio-cultural. A «estrutura antropológica urbana» em causa remete, ao contrário do paradigma socio-espacial anterior, para um fechamento do Eu hegemónico, numa auto-exclusão daqueles que se outorgam a si mesmos a «qualidade de vida urbana», sendo esta ideologia tipicamente disseminada pela publicidade, que serve à reestruturação metropolitana do final do século XX e inícios do século XXI.

Podem-se caracterizar as narrativas de «habitação ritual» em função de dimensões específicas, como os signos, os espaços e as vivências, assim como das representações de memória de urbanização e de projecto de metropolização.

Os signos, espaços e vivências das «ilhas» remetem, de facto, para um mundo rurbano. Por um lado, as «ilhas», «pátios» ou «vilas» são, pelas suas denominações, uma referência directa a um agregado pré-urbano: pátio remete para lugar de pastagem de animais ou, porventura, uma referência às «casas-pátio», um dos tipos de casas rurais; «vilas» remetem para a noção de «vila», enquanto agregado administrativamente abaixo da cidade, ou conjunto de casas que podiam ter o nome de «vila»; finalmente «ilhas» podem remeter também para uma habitação multifamiliar, a romana «insulae», ou para espaços de habitar isolados face à cidade envolvente. Para além deste evidente estar-entre que as denominações convocam, estes espaços habitacionais têm normalmente nome explícito ou são conhecidos por um, tal como as casas rurais mas ao contrário de uma sociedade da habitação, plenamente urbana. Quanto aos espaços, as «ilhas» caracterizam-se por ocupar o interior dos quarteirões, em forma de pátio ou corredor, e com acessos às ruas através de estreitas passagens, por vezes mesmo fechadas. Os espaços comuns são, essencialmente, espaços de passagem e de higiene (casas de banho, pátios ou corredores transformados em estendedouros de roupa...) evocando um certo carácter pré-urbano e, até, uma certa relação de proximidade biótica em relação à qual os valores urbanos (a urbanidade) se distanciam. É, assim, um espaço das «traseiras da cidade» que reflete a luta pela cidade e o dilema constante entre a família fictícia criada no grupo de vizinhança e a autonomia sem rede que a cidade convoca. As vivências, e especificamente as relações problemáticas

com a escolarização dos filhos como metáfora de acesso à cidade, são a evidência de tais dilemas. As representações culturais que caracterizam a memória da urbanização remetem para esses mesmos dilemas. A «ilha» é representada como um lugar de acesso à cidade, muitas vezes por migração de «encosto», representando-se mesmo como um «ninho» na cidade; por vezes, este «ninho» transforma-se em «concha» que protege e, ao mesmo tempo, impede o acesso à cidade, reproduzindo-se mesmo por gerações e, em alguns casos, a «ilha» é um «canto» na cidade, ou seja, um espaço de habitar numa situação de crise na vida ou numa situação mesmo de final de vida.

Quanto aos «novos condomínios», ao contrário dos simples condomínios, passaram a ter denominações monumentalizadoras de uma vida urbana e da sua completa realização. Os «novos condomínios» são «Paços» e «Palaces»; são «Praças» e «Jardins», são «Quintas» e «Villages»... Enfim, constituem-se pela denominação em si mesma, como uma identidade urbana potencialmente central que recusa o anonimato dos simples números de polícia numa rua e zona da cidade que, essas sim, têm nome. A denominação dos «novos condomínios» faz assim com que estes se coloquem (ou pelo menos tentem) em vez da própria rua e, por vezes, constituindo mesmo uma referência em toda uma zona urbana. Os nomes pretendem-se como um processo de nobilitação ou «gentrificação» semiótica na expectativa do seu reflexo social. Os nomes (metonímias aristocráticas e burguesas, urbanas ou anti-urbanas) revelam uma lógica de «resgatar» (salvar ou remir) a cidade como um todo num novo tipo de agregado, caracterizado pela «Qualidade de vida». A ideologia da «Qualidade de vida», disseminada pelo *marketing* e publicidade, joga com as ansiedades do urbanita, ansiedades de *status*, de segurança e de estilo de vida, criando diversas combinações de forma a tornar estas novas habitações apelativas a diversos nichos de mercado. O elemento em comum a todas as combinações é a de que o «novo condomínio» é, em si mesmo, uma centralidade urbana, seja dentro ou fora da cidade. Os espaços do novo condomínio pretendem remeter para tal centralidade. Os «novos condomínios» ocupam uma significativa área e caracterizam-se por uma arquitectura «ensimesmada» ou «introspectiva» que se fecha ao exterior em função de muros, sistemas de video-porteiro e outros processos securitários, e privilegia um interior aberto a jardins, piscina, parque de jogos ou/e infantil, etc. De uma forma ou doutra, as zonas colectivas remetem, essencialmente para o lazer, assim como muitas das referências ao exterior do próprio «novo condomínios». Nesta lógica, o próprio espaço exterior ao condomínio (seja uma zona da cidade, seja a praia ou o campo) é assumido como parte integrante ou um activo (económico e social) complementar do condomínio e que o próprio condomínio é que tornou central. Assim, a multifuncionalidade da zona em causa, nos conceitos mais bem conseguidos, passa a ter o próprio «novo condomínio» como principal centro. De facto, só é central devido ao «novo condomínio». Mais importante do que a multifuncionalidade é o carácter

«central» que se consegue inscrever num «novo condomínio» e tal carácter será tanto mais bem conseguido quanto maior a possibilidade oferecida de sair de uma existência anónima e adquirir uma identidade urbana com valor. A hipoteca efectuada funciona, assim, como um resgatar de uma cidade que se perdeu (deixou de ter sentido) e se pretende recuperar. As vivências caracterizadas em função das figuras do viajante enclausurado, do turista em férias e do intruso co-habitante levam a que o «novo condomínio» tanto seja entendido como um clube, uma casa de férias, um castelo ou uma qualquer combinação imaginária de tais vivências. De facto os «novos condomínios» procuraram passar da cidade da habitação à cidade da imaginação. A imaginação era, para muitos, a qualidade de vida, o contexto, o da metropolização.

4. EM DIRECÇÃO A CONDOMÍNIOS RURBANOS?

Cabe, finalmente, neste pequeno ensaio, perguntar-nos, dez anos depois de termos proposto a leitura da cidade que resumimos de forma muito ligeira nos pontos anteriores, em que situação nos encontramos, como podemos interpretar o presente e pensar o futuro das cidades e do habitar.

Num texto recente (SEIXAS, 2010) caracterizámos quatro modelos analíticos e de desenvolvimento territorial que nos possibilitam compreender, a partir de Portugal, a relação entre urbanismo, cultura e globalização. Assim, a metrópole, a metropolização, a intermediação socio-cultural e a criatividade urbana corporizam as alternativas que até agora temos tido. O que ensaiámos nas páginas anteriores remetem, por um lado, para a urbanização, associada a um modelo de metrópole ou urbanização máxima, e, por outro, para a metropolização, em que o modelo é, exactamente o das cidades-regiões nas suas diferenças. Se a relação entre Casa e habitação urbana e o lugar limiar das «ilhas» no remetem para um modelo de metrópole, já a relação entre condomínio e novos condomínios nos remete para um modelo de metropolização. No entanto, para além desses modelos, nos últimos 20 anos dois outros modelos de fazer cidade tornaram-se muito relevantes, o da intermediação socio-cultural e o da criatividade. A intermediação centra-se na relação entre o local e o global em função da utilização de movimentos globais que sirvam à construção de novas formas de vida (porventura novos urbanismos e urbanidades mas não necessariamente) locais, enquanto a criatividade visa impulsionar novidades e *serendipidades* que venham a possibilitar novas formas de vida numa lógica de selecção em que algumas ganharão autonomia e mesmo escala.

Vivemos ainda na sombra dos modelos da metrópole e da metropolização mas tais sombras, ao mesmo tempo, não parecem suficientes para explicar completamente o presente e, muito menos, os percursos que se vão perspectivando na construção do nosso futuro habitar. Duas concepções críticas parecem emergir das marginalidades

e periferias: por um lado o movimento global ecológico que, ultimamente, face à expectável crise do petróleo, tem dado origem às ideias de «Iniciativas de Transição» e, mesmo, «Cidades de Transição», as quais se associam à ideia de «Condomínio da terra»; por outro lado, a criatividade, os seus «Hubs», «Clusters» e mesmo «Cidades Criativas» têm assumido um papel crítico cada vez mais relevante face à situação de crise económica e de gestão urbana, pelo menos nos países do Norte.

Há já alguma evidência de que estas duas crises, a da energia e a do emprego, ao mesmo tempo que as duas concepções críticas, ecológica e da criatividade, estão a gerar novas formas de vida e, portanto, novas formas de habitar. O século XXI é o das sociedades de transição e é muito provável que figuras socio-espaciais de interligação criativa entre o mundo rural e o mundo urbano surjam e que comecem a surgir, mesmo, no interior das metrópoles, porventura mais depressa aí onde a crise se sentirá mais. Será possível estarmos a caminhar para novas comunidades e condomínios rurbanos? Será que a posse colectiva dos espaços de higiene das «ilhas» e suas congéneres, a propriedade colectiva dos espaços de circulação dos condomínios tradicionais e a propriedade colectiva dos espaços de lazer dos «novos condomínios» não são uma genealogia de uma propriedade colectiva mais abrangente?

Os condomínios rurbanos, a serem os modelos da nova «sociedade da transição» (quer dizer pós-petróleo) constituirão, sempre, unidades vivenciais completamente novas e muito diferenciadas entre si, em escala e tipo, pois serão os resultados das concepções críticas ecológica e criativa. Assim, é provável que o número de modelos seja extremamente alargado, ainda que tenha sempre a sustentabilidade como critério: uma certa auto-suficiência energética e segurança alimentar serão certamente critérios relevantes que mudarão acentuadamente as formas de habitar e de viver de muitos assim como as paisagens humanas no planeta.

BIBLIOGRAFIA

Nota: este texto foi elaborado tendo como base os textos anteriores do autor, remetendo-se para eles as demais referências.

SEIXAS, Paulo Castro (1999) – *Paradigmas Socioespaciais e Políticas da Diferença. Ilhas e Novos Condomínios: Uma Interpretação Dialógica da Cidade do Porto*. Porto: Biblioteca da Univ. Fernando Pessoa, 667 p. Policopiada.

SEIXAS, Paulo Castro (2008) – *Entre Manchester e Los Angeles. Ilhas e Novos Condomínios no Porto*. Porto, Universidade Fernando Pessoa.

SEIXAS, Paulo Castro (2011) – *Urbanismo, Cultura e Globalização em Portugal. Modelos analíticos e de desenvolvimento territorial*. Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana (Jan.-Jun. 2011). Curitiba: Ed. Champagnat, PUCPR.

BAIRROS ECONÓMICOS DO PORTO: A CASA COMO ARMA POLÍTICA

PAULO ALMEIDA*

A cidade do Porto pode ser percebida como um mosaico de todas as políticas habitacionais em Portugal, desde o crescimento das actividades industriais, no século XIX. O programa de casas económicas, lançado em 1933, a base de todas as iniciativas habitacionais do período autoritário, teve uma expressão importante na cidade, nas suas componentes sociais, político-ideológicas e urbanísticas. Os 12 bairros construídos no Porto, num período de três décadas, resultam num testemunho material político-ideológico, que serviu de mote a uma reconfiguração do tecido social urbano, relevante também pelos mecanismos de acesso à propriedade privada pelas classes mais solventes, subvertendo os mecanismos de oferta e procura habitacional, e pela definição e alargamento de camadas de apoiantes do regime.

1. PROBLEMÁTICA HABITACIONAL E CASAS ECONÓMICAS

A questão habitacional é temática recorrente desde a caracterização da cidade da revolução industrial. Em Portugal, o crescimento das populações urbanas, desde o século XIX, está relacionado com a transferência de mão-de-obra do campo para a cidade, verificável nos resultados dos saldos fisiológicos, que são sempre muito baixos, associados a altas taxas de natalidade e mortalidade. Por outro lado, as migrações são factores determinantes na ocupação do território, pela passagem do exercício da actividade do sector primário para os sectores secundário e terciário (SALGUEIRO, 1992). Essas mudanças desenvolvem expectativas na população migrante, reflectidas na necessidade de habitação. No caso português, o Liberalismo do século XIX e o Republicanismo do início do século XX proporcionaram a criação de novas classes de

* Jornalista. Investigador do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória».

funcionários administrativos, a que se veio juntar uma classe média urbana associada à actividade industrial e comercial.

A necessidade habitacional, entendida na formulação proposta por CARDOSO (1996: 107-121), reporta-se à avaliação por parte das famílias da habitação futura ou actual, sendo determinada pela procura, que resulta do preço da casa e do rendimento das famílias, e pela oferta, que resulta da capacidade do mercado em responder às necessidades. Esta equação é visível na cidade do Porto, na segunda metade do século XIX e inícios do século XX, quando a população acorre à cidade em grande número, ocupando o território conforme as suas necessidades, de acordo com a procura possível e a oferta disponível. Conceptualizando a crise de habitação, CARDOSO (1996) refere que a habitação adequada é, simplesmente, o tipo, qualidade e quantidade de habitação que cada família pode pagar, já que a procura define qual a sua adequação, identificando assim um equilíbrio macro-económico, que resulta de um equilíbrio micro-económico, traduzido na ocupação do alojamento que a família pode pagar a cada momento. Este equilíbrio é quebrado quando o Estado intervém, o que pode ocorrer por imposições político-ideológicas, conforme sucedeu em grande parte durante o século XX, com o regime autoritário, que implementou um programa de acesso à propriedade privada em moradia unifamiliar, prosseguindo a oferta, a seguir à II Guerra Mundial, com uma disparidade de soluções com implicativos na redistribuição do tecido social urbano, gerando expectativas nas necessidades habitacionais, a que não será alheia, também, a intensa propaganda da máquina do Estado, que exibiu a habitação como «a grande obra do Estado Novo».

No caso do Porto, a intervenção estatal parece ser determinada, não tanto pela urgência de uma resposta ao problema habitacional – entendido como foco de insalubridade, parque habitacional degradado, escassez de oferta compatível face aos salários praticados e sobreocupação dos alojamentos –, mas pelos fundamentos do Estado autoritário, que passa a controlar todos os sectores da sociedade, tomando a política habitacional como um dos elementos da operacionalização do Estado corporativo, a partir de 1933¹. Esta política de controlo social traduz-se na criação de uma máquina administrativa reguladora de produção habitacional, geradora de normativos de toda a ordem e alcance, marcando a intervenção pública sistemática

¹ ROSAS (1995: 337), sobre a natureza económica e social do Estado Novo nos anos 30, enquanto «expressão de um sistema de compromisso estruturado e arbitrado pelo regime como a sua própria razão de ser», designa-o por «tríplice equilíbrio social», consistindo na contextualização/desarticulação do movimento operário e sindical; na articulação complexa e equilibrante entre os interesses contraditórios dos vários sectores das classes dominantes; e na composição dos interesses do conjunto dos grupos sociais dominantes, «como os das classes intermédias da produção ou dos serviços, em ordem a evitar ou moderar os efeitos de um desenvolvimento acelerado, ou sequer espontâneo, na liquidação/proletarização das «classes médias», importante lastro estabilizador do regime».

no sector da habitação, importante na redefinição do espaço urbano. FARIA (2009: 62), recorrendo a Manuel Castells, indica que o espaço é sempre uma conjuntura histórica que resulta da relação específica entre as instâncias económica, político-jurídica e ideológica, e uma população específica, cujo sentido resulta daqueles processos expressos no território.

A habitação, como produto da necessidade, reflecte-se territorialmente em espaços distintos, muitas vezes segregativos do ponto de vista social. Sendo o alojamento uma necessidade básica insubstituível, SALGUEIRO (1992: 353-354) refere que a função residencial é a única em que existe de facto segregação espacial, a tendência para a organização do espaço em áreas de grande homogeneidade interna e forte disparidade entre elas, não só em termos de diferença, mas também de hierarquia. A tendência observada nas cidades contemporâneas pressupõe a desconcentração e descompactação das aglomerações, pela procura das populações de instalações unifamiliares nas coroas suburbanas e periurbanas das cidades, libertando os centros urbanos para os escritórios, os serviços e o comércio, igualmente característica do Porto, enquanto cidade pós-industrial. A implantação dos 12 bairros económicos no Porto, a partir de 1935, prolongando-se por três décadas, em fases distintas, imita esta tendência, isolando famílias nucleares na periferia semi-rural da cidade, distribuídas categorialmente conforme o seu vencimento, mais elevado que o das classes populares e operariado. Estas «pequenas aldeias», que são os bairros de casas económicas, reproduzem, até à década de 1950, a ordem proposta e imaginada pelo regime, cujos desvios morais e políticos seriam acautelados pelos fiscais colocados em cada agrupamento².

Os bairros económicos do Porto, entretanto envolvidos por uma malha urbana muito díspar, mas onde se mantém predominantemente a função habitacional, revelam uma posição hierárquica importante, enquanto lugar urbano: conjuntos habitacionais de implantação ortogonal compostos por moradias unifamiliares em propriedade privada, todas com quintal e jardim, testemunho de um programa político-ideológico. As famílias nucleares ali colocadas originalmente foram delimitadas conforme os seus rendimentos, condição essencial para ocupação do espaço, oriundas, em larga maioria, do sector terciário, reproduzindo conjuntos de classes sociais. PEREIRA (1994, 1997) identifica classes sociais, recorrendo a Pierre Bourdieu e Ferreira de

² No Porto, como nos restantes agrupamentos edificados no país, os bairros económicos encontravam-se isolados dos centros urbanos e das principais vias, aos quais se acedia por uma ou duas ruas; quase todos os agrupamentos continham uma escola primária e espaços verdes de usufruto comum; alguns tinham capelas ou igrejas nas proximidades e também lojas de produtos de primeira necessidade; a ocupação de habitações por elementos estranhos ao agregado familiar tinha que ser comunicada ao fiscal e aprovada superiormente; os fiscais e respectivas famílias foram os primeiros habitantes dos bairros de casas económicas no Porto.

Almeida, como a posição ocupada num espaço de relações, pela análise da condição e posição dos agentes, mas também pela importância das relações de produção que possibilitam diferentes tipos de capital, que por sua vez definem condições de existência distintas umas das outras e semelhantes no interior de cada lugar, o que lhes confere homogeneidade interna. A figura da classe é relevante na caracterização social dos agrupamentos, uma vez identificados como conjuntos homogêneos isolados no tecido urbano, mas que projectam também uma heterogeneidade externa, salientada nos conjuntos de casas distribuídas aos chefes de família, funcionários públicos ou sócios efectivos dos sindicatos nacionais, diferenciados conforme a sua qualidade e tipologia, reproduzindo um ordenamento social.

A promulgação da Constituição de 1933, que elege a família e a propriedade como factores de conservação da ordem social, moral e política, permite então o lançamento de um programa habitacional destinado às classes sociais mais solventes, aquelas que se comprometem a pagar as rendas resolúveis pelo período estipulado, de 20 ou 25 anos, acompanhado de uma máquina burocrática distributiva e fiscalizadora, que visa alargar e controlar a sua massa de apoiantes, que ROSAS (1995: 415-416) identificou como «numerosa legião urbana de funcionários públicos, autárquicos e corporativos, empregados de escritório, caixeiros, profissionais liberais, etc.», a opinião pública possível num país com elevados índices de analfabetismo e condicionado pela censura.

O governo, no entanto, veicula a imagem de realização de um programa habitacional para as classes populares e trabalhadoras, economicamente mais débeis³. Entre 1910 e 1940 a população da cidade do Porto passou de cerca de 194 mil para 262 mil habitantes, registando uma enorme concentração populacional no centro histórico e na sua periferia, nas vielas populares, junto às fábricas, e nas «ilhas» instaladas nas traseiras das casas burguesas ou nos terrenos baldios, becos e escarpas. Na viragem dos séculos XIX e XX, cerca de um terço da população da cidade habitava nestas «ilhas de pobreza» (PEREIRA, 1995), um panorama que só veio a ser alterado no final da década de 1950, quando essa massa populacional foi instalada na periferia da cidade em prédios de baixa qualidade, em regime de arrendamento, reproduzindo e materializando no espaço (do alojamento e da cidade) a sua classificação hierarquizada segundo a importância social que a doutrina corporativista do Estado Novo lhes reconhecia (GROS, 1994). Não será por acaso que os bairros em blocos do Plano de Melhoramentos (1956-1966) são edificados ao lado dos bairros de casas económicas.

³ A fixação de rendas por classes e tipos de casas e, mais tarde, a definição de tabelas salariais, define claramente o universo de beneficiários do programa, que se situa acima das remunerações das classes populares. ROSAS (1995: 415-416) reportando-se aos anos da guerra, refere que «Salazar compreendia bem a necessidade de neutralizar este amplo sector intermédio como condição essencial da estabilidade do regime».

2. AS CASAS ECONÓMICAS NO PORTO

As precárias condições habitacionais da cidade do Porto no início do século XX originam um despertar das elites para determinados estratos e condições sociais, sobretudo depois do cordão sanitário proposto por Ricardo Jorge, em 1899. Já no final de Oitocentos, o discurso político sobre as «ilhas» faz uma colagem de degradação moral ao espaço físico e ao favorecimento da expansão das ideias revolucionárias (PEREIRA, 1995), ainda que os projectos de lei de incentivo à construção de casas económicas, apresentados na câmara dos deputados, entre 1883 e 1908, não tenham sido sequer discutidos.

A Câmara do Porto e alguns particulares avançam com as primeiras construções de cariz social, que se revelam insuficientes face às necessidades⁴. Durante a República, em 1918, surge o primeiro quadro legislativo de incentivo à construção de casas económicas, prolongado depois pela ditadura militar, em 1928. Em ambos os momentos, o Estado criava condições vantajosas para os privados investirem em habitação social, designadamente isenções fiscais, facilidades de crédito «e outros favores às entidades construtoras das habitações baratas»⁵.

Com a implementação do Estado Novo, em 1933, a resposta à preocupação estatal com o «problema habitacional» iniciada na República prossegue de forma sistemática, com uma variedade de soluções que começa por privilegiar a renda resolúvel e o acesso à propriedade privada em moradia unifamiliar, determinando um movimento de colonização das periferias das principais cidades do país, com relevância nas políticas urbanísticas e no referencial arquitectónico. Este movimento foi importante na definição de camadas de apoiantes do regime, pelas características do programa de casas económicas, que propunha uma segregação espacial, interna e externa, como, ainda, pela adopção de um referencial arquitectónico que, apesar de situar os seus cânones no final do século XIX, marcou toda a arquitectura residencial

⁴ Pagos à semana ou ao dia, os salários em Portugal, no início do século XX, são baixos, não permitindo o aluguer de casas com melhores condições. Por sua vez, as rendas das casas nas «ilhas» são ainda mais elevadas que o aluguer de camas, quartos ou salas nos «prédios esguios» do centro histórico. Ver, a este respeito, PEREIRA (1995: 45-78). Os bairros construídos antes de 1918, com algumas centenas de casas espalhadas pela periferia do núcleo central da cidade, quase todos de iniciativa camarária, são claramente insuficientes para a população do Porto que, em 1920, já superava os 200 mil habitantes.

⁵ Preâmbulo do Decreto n.º 16.055, de 12 de Outubro de 1928, que retoma o programa habitacional lançado em 1918, de promoção e construção de casas económicas a cargo de particulares, empresas, câmaras municipais e instituições de Previdência. O Estado só teria papel activo nos casos de cooperativas de funcionários públicos. Foi, contudo, o principal impulsionador dos programas, com a construção dos bairros do Arco do Cego, Ajuda e Arrábida, ainda em 1918-1919, dado o desinteresse dos privados. O «problema habitacional», insalubridade, degradação, escassez de oferta compatível e sobrelotação dos alojamentos, foi sucessivamente entendido como causa de «descontentamento e de miséria dos mais infelizes» (1918) e origem de «grandes males sociais» (1928).

privada, mesmo além da década de 1950⁶. Ao nível do urbanismo, o lançamento dos Planos Gerais de Urbanização, em 1934, levou à criação de uma paisagem urbana que identifica e se identifica com o regime autoritário, para os quais contribuíram os bairros económicos, como agrupamentos residenciais desenhados, implantados e distribuídos pelo governo.

A publicação do Decreto-lei n.º 23.052, de 23 de Setembro de 1933, altera todo o paradigma de promoção de habitação de cariz social, com o Estado a assumir todos os processos de urbanização, construção, distribuição e manutenção das habitações. No Porto, foram construídas 2.378 casas, entre 1935 e 1965⁷. Todas as vivendas são geminadas em grupos de duas, quatro, ou em banda, em grupos de seis a dez moradias; todas têm quintal nas traseiras e um jardim (ou logradouro) frontal. As técnicas de construção não diferiram muito ao longo das três décadas da execução do programa no Porto: construções em alvenaria e alvenaria mista (pedra e tijolo maciço), telhados de duas a quatro águas com beirais, armação em madeira e telha Marselha, paredes interiores rebocadas ou estucadas, tectos em estuque e caixilharia em madeira, por vezes revestida a granito, possibilitando uma identificação visual muito precisa⁸.

A legislação de 1933 prevê a construção, por bairro, de casas das classes A e B, cada uma com três tipos de disposição interior, coincidentes com o número de quartos, agrupadas por áreas distintas, em conjuntos de 100 a 50 moradias, para a primeira classe, que só tem um piso, e de 50 a 25, para a segunda, com dois pisos e, por vezes, cave. As realizações no Porto não respeitam este rácio, registando-se uma predominância das casas de classe A e, em alguns casos, realizações insuficientes na classe B, face ao número mínimo previsto. Em 1943, o legislador eleva a qualidade das habitações, designando mais duas classes de casas, C e D, «destinadas à classe

⁶ O regime autoritário apropriou-se do ideário da «casa portuguesa», proposto por Raul Lino, no início do século XX, num processo de «tradição inventada», de gosto pelo ruralismo e saudosismo, para justificar a moradia unifamiliar nas políticas habitacionais, por oposição aos prédios plurifamiliares, designados por «falanstérios». Lino, mais tarde, colaborou directamente com o Ministério das Obras Públicas que era responsável pelos projectos e construções dos bairros económicos.

⁷ O primeiro bairro de casas económicas no país foi construído no Porto, o Bairro do Ilhéu, entre 1934 e 1935. O agrupamento de 54 casas da classe A, tipos 1 a 3, serviu de bandeira como exemplo a seguir, pela sua alegada qualidade e rapidez de execução, por contraste com os bairros lisboetas da República, Ajuda e Arco do Cego, concluídos naqueles dois anos.

⁸ O último bairro de casas económicas construído no Porto, o do Viso (1965), difere de todos os outros por incluir prédios até quatro andares para as classes inferiores, «a», A e B, embora as técnicas de construção sejam as mesmas, alvenaria e alvenaria mista, com telhados de duas águas em telha Marselha. Nestes blocos já não existem quintais e jardins, apenas fileiras de garagens ou arrumos, nas extremidades do bairro. Ainda assim, o Bairro do Viso inclui moradias das classes superiores, C e D, com quintais e jardins, evidenciando a segregação espacial interna do agrupamento. A construção das casas, de acordo com o decreto-lei de 1933, deveria empregar mão-de-obra e materiais locais.

média», e deixa de dar importância à proporção de casas a construir, definindo apenas que a área média dos agrupamentos deverá repartir-se em 60 por cento para construções e 40 por cento para arruamentos, edificações de interesse geral e espaços livres⁹. Posteriormente, o quadro legal vai definindo áreas maiores para a implantação de cada moradia.

Cada tipo de casa compreendia um a três quartos, que deveriam ser distribuídos conforme o sexo dos filhos do casal contemplado¹⁰. As casas da classe B, construídas entre 1938 e 1948, já tinham duas salas e um *hall* e algumas dispunham de cave, sem acesso independente. Com o Bairro de Marechal Gomes da Costa, distribuído entre 1950 e 1951, o primeiro no Porto com as novas classes de casas, C e D, a regra parece ser o aumento da qualidade das habitações e das áreas de implantação de cada vivenda; só se construíram casas do tipo 2 e 3, notando-se que a numeração já não corresponde ao número de quartos¹¹.

Com a publicação da Lei n.º 2.007, de 7 de Maio de 1945, numa tentativa para voltar a incentivar os privados na construção de habitação social, torna-se possível a construção de prédios até três andares, em regime de arrendamento que ao fim de cinco anos poderia ser convertido em renda resolúvel. Estas edificações, designadas por «casas de renda económica», de 1ª e 2ª classe, revelam o carácter exclusivista em que se transformou o programa de casas económicas, ao fixar as rendas das moradias de 1ª classe ao mesmo nível das casas das classes C e D¹².

Até à década de 1950, a única oferta habitacional do Estado consistiu na construção de vivendas, um plano oneroso que exigia vastos terrenos que só podiam ser

⁹ Regras descritas no Decreto-lei n.º 33.278, de 24 de Novembro de 1943. Em 1956, com o Decreto-lei n.º 40.552, de 12 de Março, surgem as casas de classe «a», «especialmente destinada a abranger as famílias de modestos rendimentos», reconhecendo o governo que «as classes de casas económicas», previstas em 1933 e 1943, «não permitem a atribuição dessas moradias às famílias de mais modestos recursos – precisamente aquelas que mais interessa proteger, através duma esclarecida política de habitação».

¹⁰ Ponto 1.º do art.º 12º do Decreto-lei n.º 23.052, de 23 de Setembro de 1933: «Em cada classe de moradias haverá três tipos diferentes: um especialmente destinado a casais sem filhos; outro a casais com filhos pouco numerosos de um sexo, e ainda outro a casais com filhos dos dois sexos ou com filhos muito numerosos de um só sexo». As casas do tipo 4 e superior foram inscritas no quadro legal em 1954, embora alguns bairros do Porto já tinham adoptado esta disposição antes da sua publicação em lei.

¹¹ As casas do tipo 1 deixaram de ser construídas a partir do Bairro de Marechal Gomes da Costa, substituído por casas das classes B, C e D. Enquanto no Porto, entre 1942 e 1958, só se construiu este bairro, em Lisboa surgiram quatro, todos eles relevantes no número de classes superiores: Encarnação (1945, classes A, B e C), Vale Escuro (1952, B e C), Restelo (1954, C e D) e Santa Cruz de Benfca (1958, B, C e D).

¹² As casas de renda económica de 1ª classe eram distribuídas com rendas de 500\$00 para moradia independente e 400\$00 em «casa de vários fogos»; nesta altura, as casas económicas da classe C, em propriedade resolúvel, eram distribuídas com rendas entre 300\$00 e 380\$00, e as da classe D com rendas entre 420\$00 e 500\$00.

encontrados nas periferias das cidades¹³. Até 1945, em todo o país, são construídas quase 3 mil casas económicas, correspondendo a 19 bairros; no Porto são construídas 1376 casas, correspondendo a oito bairros. No mesmo período, por iniciativa da Câmara do Porto, ainda que com autorização do governo, são construídos três bairros, totalizando apenas 407 habitações, entregues em regime de arrendamento. Um volume de oferta insuficiente tendo em conta a população alvo, que são as classes populares. Com a excepção do Bloco Saldanha, os outros dois, Rebordões e Corujeira, são constituídos por vivendas geminadas ou em banda com quintal¹⁴.

O que distingue os empreendimentos das casas económicas de todos os programas habitacionais lançados pelo Estado, até 1974, é a renda resolúvel proposta na legislação de 1933. A renda resolúvel vai ao encontro dos valores morais e políticos que o novo regime preconizou na Constituição, a família como «fundamento de toda a ordem política», cabendo ao Estado «favorecer a constituição de lares independentes e em condições de salubridade, e a instituição do casal de família»¹⁵, ou seja, favorecendo o acesso à propriedade privada e independente. Nos empreendimentos em regime de arrendamento, construídos pela Câmara do Porto e distribuídos pelo Ministério do Interior, as famílias não podem instituir o casal de família, mesmo habitando moradias geminadas de dois andares. O município mostra-se sensível à situação de sobrecupação do centro e à realidade das «ilhas», e mesmo à especulação arrendatária, mas a preocupação do regime, fortemente centralista, mostrou-se adversa a outras soluções. A experiência do Bloco Saldanha, «outro sistema baseado numa

¹³ Ao longo de todo o período de implantação dos bairros do Porto, governo e município queixam-se dos elevados custos dos terrenos, embora disponham de mecanismos de expropriação que raramente são usados, o que evidencia o propósito de não afrontar proprietários urbanos. Alguns dos bairros do Porto foram parcialmente implantados em terrenos do Estado.

¹⁴ A construção do Bloco Saldanha, dois prédios em propriedade horizontal, de quatro andares, para arrendamento, entre 1939 e 1941, foi uma excepção em toda a política habitacional do Estado Novo. Os blocos habitacionais para arrendamento só começaram a ser construídos na década seguinte, mas nenhum foi edificado no centro da cidade. O Bairro de Habitações Populares de Rebordões, edificado entre 1941 e 1944, renomeado de S. João de Deus, em 1950, e sucessivamente alargado, em blocos, até 1977, é constituído por 144 habitações em vivendas geminadas de dois andares, para duas a quatro famílias, com quintal. O Bairro da Corujeira, renomeado de S. Vicente de Paulo, inaugurado em 1949, é constituído por 148 habitações em vivendas de dois andares em banda, em grupos de quatro a doze casas, com quintal e jardim. Este bairro foi parcialmente demolido, em meados da década de 2000. Estes dois bairros são construídos ao abrigo do «programa de casas desmontáveis» que, no Porto, não tiveram as mesmas características que os construídos em Lisboa, casas de fibrocimento e madeira.

¹⁵ Art.º 12º e Art.º 14º da Constituição Política da República Portuguesa, 1933. O «casal de família» foi instituído durante a República e regulamentado em 1930. Depois de instituído o casal de família, que sucede por sentença judicial, a propriedade não pode ser hipotecada, penhorada ou arrestada. As casas económicas, constituídas casal de família, depois de amortizadas, não podem ser alienadas, apenas transmitidas por via sucessória. Este regime foi revogado em 1975, mas só foi abolido definitivamente, para quem o tinha instituído, em 1982.

concepção diferente»¹⁶ só voltou a ser equacionada com a construção do Bairro de Condominhas, em 1955.

3. SEGREGAÇÃO E CONTROLO SOCIAL

O decreto-lei n.º 23.052, de 23 de Setembro de 1933, impõe regras precisas na construção, distribuição e manutenção das casas económicas. A iniciativa de construção pertence ao governo, «em colaboração com as câmaras municipais, corporações administrativas e organismos corporativos» (Art.º 1º). As casas serão distribuídas em regime de propriedade resolúvel aos «chefes de família, empregados, operários ou outros assalariados, membros dos Sindicatos nacionais, funcionários públicos, civis e militares, e operários dos quadros permanentes de serviços do Estado e das câmaras municipais, que se responsabilizem pelo pagamento de determinado número de prestações mensais nas condições estabelecidas neste decreto» (Art.º 2º). Os dois artigos definem os propósitos do Estado, identificando com precisão o universo a considerar, os chefes de família com emprego, que se comprometem a pagar as 240 prestações (20 anos) que vigoram para a amortização. Devendo, tal como o seu agregado, «comportar-se como bons cumpridores dos seus deveres familiares e sociais, com perfeita moralidade e respeito de todos os preceitos de sanidade e higiene, sob pena de rescisão do contrato»¹⁷.

No Porto, as casas são maioritariamente distribuídas a funcionários públicos da Administração Central, Forças Armadas e polícias, e aos assalariados inscritos nos sindicatos do sector terciário, sobretudo empregados de escritório, banca, seguros, caixeiros¹⁸. A propaganda do Estado Novo, aliada à informação veiculada na imprensa e secundada pelos discursos oficiais, continuou, no entanto, até à década de 1950, a promover a política das casas económicas como um programa habitacional para «pobres e remediados», para «humildes trabalhadores», para as «famílias menos abastadas», originando uma procura e uma expectativa elevadas, o que permitiu à

¹⁶ Preâmbulo do Decreto-lei n.º 28.912, de 12 de Agosto de 1938, diploma que define os propósitos do Estado com a política de casas económicas e que lança o «programa de casas desmontáveis». O Bloco Saldanha foi alvo de polémica nacional, chegando a ter o seu financiamento em risco, dado tratar-se de um projecto contrário à política das casas económicas. No Porto, a construção de blocos habitacionais no mesmo local das «ilhas» que pretendia erradicar nunca mais se repetiu.

¹⁷ Cláusula 11º do contrato para a posse de moradias económicas, publicado no Decreto-lei n.º 24.468 de 6 de Setembro de 1934. A sua violação foi frequentemente invocada nas rescisões de contratos.

¹⁸ O sector terciário, no Porto, é o mais representativo na década de 1940; a actividade profissional com maior número de efectivos é Comércio e Serviços, com 10,4% de efectivos, logo seguido dos empregados nas Indústrias Têxteis e Vestuário, com 8,6% [Instituto Nacional de Estatística (1945) – *VIII Recenseamento Geral da População 1940*, vol. XIV, Distrito do Porto. Lisboa: Sociedade Tipográfica.].

Subsecretaria de Estado das Corporações e Previdência Social escolher os contemplados que poderiam oferecer maiores garantias de fidelidade e defesa do regime.

No âmbito da implementação do regime corporativo, a distribuição de casas revela a estratégia de beneficiar um amplo sector intermédio, como condição para a sua estabilidade. É este «sector intermédio», mais ou menos letrado, moderador da radicalidade política e social, tendencialmente conservador, o principal beneficiado com a «grande obra do Estado Novo», levado para as periferias rurais das cidades, com o horizonte da propriedade privada, num duplo mecanismo de afastamento da agitação do centro citadino e de colonização e expansão urbana. Antes de pretender ser uma resposta ao problema habitacional de escassez de habitação barata e salubre que possibilite um reordenamento da cidade e uma melhoria das condições de vida de um largo sector populacional, onde se encontram os operários e as classes populares, a casa económica revela-se também como uma recompensa ou um favor do regime para a sua principal base de apoiantes, que reside nas classes possidentes, nos funcionários públicos, nos sectores conservadores e antidemocráticos, permitindo igualmente a ascensão socioeconómica e política de famílias escolhidas.

A consulta do Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana¹⁹, que conserva os ficheiros individualizados das famílias contempladas com casas económicas no Porto, entre 1935 e 1965, confirma a ideia de distribuição de casas por um conjunto vasto de declarados defensores do regime. As famílias contempladas com uma moradia têm ligações fortes à cidade e distrito²⁰, pertencendo maioritariamente às classes dominantes, ligadas ao funcionalismo público e sector dos serviços, com profissões liberais integradas na máquina do Estado, como médicos, professores e engenheiros, ou empregadas nas grandes empresas protegidas pelo Estado Novo, banca, seguros, dispendo de rendimentos mais elevados que o operariado e pequeno comércio, evidenciando por vezes, nas profissões menos especializadas, filiações expressas à Legião Portuguesa e Mocidade Portuguesa.

¹⁹ O Arquivo IHRU, da tutela do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, é constituído por ficheiros individualizados de cada família contemplada com uma casa económica, reunindo informação desde o momento da candidatura até à posse plena. Foi organizado pelos fiscais dos bairros em 1943, por ordem das comissões de fiscalização dos bairros económicos, organismos com sede na câmara municipal, criados no mesmo ano. Os ficheiros pertenceram à tutela da Subsecretaria de Estado das Corporações e Previdência Social, Ministério das Corporações a partir de 1950, e passaram para o ministério das Obras Públicas, Fundo de Fomento da Habitação, em 1972. Fisicamente, estiveram nos postos fiscais de cada bairro, tendo transitado para a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em 1974, sendo integrados no IHRU, em 2005.

²⁰ Em dissertação realizada (ALMEIDA, 2010) foi possível estudar com alguma profundidade os bairros portuenses de Costa Cabral (1942) e Marechal Gomes da Costa (1950); quanto à origem do chefe de família contemplado, respectivamente, 71,3% e 56,3% são naturais do distrito do Porto; quanto à morada anterior, respectivamente, 83,6% e 79,5% indicam uma rua do Porto.

A análise dos processos possibilita uma leitura de maior alcance, que vai além da mera simpatia pelo regime ou da condição económica favorável. A atribuição de casas económicas em regime de renda resolúvel pelas famílias beneficiadas revela um enorme conjunto de favorecimentos pessoais, em que os imóveis são entregues a pedido de várias hierarquias do Estado ou conforme as simpatias pessoais para com os agentes que procedem à sua distribuição. A defesa dessas famílias prolonga-se durante o período de amortização da habitação, quando revelam comportamentos susceptíveis de levar à rescisão do contrato firmado com o Estado²¹.

Ainda assim, as famílias beneficiadas com casas económicas estão sujeitas aos mecanismos de controlo e fiscalização, que visam assegurar o cumprimento das obrigações contratuais, mas também a boa conduta moral e política. Os bairros económicos, embora revelem uma estratificação social interna, uma disposição de classes de casas por áreas distintas, uma separação entre as casas mais modestas e as de maior qualidade, como vimos, asseguram também uma certa homogeneidade promovida pela acção dos equipamentos sociais que acompanham os conjuntos habitacionais, escolas, capelas, centros sociais e recreativos, de saúde, clubes ou mesmo estabelecimentos comerciais. Os bairros de casas económicas evidenciam o ideal proposto pelo regime autoritário, manifestando-se como pequenas aldeias isoladas na cidade, idealmente com uma vivência própria, em que os chefes de família são trabalhadores, as mulheres cuidam do lar e dos filhos e as crianças vão à escola no bairro, todo um conjunto harmonioso vigiado pelos fiscais instalados em cada agrupamento²².

O programa de casas económicas revela-se um fracasso na medida em que não solucionou o designado «problema habitacional», milhares de famílias vivendo em situação precária. A cidade do Porto, especialmente, é um sintoma dessa falha, com as «ilhas» e a sobreocupação do centro histórico permanecendo muito para além da década de 1950, mesmo com a implementação do Plano de Melhoramentos.

Por outro lado, a sustentabilidade do programa, preconizada e defendida pelo regime desde o seu início, nunca é alcançada, pois as rendas resolúveis, liquidadas em valores constantes, calculados a partir da data da entrega das casas, sofrem uma desvalorização acelerada com o aumento do custo de vida, enquanto os salários

²¹ A distribuição de casas estava centrada no chefe da Secção de Casas Económicas, director-geral da Previdência e Habitações Económicas, desde 1948, organismos que integravam o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, sendo os despachos homologados pelo Subsecretário/Ministro das Corporações e Previdência Social. No caso dos sócios dos sindicatos nacionais, as escolhas eram efectuadas pelos dirigentes sindicais mas tinham que ser aprovadas pela tutela.

²² Nos dois bairros referidos, como em outros da cidade, pontualmente foram distribuídas casas a mulheres chefe de família, com filhos, viúvas ou divorciadas, nunca na condição de solteiras.

registam uma forte valorização, sobretudo os dos funcionários públicos, a partir da década de 1950, embaratecendo a sua aquisição²³.

A casa económica foi sempre tida como um investimento rentável para os empreendedores (o Estado), através das prestações mensais, mas a verdade é que esta rentabilidade foi sempre artificial, ora suportada pelas câmaras municipais, obrigadas a sustentar parte do programa; ora suportada pela própria administração central, que ia disponibilizando verbas sempre que necessário. Os agentes do Estado, no entanto, queixam-se frequentemente da falta de iniciativa particular num programa que exige capitais avultados, vastos terrenos de implantação para um modelo de moradias unifamiliares, que visa, como afirmou o chefe de governo, em 1933, favorecer a propriedade privada e a herança²⁴. A opção pelas rendas resolúveis, constantes, seria motivo razoável para afastar os investidores particulares. O aumento do custo vida e a progressiva valorização salarial tornou os empreendimentos habitacionais altamente vantajosos para quem conseguiu aceder a uma casa, sobretudo funcionários públicos. E isso será mais notado nos empreendimentos de maior qualidade, nos bairros construídos entre 1942 e 1950.

O governo conhecia perfeitamente a situação. Uma das possibilidades concedidas aos moradores é a amortização antecipada da moradia, quando estes «provem estar habilitados a fazê-lo sem prejuízo do equilíbrio da vida económica e social do respectivo agregado familiar»²⁵. As amortizações antecipadas são suspensas, «por ordem superior», a partir de 1954. Em resposta ao pedido de um morador do Bairro de Casas Económicas de Marechal Gomes da Costa para adquirir a casa de uma só vez, a Direcção-Geral da Previdência e Habitações Económicas produz um relatório interno dirigido ao Ministro das Corporações. Nele pode ler-se que

A experiência demonstra que, na generalidade dos casos, a amortização antecipada das moradias é requerida por moradores-adquirentes que pretendem mudar de residência com carácter definitivo ou deixar de habitar a moradia de modo regular e efectivo, mormente nos casos em que o decurso do tempo, com a inevitável desvalorização da moeda, tenha provocado uma desvalorização no valor real das prestações para amortização das moradias²⁶

²³ Os ordenados dos funcionários públicos foram aumentados para o dobro a partir de 1 de Janeiro de 1955. Os salários estavam congelados desde 1935, embora sujeitos a suplementos diferenciados desde 1948 e 1953 (Decreto-lei n.º 39.842, de 7 de Outubro de 1954). A valorização salarial é também notada pela ausência de atrasos na liquidação das rendas, sobretudo nas atribuições aos sócios dos sindicatos nacionais, à medida que se aproxima o termo do período de amortização.

²⁴ Discurso de António Salazar, na União Nacional, sobre os «Conceitos Económicos da nova Constituição», 16 de Março de 1933.

²⁵ Art.º 51º do Decreto-lei n.º 23.052, de 23 de Setembro de 1933.

²⁶ Arquivo IHRU, *Bairro de Marechal Gomes da Costa*, Moradia n.º 26. De notar ainda que a assinatura do contrato de aquisição da casa implica que ela não pode ser vendida ou alugada, apenas transmitida por via sucessória, mesmo após o período de amortização.

O regime sabia há muito que a opção pelas rendas constantes ao longo do período da amortização não permitiria obter o reembolso desejado dos capitais investidos, razão que estará certamente na origem do incremento das políticas de arrendamento e do recuo nas realizações dos empreendimentos em regime de renda resolúvel.

A questão económica do programa habitacional revela então outra dimensão das já referidas facetas de «recompensa» ou «benesse» para com determinados sectores populacionais, que também são os mais solventes. Sendo certo que operários, trabalhadores indiferenciados ou pequenos funcionários estão afastados do único programa habitacional de iniciativa estatal, por não terem capacidade financeira para pagar as rendas mensais, também é verdade que o regime garante o financiamento dos empreendimentos, mas não consegue promover a sua rentabilidade, mesmo que divulgue campanhas públicas defendendo ser esta a política correcta para resolver o problema habitacional do país.

O financiamento do programa estava a cargo do Fundo de Casas Económicas (Secção/Repartição de Casas Económicas), criado na Subsecretaria de Estado das Corporações e Previdência Social, sob tutela da Presidência do Conselho, dotado, em partes iguais, por verbas transferidas pelo Estado e pelos empréstimos das câmaras com forte tecido industrial, Porto e Lisboa, e depois também Coimbra e Almada²⁷. A Subsecretaria acordava as construções com o Ministério das Obras Públicas e Comunicações, em terrenos adquiridos e infra-estruturados pelos municípios, cabendo-lhe depois a tarefa, através do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, de lançar os concursos para distribuição das casas e garantir a fiscalização das famílias contempladas, nas suas obrigações morais e políticas, tal como na conservação e «embelezamento» dos agrupamentos.

O programa de casas económicas de 1933 integra-se na estratégia corporativista do Estado Novo ao definir o universo de candidatos às habitações entre funcionários públicos e sócios efectivos dos sindicatos nacionais, incentivando a sindicalização

²⁷ A construção de todos os bairros construídos em Portugal, ao abrigo do DL n.º 23.052, foi financiada pelo Fundo de Casas Económicas. Metade da dotação do Fundo foi obtida através de empréstimos contraídos pelas câmaras municipais referidas. O valor dos empréstimos era reembolsado pelo Fundo de Casas Económicas, mas com uma taxa de juro inferior à obtida junto da Caixa Geral de Depósitos, configurando um prejuízo para as câmaras, sendo que ainda eram obrigadas a despendar verbas não reembolsáveis pela compra de terrenos e obras de infra-estrutura. Há alguns casos de bairros que contaram com financiamento de organismos integrados na organização corporativa do regime. O financiamento do programa através dos capitais da Previdência estava previsto desde 1935 (Lei n.º 1.884, de 16 de Março), mas isso só veio a acontecer a partir da década de 1950, com participações que chegaram a ser superiores aos valores adiantados pelo Fundo de Casas Económicas. No entanto, no Porto, os capitais da Previdência só foram aplicados na construção dos bairros de Vilarinha (1958) e António Aroso (1958).

dos trabalhadores²⁸. As casas económicas abrangem também o Grémio dos Seguradores, ao integrar um sistema de seguros obrigatórios incluído nas rendas resolúveis a amortizar²⁹.

Para além das cidades financiadoras, as únicas onde se construíram casas de classe D, as casas económicas chegaram à periferia de cidades e vilas onde a actividade económica tinha alguma relevância nacional, como Braga, Guimarães, Viana do Castelo, S. João da Madeira, Vila Nova de Gaia, Covilhã, Portimão e também Bragança, Vila Viçosa, Entroncamento e Olhão.

O regime só alterou as regras de construção e distribuição de casas económicas em 1969, num momento de transição política, depois da queda de Salazar, integrando o Fundo de Casas Económicas no Fundo de Fomento da Habitação, abandonando definitivamente o programa em 1972, transferindo para o Ministério das Obras Públicas todas as competências que ainda se mantinham no Ministério das Corporações.

4. TESTEMUNHO POLÍTICO-IDEOLÓGICO – CONCLUSÃO

O programa de casas económicas, habitações unifamiliares em regime de renda resolúvel, tem a marca indissociável do autoritarismo corporativista, de feição paternalista, católica e tradicionalista, estendendo os seus braços à vida pública e privada, ao sector económico e social, preconizando uma sociedade estratificada, segregada por género, rendimento, actividade laboral, procurando a todo o custo conter e reprimir os descontentamentos e reacções que pudessem pôr em causa a ordem social.

O regime autoritário instalou-se na sequência de um período político e social conturbado que esteve na origem de uma consciência, um discurso e uma prática sobre as condições habitacionais das cidades e da população, que acabaram por ser apropriados como mecanismos de formação e alargamento de camadas de apoiantes,

²⁸ Gradualmente o universo de candidatos às casas económicas foi alargando, com a integração das ordens profissionais. Os sócios dos sindicatos deveriam ter as cotas em dia e a sua inscrição homologada pela direcção. Apesar da sindicalização ser obrigatória desde 1939, muitos candidatos deixavam de pagar cotas sindicais depois da atribuição da casa. Mesmo que eleitas pelos associados, as direcções sindicais tinham que ser homologadas pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, configurando um controlo centralizado do meio laboral, até porque a Inspeção do Trabalho, tal como os tribunais de Trabalho, dependiam do INTP.

²⁹ Seguros de vida, invalidez, desemprego e incêndio, contratualizados com o chefe de família a quem é atribuída casa. O chefe de família tem que se submeter a um rigoroso exame médico, indicado pelas seguradoras. No caso da morte do chefe de família, os herdeiros obtêm a propriedade da casa, sem mais encargos. Em caso de desemprego, as rendas são pagas pelo seguro, por períodos de seis meses consecutivos ou 12 meses no período de cinco anos, mas devem ser liquidadas pelo morador após o período de amortização. Os funcionários públicos, contudo, apesar de pagarem essa parcela incluída na renda resolúvel, não estão abrangidos pelo seguro de desemprego.

seguidores, simultaneamente colonizadores e praticantes de uma liturgia associada aos valores e práticas morais e políticas, comportamentais, defendidas ou impostas pelo autoritarismo. As casas económicas incluem-se na Constituição Política como o abrigo das famílias nucleares, que são o garante do sistema social, que compete ao Estado instituir e defender.

O programa de casas económicas denota uma política implementada nas cidades onde a concentração operária era mais relevante, em particular Porto e Lisboa, com realizações elevadas até aos últimos anos da II Guerra Mundial, com o propósito propagandístico de atribuir habitações salubres e baratas às classes menos solventes. Esse propósito não se cumpriu, porque os baixos salários praticados não permitiam a manutenção de casas pelos operários, afastando-os do universo de contemplados, mas também porque os agentes do Estado usaram a distribuição de casas como processo para premiar e controlar os seus apoiantes, parte deles funcionários públicos, obrigatoriamente suporte do regime. O que explica em grande parte a procura das casas económicas pelas famílias, e que caracteriza todo o programa, é o sistema de rendas resolúveis que, depois de amortizadas, concedem a posse do imóvel aos moradores. Não estamos perante as habitações de âmbito social em que as expectativas do morador não alcançam a posse da casa, apenas a necessidade básica insubstituível; as aspirações dos moradores das casas económicas são mais elevadas. A distribuição dos bairros no Porto possibilitou o crescimento da cidade, definindo espaços residenciais que se tornaram referência urbanística, com os agrupamentos conservando hoje a sua função original. A utilização de casas como formação e alargamento de camadas de apoiantes do regime autoritário, de recompensa pela fidelidade ou de regalias para alguns, não foi um processo evidente e, mesmo que identificado, dificilmente é reconhecido.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Paulo Rogério de Sá Pinto Marques (2010) – *Favor, Recompensa e Controlo Social: Os Bairros de Casas Económicas do Porto (1935-1965)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea.
- BAPTISTA, Luís V. (1999) – *Cidade e Habitação Social – O Estado Novo e o Programa de Casas Económicas em Lisboa*. Oeiras: Celta Editora.
- CARDOSO, Abílio (1996) – *Do Desenvolvimento do Planeamento ao Planeamento do Desenvolvimento*. Porto: Edições Afrontamento.
- FARIA, Carlos Vieira (2009) – *As Cidades na Cidade – Movimentos Sociais Urbanos em Setúbal 1966-1995*. Lisboa: Esfera do Caos.
- FIGUEIREDO, Rute (2007) – *Arquitectura e Discurso Crítico em Portugal (1893-1918)*. Lisboa: Edições Colibri.
- GROS, Marielle Christine (1982) – *O Alojamento Social sob o Fascismo*. Porto: Afrontamento.

- GROS, Marielle Christine (1994) – *Pequena História do Alojamento Social em Portugal*. «Revista Sociedade e Território», n.º 20 (Maio), p. 80-90.
- LOBO, Margarida Sousa (1995) – *Planos de Urbanização – A Época de Duarte Pacheco*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- MATOS, Fátima Loureiro (1994) – *Os Bairros Sociais no Espaço Urbano do Porto: 1901-1956*. «Revista do Instituto de Ciências Sociais – Análise Social», vol. XXIX; 127 (3º). Lisboa: Universidade de Lisboa, p. 677-695.
- PATRIARCA, Fátima (1995) – *A Questão Social no Salazarismo 1930-1947*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2 vols.
- PEREIRA, Gaspar Martins (1995) – *Famílias Portuenses na Viragem do Século (1880-1910)*. Porto: Afrontamento.
- PEREIRA, Virgílio Borges (1994) – *Os Índios e a Vida Selvagem – Modalidades de (re)Produção de Sociabilidades no Núcleo Antigo da Freguesia da Vitória*. «Revista da Faculdade de Letras – Sociologia», IV. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 231-353.
- PEREIRA, Virgílio Borges (1997) – *(Dis)Posições Sociais num Campo Determinado Pela Indústria – Classes e Relações de Classe numa Freguesia Industrializada do Vale do Ave*. «Revista da Faculdade de Letras – Sociologia», VII. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 53-127.
- PIMENTA, Manuel; FERREIRA, Leonor Vasconcelos e; FERREIRA José António (2001) – *Estudo Sócio-Económico da Habitação Social*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- ROSAS, Fernando, coord. (1994) – *O Estado Novo*. In MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, vol. VII.
- ROSAS, Fernando (1995) – *Portugal Entre a Paz e a Guerra 1939-1945*. Lisboa: Editorial Estampa.
- ROSAS, Fernando (1996) – *O Estado Novo nos Anos Trinta 1928-1938*. Lisboa: Editorial Estampa.
- SALGUEIRO, Teresa Barata (1992) – *A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*. Porto: Edições Afrontamento.
- SILVA, Carlos Nunes (1994) – *Mercado e políticas públicas em Portugal: A questão da habitação na primeira metade do século XX*. «Revista do Instituto de Ciências Sociais – Análise Social», vol. XXIX: 127 (3º). Lisboa: Universidade de Lisboa, p. 655-676.

AT HOME COM A BURGUESIA DO PORTO. FRONTEIRAS ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

NELSON MOTA*

Na literatura do século XIX os termos anglófonos *home* e *comfort* são usados frequentemente para descrever o espaço doméstico da burguesia, associando-os a espaços que se distinguiam da impessoalidade da habitação aristocrática ou da austeridade das casas da classe operária. A casa burguesa, urbana por definição, vai constituir-se a partir do século XVII como o lugar onde se desenvolve o conceito de domesticidade. De maneiras distintas o mundo ocidental redefine as fronteiras entre o público e o privado e procura um espaço para a família. Os homens e principalmente as mulheres descobrem a intimidade e transformam a casa numa *home*, onde o *comfort* se torna exigência.

Neste artigo pretende-se apresentar um contributo para uma reflexão sobre estes fenómenos observando com particular atenção o caso do espaço doméstico da burguesia portuense no final do século XIX. Tendo como ponto de partida a distinção clássica entre a esfera do público e o domínio do privado, neste artigo argumenta-se que o espaço doméstico burguês constitui-se como um domínio híbrido onde se negociam as fronteiras entre aqueles dois pólos. Em vez de assumir uma ruptura com o passado, aquilo que a evolução do espaço doméstico apresenta é uma capacidade de transformação em continuidade, preservando o que Georges Teyssot denomina de «memória do habitar»¹.

* Departamento de Arquitectura – Universidade de Coimbra / Delft University of Technology.
nmota@darq.uc.pt.

¹ TEYSSOT, 2010: 113-116.

A BURGUESIA E A INVENÇÃO DA DOMESTICIDADE

O período medieval, muitas vezes associado a um tempo pouco fértil em descobertas é, no entanto, responsável por uma invenção de grandes implicações: a cidade-livre. Por oposição ao campo que se submetia ao poder feudal, as cidades europeias criadas sob o patrocínio real instituíam-se como burgos onde a propriedade e os meios de produção dependiam apenas da relação com o reino. De acordo com Witold Rybczynsky, «os seus habitantes, os *francs bourgeois*, os *burghers*, os *borghese* e os *burgess*, iriam criar uma nova civilização urbana»².

Estes cidadãos *avant la lettre* distinguiam-se do resto da sociedade que era feudal, agrícola e eclesiástica. De acordo com Rybczynsky,

*Aquilo que coloca a burguesia no centro de qualquer discussão acerca do conforto doméstico, é que, ao contrário da aristocracia que vivia num castelo fortificado, ou do clérigo que vivia num mosteiro, ou do servo que vivia num casebre, os burgueses viviam numa casa*³.

Para a burguesia a casa constituía um importante sinal da sua identidade, era o seu território, a sua propriedade. Uma das características que se podem associar à burguesia é a necessidade de *ter*. Numa sociedade ainda muito desequilibrada na distribuição do património, a burguesia anseia pela posse de bens e a casa é, talvez, o mais visível deles todos. Como afirma Michelle Perrot, «o desejo de património é ardente. Inscreve-se antes de mais nos imóveis, primeiro objecto do desejo, sinal indispensável de notabilidade para os burgueses»⁴.

No entanto, no período medieval estas casas ainda não se constituem como um espaço associado a uma vivência exclusivamente doméstica. A relação da burguesia com a habitação estava ainda associada a um espaço com limites indefinidos. Rybczynsky refere que «a habitação medieval era um espaço público, e não privado. A sala estava em uso constante, para cozinhar, para comer, para entreter os visitantes, para tratar de negócios, como também para dormir, à noite»⁵.

É a partir do século XVII, que se criam as condições para o desenvolvimento daquilo que se podia denominar de *domesticidade*, ou seja, a qualidade que resulta da associação da intimidade e da privacidade à habitação. Este processo ocorre, com particular evidência, nas Províncias Unidas dos Países Baixos, país comumente conhecido como Holanda.

Os Holandeses criaram aquilo que pode ser considerado o primeiro estado onde a burguesia se assumiu como classe dominante, social, económica e politicamente. O

² RYBCZYNSKY, 1987: 24.

³ RYBCZYNSKY, 1987: 25.

⁴ PERROT, 1990a: 107.

⁵ RYBCZYNSKY, 1987: 26.

progresso do país impulsionou o crescimento das cidades que, apesar das suas infra-estruturas dispendiosas, reflectiam o sucesso das suas empresas, líderes no comércio marítimo com as chamadas Índias Orientais e Ocidentais.

A preservação da intimidade e a sublimação do lar enquanto refúgio da família assumiam, na Holanda do século XVII, um grande protagonismo na hierarquia de valores dessa sociedade, de tal forma que a pintura flamenga desse período recorre ao tema do espaço doméstico como um dos seus modelos preferidos. Heidi de Mare apresenta o caso de dois dos mais notáveis representantes da escola flamenga do século XVII, Jan Steen e Pieter de Hooch, como referências em que as cenas do quotidiano do espaço doméstico burguês são eleitas como tema central das suas pinturas.

No caso da pintura de Jan Steen (fig. 1), a burguesia aparece retratada no meio de um espaço doméstico «desarrumado, desorganizado, informal». Os quadros reproduzem estereótipos acerca dos homens, das mulheres e das crianças. Normalmente representam um único espaço, cheio de objectos, enquanto que no caso de Pieter de Hooch (fig. 2) o espaço aparece retratado de forma «idealizada, ordenada e organizada»⁶. Nas obras de Hooch poucas pessoas contracenam no quadro e os homens estão quase sempre ausentes. Na cena surgem vários espaços interligados, sempre decorados de forma austera.

Além de Steen ou Hooch outros pintores célebres como Jan Vermeer elegeram o quotidiano doméstico burguês como referência, demonstrando que, como refere Heidi de Mare, «a casa no século XVII é uma complexa metáfora de uma nova dignidade e estatuto social. A casa assume-se como o meio por excelência através do qual a existência da nova burguesia poderia ser concebida e representada»⁷.

Assim, para a burguesia o espaço doméstico torna-se um espaço crescentemente *fetichizado*, um espaço que adquire propriedades quase mágicas com o qual se produzem relações que adquirem codificações e protocolos de crescente complexidade. Um dos domínios mais sensíveis no fetichismo do espaço doméstico burguês é o da transição entre a esfera do público e o domínio privado, principalmente o seu efeito nos códigos de conduta estabelecidos para a família burguesa.

ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: O ESPAÇO DOMÉSTICO BURGUEÊS E A IDEALIZAÇÃO DA FAMÍLIA

Na sua obra, *The Fall of Public Man*, o sociólogo urbano Richard Sennett investiga as causas que levaram ao declínio do envolvimento político do indivíduo nas décadas recentes. Traçando um percurso que recua até ao século XVIII, Sennett procura

⁶ De MARE, 1999: 20.

⁷ De MARE, 1999: 29.

caracterizar a forma como nos últimos séculos a sociedade urbana se foi progressivamente afastando da vida pública, acentuando as fronteiras entre o público e o privado. Para caracterizar este fenómeno na segunda metade do século XIX, Sennett apoia-se na transformação do comércio a retalho que ocorreu nas principais capitais dos países do Ocidente.

A produção em massa debelou a negociação pessoal e instituiu a transacção anónima. As pessoas passaram a preferir uma experiência pública, mais intensa mas menos sociável. Neste contexto, o privado surge como o domínio onde se estabelece o contraponto. Como afirma Sennett,

em público, podia-se observar, podia-se expressar acerca daquilo que pretendíamos comprar, pensar, aprovar, não como um resultado de uma interacção contínua, mas após um período de atenção passiva, silenciosa e concentrada. Por contraste, (...) privado significa um mundo onde a interacção reina, mas tem de ser secreta⁸.

Estas transformações também contaminam o espaço doméstico. O papel da mulher vai sendo cada vez mais projectado para o interior, para o privado, e a ideia de lar enquanto santuário feminino vai ganhando uma importância crescente. Os manuais de sociabilidade emergem como documentos de referência para difundir os protocolos que regem a interacção dos géneros nas transições entre o espaço público e o espaço doméstico. Como refere Sharon Marcus,

os manuais domésticos prescreviam um sistema no qual os homens se podiam mover entre o lar e o exterior, mas as mulheres não; os homens precisavam de ser persuadidos para voltar para casa, enquanto que as mulheres tinham de solicitar a aprovação do seu desejo para sair do lar⁹.

Para contrariar esta situação, a mulher, guardiã e presa do lar, cria no espaço doméstico réplicas do espaço público para atrair e conservar o homem em casa. As salas de bilhar, os *fumoir* e os gabinetes masculinos passam a ser presença frequente na organização do espaço doméstico burguês. Produz-se, desta forma, uma perturbação na distinção conceptual entre os domínios do público e do privado, através de um processo de contaminação que resulta da migração para dentro do lar familiar de actividades tipicamente reservadas para lugares distantes desse domínio. Sharon Marcus, refere que, no século XIX,

O lar assemelhava-se a um clube ao tornar-se um lugar de contacto social entre homens, um espaço onde eles pudessem tomar conta de tudo aquilo que requer o contacto com outros

⁸ SENNETT, 2002: 148.

⁹ MARCUS, 1999: 151.

*homens, tornando-se uma espécie de bordel por se assumir como um espaço onde a mulher provia os desejos do homem*¹⁰.

O público torna-se cada vez mais um problema do qual o privado se constitui como um refúgio. No entanto, este processo provoca também uma perturbação na conotação moral associada aos domínios público e privado, principalmente para os homens, que eram aqueles que mais frequentemente transitavam entre um e o outro. Para eles, esta contaminação do espaço doméstico significa inclusivamente uma perda de liberdade. Como afirma Sennett,

*Ao se deslocar para o público (...), um homem podia-se retirar desse carácter muito repressivo e autoritário de respeitabilidade que devia encarnar na sua pessoa, como pai e como marido no lar. Por isso, para os homens a imoralidade do espaço público estava associada a um subliminar sentido da imoralidade como um domínio de liberdade, em vez de uma simples desgraça, como era para as mulheres*¹¹.

Por outro lado, durante o século XIX operou-se também um processo em que o lar enquanto lugar da intimidade e refúgio da família se afirma em contraponto com o local de trabalho. De certa maneira, o lar reforça o seu papel como lugar idealizado que se oferece em alternativa à crueza da realidade associada ao local de trabalho. Walter Benjamin refere que

*O homem privado que se ocupa da realidade no seu local de trabalho, procura no interior a satisfação das suas ilusões. (...) [o interior] representa para o homem privado o universo. Ele reúne aí as regiões remotas e as lembranças do passado. O seu salão é um camarote no teatro do mundo*¹².

O confronto que se estabelece entre a esfera do público e do privado e as suas consequências nas relações entre os géneros, contribuem para o desenvolvimento de um ideal doméstico que se estrutura numa entidade que ganha cada vez mais força como célula de base da sociedade: a família.

A família passa a exercer um papel de elemento regulador da vida em sociedade, assumindo particular relevância no espaço doméstico. Como escreve Michelle Perrot, a casa torna-se uma

*«fortaleza da privacy, (...) verdadeiro templo do íntimo, a casa é o espaço das lutas internas, microcosmo percorrido pelas sinuosidades das fronteiras em que se afrontam público e privado, homens e mulheres, pais e filhos, patrões e servidores, família e indivíduos»*¹³.

¹⁰ MARCUS, 1999: 152.

¹¹ SENNETT, 2002: 23.

¹² BENJAMIN, 1982: 67.

¹³ PERROT, 1990b: 310.

A sua posse assume o estatuto de independência, a ambição de um casal, a imagem do seu sucesso. É o lugar da felicidade e do bem-estar. Transporta-se para a casa a natureza, a arte, o tempo e o espaço.

E aqui, no lar, envolvidos na criação de uma vida familiar idealizada, a burguesia vive na ansiedade de uma codificação que permita regular o lugar de cada interveniente e, antes de mais, do homem e da mulher na sua relação com o espaço doméstico.

DA CASA AO LAR: A IDEIA DE CONFORTO E A ESPECIALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS

As transformações decorrentes dos processos abordados anteriormente, vão também produzir mudanças na caracterização do espaço doméstico. A ideia de conforto surge associada à emergência do conceito de domesticidade e manifesta-se, por exemplo, no ênfase atribuído à decoração. Na procura de uma relação particular com o espaço, na tentativa de definição de uma identidade, tanto homens como mulheres encontram no lar formas de reforçar a sua vontade de expressão individual através da decoração. Como refere Lisa Tiersten,

Os homens colecionam objectos como prova da sua erudição e gosto, ou do seu poder económico e social, mas estes objectos continuavam separados do próprio indivíduo. Em contraste, os objectos femininos da casa desempenhavam um papel sinedóquico mais do que simbólico em relação à sua identidade; um espaço decorado pela dona de casa burguesa, no limite, não era tanto uma criação sua, como uma extensão do seu próprio ser¹⁴.

Adicionalmente, no século XIX a decoração vai assumir também um papel importante na definição das fronteiras entre o público e o privado. Neste período, para a burguesia, a ideia de decoração está associada a uma preocupação de construir uma identidade preenchendo todos os espaços disponíveis, como forma de construir um lugar que se distinga claramente do anonimato associado ao espaço público. Adeline Daumard reforça esta ideia argumentando que,

durante todo o século XIX os burgueses, sobretudo os parisienses, que dão o tom, estão aterrorizados com os motins populares. Procuram no seu alojamento o doce lar que os tranquiliza: O espaço reparte-se simbolicamente em interior-família-segurança / exterior-estranho-perigo. Não deixar as paredes nuas, nem o tecto, nem o pavimento, como na casa dos pobres, torna-se uma obsessão¹⁵.

¹⁴ TIERSTEN, 1996: 31-32.

¹⁵ Cit. In GUERRAND, 1990: 335.

A decoração do espaço doméstico relaciona-se com o desenvolvimento da ideia de conforto e articula-se com um outro fenómeno que se processou na organização do espaço doméstico: a especialização dos espaços.

De facto, é também no século XVII que se assiste a um processo progressivo de diferenciação programática dos compartimentos que constituem o espaço doméstico. Este processo evolui ao longo dos tempos e, no século XIX, transforma a casa num organismo complexo e profundamente codificado onde, como refere Georges Teyssot, a «domesticidade foi racionalizada a observou-se uma extraordinária obsessão com a função. (...) A habitação estava-se a transformar num organismo progressivamente complexo e especializado»¹⁶.

Trata-se de um processo progressivo de especialização dos espaços, e de um crescente protagonismo da intimidade e da domesticidade como conceitos estruturadores da organização do espaço doméstico. Antes da emergência destes conceitos, o desejo e a possibilidade de estar só ou não era permitido pelas circunstâncias ou nem sequer era considerado. Philippe Ariès refere que

*até ao final do século XVII ninguém estava sozinho. A densidade social interditava o isolamento (...): relações entre pares, relações entre pessoas da mesma condição mas dependentes umas das outras, relações entre senhores e subordinados, estas relações de todos os dias ou de todas as horas, não deixavam nunca uma pessoa sozinha*¹⁷.

Este permanente confronto entre os indivíduos e a sua natureza heterogénea traduzia-se espacialmente na ausência de especialização dos compartimentos que compõem o espaço doméstico. Contudo, com a sua progressiva codificação, com a sua elevação a templo da família, surge também uma nova necessidade: a possibilidade de estar só, de poder usufruir da solidão como um privilégio que permite que um indivíduo se possa retirar para um espaço que é seu. Este processo vai impulsionar uma evolução da organização do espaço doméstico no sentido de uma maior compartimentação e de uma organização das circulações que confira privacidade aos espaços mais íntimos. Como afirma Monique Eleb,

*as primeiras evoluções da habitação que realmente a transformaram – corredor, duplicação da circulação, especificação dos quartos e das suas dependências – estão todas ligadas por um lado à necessidade de dissociar as funções e de poder escolher estar só ou acompanhado*¹⁸.

As transformações que o quotidiano burguês sofreu desde o século XVII, até ao final do século XIX, implicaram a definição de novas fronteiras na relação entre os

¹⁶ TEYSSOT, 1987: 73.

¹⁷ Cit. in ELEB-VIDAL & DEBARRE-BLANCHARD, 1989: 170.

¹⁸ ELEB-VIDAL & DEBARRE-BLANCHARD, 1989: 177.

domínios do privado e do público no seio do espaço doméstico de um grupo que, ao longo deste tempo, foi assumindo uma posição dominante na sociedade. As consequências dessas transformações reflectem-se de forma intensa na maneira como se organiza o espaço doméstico. A idealização da família e as bruscas modificações no território e na demografia vão remeter a família burguesa para um lugar, a casa, onde ela procura refugiar-se de um mundo moderno que cada vez mais se apresenta ameaçador e onde, como refere Walter Benjamin, os burgueses fabricam o seu mundo ideal, o seu *camarote no teatro do mundo*.

A evolução do conceito de domesticidade e as consequências na caracterização do espaço doméstico associadas à emergência da burguesia como grupo social dominante produziram efeitos em todo o mundo ocidental. Embora com tempos diferentes, este processo difundiu-se tanto na Europa como também nas então colónias e ex-colónias dos países europeus. Tanto nas grandes cidades europeias e americanas como nos pequenos aglomerados de província, as consequências espaciais associadas a este fenómeno produziram um impacto que ainda hoje é sensível, tanto à escala macro – a da cidade – como à escala micro – a da célula familiar.

Com o intuito de aprofundar esta abordagem a partir de um caso concreto, apresenta-se a seguir uma leitura da forma como este fenómeno se processou naquela que é talvez a mais burguesa das cidades portuguesas, o Porto.

FORMAS DE HABITAR DA BURGUESIA PORTUENSE NO FINAL DO SÉCULO XIX

As transformações operadas no tecido urbano do Porto entre a criação da Junta das Obras Públicas, em 1763 e o final do século XIX encontram na cartografia da época um suporte privilegiado que permite estabelecer confrontos entre as diferentes fases de um dos períodos mais importantes para a definição da cidade contemporânea.

Nos momentos críticos da sua transformação, foram produzidas cartas que fixaram instantâneos de um território que estava em mudança. Entre 1813 e 1892, as cartas de George Balck (1813), Joaquim Costa Lima (1839), Perry Vidal (1865) e Telles Ferreira (1892) retratam uma cidade em obras¹⁹.

Em todas as cartas percebem-se ruas esboçadas com ocupação incipiente ou ainda inexistente, testemunhos de um crescimento que não se faz de forma sequencial, mas que vai conquistando terreno aos baldios e às propriedades rurais periféricas.

A observação destas cartas permite perceber que a evolução da estrutura urbana do Porto ao longo do século XIX se apoiou em acções pouco coerentes, fruto de

¹⁹ Para uma leitura das transformações urbanas no Porto a partir de uma análise à cartografia produzida durante o século XIX, cf. MOTA, 2010: 53-70.

processos desarticulados, imperando com maior força a vontade individual e a acção pontual do que o benefício colectivo e o exercício estruturado de transformação do território.

Este fenómeno pode ser testemunhado a partir de uma leitura às frentes urbanas que resultaram de um lento processo de consolidação a partir dos modelos almadinos. Com o desfasamento da construção no tempo, a relação entre os limites da propriedade e o alçado revela uma tendência para a prevalência do individual sobre o conjunto. Como refere Francisco Barata,

no Porto, um dos aspectos mais relevantes do ponto de vista da especificidade dos modelos de arquitectura e de cidade do período almadino foi a progressiva reconversão das fachadas de conjunto dos novos arruamentos, que tinham por base a habitação plurifamiliar dos modelos pombalinos lisboetas, em fachadas que visavam a integração dos tradicionais edifícios de habitação unifamiliar portuense e das suas medidas²⁰.

No que se refere aos edifícios verifica-se um processo de continuidade tipológica com os que ocupavam a cidade medieval. Como nota Ernesto Veiga de Oliveira,

passado o primeiro quartel do século XIX, (...) o modo de viver burguês do Porto sofre uma grande alteração: a casa deixa de ser funcional, dissociando-se a residência e a loja, e aparecendo casas apenas de residência; mas estas, agora já apenas por razões de inércia cultural, mantêm o tipo estreito e alto, em que, em vez da loja, fica um escritório com janelas para a rua, muitas vezes gradeadas²¹.

No entanto, a *inércia cultural* a que se refere Veiga de Oliveira actuou de tal forma que se manteve durante este período uma matriz de ocupação que reproduz os tipos de habitação da cidade setecentista, identificados pelo autor como a casa estreita e alta e a casa larga e baixa.

A distinção entre estes dois tipos de edifício não oferece muitas dificuldades no contexto da cidade pré-almadina, no entanto, as transformações ocorridas ao longo do século XIX não permitem a manutenção de um critério tão lato para uma caracterização mais aprofundada das formas de residência da burguesia portuense.

No sentido de produzir uma caracterização mais detalhada das formas de habitação da burguesia portuense no final do século XIX, desenvolveu-se um estudo onde foram considerados e analisados todos os processos de licenciamento de habitação particular que deram entrada na Câmara Municipal do Porto entre os anos de 1897 e 1900. Cruzando essa recolha com informação complementar, elaborou-se um inven-

²⁰ FERNANDES, 1999: 179.

²¹ OLIVEIRA & GALHANO, 1982: 342.

tário que permitiu caracterizar cada caso com dados de natureza diversa, relativos ao edifício, ao requerente, à sua família, ao autor do projecto e até ao construtor da obra²².

A partir desse estudo, utilizaram-se critérios que permitissem esclarecer de forma objectiva as distintas maneiras como a habitação unifamiliar se relacionava com a cidade, as diferentes formas como se negociava a transição entre a esfera do público e o domínio do privado.

Desde logo destacou-se uma distinção primordial, que resultou do confronto entre o edifício e o lote onde se implanta: identificaram-se as moradias isoladas, que se destacam dos limites do terreno que ocupam, procurando individualizar-se, e as moradias em banda que participam de um conjunto.

As moradias isoladas poderiam ser consideradas as herdeiras das «casas largas e baixas» dado que se trata de construções que, por regra, se destacam do conjunto. No entanto, dentro deste grupo, no período estudado, podem-se identificar duas formas distintas da construção se relacionar com o espaço público.

Nuns casos a construção afasta-se da rua, recusando a ligação directa do edifício ao espaço público, por vezes procurando mesmo um lugar mais interior no lote, libertando-se desta forma de qualquer contacto com a rua. Os edifícios com estas características definem um tipo de habitação que denominamos como «moradias isoladas sem acesso directo ao exterior» – categoria A (fig. 3).

Noutros casos, o edifício implanta-se à face da rua, formando frente; são designadas como «moradias isoladas com acesso directo ao exterior» – categoria B (fig. 4).

Os edifícios da categoria A correspondem a dez por cento do total dos casos analisados e os da categoria B a cinco por cento. Nestas duas categorias inserem-se os palácios da alta burguesia, dos banqueiros e dos grandes comerciantes do Porto²³.

Se é possível encontrar nas moradias isoladas os edifícios excepcionais, os mais surpreendentes sob o ponto de vista formal, aqueles que denunciam maior investimento e os que representam a materialização do sucesso, serão, apesar disso, as moradias em banda aquelas que contribuirão mais profundamente para a caracterização da cidade enquanto um todo. São as moradias em banda que fazem a regra, correspondendo a oitenta e cinco por cento dos casos estudados.

No entanto, também aqui importa aprofundar a investigação deste modelo genérico e avançar para a identificação das características que informam de maneira

²² Cf. MOTA, 2010. No âmbito deste estudo foram analisadas cerca de duas centenas de processos de licenciamento.

²³ A associação entre cada habitação e a profissão do seu requerente foi possível graças ao cruzamento de informação entre a recolha feita nos «Livros de Plantas de Casas», localizados no Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP), nos «Livros de recenseamento eleitoral», nos «Livros de Desobriga», nos Almanques e nos livros de associados da Associação Comercial do Porto, entre outras fontes.

mais clara a relação que estes edifícios estabelecem com o lote que ocupam e com o espaço público.

O estudo comparativo das diferentes formas de relação das moradias em banda com o lote e com o espaço público revela quatro novas categorias que se apresentam de maneira distinta.

Podem-se identificar dois tipos de moradia em banda com uma configuração excepcional: as moradias em banda sem relação directa com o exterior – categoria C (fig. 5), correspondendo a sete por cento dos casos estudados – e as moradias em banda com três frentes – categoria D (fig. 6) correspondendo a dezoito por cento dos casos estudados.

No entanto os tipos predominantes são as moradias em banda com duas frentes. Entre elas distinguem-se aquelas que possuem o rés-do-chão elevado – categoria E (fig. 7), correspondendo a vinte e nove por cento dos casos estudados – e as de rés-do-chão térreo – categoria F (fig. 8), aquelas que ocorrem com maior incidência, correspondendo a trinta e um por cento dos casos estudados.

Estas moradias podem ser incluídas numa categoria que Rui Ramos designa de «produção corrente» e que, de acordo com o autor, constituem «a expressão mais próxima de uma condição de modernidade. Modernidade na resposta espacial e programática assente na depuração dos elementos e na essencialidade dos dispositivos arquitectónicos projectados»²⁴.

Esta modernidade é, acima de tudo, visível na racionalização dos elementos de composição, construção e compartimentação. No entanto, esta racionalização não significa uma ruptura com as referências da cidade medieval, mas sim, como refere Rui Ramos, uma evolução em continuidade incorporando nas suas referências históricas os valores burgueses da representação social e do conforto, bem como os novos materiais, tecnologias e sistemas de decoração²⁵. Contudo, nesta «produção corrente», assume particular importância um momento fundamental no quotidiano da burguesia: a transição entre o público e o privado.

LUGARES DE TRANSIÇÃO ENTRE O DOMÍNIO PÚBLICO E O ESPAÇO DOMÉSTICO

No Porto, o século XIX foi testemunha de uma dilatação do perímetro urbano, que deixou de ser definido pelas muralhas medievais e avançou para os subúrbios da cidade setecentista. A súbita disponibilidade de solo com características urbanas, provocou uma maior variedade na forma como a habitação se implantou na cidade,

²⁴ RAMOS, 2005: 78.

²⁵ RAMOS, 2005: 60.

como testemunham as diferentes categorias referidas anteriormente. Algumas moradias são definidas em função de um ideal de domesticidade que procura proteger o lar do confronto com o espaço público, outras em que o mercado obrigava a casa a fundir-se com a rua.

A relação entre a habitação e o espaço público com o qual confina, determina de forma muito intensa a maneira como o espaço doméstico é estruturado. Estes dois elementos definem um primeiro limite que estabelece a transposição entre o público e o privado. A largura dos 25 a 30 palmos que caracterizava o lote almadino e que foi sistematicamente aplicada nos loteamentos ao longo do século XIX, pressupunha uma ocupação por edifícios em banda, com apenas duas frentes. A utilização de uma terceira ou quarta frente só se tornava possível em situações excepcionais, como lotes de gaveto ou fusão de lotes. Não é por isso de estranhar que, dos casos levantados, uma larga maioria de oitenta e três por cento possuam acesso directo entre o espaço público e o interior da habitação, correspondendo a apenas dezassete por cento os casos em que essa ligação é intermediada pelo espaço exterior privado.

O modo como cada moradia se posiciona em relação ao espaço público constitui, desta forma, um reflexo do valor atribuído pela burguesia oitocentista à definição de uma fronteira mais ou menos permeável entre o espaço público e a habitação.

Os edifícios das categorias A e B, correspondendo às habitações de membros da média e alta burguesia, preferem localizações mais periféricas em relação à cidade consolidada (fig. 9), e estabelecem fronteiras capazes de *filtrar* a relação entre o público e o privado, afastando-se da rua ou criando dispositivos de distinção dos acessos (fig. 10).

A média e baixa burguesia, mais urbana, está associada às habitações das categorias C, D, E e F (fig. 11) cujas fronteiras são mais permeáveis e onde o limite entre o domínio público e o privado é por vezes ambíguo (fig. 12).

Pode-se então afirmar que, a partir da leitura dos exemplos estudados, existe uma relação entre o nível socioeconómico e o grau de permeabilidade do interior da habitação em relação ao espaço público; quanto mais elevado é o primeiro, menor é segundo.

Avançando para o interior da habitação, vamos também encontrar limites e fronteiras nos espaços de estar dedicados à família que, por vezes, se transformavam em espaços para receber, lugares de sociabilidade. Os espaços de recepção representam na habitação burguesa um território ambíguo. São lugares de relação entre a família e as visitas, isto é, entre o privado e o público.

Essa ambiguidade reflecte-se na criação de espaços que transportam para o âmbito do doméstico, lugares públicos como os salões, as salas de jogos ou as salas de estudo. Estes espaços reflectem os hábitos sociais herdados da tradição inglesa do *club* em que os homens possuem um compartimento exclusivo, a sala de bilhar / sala de fumo,

onde podem associar-se em privado. Surgem também compartimentos dedicados aos membros femininos do grupo familiar, as saletas, ou as pequenas salas de visitas em que as senhoras burguesas realizavam a obrigação social de receber: o *jour*.

A sua localização ocupa preferencialmente os espaços próximos ou em contacto com o exterior, com o espaço público. São os espaços para os quais se reserva a melhor qualificação espacial. Nas casas da alta burguesia (categorias A e B), as ligações que se estabelecem entre o exterior e os espaços de recepção evitam a promiscuidade com os espaços íntimos, separando de forma clara estes dois mundos.

A sala de jantar assume um carácter hesitante. Estabelece-se com frequência em contraponto com a sala de visitas, relacionando-se com o interior do lote; por um lado trata-se de uma posição de articulação mais eficaz com as áreas de serviço, e pelo outro lado também oferece uma localização mais protegida do exterior. Constitui-se como uma divisão em que, apesar de pontualmente receber o público, assume um carácter mais privado, porque está associada a um ritual familiar quotidiano.

Apesar de se observarem diferenças de escala, a localização relativa dos espaços de recepção é comum tanto às moradias isoladas como às moradias em banda (fig. 13). De facto, os espaços de recepção aparecem associados a uma utilização profundamente codificada, formal, constituindo-se como suporte para uma forma de representação que pretende transmitir para o público uma ordem que corresponda aos ideais de sociabilidade burguesa, marcados em grande parte por valores associados a uma moralidade púdica e conservadora. Neste contexto, os géneros negociam a sua convivência, criando-se por vezes territórios distintos para a sua relação com o espaço doméstico.

Paralelamente, na relação entre o trabalho e o espaço doméstico da burguesia verifica-se, até finais do século XIX, um processo de progressivo afastamento. Desde o século XVII, com o crescimento da intimidade e da domesticidade associadas à habitação, a burguesia foi distanciando o lar do lugar do trabalho. Até ao final do século XVIII este processo decorreu de forma lenta, mas com a industrialização e as suas consequências no espaço urbano, desenvolver-se-ia rapidamente ao longo do século XIX. A crescente valorização da família e do papel da mulher como dona de casa determina também o progressivo afastamento do domicílio em relação ao mundo dos negócios. Como refere Michelle Perrot, «os patrões deixam de morar no perímetro ou na proximidade da sua fábrica; enriquecidos, fogem dos fumos, dos cheiros e da visão de miséria; agrupam-se nos bairros novos»²⁶.

Também no Porto, o final do século XIX representa uma encruzilhada onde, por um lado, passam os sinais de uma cultura europeia, cosmopolita, mas, pelo outro

²⁶ PERROT, 1990c: 142.

lado, ainda estão muito visíveis as marcas da ruralidade e do atraso. Gaspar Martins Pereira refere que,

*o Porto dos elegantes Armazéns Hermínios, que vestem as damas da cidade de acordo com o último grito da moda parisiense, o Porto do britânico Palácio de Cristal, o Porto que lê o Times ou a Revista de Portugal é ainda o Porto da feira dos moços na Boavista, o Porto dos aguadeiros e surradores galegos, o Porto que teimava em cevar porcos nos múltiplos cortelhos que tinham sido proibidos dentro de barreiras. Arquitectura e costumes, tanto como um novo espírito de empresa, conjugam-se para fazer da casa da gente de posses um refúgio à vida mundana, conduzindo ao abandono da velha habitação/loja de funções híbridas no centro urbano e ao afastamento entre a vida doméstica e a actividade económica*²⁷.

No entanto, no final do século XIX, os universos do trabalho e da residência ainda não estão completamente dissociados, verificando-se nos casos estudados a existência de um espaço dedicado ao trabalho em mais de dois terços das ocorrências²⁸. Isto deve-se em grande parte à natureza das actividades profissionais a que a burguesia se dedicava, seja como quadros do serviço público, de empresas privadas ou relacionadas com actividades comerciais ou de prestação de serviços²⁹.

Nos casos estudados, apesar da especialização progressiva do espaço doméstico burguês, verifica-se ainda em muitas ocorrências a presença da componente trabalho embora em formas distintas como sejam o escritório ou a loja.

No espaço doméstico da burguesia portuense, o escritório é um espaço misto de gabinete masculino e de lugar de troca com o público. Uma das formas de incorporação do escritório na estrutura da habitação, é a sua localização junto à entrada principal, confinando com o vestíbulo (fig. 14). Esta posição revela o interesse em aproximar esta divisão do exterior, do público. No entanto, verifica-se que, em alguns casos, ele acaba por também se relacionar com outros compartimentos que se estabelecem como prolongamentos para o universo mais privado. Encontramos aqui uma certa ambiguidade entre a preferência por uma implantação próxima do exterior mas também articulada com o interior.

²⁷ PEREIRA, 1995: 47.

²⁸ A percentagem de moradias com escritório é de 46%; a Categoria F (moradias em banda com rés-do-chão térreo) possui normalmente um espaço de trabalho no rés-do-chão – uma loja, um armazém ou uma oficina – e corresponde a 31% da totalidade dos casos. Somando as duas percentagens, chegamos à conclusão que 77% dos casos estudados possuem espaços relacionados com o trabalho inseridos na moradia. A abordagem ao trabalho refere-se aqui somente às actividades desenvolvidas pelos membros do agregado familiar, excluindo aqueles que, embora compoem o grupo familiar mais alargado, desempenham as funções relacionadas com o serviço doméstico. Para uma abordagem a este assunto cf. MOTA, 2010: 209-229.

²⁹ Para uma informação detalhada sobre as categorias socioprofissionais da burguesia do Porto no final do século XIX, Cf. CRUZ, 1999: 103-106 e PEREIRA, 1995: 129.

Em alguns casos pertencentes às categorias que englobam as moradias isoladas, verifica-se uma situação particular de localização dos espaços dedicados ao trabalho. A articulação com o exterior já não se estabelece junto à entrada, no lado confinante com a rua. Passa a desenvolver-se de forma indirecta a partir de um acesso alternativo, que não interfere com a entrada principal da habitação (fig. 15). Esta solução parece demonstrar o interesse em resolver uma ligação de forma directa ao espaço de trabalho, sem querer, ao mesmo tempo, atribuir-lhe uma posição demasiado exposta, junto à entrada principal, evitando dentro do possível a interferência do público com o espaço doméstico.

Verificam-se também situações em que, devido à actividade profissional do chefe da família ou à especificidade programática do edifício, se produz um confronto mais intenso entre a actividade profissional e o espaço doméstico. Este é o caso, por exemplo, das moradias pertencentes à categoria F onde, regra geral, o rés-do-chão é ocupado com uma loja (fig. 16). Nestes casos, em que a componente trabalho desempenha um papel importante na organização do espaço doméstico, podemos verificar que não existe uma forma única de lidar com o confronto entre uma valência que pertence à esfera do público e a outra relacionada com o privado. Aquilo que na maior parte dos casos se identifica, é a criação de fronteiras que distingam de forma clara os limites entre cada um desses universos. Essa fronteira, que habitualmente se localiza na transposição do exterior para o interior da habitação, aqui é por vezes adiada, porque o espaço público penetra no edifício.

No caminho que, desde o século XVII, a sociedade percorre no sentido de uma progressiva *privatização*, a transição entre o século XVIII e o século XIX, materializada pelos valores da revolução de 1789, representa um momento importante pelo seu simbolismo: Michele Perrot refere que «a Revolução Francesa, proclama o domicílio inviolável e interdita as buscas nocturnas, primeiro esboço de uma *privacy* jurídica»³⁰.

Outro momento importante está associado a uma nova forma de o indivíduo se relacionar com o espaço que o envolve. Jeremy Bentham divulgou, nos finais do século XVIII, um dispositivo para reformar o sistema prisional ao qual atribuiu o nome de *Panopticon*, que consistia em poder observar sem ser observado. A preocupação de Bentham foi traduzida por Michel Foucault como uma metáfora para a sociedade *disciplinadora* moderna e a sua profunda inclinação para observar e normalizar.

Também no âmbito do espaço doméstico se assiste a um fenómeno que viria a assumir-se em muitos dispositivos espaciais e que pretendia satisfazer o anseio de poder controlar o exterior a partir de uma posição segura, no interior. Michelle Perrot refere que a vida privada no século XIX assume uma preocupação *panóptica*

³⁰ PERROT, 1989: 6.

onde a dialéctica do visível e do invisível cria dispositivos espaciais que adquirem uma importância singular³¹.

No espaço doméstico burguês observa-se constantemente uma preocupação em definir limites. Neste texto já foram abordados alguns temas que se estruturam nessas fronteiras que habitam o espaço doméstico e a sua relação com a cidade: a forma como a habitação se relaciona com a rua, as distinções entre o íntimo e o espectacular ou entre os espaços masculinos e os femininos, resultam na criação de um objecto complexo e muito codificado.

Estas preocupações materializam-se em muitos casos através de dispositivos que acusam a vontade expressa de estabelecer uma fronteira, onde se identifique o limite entre o exterior e o interior. Por outro lado, também acontece o contrário, ou seja, criam-se dispositivos que assumem um carácter híbrido no espaço doméstico. São espaços que estão metade dentro / metade fora, ou estão no interior mas exercendo controlo sobre o exterior. Alguns podem ser encarados como dispositivos de protecção, que protegem o domínio do espaço doméstico da invasão do espaço público. Outros podem ser considerados espaços de transgressão, no sentido em que rompem com as regras que estabelecem códigos de conduta que valorizam o recolhimento contra a exposição.

A rigidez com que a moral burguesa conduzia o seu comportamento em sociedade implicava grandes constrangimentos à forma como um indivíduo, principalmente uma mulher, se deveria relacionar com o espaço público. O puritanismo, a codificação das acções e dos comportamentos eram tais que, para manter uma conduta irrepreensível, era necessário cumprir um grande número de protocolos de comportamento.

Esta situação transporta para o espaço privado a responsabilidade de criar uma forma de suavizar a tensão induzida pelo público. O exterior continua a despertar interesse, talvez até mais, a partir do interior. Neste sentido criam-se alguns espaços, ou alguns dispositivos arquitectónicos, que permitem a partir do interior estabelecer uma relação com o exterior.

Esta situação ocorre com particular incidência nas moradias isoladas, que são também aquelas onde, dado o seu carácter excepcional no tecido urbano, se manifesta uma maior preocupação com a introdução de elementos distintivos de afirmação individual com forte presença iconográfica. Entre estes dispositivos encontram-se os mirantes, as *bow-window*, e os torreões.

O mirante constitui-se como parte integrante do elemento de vedação (fig. 17), ocupando preferencialmente uma situação de limite: o cunhal ou o termo lateral do lote. Eleva-se sobre o muro de forma a evitar qualquer possibilidade de contacto directo com quem circula no espaço público. Funcionando como uma guarita, pre-

³¹ PERROT, 1989: 6.

tende o mesmo fim: observar e vigiar sem ser notado, ou pelo menos salvaguardado por uma posição protegida.

No próprio corpo da habitação, surgem frequentemente outros dispositivos de transição, nomeadamente a *bow-window* e o torreão (fig. 18).

No caso da *bow window*, trata-se de uma forma de conformar o espaço para que, apesar de se encontrar no interior, se produza uma sensação de transporte para o exterior. A possibilidade de o perceber numa amplitude muito superior à de um vão convencional, transforma este dispositivo num modo privilegiado de encontrar no privado, uma forma de avançar para o domínio do público sem as implicações ou os constrangimentos ditados pelas normas que orientam a conduta social da burguesia.

Essa vontade de contemplar e de descobrir para além daquilo que se apresenta próximo, mas ao mesmo tempo de afirmar a sua presença marcando a paisagem, está também presente num outro elemento que caracteriza várias moradias investigadas: o torreão.

A sua ocorrência, à semelhança do que acontece com os mirantes, acontece primordialmente nas moradias isoladas e a sua incorporação no desenho da casa assume um papel protagonista na composição.

Destaca-se em relação à cénica dominante, elevando-se do conjunto para se colocar acima de tudo, num ponto onde a contemplação possa usufruir de horizontes mais abrangentes. No entanto o seu sentido não é único; por um lado estes elementos procuram uma posição favorável e protegida para ver, como acontece nas torres das construções militares, mas ao mesmo tempo surgem como uma marca que procura o reconhecimento a partir do exterior, como sucede nas torres dos edifícios religiosos.

CONCLUSÃO: ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO, NEGOCIANDO OS LIMITES

As cidades burguesas do ocidente sofreram ao longo do século XIX uma transformação profunda no seu território ao mesmo tempo que a burguesia redefinia também os protocolos de sociabilidade. A fronteira entre o domínio público e o privado transformou-se num espaço tenso onde se negociava a domesticidade com a publicidade. No entanto, no Porto, a *revolução* provocada por estes fenómenos é suportada por um processo de evolução em continuidade com os modelos da cidade medieval. Trata-se daquilo que o antropólogo Veiga de Oliveira classificou de «inércia cultural», e que Alexandre Alves Costa associa a «uma espécie de fatalidade ligada ao próprio destino da nossa cidade [o Porto], contínua, estável, onde a linguagem é herança que, sem conflito, se prossegue e aprofunda de geração em geração»³².

³² COSTA, 2010: 13-14.

Vimos que, na pintura flamenga do século XVII, o espaço doméstico burguês servia para retratar as tensões entre o privado e o público que determinaram a emergência de uma separação entre os dois domínios. No entanto, no final do século XIX, o espaço doméstico da burguesia portuense ainda se encontra numa encruzilhada entre os domínios do privado e do público. Convergem nesse lugar as preocupações associadas à família, mas também as relacionadas com a sociabilidade. Coexistem os lugares para o indivíduo mas também para o grupo.

À medida que a burguesia emergiu como grupo social dominante, o espaço doméstico adquiriu complexidade. Os lugares *genéricos* que compartimentavam a casa até ao século XVIII foram-se especializando. Este fenómeno resulta de um processo que exigiu, ao longo do século XIX, lugares capazes de suportar as solicitações de uma ocupação cada vez mais intensa, que tem de ser negociada entre um grupo de natureza mais restrita, íntimo, e outro mais alargado, mundano.

Por um lado, a moral burguesa procura lugares onde a sua intimidade seja preservada, mas por outro lado a sociedade exige protocolos de troca em que o indivíduo se submete às regras do grupo. O espaço doméstico da burguesia resulta deste confronto entre a intimidade e a sociabilidade, entre o indivíduo e o grupo, entre o privado e o público.

Nenhum destes domínios fica excluído e isso talvez seja o reflexo de um grupo social fortemente comprometido com uma sociedade onde o seu estatuto foi assumindo maior protagonismo ao longo do século XIX, mas também preocupado em se defender desse mundo que constitui igualmente uma fonte de temores e de desconfiança. Aquilo que se pode observar no espaço doméstico burguês do final de oitocentos é um lugar, onde público e privado negoceiam as fronteiras.

No final do século XIX, privado e público são domínios que confluem no espaço doméstico da burguesia sem que as suas fronteiras resultem em limites nítidos. Do seu «camarote no teatro do mundo», a burguesia confronta-se com lugares híbridos onde se torna difícil definir com clareza a fronteira entre o mundo público, dos actores e o mundo privado, dos espectadores.

FONTES

Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP) – Livros de Plantas de Casas (LPC), n.º 143 a 164.

BIBLIOGRAFIA

BENJAMIN, Walter (1982) – *Das Passagen-Werk (le livre des Passages)*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag.

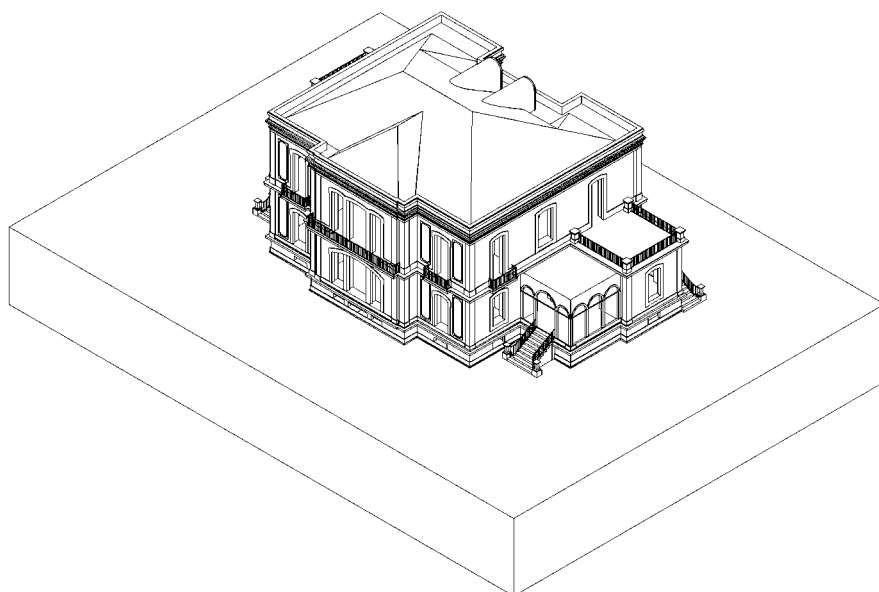
- COSTA, Alexandre Alves (2010) – *Prefácio a uma narrativa sobre a continuidade*. Prefácio a MOTA; Nelson – *A Arquitectura do Quotidiano. Público e Privado no Espaço Doméstico da Burguesia Portuense no Final do Século XIX*. Coimbra: Edarq, p. 11-16.
- CRUZ, Maria Antonieta (1999) – *Os burgueses do Porto na segunda metade do século XIX*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida.
- De MARE, Heidi (1999) – *Domesticity in Dispute. A Reconsideration of Sources*. In CIERAAD, Irene, ed. – *At Home. An Anrhtology of Domestic Space*. Syracuse University Press: New York.
- ELEB-VIDAL, Monique; DEBARRE-BLANCHARD, Anne (1989) – *Architectures de la vie Privée: maisons et mentalités. XVII-XIX siècles*. Bruxelas: Archives d'Architecture Moderne.
- FERNANDES, Francisco Barata (1999) – *Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade*. Porto: FAUP Publicações.
- GUERRAND, Roger-Henri (1990) – *Espaços Privados*. In ARIÉS, Philippe; DUBY, Georges, dir. – *História da Vida Privada*. Porto: Edições Afrontamento, vol. 4, p. 325-411.
- MARCUS, Sharon (1999) – *Apartment Stories. City and home in nineteenth-century Paris and London*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.
- MOTA, Nelson (2010) – *A Arquitectura do Quotidiano. Público e Privado no Espaço Doméstico da Burguesia Portuense no Final do Século XIX*. Coimbra: Edarq.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando (1992) – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- PEREIRA, Gaspar Martins (1995) – *Famílias Portuenses na Viragem do Século (1880-1910)*. Porto: Edições Afrontamento.
- PERROT, Michelle (1989) – *Les secrets de la maison*. In ELEB-VIDAL, Monique; DEBARRE-BLANCHARD, Anne – *Architectures de la vie Privée: maisons et mentalités. XVII-XIX siècles*. Bruxelas: Archives d'Architecture Moderne, p. 5-8.
- PERROT, Michelle (1990a) – *Funções da família*. In ARIÉS, Philippe; DUBY, Georges, dir. – *História da Vida Privada*. Porto: Edições Afrontamento, vol. 4, p. 105-119.
- PERROT, Michelle (1990b) – *Maneiras de Habitar*. In ARIÉS, Philippe; DUBY, Georges, dir. – *História da Vida Privada*. Porto: Edições Afrontamento, vol. 4, p. 307-323.
- PERROT, Michelle (1990c) – *Personagens e Papéis*. In ARIÉS, Philippe; DUBY, Georges, dir. – *História da Vida Privada*. Porto: Edições Afrontamento, vol. 4, p. 121-185.
- RAMOS, Rui J. G. (2005) – «Produções correntes» em arquitectura: a porta para uma diferente gramática do projecto no início do século XX. «NW noroeste. Revista de História», n.º 1. Braga: Núcleo de Estudos Históricos da Universidade do Minho, p. 53-80.
- RYBCZYNSKY, Witold (1987) – *Home: A short history of an idea*. Nova Iorque: Penguin Books.
- SENNETT, Richard (2002) – *The Fall of Public Man*. Londres: Penguin Books.
- TEYSSOT, Georges (1987) – *Paesaggio d'interni / Interior Landscapes*. Milano: Electa.
- TEYSSOT, Georges (2010) – *Da Teoria de Arquitectura: Doze ensaios*. Coimbra/Lisboa: Edarq/Edições 70.
- TIERSTEN, Lisa (1996) – *The Chic Interior and the Feminine Modern: Home Decorating as High Art in Turn-of-the-Century Paris*. In REED, Christopher, ed. – *Not at Home: The Suppression of Domesticity in Modern Art and Architecture*. Londres: Thames and Hudson.



Fig. 1 – Jan Steen – “Soo voer gesongen, soo na gepepen” (A Avó canta e o neto fuma), c. 1662, Mauritshuis, Haia.

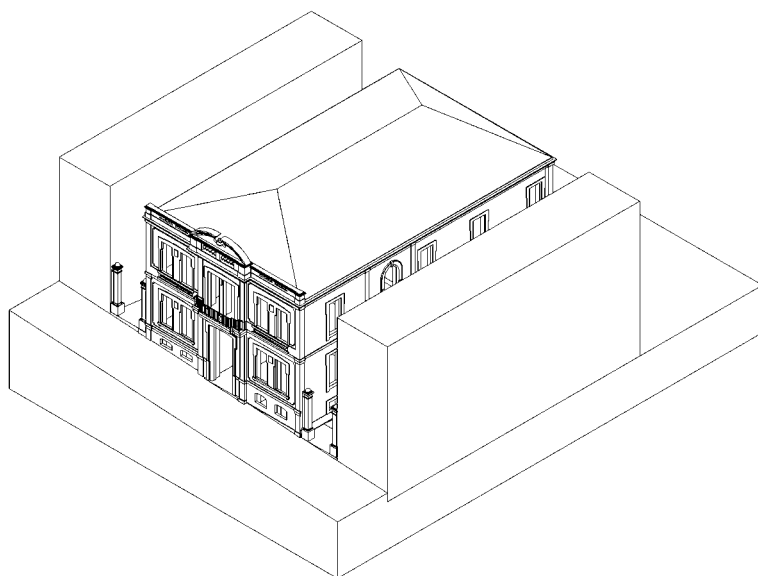


Fig. 2 – Pieter de Hooch – “Een vrouw met een kind in een kelderkamer” (Senhora com uma criança numa despensa), c. 1660, Rijksmuseum, Amsterdão.



0 2 10

Fig. 3 – Perspectiva axonométrica de uma moradia isolada sem acesso directo ao exterior – Categoria A (Casa de G. Burmester, 1897).



0 2 10

Fig. 4 – Perspectiva axonométrica de uma moradia isolada com acesso directo ao exterior – Categoria B (Casa de António E. Glama, 1899).

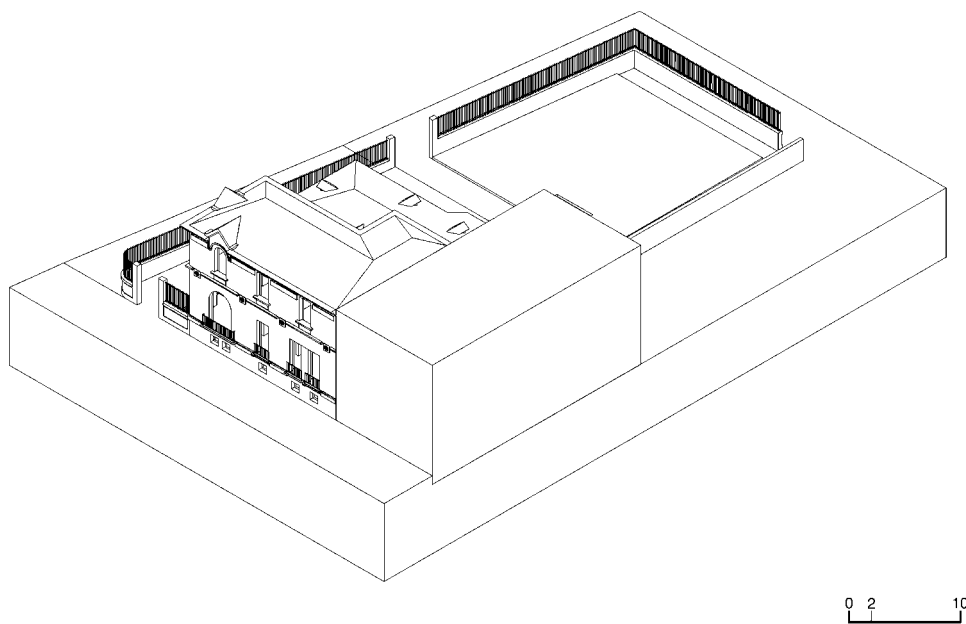


Fig. 5 – Perspectiva axonométrica de uma moradia em banda sem acesso directo ao exterior – Categoria C (Casa de Augusto L. S. Guimarães, 1899).

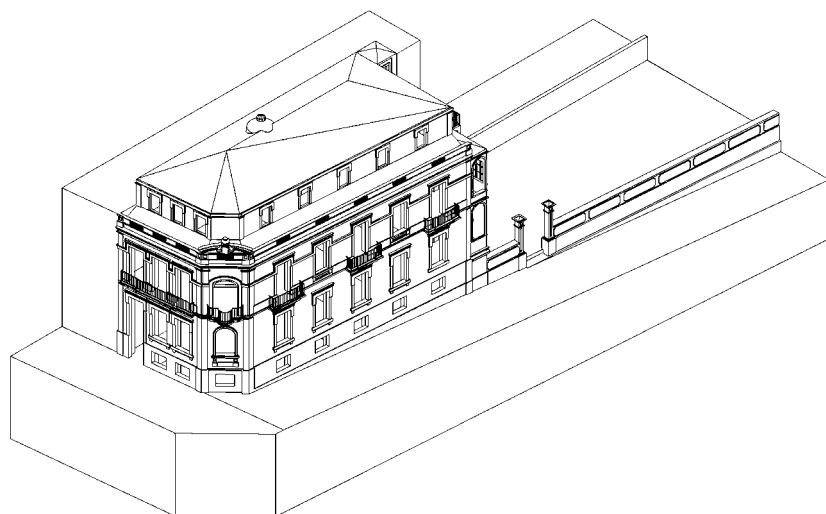


Fig. 6 – Perspectiva axonométrica de uma moradia em banda com três frentes – Categoria D (Casa de Luiza Soares, 1898).

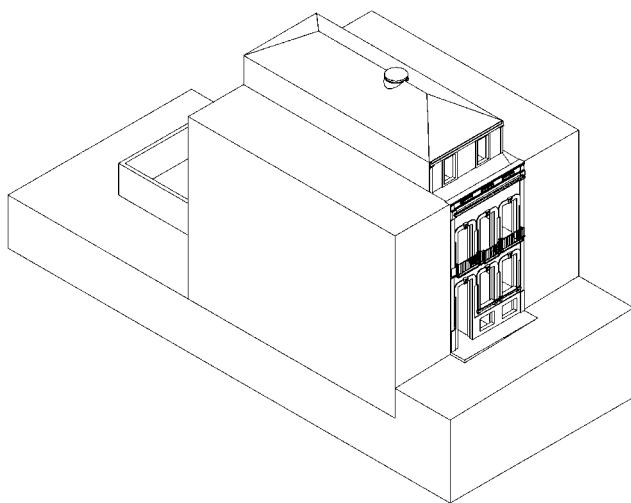


Fig. 7 – Perspectiva axonométrica de uma moradia em banda com rés-do-chão elevado – Categoria E (Casa de Alfredo A. M. Monteiro, 1899).

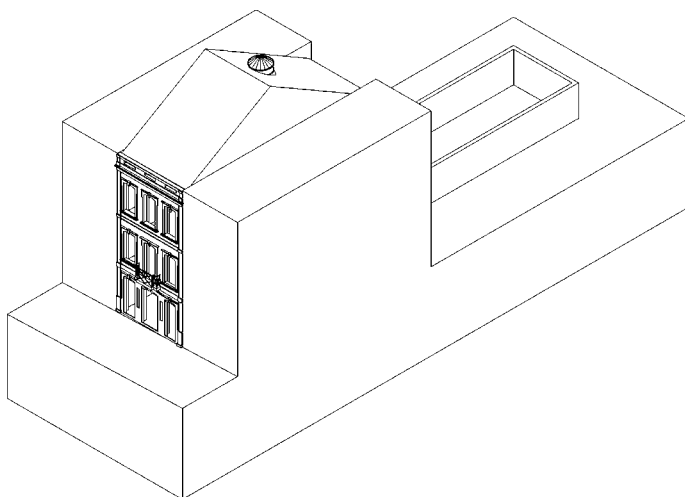


Fig. 8 – Perspectiva axonométrica de uma moradia em banda com rés-do-chão térreo – Categoria F (Casa de António N. Borges & irmão, 1897).

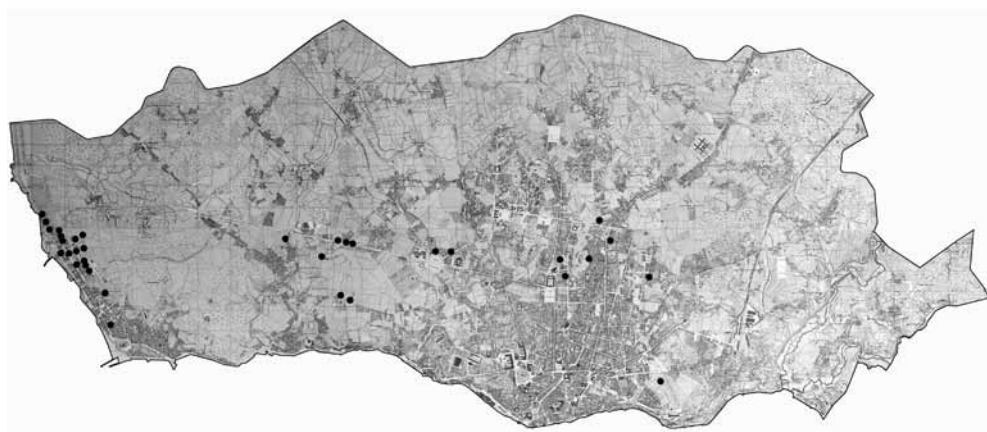


Fig. 9 – Localização dos casos analisados pertencentes às categorias que englobam as moradias isoladas.

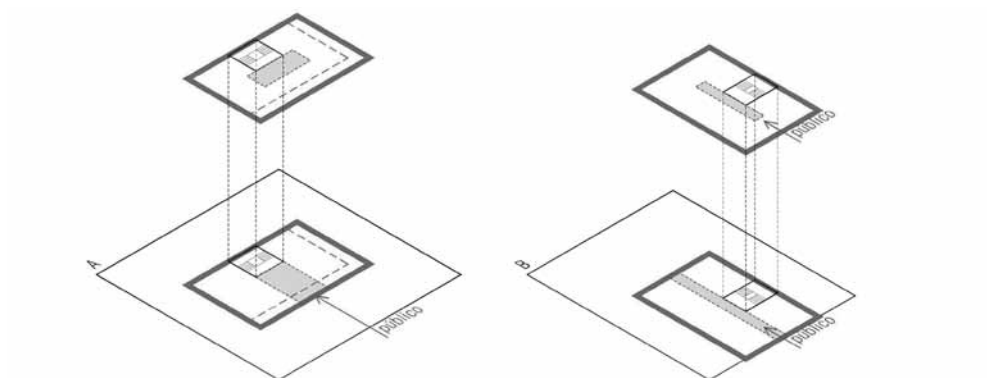


Fig. 10 – Diagrama de circulação nas moradias isoladas.

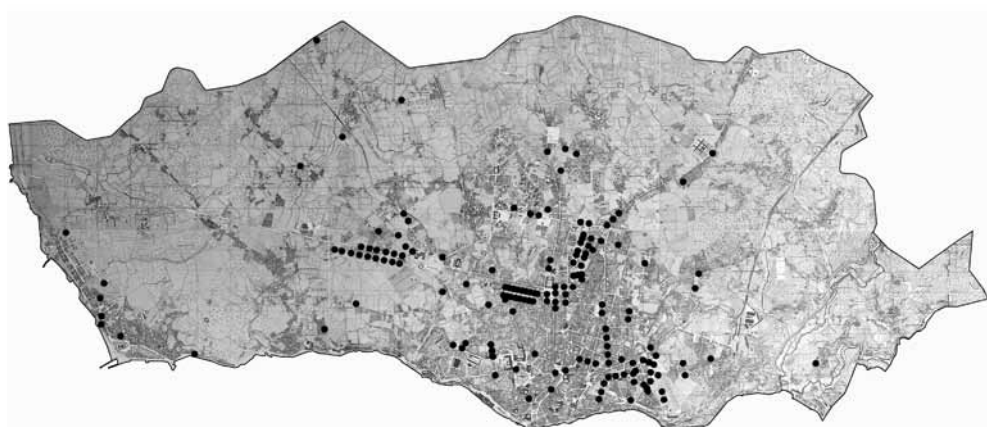


Fig. 11 – Localização dos casos analisados pertencentes às categorias que englobam as moradias em banda.

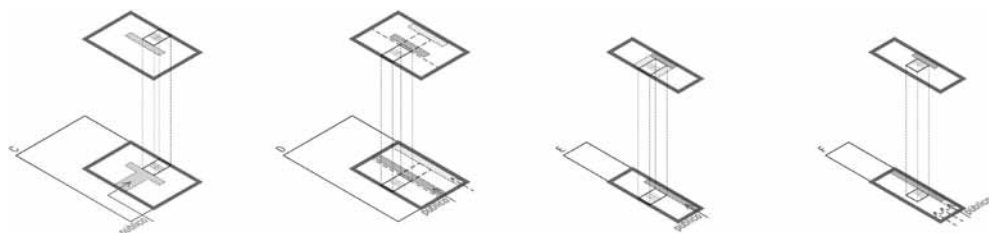


Fig. 12 – Diagrama de circulação nas moradias em banda.

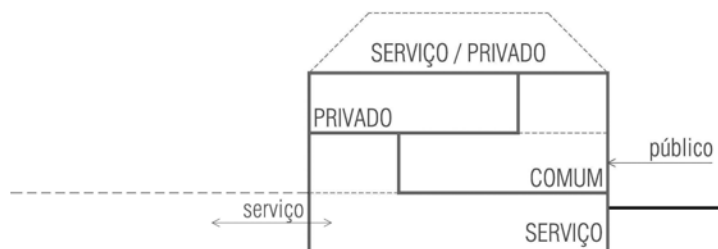


Fig. 13 – Distribuição – Partição das zonas da habitação.

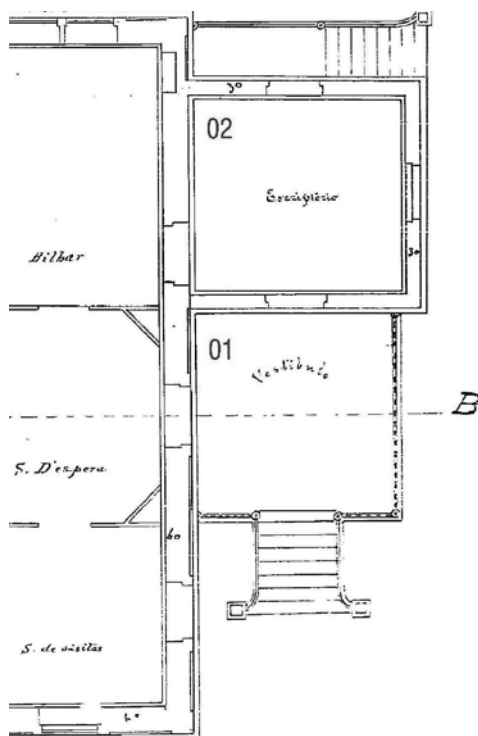


Fig. 14 – Casa de G. Burmester, 1897 – Planta parcial do rés-do-chão: 01. Vestibulo; 02. Escritório. (Fonte: LPC 144, AHMP).

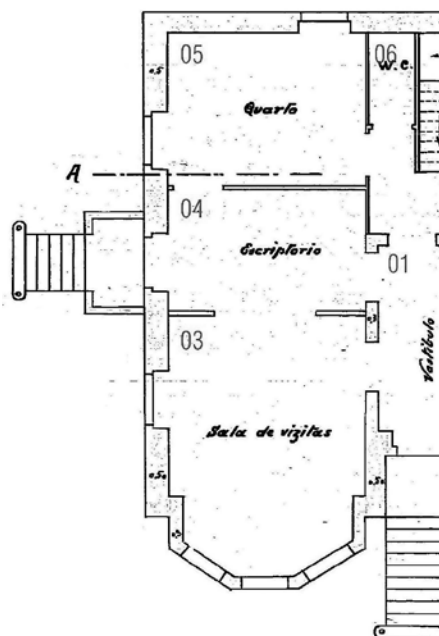


Fig. 15 – Casa de Abel E. P. Brandão, 1900 - Planta parcial do rés-do-chão: 01. Vestíbulo; 03. Sala de visitas; 04. Escritório; 05. Quarto; 06. W.C. (Fonte: LPC 162, AHMP).

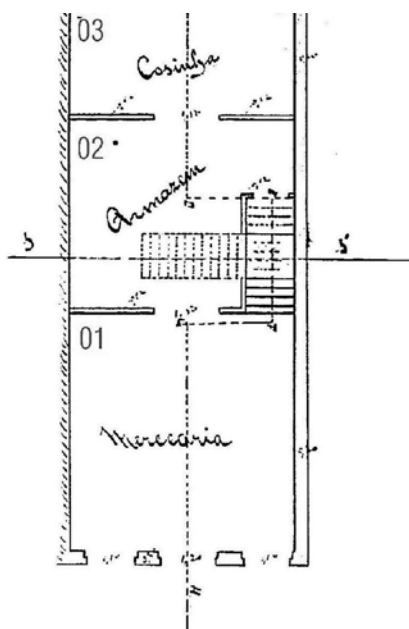


Fig. 16 – Casa de Maria E. S. Saavedra, 1897 - Planta parcial do rés-do-chão: 01. Merceria; 02. Armazém; 03. Cozinha. (Fonte: LPC 143, AHMP).

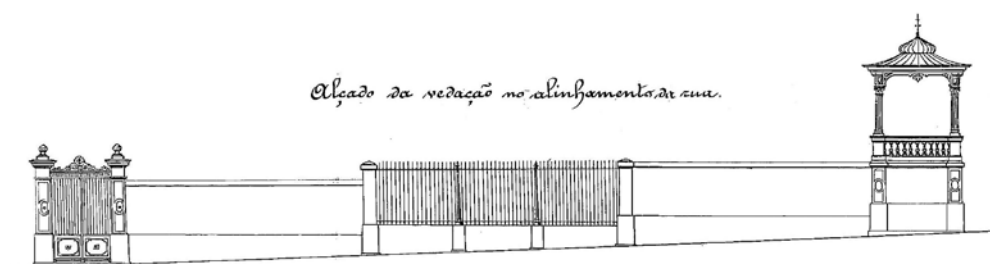


Fig. 17 – Casa de George Ph. Schroeder, 1900 – Alçado da vedação com mirante. (Fonte: LPC 162, AHMP).

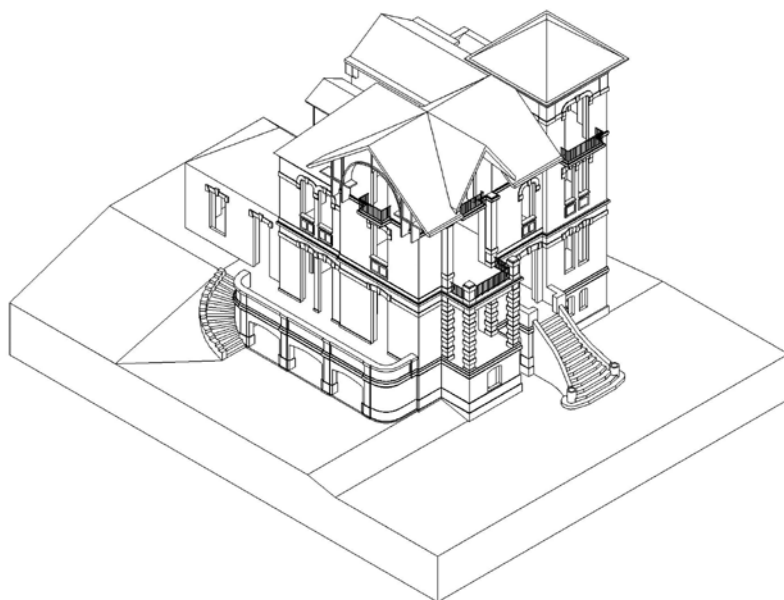


Fig. 18 – Casa de Charles Tait, 1899 – Perspectiva axonométrica.

A POLÍTICA DE HABITAÇÃO DO ESTADO E OS SEUS EFEITOS SOCIAIS NO PORTO CONTEMPORÂNEO: UMA PERSPECTIVA SINTÉTICA E PANORÂMICA

VIRGÍLIO BORGES PEREIRA*

INTRODUÇÃO

Os problemas habitacionais da cidade do Porto são um elemento relevante da história do respectivo espaço físico e social contemporâneo¹. Tomando por referência a centralidade dos regimes políticos na sua definição, o presente texto procura identificar, a partir de um ponto de vista de sintético, os efeitos sociais das políticas habitacionais dinamizadas pelo Estado na cidade do Porto ao longo do século XX. Com um tal propósito, acentua-se a importância, na definição da acção do Estado (central e local), (a) das principais propriedades políticas e ideológicas que caracterizam cada um dos regimes políticos, destacam-se (b) os principais objectivos e grupos-alvo que tais opções políticas visam, nomeadamente, em matéria urbana, relevam-se (c) os instrumentos de política habitacional gizados no papel e aplicados na realidade, analisam-se (d) os seus efeitos urbanos e (e) destacam-se os seus principais efeitos sociais, o aspecto que constitui a referência principal do presente texto. Produzido

* Professor do Departamento de Sociologia e Investigador do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras; Professor, em regime de colaboração, da Faculdade de Arquitectura e Investigador Associado do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da mesma Faculdade; Universidade do Porto.

¹ Este texto apresenta elementos de reflexão suscitados por uma investigação desenvolvida no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Projecto PTDC/SDE/69996/2006, Ilhas, bairros e classes laboriosas: um retrato comparado da génese e estruturação das intervenções habitacionais do Estado na cidade do Porto e das suas consequências sociais (1956-2006), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia) e retoma um conjunto de argumentos e conteúdos originalmente produzidos para um trabalho publicado em língua inglesa da autoria de Pereira e Queirós (2009). Entre os conteúdos retomados do trabalho citado encontra-se o Quadro Sinóptico que acompanha, em versão portuguesa, o presente texto.

com objectivos de síntese, o exercício de leitura assim produzido não dispensa uma análise da acção do Estado e das propriedades dos diferentes regimes políticos que se estruturam no país desde finais do século XIX. Consagrando os resultados de investigação histórica e sociológica sobre a configuração dos regimes políticos no país, e cujos detalhes justificativos, por razões de economia do texto remeteremos para trabalhos posteriores, retemos uma configuração do Estado que destaca a importância dos processos que conduzem ao (i) fim da Monarquia e à afirmação da República, (ii) à queda da República e à afirmação do Estado Novo, (iii) à reconfiguração da acção do Estado Novo, (iv) à transição para a Democracia, (v) à respectiva institucionalização e (vi) estabilização.

1. Ainda que seja um problema recorrente na história da cidade, os problemas habitacionais do Porto oitocentista agravam-se à medida que se acentua o processo de industrialização. Seja no núcleo antigo medieval, seja sobretudo no território imediato de expansão da cidade a que hoje corresponde à área central, a cidade ganha, progressivamente, fábricas, muitas oficinas, habitações e população, sem que, no entanto, estejam reunidas as condições de salubridade mínimas para o aglomeração de um tão grande conjunto de actividades e de pessoas em espaços tão restritos. Numa cidade que cresce alimentada por um importante processo de migração interna, será muito lento o reconhecimento público da necessidade de regulação da situação urbana (Teixeira, 1996; Matos, Salgueiro, 2005). O liberalismo económico dominante e a instabilidade política e institucional conduzem a uma regulação estatal fraca que permitirá, mesmo com a queda da Monarquia e o correlativo triunfo da República, o crescimento da «questão social» e o acentuar de um debate que, não obstante a sua crescente expressão pública e a ampliação decorrente de processos como os da peste no Porto de 1899 (Jorge, 2011 [1899]), terá um conjunto limitado de realizações sociais e habitacionais como resposta aos problemas de que a cidade, então, padece. Visando regular minimamente o crescimento urbano e, com um tal procedimento, procurando evitar a generalização de doenças, dos descontentamentos e dos conflitos, a acção dos poderes públicos, nas primeiras décadas do século XX, será marcada por uma visão limitada dos poderes do Estado e, na hipótese mais favorável, por uma concepção filantrópica do horizonte da respectiva capacidade de acção no domínio habitacional. Quando, a custo, os poderes públicos reconhecem a necessidade de uma intervenção mais regular, para além de orientarem as suas prioridades para aspectos de índole mais infra-estrutural, como o muito necessário saneamento básico, os seus horizontes de acção terão sobretudo nas classes médias urbanas – que, a partir de 1910, serão o suporte, não sem hesitações (desde logo, a Norte) da República implantada – o seu principal referencial. Com preocupações, no domínio habitacional, que estarão sobretudo orientadas para a prevenção do crescimento das rendas urbanas,

as prioridades da acção do Estado darão uma resposta muito limitada aos problemas de alojamento a que a maioria dos habitantes do Porto, mas também os de Lisboa, estarão sujeitos nestes anos; promovendo a construção de casas de baixo custo para os trabalhadores do sector público e para famílias das classes trabalhadoras, tais iniciativas, articulando-se com outras que os jornais da época dinamizavam, eram socialmente selectivas e resultavam numa produção de fogos abaixo das necessidades sociais tanto em termos de quantidade de edificado (não mais do que 400 entre finais de 1800 e os anos 1940) como no acesso económico a que as casas estão sujeitas, já que o custo da habitação assim construída estava globalmente fora da capacidade aquisitiva do operariado modal da cidade. Nesse sentido, num período crucial, de cerca de setenta anos, que medeia entre os anos 1870 e o final dos anos 1930, os núcleos antigos e central da cidade do Porto conhecerão um crescimento habitacional e populacional substantivo e, fundamentalmente, desregulado, que, em 1939, já em pleno Estado Novo, David Moreira da Silva, na prova de inspiração bergsoniana que defenderá no *Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris*, não hesitará em qualificar da forma mais assertiva: «A habitação, órgão essencial de uma cidade, oferece-nos no Porto um dos seus mais miseráveis e trágicos aspectos e é uma das causas graves que contribuem muito largamente para a enorme mortalidade que aí se constata. Diz-se, correctamente, de resto, que o Porto era enquanto cidade o mais vasto cemitério da Europa» (2009 [1939]: 75).

O Porto medieval e as ilhas operárias da urbe em expansão constituem-se em contextos marcantes da sobrelocação citadina e da sua insalubridade, mas também em lugares relevantes de interconhecimento e solidariedade vicinal: «A ilha é eminentemente um espaço colectivo e ao mesmo tempo um espaço fechado sobre si mesmo. O portal de entrada comum, bem como os espaços e equipamentos colectivos (corredor, lavadouro, poço, retretes, etc.), facilitam a formação de um espírito de comunidade, fundado em relações intensas de vizinhança, onde o acesso de estranhos, não sendo vedado, não deixa também de ser inibido ou mesmo hostilizado» (Pereira, 1995: 135).

As poucas realizações da República em matéria de habitação social e as subscrições dos jornais, não obstante o seu número limitado, introduzirão novos bairros e colónias operárias na cidade. As mais conhecidas resultantes da acção do Estado são as que se desenvolverão na Arrábida, mas outras realizações houve com algum relevo, nomeadamente, pela inovação e debate que suscitam do ponto de vista arquitectónico, como as que decorrerão da acção do Arquitecto Marques da Silva, de que é exemplo o conjunto de casas-jardim do Bairro do Comércio do Porto do Monte Pedral (Gonçalves, 2010). Contudo, as densidades de ocupação no núcleo antigo e nas ilhas da área central da cidade continuarão a intensificar-se sem que existam alternativas viáveis de alojamento para o operariado, permanecendo, assim, sem resposta um conjunto vasto de problemas sociais da cidade.

2. O Estado Novo implementou no país um regime autoritário e paternalista marcado por um arregaçado conservadorismo moral que se veio a traduzir, do ponto de vista da acção política, numa crescente actividade de regulação estatal. Tal regulação não deixou de se confrontar com as contradições e tensões decorrentes da necessidade da modernização capitalista e da vontade política, veiculada pelo Estado e por Salazar, de seguir uma via «ruralista» para o desenvolvimento do país. Ancorada, nos primeiros anos do regime, num temor efectivo relativamente ao processo de industrialização, uma tal opção articulou-se com um reforço do controlo repressivo sobre as classes trabalhadoras, tidas como «classes perigosas», e com uma naturalização conservadora das desigualdades sociais. Para além de tempos de consolidação ideológica, a década de 1930 representa, para o regime, uma época de intensa actividade legislativa e de reorganização institucional que se materializa não só na produção de uma Constituição mas também no equacionar pelo Estado, e num registo que visava ser sistemático, de respostas relativamente aos grandes problemas económicos, urbanos e sociais que afectam o país (Patriarca, 1995). Não sem contradições no interior do campo do poder, a cidade do Porto constituirá território elegível para estas preocupações. Procurando resolver as enormes carências habitacionais que caracterizam as grandes cidades portuguesas e regular o respectivo crescimento, com uma preocupação especial com o descongestionamento das áreas centrais, o Estado, através do «Programa das Casas Económicas» de 1933, assumirá o papel de urbanizador e promotor habitacional. No final de uma grande controvérsia ideológica em torno do modelo habitacional mais ajustado ao país, o Estado recusa o modelo de habitação colectiva e promove um programa, dependente do Ministério das Corporações, estruturado na figura da casa independente, com jardim e quintal. No caso do Porto, o programa dará origem à constituição de bairros residenciais de tamanho médio situados em zonas periféricas da cidade ainda não urbanizadas e estará sujeito a um dispositivo de controlo social e moral assegurado pela presença de um *fiscal*. Tratando-se de iniciativas configuradas em torno do regime de propriedade resolúvel, o respectivo povoamento será bastante selectivo do ponto de vista social, privilegiando-se os funcionários públicos e os membros dos sindicatos nacionais (Gros, 1982).

Se do ponto de vista urbano se garantirá, desta forma, a integração na cidade de um conjunto significativo de grandes áreas periféricas (não havendo, por isso, grandes efeitos decorrentes de tal política no congestionado centro da cidade), as principais consequências sociais passarão por uma melhoria significativa das condições de habitação de grupos sociais específicos que se distinguem, globalmente, pela distância que os separa do operariado modal da cidade; nesse sentido, a primeira das medidas de política de habitação social produzida pelo Estado Novo será orientada para os grupos que mais próximos se encontram dos valores de referência moral e política do regime (Almeida, 2010). Um tal quadro social contribuirá não só para a

reificação de diferenças sociais, já que a política assim concebida estava organizada em torno de um processo muito hierarquizado de recrutamento dos habitantes, mas será também largamente responsável pela reprodução das condições de vida dos habitantes pobres das ilhas operárias da cidade durante as décadas seguintes. Durante os anos 1930 e 1940 são construídas aproximadamente 2000 casas económicas; em 1939 existiam na cidade 14000 habitações em *ilhas*; a ausência de resposta para os problemas habitacionais da cidade reproduzia-se.

3. O final da Segunda Guerra Mundial coincide com o início de um importante processo de reconfiguração do Estado Novo que, não alterando as propriedades mais relevantes do regime, implicará, contudo, um aumento da regulação burocrática do Estado e o reforço da capacidade empreendedora deste, em articulação com um projecto modernizador da sociedade estruturado em torno dos posicionamentos sociais capitalistas do país. Mantendo-se o controlo repressivo como traço fundamental da acção do regime, sobretudo no que diz respeito ao tratamento da «questão social» e ao entendimento do lugar das classes trabalhadoras nesta, o Estado favorecerá de um modo mais claro a implementação de processos de urbanização capitalista, encarando os projectos habitacionais como elementos cruciais do desenvolvimento das maiores cidades.

Mantendo-se o programa das «Casas Económicas» como eixo central da acção do Estado neste domínio, no final de um processo que se prolongará pelas décadas de 1930 e 1940 (com episódios contraditórios como aquele que estará na origem do Bloco de Duque de Saldanha, em São Vitor), não deixa este de reconhecer que os problemas habitacionais das grandes cidades do país estão longe de estar resolvidos no âmbito de um tal programa; tal é precisamente o caso da cidade do Porto, cujas *ilhas* e habitat insalubre se tornam num elemento de preocupação política com maior reconhecimento no interior do campo do poder nacional e local. No quadro de uma política habitacional ainda mais segmentada socialmente, gizam-se planos habitacionais para diferentes grupos sociais: programa de «Casas Económicas» melhorado para as classes médias (mantendo-se a opção pelas casas individuais de propriedade resolúvel localizadas na periferia mais enobrecida da cidade); projectos habitacionais promovidos pelo Estado central para os trabalhadores da função pública e para os segmentos mais qualificados da classe operária (arrendados ou em propriedade resolúvel em bairros de estilo mais orientadamente «moderno») (Tavares, 2010); grandes bairros de habitação colectiva com fins sociais (construídos e geridos pelos municípios, com financiamento do Estado central) para o operariado (regularmente grandes, de baixa qualidade, pouco equipados e localizados em zonas periféricas da cidade).

O «Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto» de 1956, o programa que envolverá, finalmente, os moradores das *ilhas* do Porto é feito em nome da salubridade

e libertação dos espaços congestionados da área central, prevendo a demolição de *ilhas* e a transferência da população para zonas libertas de pressão urbana na periferia citadina. No quadro de uma procura deliberada de espaços socialmente separados, serão edificados grandes bairros de habitação colectiva que garantirão a urbanização de áreas periféricas e a expansão dos limites da cidade habitada. Entre 1956 e o final do Estado Novo, cerca de 25000 pessoas, geralmente habitantes das *ilhas* da área central, serão alojadas nestes contextos. Produzidos no interior de uma lógica social e política repressiva, que diluía as solidariedades de vizinhança trazidas das *ilhas*, e tendo por base um entendimento limitado sobre o lugar da habitação na cidade contemporânea, os novos bairros não contemplarão, à partida, respostas de apoio social, sendo a Igreja católica chamada a assumir uma parte destas responsabilidades através da criação da Obra Diocesana de Promoção Social, entidade especialmente criada com tais fins em 1967 e que capitalizava experiência adquirida no terreno desde 1964 (Fernandes, 2010). O Estado desempenhava assim um papel activo na realocação de actividades e de pessoas na cidade e contribuía para a redefinição das suas lógicas urbanas e sociais: declinavam as funções de residência e industriais do centro da cidade, aumentava a segmentação da estrutura urbana (através de uma redefinição restritiva das áreas funcionais da cidade) e continuavam a reificar-se e a territorializar-se as diferenças sociais. A política de habitação social hierarquizada produzida pelo Estado garantia condições razoáveis de habitação para os grupos sociais mais qualificados e assegurava, pela primeira vez de um modo mais sistemático, alojamento com condições sociais mínimas, mas com controlo moral forte, para um segmento do operariado da cidade. Em simultâneo, e dadas as limitações dos processos de construção dos novos bairros, a habitação insalubre continuava a existir na cidade e mantinham-se ainda importantes problemas habitacionais.

4. A profunda transformação política que decorre da revolução de Abril de 1974 rapidamente se viu informada pelos problemas sociais que persistiam por resolver na sociedade portuguesa. No Porto, tal como noutros contextos urbanos do país, esses problemas sociais passavam pela habitação e cedo as contradições sociais em torno desta se fizeram sentir com forte expressão pública. A tensão política no interior do campo do poder e a instabilidade revolucionária que vão caracterizar o país nos primeiros anos depois de Abril serão, não obstante, fortemente marcadas por um processo crescente de intervenção do Estado não só na economia mas também na sociedade, a partir de uma matriz de acção de tipo basista e popular. A dinâmica do processo revolucionário em curso, com as ocupações e as nacionalizações, toca a agricultura e a indústria, redefine aspectos fundamentais das políticas sociais públicas, com destaque particular para a saúde e a segurança social, e não deixa também de tocar a educação e a habitação através, nomeadamente, de movimentos organizados

de promoção da educação e habitação populares. Com as prioridades políticas e ideológicas posicionadas na esquerda do espectro político, serão favorecidas opções estruturadas em torno de movimentos de «urbanização contra-capitalista» (Vilaça, 1994) e promovido o «direito à cidade» (Rodrigues, 1999). A receptividade relativa do Estado para tais opções, através, nomeadamente, da acção da Secretaria de Estado da Habitação, e o forte movimento reivindicativo dinamizado pelas associações organizadas de moradores, desde logo, e no caso do Porto, das *ilhas*, mas também dos bairros do município, farão da contenção das transferências das classes trabalhadoras para a periferia da cidade e da promoção da permanência destas no centro citadino prioridades de acção. Será este o quadro de relações sociais que permitirá o desenvolvimento mais efectivo da renovação do centro histórico da cidade, a acção das brigadas do SAAL e a implementação de uma dinâmica que, partindo, frequentemente, da ocupação e da auto-construção, rapidamente vai evoluir para um trabalho de projecto e construção participados (Bandeirinha, 2007). As políticas habitacionais eram assim domínio forte de participação descentralizada, orientavam-se para os seus beneficiários e, não sem dificuldades, várias serão as associações de moradores que conseguirão materializar os seus objectivos de construção de casas novas, com recurso a soluções habitacionais social e arquitectonicamente inovadoras (Machado, 2010).

Contudo, também rapidamente se constatará que os projectos construídos se revelavam nitidamente abaixo das necessidades sociais: a maioria dos projectos do SAAL não foram concluídos e os que são representam uma quantidade pequena de casas para os habitantes da cidade que mais dela necessitavam, a classe operária; por seu turno, as iniciativas do CRUARB no centro histórico do Porto foram limitadas em número e em relevância social. Ainda assim, é inegável reconhecer-se que, para um número ainda significativo da população mais carenciada da cidade, o acesso às casas novas, seja devido à construção de novos bairros seja ainda pelo que resultou do movimento de ocupação de casas devolutas que eram propriedade do Estado, se revelou numa melhoria substantiva das condições de habitação. A manutenção da habitação no centro da cidade significou, desde logo, para muitos a possibilidade de se manterem preservados os laços sociabilitários que caracterizavam as vivências quotidianas de tais contextos e, com isso, a atenuação do movimento de centrifugação e de segregação social que continuava a organizar-se na cidade; a mudança de população para os bairros sociais de mais débil qualidade construídos na periferia citadina não tinha, entretanto, terminado.

5. A progressiva normalização democrática e a consolidação da acção das instituições do Estado no período posterior a 1977 foram informadas pela recuperação da configuração capitalista da economia e pelo reposicionamento do papel do Estado nesta. Acrescenta-se, como sabido, a todo este processo uma relevante crise econó-

mica e financeira que, em articulação com os efeitos da crise petrolífera de meados da década de 1970, redundará em duas intervenções do FMI no país e, desde logo, numa limitada capacidade de acção económica da parte do Estado. Por outro lado, reflectindo clivagens sociais e políticas herdadas do período revolucionário, as políticas sociais, num tal quadro social e político, assumem uma configuração frequentemente contraditória (Pinto, 1997). Permanecendo, no essencial, o país numa situação de crise habitacional e num quadro geral caracterizado pelo congelamento do mercado de arrendamento e por uma relevante ausência de habitação, a acção do Estado no domínio da habitação continua a reconhecer-se como necessária. Contudo, a acção do Estado orienta-se preferencialmente para o apoio ao investimento dos sectores privado e cooperativo, consagrando, em termos gerais, uma transferência progressiva das responsabilidades com a promoção e o acesso à habitação para a administração local, para as cooperativas de habitação e para o próprio sistema de crédito bancário. No que diz respeito à habitação social, o Estado central admite assumir-se como financiador e gestor/vendedor de habitação, mas recusa, paulatinamente, o papel de construtor. Doravante, as opções políticas centrais, decorrentes dos processos que conduzirão ao fim do Fundo de Fomento da Habitação (FFH), em 1982, e da acção de instituições como o Instituto Nacional da Habitação (INH), fundado em 1984, serão orientadas pelo princípio da promoção da propriedade habitacional para as classes médias e para os segmentos mais estáveis da classe operária, com novas facilidades de crédito, com incentivos às cooperativas e, progressivamente, com venda de habitação social aos seus inquilinos, tal como decorrerá da extinção do FFH e da criação, já quase no fim da década de 1980, do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE). Materializam-se, assim, políticas diferentes, com promotores diferentes e com casas diferentes para grupos sociais diferentes: bairros de média e de grande escala na periferia da cidade para os mais pobres (a que se acede mediante arrendamento social) e para as fracções mais estáveis da classe operária (para quem se criam mecanismos de propriedade resolúvel); alojamento cooperativo na periferia da cidade ou em zonas suburbanas para as classes médias (propriedade resolúvel ou financiamento a crédito); mercado privado de alojamento (financiado pelo crédito) no interior dos limites da cidade ou em áreas suburbanas para as classes médias ou para a burguesia. Uma inovação importante nas políticas de habitação social passa pela associação destas com outras medidas de política social, ainda que de forma intermitente.

Os efeitos urbanos e sociais das políticas de habitação social assim implementadas na cidade do Porto, para além de se articularem crescentemente com um movimento de saída dos agregados domésticos mais dotados em capital económico para os concelhos limítrofes da cidade, continuarão a garantir transferências populacionais dos agentes sociais mais fragilizados para os bairros periféricos da cidade, aumentando,

por esta via, a respectiva densidade populacional, já que, frequentemente, será também na contiguidade de bairros sociais mais antigos que novos empreendimentos de igual vocação serão construídos. No centro histórico da cidade inicia-se um movimento de despovoamento que se associa a um processo de renovação lento e que não consegue evitar a degradação de uma parte substancial do edificado. A cidade assiste, por isso, a um processo de recomposição em que se reforça, à escala da cidade, a importância dos grandes bairros sociais periféricos para a classe operária e para as franjas mais pobres da população urbana; a habitação cooperativa assume-se como modalidade relevante de acesso à habitação para segmentos das classes médias e mesmo para certos segmentos da burguesia. Por seu lado, os bairros de habitação social adquirem características novas, passando a ser marcados por processos de segmentação interna, como os que separam arrendatários de proprietários, assegurando alguma mistura social e cultural relativa mas também algumas tensões na gestão de problemas comuns. Não se pode, por outro lado, deixar de registar que em determinados bairros sociais, fruto da gestão dos empreendimentos e da história da actividade económica local, se assiste a processos de empobrecimento da respectiva população (os residentes mais afluentes com acesso ao crédito procuram novas casas no mercado) e ao reforço de processos de estigmatização em resultado, por exemplo, dos primeiros passos do movimento de desindustrialização da cidade e do recrudescimento das actividades económicas informais que dão lugar a territórios psicotrópicos (Fernandes, 1998).

6. O período que se inicia com a adesão do país à Comunidade Económica Europeia abre um ciclo de estabilidade política e governativa que vai sistematizar o processo de redefinição do papel do Estado na sociedade portuguesa e que se materializará, fundamentalmente, numa mudança para políticas orientadas para o mercado, que se traduzirão num movimento de privatização da actividade económica e de maior flexibilização das relações salariais. Dando corpo a um processo de adaptação de políticas europeias, desenvolvem-se novas políticas sociais e novas instituições do Estado social (apoiadas, com frequência, por financiamentos da Comunidade Europeia); os horizontes de acção e os objectivos políticos oscilam entre perspectivas ora mais (neo)liberais ora mais social-democratas, acentuando-se, no entanto, em tempos mais recentes a tendência liberalizante. Do ponto de vista das políticas habitacionais reforça-se a centralidade das políticas de promoção da propriedade e consolidam-se, ainda que sem relevante sucesso prático, as iniciativas de alienação da habitação pública. Introduzem-se igualmente, sobretudo a partir de meados dos anos 1990, algumas inovações importantes em matéria de habitação social; as mais relevantes passarão pelo programa de erradicação de barracas nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto (Plano Especial de Realojamento, PER), dinamizado com o objectivo de resolver de forma permanente o problema da habitação em Portugal, pela promoção

de bairros de habitação social como parte de uma estratégia integrada de inclusão social dirigida aos pobres urbanos e pela promoção da renovação urbana do centro histórico, através do favorecimento do investimento privado nas áreas centrais e do «regresso à cidade». As soluções para a habitação social aparentam possuir uma configuração mais diversificada: bairros de dimensão média na periferia da cidade (perto de bairros de grande escala já existentes) para as classes trabalhadoras e famílias mais empobrecidas (principalmente, arrendamento social); bairros de grande e de média dimensão na periferia da cidade para famílias do operariado e da classe média (arrendamento social e habitação de baixo custo para venda); bairros de pequena escala localizados no centro da cidade, em pequeno número, fruto regular da articulação da acção do Estado central e local com antigas associações de moradores organizadas sob a forma de cooperativa, inovadores do ponto de vista arquitectónico e normalmente bem integrados, mas nem sempre acessíveis aos moradores com menor volume de capital económico. Parte desta diversificação é o resultado da integração na acção do Estado de filosofias programáticas estruturadas em torno de projectos de «reabilitação urbana» que seguem políticas europeias e beneficiam de fundos comunitários (ainda que com resultados limitados).

A primeira década do século XXI vê, assim, redefinir-se a acção do Estado na cidade; esta é, agora, marcada pelo desenvolvimento de estratégias de indução de *gentrificação* na área central; ao mesmo tempo, equacionam-se e levam-se a cabo medidas de pendor mais radical, como as que passam pela demolição de «bairros sociais problemáticos» vistos, pelos poderes dominantes, como marcados por situações sociais «irreversíveis» («bombas-relógio»); as *ilhas* municipais que ainda existem na cidade são também demolidas, bem como outros contextos residenciais marginalizados; contudo, e ainda que habitadas por uma população envelhecida, as *ilhas*, fruto das recomposições do mercado de arrendamento, continuam a albergar um conjunto populacional relevante que sofre também alguns processos de transformação. Acentuando-se as transferências de população do centro da cidade para a periferia (onde novos bairros sociais estavam novamente a ser construídos) e, com estas, a suburbanização do Grande Porto (em resultado da evolução do mercado de trabalho e das condições de crédito à habitação durante a década de 1990 e a primeira metade dos anos 2000), assiste-se a uma profunda perda demográfica da cidade, com especial impacto no centro histórico, que se despovoa, envelhece e degrada (Pinto, Pereira, 2007). Acentuando-se, por seu lado, o processo de desindustrialização da cidade, as taxas de desemprego crescem nesta, tendo impacto muito relevante nos bairros de habitação social, cuja vulnerabilidade à pobreza, em muitas situações, se acentua (Pimenta *et al.*, 2001).

CONCLUSÃO

Identificaram-se no presente texto um conjunto de coordenadas para a interpretação da relação entre regimes políticos, produção de políticas de habitação social e efeitos urbanos e sociais das mesmas no Porto contemporâneo. Ainda que produzido num registo sintético, foi possível ilustrar a vinculação entre as grandes propriedades ideológicas de cada um dos regimes e as opções em matéria de política habitacional; as inevitáveis diferenças de regime político consagram o peso específico da acção estatal nas diferentes modalidades de relação com a precariedade habitacional. Analisados, ainda que exploratoriamente, os potenciais efeitos sociais das principais medidas políticas implementadas, importará, agora, aperfeiçoar o respectivo conhecimento a partir de um ponto de vista estruturado em torno das trajectórias sociais das famílias e dos respectivos membros. Esse será um problema central a interrogar em investigação futura.

Quadro sinóptico: Políticas habitacionais do Estado na cidade do Porto, características e resultados principais

Período	Final 1800-1930	1930-1940	Anos 1950-1974	1974-1976	1977 – Meados Anos 1980	Meados dos Anos 1980 até à actualidade
Regime político	Transição para o republicanismo, governos republicanos e ditadura militar	«Estado Novo»: ditadura fascista, primeira fase	«Estado Novo», ditadura fascista (segunda fase)	Democracia: os anos da revolução	Democracia: institucionalização num contexto de clivagens sociais e políticas	Democracia: estabilização política e redefinição do papel do Estado
Principais propriedades políticas e ideológicas e opções dominantes	Liberalismo político e económico. Instabilidade política e constantes mudanças governativas. Fraca regulação estatal. Crescimento da 'questão social' e das primeiras iniciativas estatais ('filantrópicas, socialmente selectivas e sempre abaixo das necessidades sociais). Políticas privilegiavam grupos sociais e políticos que apoiavam o regime, as classes médias urbanas.	Autoritarismo e paternalismo. Conservadorismo moral. Regulação estatal crescente. Tensão entre modernização capitalista (investimentos públicos, urbanização) e «ruralismo». Controlo repressivo sobre as classes trabalhadoras (vistas como «classes perigosas»). Naturalização de desigualdades sociais; ausência de respostas à «questão social» (preservação do <i>status quo</i>).	Burocratização. Forte regulação estatal e empreendedorismo capitalista de pendor estatal (projectos de desenvolvimento industrial e urbano de larga escala). Crescimento de uma classe capitalista urbana. Controlo repressivo sobre as classes trabalhadoras (reflexões nas novas respostas à «questão social»). Tensões no interior do <i>campo do poder</i> entre «modernização capitalista» e «tradicionalismo».	Instabilidade revolucionária e tensões sérias no interior do <i>campo do poder</i> (entre «revolucionários» e «forças reacionárias»). Forte intervenção económica e social estatal (reforma agrária, novas políticas habitacionais, expropriações, nacionalizações, etc.), intimamente articuladas com exigências sociais de base. Novas políticas sociais estatais (SNS, Segurança Social) e respostas a partir da base à «questão social» (ocupações, educação popular).	Normalização democrática e consolidação das instituições democráticas (incluindo Segurança Social e instituições afins). Recuperação capitalista e reposicionamento do papel do Estado (transferência de funções da «sociedade civil» para o mercado). «Crise económica e financeira» e restrições do orçamento de Estado. Políticas sociais consuetudinárias, reflectindo clivagens sociais e políticas herdadas do período revolucionário.	Estabilidade política. Redefinição do papel do Estado: mudança para políticas orientadas para o mercado (privatizações, desregulação do mercado de trabalho). Novas políticas sociais e novas instituições do Estado social (seguindo políticas da UE e beneficiando de fundos comunitários); políticas sociais oscilando entre visões mais (neo)liberais e mais social-democratas. Mudanças recentes para agendas de pendor mais neoliberal.

A POLÍTICA DE HABITAÇÃO DO ESTADO E OS SEUS EFEITOS SOCIAIS NO PORTO CONTEMPORÂNEO: UMA PERSPECTIVA SINTÉTICA E PANORÂMICA

<p>Principais objectivos em política urbana e grupos sociais de referência da acção estatal</p>	<p>Regular o crescimento urbano e evitar a generalização de doenças, descontentamento e conflitos Prevenir o crescimento das rendas urbanas, reduzindo assim o custo de vida das classes médias urbanas. Resolução dos problemas habitacionais das classes menos ricas: casas de baixo custo em Lisboa e no Porto para os trabalhadores do sector público e para famílias das classes trabalhadoras.</p>	<p>«Resolver o problema das classes urbanas menos afluentes: casas económicas em Lisboa, Porto e outras cidades para funcionários públicos e membros mais qualificados da classe trabalhadora (registados nos sindicatos nacionais fascistas). Regulação e indução de crescimento urbano, através da promoção da urbanização de novas áreas da cidade; com o objectivo de descongestionar o «excessivamente povoado» e potencialmente «promiscuo» centro da cidade. O Estado assume o papel de urbanizador e de promotor habitacional.</p>	<p>Favorecimento da urbanização capitalista: projectos habitacionais do Estado encardados explicitamente como factores chave para o desenvolvimento urbano das maiores cidades. Resposta a procura habitacionais de diferentes grupos sociais: casas para as classes médias mais favorecidas; Casas para trabalhadores dos sectores públicos e privados; empobrecidos das classes trabalhadoras. «Resolver o problema moral, social e político das ‘ilhas’ do Porto»: demolição das ilhas da cidade e transferência de vastos segmentos da classe operária para grandes empreendimentos de habitação social localizados na periferia da cidade.</p>	<p>Favorecimento de «urbanização contra-capitalista» e promoção do «direito à cidade». Contenção das transferências das classes trabalhadoras para a periferia da cidade e promoção da permanência das classes trabalhadoras no centro cittadino. «Resolver os problemas sérios de alojamento das classes trabalhadoras, através do apoio a iniciativas de habitação popular», tal como a auto-construção, novos bairros operários no interior da cidade, ocupações, etc. (apoio técnico, financeiro e legislativo). Promoção da renovação urbana do centro histórico (rejeição da transferência permanentemente de residentes na cidade para outras áreas da cidade).</p>	<p>«Ultrapassar a crise do mercado da habitação», acrescentando investimento público à acção dos investidores privados e cooperativos. Transferência das responsabilidades com a promoção e o acesso à habitação do Estado para administração local, cooperativas de habitação e sistema de crédito bancário (o Estado como financiador e gestor/vendedor de habitação social e não como construtor). Promoção da propriedade habitacional das classes médias e dos segmentos mais estáveis da classe operária (novas facilidades de crédito, incentivos às cooperativas, venda de habitação social aos seus inquilinos).</p>	<p>Promoção da propriedade habitacional (...). Erradicação de barracas nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, com o objectivo de resolver e permanentemente o problema da habitação em Portugal. Promoção de bairros de habitação social como parte de uma estratégia integrada de inclusão social dirigida aos pobres urbanos. Promoção da renovação urbana do centro histórico, através do favorecimento do investimento privado nas áreas centrais das cidades e do «regresso à cidade».</p>
---	--	--	---	--	---	---

<p>Principais propriedades das políticas de alojamento implementadas</p>	<p>Pequenos conjuntos de casas independentes localizadas em zonas periféricas e não urbanizadas das cidades. Projectos construídos muito abaixo das necessidades sociais: no Porto, entre finais de 1800 e os anos 1940, não mais do que 400 casas novas. Iniciativas selectivas (casas para funcionários públicos e para segmentos mais qualificados das classes médias).</p>	<p>Casas independentes, com jardim e quintal, propriedade dos seus habitantes em zonas residenciais de tamanho médio situadas em zonas periféricas não urbanizadas até ao momento. Iniciativas socialmente selectivas e segregativas (casas para funcionários públicos e para famílias de trabalhadores 'normalizadas' em locais periféricos e socialmente homogéneos). Controlo social e moral sobre os habitantes. Número de projectos construídos abaixo das necessidades sociais; durante os anos 1930 e 1940 foram construídas aproximadamente 2000 casas (em 1939, existiam aproximadamente 14000 habitações nas ilhas da cidade...). Projectos de habitação social heterodoxos esporádicos configurados para receber populações das ilhas do centro da cidade.</p>	<p>Políticas, promotores e tipos de habitação diferentes para grupos sociais diferentes: - programa de Casas Económicas melhorado para as classes médias (casas individuais de propriedade resolúvel localizadas na periferia mais enobrecida da cidade); - projectos habitacionais promovidos pelo Estado central para os trabalhadores da função pública e para os segmentos mais qualificados da classe operária (arrendados ou em propriedade resolúvel em bairros de estilo «moderno»); - grandes bairros de habitação social (construídos e geridos pelos municípios, com financiamento do Estado central) para o operariado (regularmente grandes, de baixa qualidade, pouco equipados e localizados em zonas periféricas da cidade). Iniciativas socialmente segregativas (internamente homogéneas e externamente diferenciadas de novas zonas residenciais). Coerção e controlo repressivo sobre os novos ocupantes dos bairros (especialmente nos bairros mais pobres da classe operária); falta de respostas de política social (em complemento dos bairros sociais).</p>	<p>Políticas habitacionais participadas e orientadas para a classe operária (consagração das procuras de alojamento de base e acção política resultando em respostas políticas e legislativas). Descentralização institucional e territorial das iniciativas de promoção habitacional. Soluções habitacionais social e arquitectonicamente inovadoras: pequenos aglomerados localizados em áreas centrais, perto das zonas de residência originais dos moradores; experiências ao nível de construção. Projectos construídos abaixo das necessidades sociais: a maioria dos projectos do SAAL não foram concluídos e os que foram concluídos representam uma quantidade pequena de casas para a classe operária; iniciativas do CRUARB no centro histórico do Porto foram limitadas em número e em relevância social.</p>	<p>Políticas diferentes, promotores diferentes para grupos sociais diferentes: - bairros de média e grande escala na periferia da cidade para os mais pobres (arrendamento social) e para as fracções mais estáveis da classe operária (casas de propriedade resolúvel); - alojamento cooperativo na periferia da cidade ou em zonas suburbanas para as classes médias (propriedade resolúvel ou financiamento a crédito); - Mercado privado de alojamento (financiado pelo crédito) no interior dos limites da cidade ou em áreas suburbanas para a burguesia. Políticas de financiamento ao sector privado e cooperativo, mais do que construção de habitação pública; iniciativas de venda de habitação pública (alienação). Políticas de habitação começam a associar-se a outras medidas de política social.</p>	<p>Políticas de financiamento aos sectores privado e cooperativo, em lugar de construção de habitação pública; iniciativas de alienação de habitação pública. Soluções habitacionais «mistas»: - bairros de dimensão média na periferia da cidade (perto de bairros de grande escala já existentes) para as classes trabalhadoras e mais pobres (principalmente, arrendamento social); - Bairros de grande e de média dimensão na periferia da cidade para famílias do operariado e da classe média (arrendamento social e habitação de baixo custo para venda); - bairros de pequena dimensão localizados no centro da cidade, inovadores do ponto de vista arquitectónico e bem integrados. Diversificação de programas de «reabilitação urbana», seguindo políticas europeias e beneficiando de fundos europeus (ainda que com resultados limitados). Gentrificação promovida pelo Estado na área central das cidades (anos mais recentes). Medidas radicais (demolições) relativamente a situações sociais «irreversíveis» dos «bairros problemáticos» («bombas-relógio»).</p>
--	--	---	--	---	---	--

A POLÍTICA DE HABITAÇÃO DO ESTADO E OS SEUS EFEITOS SOCIAIS NO PORTO CONTEMPORÂNEO: UMA PERSPECTIVA SINTÉTICA E PANORÂMICA

Efeitos urbanos com pouca relevância (salvo a urbanização de algumas áreas periféricas da cidade).	Urbanização de grandes áreas periféricas da cidade. Expansão dos limites da cidade. Grandes transferências populacionais do centro da cidade para os novos bairros periféricos. Segmentação da estrutura urbana. Ausência de efeitos urbanos de relevo no centro da cidade.	Urbanização de grandes áreas periféricas da cidade. Expansão dos limites da cidade. Grandes transferências populacionais do centro da cidade para os novos bairros periféricos (no Porto, cerca de 25000 pessoas entre 1956 e 1974). Declínio das funções de residência e industriais do centro da cidade (agora perspectivado sobretudo como centro de serviços«CBD»). Aumento da segmentação da estrutura urbana (redefinição restritiva das de áreas funcionais da cidade).	Ocupações, em resultado das transferências populacionais no interior da cidade (das ilhas e outros locais degradados para habitações em bairros recentemente reconstruídos ou ainda em construção em zonas periféricas da cidade). Expropriação de algumas áreas na zona central da cidade e construção de alguns bairros sociais novos, por vezes inovadores do ponto de vista arquitectónico (ainda que limitados em tamanho e em número). Primeiras iniciativas de renovação habitacional no centro histórico do Porto.	Transferências populacionais do centro da cidade para os bairros periféricos (prolongando o processo iniciado 20 anos antes). Densificação das áreas residenciais periféricas (novos bairros de habitação social ao lado de bairros sociais já existentes). Suburbanização (como resultado da evolução do Mercado de habitação e das condições de crédito). Degradação e despovoamento do centro histórico do Porto (iniciativas de renovação/gentrificação incapazes de contrariar tais tendências, devido ao seu número e âmbito limitado).	Eliminação das ilhas municipais que ainda existiam na cidade e de outros contextos residenciais marginalizados. Transferências de população do centro da cidade para a periferia (onde novos bairros sociais estavam novamente a ser construídos) e suburbanização (em resultado da evolução do mercado de trabalho e das condições de crédito). Degradação e despovoamento do centro histórico do Porto (iniciativas de renovação/gentrificação incapazes de contrariar tais tendências, devido ao seu número e âmbito limitado).
Efeitos urbanos					

<p>Consequências sociais: algumas hipóteses</p>	<p>Sem grandes consequências sociais: a «questão social» permaneceu por resolver</p>	<p>Reificação e territorialização de diferenças sociais (crescentemente inscritas na estrutura do espaço urbano, como consequência de processos de segregação social conduzidos pelo Estado). Melhoria das condições de habitação para os grupos sociais que sustentam moral e politicamente o regime. Reprodução das condições de vida dos habitantes pobres das ilhas operárias da cidade.</p>	<p>Reificação e territorialização de diferenças sociais (crescentemente inscritas na estrutura do espaço urbano, como consequência de processos de segregação social conduzidos pelo Estado). Melhoria das condições de habitação para os grupos sociais que sustentam moral e politicamente o regime. Melhoria das condições de vida para segmentos alargados da classe operária – em contextos altamente segregados. Controlo repressivo reforçado sobre as classes trabalhadoras – e «perigosas» – (políticas habitacionais como meio de controlo social e político).</p>	<p>Melhoria de condições habitacionais para um número significativo de famílias operárias e outros grupos sociais, como o que regressam com a libertação das colónias africanas (em resultado de ocupações e da construção de novos bairros sociais). Nas áreas centrais, alguns laços familiares e comunitários são preservados e impedem intensificação da segregação social. Alguns processos de ocupação terminam assegurando uma mistura social e cultural relativa em alguns novos bairros sociais. Contudo, a territorialização das diferenças sociais continua (uma vez que as famílias da classe operária continuam a mudar-se para os bairros sociais de baixa qualidade, pobremente equipados, que continuavam a ser consuetudinados na periferia).</p>	<p>Territorialização crescente das diferenças sociais (grandes bairros sociais periféricos para a classe operária e para as franjas mais pobres da população urbana; habitação cooperativa para segmentos das classes médias e para a burguesia). Segmentação interna dos bairros de habitação social (arrendatários/proprietários), assegurando mistura social e cultural relativa mas também algumas tensões na gestão de problemas comuns. Empobrecimento dos bairros de habitação social (os residentes mais afluentes com acesso ao crédito procuram novas casas no mercado).</p>	<p>Empobrecimento dos bairros de habitação social (residentes mais afluentes com acesso a crédito procuram novas habitações no sector privado). Marginalização de «bairros problemáticos» e das suas populações (metáforas como a da «bomba-relógio» justificam medidas repressivas de tipo «preventivo»). Envelhecimento do interior citadino e empobrecimento; Gentrificação possível e empobrecimento da área central da cidade.</p>
---	--	--	--	--	--	---

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Paulo Rogério de Sá Pinto Marques de (2010) – *Favor, Recompensa e Controlo Social: bairros de casas económicas do Porto (1935-1965)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea.
- BANDEIRINHA, José António (2007) – *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- FERNANDES, António Teixeira (2010) – *A Igreja e a ‘Questão Social’ na cidade do Porto*. In PEREIRA, Virgílio Borges – *Ilhas, Bairros Sociais e Classes Laboriosas na Cidade do Porto (1956-2006)*. Porto: Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Relatório Científico Final.
- FERNANDES, Luís (1998) – *O Sítio das Drogas*. Lisboa: Editorial Notícias.
- GONÇALVES, Eliseu (2010) – *O alojamento operário portuense nas primeiras décadas do século XX: da Casa Familiar ao Bloco Comunitário*. In PEREIRA, Virgílio Borges – *Ilhas, Bairros Sociais e Classes Laboriosas na Cidade do Porto (1956-2006)*. Porto: Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Relatório Científico Final.
- GROS, Marielle Christine (1982) – *O Alojamento Social sob o Fascismo*. Porto: Afrontamento.
- JORGE, Ricardo (2011) [1899] – *A Peste Bubónica no Porto*. Porto: Deriva.
- MACHADO, Idalina (2010) – *Pelo direito à cidade. Contributos para o estudo das formas de organização popular do pós-25 de Abril de 1974: apontamentos sobre a génese do Bairro da Bouça*. In PEREIRA, Virgílio Borges – *Ilhas, Bairros Sociais e Classes Laboriosas na Cidade do Porto (1956-2006)*. Porto: Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Relatório Científico Final.
- MATOS, Fátima Loureiro de; SALGUEIRO, Teresa Barata (2005) – *Habitar nas cidades portuguesas*. In MEDEIROS, Carlos Alberto, dir. – *Geografia de Portugal: sociedade, paisagens e cidades*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 313-342.
- PATRIARCA, Fátima (1995) – *A Questão Social no Salazarismo 1930-1947*. Lisboa: ICS.
- PEREIRA, Gaspar Martins (1995) – *Famílias Portuenses na Viragem do Século (1880-1910)*. Porto: Afrontamento.
- PEREIRA, Virgílio Borges; QUEIRÓS, João (2009) – *State, housing and the «social question» in the city of Porto (1956-2006): an analysis on the making of ‘doxa’, ‘orthodoxy’ and ‘allodoxia’ in the (re)production of state housing policies*. ISA Housing Conference «Housing Assets, Housing People», Glasgow, 1-4 September 2009. Disponível em <http://www.gla.ac.uk/media/media_129729_en.pdf>.
- PIMENTA, Manuel; FERREIRA, José António; FERREIRA, Leonor Vasconcelos (2001) – *Estudo Socioeconómico da Habitação Social*. Porto. Porto: Câmara Municipal do Porto/Pelouro de Habitação e Acção Social.
- PINTO, José Madureira (1997) – *A sociedade urbana*. In *Colóquio a Política das Cidades*. Lisboa: Conselho Económico e Social.
- PINTO, José Madureira; PEREIRA, Virgílio Borges (2007) – *Classes, relações de habitus e efeitos de lugar: um estudo sobre sociabilidades, estilos de vida e anomia no centro do Porto*. «Cadernos de Ciências Sociais», 24, p. 113-148.
- RODRIGUES, Maria (1999) – *Pelo Direito à Cidade: o movimento de moradores do Porto (1974-1976)*. Porto: Campo das Letras.
- SILVA, David Moreira (2009) [1939] – *Les Villes qui meurent sans se dépeupler*. Porto: Fundação Marques da Silva.

VILAÇA, Helena (1994) – *As associações de moradores enquanto aspecto particular do associativismo urbano e da participação social*. «Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Sociologia», 4, p. 49-96.

TAVARES, Maria (2010) – *Casas a Norte: as Habitações Económicas num processo de continuidade*. In PEREIRA, Virgílio Borges – *Ilhas, Bairros Sociais e Classes Laboriosas na Cidade do Porto (1956-2006)*. Porto: Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Relatório Científico Final.

TEIXEIRA, Manuel (1996) – *Habitação Popular na Cidade Oitocentista*. Lisboa: FCG/JNICT.

